TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 907 - GP/TCU

Brasília, 7 de novembro de 2023.

Senhor Presidente,

Encaminho-lhe, para ciência, cópia do Acórdão nº 2184/2023 (acompanhado das peças indicadas no subitem 9.3), relatado pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, e proferido pelo Plenário deste Tribunal, na Sessão Ordinária de 25/10/2023, ao apreciar o TC-032.399/2023-5, que trata de Solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício 104/2023 – CPIONGS, de 22/8/2023, referente ao Requerimento nº 111/2023-CPIONGS, de autoria de Vossa Excelência.

Consoante disposto no subitem 9.4 da mencionada Decisão, a Solicitação em tela foi considerada integralmente atendida.

Por oportuno, informo que o Relatório e o Voto que fundamentam a aludida Deliberação podem ser acessados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

Atenciosamente,

(*Assinado eletronicamente*)
MINISTRO BRUNO DANTAS
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador PLÍNIO VALÉRIO
Presidente da CPIONGS
Senado Federal
Brasília – DF

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74871674.

ACÓRDÃO Nº 2184/2023 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 032.399/2023-5.
2. Grupo I – Classe de Assunto: II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Solicitação do Congresso Nacional (SCN) apresentada mediante o Ofício 104/2023 – CPIONGS, de 22/8/2023, subscrito pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal 292/2023 (CPIONGS), Exmo. Sr. Senador Plínio Valério;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer desta Solicitação do Congresso Nacional, tendo em vista o atendimento dos requisitos constantes do art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução-TCU 215/2008;

9.2. informar ao Exmo. Sr. Senador Plínio Valério que as seguintes entidades foram as beneficiárias das operações do Fundo Amazônia:

| Operação | Beneficiário | Página da peça 8 do TC 012.752/2019-3 |
|---|---|---|
| 2.194.637 | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia | 17 |
| 2.182.528 | Instituto de Conservação Ambiental "The Nature Conservancy do Brasil – TNT Brasil | 24 |
| 2.350.729 | Fundação de Apoio Institucional Muraki | 28 |
| 4.067.384/0001-96 | Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM | 35 |
| 2.235.487 | MUSA – Museu da Amazônia | 54 |
| 5.439.336.0001 | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON | 102 |
| 4.839.312.0001 | Instituto de Conservação Ambiental "The Nature Conservancy do Brasil" - TNT BRASIL | 125 |
| 2.195.002.0001 | Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM | 132 |
| 5.991.281.0001 | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON | 188 |
| 5697421.0001 | Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu AMIQCB | 189 |
| 2.286.072.0001 | Governo do Estado do Acre | 144 |
| 2.258.088 | Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO | 12 |



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74674698.

| | | |
|---|---|---|
| 5.240.921.0001 | Associação Ashaninka do Rio Amônia APIWTXA | 69 |
| 5.106.877.0001 | Centro de Trabalho Indigenista - CTI | 73 |
| 4.662.289.0001 | Instituto Peabiru | 86 |
| 4.662.356.0001 | Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre – CooperAcre) | 90 |
| 4.663.721.0001 | Arapaima: Redes Produtivas | 95 |

9.3. encaminhar cópias das peças 4 a 8 do processo TC 012.752/2019-3 ao solicitante; e
9.4. considerar a presente solicitação integralmente atendida e arquivar estes autos.

10. Ata n° 45/2023 – Plenário.
11. Data da Sessão: 25/10/2023 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2184-45/23-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BRUNO DANTAS
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74674698.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 5269/2019/MMA

Brasília, 22 de julho de 2019.

Ao Senhor Presidente do
Tribunal de Contas da União - TCU
SAFS, Qd. 4, Lote 1, Ed. Anexo 3, salas 43 a 51
70042-900 Brasília/DF

**Assunto: Representação do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.**
(Referência: Processo TC 012.752/2019-3)

Senhor Presidente,

1. O Ministério do Meio Ambiente - MMA vem, pela presente, manifestar-se nos autos da Representação oferecida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União – MPTCU (TC 012.752/2019-3), da lavra do DD. Subprocurador Geral, Dr. Lucas Rocha Furtado, na qual se requer ao Tribunal de Contas da União - TCU a adoção das seguintes medidas:

> I - apurar, mediante os instrumentos de controle que entender adequados, o atual estado da gestão que estaria comprometendo a adequada fiscalização dos órgãos ambientais para prevenir desmatamento ilegal;
>
> II - apurar a eventual liberação de agrotóxicos nocivos à saúde humana e à fauna silvestre, em desconformidade com as normas e regulamentos do setor;
>
> III - averiguar a procedência de afirmações emanadas do MMA, que colocam em dúvida a regularidade dos contratos executados com os recursos do Fundo Amazônia, em contradição com o quadro avaliado recentemente pelo TCU, situação que pode comprometer o aporte dos recursos oriundos de doações ao referido fundo, com possível prejuízo no ingresso de valores destinados à proteção da floresta amazônica.

2. O Digno representante do Parquet ressaltou, em sua manifestação, o caráter de cooperação e apoio mútuo entre esse Egrégio Tribunal de Contas, o *Parquet* e este MMA, fato a ser louvado por todos.

3. Nesse sentido, diante das supostas desconformidades apontadas pelo MPTCU, aparentemente induzido a erro por matérias jornalísticas que não refletem a realidade dos fatos vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar as seguintes informações:

3.1. **DA SUPOSTA GESTÃO INEFICAZ**

3.1.1. *Ab initio*, é pertinente **reiterar o total comprometimento deste Ministério do**


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Meio Ambiente e das entidades vinculadas, com a proteção e preservação do meio ambiente**, em todas as suas formas, a fim de proteger a atual e futuras gerações.

3.1.2. Assim, nada obstante o **diminuto tempo desde a posse do novo Governo e a escassez cada vez maior de recursos**, tem-se envidado esforços no sentido de avançar na **execução de ações que possam dar efetividade à proteção ambiental.**

3.1.3. Nesse sentido, cumpre ressaltar alguns **programas originados e lançados durante a atual administração**, que já tem demonstrado resultados efetivos na preservação do meio ambiente, como a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, voltada para endereçar soluções concretas, tangíveis e factíveis para os problemas ambientais urbanos que atingem cerca de 80 % da população brasileira que vive nas cidades.

3.1.4. Tal inédita agenda foi subdivida em seis etapas, quais sejam:

a) **Combate ao Lixo no Mar**, tema que inclusive foi consagrado na reunião anual dos Ministros do Meio Ambiente, em Nairóbi (Quênia) promovida pela ONU. Nesse sentido, o pioneiro e inédito programa brasileiro foi assim reconhecido no referido evento internacional, e vem gerando resultados bastante significativos numa área até então não valorizada pela política pública ambiental nacional.

b) **Plano Lixão Zero**, direcionado para o grave tema dos resíduos sólidos no Brasil, dando tangibilidade as ações previstas no PNRS, bem como aproximando soluções técnicas, organizacionais e financeiras para municípios, em conjunto com as medidas de acordos setoriais de logística reversa.

c) **Recuperação de áreas degradadas e contaminadas**, como medida essencial para o restabelecimento das condições ambientais de áreas antes utilizadas como lixões, bota-foras, postos de gasolina, industrias, enfim, áreas que podem e devem ser ambientalmente recuperadas para reintrodução na dinâmica urbanística.

d) **Saneamento**, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, como um dos aspectos mais importantes para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente no Brasil. O papel do MMA nesse sentido é identificar as fragilidades, apontar deficiências e coordenar esforços para o engajamento de autoridades municipais, estaduais e federais para, juntos, propiciarem a universalização da coleta e tratamento eficiente de esgoto, cuja ausência vem contaminando e disseminando doenças em todo o território nacional.

e) **Aumento de áreas verdes em perímetro urbano**, como medida de melhoria no escoamento de águas, redução da impermeabilização do solo e diminuição do risco de enchentes, melhoria na sensação térmica e com impactos na questão urbanística ambiental e de qualidade do ar.

f) **Melhoria na qualidade do ar**, através de politica de incentivo de uso de combustíveis renováveis, fontes elétricas como fotovoltaicas, eólicas, transporte coletivo urbano renovado com sistema de biogás e elétrico, sistema nacional de controle de emissões moveis e fixas, enfim, diversas medidas e estratégias para alcançar a almejada melhoria da qualidade do ar nos grandes centros urbanos.

3.1.5. Das agendas acima, já estão em plena operação o **Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar[1] e o Programa Nacional Lixão Zero[2]**, além, das seguintes


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**ações de preservação ambiental,** com previsão de lançamento ainda no segundo semestre deste ano, nos seguintes temas: **áreas verdes urbanas; qualidade do ar; saneamento e qualidade das águas e áreas contaminadas**.

3.1.6. Destaca-se, ainda, **o recente lançamento do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)**, que tem o objetivo de subsidiar estados e municípios, e o DF, na gestão ambiental adequada dos resíduos sólidos urbanos, medida que já estava prevista e deveria ter sido lançada desde o PNRS, em 2010, até então sem sucesso e que o MMA, nessa gestão, iniciou e concluiu em menos de 180 dias.

3.1.7. Não é demais ressaltar o esforço da atual gestão, juntamente com as entidades vinculadas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, n a **edição do Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que alterou o Decreto n.º 6.514/2008, no sentido de conferir maior eficiência, celeridade e efetividade ao processo de fiscalização ambiental, como forma de tornar mais robusta a política pública na defesa do meio ambiente.**

3.1.8. A alteração visa **combater a crônica morosidade verificada no trâmite do denominado processo sancionador ambiental**, replicando o modelo de sucesso já experimentado em alguns entes da federação, consistente na **Audiência de Conciliação Ambiental** como fase do processo administrativo para apuração de infrações ambientais, tornando possível uma eventual obtenção de solução consensual para **dar mais efetividade ao processo fiscalizatório**, assim como o **aprimoramento do programa de conversão de multas ambientais** instituído pelo Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017.

3.1.9. Já estão em fase final de conclusão, dentro desse novo modelo procedimental, o aprimoramento do sistema informatizado processual de controle e a capacitação dos servidores públicos envolvidos no processo sancionador ambiental.

3.1.10. Essas são apenas **algumas das ações implementadas nos primeiros seis meses de gestão**, que demonstram o **compromisso efetivo do atual Governo e, em especial, do Ministério do Meio Ambiente**, em atuar de forma concreta na proteção e preservação do meio ambiente.

3.1.11. Cumpre ressaltar que essa gestão, infelizmente, recebeu de seus antecessores, um quadro administrativo caótico, com frotas de veículos sucateadas, prédios praticamente abandonados, orçamentos e planejamentos futuros elaborados de forma inadequada, além do recorrente déficit orçamentário e de pessoal técnico. A título exemplificativo, seguem anexas algumas imagens que materializam, por si só, a realidade herdada por essa gestão, em praticamente todas as áreas e instituições componentes do MMA, em todo o território nacional.

3.1.12. Assim sendo, a péssima situação da gestão e fiscalização ambiental encontrada pela nova equipe de Governo quando da assunção de suas funções revelou-se extremamente delicada, como demonstram o Relatório de Avaliação da Execução de Programa de Governo e o Relatório de Avaliação do Processo Sancionador Ambiental, ambos elaborados pela Controladoria-Geral da União – CGU (Anexos).

3.1.13. Destaca-se que são **ações de fiscalização realizadas pela CGU em exercícios anteriores,** e que demonstram a situação herdada é precária nos órgãos ambientais e causa consequente ineficiência no combate aos crimes e infrações ambientais, situação que vem sendo diuturnamente combatida pela atual gestão, não obstante as dificuldades orçamentárias e de pessoal.


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

3.1.14. Primeiramente destaca-se alguns apontamentos feitos pela CGU referentes a **duas auditorias realizadas no IBAMA**, que tiveram por escopos a Fiscalização e o Processo Sancionador Ambiental.

3.1.15. **Em janeiro de 2017, a CGU emitiu o Relatório de Avaliação das Ações relativas à Fiscalização Ambiental** (http://auditoria.cgu.gov.br/download/9752.pdf) sob responsabilidade do IBAMA. No relatório constatou-se diversas falhas na atuação do órgão, dentre as quais:

> a) deficiência em todas as etapas envolvidas no processo de apreensão dos bens, desde o seu início, com a ausência de infraestrutura para retirada, transporte e guarda dos produtos, até o baixo percentual de destinação final dos bens, passando ainda pela ausência de informações gerenciais sobre os bens apreendidos e frágil controle físico-patrimonial;
>
> b) inexistência de depósitos específicos para guarda de bens e de meios de transporte adequados e suficientes para realizar o transporte dos produtos apreendidos até o local de armazenamento, especialmente os de maior porte, como veículos, caminhões, tratores, embarcações e madeiras, com prejuízo à eficácia do trabalho de fiscalização;
>
> c) baixo percentual de destinação final dos bens apreendidos. Até 2013 (época da realização da auditoria) somente 2,25% do valor total dos bens apreendidos no período de 2010 a 2012 havia sido efetivamente destinado;
>
> d) ausência de estrutura adequada para guarda dos bens apreendidos, gerando itens mal conservados, que acabam se deteriorando e, consequentemente, se desvalorizando com o tempo, o que, em última análise, se traduz em prejuízo ao erário;
>
> e) inexistência no Ibama de um sistema de informação, com dados estruturados em nível nacional, relativos aos bens apreendidos, dificultando o seu adequado monitoramento e gestão;
>
> f) concentração da maior parte dos esforços de fiscalização do Ibama no bioma Amazônico e no combate do desmatamento florestal (tema Flora), os quais representam mais de 60% do total de tempo e de recursos humanos alocado nas fiscalizações;
>
> g) quase totalidade dos recursos alocados pelo Ibama na fiscalização ambiental destinados ao combate do desmatamento (91%), ficando as demais áreas temáticas, como o combate à pesca ilegal, biopirataria, entre outros, somente com 9% desses recursos;
>
> h) frequente ocorrência de cancelamento de operações de fiscalização relativas à pesca, fauna e biopirataria, em função do deslocamento de fiscais ambientais para a Amazônia. Destaca-se também a dificuldade do Ibama para realizar o combate à pesca marinha ilegal, o qual não conta com embarcações adequadas para esse fim;
>
> i) estagnação da trajetória queda do desmatamento da Amazônia e início de uma tendência de alta nos últimos quatro anos (2013 a 2016). Nesse período, ocorreram os três maiores aumentos da taxa em comparação ao ano anterior desde 1998, com variação de +29%, de 2012 para 2013, +24%, de 2014 para 2015 e +29% de 2015 para 2016.

3.1.16. Em março de 2019 a Controladoria-Geral da União emitiu o **Relatório de**


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Avaliação do Processo Sancionador Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**, por meio da Ordem de Serviço n° 201800803 https://auditoria.cgu.gov.br/download/12741.pdf, que também concluiu pela necessidade de diversas adequações na atuação da autarquia, dentre as quais citam-se:

a) Em relação ao desempenho das atividades de instrução e julgamento (questão de auditoria nº 1), as análises permitiram concluir que o atual modelo de processamento dos autos de infração se mostrou ineficiente, o que pode ser evidenciado pela deficiente capacidade operacional do IBAMA no julgamento dos autos de infração acima de 100 mil reais e nas decisões em segunda instância, os quais representam 61% da demanda total de julgamento;

b) falta de celeridade em todas as etapas de tramitação do processo sancionador ambiental, independente do grau de complexidade das atividades realizadas em cada fase. Nesse sentido, cabe destacar o excessivo tempo gasto para abertura dos processos administrativos, que para metade dos autos de infração ultrapassou um mês da lavratura para sua instauração, bem como o fato de que Relatório de Avaliação do Processo Sancionador Ambiental (0395677) SEI 02000.000509/2019-04 / pg. 102 102 aproximadamente dez meses e meio do tempo total de tramitação do processo tem sido consumido, em média, apenas nas etapas de cientificação e notificação do autuado;

c) existência de um passivo de 126.082 processos em aberto tramitando no órgão, sendo que, desse total, 96.485 eram processos físicos, correspondendo a cerca de 20 bilhões de reais em multa. Destaca-se que a dificuldade de digitalização desse passivo tem contribuído diretamente para o elevado tempo de julgamento e conclusão dos processos de autos de infração, haja vista que, enquanto não forem digitalizados, eles não podem ser tramitados;

d) ausência de formalização dos critérios de priorização na tramitação e a deficiência dos controles aplicados aos trâmites dos processos, especialmente quanto ao cumprimento do fluxo de tramitação e de seus respectivos prazos;

e) a falta de definição clara a respeito dos procedimentos relacionados ao julgamento simplificado, fazendo com que, na prática, não exista um rito sumário de julgamento; o formato de concessão de desconto para pagamento da multa, que não exige nenhuma contrapartida à Administração por parte do autuado; a ausência de definição clara dos documentos a serem produzidos na fase de instrução processual e, por fim, o conflito de normas quanto à definição do prazo legal para julgamento dos processos;

f) predomínio de condições institucionais desfavoráveis à qualidade e imparcialidade das decisões proferidas;

g) frágil ambiente de controle sobre as decisões proferidas e risco de prejuízo de ordem técnica e da inexistência de requisitos mínimos relacionados à qualificação técnica e à integridade para investidura na função de autoridade julgadora;

h) ausência de instrumentos eficazes para monitoramento dos resultados e avaliação do desempenho do processo, caracterizando um frágil ambiente de governança;


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

i) deficiências nos controles dos prazos e na organização dos processos, de modo a evitar a prescrição, assim como são frágeis os controles e a rotina de acompanhamento da apuração de responsabilidade nos casos de prescrição dos autos de infração.

3.1.17. É importante ressaltar que **ao tomar conhecimento do supracitado relatório encaminhou-se Ofício ao IBAMA (Anexo 1 -** 0442740**) determinando que fosse elaborado um Plano de Providências** para atender as recomendações da Controladoria Geral da União.

3.1.18. Pode-se concluir, portanto, **que o atual Governo está empenhado em corrigir os problemas detectados pela Controladoria Geral da União nas gestões passadas. Nesse sentido, destaca-se, mais uma vez, os ajustes procedimentais relacionados ao processo sancionador ambiental previstos no Decreto nº 9.760, de 2019, cujo objetivo precípuo foi dotar a administração pública federal de mecanismos mais eficientes no exercício do seu poder de polícia ambiental.**

3.1.19. Sobre a situação das Unidades de Conservação, a auditoria realizada pelo próprio TCU no Instituto Chico Mendes, autarquia a quem cabe a gestão das unidades de conservação (UCs) federais brasileiras, e no Ministério do Meio Ambiente, responsável por coordenar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), deu azo ao Acórdão 1206/2015 – Plenário, no qual são apontadas diversas falhas na sua gestão.

3.1.20. Dentre as mais relevantes pode-se destacar as seguintes:

a) dos 94 parques (federais e estaduais) avaliados, 43% não aproveitam o potencial de uso público, considerado um dos seus principais objetivos. Isso indica que não estão sendo desenvolvidas a contento as atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, o que contraria o previsto no art. 4º, XII, da Lei 9.985/2000;

b) dos 36 parques nacionais listados em 2013 como unidades com controle do número de visitantes, apenas em 11 áreas se efetuou o registrou de visitantes pagantes;

c) em 85% (59/69) das áreas avaliadas apontou-se como inexistente ou deficitária a estrutura para visitantes.

d) dos 36 parques nacionais fechados a visitação, 19 (53%) não possuem plano de manejo. De outro lado, dos 33 parques abertos, 28 (85%) dispõem desse instrumento de gestão, conforme gráfico abaixo;

e) fragilidades em relação à disponibilização de meios e incentivos para a realização de atividades de pesquisa científica, bem como deficiências no processo de monitoramento da biodiversidade.

f) dificuldade na disponibilização de infraestrutura de apoio à pesquisa presente em quase 60% (267/453) das áreas avaliadas, enquanto que em 35% (156) dos territórios protegidos foi afirmado não se conseguir utilizar os resultados das pesquisas na gestão;

g) em mais da metade das APs nacionais avaliadas (56%) não se realiza o monitoramento da biodiversidade;

h) a estratégia de criação de áreas protegidas nem sempre foi acompanhada da disponibilização dos insumos necessários à boa gestão desses territórios;


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

i) apenas 8 das 313 áreas federais avaliadas foram criadas nos últimos cinco anos, considerando o período de 2010 a 2014, o que indica que quase a totalidade das áreas que ainda não dispõe do PM contraria o previsto na citada lei;

j) em 67% (210) das APs brasileiras geridas pelo ICMBio, a quantidade de pessoal disponível não é suficiente para atender às demandas da área (critério suficiência);

k) em 80% (251) dessas áreas, a quantidade de pessoal teve um impacto negativo ao não permitir a realização das atividades essenciais à gestão das APs de forma satisfatória (critério impacto);

l) a decisão de criação e consolidação de AP pelo Governo brasileiro não tem sido acompanhada pela disponibilização dos insumos necessários para a efetiva implementação desses territórios;

m)pendências de regularização fundiária e fragilidades na demarcação e sinalização são fatores que impedem a consolidação territorial das áreas protegidas (APs).

n) **em 47% das APs existem problemas relativos à conclusão do processo de consolidação territorial**.

3.1.21. Diante do acima exposto, resta devidamente demonstrado que os problemas citados na representação, especialmente no que tange à deficiências de fiscalização, que poderiam ser consideradas como uma das causas do aumento do desmatamento, não tem início e não são consequência de atos de gestão do atual Governo. Ao contrário, demonstrou-se que se tem envidado esforços no sentido de melhorar a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e repressão às infrações ambientais, em meio as restrições orçamentárias impostas pelos contingenciamentos determinados a todos os ministérios.

3.1.22. Cabe destacar, nesse ponto, que adicionalmente à fiscalização ambiental para a contenção do desmatamento ilegal, cuja função de comando e controle permanece sendo realizada com autonomia e tecnicidade pelos órgãos competentes, este MMA tem envidado inúmeros esforços para, em conjunto com os Governos Estaduais da região da Amazônia, estabelecer medidas que tenham o condão efetivo de atacar as causas do desmatamento ilegal, dentre as quais é preciso destacar a necessidade de se estimular e apoiar a consecução dos ZEEs- Zoneamentos Econômicos Ecológicos, de modo a permitir o ordenamento territorial e a dinâmica econômica de cada Estado, CAR (cadastro ambiental rural), PRA (programa de regularização ambiental) etc.

3.1.23. Adicionalmente, sistemas ágeis e eficazes de agregação de dados fundiários, ocupação e de atividades produtivas ou econômicas, de tal sorte que, por exemplo, planos de manejo florestal, licenças de exploração, de funcionamento ou de qualquer natureza, dados e planejamentos econômicos e territoriais possam ser recebidos e processados de maneira completa e permanente, dando, portanto, dinamismo econômico sustentável a uma região cuja população de aproximadamente 20 milhões de pessoas precisa ser contemplada com oportunidades de emprego, renda e desenvolvimento sustentável, sob pena de serem literalmente induzidos para a ilegalidade das atividades de extração desordenada de minérios, madeira e recursos naturais daquela região.

3.2. **DO FUNDO AMAZÔNIA**

3.2.1. Segundo a representação, "*Os trabalhos do TCU acerca da aplicação dos recursos do fundo em questão resultaram no Acórdão 2147/2018-Plenário, proferido em processo de Solicitação do Congresso Nacional, em que foi realizada auditoria com o objetivo*


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

*de verificar a conformidade na gestão dos recursos do Fundo Amazônia, tendo constado expressamente do sumário do julgado que "achados de auditoria apontam para a satisfatória execução do programa".*

3.2.2. Todavia, o entendimento de “satisfatória execução” não significou ausência de irregularidades. Nesse sentido, é importante ressaltar que através de sempre competente análise, os próprios auditores identificaram alguns achados que apontam diversas falhas na aplicação dos recursos oriundos do Fundo Amazônia, conforme a seguir explicitado:

a) Falhas no acompanhamento da execução contratual;

b) Ausência de previsão em normativo interno de prazos máximos para execução contratual;

c) Baixa Frequência das ações de controle interno por parte do BNDES nos recursos do Fundo Amazônia;

d) O conteúdo dos relatórios de auditorias externas apresentados não expressa a concreta averiguação dos projetos executados ou em execução, bem como a aplicação dos recursos a eles destinados;

e) Deficiências na Execução Física.

3.2.3. O detalhamento das fragilidades encontradas pela equipe do Ministério do Meio Ambiente em contratos do Fundo Amazônia pode ser conferido nas seguintes operações: Número da Operação 2.194.637; 2.182.528; 2.350.729; 4.067.384/0001; 2.235.487; 5.439.336.0001; 4.839.312.0001; 2.195.002/0001; 5.991.281.0001; 5697421.0001; 2.286.072/0001; 2.419.791.0001; 2.258.088; 5.240.921.0001; 5.106.877.0001; 4.662.289.0001; 4.662.356/0001; 4.663.721.0001 (Anexo 2 - 0442732).

3.2.4. Constata-se, portanto, que **não há qualquer contradição entre as afirmações do Ministro de Estado do Meio Ambiente com o quadro avaliado pelo TCU no âmbito do Acórdão n.º 2147/2018 – Plenário.** As transcrições acima demonstram que, nada obstante tenha o TCU entendido pela satisfatória execução do programa, existem achados que podem estar comprometendo a correta aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e que, por esse motivo, merecem um melhor acompanhamento.

3.2.5. Foi nesse sentido que o Ministério do Meio Ambiente buscou promover a análise dos contratos celebrados no âmbito do Fundo Amazônia, com foco distinto da sempre precisa e adequada análise por parte do TCU, que por força da sua missão institucional, e da magnitude do seu mister em analisar todos os órgãos governamentais, teve em sua análise maior foco nos aspectos formais da atuação do Fundo Amazônia e, nesse sentido, identificou, já naquela altura, as mesmas questões de temas posteriormente levantados pelo MMA.

3.2.6. As diligências adotadas pelo MMA tiveram, entretanto, objetivo diverso das sempre precisas diligencias adotadas pelo TCU, pois buscou verificar os critérios de mérito adotados pelo BNDES quando da aprovação de contratos, bem como da seleção dos projetos, uma vez que cerca de 82% deles se deu na modalidade “balcão”, ou seja, de acordo com critérios próprios do grupo executivo do banco.

3.2.7. Por outro lado, buscou-se também verificar se havia alguma estratégia pelo Fundo quando da eventual escolha, tendo em vista potencial sinergia, integração ou coordenação entre os projetos e contratos, o que, definitivamente, não se verificou.

3.2.8. Tampouco se vislumbrou nas escolhas dos projetos pelo Banco, de um alinhamento de critério geográfico entre os projetos e contratos, o que diminui significativamente o seu impacto e resultado potencial, ou ainda não se encontrou uma preocupação em alinhar as iniciativas dos diferentes entes federativos, com os projetos de


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

terceiro setor.

3.2.9. Chama ainda atenção a aparente ausência de participação do setor privado nas contratações efetuadas, sobretudo em escolhas e contratações de modalidade balcão, que não estimulam ou prestigiam a competição, a qual poderia trazer melhores e mais eficientes serviços e ações a preços, condições e prazos mais efetivos.

3.2.10. O que se verifica, na verdade, excetuados os recursos direcionados para governos federal, estaduais e municipais, são projetos quase que exclusivamente voltadas para ONGs e entidades, as quais não efetuaram, salvo melhor juízo, uma análise permanente do alcance de suas ações, vis a vis a mensuração na redução do desmatamento, enquanto objetivo maior do fundo Amazônia.

3.2.11. Em tais contratações vislumbrou-se, ainda, um percentual muito elevado de custos recorrentes com salários, despesas de hospedagem, viagens, custos administrativos, de marketing, equipamentos, etc, os quais acabam por resultar num volume menor de recursos destinados à atividade fim de cada contrato. Tais questões estão relacionadas em documento anexo, produzido durante analises de contratos e diligencias do MMA junto ao BNDES, os quais, frise-se, tiveram como objetivo um melhor entendimento dos aspectos de mérito e estratégia, uma vez que a análise das questões técnicas e formais, compete e é realizada com precisão pelo TCU.

3.2.12. Por fim, cumpre salientar que também a autoridade fiscalizatória Norueguesa suscitou questionamentos, em geral muito parecidos com os levantados pelo TCU e ora pelo MMA, de tal sorte que há certo consenso, tanto nacional, quando internacionalmente, acerca da necessidade de se implementar melhorias acerca da governança e efetividade das ações do Fundo, restando claro, ainda, que tanto no Brasil, quanto no exterior (Alemanha e Noruega) as visões dos órgãos e entidades ligadas à execução da ações ambientais não tem dado a devida atenção aos temas de eficiência e gestão que os órgãos de controle levantam recorrentemente, tais como a exemplificativa a tradução parcial livre do **Relatório da Auditoria Geral da Noruega sobre a Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega** https://news.mongabay.com/2018/05/norwegian-government-report-sharply-critical-of-funding-for-tropical-forest-conservation/

> *(...) "O BNDES, que administra o Fundo Amazônia como parte de seu portfolio, é o maior recebedor de fundos da Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega. Em fins de 2017, a Noruega já havia transferido NOK 7,6 bilhões para o Fundo Amazônia. Deste montante, um total de NOK 1,2 bilhão foi transferido entre 2016–2017. Em janeiro de 2016, o Ministério do Clima e do Meio Ambiente entrou em contato com o Fundo Amazônia para falar de notícias na imprensa que mostravam uma investigação de suspeita de fraude no banco, em conexão com a aprovação de projetos. O objeto dessa investigação não eram os projetos do Fundo Amazônia, mas sim os controles gerais do banco. Depois de se informar sobre os sistemas de controle do BNDES, o Ministério decidiu esperar novos desdobramentos da situação.* ***Nossa investigação mostra que essa decisão do Ministério não levou em conta que a investigação revelava riscos de falhas nos controles internos do banco, e que essas falhas também impactaram a administração dos fundos noruegueses pagos ao Brasil..."***
>
> *(...) "Os indicadores do quadro foram considerados*


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

*pelo Ministério como essenciais para a obtenção de marcos e objetivos importantes para a iniciativa, e também por avaliar o progresso feito dentro das parcerias. No entanto, o Ministério não facilitou nem impôs exigências para a obtenção de informação no nível dos indicadores, seja para as embaixadas, a Norad ou os gerentes dos países dentro do Ministério**. Isto significa que o Ministério não tem dados integrais ou análises de progresso e resultados de indicadores individuais ou de conjuntos de indicadores. Além disso, tampouco a Norad ou as embaixadas têm base sólida para realizar seus relatórios junto ao Ministério**."*

*(...) "**O risco de fraude na Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega é considerado alto.** De acordo com as diretrizes atuais, os controles internos e outros sistemas e rotinas de combate à fraude de um dado parceiro implementador devem ser avaliados antes de qualquer acordo, e as decisões posteriores devem ser adequadas aos riscos. O gerente administrativo é responsável em caso de fraude, de acordo com o princípio da tolerância zero em casos de corrupção envolvendo ajuda internacional, bem como com as diretrizes associadas. A investigação mostra casos específicos em que a avaliação do Ministério de Clima e Meio Ambiente sobre o risco de fraude não seguiu as diretrizes relevantes de prevenção e acompanhamento."*

## 3.3. DA SUPOSTA LIBERAÇÃO DE AGROTÓXICOS EM DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS

3.3.1. Por fim, sugere a representação *"que o TCU adote as medidas necessárias à verificação do cumprimento das exigências técnicas e legais para as liberações que vêm ocorrendo, notadamente porque, caso estejam em desconformidade com as normas, resulta em grave atentado à comando constitucional, na medida que incumbe ao poder público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (art. 225, inciso V, da CF)"*.

3.3.2. Sobre o tema, tanto o IBAMA, por meio da Diretoria de Qualidade Ambiental – DIQUA, como os demais órgãos responsáveis pelo registro de agrotóxicos (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa) tem envidado esforços para **aperfeiçoar e harmonizar** diversas **rotinas administrativas**, que interferem na dinâmica do gerenciamento dos processos, de forma a racionalizar os fluxos e evitar retrabalhos.

3.3.3. Nos últimos anos foram feitos **investimentos em ferramentas de tecnologia de informação, aporte de pessoas, sistemas de gestão**, etc., que refletiram em uma diminuição do tempo de análise dos processos individuais e incorreram, consequentemente, em um aumento no número de análises concluídas de forma mais célere, quando comparados a anos anteriores.

3.3.4. É importante frisar que **tais modificações não representam "flexibilização" de critérios técnico-científicos** utilizados para se avaliar os produtos. Pelo contrário, ao longo dos anos, observa-se o **aumento do rigor técnico** para a conclusão das avaliações


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

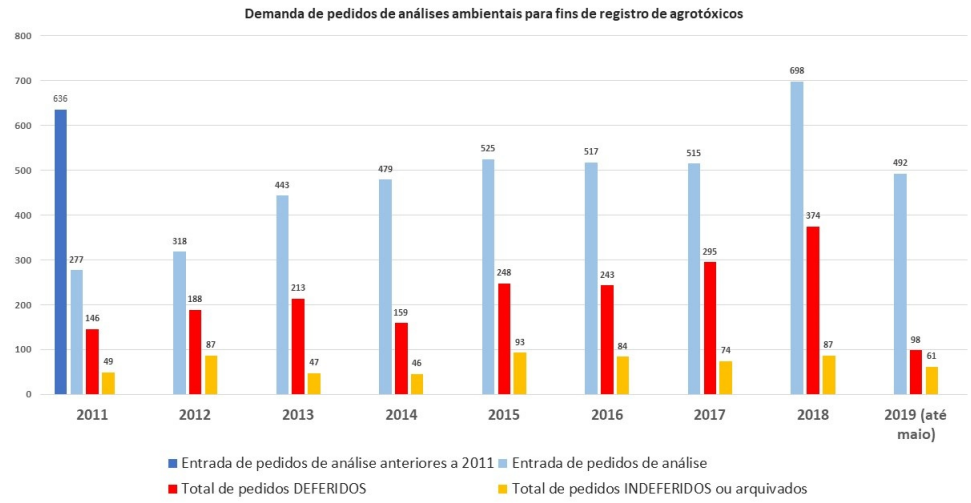
ambientais, tais como: a aplicação de **metodologias adicionais e mais complexas** de análise para Produtos Novos (Avaliação de Risco); a **definição de critérios para que um produto mais tóxico ao meio ambiente não seja aprovado** quando comparado a um já existente no mercado para o mesmo fim[3] e o **estabelecimento de critérios para avaliação de risco voltada especificamente à proteção de polinizadores**[4].

3.3.5. Também é importante destacar que a legislação vigente estabelece que "*O registro de novo produto agrotóxico, seus componentes e afins somente será concedido se a sua ação tóxica sobre o ser humano e o meio ambiente for, comprovadamente,* ***igual ou menor*** *do que a daqueles já registrados para o mesmo fim."* (Decreto nº 4.074/2002, art. 20).

3.3.6. Portanto, **a maioria dos produtos autorizados neste ano são constituídos de substâncias que já estavam registradas**, e constituem um **aumento de marcas comerciais** disponíveis **para as mesmas substâncias**. Além disso, muitos são registros de "produto técnico", ou seja, de substâncias com alto grau de pureza, que podem ser utilizadas **apenas no ambiente industrial**. **Assim, esses produtos somente são registrados quando cumprem todos os requisitos legais e técnico-científicos exigidos pelos três órgãos envolvidos no processo de registro, nos termos da legislação em vigor**.

3.3.7. Portanto, o debate sobre o "aumento" no número de produtos registrados precisa considerar as melhorias em gestão administrativa que foram implementadas ao longo do tempo e levar em conta que uma vez que um pedido é protocolado no IBAMA, ele se torna um processo administrativo ao qual o órgão é legalmente obrigado a dar uma resposta, com rigor técnico e de forma eficiente, célere e transparente.

3.3.8. Pelo princípio da isonomia, uma vez que os produtos tenham atendido aos requisitos exigidos pela legislação atual, o servidor público não tem autonomia para decidir que pedidos irá avaliar ou não, pois todos devem ser avaliados, observando-se a ordem cronológica de apresentação dos requerimentos.




3.3.9. O gráfico acima representa o número de pedidos de análise ambiental para fins de registro de agrotóxicos protocolados no Ibama, pelas empresas interessadas em obter o registro, desde 2011.

3.3.10. O número de pedidos deferidos **não** necessariamente corresponde ao número


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

de produtos registrados pelo MAPA porque um produto pode ter atendido aos critérios de meio ambiente e ser considerado **apto** a ser registrado pelo IBAMA, mas pode não ter atendido aos critérios de saúde e ser considerado **não-apto** a registro pela ANVISA, e vice-versa.

3.3.11. **O registro de um produto somente pode ser concedido pelo MAPA quando as três instituições o considerarem apto a ser registrado, ou seja, quando as três constatarem, com base nos dados e informações apresentadas pelos requerentes, que o produto atendeu aos padrões de eficiência e aos critérios de segurança à saúde e ao meio ambiente**.

3.3.12. Também vale ressaltar que como o tempo de análise nem sempre é o mesmo em todas as instituições, uma análise pode ter sido liberada por um órgão, mas ainda não ter sido concluída em outro, o que pode incorrer que o produto só venha a ser registrado muito tempo depois.

4. **CONCLUSÃO**

4.1. Dessa forma, compreendendo os elevados objetivos almejados pelo Parquet quando da apresentação da Representação em epigrafe, sobretudo no espírito de colaboração nela destacado, entende-se que não subsistem as versões levantadas pelas notícias jornalísticas que induziram a erro o digno representante do Ministério Público, quando analisados os fatos concretos contidos na presente manifestação, restando, portanto, devidamente justificadas as manifestações deste Ministério do Meio Ambiente sobre o Fundo Amazônia, bem como demonstrado o comprometimento deste órgão na preservação e proteção do meio ambiente por meio de ações concretas já implementadas e em andamento, conforme acima exposto.

4.2. Agradecendo, ainda, a oportunidade de dirigir-se a este Eg. Tribunal de Contas com os esclarecimentos retro apresentados, bem como de dar efetividade à colaboração proposta pelo D. Ministério Público, permanece este MMA totalmente à disposição para prestar adicionais informações se assim entenderem pertinente.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*
**Ricardo Salles**
Ministro de Estado do Meio Ambiente

---

Notas:
[1] http://www.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana/lixo-no-mar.html
[2] http://www.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana/res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos.html
[3] Instrução Normativa nº 27, de 27/12/2018 e alterações pela IN 3/2019
[4] Instrução Normativa nº 02, de 09/02/2017 - https://www.ibama.gov.br/phocadownload/agrotoxicos/reavaliacao-ambiental/2017/2017-07-25-Manual-IBAMA-ARA-Abelhas-IN0217-WEB.pdf.

Anexos:
(1) Ofício nº 3408/2019/MMA (0442740);
(2) Despacho nº 26250/2019-MMA (0442732);
(3) Fotos.


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles**, **Ministro do Meio Ambiente**, em 22/07/2019, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0445253** e o código CRC **913F74EC**.



Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - http://www.mma.gov.br/, sepro@mma.gov.br, Telefone:(61)2028-1206



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Serviço de Protocolo e Produção Gráfica - SEPROT
22 JUL 2019
15:19
RECEBEMOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 5269/2019/MMA

Brasília, 22 de julho de 2019.

Ao Senhor Presidente do
Tribunal de Contas da União - TCU
SAFS, Qd. 4, Lote 1, Ed. Anexo 3, salas 43 a 51
70042-900 Brasília/DF

0000615817109

**Assunto: Representação do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.**
(Referência: Processo TC 012.752/2019-3)

Senhor Presidente,

1. O Ministério do Meio Ambiente - MMA vem, pela presente, manifestar-se nos autos da Representação oferecida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União – MPTCU (TC 012.752/2019-3), da lavra do DD. Subprocurador Geral, Dr. Lucas Rocha Furtado, na qual se requer ao Tribunal de Contas da União - TCU a adoção das seguintes medidas:

> I - apurar, mediante os instrumentos de controle que entender adequados, o atual estado da gestão que estaria comprometendo a adequada fiscalização dos órgãos ambientais para prevenir desmatamento ilegal;
>
> II - apurar a eventual liberação de agrotóxicos nocivos à saúde humana e à fauna silvestre, em desconformidade com as normas e regulamentos do setor;
>
> III - averiguar a procedência de afirmações emanadas do MMA, que colocam em dúvida a regularidade dos contratos executados com os recursos do Fundo Amazônia, em contradição com o quadro avaliado recentemente pelo TCU, situação que pode comprometer o aporte dos recursos oriundos de doações ao referido fundo, com possível prejuízo no ingresso de valores destinados à proteção da floresta amazônica.

2. O Digno representante do Parquet ressaltou, em sua manifestação, o caráter de cooperação e apoio mútuo entre esse Egrégio Tribunal de Contas, o *Parquet* e este MMA, fato a ser louvado por todos.

3. Nesse sentido, diante das supostas desconformidades apontadas pelo MPTCU, aparentemente induzido a erro por matérias jornalísticas que não refletem a realidade dos fatos vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar as seguintes informações:

3.1. **DA SUPOSTA GESTÃO INEFICAZ**

3.1.1. *Ab initio*, é pertinente **reiterar o total comprometimento deste Ministério do Meio Ambiente e das entidades vinculadas, com a proteção e preservação do meio ambiente**, em todas as suas formas, a fim de proteger a atual e futuras gerações.

3.1.2. Assim, nada obstante o **diminuto tempo desde a posse do novo Governo e a escassez cada vez maior de recursos**, tem-se envidado esforços no sentido de avançar na **execução de ações que possam dar efetividade à proteção ambiental.**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

3.1.3. Nesse sentido, cumpre ressaltar alguns **programas originados e lançados durante a atual administração**, que já tem demonstrado resultados efetivos na preservação do meio ambiente, como a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, voltada para endereçar soluções concretas, tangíveis e factíveis para os problemas ambientais urbanos que atingem cerca de 80 % da população brasileira que vive nas cidades.

3.1.4. Tal inédita agenda foi subdivida em seis etapas, quais sejam:

a) **Combate ao Lixo no Mar**, tema que inclusive foi consagrado na reunião anual dos Ministros do Meio Ambiente, em Nairóbi (Quênia) promovida pela ONU. Nesse sentido, o pioneiro e inédito programa brasileiro foi assim reconhecido no referido evento internacional, e vem gerando resultados bastante significativos numa área até então não valorizada pela política pública ambiental nacional.

b) **Plano Lixão Zero**, direcionado para o grave tema dos resíduos sólidos no Brasil, dando tangibilidade as ações previstas no PNRS, bem como aproximando soluções técnicas, organizacionais e financeiras para municípios, em conjunto com as medidas de acordos setoriais de logística reversa.

c) **Recuperação de áreas degradadas e contaminadas**, como medida essencial para o restabelecimento das condições ambientais de áreas antes utilizadas como lixões, bota-foras, postos de gasolina, industrias, enfim, áreas que podem e devem ser ambientalmente recuperadas para reintrodução na dinâmica urbanística.

d) **Saneamento**, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional, como um dos aspectos mais importantes para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente no Brasil. O papel do MMA nesse sentido é identificar as fragilidades, apontar deficiências e coordenar esforços para o engajamento de autoridades municipais, estaduais e federais para, juntos, propiciarem a universalização da coleta e tratamento eficiente de esgoto, cuja ausência vem contaminando e disseminando doenças em todo o território nacional.

e) **Aumento de áreas verdes em perímetro urbano**, como medida de melhoria no escoamento de águas, redução da impermeabilização do solo e diminuição do risco de enchentes, melhoria na sensação térmica e com impactos na questão urbanística ambiental e de qualidade do ar.

f) **Melhoria na qualidade do ar**, através de politica de incentivo de uso de combustíveis renováveis, fontes elétricas como fotovoltaicas, eólicas, transporte coletivo urbano renovado com sistema de biogás e elétrico, sistema nacional de controle de emissões moveis e fixas, enfim, diversas medidas e estratégias para alcançar a almejada melhoria da qualidade do ar nos grandes centros urbanos.

3.1.5. Das agendas acima, já estão em plena operação o **Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar[1] e o Programa Nacional Lixão Zero[2]**, além, das seguintes **ações de preservação ambiental,** com previsão de lançamento ainda no segundo semestre deste ano, nos seguintes temas: **áreas verdes urbanas; qualidade do ar; saneamento e qualidade das águas e áreas contaminadas**.

3.1.6. Destaca-se, ainda, **o recente lançamento do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)**, que tem o objetivo de subsidiar estados e municípios, e o DF, na gestão ambiental adequada dos resíduos sólidos urbanos, medida que já estava prevista e deveria ter sido lançada desde o PNRS, em 2010, até então sem sucesso e que o MMA, nessa gestão, iniciou e concluiu em menos de 180 dias.

3.1.7. Não é demais ressaltar o esforço da atual gestão, juntamente com as entidades vinculadas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, na **edição do Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que alterou o Decreto n.º 6.514/2008, no sentido de conferir maior eficiência, celeridade e efetividade ao processo de fiscalização ambiental, como forma de tornar mais robusta a política pública na defesa do meio ambiente.**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

3.1.8. A alteração visa **combater a crônica morosidade verificada no trâmite do denominado processo sancionador ambiental**, replicando o modelo de sucesso já experimentado em alguns entes da federação, consistente na **Audiência de Conciliação Ambiental** como fase do processo administrativo para apuração de infrações ambientais, tornando possível uma eventual obtenção de solução consensual para **dar mais efetividade ao processo fiscalizatório**, assim como o **aprimoramento do programa de conversão de multas ambientais** instituído pelo Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017.

3.1.9. Já estão em fase final de conclusão, dentro desse novo modelo procedimental, o aprimoramento do sistema informatizado processual de controle e a capacitação dos servidores públicos envolvidos no processo sancionador ambiental.

3.1.10. Essas são apenas **algumas das ações implementadas nos primeiros seis meses de gestão**, que demonstram o **compromisso efetivo do atual Governo e, em especial, do Ministério do Meio Ambiente**, em atuar de forma concreta na proteção e preservação do meio ambiente.

3.1.11. Cumpre ressaltar que essa gestão, infelizmente, recebeu de seus antecessores, um quadro administrativo caótico, com frotas de veículos sucateadas, prédios praticamente abandonados, orçamentos e planejamentos futuros elaborados de forma inadequada, além do recorrente déficit orçamentário e de pessoal técnico. A título exemplificativo, seguem anexas algumas imagens que materializam, por si só, a realidade herdada por essa gestão, em praticamente todas as áreas e instituições componentes do MMA, em todo o território nacional.

3.1.12. Assim sendo, a péssima situação da gestão e fiscalização ambiental encontrada pela nova equipe de Governo quando da assunção de suas funções revelou-se extremamente delicada, como demonstram o Relatório de Avaliação da Execução de Programa de Governo e o Relatório de Avaliação do Processo Sancionador Ambiental, ambos elaborados pela Controladoria-Geral da União – CGU (Anexos).

3.1.13. Destaca-se que são **ações de fiscalização realizadas pela CGU em exercícios anteriores,** e que demonstram a situação herdada é precária nos órgãos ambientais e causa consequente ineficiência no combate aos crimes e infrações ambientais, situação que vem sendo diuturnamente combatida pela atual gestão, não obstante as dificuldades orçamentárias e de pessoal.

3.1.14. Primeiramente destaca-se alguns apontamentos feitos pela CGU referentes a **duas auditorias realizadas no IBAMA**, que tiveram por escopos a Fiscalização e o Processo Sancionador Ambiental.

3.1.15. **Em janeiro de 2017, a CGU emitiu o Relatório de Avaliação das Ações relativas à Fiscalização Ambiental** (http://auditoria.cgu.gov.br/download/9752.pdf) sob responsabilidade do IBAMA. No relatório constatou-se diversas falhas na atuação do órgão, dentre as quais:

> a) deficiência em todas as etapas envolvidas no processo de apreensão dos bens, desde o seu início, com a ausência de infraestrutura para retirada, transporte e guarda dos produtos, até o baixo percentual de destinação final dos bens, passando ainda pela ausência de informações gerenciais sobre os bens apreendidos e frágil controle físico-patrimonial;
>
> b) inexistência de depósitos específicos para guarda de bens e de meios de transporte adequados e suficientes para realizar o transporte dos produtos apreendidos até o local de armazenamento, especialmente os de maior porte, como veículos, caminhões, tratores, embarcações e madeiras, com prejuízo à eficácia do trabalho de fiscalização;
>
> c) baixo percentual de destinação final dos bens apreendidos. Até 2013 (época da realização da auditoria) somente 2,25% do valor total dos bens apreendidos no período de 2010 a 2012 havia sido efetivamente destinado;
>
> d) ausência de estrutura adequada para guarda dos bens apreendidos, gerando itens mal conservados, que acabam se deteriorando e, consequentemente, se desvalorizando com o tempo, o que, em última análise, se traduz em prejuízo ao erário;
>
> e) inexistência no Ibama de um sistema de informação, com dados estruturados em nível nacional, relativos aos bens apreendidos, dificultando o seu adequado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

monitoramento e gestão;

f) concentração da maior parte dos esforços de fiscalização do Ibama no bioma Amazônico e no combate do desmatamento florestal (tema Flora), os quais representam mais de 60% do total de tempo e de recursos humanos alocado nas fiscalizações;

g) quase totalidade dos recursos alocados pelo Ibama na fiscalização ambiental destinados ao combate do desmatamento (91%), ficando as demais áreas temáticas, como o combate à pesca ilegal, biopirataria, entre outros, somente com 9% desses recursos;

h) frequente ocorrência de cancelamento de operações de fiscalização relativas à pesca, fauna e biopirataria, em função do deslocamento de fiscais ambientais para a Amazônia. Destaca-se também a dificuldade do Ibama para realizar o combate à pesca marinha ilegal, o qual não conta com embarcações adequadas para esse fim;

i) estagnação da trajetória queda do desmatamento da Amazônia e início de uma tendência de alta nos últimos quatro anos (2013 a 2016). Nesse período, ocorreram os três maiores aumentos da taxa em comparação ao ano anterior desde 1998, com variação de +29%, de 2012 para 2013, +24%, de 2014 para 2015 e +29% de 2015 para 2016.

3.1.16. Em março de 2019 a Controladoria-Geral da União emitiu o **Relatório de Avaliação do Processo Sancionador Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**, por meio da Ordem de Serviço n° 201800803 https://auditoria.cgu.gov.br/download/12741.pdf, que também concluiu pela necessidade de diversas adequações na atuação da autarquia, dentre as quais citam-se:

a) Em relação ao desempenho das atividades de instrução e julgamento (questão de auditoria nº 1), as análises permitiram concluir que o atual modelo de processamento dos autos de infração se mostrou ineficiente, o que pode ser evidenciado pela deficiente capacidade operacional do IBAMA no julgamento dos autos de infração acima de 100 mil reais e nas decisões em segunda instância, os quais representam 61% da demanda total de julgamento;

b) falta de celeridade em todas as etapas de tramitação do processo sancionador ambiental, independente do grau de complexidade das atividades realizadas em cada fase. Nesse sentido, cabe destacar o excessivo tempo gasto para abertura dos processos administrativos, que para metade dos autos de infração ultrapassou um mês da lavratura para sua instauração, bem como o fato de que Relatório de Avaliação do Processo Sancionador Ambiental (0395677) SEI 02000.000509/2019-04 / pg. 102 102 aproximadamente dez meses e meio do tempo total de tramitação do processo tem sido consumido, em média, apenas nas etapas de cientificação e notificação do autuado;

c) existência de um passivo de 126.082 processos em aberto tramitando no órgão, sendo que, desse total, 96.485 eram processos físicos, correspondendo a cerca de 20 bilhões de reais em multa. Destaca-se que a dificuldade de digitalização desse passivo tem contribuído diretamente para o elevado tempo de julgamento e conclusão dos processos de autos de infração, haja vista que, enquanto não forem digitalizados, eles não podem ser tramitados;

d) ausência de formalização dos critérios de priorização na tramitação e a deficiência dos controles aplicados aos trâmites dos processos, especialmente quanto ao cumprimento do fluxo de tramitação e de seus respectivos prazos;

e) a falta de definição clara a respeito dos procedimentos relacionados ao julgamento simplificado, fazendo com que, na prática, não exista um rito sumário de julgamento; o formato de concessão de desconto para pagamento da multa, que não exige nenhuma contrapartida à Administração por parte do autuado; a ausência de definição clara dos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

documentos a serem produzidos na fase de instrução processual e, por fim, o conflito de normas quanto à definição do prazo legal para julgamento dos processos;

f) predomínio de condições institucionais desfavoráveis à qualidade e imparcialidade das decisões proferidas;

g) frágil ambiente de controle sobre as decisões proferidas e risco de prejuízo de ordem técnica e da inexistência de requisitos mínimos relacionados à qualificação técnica e à integridade para investidura na função de autoridade julgadora;

h) ausência de instrumentos eficazes para monitoramento dos resultados e avaliação do desempenho do processo, caracterizando um frágil ambiente de governança;

i) deficiências nos controles dos prazos e na organização dos processos, de modo a evitar a prescrição, assim como são frágeis os controles e a rotina de acompanhamento da apuração de responsabilidade nos casos de prescrição dos autos de infração.

3.1.17. É importante ressaltar que **ao tomar conhecimento do supracitado relatório encaminhou-se Ofício ao IBAMA (Anexo 1 -** 0442740**) determinando que fosse elaborado um Plano de Providências** para atender as recomendações da Controladoria Geral da União.

3.1.18. Pode-se concluir, portanto, **que o atual Governo está empenhado em corrigir os problemas detectados pela Controladoria Geral da União nas gestões passadas. Nesse sentido, destaca-se, mais uma vez, os ajustes procedimentais relacionados ao processo sancionador ambiental previstos no Decreto nº 9.760, de 2019, cujo objetivo precípuo foi dotar a administração pública federal de mecanismos mais eficientes no exercício do seu poder de polícia ambiental.**

3.1.19. Sobre a situação das Unidades de Conservação, a auditoria realizada pelo próprio TCU no Instituto Chico Mendes, autarquia a quem cabe a gestão das unidades de conservação (UCs) federais brasileiras, e no Ministério do Meio Ambiente, responsável por coordenar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), deu azo ao Acórdão 1206/2015 – Plenário, no qual são apontadas diversas falhas na sua gestão.

3.1.20. Dentre as mais relevantes pode-se destacar as seguintes:

a) dos 94 parques (federais e estaduais) avaliados, 43% não aproveitam o potencial de uso público, considerado um dos seus principais objetivos. Isso indica que não estão sendo desenvolvidas a contento as atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, o que contraria o previsto no art. 4º, XII, da Lei 9.985/2000;

b) dos 36 parques nacionais listados em 2013 como unidades com controle do número de visitantes, apenas em 11 áreas se efetuou o registrou de visitantes pagantes;

c) em 85% (59/69) das áreas avaliadas apontou-se como inexistente ou deficitária a estrutura para visitantes.

d) dos 36 parques nacionais fechados a visitação, 19 (53%) não possuem plano de manejo. De outro lado, dos 33 parques abertos, 28 (85%) dispõem desse instrumento de gestão, conforme gráfico abaixo;

e) fragilidades em relação à disponibilização de meios e incentivos para a realização de atividades de pesquisa científica, bem como deficiências no processo de monitoramento da biodiversidade.

f) dificuldade na disponibilização de infraestrutura de apoio à pesquisa presente em quase 60% (267/453) das áreas avaliadas, enquanto que em 35% (156) dos territórios protegidos foi afirmado não se conseguir utilizar os resultados das pesquisas na gestão;

g) em mais da metade das APs nacionais avaliadas (56%) não se realiza o monitoramento da biodiversidade;

h) a estratégia de criação de áreas protegidas nem sempre foi acompanhada da disponibilização dos insumos necessários à boa gestão desses territórios;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

i) apenas 8 das 313 áreas federais avaliadas foram criadas nos últimos cinco anos, considerando o período de 2010 a 2014, o que indica que quase a totalidade das áreas que ainda não dispõe do PM contraria o previsto na citada lei;

j) em 67% (210) das APs brasileiras geridas pelo ICMBio, a quantidade de pessoal disponível não é suficiente para atender às demandas da área (critério suficiência);

k) em 80% (251) dessas áreas, a quantidade de pessoal teve um impacto negativo ao não permitir a realização das atividades essenciais à gestão das APs de forma satisfatória (critério impacto);

l) a decisão de criação e consolidação de AP pelo Governo brasileiro não tem sido acompanhada pela disponibilização dos insumos necessários para a efetiva implementação desses territórios;

m) pendências de regularização fundiária e fragilidades na demarcação e sinalização são fatores que impedem a consolidação territorial das áreas protegidas (APs).

n) **em 47% das APs existem problemas relativos à conclusão do processo de consolidação territorial**.

3.1.21. Diante do acima exposto, resta devidamente demonstrado que os problemas citados na representação, especialmente no que tange à deficiências de fiscalização, que poderiam ser consideradas como uma das causas do aumento do desmatamento, não tem início e não são consequência de atos de gestão do atual Governo. Ao contrário, demonstrou-se que se tem envidado esforços no sentido de melhorar a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e repressão às infrações ambientais, em meio as restrições orçamentárias impostas pelos contingenciamentos determinados a todos os ministérios.

3.1.22. Cabe destacar, nesse ponto, que adicionalmente à fiscalização ambiental para a contenção do desmatamento ilegal, cuja função de comando e controle permanece sendo realizada com autonomia e tecnicidade pelos órgãos competentes, este MMA tem envidado inúmeros esforços para, em conjunto com os Governos Estaduais da região da Amazônia, estabelecer medidas que tenham o condão efetivo de atacar as causas do desmatamento ilegal, dentre as quais é preciso destacar a necessidade de se estimular e apoiar a consecução dos ZEEs- Zoneamentos Econômicos Ecológicos, de modo a permitir o ordenamento territorial e a dinâmica econômica de cada Estado, CAR (cadastro ambiental rural), PRA (programa de regularização ambiental) etc.

3.1.23. Adicionalmente, sistemas ágeis e eficazes de agregação de dados fundiários, ocupação e de atividades produtivas ou econômicas, de tal sorte que, por exemplo, planos de manejo florestal, licenças de exploração, de funcionamento ou de qualquer natureza, dados e planejamentos econômicos e territoriais possam ser recebidos e processados de maneira completa e permanente, dando, portanto, dinamismo econômico sustentável a uma região cuja população de aproximadamente 20 milhões de pessoas precisa ser contemplada com oportunidades de emprego, renda e desenvolvimento sustentável, sob pena de serem literalmente induzidos para a ilegalidade das atividades de extração desordenada de minérios, madeira e recursos naturais daquela região.

3.2. **DO FUNDO AMAZÔNIA**

3.2.1. Segundo a representação, *"Os trabalhos do TCU acerca da aplicação dos recursos do fundo em questão resultaram no Acórdão 2147/2018-Plenário, proferido em processo de Solicitação do Congresso Nacional, em que foi realizada auditoria com o objetivo de verificar a conformidade na gestão dos recursos do Fundo Amazônia, tendo constado expressamente do sumário do julgado que "achados de auditoria apontam para a satisfatória execução do programa"*.

3.2.2. Todavia, o entendimento de "satisfatória execução" não significou ausência de irregularidades. Nesse sentido, é importante ressaltar que através de sempre competente análise, os próprios auditores identificaram alguns achados que apontam diversas falhas na aplicação dos recursos oriundos do Fundo Amazônia, conforme a seguir explicitado:

a) Falhas no acompanhamento da execução contratual;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

b) Ausência de previsão em normativo interno de prazos máximos para execução contratual;

c) Baixa Frequência das ações de controle interno por parte do BNDES nos recursos do Fundo Amazônia;

d) O conteúdo dos relatórios de auditorias externas apresentados não expressa a concreta averiguação dos projetos executados ou em execução, bem como a aplicação dos recursos a eles destinados;

e) Deficiências na Execução Física.

3.2.3. O detalhamento das fragilidades encontradas pela equipe do Ministério do Meio Ambiente em contratos do Fundo Amazônia pode ser conferido nas seguintes operações: Número da Operação 2.194.637; 2.182.528; 2.350.729; 4.067.384/0001; 2.235.487; 5.439.336.0001; 4.839.312.0001; 2.195.002/0001; 5.991.281.0001; 5697421.0001; 2.286.072/0001; 2.419.791.0001; 2.258.088; 5.240.921.0001; 5.106.877.0001; 4.662.289.0001; 4.662.356/0001; 4.663.721.0001 (Anexo 2 - 0442732).

3.2.4. Constata-se, portanto, que **não há qualquer contradição entre as afirmações do Ministro de Estado do Meio Ambiente com o quadro avaliado pelo TCU no âmbito do Acórdão n.º 2147/2018 – Plenário.** As transcrições acima demonstram que, nada obstante tenha o TCU entendido pela satisfatória execução do programa, existem achados que podem estar comprometendo a correta aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e que, por esse motivo, merecem um melhor acompanhamento.

3.2.5. Foi nesse sentido que o Ministério do Meio Ambiente buscou promover a análise dos contratos celebrados no âmbito do Fundo Amazônia, com foco distinto da sempre precisa e adequada análise por parte do TCU, que por força da sua missão institucional, e da magnitude do seu mister em analisar todos os órgãos governamentais, teve em sua análise maior foco nos aspectos formais da atuação do Fundo Amazônia e, nesse sentido, identificou, já naquela altura, as mesmas questões de temas posteriormente levantados pelo MMA.

3.2.6. As diligências adotadas pelo MMA tiveram, entretanto, objetivo diverso das sempre precisas diligencias adotadas pelo TCU, pois buscou verificar os critérios de mérito adotados pelo BNDES quando da aprovação de contratos, bem como da seleção dos projetos, uma vez que cerca de 82% deles se deu na modalidade "balcão", ou seja, de acordo com critérios próprios do grupo executivo do banco.

3.2.7. Por outro lado, buscou-se também verificar se havia alguma estratégia pelo Fundo quando da eventual escolha, tendo em vista potencial sinergia, integração ou coordenação entre os projetos e contratos, o que, definitivamente, não se verificou.

3.2.8. Tampouco se vislumbrou nas escolhas dos projetos pelo Banco, de um alinhamento de critério geográfico entre os projetos e contratos, o que diminui significativamente o seu impacto e resultado potencial, ou ainda não se encontrou uma preocupação em alinhar as iniciativas dos diferentes entes federativos, com os projetos de terceiro setor.

3.2.9. Chama ainda atenção a aparente ausência de participação do setor privado nas contratações efetuadas, sobretudo em escolhas e contratações de modalidade balcão, que não estimulam ou prestigiam a competição, a qual poderia trazer melhores e mais eficientes serviços e ações a preços, condições e prazos mais efetivos.

3.2.10. O que se verifica, na verdade, excetuados os recursos direcionados para governos federal, estaduais e municipais, são projetos quase que exclusivamente voltadas para ONGs e entidades, as quais não efetuaram, salvo melhor juízo, uma análise permanente do alcance de suas ações, vis a vis a mensuração na redução do desmatamento, enquanto objetivo maior do fundo Amazônia.

3.2.11. Em tais contratações vislumbrou-se, ainda, um percentual muito elevado de custos recorrentes com salários, despesas de hospedagem, viagens, custos administrativos, de marketing, equipamentos, etc, os quais acabam por resultar num volume menor de recursos destinados à atividade fim de cada contrato. Tais questões estão relacionadas em documento anexo, produzido durante analises de contratos e diligencias do MMA junto ao BNDES, os quais, frise-se, tiveram como objetivo um melhor entendimento dos aspectos de mérito e estratégia, uma vez que a análise das questões técnicas e formais, compete e é realizada com precisão pelo TCU.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

3.2.12. Por fim, cumpre salientar que também a autoridade fiscalizatória Norueguesa suscitou questionamentos, em geral muito parecidos com os levantados pelo TCU e ora pelo MMA, de tal sorte que há certo consenso, tanto nacional, quando internacionalmente, acerca da necessidade de se implementar melhorias acerca da governança e efetividade das ações do Fundo, restando claro, ainda, que tanto no Brasil, quanto no exterior (Alemanha e Noruega) as visões dos órgãos e entidades ligadas à execução da ações ambientais não tem dado a devida atenção aos temas de eficiência e gestão que os órgãos de controle levantam recorrentemente, tais como a exemplificativa a tradução parcial livre do **Relatório da Auditoria Geral da Noruega sobre a Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega** https://news.mongabay.com/2018/05/norwegian-government-report-sharply-critical-of-funding-for-tropical-forest-conservation/

> *(...) "O BNDES, que administra o Fundo Amazônia como parte de seu portfolio, é o maior recebedor de fundos da Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega. Em fins de 2017, a Noruega já havia transferido NOK 7,6 bilhões para o Fundo Amazônia. Deste montante, um total de NOK 1,2 bilhão foi transferido entre 2016–2017. Em janeiro de 2016, o Ministério do Clima e do Meio Ambiente entrou em contato com o Fundo Amazônia para falar de notícias na imprensa que mostravam uma investigação de suspeita de fraude no banco, em conexão com a aprovação de projetos. O objeto dessa investigação não eram os projetos do Fundo Amazônia, mas sim os controles gerais do banco. Depois de se informar sobre os sistemas de controle do BNDES, o Ministério decidiu esperar novos desdobramentos da situação.* ***Nossa investigação mostra que essa decisão do Ministério não levou em conta que a investigação revelava riscos de falhas nos controles internos do banco, e que essas falhas também impactaram a administração dos fundos noruegueses pagos ao Brasil..."***
>
> *(...) "Os indicadores do quadro foram considerados pelo Ministério como essenciais para a obtenção de marcos e objetivos importantes para a iniciativa, e também por avaliar o progresso feito dentro das parcerias. No entanto, o Ministério não facilitou nem impôs exigências para a obtenção de informação no nível dos indicadores, seja para as embaixadas, a Norad ou os gerentes dos países dentro do Ministério.* ***Isto significa que o Ministério não tem dados integrais ou análises de progresso e resultados de indicadores individuais ou de conjuntos de indicadores. Além disso, tampouco a Norad ou as embaixadas têm base sólida para realizar seus relatórios junto ao Ministério.***"
>
> *(...)* ***"O risco de fraude na Iniciativa Internacional de Clima e Floresta da Noruega é considerado alto.*** *De acordo com as diretrizes atuais, os controles internos e outros sistemas e rotinas de combate à fraude de um dado parceiro implementador devem ser avaliados antes de qualquer acordo, e as decisões posteriores devem ser adequadas aos riscos. O gerente administrativo é responsável em caso de fraude, de acordo com o princípio da tolerância zero em casos de corrupção envolvendo ajuda internacional, bem como com as diretrizes associadas. A investigação mostra casos específicos em que a avaliação do Ministério de Clima e Meio Ambiente sobre o risco de fraude não seguiu as diretrizes relevantes de prevenção e acompanhamento."*

## 3.3. DA SUPOSTA LIBERAÇÃO DE AGROTÓXICOS EM DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS

3.3.1. Por fim, sugere a representação *"que o TCU adote as medidas necessárias à verificação do cumprimento das exigências técnicas e legais para as liberações que vêm ocorrendo, notadamente porque, caso estejam em desconformidade com as normas, resulta em grave atentado à comando*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

*constitucional, na medida que incumbe ao poder público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (art. 225, inciso V, da CF)".*

3.3.2. Sobre o tema, tanto o IBAMA, por meio da Diretoria de Qualidade Ambiental – DIQUA, como os demais órgãos responsáveis pelo registro de agrotóxicos (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa) tem envidado esforços para **aperfeiçoar e harmonizar** diversas **rotinas administrativas**, que interferem na dinâmica do gerenciamento dos processos, de forma a racionalizar os fluxos e evitar retrabalhos.

3.3.3. Nos últimos anos foram feitos **investimentos em ferramentas de tecnologia de informação, aporte de pessoas, sistemas de gestão**, etc., que refletiram em uma diminuição do tempo de análise dos processos individuais e incorreram, consequentemente, em um aumento no número de análises concluídas de forma mais célere, quando comparados a anos anteriores.

3.3.4. É importante frisar que **tais modificações não representam "flexibilização" de critérios técnico-científicos** utilizados para se avaliar os produtos. Pelo contrário, ao longo dos anos, observa-se o **aumento do rigor técnico** para a conclusão das avaliações ambientais, tais como: a aplicação de **metodologias adicionais e mais complexas** de análise para Produtos Novos (Avaliação de Risco); a **definição de critérios para que um produto mais tóxico ao meio ambiente não seja aprovado** quando comparado a um já existente no mercado para o mesmo fim[3] e o **estabelecimento de critérios para avaliação de risco voltada especificamente à proteção de polinizadores**[4].

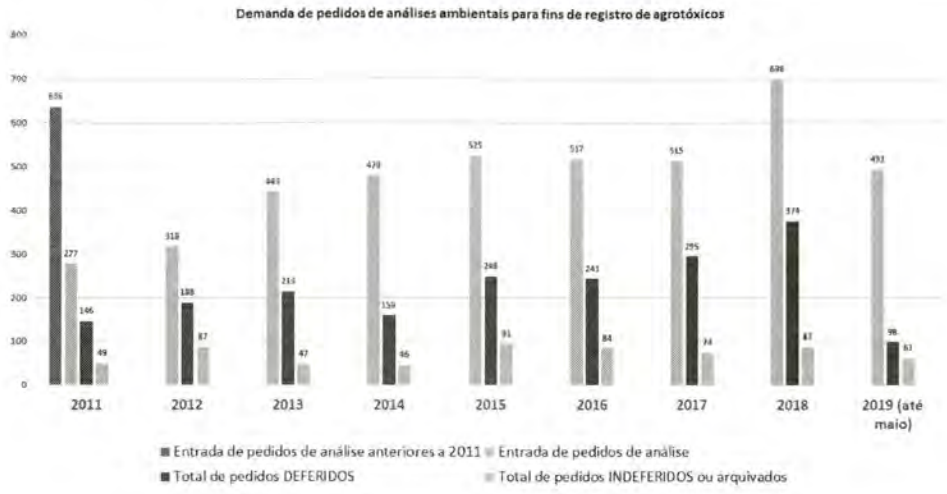
3.3.5. Também é importante destacar que a legislação vigente estabelece que *"O registro de novo produto agrotóxico, seus componentes e afins somente será concedido se a sua ação tóxica sobre o ser humano e o meio ambiente for, comprovadamente, **igual ou menor** do que a daqueles já registrados para o mesmo fim."* (Decreto nº 4.074/2002, art. 20).

3.3.6. Portanto, **a maioria dos produtos autorizados neste ano são constituídos de substâncias que já estavam registradas**, e constituem um **aumento de marcas comerciais** disponíveis **para as mesmas substâncias**. Além disso, muitos são registros de "produto técnico", ou seja, de substâncias com alto grau de pureza, que podem ser utilizadas **apenas no ambiente industrial**. **Assim, esses produtos somente são registrados quando cumprem todos os requisitos legais e técnico-científicos exigidos pelos três órgãos envolvidos no processo de registro, nos termos da legislação em vigor**.

3.3.7. Portanto, o debate sobre o "aumento" no número de produtos registrados precisa considerar as melhorias em gestão administrativa que foram implementadas ao longo do tempo e levar em conta que uma vez que um pedido é protocolado no IBAMA, ele se torna um processo administrativo ao qual o órgão é legalmente obrigado a dar uma resposta, com rigor técnico e de forma eficiente, célere e transparente.

3.3.8. Pelo princípio da isonomia, uma vez que os produtos tenham atendido aos requisitos exigidos pela legislação atual, o servidor público não tem autonomia para decidir que pedidos irá avaliar ou não, pois todos devem ser avaliados, observando-se a ordem cronológica de apresentação dos requerimentos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.




3.3.9. O gráfico acima representa o número de pedidos de análise ambiental para fins de registro de agrotóxicos protocolados no Ibama, pelas empresas interessadas em obter o registro, desde 2011.

3.3.10. O número de pedidos deferidos **não** necessariamente corresponde ao número de produtos registrados pelo MAPA porque um produto pode ter atendido aos critérios de meio ambiente e ser considerado **apto** a ser registrado pelo IBAMA, mas pode não ter atendido aos critérios de saúde e ser considerado **não-apto** a registro pela ANVISA, e vice-versa.

3.3.11. **O registro de um produto somente pode ser concedido pelo MAPA quando as três instituições o considerarem apto a ser registrado, ou seja, quando as três constatarem, com base nos dados e informações apresentadas pelos requerentes, que o produto atendeu aos padrões de eficiência e aos critérios de segurança à saúde e ao meio ambiente**.

3.3.12. Também vale ressaltar que como o tempo de análise nem sempre é o mesmo em todas as instituições, uma análise pode ter sido liberada por um órgão, mas ainda não ter sido concluída em outro, o que pode incorrer que o produto só venha a ser registrado muito tempo depois.

4. **CONCLUSÃO**

4.1. Dessa forma, compreendendo os elevados objetivos almejados pelo Parquet quando da apresentação da Representação em epigrafe, sobretudo no espírito de colaboração nela destacado, entende-se que não subsistem as versões levantadas pelas notícias jornalísticas que induziram a erro o digno representante do Ministério Público, quando analisados os fatos concretos contidos na presente manifestação, restando, portanto, devidamente justificadas as manifestações deste Ministério do Meio Ambiente sobre o Fundo Amazônia, bem como demonstrado o comprometimento deste órgão na preservação e proteção do meio ambiente por meio de ações concretas já implementadas e em andamento, conforme acima exposto.

4.2. Agradecendo, ainda, a oportunidade de dirigir-se a este Eg. Tribunal de Contas com os esclarecimentos retro apresentados, bem como de dar efetividade à colaboração proposta pelo D. Ministério Público, permanece este MMA totalmente à disposição para prestar adicionais informações se assim entenderem pertinente.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*
**Ricardo Salles**
Ministro de Estado do Meio Ambiente

---

Notas:
[1] http://www.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana/lixo-no-mar.html
[2] http://www.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana/res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos.html

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

[3] Instrução Normativa nº 27, de 27/12/2018 e alterações pela IN 3/2019

[4] Instrução Normativa nº 02, de 09/02/2017 - https://www.ibama.gov.br/phocadownload/agrotoxicos/reavaliacao-ambiental/2017/2017-07-25-Manual-IBAMA-ARA-Abelhas-IN0217-WEB.pdf.

Anexos:
(1) Ofício nº 3408/2019/MMA (0442740);
(2) Despacho nº 26250/2019-MMA (0442732);
(3) Fotos.

---

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles**, **Ministro do Meio Ambiente**, em 22/07/2019, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0445253** e o código CRC **913F74EC**.

---



Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - http://www.mma.gov.br/, sepro@mma.gov.br, Telefone: (61)2028-1206

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 3408/2019/MMA

Brasília, 20 de maio de 2019.

Ao Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama
SCEN Trecho 2 – Ed. Sede
70818-900 – Brasília – DF

**Assunto: Relatório de Avaliação do Processo Sancionador Ambiental**

Senhor Presidente,

1. Refiro-me ao Relatório de Avaliação do Processo Sancionador Ambiental, elaborado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União-CGU, que teve por finalidade avaliar o desempenho e a gestão do processo sancionador ambiental desse Instituto, especificamente no tocante aos procedimentos administrativos relacionados à instrução e ao julgamento das infrações decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

2. O Ministério da Transparência constatou, entre outras fragilidades: elevado estoque de processos físicos, noventa e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco (96.485), aguardando digitalização para que tenham os trâmites retomados; deficiência no modelo concebido para investidura e destituição das autoridades julgadoras do IBAMA, o que impacta a qualidade e a imparcialidade das decisões proferidas; inconsistências na governança dos processos; e precariedade dos controles de prazos prescricionais, bem como deficiências no processo de apuração de responsabilidade funcional de quem deu causa à prescrição.

3. Com vistas à correção de tais fragilidades, o Ministério da Transparência editou uma série de recomendações, entre as quais podemos destacar: elaboração de um plano de ação para redução ou eliminação do estoque de processos pendentes de conclusão, com definição de metas, ações e prazos, especialmente quanto à digitalização e migração do passivo de processos físicos para meio eletrônico; adoção de um plano de ação para desburocratização e maior automação do processo sancionador ambiental, a fim de possibilitar o controle automatizado da tramitação e dos prazos processuais; e que a efetiva gestão e monitoramento dos processos passe a ser feita por meio digital, assim como as notificações dos autuados e todos os atos processuais.

4. Diante do exposto, determino a elaboração de um Plano de Providências para atender as recomendações do Ministério da Transparência e remessa a este Gabinete, impreterivelmente no prazo de 30 dias.

Atenciosamente,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**RICARDO SALLES**
Ministro do Meio Ambiente

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles**, **Ministro do Meio Ambiente**, em 20/05/2019, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0416058** e o código CRC **2AF812AE**.



Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - http://www.mma.gov.br/, sepro@mma.gov.br, Telefone:(61)2028-1206

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

**DESPACHO Nº** 26250/2019-MMA

**Assunto: Contratos Firmados no Âmbito do Fundo Amazônia**

Visando atender demanda do Tribunal de Contas da União elencaremos abaixo as principais fragilidades identificadas pela equipe do Ministério do Meio Ambiente nos contratos firmados pelo BNDES no âmbito do Fundo Amazônia.

É importante ressaltar que algumas destas fragilidades foram levadas ao conhecimento do BNDES em reunião que ocorreu no dia 21/03/2019 e que contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, do então Ministro da Secretaria de Governo, General Santos Cruz, do então Presidente do BNDES, Joaquim Levy e do Diretor de Auditoria de Estatais da Controladoria-Geral da União, Tiago Lucas de Oliveira Aguiar.

**Número da Operação: 2.194.637**

- Quase totalidade dos recursos alocados no projeto R$ 8.343.410,33 (85%) foram dispendidos em itens de custeio R$ 611.494,33 (aluguel, energia, telefone, etc) e com pagamento de salário da equipe do Beneficiário R$ 7.821.916,00 (equipe administrativa R$ 1.273.648,00 e equipe técnica R$ 6.548.268,00).
- Liberação de parcelas pelo BNDES sem que a parcela anterior estivesse aprovada por meio do respectivo Relatório de Acompanhamento. Ocorreu com a liberação da terceira, quarta e sexta parcelas.

**Número da Operação: 2.182.528**

- Liberação da segunda, terceira, quarta e quinta parcelas sem aprovação do Grupo de acompanhamento.
- Os valores verificados nos três relatórios de acompanhamento totalizaram R$ 13.879.561,83, enquanto que o valor liberado para verificação foi de R$ 16.000.000,00, então R$ 2.123.438,17 ficou sem comprovação de Notas Fiscais e/ou recibos.

**Número da Operação: 2.350.729**

- Ocorreu a liberação da segunda parcela no valor de R$ 1.308.803,18 no dia 17/07/2012, portanto anteriormente a elaboração do relatório de acompanhamento da primeira liberação emitido em 17/08/2012.
- Ocorreu a liberação da quarta parcela no valor de R$ 746.577,06 no dia 13/12/2013, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da terceira parcela que foi realizada por meio desse relatório emitido em 16/12/2013.
- Ocorreu a liberação da quinta parcela no valor de R$ 826.665,57 no dia 23/06/2014, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da quarta parcela que foi realizada por meio desse relatório emitido em 17/06/2014.
- Ocorreu a liberação da quinta última parcela no valor de R$ 1.308.842,12 no dia 26/06/2014, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da quinta parcela

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

que foi realizada por meio desse relatório emitido em 21/08/2015.
- O GAc não analisou os gastos efetuados com os recursos liberados na última parcela no valor de R$ 1.308.842,12
- Não disponibilização da solicitação de liberação da última parcela de recursos.

**Número da Operação: 4.067.384/0001**

- **R**$ 11.722.241,00 cerca de 62% do valor repassado destina-se a recursos humanos próprios 24% (4.515.146,20) e 38% para contratação de serviços (7.207.094,80).
- R$ 1.783.985,89 cerca de 9,5% do valor repassado foi alocado como Reserva técnica para insumos necessários e não previstos e variação de preços dos itens relativos ao insumo. É importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União determinou em vários Acórdãos para que fosse expurgado o item reserva técnica de planilhas de custos. Isso fica demonstrado no ACÓRDÃO Nº 265/2010 – TCU-Plenário, de 24/02/2010, por meio do qual o Tribunal de Contas da União determinou a caixa Econômica Federal na Determinação 9.1.28 que: " Abstenha-se de prever valores a título de CSLL, IRPJ e reserva técnica no demonstrativo de formação de preço".
- Liberação pela equipe do BNDES da primeira parcela de recursos no valor de R$ 1.715.879,11 mesmo tendo a informação de que o Ministério das Cidades havia inscrito o Beneficiário no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e no Cadastro das Empresas Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM como inadimplente e solicitado ao IBAM a devolução de R$ 679.630,23 por serviços não prestados no Convênio n° 07/2004.
- É importante ressaltar também que o beneficiário permaneceu como inadimplente no SIAFI e no CEPIM de janeiro a outubro de 2013, sendo que esta inadimplência foi cancelada após o Beneficiário em 31/10/2013 ter devolvido em dinheiro a importância de R$ 679.630,23. Ressalte-se em 04/10/2013 o BNDES repassou para o beneficiário R$ 1.715.879,11. É importante ressaltar também que o beneficiário no dia 30/11/2013, encaminhou Ofício ao Ministério das Cidades informando que por estar no CEPIM estava atravessando grande crise financeira motivo pelo qual solicitava o parcelamento do débito.
- Aprovação da liberação da segunda parcela de recursos anteriormente a aprovação dos recursos liberados na primeira parcela no valor de R$ 1.715.879,11.
- Liberação da grande maioria da das parcelas (2°, 3°, 4°, 5° e 6°) sem a emissão do respectivo relatório de acompanhamento e sem a efetivação de visita técnica.
- Utilização para liberação dos recursos da segunda, da terceira, da quarta, da quinta e da sexta parcela do argumento do Beneficiário ter enviado cópia de 36 termos de adesão assinados.
- Não emissão pelo BNDES de nenhum documento atestando a prestação de contas da última parcela de recursos liberada no valor de R$ 4.903.774,69.
- Não emissão pelo BNDES de documento atestando a prestação de contas final do projeto.
- Não emissão pelo BNDES do documento avaliando a efetividade do projeto.

**Número da Operação: 2.235.487**

- Percebe-se nos relatórios de acompanhamento emitidos pelo BNDES que o percentual de execução física do projeto é obtido segundo informações do Beneficiário e não do gotejamento da equipe do BNDES
- Observa-se que o BNDES teve que aditar o projeto em R$ 1.530.208,00, recursos esses destinado ao pagamento de despesas operacionais do Beneficiário, além de autorizar que os rendimentos financeiros do projeto fossem utilizados no custeio operacional do mesmo, o que demonstra que o estudo de viabilidade econômica efetuado pela equipe do BNDES

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

foi deficiente, uma vez que o próprio Banco teve que injetar recursos para que o projeto não sofresse solução de continuidade, ficando assim demonstrado que o Beneficiário não dispunha de saúde financeira robusta para suportar os seus custos operacionais.

- Não houve emissão de nenhum documento emitido pelo BNDES aprovando a liberação da quarta parcela liberada em 26/09/2014 nos valores de R$ 2.165.273,93 (subcrédito A) e R$ 339.843,07 (subcrédito B).
- Não disponibilização até a presente data do Relatório de Avaliação de Resultado pelo Beneficiário que deveria ter sido enviado 60 dias após o término do prazo de utilização do projeto, que se deu em 18/ 02/ 2017.
- Não disponibilização até a presente data de relatórios de auditoria pendentes e da prestação de contas final a ser apresentada pelo Beneficiário. Esse fato nos leva a refletir se não deveria ser retido valores do projeto até que todos os documentos tenham sido disponibilizados pelo Beneficiário. Observa-se que já transcorreu mais de 24 meses e até hoje o projeto ainda continua com pendências a serem solucionadas.

**Número da Operação: 5.439.336.0001**

- Liberação da segunda parcela de recursos sem a verificação das despesas incorridas e dos produtos apresentados referentes a liberação anterior e também sem realização de visitas de acompanhamento
- Grande maioria dos custos do projeto referem-se a pagamentos de recursos humanos próprios e de terceiros, cerca de 84% ou seja, R$ 10.168.116,00. Adicionando os custos administrativos de instalação e outras despesas administrativas encontramos R$ 10.843.025,00, ou seja, 90% dos recursos repassados foram despendidos com pessoal e despesas administrativas.
- Valores superdimensionados para realização de capacitação. Foi previsto capacitar 152 técnicos por um custo total R$ 1.682.300,00, o que nos leva a um custo per capita de R$ 11.067,76 por técnico capacitado. Levando-se em consideração que o curso foi de 24 horas de duração, ou seja, 3 dias e que até a emissão da última nota de acompanhamento constava a informação que a execução física era de 86% significa que a execução financeira correspondente seria de R$ 1.442.098,74. Como foram realizados 7 treinamentos de 3 dias, significa dizer que o custo de cada treinamento de 3 dias foi da ordem de R$ 206.000,00. É importante ressaltar que a maioria dos cursos aplicados já estavam prontos pois haviam sido aplicados no projeto anterior que o Imazon celebrou com o Fundo Amazônia. O custo da hora aula que o Beneficiário recebeu pelos cursos foi de cerca de R$ 8.583,00. A título de exemplificação a ENAP paga R$ 170,00 por hora aula para instrutores que tenham doutorado.

**Número da Operação: 4.839.312.0001**

- Alto percentual 10,3 % (R$ 1.701.400,00) para gerenciamento do Projeto;
- Liberação da segunda parcela de recursos anteriormente a aprovação da prestação de contas da primeira parcela.
- Não apresentação de Relatório de Desempenho e consequentemente não apresentação da prestação de contas da quinta parcela nos valore de R$ 4.367.352,24.
- R$ 8.936.936,50, de um total de R$ 15.656.571,03 de recursos que foram repassados para o beneficiário, ou seja, cerca de 57% foram gastos com consultoria/prestação de serviços (R$ 2.842.114,50), alocação de pessoal (4.348.449,00) e gestão do projeto (1.746.400,00).

**Número da Operação:2.195.002.0001**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Não disponibilização do instrumento que prorrogou a vigência do contrato, após sua vigência ter sido prorrogada para 14/05/2017. Costa informação no Terceiro Relatório de Acompanhamento de que a previsão de conclusão contratual era de 13/07/2018, embora o relatório seja de 21/08/2018.
- Custo da gestão do projeto muito elevado no valor de R$ 6.152.306,00 corresponde a cerca de 24% do valor total do projeto que é de R$ 25.482.194,00. É muito superior (mais que o dobro) ao valor dos recursos que serão repassados por pagamento por serviços ambientais aos agricultores que é de R$ 2.810.00,00 e também muito superior ao valor destinado às compras de equipamentos e materiais e à contratação de serviços destinados à implementação das atividades produtivas que é de R$ 4.360.682,37.
- O item de custo serviços técnicos representa 57% do valor do projeto, ou seja, R$ 14.645.810,74.
- Liberação da segunda parcela de recursos no valor de R$ 3.963.198,92 sem a aprovação da primeira parcela de recursos liberada no valor de R$ 4.491.198,92 e sem a ocorrência de visitas de acompanhamento no projeto.
- Não disponibilização de nenhum documento emitido pelo pelo BNDES aprovando a liberação da terceira e quarta parcelas de recursos. Deduz-se que não foi realizada nenhuma visita de acompanhamento e também não houve a verificação das prestações de contas da segunda e terceira parcelas para liberação da quarta parcela.
- Utilização dos rendimentos da aplicação financeira sem a anuência e aprovação da equipe do BNDES.
- Baixo percentual verificado pela equipe do BNDES na amostra dos pagamentos verificados pela equipe do BNDES (31% do total na Quarta Nota de Acompanhamento e de 42% do total no Segundo Relatório de Acompanhamento).
- Não disponibilização de Relatórios de Desempenho emitido pela Beneficiária e Ausência de prestação de contas da beneficiária após agosto de 2016, ou seja, não houve apresentação da prestação de contas da penúltima parcela no valor de R$ 3.993.612,62 e da última parcela no valor de R$ 626.677,58.
- Não disponibilização de nenhum documento emitido pelo BNDES referente a análise de prestação de contas após agosto de 2016, e também não identificação de nenhum documento emitido pelo BNDES cobrando a disponibilização das prestações de contas não identificadas.

**Número da Operação; 5.991.281.0001**

- 87% dos recursos alocados para o projeto, ou seja, R$ R$ 12.440.964,00 serão destinados a: Pagamento de funcionários do Beneficiário (R$ 7.138.367.000 49,9%), Consultorias, prestação de serviços especializados e serviços de apoio (R$ 3.793.222,00 26,5%) e Logística e despesas administrativas (R$ 1.509.372,00) 10,5%).

**Número da Operação: 5697421.0001**

- Liberação da primeira parcela no valor de R$ 1.497.760,00 em 29/08/2018, quando a Beneficiária constava como inadimplente no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, inadimplência no valor de R$ 2.038.706,25.

**Número da Operação: 2.286.072.0001**

- Não verificação da existência dos equipamentos adquiridos com recursos do Fundo Amazônia.
- Lapso temporal entre o período de acompanhamento e emissão do Relatório de Desempenho, 18 meses na emissão do quinto relatório de desempenho e 12 meses ne

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

emissão do sexto relatório de desempenho.

- Não disponibilização de nenhum documento aprovando a última liberação de recursos no valor de R$ 7.764.760,02.
- Não disponibilização do instrumento que prorrogou a vigência do contrato após 30/06/2017.
- Não cumprimento do item XXXVII da Cláusula quarta do contrato que previa que o beneficiário ficava obrigado a remeter ao BNDES, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término estabelecido no item II desta Cláusula (30/06/2017), relatório de avaliação final de implantação do projeto mencionado na Cláusula Primeira
- Não disponibilização de nenhum documento emitido pelo BNDES cobrando do Beneficiário o cumprimento da Cláusula quarta do contrato item XXXVII.

**Número da Operação: 2.419.791.0001**

- Não houve nenhuma visita durante a execução do projeto, apesar de que foram realizados 72 cursos técnicos, 68 cursos práticos e 50 eventos
- Os pagamentos estão grupados pela rubrica não permitindo, por exemplo, quantificar pagamento de pessoal. Pagamentos sem identificação do beneficiário.
- Parcelas liberadas sem o correspondente relatório de acompanhamento.

**Número da Operação: 2.258.088**

- A planilha de custos apresentada não é detalhada apresentando custos globais em cada área (itens genéricos tais como Serviços Especiais, outros custos recorrentes, bens, etc), dificultando análise real dos custos do projeto
- Parcelas liberadas sem o correspondente relatório de acompanhamento.

**Número da Operação: 5.240.921.0001**

- Valores dos cursos, consultorias e assessorias estão agrupados, não sendo possível identificar cada entidade/participante.
- Sem relação individual de pagamento (nominal) assim como a dos participantes dos cursos.
- Não identifica nem percentual de notas fiscais e nem montante auditado.
- Pagamento de consultorias técnicas, assessorias e custos dos cursos estão generalizados nos documentos.

**Número da Operação: 5.106.877.0001**

- Não foi possível identificar nenhuma contratação de consultoria.
- Não foi possível identificar nenhum beneficiário de pagamento
- Horas de voo sem identificação dos planos de voo e empresa contratada.
- Não foi possível identificar nenhum participante dos eventos descritos (intercâmbios, fóruns, encontros, oficinas, etc)
- Projeto demonstra ações quase que totalmente atinentes à esfera de atuação FUNAI e poucos em relação ao Meio Ambiente.

**Número da Operação: 4.662.289.0001**

- Valores dos cursos, equipamentos adquiridos e instalações construídas foram citadas genericamente sem condições quantificação do material adquirido e do pessoal qualificado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Sem relação individual de pagamentos (nominal)
- Não identifica nem percentual de notas fiscais e nem montante auditado.

**Número da Operação: 4.662.356.0001**

- Não foi identificado nenhuma visita de acompanhamento ao projeto
- Não foi visualizada relação de pagamentos nominais dos contratados, tanto pessoa física quanto jurídica.
- Na atividade 06 citam viagens de levantamento de mercado no exterior (realizadas por uma consultora da empresa DMPC Serviços de Consultoria S/S Ltda) sem a apresentação dos resultados

**Número da Operação: 4.663.721.0001**

- Não foi identificado nenhuma visita de acompanhamento ao projeto por parte do BNDES
- Somente um relatório de acompanhamento e uma nota de acompanhamento.
- Nenhuma relação de pagamentos (pessoal e empresas contratadas) e nem de participantes nos eventos (oficinas, reuniões, módulos de formações)
- Falta relatório de avaliação de resultados

Atenciosamente,

**MARCOS DE MESQUITA FILHO**

**Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**

Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Mesquita Filho**, **Chefe de Assessoria**, em 10/07/2019, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0440378** e o código CRC **7BE10C97**.

**Referência:** Processo nº 02000.003593/2019-18 SEI nº 0440378

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – FLONA CAPÃO BONITO






Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – FLONA CAPÃO BONITO





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – FLONA CAPÃO BONITO






Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – FLONA CAPÃO BONITO






Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – FLONA CAPÃO BONITO






Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – FLONA CAPÃO BONITO







Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

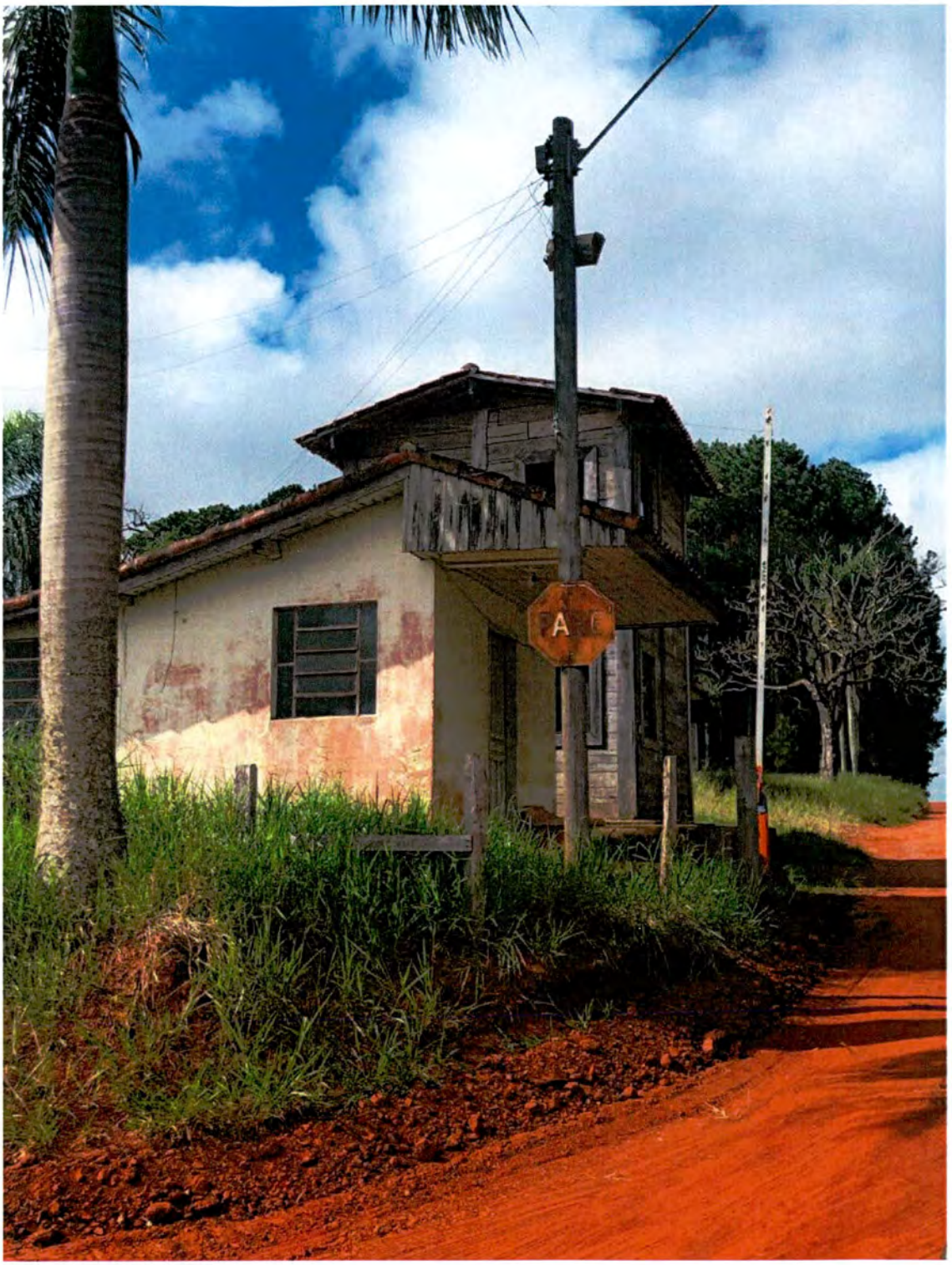
# ICMBIO – FLONA CAPÃO BONITO






Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – FLONA CAPÃO BONITO



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – PARNA LENÇÓIS MARANHENSES







Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – PARNA LENÇÓIS MARANHENSES







Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO - FERNANDO DE NORONHA





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO - FERNANDO DE NORONHA







Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO - FERNANDO DE NORONHA





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO - FERNANDO DE NORONHA



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS






Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS

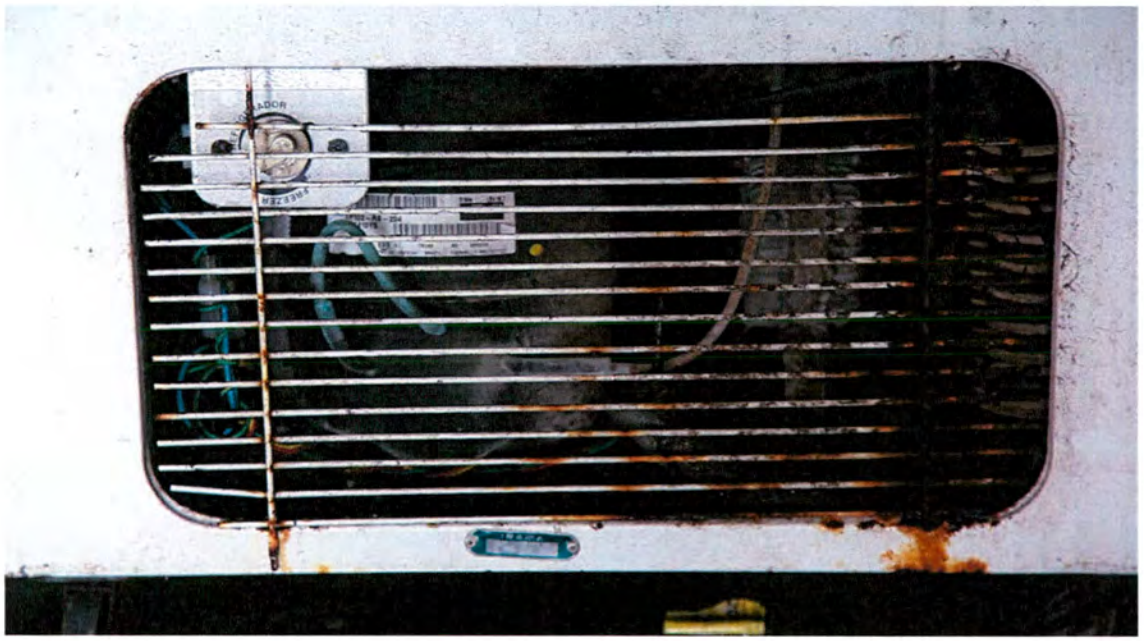




Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS






Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS





Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# ICMBIO – APA COSTA DOS CORAIS



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

NATUREZA

# Área da Amazônia com alerta de desmatamento sobe 278% em julho, comparada ao mesmo mês de 2018

Em julho de 2018, houve alerta em 596,6 km² na Amazônia. Em julho de 2019, este número foi de 2.254,9 km², de acordo com dados do Deter, do Inpe. Jair Bolsonaro disse nesta terça que o novo diretor do Inpe vai apresentar os dados para a presidência antes de divulgá-los.

**Por G1**

07/08/2019 09h07 · Atualizado há 14 horas

Ministro Ricardo Salles afirma que números do desmatamento são sensacionalistas

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

As áreas com alerta de desmatamento na Amazônia Legal, que inclui 9 estados, tiveram um aumento de 278% em julho, em comparação ao mesmo mês de 2018. Os dados são do Deter, do **Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe)**, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

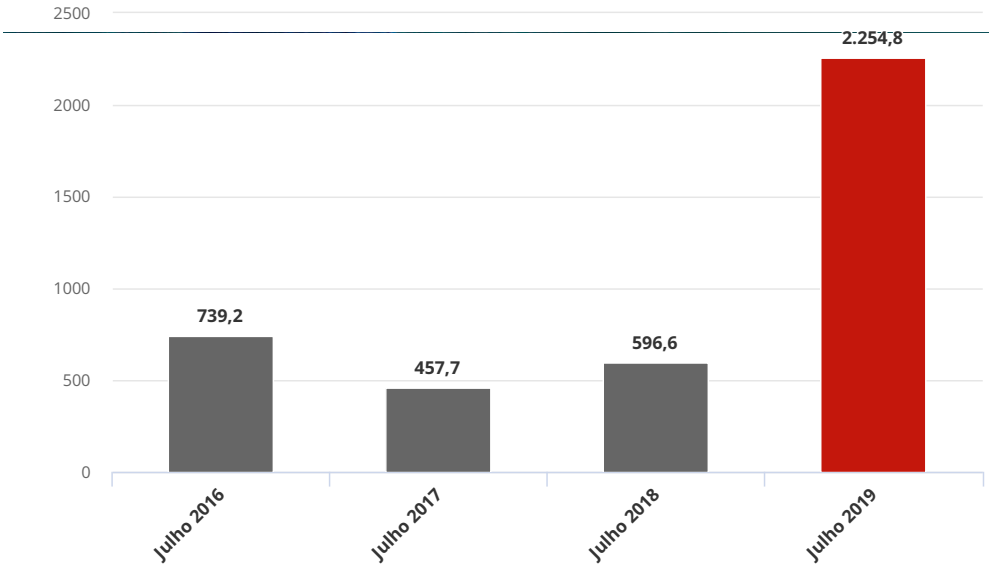
Em junho, Jair Bolsonaro questionou a veracidade dos dados e foi rebatido pelo então diretor do Inpe, que acabou exonerado *(leia mais abaixo)*. Nesta terça (7), ele afirmou em Brasília que **receberá com antecedência dados "alarmantes"** de desmatamento, antes que sejam divulgados. Os números estão públicos e disponíveis na plataforma Terra Brasilis desde 2017.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse também nesta terça os percentuais de desmatamento da Amazônia divulgados recentemente "**são interpretações sensacionalistas e midiáticas**" feitas por "aqueles que manipulam para criar factóides" e "conseguir mais doações das ONGs estrangeiras para os seus projetos pessoais".

- **Entenda como o Inpe monitora e gera taxas de desmatamento da Amazônia**

Os alertas servem para informar aos fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) onde há sinais de devastação, que podem ou não ser comprovados posteriormente. Os dados oficiais de desmatamento são feitos por outro sistema, o Prodes, que mede as taxas nos meses em que há seca, para evitar que as nuvens cubram as áreas.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



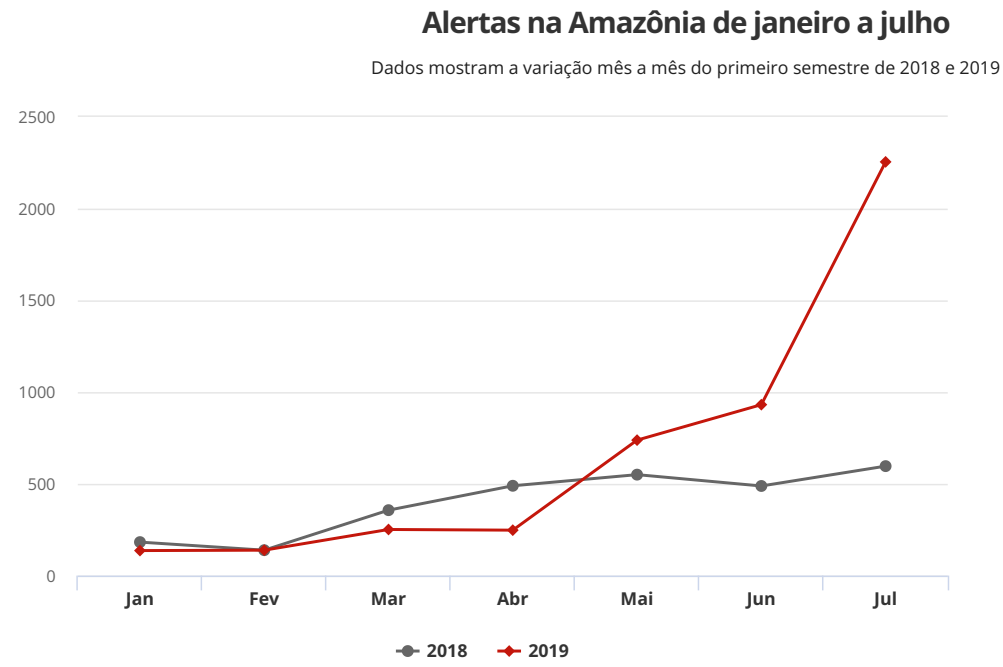

Fonte: Deter/TerraBrasilis/Inpe/MCTIC

Em julho de 2018, houve alerta em 596,6 km² na Amazônia. Em julho de 2019, este número foi de 2.254,9 km² – quase quatro vezes mais. No mês anterior, a área com alerta de desmatamento foi de 931,6 km².

Os dados de julho de 2019 são os mais altos desde 2015, se considerados todos os meses de monitoramento disponíveis para análise.


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Antes, o recorde de área com alerta havia sido em agosto de 2016, com 1.025 km².




Fonte: Deter/TerraBrasilis/Inpe/MCTIC

De acordo com um levantamento feito pelo Observatório do Clima no mesmo sistema, o desmatamento na Amazônia cresceu 49,5% na série histórica 2018/2019 , se comparado ao mesmo período de 2017/2018. Foram 6.833 km² com alerta de desmatamento, contra 4.532 km² no período anterior.

O coordenador técnico do Observatório do Clima e coordenador geral do MapBiomas, Tasso Azevedo, publicou uma imagem nesta terça (6) que mostra a degradação ambiental.

Segundo Azevedo, trata-se de uma área de 35 km² em Altamira, no Pará, para onde foram emitidos 20 alertas de desmatamento entre maio e julho de 2019. "Cerca de 1,5 milhão de árvores cortadas em pouco mais de 90 dias", afirmou *(veja a publicação abaixo)*.

**Tasso Azevedo**
@tassoazevedo

Uma imagem vale mais que mil palavras




2,038 5:04 PM - Aug 6, 2019

1,155 people are talking about this


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

A Amazônia Legal inclui o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

## Críticas aos dados de desmatamento

Em julho, Jair **Bolsonaro questionou os dados do Inpe** sobre o aumento do desmatamento na Amazônia. "Com toda a devastação que vocês nos acusam de estar fazendo e de ter feito no passado, a Amazônia já teria se extinguido", afirmou. Ele também disse suspeitar que o diretor do Inpe estaria "a serviço de alguma ONG". As declarações foram dadas durante uma entrevista a jornalistas estrangeiros.

No dia seguinte, Ricardo Magnus Osório Galvão, então **diretor do Inpe, negou as acusações de Bolsonaro**, reafirmou os dados sobre desmatamento e disse que não deixará cargo. O Inpe disse em nota que sua política de transparência permite o acesso completo aos dados e acrescentou que a metodologia do instituto é reconhecida internacionalmente.

Após a resposta de Galvão, Bolsonaro voltou a questionar os dados e disse que o então diretor deveria avisar o ministro da Ciência, ao qual o Inpe é subordinado, antes de divulgar as informações. Os dados do Deter estão públicos no portal Terra Brasilis desde 2017.

No início de agosto, **Galvão foi exonerado**. O oficial da Força Aérea Darcton Policarpo Damião **foi anunciado como o novo diretor interino.**

Douglas Morton, diretor da Nasa, a agência espacial americana, disse que a demissão do diretor do Inpe é **'significativamente alarmante'**.

Um levantamento do **G1** indica que mesmo as áreas da Amazônia que deveriam ter 'desmatamento zero' já perderam o equivalente a 6 cidades de SP em três décadas. Fora das áreas protegidas, a Amazônia perdeu 39,8 milhões de hectares em 30 anos, o que representa 19% sobre todas a floresta natural não demarcada que existia em 1985, uma perda equivalente ao tamanho de 262 cidades de São Paulo. Nas áreas protegidas, a perda acumulada foi de 0,5%.

- **Áreas da Amazônia que deveriam ter 'desmatamento zero' perdem 6 cidades de SP em três décadas**

Em junho, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse que queria contratar uma empresa privada para melhorar o monitoramento do desmatamento da Amazônia. Em matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo, o ministro culpou o monitoramento Inpe pela ineficácia no combate ao desmate. Ao mesmo tempo, de acordo com a reportagem, "nos primeiros cinco meses do governo Jair Bolsonaro, o Ibama registrou a menor proporção de autuações por alerta de desmatamento na Amazônia dos últimos quatro anos".

INPE

## Veja também


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Document 3-series

Riksrevisjonen

# The Office of the Auditor General of Norway's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative

Document 3:10 (2017–2018)




Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Background and objectives of the investigation.
Findings and recommendations.

This document is available at
www.riksrevisjonen.no

Public offices can order this document from
Government Administration Services
Phone: + 47 22 24 00 00
E-mail: publikasjonsbestilling@dss.dep.no
www.publikasjoner.dep.no

Others can order this document from
Bestillinger offentlige publikasjoner
Phone: + 47 55 38 66 00
Fax: + 47 55 38 66 01
E-mail: offpub@fagbokforlaget.no

Fagbokforlaget AS
Postboks 6050 Postterminalen
5892 Bergen
www.fagbokforlaget.no/offpub

ISBN 978-82-8229-436-2

Illustration: Flisa Trykkeri AS. Photo: flickr.com – jbdodane and Matt Zimmermann, NTB Scanpix – Paulo Whitaker

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Document 3:10 (2017–2018)

# The Office of the Auditor General of Norway's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative




## BACKGROUND AND OBJECTIVES OF THE INVESTIGATION

The capture and storage of carbon in forests is seen as essential for achieving climate goals. In this regard, it is particularly important to preserve tropical forests in developing countries. Norway has actively contributed to the international initiative for this, called REDD+, with funding and negotiations.

From 2008–2017, the Storting allocated NOK 23.5 billion to the initiative, which is Norway's largest international climate initiative. The funds are primarily channelled to bilateral and multilateral partners, in addition to civil society organisations. Brazil received the most funding.

The goal of the investigation was to assess Norway's efforts to establish an effective means of reducing greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries.

# Findings and recommendations

### The results of REDD+ to date are delayed and uncertain

- Conflicts of interest and changing political priorities in partner countries hinder and delay actions.
- In five of the eight bilateral partnerships, payment for emission reductions has been delayed.
- The risk of logging being relocated still remains, partly as a result of challenges linked to the implementation of REDD+ nationally and in countries with extensive forested areas.

### Norway's contributions to REDD+ have not triggered sufficient financing from other donors

- Norway is the largest donor of funding to REDD+. Compared with other large donors, the United Kingdom and Germany, Norway represented 51 per cent of the contributions from 2008–2016.

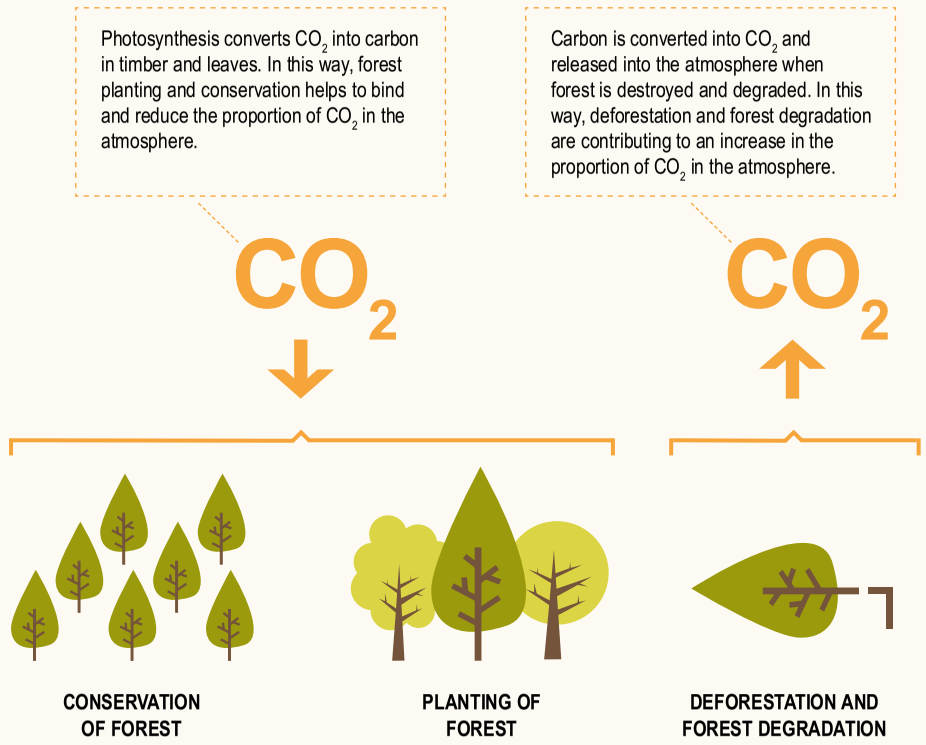
### Monitoring of the implementation and results of REDD+ is unsatisfactory

- There is inadequate follow-up of social and environmental safeguards as regards indigenous peoples' rights, poverty alleviation and preservation of natural forests. The recipient countries have little reporting. The Ministry of Climate and Environment does not compensate sufficiently for this.
- Measurement, reporting and verification of emission reductions as a result of REDD+ is only partially in place. Progress has been slow, also in Brazil.

### The Ministry of Climate and Environment is not sufficiently systematic in its acquisition and use of data concerning the results of Norway's International Climate and Forest Initiative

- The Ministry of Climate and Environment has developed a framework for measuring progress towards milestones and goals. The relative lack of a systematic approach to the acquisition and analysis of data nevertheless reduces the ministry's basis for management and learning from the testing of REDD+.

### Carbon sequestration and emissions in forests




### The ministries' follow-up of the risk of fraud is insufficient

- The investigation points to instances in which the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Climate and Environment did not take sufficient action to prevent, follow up and manage the risk of fraud involving key recipients of Norwegian funds.

### The Office of the Auditor General recommends

that the Ministry of Climate and Environment:

- Further develops initiatives to address the need for lasting results from REDD+ through the work relating to the United Nations Framework Convention on Climate Change and within the bilateral partnerships.
- Strengthens the ministry's underlying information concerning the addressing of social and environmental safeguards in connection with results-based payments.
- Strengthens the follow-up of the Norwegian contribution to REDD+ through the systematic acquisition and processing of data concerning progress and results of Norway's International Climate and Forest Initiative.
- Ensures responsible and active follow-up of risk, and the use of responses in the event of non-conformities and reports of suspected fraud.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# The Office of the Auditor General of Norway's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative

Document 3:10 (2017–2018)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# To the Storting

The Office of the Auditor General hereby submits Document 3:10 (2017–2018) *The Office of the Auditor General of Norway's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative*.

Documents in this series have the following subdivision:
- Summary of key findings, the Office of the Auditor General's remarks, recommendations, follow-up by the ministry/ministries, and the Office of the Auditor General's closing remarks
- Appendix 1: The Office of the Auditor General's letter(s) to the Minister(s)
- Appendix 2: Reply/replies from the Minister(s)
- Appendix 3: The performance audit department's investigation and assessments

The Office of the Auditor General uses the following terms for criticism, ranked according to highest severity:
1. **Very serious** is used to refer to circumstances where the consequences for society or the citizens concerned are very serious, e.g. risk to life or health.
2. **Serious** is used to refer to circumstances that could have major consequences for society or the citizens concerned, or where the sum of errors and deficiencies is so great collectively that the situation must be considered serious in itself.
3. **Very reprehensible** refers to circumstances that have less serious consequences, but which nevertheless concern matters of fundamental or major importance.
4. **Reprehensible** is used to characterise inadequate management where the consequences will not necessarily be serious. This could concern errors and deficiencies that have financial consequences, the infringement of regulations or matters which have been brought up previously but have still not been rectified.

The Office of the Auditor General, 15 May 2018

For the Board of Auditors General

*Per-Kristian Foss*
Auditor General

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# Table of Contents


| | | |
|---|---|---|
| **1** | **Key findings** | 8 |
| **2** | **The Office of the Auditor General's remarks** | 9 |
| **3** | **The Office of the Auditor General's recommendations** | 16 |
| **4** | **The Ministry's follow-up** | 17 |
| **5** | **The Office of the Auditor General's final remarks** | 19 |
| **Appendix 1: The Office of the Auditor General's letter to the Minister** | | 21 |
| **Appendix 2: The Minister's reply** | | 25 |
| **Appendix 3: Report** | | 41 |
| 1 | Introduction | 48 |
| 2 | Methodology and implementation | 53 |
| 3 | Audit criteria | 58 |
| 4 | What financing has been made available to REDD+? | 69 |
| 5 | What progress and results have been achieved through the Ministry of Climate and Environment’s work relating to the goals of the Norwegian initiative? | 75 |
| 6 | What are the experiences and results of REDD+ in Brazil and Ethiopia? | 90 |
| 7 | What is the Ministry of Climate and Environment’s governance, follow-up and learning like? | 114 |
| 8 | Assessments | 129 |
| 9 | List of references | 136 |
| 10 | Appendices | 144 |

**Fold-out: Background and objectives of the investigation.**
**Findings and recommendations.**


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Ministry of Climate and Environment

# The Office of the Auditor General of Norway's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative

Norway's International Climate and Forest Initiative is Norway's largest international climate initiative. The initiative was launched by the Norwegian authorities at the climate summit in Bali in December 2007. During the 2000s, awareness of the importance of forests as regards climate increased. The conservation of tropical forests in developing countries was considered to be particularly important for climate. The parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change therefore decided at the summit in Bali to test out the opportunity to establish a framework for collaboration under the United Nations Framework Convention on Climate Change, with the aim of reducing emissions from deforestation and forest degradation in developing countries. Initiatives for increasing the uptake and sequestration of carbon in tropical forests in developing countries are called REDD+[1].

Norway's International Climate and Forest Initiative is Norway's contribution to the efforts being made under the United Nations Framework Convention on Climate Change to test out and establish a framework for REDD+. The initiative was established as a project within the Ministry of Environment. A key goal for the Norwegian initiative has been to ensure that REDD+ forms part of a new global climate agreement. Moreover, early attempts to implement REDD+ was to result in rapid and early reductions in emissions. At the climate summit in Paris in 2015, the parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change reached a consensus on a new international climate agreement (the Paris Agreement). The agreement promotes climate initiatives relating to forests and the use of the REDD+ framework.

REDD+ covers various types of initiatives aimed at increasing and preserving the uptake and sequestration of carbon by forests. Amongst these are forestation and a reduction in or stopping of logging. Many multilateral funds and programmes offer technical assistance to countries with tropical forests who want to implement REDD+. The aid includes assistance in the preparation and establishment of the necessary plans, legislation and institutions, as well as the mapping of forests and methods to measure the uptake of carbon by forests. Through Norway's International Climate and Forest Initiative, Norway has participated in international negotiations concerning the REDD+ framework, and made financial contributions to bilateral and multilateral partnerships in order to test out REDD+ in a number of countries.

Norway's International Climate and Forest Initiative has established goals relating to both climate policy and development policy, and aims to support the overarching goals for Norwegian climate, foreign and development policy. During the period 2008–2017, a total of NOK 23.5 billion was allocated to the initiative. In Innst. 440 S (2016–2017), the Storting decided to extend the work through to 2030. Until January 2014, responsibility for Norway's International Climate and Forest initiative was shared between the Ministry of Climate and Environment and the Ministry of Foreign Affairs. Since 2014, the Ministry of Climate and Environment has had full responsibility for the initiative. The Norwegian Agency for Development Cooperation (Norad) is subordinate

1) "Reducing emissions from deforestation and forest degradation and the role of conservation, sustainable management of forests and enhancement of forest carbon stocks in developing countries"



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

to the Ministry of Climate and Environment as regards matters pertaining to Norway's International Climate and Forest Initiative. The Ministry of Climate and Environment also has special envoys at the Norwegian embassies in the key partner countries.

The initiative to combat deforestation and forest degradation in developing countries entails considerable risk. This is apparent from St.prp. nr. 1 for the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Climate and Environment.[2] The remaining extensive forest areas are located in some of the world's most inaccessible regions, where there are many challenges relating to management practices and strong international stakeholders are actively involved in deforestation. Nevertheless, reducing greenhouse gas emissions from tropical forests has been identified as being vital in order to achieve the climate agreement's goal of limiting global warming to below 2 degrees centigrade.

The aim of the investigation was to assess Norway's efforts to establish an effective instrument for reducing greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries. The investigation covers analyses of progress and results achieved to date in REDD+ countries which have been supported by Norway's International Climate and Forest Initiative. The investigation covers the period 2008–2017, with an emphasis on the situation at the time of data acquisition. Data acquisition was carried out from March 2016 to October 2017.

The investigation was partly based on the following resolutions and intentions of the Storting:

- Innst. 7 S and Innst. 9 S for the period 2009 to 2016
- Innst. S nr. 145 (2007–2008) *Innstilling fra energi- og miljøkomiteen om norsk klimapolitikk*
- Innst. 390 S (2011–2012) *Innstilling fra energi- og miljøkomiteen om norsk klimapolitikk*
- Innst. 44 S (2011–2012) *Innstilling fra utenriks- og forsvarskomiteen om en grønnere utvikling – om sammenhengen i miljø- og utviklingspolitikken*
- Innst. 123 S (2013–2014) *Innstilling fra kontroll- og konstitusjonskomiteen om Riksrevisjonens rapport om den årlige revisjon og kontroll for budsjettåret 2012*

The report was submitted to the Ministry of Climate and Environment and the Ministry of Foreign Affairs in conjunction with a letter dated 15 January 2018. The respective ministries commented on the report in letters dated 9 February 2018 and 12 February 2018. The comments have largely been incorporated into the report and this document.

The report, the Board of Auditors General's covering letter to the Ministry dated 20 March 2018 and the Minister's reply of 5 April 2018 are enclosed as appendices.

## 1 Key findings

- The results of REDD+ to date are delayed and uncertain.
- Monitoring of the implementation and results of REDD+ is unsatisfactory.
- Norway's contributions to REDD+ have not triggered sufficient financing from other donors.

2) During the period 2008-2013, the work relating to Norway's International Climate and Forest Initiative was split between the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Climate and Environment. During this period, both these ministries submitted reports on the initiative in the budget proposal.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- The Ministry of Climate and Environment is not sufficiently systematic in its acquisition and use of data concerning the results of Norway's International Climate and Forest Initiative.
- The ministries' follow-up of the risk of fraud is inadequate.

## 2 The Office of the Auditor General's comments

### 2.1 The results of REDD+ to date are delayed and uncertain

#### 2.1.1 Stimulating reductions in deforestation represents a challenge

A pivotal goal of Norway's International Climate and Forest Initiative is cost-effective and early reductions in emissions. Moreover, the results must be lasting and result in long-term reductions in emissions; see for example Innst. S. nr. 269 (2008–2009) and Innst. 390 S (2011–2012). As part of Norway's International Climate and Forest Initiative, Norway pays partner countries for documented reductions in emissions from forests.

At the end of 2016, Norwegian climate and forest funds amounting to a total of NOK 8.3 billion had been paid out for reductions in emissions from forests, split between three countries: Brazil, Guyana and Colombia. REDD+ is being implemented in different ways in the three countries. However, common to all three countries is that progress in REDD+ has been hampered by fluctuating political priorities and capacity to implement REDD+ in the partner countries.

Brazil is the largest recipient of REDD+ funds globally and has received a total of NOK 7.4 billion from Norway's International Climate and Forest Initiative. By the time Norway entered into the bilateral REDD+ partnership with Brazil in 2008, Brazil had already achieved a substantial reduction in deforestation. Deforestation was more than halved during the period 2004–2008. The reduction in deforestation continued during the first year of the partnership with Norway, but decreased after 2009. The deforestation figures show that deforestation has stabilised during the period covered by the bilateral partnership, with some fluctuation from year to year. The reduction in deforestation in the Amazon during the initial period is partly explained by effective prosecutions of illegal logging. It has been acknowledged by the Brazilian and Norwegian authorities that Brazil is in need of new initiatives in order to reduce deforestation further. However, expanding REDD+ to cover more of the country, with initiatives aimed at also reducing legal logging, is proving to be politically more challenging to implement, partly because of conflicts of interest between sectors in Brazil. It has thus proved to be difficult to further reduce or suspend logging.

The low political priority given to REDD+ in the partner countries also has consequences as regards the progress made in terms of payments from the Amazon Fund in Brazil. The Amazon Fund receives results-based payments from Norway for investments in additional initiatives to reduce deforestation and promote sustainable development. The Fund's investments have been delayed in many cases, partly because regional and federal authorities have not initiated approved projects. A high proportion of the climate and forest financing allocated to Guyana has also not been used so far, but remains in an account pending clarification that the authorities will continue the country's green growth strategy.

The Office of the Auditor General notes that large sums of money from Norway remain unused in the bank accounts of recipients in a situation where there is an urgent need to boost climate financing and step up efforts to combat deforestation. The Office of the



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Auditor General furthermore notes that the Ministry of Climate and Environment has limited scope as regards what it can do when partner countries do not wish to prioritise REDD+. The Office of the Auditor General notes that this means that the Norwegian authorities are paying for emission reductions where the duration of the results is uncertain.

### 2.1.2 The facilitation of emission reductions has made poor progress

In connection with the climate settlements in the Storting in 2008 and 2012, a majority of the Energy and Environment Committee gave their support for Norway to contribute to demonstration and pilot projects in order to test out REDD+. For most countries wanting to implement REDD+, it is necessary to carry out various forms of preparatory measures before the countries concerned can achieve and verify reductions in emissions from forests.

Little progress has been made in the extensive work to facilitate emission reductions through the formulation and implementation of national REDD+ strategies, policies and initiatives. This applies to both the multilateral and bilateral partnerships that Norway's International Climate and Forest Initiative supports. Figures for FCPF, a collaborative programme under the World Bank, show that 9 out of 45 countries have submitted a final report on the work to facilitate REDD+. Four countries have entered into an agreement concerning results-based payments. None of these has so far submitted reports or received payment for emission reductions. In the case of five out of eight bilateral partnerships that Norway's International Climate and Forest Initiative has entered into involving payments for emission reductions, payments for results in the form of measured, reported and verified emission reductions have been delayed.

The investigation shows that in Ethiopia − a country which is facilitating future emission reductions within REDD+ − there is little cross-sector political agreement to prioritise REDD+. This is delaying and jeopardising vital legislative changes and planning work, and the implementation thereof. It is also expensive and time-consuming to implement some of the initiatives that are intended to contribute to emission reductions. For example, the plans concerning forestation in Ethiopia assume the availability of more funding sources than are available at present.

The Office of the Auditor General notes that little progress has been made in a number of REDD+ countries and that there is still uncertainty surrounding the feasibility and possible impact of REDD+. The Office of the Auditor General concludes that the initial investments may not have any climatic impact and that REDD+ is not leading to early emission reductions as anticipated.

### 2.1.3 Carbon leakage, the relocation of logging, could reduce the impact of Norway's contribution to REDD+ on the climate

In Innst. S. nr. 269 (2008–2009), the Foreign Affairs Committee referred to the importance of ensuring that the measures to combat deforestation are implemented nationally and do not lead to carbon leakage, where the stopping of logging in one area leads to an increase in logging elsewhere. Carbon leakage can occur both within a country and between countries.

Although Norway's International Climate and Forest Initiative has a clear goal that REDD+ will cover all forests in the partner countries, it has in practice proved to be difficult to expand REDD+ into a national initiative. The bilateral partnership with Guyana is so far the only partnership where the implementation of REDD+ is based on measurements of deforestation nationally. In the partnership with Brazil, Norway is paying for emission reductions in the Brazilian part of the Amazon. Forests across



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

much of the country are not included in the measurements. This is despite the fact that Norway has also supported initiatives to conserve forests in other areas in Brazil, e.g. in the Cerrado. The Cerrado will not be included in Norway's payments for emission reductions in Brazil until 2019 at the earliest. A research report shows that in 2016 the Cerrado, which represents half of the Amazon in terms of area, had greenhouse gas emissions from changes in land use and deforestation equal to those of the Amazon. The Brazilian authorities have no detailed information concerning deforestation in the Cerrado or other forested areas in Brazil.

The expansion of REDD+ to a national initiative is creating conflicts of interest between sectors in the partner countries, but it is also a question of access to resources and specialist expertise. For some REDD+ measures, there are no methods or data available for calculating the climatic impact of the measures. Differences in habitat types and land use may also render it necessary to adapt REDD+ to different regions within a country. This is for example the case in Ethiopia, where the remaining natural forest is relatively small and REDD+ therefore also entails forestation. These differences reduce the transferability of experiences within a country and make it more resource-intensive to expand REDD+ to national level. The delayed expansion of REDD+ to national level also makes it more difficult to control the risk of carbon leakage.

Achieving the desired climatic impact will require a high proportion of tropical forests to be covered by REDD+. Many developing countries have shown an interest in REDD+, and REDD+ actions have been financed multilaterally in over 60 countries. Norway alone has transferred funds to 36 countries. However, some of these countries will not continue their REDD+ work, partly because of a lack of prioritisation and partly because of a lack of financing. The implementation of REDD+ also faces considerable challenges in the countries with the largest forested areas, such as Indonesia, Brazil and DR Congo.

The Ministry of Climate and Environment itself highlights the risk of carbon leakage in St.prp. nr. 1 (2008–2009) and elsewhere. In order to manage the risk the Ministry has, for example, channelled aid multilaterally in order to include as many countries in REDD+ as possible and enable them to increase the scope of REDD+ initiatives should more funding for results-based payments become available. Norway's International Climate and Forest Initiative is also supporting the work to encourage companies to manufacture products without resorting to deforestation in order to reduce the risk of carbon leakage.

The Office of the Auditor General notes that the risk of carbon leakage is considerable because of the weak implementation of REDD+ at national level and in key tropical forest countries. The Office of the Auditor General furthermore notes that, as a result of this, a key prerequisite for Norway's International Climate and Forest Initiative has not been fulfilled. The Office of the Auditor General believes that this leads to considerable uncertainty over the climatic impact of REDD+ and Norway's contribution.

### 2.2 Monitoring of the implementation and results of REDD+ is unsatisfactory

#### 2.2.1 Social and environmental safeguards are not being adequately followed up

The REDD+ safeguards are principles for social and environmental considerations that the developing countries shall follow when implementing REDD+. The principles are based on the view that REDD+ can have both positive and negative impacts on circumstances such as the eradication of poverty, the rights of indigenous peoples and the conservation of natural forests. On a number of occasions, the Storting has



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

therefore referred to the importance of ensuring that Norway prioritises controls to ensure that the social and environmental safeguards are complied with and that action is taken if they are not followed; see for example Innst. 9 S (2014−2015).

It has been important for the Ministry of Climate and Environment to include social and environmental safeguards in the REDD+ framework under the United Nations Framework Convention on Climate Change and in agreements that the Ministry of Climate and Environment enters into. Nonetheless, the efforts being made to safeguard the Storting's prerequisites concerning compliance with the REDD+ safeguards have faced obstacles. This is partly because many parties consider the follow-up of the safeguards to be an internal matter, with the result that the guidelines from the climate convention have become general and overarching. One consequence of this is that there is little reporting from the REDD+ countries on compliance with the REDD+ safeguards, and only one country has so far developed a REDD+ safeguard information system for obtaining information and for reporting concerning this, as determined under the United Nations Framework Convention on Climate Change.

There is some variation between the bilateral partnerships as to whether the Ministry of Climate and Environment requires reporting on compliance with the REDD+ safeguards in the agreements concerning results-based payments. Whilst the agreement with Guyana includes an assessment of management practice indicators in connection with the calculation of Norway's results-based payments, the payments made to Brazil are only based on figures for deforestation. The rights of indigenous peoples are under considerable pressure in both countries. The Ministry of Climate and Environment refers to the fact that the Ministry follows up the REDD+ safeguards in its dialogue with the Amazon Fund, which administers Norway's payments to Brazil. Consideration of the Amazon Fund's annual reports by the Ministry of Climate and Environment shows that the Ministry of Climate and Environment repeatedly requests greater transparency and more information concerning the compliance with the REDD+ safeguards from the fund.

The audit shows that the Ministry of Climate and Environment's acquisition and use of information concerning the REDD+ safeguards is also unsatisfactory. Although the Ministry has established indicators for progress and results concerning the safeguards, the Ministry does not request information concerning the status of the indicators from Norad, the embassies or the Ministry's own country managers. The Ministry does not therefore make use of the opportunity to build on its own information when reporting from the partner countries is inadequate. This weakness also permeates the reporting in budget proposals and Norad's annual reports, which generally only state that provision has been made to ensure compliance with the REDD+ safeguards, rather than describing results in specific terms.

The REDD+ safeguards are intended to help ensure that REDD+ is not implemented at the expense of other considerations, such as biodiversity and the eradication of poverty. These are important considerations and goals in themselves. Moreover, it is considered to be vital to address the REDD+ safeguards in order to achieve long-term reductions in emissions through REDD+. Information concerning the safeguards is therefore essential in order to accurately assess the effects of REDD+ and Norway's International Climate and Forest Initiative. The Office of the Auditor General notes that there are both deficiencies in the Ministry's own acquisition and use of information, and unsatisfactory reporting by the partner countries. Overall, this leads to a risk that Norway could end up paying for results that do not fulfil the requirements of the REDD+ safeguards. The Office of the Auditor General believes that it is reprehensible that the Ministry of Climate and Environment has not implemented more initiatives in



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

the administration of the Norwegian funds in order to secure good information on compliance with the REDD+ safeguards and associated reporting.

### 2.2.2 Measurement, reporting and verification of emission reductions are only partly in place

The measurement, reporting and verification (MRV) of emission reductions is key to ensuring that payments are made for actual reductions in emissions. The Storting has referred to the need to establish monitoring and control arrangements and has also noted the importance of third-party verification of the emission reductions from REDD+; see Innst. S. nr. 145 (2007-2008) and Innst. S. nr. 269 (2008–2009).

The establishment of a system for the measurement, reporting and verification of reductions in emissions from forests requires considerable resources, both professional and financial. Norway's International Climate and Forest Initiative has invested in this work in bilateral partnerships and support for multilateral funds and programmes, amongst other things. Brazil was one country that was considered to have the necessary prerequisites and to be well underway with the measurement and reporting of reductions in emissions from forests by the time the bilateral REDD+ partnership commenced. Nevertheless, there remains some way to go before Brazil has nationwide and nuanced data concerning trends in forest cover, and precise information concerning carbon in the forests. The decisions concerning REDD+ take account of these circumstances by being open to the gradual development and improvement of the measurement methods used. Norway also uses conservative estimates of emission reductions from REDD+ as a basis for payments for emission reductions. Further, the investigation shows that it has taken time for Brazil to further develop its measurement and reporting to also cover forest degradation, i.e. the thinning of forests, amongst other things. This is in spite of the fact that the inclusion of forest degradation is one of the goals in the partnership agreement between Norway and Brazil dating from 2008. At present, reports concerning forest degradation are only submitted by researchers, and emissions from forest degradation are not included in the annual calculations of greenhouse gas emissions from Brazilian forests.

The Ministry of Climate and Environment has referred to the right of civil society to access and verify the official deforestation figures in Brazil as being important in order to compensate for the fact that Brazil's deforestation figures are not verified by an independent third party before payments are made by Norway. However, the investigation shows that civil society in Brazil believes that the authorities do not include them sufficiently in the discussions relating to the deforestation figures and the need for initiatives, and that there are now fewer opportunities to become involved.

The Office of the Auditor General notes that the precise measurement, reporting and verification of emission reductions (MRV) within REDD+ is technically challenging and will take time to establish. Good MRV systems are important in order to secure the climatic effects of REDD+. The Office of the Auditor General assumes that the Ministry will continue to stress the importance of sound MRV systems in the efforts relating to the Climate and Forest Initiative, and follow up the partner countries with clear requirements regarding improvements in the measurement, reporting and verification of emission reductions.

## 2.3 Norway's contributions to REDD+ have not triggered sufficient financing from other donors

In a number of arenas, the Storting has stressed that Norway's International Climate and Forest Initiative must be carried out in partnership with others and that Norway's contributions must also trigger an increase in support for REDD+ from other countries



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

and stakeholders; see for example Innst. 390 S (2011–2012). The need to ensure predictable transfers is also stressed; see for example Innst. 44 S (2011–2012).

There is no complete overview of REDD+ financing globally. The shortfalls in the availability of data mean that it cannot be ascertained with any certainty how much funding has been mobilised for REDD+, who has contributed or how the funds have been used. However, it is a common feature of many of the surveys that have attempted to trace the REDD+ funds that Norway is the largest individual donor, followed by a handful of other donors that have also made significant contributions, including the United Kingdom and Germany. Norway accounts for 51 percent of a total of around USD 5.3 billion which has been paid out to REDD+ from these three countries during the period 2008–2016. The Office of the Auditor General notes that the high proportion of Norwegian funds shows that the condition of strong involvement from other donor countries in REDD+ has not been met.

The financing of REDD+ has not been clarified in the negotiations in connection with the climate convention. This is not unique to REDD+, as it applies to all areas which are being considered in the climate negotiations. The Ministry of Climate and Environment has stated that this represents the greatest risk for REDD+ and Norway's International Climate and Forest Initiative, e.g. in Prop. 1 S (2012–2013) and Prop. 1 S (2014–2015). The question of who should be able to credit the results of REDD+ as national contributions is still open to discussion amongst the parties to the climate convention and has yet to be clarified.

The Office of the Auditor General notes that there are no predictable and adequate transfers to REDD+ globally and that Norway's contribution represents a greater proportion than anticipated compared with the financing contributed by other donors. A fundamental prerequisite for Norway's contribution to REDD+ is therefore not being fulfilled. The Office of the Auditor General also notes that efforts are still being made in a number of international forums and under the United Nations Framework Convention on Climate Change to find solutions for the financing of climate initiatives and international collaboration.

### 2.4 The Ministry of Climate and Environment is not sufficiently systematic in its acquisition and use of data concerning the results of Norway's International Climate and Forest Initiative

St. prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs notes that REDD+ constitutes groundbreaking work where both negative and positive experiences can be of value. It was stressed that it is important to have a systematic and strategic approach in order to be able to implement corrective measures as and when necessary. *The Regulations for Financial Management in the State* (the Financial Regulations) also require a systematic approach in that, for an individual grant scheme, the Ministry must describe goals, criteria for goal attainment and awards, and establish provisions concerning the follow-up and control of grants.

The Ministry of Climate and Environment has prepared a strategic framework which shows the link between the Storting's goals for Norway's International Climate and Forest Initiative, the Ministry's concretisation of them, milestones for the work and indicators for progress against each individual milestone. The framework is a tool for the Ministry to use when acquiring and using information concerning progress and results in Norway's International Climate and Forest Initiative.

The indicators in the framework have been identified by the Ministry as being pivotal to achievement of the overarching milestones and goals for the initiative, and for



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

assessing the progress being made in the partnerships. Nevertheless, the Ministry has not facilitated or imposed requirements on the embassies, Norad or country managers within the Ministry concerning the acquisition of information at indicator level. This means that the Ministry does not have complete data or analyses of progress and results for individual indicators or sets of indicators. Moreover, neither Norad nor the embassies have any basis for their reporting to the Ministry either.

The Office of the Auditor General considers it positive that the Ministry of Climate and Environment has followed up the recommendation in the real-time evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative and in Document 1 (2013–2014) to establish a result framework for the initiative. However, the Office of the Auditor General believes that the value of this result framework is weakened by the Ministry's use of it. The lack of a systematic approach to the acquisition and analysis of data concerning results weakens the Ministry of Climate and Environment's basis for management and for testing and building experience with REDD+. The Office of the Auditor General believes that this is reprehensible, particularly because REDD+ represents groundbreaking work which entails considerable risk as well as uncertainty regarding the feasibility and effects of initiatives.

**2.5 The ministries' follow-up of the risk of fraud is inadequate**

According to Section 14 of the Financial Regulations, all government departments and agencies must establish systems and routines that include internal controls. One of the purposes of this is to ensure that irregularities and financial crime are prevented and uncovered. Government departments and agencies must carry out checks on underlying agencies and entities outside the public administration which exercise administrative authority. See Section 15.

The risk of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative is considered to be high. According to current guidelines, the implementing partner's internal controls and other systems and routines regarding the handling of fraud are assessed before an agreement is entered into, and further follow-up must be adapted to the risks. The administrative manager must respond in the event of evidence of fraud, in accordance with the principle of zero tolerance for corruption involving aid, and the associated guidelines. The investigation shows specific cases where the Ministry of Climate and Environment's assessments of the risk of fraud do not follow relevant guidelines for the prevention and follow-up of suspected fraud.

The Brazilian Development Bank, which administers the Amazon Fund as part of its portfolio, is the largest recipient of funds from Norway's International Climate and Forest Initiative. At the end of 2017, Norway had transferred NOK 7.6 billion to the Amazon Fund. Of this, a total of NOK 1.2 billion was transferred during 2016 and 2017. In January 2016, the Ministry of Climate and Environment contacted the Amazon Fund in connection with media attention regarding the investigation of the bank concerning suspected fraud linked to project approvals. The investigation was not specifically aimed at projects under the Amazon Fund, but covered the bank's general internal controls. After being informed about the bank's internal control systems, the Ministry decided to await developments in the situation. The investigation shows that, in its decision, the Ministry failed to take account of the fact that the investigation of the bank revealed a risk of weaknesses in the bank's internal controls and that these weaknesses also impacted on the administration of the Norwegian funds paid to Brazil.

The administration assessed an implementing partner on two occasions without discovering that the partner was registered as a mailbox company. During the period 2013–2016, the partner received NOK 30 million via Norway's International Climate



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

and Forest Initiative. The partner is a subsidiary organisation of a recipient of NOK 33 million during the same period. Registration as a mailbox company reduces the administration's access and scope to carry out checks on the use of the allocated funds. It has taken the administration over 18 months to decide how the subsequent collaboration with the grant recipient should be handled.

In one final case, a partner was found guilty of fraud in 2015 following a three-year investigation. The partner administered a fund on behalf of a number of donors for investments in the conservation of rainforest in the Congo Basin. During the period 2009–2012, Norway transferred NOK 420 million to the fund, making it the largest donor. The Norwegian contribution to the fund was not frozen when the investigation was initiated in spring 2012, contrary to the recommendations in the internal guidelines. The reason for this has not been documented. Norway's contribution to the fund was not frozen until autumn 2014 when the fund's board, which included Norwegian members, decided to suspend the financing and initiation of new projects until the investigation had been completed. After the investigation had been completed, the Ministry of Climate and Environment demanded the repayment of funds that were not tied or committed to approved projects under the fund. The amount that can be repaid has not yet been determined and is being followed up.

The Office of the Auditor General believes that these cases show that the administration is not adequately following up and managing the risk of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative. The Office of the Auditor General furthermore believes that it is vital that, as a major donor to REDD+, Norway takes the lead as a role model, makes sound assessments of partners and reacts consistently and quickly in the event of suspected cases of fraud. The Office of the Auditor General considers it very reprehensible that the Ministry of Climate and Environment does not take clearer action when it receives information concerning the risk of fraud involving partners and does not implement the necessary measures in accordance with the applicable guidelines.

## 3 The Office of the Auditor General's recommendations

The Office of the Auditor General recommends that the Ministry of Climate and Environment:

- Further develops initiatives to address the need for lasting results from REDD+ through the work relating to the United Nations Framework Convention on Climate Change and within the bilateral partnerships.
- Strengthens the ministry's underlying information concerning the addressing of social and environmental safeguards in connection with results-based payments.
- Strengthens the follow-up of the Norwegian contribution to REDD+ through the systematic acquisition and processing of data concerning progress and results of Norway's International Climate and Forest Initiative.
- Ensures responsible and active follow-up of risk, and the use of responses in the event of non-conformities and reports of suspected fraud.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## 4 The Ministry's follow-up

In his letter of reply, the Minister for Climate and Environment notes that the Ministry will use the report in its subsequent work to develop the initiative and further improve the administration. The Minister states that the Office of the Auditor General's four specific recommendations will be followed up.

The Minister states that it is already a priority for Norway's International Climate and Forest Initiative to strive to secure lasting results from REDD+ through both the United Nations Framework Convention on Climate Change and bilateral partnerships. In order to develop initiatives to achieve lasting results, the Ministry will systematically further strengthen public-private collaboration, the civil society programme and the work to promote global transparency and combat forest crime. Political desire to bring about change and a national approach to the REDD+ initiative in the partner countries, in addition to the joint global initiative to reduce greenhouse gas emissions from forests, will remain key aspects of the work to bring about lasting reductions in emissions.

The promotion of sustainable development and the eradication of poverty are emphasised by the Minister as key elements in Norway's International Climate and Forest Initiative's strategy to reduce the uncertainty associated with the duration of the emission reductions for which Norway is paying. In Brazil, the Amazon Fund's use of Norway's payments to support various institutions and organisations which are working to promote sustainable development and eradicate poverty in the Amazon region represents a contribution in this context. Together with others, Norway has also worked to strengthen the rights and votes of indigenous peoples in national and international processes. The Minister notes that extensive new areas of rainforest have come under the control of indigenous peoples in Brazil, Colombia, Indonesia and Peru.

In his reply, the Minister points to the fact that Norway's International Climate and Forest Initiative has been a major reason why many companies have pledged to reduce or cease deforestation as a result of their activities. From being a key factor behind deforestation, these companies have become active driving forces behind forest conservation. The Norwegian initiative has also financed projects which have made satellite data concerning key forest areas available.

The Minister notes that the Ministry has found that results-based payments do not provide developing countries with sufficient incentive to implement the major reforms that are necessary in order to reduce deforestation. This is partly because the transfers to REDD+ globally have not been as large as initially anticipated when the work relating to REDD+ began back in 2008. The Ministry is continuing its international efforts to boost climate financing and international collaboration regarding tropical forests, but it is also targeting a broader group of stakeholders and reforming forces for REDD+. The Minister notes that the Paris Agreement of 2015 represented a breakthrough in many ways in that every country undertook to reduce its greenhouse gas emissions, including those resulting from deforestation and forest degradation.

The Minister notes that the risk of carbon leakage, the relocation of logging, has been known since the initiative was first established. A national approach to REDD+ in each individual country is one of a number of elements in the Norwegian initiative in this context. Other elements are the work aimed at raw material producers to ensure that they cease deforestation, and support for initiatives to utilise existing areas of agricultural land more efficiently.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

In his reply, the Minister stresses that substantial results have been achieved in the Amazon region and that developments in Brazil show that REDD+ is working. The deforestation taking place in the Brazilian part of the Amazon has been well below the average rate of deforestation over the period during which the annual figures have been calculated. The Minister believes that this was not highlighted sufficiently in the Office of the Auditor General's investigation.

The Minister will strengthen the Ministry's underlying information concerning the addressing of social and environmental safeguards in connection with results-based payments. The Minister states that he agrees that the Ministry's understanding of where the countries are in the work relating to REDD+ safeguards could be improved further. It is important that the countries work systematically to implement the REDD+ safeguards to ensure that the results are sustainable, both socially and environmentally. Norway will contribute to this important work and impose requirements on those who receive payments from Norway's International Forest and Climate Initiative.

The Minister also notes that all agreements that are entered into under Norway's International Forest and Climate Initiative include requirements regarding social and environmental safeguards that the contractual parties must comply with and report on. The Minister will consider whether it would be appropriate to link Norwegian payments for emission reductions to the countries' reports regarding such safeguarding mechanisms submitted to the United Nations Framework Convention on Climate Change.

The Minister will strengthen the follow-up of Norway's contributions to REDD+ through the systematic acquisition and processing of data concerning progress and results in the Norwegian initiative. The result framework which has been developed provides a good basis for the Ministry to look at the results of the initiative over time. The Minister will continue to endeavour to systematise the information that the Ministry receives, and notes that various measures have been instigated in order to better understand the results of the initiative. The Minister supports the Office of the Auditor General's statements concerning the importance of this in order to maximise the lessons learned from the initiative.

The Minister also notes that the real-time evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative under the direction of Norad has made important contributions to the further development and improvement of the initiative. In addition, the ongoing dialogue between the Ministry of Climate and Environment, its special envoys at a number of embassies, and partners globally represents important sources of information for use in strategic decisions. The Minister believes that the information-sharing can be formalised further and related to the result framework in a more systematic way.

The Minister states that he will follow the Office of the Auditor General's recommendation to ensure that the Ministry responsibly and actively follows up risk and use of responses in the event of non-conformities and reports of suspected fraud. The Minister considers the Ministry of Climate and Environment's current follow-up of the risk of fraud to be responsible, and notes that the Ministry is following up the risk through preventive measures and checks on the administration, partners and use of money. According to the Minister, the Ministry of Climate and Environment benefits in this context from the experiences, systems and administrative practices that have been established by the Ministry of Foreign Affairs and Norad within this area. The Minister stresses that the risks and the scope of control measures are subject to ongoing review and that the



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Office of the Auditor General's findings will form part of the backdrop to these assessments in the future.

## 5 The Office of the Auditor General's closing remarks

The Office of the Auditor General notes that the Minister believes that substantial results have been achieved in the Amazon region and that developments in Brazil show that REDD+ is working. The Minister believes that these results are not highlighted sufficiently in the investigation. The Office of the Auditor General states that Brazil has considerably reduced its greenhouse gas emissions from deforestation relative to the reference level.

Deforestation in the Brazilian part of the Amazon has been at such a level that Brazil is entitled to receive payments from Norway under the agreement for the bilateral partnership (2008–2020).

Nonetheless, the trend in the deforestation figures shows that the reduction in deforestation levelled out during the period of the bilateral partnership. Deforestation in the Brazilian part of the Amazon amounted to 7893 km² and 6624 km² in 2016 and 2017 respectively.

Brazilian and Norwegian authorities have acknowledged that Brazil is in need of new initiatives to bring about further reductions in or the cessation of deforestation. The parties have so far been unsuccessful in their efforts to find instruments to further reduce deforestation in the Amazon. The Office of the Auditor General maintains that the results of Norway's International Climate and Forest Initiative have been delayed and that the duration of the results of REDD+ is uncertain.

The Office of the Auditor General sees the dilemma that the Ministry is facing as regards the considerable risk of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative. The investigation indicates that more thorough investigations could have been carried out concerning the risks prior to payment. The Office of the Auditor General wishes to stress the need for responsible and active follow-up of the risk, and the use of immediate responses in the event of non-conformities and reports of suspected fraud. The administration must have zero tolerance for corruption and the follow-up must be in proportion to the risk.

The case is being submitted to the Storting.

Adopted at the meeting of the Office of the Auditor General on 24 April 2018

**Per-Kristian Foss** **Helga Pedersen**

**Anne Tingelstad Wøien** **Gunn Karin Gjul** **Arve Lønnum**

Jens Arild Gunvaldsen



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Appendix 1

# The Office of the Auditor General's letter to the Minister

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Riksrevisjonen

Our case officer
Karine Thorsell Hansen 22241331
Our date 20.03.2018
Our reference 2015/01537-184
Your date
Your reference

Delayed publication; see Section 18(2) of the Norwegian Act of the Office of the Auditor General of Norway

MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT
Postboks 8013 DEP
0030 OSLO

**The Office of the Auditor General of Norway's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative**

Please find enclosed a draft version of Document 3:x (2018–2019) *The Office of the Auditor General of Norway's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative.*

The document is based on a report which was sent to the Ministry of Climate and Environment in connection with our letter dated 15 January 2018, and on the Ministry's reply dated 12 February 2018.

The Minister is asked to explain how the Ministry will follow up the Office of the Auditor General's remarks and recommendations, and whether the Ministry disagrees with the Office of the Auditor General.

The Ministry's follow-up will be summarised in the final document submitted to the Storting. The Minister's reply will be enclosed with the document in its entirety.

Deadline for reply: 5 April 2018.

For the Board of Auditors General

Per-Kristian Foss
Auditor General

*The letter has been sent digitally and therefore has no handwritten signature.*

Appendices:
Draft for Document 3:x (2018–2019) *The Office of the Auditor General's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative*



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Appendix 2

# The Minister's reply

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**THE ROYAL MINISTRY OF CLIMATE AND ENVIRONMENT**

The Minister

Office of the Auditor General
P.O. Box 8130 Dep
0032 OSLO

| Your ref. | Our ref. | Date |
|---|---|---|
| 2015/01537 | 15/2805-27 | 5 April 2018 |

**Reply from the Minister of Climate and Environment to the Office of the Auditor General's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative**

Reference is made to the Office of the Auditor General's report submitted on 20 March, and the results of the OAG's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative. The report provides several useful insights. I want to follow up the OAG's recommendations, and the Ministry of Climate and Environment will use the insights in the report in the further work to develop the initiative and to further improve its administration of the initiative.

However, I still believe that some items in the report provide an incomplete picture of the Initiative's work. I also want to point out that the Climate and Forest Initiative has achieved a number of very solid results, which I believe the OAG under-communicates. I will provide some additional comments regarding these topics in Item 2 below.

Initially, I want to call attention to the fact that the global framework conditions for the Climate and Forest Initiative have changed significantly over the course of the Initiative's 10-year lifetime. This also affects how the Initiative's goal achievement should be assessed. When the Initiative was established, the assumption was that a global incentive structure would be developed under the UN Climate Convention to reduce greenhouse gas emissions from developing countries, and that reduced emissions from deforestation and forest degradation (REDD+) would be included in the structure in a sound manner. At the beginning in 2008, the Climate and Forest Initiative's efforts were therefore largely aimed at facilitating such an incentive structure, which could potentially have mobilised tens of billions of dollars annually. The Copenhagen summit in 2009 did not deliver this, which is also pointed out in Report No. 21 to the Storting (2011-2012) Norwegian Climate Policy. In many ways, the Paris Agreement in 2015 was a breakthrough, as all countries committed to reducing their greenhouse gas emissions, including from deforestation and forest degradation. The positive consequences of this could potentially be considerable. But the original idea from 2007 involving major international transfers of funds to developing countries as payment for reductions in deforestation has not come up and is unlikely to be established in the scale that many pictured back then.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Of course, it would be our preference for the global community – forest nations as well as rich countries, the media, public opinion, civil society and private businesses – to devote more resources to tropical forests. However, the Climate and Forest Initiative must be assessed based on what the Initiative has achieved with the funding it was granted from the Storting <Norwegian parliament>. NOK 3 billion each year is a lot of money. But it is not a lot compared with the markets which we are attempting to influence, such as the palm oil market (NOK 515 billion), soy market (NOK 480 billion) or the market for paper pulp and paper (NOK 115 billion). Just as one cannot turn the world's energy production away from fossil energy or eliminate global poverty with NOK 3 billion a year – regardless of how strategically or catalytically the money is spent – such a sum cannot singlehandedly reverse deforestation in Brazil, Indonesia or Congo. Therefore, a broader political and financial analysis of the framework conditions that the Initiative works under is needed to measure the Initiative's role and results, as compared with the analysis conducted by the OAG.

Over the last decade, the climate crisis and deforestation crisis have become increasingly serious. Despite the breakthrough with the Paris Agreement, the global economy is far from adapting quickly enough to achieve the goals in the Paris Agreement. This applies in every sector, also forests. Recognised international research communities have clearly stated that we are unlikely to achieve the goals in the Paris Agreement without drastic reductions in tropical deforestation and large-scale growth of new forests. These measures are estimated to represent as much as thirty per cent of all measures that the world will need over the next couple of decades. In addition, forests are crucial for achieving many of the UN's sustainability goals. Rainforest preservation is perhaps the most important measure for stopping the earth's catastrophic loss of biological diversity and to ensure large agricultural areas have access to freshwater through precipitation and rivers. About 360 million indigenous people depend on the rainforests for their livelihood and their culture. The fight for the rainforests is more important than ever.

The Climate and Forest Initiative's approach has adapted to the changes in the framework conditions that are outlined above, of which the Storting has been informed through the annual budget propositions and which is broadly supported by all parties in the Storting. In addition to creating financial incentives for our selected partner countries, the efforts are increasingly being aimed at supporting a broader set of players and reformers that contribute to REDD+, and to combatting the global forces behind deforestation. Examples are contributions to increased transparency and improved data about forests and financial flows, efforts to protect the rights of indigenous people, support of private organisations' campaigns for production and trade without deforestation, as well as efforts to combat forest crime.

I will discuss this in more detail in Item 2 below.

**1. The Office of the Auditor General's recommendations**

The Office of the Auditor General's four specific recommendations will be followed up:

- *Measures to handle the need for permanent results in REDD+ through the work with the UN Climate Convention and in the bilateral partnerships* are already a priority for



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

the work under the Climate and Forest Initiative. I will further develop the measures through the climate negotiations and through the bilateral partnerships. Through systematic efforts, I will further reinforce public-private sector cooperation, the civil society programme and work for global transparency and against international forest crime. Continued emphasis on a national approach for the work, existing political willingness to change in the partner countries and the joint global effort to reduce greenhouse gas emissions from forests, which are, e.g., stipulated in the Paris Agreement and the UN's sustainability goals, are key in this work.

- *I will strengthen the Ministry's information basis on the safeguarding of social and environmental security mechanisms for payments for results.* It is important that the countries work systematically to implement the security mechanisms for the results to be sustainable, both socially and environmentally. Norway shall contribute to this important work, and stipulate requirements for those who receive payments from the Climate and Forest Initiative. Our knowledge about where the countries stand in this work can be improved further. We already have extensive support schemes for civil society that contribute to follow-up of social and environmental considerations at a national level.

- *I will strengthen the follow-up of the Norwegian contribution to REDD+ through a systematic acquisition and processing of information on progress and results in the Norwegian climate and forest effort.* The result framework that was developed for the effort lays a good foundation for seeing results of the efforts over time. I will continue the work on systemising the information that the Ministry receives. Various initiatives have been started to provide better knowledge about the results of the effort.

- *I will naturally follow the OAG's recommendation to ensure the Ministry has a responsible and active follow-up of risk and use of sanctions in the event of nonconformities and notices concerning potential financial misconduct.* Although I believe the Ministry's follow-up of risk is responsible today, this must be continuously followed and monitored. The Ministry of Climate and Environment otherwise uses the experiences and rules established for development aid in the handling of the risk of misconduct. The management of development aid is characterised by significant risk, which requires special follow-up and control of the funds being disbursed. I find it serious that the OAG believes it has found examples of this not being safeguarded sufficiently in the administration of the agreements in the Climate and Forest Initiative. I still want to emphasise that the examples noted by the OAG show risk in the management of the funds, not that this risk has materialised. The assessment of the risk scenario and scope of control measures is conducted continuously, and the OAG's findings will constitute a part of the backdrop for these assessments going forward.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## 2. Reply to the Office of the Auditor General's remarks and comments regarding main findings

### 2.1 Results of REDD+ so far are delayed and uncertain

The OAG's first question is "What is the result of the work under the UN Climate Convention to establish a mechanism for reduced greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries?" For this item, I believe the OAG has drawn a conclusion that is not sufficiently founded in the main analysis report's factual basis, and which principally also cannot be drawn based on the limited scope of the investigation.

*As regards the findings made:* The OAG's foremost objection is related to results achieved in Brazil. The OAG points out that deforestation in Brazil was cut in half from 2004 to 2008, and continued in 2009, but that it levelled off after 2009. The credit for Brazil's results naturally primarily belongs to Brazil, but Norway, through the Climate and Forest Initiative, has been an important contributor. However, the review of these results is both misleading and incomplete:

- It was decided under the UN Climate Convention that reduced deforestation is measured in the form of actual deforestation relative to a reference level. The reference level shall preferably be based on the historical deforestation level. This is the approach for disbursements from Norway for Brazil's results, and it is generally recognised that the reference level is ambitious and that emission reductions have been estimated conservatively. Relative to this reference level, Brazil has achieved extraordinary results, an estimated 3.8 billion tonnes of $CO_2$ reduced greenhouse gas emissions – or 70 times Norway's total annual emissions – during the period in which the partnership was in place (forest year 2009 to forest year 2017). Norway has paid for 220 million tonnes of this, i.e. about 6%. This method of measuring results is in line with established principles for REDD+ under the UN Climate Convention.

- The OAG chooses to disregard this, and instead claims that deforestation dropped during the first year of the Brazil-Norway partnership, and that reductions then levelled off. This is generally correct (the downward curve was less steep), but misleading nonetheless. Firstly because the OAG, instead of relating to the established incentive structure for the Amazon Fund, which was designed in line with generally recognised principles and the decisions under the UN Climate Convention, cf. the above paragraph, opts to make a comparison with a single year of their own choosing, which is problematic from a methodological standpoint. In addition, *even if* one chooses to take the OAG's point of departure seriously, the presentation is misleading. Here are a few illustrations of what happened during the years when the OAG claims that the development 'levelled off':
    - During the first year of the partnership, deforestation declined by about 40 per cent from the previous year, an added reduction of 260 million tonnes of $CO_2$ – or about five times Norway's annual emissions – compared with the year before the partnership was established (the year chosen by the OAG as



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

its point of departure), and 590 million tonnes of $CO_2$ compared with the reference level in the Amazon Fund.

- Deforestation then declined further – at its lowest, deforestation was 77 per below the average for the period from 1996-2005, a reduction in emissions of 400 million tonnes of $CO_2$ compared with the year before the partnership was established (the year chosen by the OAG as its point of departure), and 580 million tonnes of $CO_2$ compared with the Amazon Fund's reduced (see paragraph below) reference level.
- For the final year for which we have measurements – forest year 2017 (July 2016 to June 2017) – deforestation was 66 per cent lower than during the period from 1996-2005, a decline in emissions of 304 million tonnes of $CO_2$ compared with the year before the partnership was established (the year chosen by the OAG as its point of departure), and 71 million tonnes of $CO_2$ compared with the further reduced Amazon Fund (see paragraph below) reference level.
- In total for the duration of the partnership (forest year 2009 to forest year 2017), total reductions relative to the year chosen by the OAG as the point of departure, amounted to 2.9 billion tonnes of $CO_2$, or 54 times Norway's annual greenhouse gas emissions. If we assess the subsequent years in light of the first year in the partnership, the period when the OAG believes that development 'levelled off', the reduction is still 510 million tonnes of $CO_2$, or nine times Norway's annual emissions.
- In other words, even with the OAG's randomly chosen basis year – which, methodologically speaking is the 'worst' year they could have chosen, and also violates internationally recognised principles for stipulating reference levels – Brazil's results are impressive. If one uses the agreed result regime, designed in accordance with internationally recognised principles, as a basis, the results are even more impressive.

In addition to these items, the method for stipulating reference levels under the Amazon Fund entail that the reference period is updated by moving it forward every five years. This makes the reference level increasingly tight, which has been taken into account in the figures presented above. Good results in one period make it more difficult to qualify for disbursements in the next period. In 2017, this tightening effect caused Norway, based on the verified figures for forest year 2016, to reduce disbursements by nearly sixty per cent relative to the previous years. When the partnership started, the reference level was 19 625 square kilometres each year – it is now 8 141 square kilometres each year. The level of deforestation the year before the Norway-Brazil partnership was established, would no longer qualify for disbursement today. The system works.

The results that Brazil has achieved in the form of reduced deforestation are – based on principles for result measurement that are generally accepted and also stipulated under the UN Climate Convention – among the most important global climate measures over the past decade. Although the OAG's finding that the *results of REDD+ so far are delayed and*



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

*uncertain* can be correct for some places in the world, Brazil is a solid example proving the opposite.

The OAG has also investigated the Norwegian forest partnership with Ethiopia, and they have looked at global REDD+ financing. I have no major objections to the presentation of these points. I agree that the progress in Ethiopia has been slower than we wanted. We have therefore also disbursed less funding. I also agree with the assessment that the world should obtain more financing for REDD+. Although Norway has a close and strategic cooperation with Germany and the UK in the field, I wish there was more financing available from both public and private sources. We will continue to work toward this.

*As regards the scope of the investigation:* The OAG's ambition to speak about the results of the Climate and Forest Initiative work as a whole stands in contrast to the limited focus of the report. A number of key focus areas for the Climate and Forest Initiative are omitted, including:

- *Public-private cooperation.* The initiative has contributed to a shift in private businesses. More than half of deforestation is driven by the production of agricultural products such as soy, palm oil, meat, rubber and paper. The Climate and Forest Initiative has been a key driving force resulting in nearly 500 of the world's largest companies pledging to reduce or eliminate deforestation in their value chains. Ten years ago, the private sector in most forest nations, and partly also globally, was either passive or even actively hostile when it came to reforms for reduced deforestation. Today, a significant percentage of the most important companies are active initiators.

- *Indigenous people:* Through close cooperation with indigenous rights organisations, civil society and multilateral agencies, the Climate and Forest Initiative has contributed to strengthening the rights and voice of indigenous people both in the international climate negotiations and in national processes in the forest nations with which we work. Indigenous people have been given control over large new rainforest areas in Brazil, Colombia, Indonesia and Peru.

- *Forest monitoring and transparency.* The Climate and Forest Initiative has provided key contributions to a technological revolution within forest monitoring that few would have believed possible 10 years ago. The forest sector in many central tropical forest nations has largely been closed to effective access to information. Current deforestation data for all forest nations are now available free of charge through the Norwegian-supported Global Forest Watch. The information monopoly has thus been broken.

- *The fight against forest crime:* More than half of the global deforestation is illegal. Access to information and holding players accountable are effective tools to increase the efforts against forest crime and human rights' violations. The Climate and Forest



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Initiative supports organisations such as Interpol and several environmental organisations that uncover forest crime.

- *Efforts for green growth.* Through supporting development and dissemination of knowledge, the Climate and Forest Initiative has made significant contributions towards demonstrating that efficient sustainability and climate policies are not just compatible, but are actually two sides of the same coin. The most high-profile initiative within this area is The New Climate Economy project and The Business and Sustainable Development Commission.

- *Cooperation with Indonesia.* Indonesia is among the countries with the highest emissions due to vast emissions from forests and peat moors. The forces fighting against reform are powerful, both financially and politically. Despite this, Indonesia, with Norwegian support and as a direct consequence of the partnership agreement with Norway from 2010, has now introduced several important regulations. The decision from 2016 to declare all deforestation on peat moors illegal could singlehandedly, according to calculations from the World Resources Institute, lead to annual emission reductions that correspond to as much as 10 times Norway's annual emissions. Indonesia has not yet reduced deforestation, but the agreement, and Norwegian contributions since then, have undeniably contributed to a completely new political willingness to seriously address deforestation, and numerous concrete reforms to ensure better law enforcement and stronger rights for indigenous people.

- *Cooperation with Colombia.* Together with Germany and the UK, Norway has paid for emission reductions in the Columbian Amazon. Despite unique challenges following the peace deal, Colombia has actively integrated sustainable environmental management and peace efforts.

- *The World Bank's Carbon Fund*. Following several years of negotiations, rule design and preparations, we have now developed a multilateral system to pay for emission reductions. The Fund is now preparing to enter into purchase agreements with 13 countries in the near future.

Significant progress has in fact been achieved – despite delays and challenges – within all of these areas.

**Regarding the Office of the Auditor General's comments in each paragraph under Item 2.1:**

*2.1.1 Challenging to stimulate reduction in deforestation*

The OAG's comment stating that Norwegian authorities pay for emission reductions where the duration of the results is uncertain is apt. The strategy of the Climate and Forest Initiative was designed with the goal of reducing this uncertainty. A key element in this is that the Climate and Forest Initiative aims to contribute to sustainable development. To permanently prevent or reduce deforestation in a developing country it is crucial to achieve



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

a financial development that leaves the forest alone. Another key element of the strategy was to incorporate REDD+ as a part of the climate agreement, a goal that was achieved in 2015 when the Paris Agreement was signed.

The OAG notes that considerable amounts from Norway are left unused by recipients. The fact that amounts transferred from Norway are left unused for a period is largely caused by the funds supported by Norway having extensive quality assurance systems, including social and environmental security measures. These control and quality assurance systems mean that the disbursement of funds takes time. This is not unique for forests, but applies to aid in general. This is a known challenge that we are continuously working on. This will often be a consequence of ensuring the funds are used correctly, and to reduce the risk of improper use. I want to emphasise that the amounts in funds with bilateral partners were all disbursed due to achievement of concrete results, in the form of completed emission reductions, or the achievement of agreed milestones such as political reforms or the establishment of institutions for improved forest administration. In addition, management structures have been established for multilateral funds which shall safeguard all donors' requirements relating to follow-up and control of funds. This has taken time, and the Storting has received extensive information about this.

The Amazon Fund in Brazil is an example of a fund with strict requirements relating to application processing and follow-up of disbursed amounts. In a country with a high risk of corruption, I consider this to be positive, although it means that disbursements from the Fund take time. The progress in disbursements and approval of new projects has also increased gradually and positively since the Fund was established. The Amazon Fund's support through various institutions and organisations, with a particular focus on sustainable development and poverty reduction in the Amazon region, contributes to reducing the uncertainty linked to the duration of the results from REDD+ in Brazil.

I want to emphasise that none of the Climate and Forest Initiative's partner countries assign low priority to REDD+. In the report, Brazil is used as an example of a country that does not prioritise REDD+. Since 2004, and after entering into the cooperation with Norway, Brazil has designed and implemented policies, plans and measures for reduced deforestation, and this has yielded results, cf. above discussion. This shows a continued strong commitment to and prioritisation of REDD+ in Brazil, despite the political and financial crisis that has affected the country over the past 2-3 years. For all our partner countries, the fact remains that they must pay more themselves than what Norway can contribute as regards financing in order to complete the reforms required to reduce deforestation. This entails that the countries must add a significant own cost (financial and political) when making contractual commitments relating to reforms and efforts for green development in the partnership with Norway. Such an agreement requires political ownership and priority. A drastic change in a nation's agricultural policies, which is what we are talking about in Brazil and most other countries, will engage an opposition, be subject to often heated debates and political fights, and attempts to reverse the development. This is a reality that we do our best to manage, but which it is impossible to completely protect against. The fact that Brazil has gone through



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

such a deep financial and political crisis without bigger setbacks for the forest, is worth applauding.

### *2.1.2 Facilitation for emission reductions shows weak progress*

The OAG notes that the progress in the facilitation work for emission reductions has been too weak. I cannot disagree with this. After the first ten years of REDD+, we have also experienced that results-based financing is not a large enough incentive to carry out the major reforms that are required by the developing countries to reduce deforestation. These often require a shift within land use, where agriculture must be channelled to deforested areas and be made more efficient within the existing land that is dedicated to agriculture, and that the remaining forest must be protected. This is challenging in countries where different ministries may have overlapping jurisdictions and maps, and ownership is highly unclear, and the capacity to enforce the law may be virtually absent. It takes time to achieve this, and it requires significant resources from the countries. When REDD+ was established in 2008, the idea was that global financing would constitute a significant financial incentive in the form of results-based disbursements, to carry out such reforms. The financing has not materialised at a high enough level. The incentive for reform has thus become impaired. That is why I will continue working for initiatives – within and outside the global climate regime – which contribute to large-scale financing of REDD+ in developing countries.

In addition, it does not look like international climate financing will ever become a sufficient incentive by itself to carry out reforms that there is no local ownership of anyway. We will therefore continue working to promote the local and national advantages of REDD+, and focus on measures that have other important development effects than reduced emissions. We do this through both knowledge development and communication, particularly related to the forest's broader significance for financial, environmental and socially sustainable development, through efforts aimed at illegal deforestation, and through support to civil society and cooperation with private businesses.

### *2.1.3 Carbon leakage, the movement of logging, can reduce the climate effect of the Norwegian contribution to REDD+*

I consider the OAG's assessment that "leakage can reduce the Norwegian contribution" to merely be a statement of fact. The risk of carbon leakage has been known and recognised since the Climate and Forest Initiative was established. It is also a known challenge in climate policy in general, and the reason why Norway, for example, compensates companies that are bound by a high Norwegian carbon price so that they do not offshore their production.

The risk is reduced through the initiative's national approach strategy, efforts in several countries within a region, and through global efforts to reduce pressure on forests, e.g. from raw material producers. The leakage problem must also be viewed in light of the size of the area in which the REDD+ work is taking place. Efforts within a large area reduce the risk of major leaks (as a percentage of emission reductions), while efforts in small areas increase the risk of one-to-one leak of emissions.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

The Amazon region is a good example of efforts that are aimed at multiple countries in the same region to prevent leaks. In Brazil, the Brazilian Amazon covers an area of nearly 4 million $km^2$. It is the world's largest rainforest. This entire area is covered by REDD+ measures, and by the agreement between Norway and Brazil. As the OAG points out, the cooperation agreement between Norway and Brazil also stipulates that the Cerrado area shall be included in the calculation basis for emission reductions from 2019. However, I want to emphasise that the potential for emission reductions in Cerrado is lower than it has been in the Amazon. Document 3 shows that emissions in Cerrado are as high as in the Amazon. It is important to note that this is the case *after* the emissions in the Amazon were reduced by nearly 70 per cent. Before the efforts against deforestation started in the Amazon, emissions there were much higher than in Cerrado (also after the most recent increases in that biome).

Leaks are also relevant globally due to global markets for many of the raw materials that drive deforestation (particularly soy, palm oil and paper pulp). A potential reduction in raw material production in one country – and thus less pressure on the forest – can lead to increased production somewhere else in the world – with the potential consequence that deforestation will increase there. Efforts aimed at major global companies within the different raw material chains have been one way that the Climate and Forest Initiative has been successful in tackling this problem. The New York Declaration on Forests which was entered into in 2014 is an example of major private players also pledging to stop deforestation. At the same time, it is important that production is increased on existing agricultural land or other already deforested land, and as a step in this work, the Initiative has established the &Green Fund, which contributes reduced risk to companies that invest in this type of productivity increase, particularly small farmers, and that also pledge to leave the forest alone.

One cannot solve the entire global deforestation problem at the same time. Although it will be possible to reduce deforestation in many countries without reducing raw material production (e.g. due to access to new land areas without forest), it will in some cases affect global supply and demand. Such effects can also be seen in global raw material markets. Also when we exert international buying pressure, whether through consumer campaigns or rules for public procurements, there is a risk of the development of a split global market where deforestation-free products are sold to companies in Europe and the US, while other countries import a larger percentage of products produced through deforestation. This does not mean that it is wrong to stipulate high requirements for demand in, e.g., Norway, but it means that we must also work to change the demand from other markets.

At a global level, the international climate regime and the countries' own efforts under the Paris Agreement to reduce emissions, can contribute to reduced leaks.

## 2.2 Control of implementation and results of REDD+ do not function well enough

### *2.2.1 Social and environmental security mechanisms are not sufficiently followed up*

I agree with the OAG's comment that we can do more to ensure good information about compliance with the security mechanisms and how they are reported. I will follow up on this.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

At the same time, I want to point out that we have numerous measures, both to ensure compliance with security mechanisms, and that they are reported. All agreements entered into by my Ministry, Norad (Norwegian Agency for Development Cooperation) or our embassies regarding disbursements from the Climate and Forest Initiative contain social, environmental and financial security measures that the contractual parties must comply with and report annually or more frequently. This is in line with the rules for Norwegian development aid. The OAG's report also refers to security mechanisms as a part of the Climate Convention. The countries' reporting of these security mechanisms is important, and Norway is working actively to ensure this system is efficient. However, the reporting takes place from the forest nation to the UN Climate Convention, and is not something over which the Climate and Forest Initiative has direct control. However, I will assess whether it would be expedient to more clearly link Norwegian disbursements for emission reductions to the countries' reporting on security mechanisms to the Climate Convention.

#### *2.2.2 Measurement, reporting and verification of emission reductions are only partly in place*

I support the OAG's comment that the Ministry, also going forward, should emphasise the significance of solid MRV systems in the work on the Climate and Forest Initiative and follow up partner countries with clear requirements related to improvements in the measurement, reporting and verification of emission reductions. Norway has been among the most important global contributors to this work. It is also one of the Climate and Forest Initiative's priorities going forward, as reported to the Storting. It should be clarified that this is considered a strategic effort to provide a number of players with a better overview of what drives deforestation, and that this goes far beyond measuring results that countries will be paid for.

### 2.3 The Norwegian contribution to REDD+ has not triggered enough financing from other donors

I fully agree with the OAG's comment that the global transfers to REDD+ are not as large as would be desirable, or predictable, and that the Norwegian contribution, compared with financing from other donors, constitutes a larger portion than presumed. However, I want to emphasise that the development, particularly with regard to the contributions from Germany and the UK, has been positive, and I will continue to work internationally, also through the climate negotiations, to find better solutions for increased financing of climate measures and international cooperation linked to tropical forests. A "pilot" of USD 500 million with results-based payment for REDD+ under the UN's Green Climate Fund is an example of a very promising development.

### 2.4 The Ministry of Climate and Environment is not sufficiently systematic with regard to acquisition and use of information about results from the Norwegian climate and forest efforts

The OAG believes that the Ministry is not sufficiently systematic with regard to acquisition and analysis of data on results, and that this is censurable. There has been a development in the use of the strategic framework for the Climate and Forest Initiative, which e.g. the



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

budget propositions to the Ministry of Climate and Environment for recent years show. My Ministry also uses the framework systematically in the formal reporting from underlying/coordinating agencies that manage funds for the Climate and Forest Initiative. My goal is for this to be used even better going forward, and to provide a basis for more systematic reporting, and improved analysis of the results achieved. I agree with the OAG's statements concerning the importance of this in order to achieve the best possible learning effect from the efforts. We want to learn from experience, and have since day one spent relatively considerable resources each year on evaluations of the work under the Climate and Forest Initiative. Since the very beginning of the Climate and Forest Initiative, this has made important contributions towards further developing and improving the initiative. I want to clarify that the Climate and Forest Initiative is a global project, with special delegates at several embassies and with numerous global partners. My Ministry has daily contact with global experts within the areas in which we work. This information sharing influences strategic decisions in the initiative. However, I see that the information sharing could be made more formal and related to the result framework in a more systematic manner.

2.5 The Ministry's follow-up of the risk of misconduct is not good enough

I take the OAG's criticism under this item very seriously. However, I do not believe that the examples discussed in the report provide a good enough basis for the conclusion that the Ministry's follow-up is not "good enough". I have specific comments regarding the three examples provided in the report:

- The embassy in Brasília manages the agreement with the Brazilian development bank BNDES, which administers the Amazon Fund. The Ministry finds that the embassy follows up the agreement in a sound manner. When the bank was investigated for potential financial misconduct, the embassy was engaged in a dialogue with both BNDES and other partners, including the World Bank, concerning the internal control systems in the bank. They were considered satisfactory as regards the bank's administration of the Amazon Fund. So far, misconduct has not been proven in connection with the Norwegian funds.

- As regards the partner organisation that is referenced in the report that was registered as a brass plate company, an expanded partner assessment was implemented as a result of the Panama Papers leaks. The Ministry has followed up the issue with the concrete case vis-à-vis Norad. In line with its procedures, Norad does not approve new contributions before the necessary clarifications are completed. Norad has received reporting from the organisation in line with the previous contribution agreement, and disbursed funds have been followed up in the same manner as for other contribution recipients. Two external assessments of the organisation, conducted by consulting firms with special expertise in the area, in connection with a new application for contributions, reveal that there has been no misconduct related to the organisation's use of funds. In other words, no rules or procedures for the administration of development aid were broken in this case.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- The final example refers to a whistleblowing case and agreement for which the Ministry assumed responsibility from the Ministry of Foreign Affairs in 2014. Investigations and a follow-up were initiated under the Ministry's control officer. Due to a lack of results from the fund's various projects and suspected misconduct, a decision was made to stop financing of new projects through the fund. Emphasis was placed on securing remaining amounts in the fund and ensuring only implemented projects were carried out in accordance with commitments that had been made. The African Development Bank has been responsible for following up the results of the investigation that was implemented and financed by the Ministry. The fund in question is undergoing controlled liquidation. Unused funds shall be repaid proportionately to the respective donor countries.

Nevertheless, I will still ensure that the OAG's comments within this field are followed up. However, I still find that the administration has established good routines for following up risk of misconduct for the contribution to the Climate and Forest Initiative. Norwegian development aid has always operated in a landscape with significant risk. The Ministry of Climate and Environment actively uses the experience that this has yielded. We manage less than 10% of the development aid budget, and therefore benefit greatly from cooperating with the Ministry of Foreign Affairs and Norad on good administration practices. We follow the rest of the development aid administration's routines and guidelines for handling the risk of misconduct. Among other things, stricter requirements for transparency and access to partners' cash flows were introduced in recent years. This contributes to ensuring sound financial control and compliance with contractual obligations.

The Ministry of Climate and Environment has established a number of control measures that help reduce risk in the administration of the Climate and Forest Initiative's funds, and we have clear routines for follow-up when risk materialises. The systems are being continuously improved. The follow-up of the whistleblowing cases in the initiative's portfolio in recent years also shows that the Ministry acts in accordance with these guidelines. All reports of financial misconduct are followed up by the Ministry's control officer. The cases relating to Norad are followed up by Norad's control unit. An external whistleblowing channel has been established for all Norwegian development administration.

The OAG points out that applicable guidelines state that the partners' internal control and other systems and routines for handling misconduct shall be assessed before entering into an agreement. This is followed up by the Ministry, by Norad, as well as by the ambassador that manages funds under the Climate and Forest Initiative. I cannot see that the OAG's examples indicate otherwise.

I will use the OAG's findings within this area as part of the continuous work on becoming even better in our handling of the risk of misconduct. What constitutes "good enough" follow-up of the risk of misconduct must be based on a continuous assessment of the risk scenario. Within a high-risk field, which applies to the management of development aid, one could use unlimited resources on follow-up and control. The resource use will need to be balanced following a cost-benefit assessment considering the risk of misconduct. Norway has zero tolerance for misconduct relating to development aid. The Ministry of Climate and



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Environment follows this up through preventive measures such as regulations and solid partners, and it is followed up through control of administration, partners and spending.

Best regards,

*Ola Elvestuen*<sign.>

Ola Elvestuen



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Appendix 3

# Report: The Office of the Auditor General of Norway's investigation of Norway's International Climate and Forest Initiative

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**The audit was conducted in accordance with the Norwegian Act on the Office of the Auditor General of Norway and the instructions for the Office of the Auditor General, and following Performance Audit Guidelines that are consistent with and build on ISSAI 300 and INTOSAI's international standards for performance audits.**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# Contents


| | | |
|---|---|---|
| **1** | **Introduction** | 48 |
| 1.1 | Background | 48 |
| 1.2 | Organisation of Norway's International Climate and Forest Initiative | 49 |
| 1.3 | Brief information concerning the relationship between Norway's International Climate and Forest Initiative and the development of REDD+ | 50 |
| 1.4 | Objectives and issues | 51 |
| **2** | **Methodology and implementation** | 53 |
| 2.1 | Document analyses and interviews | 53 |
| 2.2 | Analysis of figures concerning REDD+ financing | 56 |
| **3** | **Audit criteria** | 58 |
| 3.1 | The goals of Norway's International Climate and Forest Initiative | 58 |
| 3.1.1 | Emissions from deforestation and forest degradation in developing countries (REDD+) are covered by a new international climate agreement | 59 |
| 3.1.2 | Cost-effective, early and measurable reductions in emissions of greenhouse gases from deforestation and forest degradation in developing countries | 60 |
| 3.1.3 | Conservation of natural forests | 61 |
| 3.1.4 | Sustainable development and the eradication of poverty | 62 |
| 3.2 | Management of Norway's International Climate and Forest Initiative | 63 |
| 3.2.1 | Aid policy principles as a guiding light in the management of the initiative | 64 |
| 3.2.2 | Requirements concerning grant management | 64 |
| **4** | **What financing has been made available to REDD+?** | 69 |
| 4.1 | What has been awarded to Norway's International Climate and Forest Initiative? | 69 |
| 4.2 | Where have the funds in Norway's International Climate and Forest Initiative been used? | 70 |
| 4.3 | What funds have been made available to REDD+ globally? | 70 |
| 4.3.1 | The challenges of tracing funds to REDD+ | 70 |
| 4.3.2 | How much funding has been anticipated, transferred and used for REDD+ globally? | 71 |
| 4.3.3 | Who donates funds to REDD+? | 72 |
| 4.3.4 | How do the funds and donors break down between REDD+ funds and programmes? | 73 |
| **5** | **What progress and results have been achieved through the Ministry of Climate and Environment's work relating to the goals of the Norwegian initiative?** | 75 |
| 5.1 | What has been achieved as regards goal 1 of the initiative to contribute to ensuring that REDD+ is covered by a new international climate agreement? | 75 |


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | |
|---|---|---|
| 5.1.1 | Is REDD+ covered by a new international climate agreement? | 75 |
| 5.1.2 | What are the key risk factors associated with the framework that has been adopted for REDD+ under the climate convention? | 78 |
| 5.2 | What has been achieved as regards goal 2 of the initiative concerning cost-effective, early and measurable emission reductions? | 81 |
| 5.2.1 | What has been achieved as regards goal 2 through bilateral cooperation? | 81 |
| 5.2.2 | What has been achieved as regards goal 2 through contributions to multilateral funds and programmes? | 86 |
| **6** | **What are the experiences and results of REDD+ in Brazil and Ethiopia?** | 90 |
| 6.1 | What was the situation in Ethiopia and Brazil at the time REDD+ was launched? | 90 |
| 6.2 | What results have been achieved since REDD+ was introduced in the countries? | 91 |
| 6.2.1 | Results achieved in Brazil | 91 |
| 6.2.2 | Results achieved in Ethiopia | 95 |
| 6.3 | What are the experiences of the countries as regards adapting national legislation and preparing a national REDD+ strategy? | 99 |
| 6.3.1 | The Brazilian Forest Act | 99 |
| 6.3.2 | National REDD+ strategy in Brazil | 100 |
| 6.3.3 | The Ethiopian Forest Act | 101 |
| 6.3.4 | Draft national REDD+ strategy in Ethiopia | 101 |
| 6.4 | What are the countries' experiences of developing a system for measurement, reporting and verification (MRV)? | 102 |
| 6.4.1 | Brazil's MRV system | 102 |
| 6.4.2 | Ethiopia's MRV system | 104 |
| 6.5 | What are the countries' experiences of addressing the REDD+ safeguards? | 105 |
| 6.5.1 | Brazil's work to address the REDD+ safeguards | 105 |
| 6.5.2 | Ethiopia's work to address the REDD+ safeguards | 106 |
| 6.6 | What is the financing situation in the countries? | 107 |
| 6.6.1 | The financing of REDD+ in Brazil | 107 |
| 6.6.2 | The financing of REDD+ in Ethiopia | 110 |
| 6.7 | How is the administration coordinated in the work relating to REDD+? | 111 |
| 6.7.1 | Forest management in Brazil | 111 |
| 6.7.2 | Forest management in Ethiopia | 112 |
| **7** | **What is the Ministry of Climate and Environment's governance, follow-up and learning like?** | 114 |
| 7.1 | How does the Ministry of Climate and Environment obtain and utilise information concerning the progress and results of the initiative? | 114 |
| 7.1.1 | The strategic framework for Norway's International Climate and Forest Initiative | 114 |
| 7.1.2 | How does the Ministry use the strategic framework? | 115 |
| 7.1.3 | What reports are submitted concerning goals for the conservation of natural forests and sustainable development? | 117 |


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

7.2 How does Norad's evaluation department contribute to the follow-up of Norway's International Climate and Forest Initiative ? 119
7.2.1 What does the performance of a real-time evaluation of the initiative entail? 119
7.2.2 What topics have the real-time evaluations of Norway's International Climate and Forest Initiative covered? 119
7.2.3 What are the evaluation department's experiences from the implementation of the real-time evaluation? 119
7.3 How does the Ministry of Climate and Environment manage the risk of fraud? 120
7.3.1 How has the risk of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative been assessed? 120
7.3.2 How do the control units assist in the follow-up of the risk of fraud? 121
7.3.3 How has the Ministry followed up instances where the risk of fraud has been identified in connection with Norway's International Climate and Forest Initiative? 123

**8 Assessments** 129
8.1 The results of REDD+ to date are delayed and uncertain 129
8.1.1 Challenging to stimulate reductions in deforestation 129
8.1.2 The facilitation of emission reductions has made poor progress 130
8.1.3 Carbon leakage, the relocation of logging, could reduce the impact of the Norwegian contribution to REDD+ on the climate 131
8.2 Monitoring of the implementation and results of REDD+ is unsatisfactory 132
8.2.1 Social and environmental safeguards are not being adequately followed up 132
8.2.2 Measurement, reporting and verification of emission reductions are only partly in place 133
8.3 Norway's contributions to REDD+ have not triggered sufficient financing from other donors 133
8.4 The Ministry of Climate and Environment is not obtaining the necessary information concerning the results of Norway's International Climate and Forest Initiative 134
8.5 The ministries' follow-up of the risk of fraud is inadequate 135

**9 List of references** 136

**10 Appendices** 144
Appendix 1 The Strategic Framework for Norway's International Climate and Forest Initiative 144

**Summary of tables**

Table 1 Budgets and accounts for Norway's International Climate and Forest Initiative 2009–2016 (whole NOK thousand) 69

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## Overview of figures


| | | |
|---|---|---|
| Figure 1 | Relationship between Norway's International Climate and Forest Initiative and the work relating to REDD+ under the United Nations Framework Convention on Climate Change | 50 |
| Figure 2 | Agreement period and payments as of December 2016 for bilateral partnerships entered into by Norway's International Climate and Forest Initiative; amounts in NOK million | 81 |
| Figure 3 | Deforestation in the Brazilian part of the Amazon 2004–2017 (km²) | 92 |
| Figure 4 | Map of biomes in Brazil | 94 |
| Figure 5 | Map of Ethiopia showing the REDD+ pilot regions | 98 |


## Overview of fact boxes


| | | |
|---|---|---|
| Fact box 1 | Calculation of Norway's results-based payments to Brazil | 91 |




Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# Abbreviations

| | |
|---|---|
| **BNDES** | Brazilian Development Bank |
| **CAFI** | Central African Forest Initiative |
| **CFU** | Climate Funds Update |
| **CGD** | Center for Global Development |
| **CIFOR** | Center for International Forestry Research |
| **CRGE** | Climate Resilient Green Economy Strategy |
| **DFID** | Department for International Development |
| **FCPF** | Forest Carbon Partnership Facility – comprises the FCPF Readiness Fund and the FCPF Carbon Fund |
| **FIP** | Forest Investment Programme |
| **Imazon** | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazõnia – Amazon Institute of People and the Environment |
| **INPE** | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – National Institute for Space Research, Brazil |
| **ISFL** | Initiative for Sustainable Forest Landscapes |
| **MRV** | Measurement, reporting and verification of emission reductions |
| **Norad** | Norwegian Agency for Development Cooperation |
| **ODA** | Official Development Assistance |
| **OECD/DAC** | Development Assistance Committee of the Organisation for Economic Co-operation and Development |
| **REDD+** | Reducing emissions from deforestation and forest degradation and the role of conservation, sustainable management of forests and enhancement of forest carbon stocks in developing countries |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 1 Introduction

## 1.1 Background

Norway's International Climate and Forest Initiative is Norway's largest international climate initiative.[1] Norwegian authorities launched the initiative at the climate summit in Bali in December 2007. Through the initiative Norway has, since 2008, played a pivotal role in the work to test and look at the possibility of establishing a framework for partnerships under the United Nations Framework Convention on Climate Change concerning reductions in greenhouse gas emissions from forests in developing countries. The work being carried out under the United Nations Framework Convention on Climate Change in this area is known as REDD+[2].

The work relating to REDD+ under the United Nations Framework Convention on Climate Change was initiated in anticipation of, and as part of the efforts relating to, a new global climate agreement.[3] Such an agreement was adopted by the parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change at the climate summit in Paris in 2015. The agreement encourages national initiatives and international cooperation with the aim of reducing greenhouse gas emissions from forests in developing countries within the framework adopted by the parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change.

During the 2000s, awareness of the importance of forests as regards climate increased. The fourth report to the United Nations Intergovernmental Panel on Climate Change which was presented in 2007 showed that deforestation and forest degradation were responsible for 17 percent of global greenhouse gas emissions. This was subsequently adjusted downwards to around 11 percent in the fifth assessment report of the United Nations Intergovernmental Panel on Climate Change.[4] At the same time, initiatives to reduce greenhouse gas emissions from forests were considered to be cost-effective and fast-acting compared with climate initiatives in other sectors. The conservation of tropical forests was considered to be of particular relevance given this forest type's high occurrences of carbon and capacity to bind carbon dioxide through photosynthesis.[5] Reducing emissions from tropical forests is considered to be vital in order to achieve the climate agreement's goal of limiting global warming to below 2 degrees centigrade.[6]

The initiative to combat deforestation and forest degradation in developing countries entails considerable risk. This is highlighted in St.prp. nr. 1 (2008−2009) for the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Climate and Environment[7]. The remaining extensive forest areas are located in some of the world's most inaccessible areas, where there are many challenges relating to management practices, and strong national and international forces are actively involved in deforestation. Patience, a

1) Prop. 1 S (2016–2017) for the Ministry of Climate and Environment; St.prp.nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs.
2) "Reducing emissions from deforestation and forest degradation and the role of conservation, sustainable management of forests and enhancement of forest carbon stocks in developing countries."
3) FCCC/CP/2007/6/Add.1 Report of the Conference of the Parties on its thirteenth session, held in Bali from 3 to 15 December 2007, Decision 1/CP.13 and Decision 2/CP.13, 14 March 2008.
4) *Climate Change 2007: Synthesis Report*. An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change, IPCC 2007; Prop. 1 S (2016–2017) om Klima- og miljødepartementet. The change from 17 percent to 11 percent was partly caused by an increase in greenhouse gas emissions from other sources.
5) Stern Review: *The Economics of Climate Change*, 2006.
6) Report to the Storting No. 41 (2016–2017) *Klimastrategi for 2030 – norsk omstilling i europeisk samarbeid*.
7) During the period 2008-2013, the work relating to Norway's Climate and Forest Initiative was split between the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Climate and Environment. During this period, both these ministries submitted reports on the initiative in the budget proposal.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

long-term approach and a willingness to follow a path of trial and error were identified as key elements for success with Norway's International Climate and Forest Initiative.

In the climate settlement of 2008, the Storting decided that Norway was able to grant up to NOK 3 billion annually to measures to combat deforestation in developing countries; see Innst. S. nr. 145 (2007–2008) and Report to the Storting No. 34 (2006−2007) *Norwegian Climate Policy*. Through the climate settlement of 2012, the Storting opened up the possibility of increasing the contribution further if other countries also increased their contributions; see Innst. 390 S (2011–2012) and Report to the Storting No. 21 (2011-2012) *Norwegian Climate Policy*. The Storting decided to continue Norway's International Climate and Forest Initiative up until 2030 in its consideration of Report to the Storting No. 24 (2016−2017) *Common Responsibility for a Common Future*, see Innst. 440 S (2016–2017). The initiative is included in Norway's climate goals.[8] During the period 2008–2017, a total of NOK 23.5 billion was allocated to the initiative.[9] The funds were used for the work of Norway's International Climate and Forest Initiative relating to international negotiations, multilateral and bilateral partnerships and support for civil society organisations.

## 1.2 Organisation of Norway's International Climate and Forest Initiative

Norway's International Climate and Forest Initiative was established as a project under the Ministry of Environment in the spring of 2008; see St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs. Up until 2013 inclusive, administration of the initiative was shared between the Ministry of Environment and the Ministry of Foreign Affairs and regulated in guidelines dated May 2009. According to the guidelines, the Ministry of Environment had overall project responsibility, while the Ministry of Foreign Affairs was responsible for grants and aspects of the initiative relating to foreign policy, development and administration.

From 1 January 2014, responsibility for Norway's International Climate and Forest Initiative was brought together under the Ministry of Climate and Environment; see Prop. 1 S Tillegg 1 (2013–2014) and the agreement of January 2014 between the ministries concerning the administration of the initiative. At the same time, Norway's International Climate and Forest Initiative was converted from a project to a section within the Ministry of Climate and Environment, and the Norwegian Agency for Development Cooperation (Norad) became subordinate to the Ministry of Climate and Environment regarding cases concerning Norway's International Climate and Forest Initiative.

Since 2013, Norad has been responsible for administering a high proportion of Norway's International Climate and Forest Initiative's portfolio and was allocated NOK 1.2 billion in 2017. This amounts to 44 percent of the total grants paid to Norway's International Climate and Forest Initiative during this year.[10]

In 2017, Norway's International Climate and Forest Initiative had special envoys at five embassies: Brazil, Colombia, Ethiopia, DR Congo and Indonesia.[11] The high commissioners at the embassies who administer funds from Norway's International

8) Report to the Storting No. 41 (2016–2017) *Klimastrategi for 2030 – norsk omstilling i europeisk samarbeid*.
9) Prop. 1 S for the Ministry of Foreign Affairs, kap. 166 post 01 og 73; Prop. 1 S for the Ministry of Climate and Environment, kap. 1482 post 01 og 73.
10) Letter of commitment to Norad from the Ministry of Foreign Affairs for 2013 and from the Ministry of Climate and Environment for 2017.
11) In addition, an environmental council at the embassy in Tanzania follows up REDD+ and the now limited engagement of Norway's Climate and Forest Initiative in the country. Until July 2017, the Ministry of Climate and Environment also had a special posting for Norway's International Climate and Environment Initiative at the Norwegian embassy in Vietnam.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

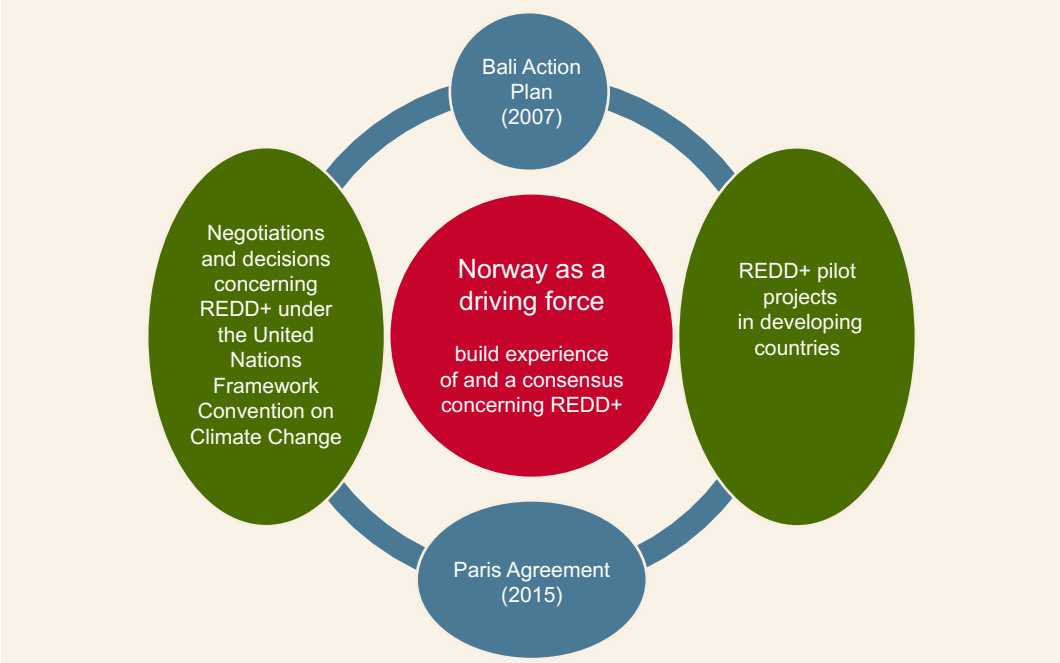
Climate and Forest Initiative are responsible for Norway's International Climate and Forest Initiative in their office district and are granted charging authority by the Ministry of Climate and Environment.[12]

In a letter, the Ministry of Foreign Affairs notes that good communication has been established between the Ministry of Climate and Environment and the Ministry of Foreign Affairs concerning the implementation of Norway's International Climate and Forest Initiative. This concerns circumstances linked to the selection of partner countries, considerations relating to foreign policy and development, appointments to special postings and follow-up of the work of the embassies relating to the initiative. The Ministry of Foreign Affairs furthermore refers to the establishment of good communication concerning administrative circumstances to ensure that administration of Norway's International Climate and Forest Initiative is in accordance with other aid administration and that relevant experience gained through Norway's International Climate and Forest Initiative is incorporated in the further development of guidelines and procedures.[13]

## 1.3 Brief information concerning the relationship between Norway's International Climate and Forest Initiative and the development of REDD+

Through its Climate and Forest Initiative, Norway has contributed to the negotiations between the parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change concerning a framework for the implementation of REDD+ under a new international climate agreement, and supported early attempts to achieve results from and to facilitate REDD+ in developing countries; see Figure 1[14].

**Figure 1 Relationship between Norway's International Climate and Forest Initiative and the work relating to REDD+ under the United Nations Framework Convention on Climate Change**




Source: Office of the Auditor General

12) *Agreement between the Ministry of Climate and Environment and the Ministry of Foreign Affairs concerning the Government's Climate and Forest Initiative*, January 2014.
13) Ministry of Foreign Affairs (2018) *Kommentarer fra Utenriksdepartementet til Riksrevisjonens undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen*, 9 February 2018.
14) Abilateral partnership to test REDD+ has been supplemented by support for civil society organisations, Global Forest Watch and their work to acquire and publish data on trends in forest cover, the work to promote deforestation supply chains and other cooperation with the private sector.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

The efforts to facilitate and implement REDD+ in forest developing countries and the negotiations relating to REDD+ between the parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change have taken place in parallel. This approach is linked to the *Bali Action Plan*, which was adopted at the climate summit in 2007. The plan is intended to promote pilot and demonstration projects in order to build up experience with REDD+ and incorporate the lessons learned through this work in the negotiations concerning the organisation of REDD+ as a climate policy instrument. Norway's International Climate and Forest Initiative's appropriations and the follow-up of grants to stakeholders which facilitate or implement REDD+ form part of this work. In addition to experience, the grants will contribute to rapid and early reductions in emissions and prepare countries to report the results of climate initiatives relating to forests under a new global climate agreement.

The work to test and establish a framework for REDD+ was based on a number of fundamental principles which are also covered by the Ministry of Climate and Environment's change theory for Norway's International Climate and Forest Initiative. These include the idea of rewards for achieving results as an incentive for correcting for management and market failure. We also find the principle of rewards in the use of results-based payments as an element in the financing of REDD+. Results-based financing primarily involves donors paying out support in arrears based on actual results relative to agreed targets. This is intended to stimulate the recipient's own interest in achieving results, while at the same time giving the recipient greater freedom to implement clear responsibility for results. At overarching level, market and management failure are considered to be fundamental reasons for the fact that deforestation is taking place. Market failure is due to the fact that the societal benefits of conserving forests are not given sufficient consideration in forest management. REDD+ is intended to stimulate change, so that the value of the remaining trees is greater than the value of felled trees. Management failure occurs when national authorities do not use legal, economic and financial instruments to manage the causes of deforestation, or favour individual groups in the management process. REDD+ is intended to offer correction for management failure by supporting initiatives to strengthen the countries' forest management.[15]

## 1.4 Objectives and issues

The aim of the investigation is to assess Norway's efforts to establish an effective instrument for reducing greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries. The investigation covers analyses of progress and results achieved to date in REDD+ countries which have been supported by Norway's International Climate and Forest Initiative.

The issues covered by the investigation are as follows:

1. What are the results of the initiative under the United Nations Framework Convention on Climate Change for establishing a mechanism to reduce greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries?
2. How has the Ministry of Climate and Environment's management of Norway's International Climate and Forest Initiative contributed to attainment of the Storting's objectives for the initiative?

15) CIFOR (2007) *Do Trees Grow on Money?* The implications of deforestation research for policies to promote REDD; Prop. 1 S (2015-2016) for the Ministry of Climate and Environment.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Issue 1 considers the results of the work relating to REDD+ under the United Nations Framework Convention on Climate Change. It looks at what framework has been adopted as regards how REDD+ is to be implemented, as well as experience and results obtained from initial attempts to facilitate and implement REDD+ in developing countries. Issue 2 looks at whether the Ministry has facilitated good management, follow-up and learning as regards Norway's contribution, and how the Ministry has managed the risk of fraud.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 2 Methodology and implementation

The issues are examined through an analysis of documents, statistics and data obtained in interviews with the Norwegian administration and implementing partners of Norway's International Climate and Forest Initiative. This includes a case study with data acquisition in Ethiopia and Brazil. The investigation covered the period 2008–2017, with an emphasis on the situation at the time of data acquisition. Data acquisition was carried out from March 2016 to October 2017.

## 2.1 Document analyses and interviews

A total of six interviews were conducted with the Ministry of Climate and Environment and Norad concerning the administration of Norway's International Climate and Forest Initiative. During field visits to Ethiopia and Brazil, a total of 31 interviews were conducted with various stakeholders concerning the results and experiences of the work relating to REDD+, including interviews with staff at the diplomatic missions. A list of the interviews used as sources in the audit is included in the list of references in the report. In addition to publicly available sources, data has also been acquired from the Ministry of Climate and Environment, Norad and the Ministry of Foreign Affairs. Data has also been acquired through written requests submitted to German and British authorities.

**Outcome of the negotiations concerning REDD+ under the United Nations Framework Convention on Climate Change**
Decisions made concerning REDD+ from the United Nations Framework Convention on Climate Change during the period 2007–2015 have been analysed in order to understand the scope and development of REDD+. The negotiations concerning REDD+ under the Climate Convention and the consequences for REDD+ of the Paris Agreement of 2015 were also themes for an interview with the Ministry of Climate and Environment. A number of specialist articles have also been reviewed. These have been used to help understand the Norwegian initiative and the international work relating to REDD+.

**Progress and results within the initiative**
Data has been acquired concerning progress and results relating to the bilateral partnerships and the multilateral funds and programmes in which Norway's International Climate and Forest Initiative is involved. What constitutes results of the bilateral and multilateral partnerships varies with the nature and scope of the partnerships concerned.

As regards the bilateral partnerships, figures have been obtained regarding payments from Norway's International Climate and Forest Initiative. In order to better understand the status of the partnerships, the numerical data has been augmented by a number of agreements and reports from the embassies and Norad, submitted in relation to the bilateral partnerships for 2017. The Ministry's decision memos and country strategies for selected partner countries have been reviewed in this context. The bilateral partnership with Guyana was also a theme in an interview with Norad.

Progress and results for multilateral funds and programmes are examined through interviews with the Ministry of Climate and Environment and representatives of the



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

multilateral stakeholders at country level in Ethiopia and Brazil. Interview data was supplemented with a review of annual reports, evaluations and strategy documents for the multilateral funds and programmes.

**Experiences and results from the implementation of REDD+ in Ethiopia and Brazil**

A case study of REDD+ has been carried out in Brazil and Ethiopia. The purpose of the case study was to understand how REDD+ is being implemented in the two countries and to determine what experience the stakeholders involved in the work have gained. During data acquisition and analysis, emphasis was placed on building an in-depth understanding through the use of a broad sample and a combination of data sources.

Ethiopia and Brazil were chosen based on an assessment of economic materiality and the fact that the two countries represent two different approaches to REDD+. Both countries are bilateral partner countries in Norway's International Climate and Forest Initiative. The bilateral partnership with Brazil was established in 2008, the first year of the Norwegian initiative. The partnership with Ethiopia was established in 2013. By the end of 2016, Brazil had received a total of NOK 7.4 billion from Norway's International Climate and Forest Initiative, equivalent to 39 percent of the total payments made through the initiative. Ethiopia had received NOK 252.6 million. The countries differ with regard to the prerequisites for REDD+, including as regards infrastructure, economy and forest cover. The initiatives to achieve reductions in emissions through forests also differ between the two countries. Overall, it has therefore been concluded that the data can shed light on key experiences gained through REDD+.

An extensive document analysis was carried out ahead of the data acquisition process in Ethiopia and Brazil. The purpose of this analysis was to understand the composition of stakeholders, including Norway's role, the scope and organisation of REDD+ in the countries, as well as progress and results achieved in the work to date. The analysis tool NVivo was used to structure and document the analysis. The document analysis encompassed governing documents for Norway's International Climate and Forest Initiative, agreements, reports and evaluations for the REDD+ work and selected research articles. The document analysis forms the basis for the identification and preparation of interview guides.

The sample of stakeholders interviewed was determined with final effect following dialogue with the Norwegian embassies in Ethiopia and Brazil, which provided support regarding the organisation of the visits. Interviews were conducted with representatives of the Norwegian public administration, national and regional authorities, civil society organisations, multilateral organisations, other donors and academia. The purpose of the interviews was to supplement the document analysis. Minutes of the interviews were written and recorded. The minutes were sent to the interviewees for verification. The themes covered in the interviews were communicated to the stakeholders in advance in order to facilitate relevant representation in the interviews. The interviewees were members of the management of the relevant institutions, or case officers and specialists within the field.

In total, the minutes from 20 interviews in Brazil and 11 interviews in Ethiopia were analysed. These interviews supplement the document analysis in the presentation of the case study in the audit. The minutes from an interview with the Ministry of Climate and Environment concerning the partnership with Brazil are also included. The analysis tool NVivo was used to code and sort the information obtained through the interviews.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**The Ministry's management, follow-up and provision for learning**
In order to examine the Ministry's management, follow-up and provision for learning in the initiative, the Ministry's letter of commitment to Norad, charge authorisations to the embassies in Ethiopia and Brazil, as well as associated reports from Norad and the embassies, were all reviewed for the period 2015–2017. Pivotal to the analysis were the Ministry's requirements concerning, and Norad's implementation of, reports on progress and results of the initiative. The acquisition and use of data concerning progress and results was also a theme in interviews with the Ministry of Climate and Environment, Norad and the embassies. The Ministry of Climate and Environment's country strategies and decision documents for the bilateral partnerships were also included in this analysis. In addition, the Ministry's reports in the annual budget proposal to the Storting were also examined.

Norad also made representatives of the department for climate, energy, environment and research, the department for civil society, the department for method and results and senior management available for the interviews. In addition, an interview with Norad's evaluation department was carried out during preparations for the audit. The verified minutes from this interview were included in the analysis of the management of the initiative. For the interviews with the Ministry of Climate and Environment, the section for the climate and forest initiative in the department for climate consistently provided representatives at both management and case officer level.

**Managing the risk of fraud**
The audit included an analysis of the management of the risk of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative. Data concerning the processing of reports regarding suspected fraud and the control units' other contributions to the management of the risk of fraud in the initiative was acquired through written correspondence with the director of control in the Ministry of Climate and Environment, the central control unit in the Ministry of Foreign Affairs and Norad's whistleblowing team. An interview was also conducted with the director of control from the Ministry of Climate and Environment, with the director general of the organisation department taking part.

The abovementioned data from the control units has been supplemented with the acquisition and analysis of correspondence and documents for three selected grant agreements where it has become apparent in different ways that there is a risk of fraud. The documentation was obtained from the units which had administrative responsibility for the agreements which have been used as examples in this analysis. This includes units in Norad, the Ministry of Climate and Environment and the embassy in Brazil. Other data which was included was an interview with the Brazilian Development Bank concerning the administration of the Amazon Fund. During the preparations for the audit, the project manager for *REDD Integrity* at the U4 Anti-Corruption Resource Centre at Chr. Michelsen Institute was also interviewed. During the period 2011–2015, *REDD Integrity* prepared a number of political and economic analyses on behalf of Norad. The purpose of these analyses was to build up knowledge and understanding concerning administration of the governance and irregularity risk in REDD+ at national level, and provide advice on how the administration could relate to this risk.

**Data from other donors**
The audit has obtained data from British and German authorities in order to put the Norwegian initiative and the follow-up of REDD+ into perspective. Germany and the United Kingdom support REDD+ in many of the same countries as Norway and, together with Norway, are amongst the biggest donors to REDD+ globally. Amongst the data that was requested from the German and British authorities were figures for the



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

financing of REDD+ during the period 2008–2016, the respective countries' strategies for supporting REDD+ and risk assessments concerning REDD+. These countries award funds to REDD+ from the budgets of a number of ministries. A collective overview of financing across ministries has been acquired in order to obtain as complete a picture as possible of the funding. Interviews were also conducted with representatives of the German and British authorities as part of the data acquisition process in Ethiopia and Brazil.

## 2.2 Analysis of figures concerning REDD+ financing

The financing of REDD+ has been analysed in order to examine how the Norwegian funds for REDD+ have been distributed and used, and to assess the availability of REDD+ financing globally.

There are a number of initiatives which are collecting and publishing data concerning climate financing and REDD+ globally. However, common to these initiatives are delimitations and reservations concerning the completeness of the data. There is no complete and collective overview of the financing of REDD+. The data concerning this financing will therefore remain fragmented and incomplete. By drawing on a combination of sources, the audit has sought to obtain an overview of trends in the financing of REDD+ globally based on the data that has been traced in various initiatives. In addition, figures for the financing of REDD+ have been obtained from Norwegian, German and British authorities in order to obtain as complete an underlying data set as possible for what in a number of sources repeatedly stand out as the biggest donors to REDD+. The figures concerning the distribution and use of funds in national and multilateral REDD+ funds and programmes have also been compared with the stakeholders' own annual reports and websites. For the analysis of the development and distribution of funds from Norway's International Climate and Forest Initiative, figures were obtained from budget proposals for the Ministry of Climate and Environment and the Ministry of Foreign Affairs during the period 2008–2017, in addition to Norad's database *Norwegian Aid Statistics*.

In 2014, the think tanks of the Center for Global Development and the Overseas Development Institute conducted a joint review of REDD+ financing globally during the period 2006–2014. The review uses data from a number of the initiatives which trace REDD+ financing globally, including the *Voluntary REDD+ Database* and *Climate Funds Update*. The review has been used as a source of data concerning the financing situation through to 2014 inclusive. The source has been supplemented with data from a synthesis report published in 2015 by the organisation Forest Trends. Through the REDD*X* project, Forest Trends traces REDD+ funds to a total of 13 recipient countries. Whilst the review for the Center for Global Development is particularly useful in obtaining an overall picture and details concerning the financing through multilateral channels, Forest Trends has been used as a supplement for data concerning bilateral transfers of REDD+ funds.

*Climate Funds Update* − which is operated by the Overseas Development Institute and Heinrich Böll Stiftung think tanks − has made its entire data set available. This data set covers the complete period of Norway's International Climate and Forest Initiative. The data is updated every six months. *Climate Funds Update*'s data set was downloaded in October 2016 and May 2017 for further analysis. The data set has been used to isolate REDD+ financing which was channelled through multilateral funds and programmes for REDD+ during the period 2008–2016. This delimitation was imposed to ensure that the



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

figures that are presented for the various funds and programmes are comparable. This covers data for a total of four multilateral funds and programmes which are dedicated to REDD+, in addition to funds for the multi-donor Congo Basin Forest Fund and the Amazon Fund. Corresponding use of *Climate Funds Update*'s data was made in the review for the Center for Global Development in 2014. The analyses of the data from October 2016 and May 2017 were used to supplement the data from the review in 2014 and to provide an updated picture of who is donating to what and what has been made available in the way of monies in central REDD+ funds and programmes.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 3 Audit criteria

## 3.1 The goals of Norway's International Climate and Forest Initiative

Norway's International Climate and Forest Initiative is anchored in the climate settlement of 2008 and continued in the settlement of 2012; see Innst. S. nr. 145 (2007–2008) and Innst. 390 S (2011–2012). It is apparent from the two recommendations and the presentation of the initiative in St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs that the initiative is intended to support efforts to establish a global, binding and long-term climate regime, and to help bring about rapid and cost-effective emission reductions through the stopping of logging in tropical forests in developing countries.

The initiative has had the following three goals since it was set up in 2007[16]:
1. To help ensure that emissions from deforestation and forest degradation in developing countries (REDD+) are covered by a new international climate agreement.
2. To contribute to cost-effective, early and measurable reductions in emissions of greenhouse gases from deforestation and forest degradation in developing countries.
3. To contribute to the conservation of natural forests in developing countries in order to safeguard the capacity of such forests to act as a carbon sink.

In Prop. 1 S (2015–2016), goal 1 was amended to "to contribute to efforts to ensure that the international climate regime is an effective instrument for reducing greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries". At the start of the initiative in 2007, goal 3 was formulated as "to contribute to the maintenance of biodiversity"; see St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs.

In accordance with St.prp. nr. 1 (2008–2009), *regelverk for klima- og skogsatsingen* (2014) and other documents, the three goals for the initiative were to be governing for the Ministry's approaches and priorities, as well as for decisions concerning the initiation, continuation or amendment of support during the initiative.

Norway's International Climate and Forest Initiative has goals relating to both climate policy and development policy, and supports the overarching goals for Norwegian climate, foreign and development policy. Contributing to the establishment of a global, binding and long-term regime for reductions in greenhouse gas emissions is an overarching goal of Norwegian climate policy. It is also an overarching goal for Norwegian foreign and development policy to contribute to sustainable development and the eradication of poverty. It has been stressed in a number of budget proposals that the climate policy goals must be governing as regards decisions concerning the financing of measures under the initiative.[17]

During the consideration of the 2008 climate settlement (see Innst. S. nr. 145 (2007–2008)), a majority of members of the Energy and Environment Committee expressed their agreement with the view that deforestation in developing countries should be included in addition to Norway's existing obligations under the Kyoto Protocol. A

16) Prop. 1 S (2015–2016) or the Ministry of Climate and Environment; St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs.
17) Prop. 1 S (2015–2016) or the Ministry of Climate and Environment; St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

majority also expressed agreement that initiatives to prevent deforestation must be incorporated in a future climate agreement, so that Norwegian funds which are used to conserve forests are included as part of Norway's fulfilment of future obligations under the United Nations Framework Convention on Climate Change from the date on which a future climate agreement enters into force[18].

### 3.1.1 Emissions from deforestation and forest degradation in developing countries (REDD+) are covered by a new international climate agreement

Goal 1 of Norway's International Climate and Forest Initiative is emphasised as being a decisive prerequisite for lasting and significant reductions in greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries. Contributing to the incorporation of emissions from deforestation and forest degradation in a new global climate agreement was therefore emphasised as the initiative's primary and most important goal in the presentation of the initiative in St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs. According to the budget proposal, Norway will help to advance the international negotiations concerning REDD+ and a new international climate agreement by providing technical and political input.

#### The need for broad international support

The Energy and Environment Committee and the Foreign and Defence Committee expressed satisfaction with the fact that Norway's International Climate and Forest Initiative means that Norway is an active and leading player in securing international support for initiatives to combat deforestation in developing countries, and that Norway is helping to ensure that initiatives aimed at countering deforestation are included in a new global climate agreement which also promotes development and respects the rights of indigenous peoples.[19] The Foreign Committee and the Energy and Environment Committee have noted that a long-term approach and predictability in the Norwegian support are intended to contribute to establishing international support for forest conservation as a measure to reduce emissions, and to realising this aim; see Innst. S. nr. 269 (2008-2009) and Innst. 211 S (2014-2015).

It has been emphasised in a number of arenas that broad international collaboration is considered to be both necessary and a prerequisite for the success of Norway's International Climate and Forest Initiative. The initiative will be carried out in partnership with other countries and organisations and will encourage other countries and stakeholders to increase their support for a mechanism under the United Nations Framework Convention on Climate Change; see for example Innst. S. nr. 145 (2007–2008) and Innst. 390 S (2011-2012). The Energy and Environment Committee has noted that it is assumed that the Norwegian grants are included in a multinational mechanism where increased financial support from Norway is also accompanied by increases in contributions from other countries.[20]

In Innst. S. nr. 269 (2008-2009) and Innst. 44 S (2011–2012), the Foreign Affairs Committee gave its support for Norway to strive to ensure that financing issues have a pivotal place in the climate negotiations and that mechanisms are established which ensure predictable transfers to developing countries. In St.prp. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs, it was noted that an important task for Norway in the international climate work is to help ensure that the many new bilateral and multilateral financing initiatives complement each other in an effective manner.

18) Innst. S. nr. 145 (2007–2008), page 18.
19) Innst. S. nr. 145 (2007–2008), see Report to the Storting No. 34 (2006−2007) *Norwegian Climate Policy*. S. nr. 269 (2008-2009), see Report to the Storting No. 13 (2008–2009) *Climate, Conflict and Capital*; Innst. 211 S (2014–2015), see Report to the Storting No. 13 (2014–2015) New emission commitment for Norway for 2030 – towards joint fulfilment with the EU.
20) Innst. 390 S (2011-2012), see Report to the Storting 21 (2011-2012) *Norwegian Climate Policy.* 7 S (2012-2013).



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Build up experience through demonstration and pilot projects**
During the consideration of the 2008 and 2012 climate settlements, a majority of members of the Energy and Environment Committee expressed their support for Norway to contribute to demonstration and pilot projects through the transfers to Norway's International Climate and Forest Initiative, in order to develop systems that can support the implementation of an international mechanism for emission reductions through forest conservation in developing countries.[21]

Decision 2/CP.13, point 12, from the climate summit in Bali in 2007 emphasises that experience gained through demonstration and pilot projects must be used as one of a number of inputs to the work to assess the organisation and establishment of an international mechanism for reducing greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries. The organisation of an international mechanism for reducing greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries has also been the subject of discussions and further decisions under the United Nations Framework Convention on Climate Change since 2007, resulting in the requirements and expectations for REDD+ being augmented and clarified.[22] The Ministry of Climate and Environment has participated in these negotiations.

### 3.1.2 Cost-effective, early and measurable reductions in emissions of greenhouse gases from deforestation and forest degradation in developing countries

It is apparent from the budget proposals for the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Climate and Environment that Norway's International Climate and Forest Initiative must contribute to rapid and cost-effective reductions in greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries, with a view to establishing mechanisms to regulate these emissions in a new international climate agreement.

**Establishing systems for control and monitoring**
In Innst. S. nr. 145 (2007–2008) and Innst. 390 S (2011–2012), the Energy and Environment Committee stipulated, as a prerequisite for Norway's contribution of up to NOK 3 billion annually for measures to combat deforestation in developing countries, that adequate mechanisms must be established, for example, under the direction of the United Nations or the World Bank, which can certify and manage large transfers to forest initiatives in a satisfactory manner.

During the consideration of the 2008 climate settlement, the Energy and Environment Committee noted that it will be necessary during a start-up phase to develop regulations and monitoring and control schemes for an international mechanism for reducing greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation, and that this should be done through demonstration and pilot projects, amongst other things.[23] This was also noted in the Ministry of Climate and Environment's *regelverk for klima- og skogsatsingen* of 2014 (Regulations for Norway's International Climate and Forest Initiative), which state that one common goal for the country initiatives is the rapid establishment of a mechanism for paying for verified emission reductions.

21) Innst. S. nr. 145 (2007–2008), see Report to the Storting No. 34 (2006−2007) *Norwegian Climate Policy*.
390 S (2011-2012), see Report to the Storting No. 21 (2011-2012) *Norwegian Climate Policy*.
22) *Key decisions relevant to reducing emissions from deforestation and forest degradation in developing countries (REDD+)*. Decision booklet REDD+, UNFCCC Secretariat, February 2016.
23) Innst. S. nr. 145 (2007–2008), see Report to the Storting No. 34 (2006−2007) *Norwegian Climate Policy.*



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Combating carbon leakage nationally**
During the consideration of Report to the Storting No. 13 (2008–2009) *Climate, Conflict and Capital* in Innst. S. nr. 269 (2008–2009), the Foreign Affairs Committee noted that conserving natural forests is a cost-effective way of preventing greenhouse gas emissions if the initiatives to combat deforestation have lasting effects at national level, show verifiable results and do not result in carbon leakage (where the stopping of logging in one area leads to an increase in logging elsewhere). In this context, the committee stressed the need for third party verification. The topics that the Foreign Affairs Committee discusses are included in the strategy for Norway's International Climate and Forest Initiative which was presented to the Storting in St. prp. nr. 1 (2008-2009) for the Ministry of Foreign Affairs.

In Innst. 9 S (2014–2015), the Energy and Environment Committee referred both to the importance of a national approach to REDD+ to ensure that the necessary national reforms are implemented, and to the importance of ensuring that the implementation at sub-national level also takes place within a binding national framework. In connection with this, the committee asked the government to work to strengthen the emphasis amongst multilateral financing institutions on national reforms and the initiation of national REDD+ strategies, including in cases where donors pay for verified emission reductions.

**Results-based payments**
In connection with the presentation to the Storting of the strategy for Norway's International Climate and Forest Initiative in St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs, it was noted that the financial support is results-based in order to reduce risk. This assumes that payments made to partner countries are dependent on and dimensioned in accordance with actual reductions in $CO_2$ emissions, that partner countries that fail to deliver should receive reduced support, and that support should be withdrawn completely if the country fails to demonstrate progress and political desire within a reasonable time frame. It is apparent from *regelverk for klima- og skogsatsingen* of 2014 (Regulations for Norway's International Climate and Forest Initiative) that developing countries must use the results-based payment to finance initiatives which support national plans for sustainable development.

During the consideration of Prop. 1 S (2014–2015) om Klima- og miljødepartementet in Innst. 9 S (2014–2015), the Energy and Environment Committee noted the recommendation from the Ministry's strategic evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative that results-based payments should also be considered for the preparatory phases which the partner countries carry out ahead of emission reductions. To ensure lasting results from Norway's efforts, the committee believed that it was important that Norway also provides results-based support for the implementation of political reforms and improvements in management forms, e.g. land reforms.

### 3.1.3 Conservation of natural forests
Sustainable forest management and the maintenance of biodiversity form part of the goals of Norway's International Climate and Forest Initiative[24] and of the efforts being made under the United Nations Framework Convention on Climate Change to establish a mechanism for reducing greenhouse gas emissions from deforestation and forest degradation in developing countries[25]. In St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs, it was noted that the scope for the conservation and

24) Innst. S. nr. 145 (2007–2008), see Report to the Storting No. 34 (2006-2007) *Norwegian Climate Policy.*
25) Decision 2/CP.13 *Reducing emissions from deforestation in developing countries: approaches to stimulate action,* UNFCCC, 2007.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

promotion of biodiversity could be the decisive factor in decisions concerning Norwegian support when choosing between two otherwise identical initiative areas.

In Innst. 9 S (2015–2016) to Prop. 1 S (2015–2016) om Klima- og miljødepartementet, a majority of the members of the Energy and Environment Committee noted the government's aim to maintain Norway's International Climate and Forest Initiative at a minimum level of NOK 3 billion per year during the period 2017–2020. The committee asked the government to specifically target the initiative at carbon-rich forest types, for example wetland forests in the interior, peat bog forests and mangrove forests, within a framework of at least NOK 30 million.

### 3.1.4 Sustainable development and the eradication of poverty

The *Norwegian Action Plan for Environment in Development Cooperation* dating from June 2006 announced the expansion of the initiative relating to development work linked to the safeguarding of biodiversity, for example in rainforests, water management and environmentally oriented development cooperation to reduce emissions of environmental toxins and greenhouse gases. A majority of the members of the Energy and Environment Committee supported the action plan during the consideration of the budget for 2008 in Budsjett-innst. S. nr. 9 (2007–2008).

In its justification for Norway's International Climate and Forest Initiative in connection with the consideration of the 2008 and 2012 climate settlements, the Energy and Environment Committee noted that initiatives to promote emission reductions in developing countries can produce three times the benefits compared with climate initiatives in wealthy countries. In addition to a greater impact on climate and the local environment, climate initiatives in developing countries can have a substantial development impact; see Innst. S. nr. 145 (2007–2008) and Innst. 390 S (2011–2012).

It has been noted that, as a prerequisite for long-term forest conservation, the initiative must also address considerations relating to development policy. During the consideration of the 2012 climate settlement, a majority of the Energy and Environment Committee's members therefore noted that Norway's International Climate and Forest Initiative should have composite goals linked to the conservation of natural forests, sustainable development and respect for the rights of indigenous peoples, in addition to the primary goal of reducing emissions. This was also emphasised in Innst. 9 S (2015-2016), see Prop. 1 S (2014–2015) om Klima- og miljødepartementet, where the committee noted that Norway must continue the work to ensure that REDD+ promotes results in areas other than reductions in $CO_2$ emissions.

#### The rights of indigenous peoples

In connection with the presentation of the initiative in St.prp. nr. 1 (2008–2009), it was noted that the long-term results of Norway's International Climate and Forest Initiative can only be secured if those who live in and off the forest are permitted to share in the associated economic development. The Storting has supported this view on a number of occasions, e.g. in Innst. 44 S (2011–2012) in connection with the consideration of Report to the Storting No. 14 (2010–2011) *Towards Greener Development*, where a majority of the Foreign Affairs and Defence Committee believed that countries which receive Norwegian climate and forest funding must respect and protect the rights of indigenous peoples and local communities, and that income from forest conservation must also benefit these groups.

This was followed up in the consideration of Prop. 1 S (2014–2015), see Innst. 9 S (2014–2015), where the Energy and Environment Committee noted that, during the climate summit in Cancún in 2010, the global community undertook to establish



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

safeguarding mechanisms linked to REDD+ to ensure that forest conservation does not take place at the expense of other international and national obligations. These safeguarding mechanisms are principles for environmental and social considerations that the countries must promote and support in the implementation of REDD+. The purpose of the safeguarding mechanisms is to ensure that REDD+ has no negative consequences for local communities and the environment. The committee noted the importance of Norway following up and working in all relevant forums to ensure that procedures are adopted which help to ensure that the safeguarding mechanisms are actually followed up and that initiatives are instigated if they are not. At the same time, it was noted that it is important that Norway also prioritises controls to ensure compliance with the safeguarding mechanisms in the bilateral REDD+ agreements.

**Positive synergies between sectors**
In Innst. S. nr. 269 (2008–2009) during the consideration of Report to the Storting No. 13 (2008–2009) *Climate, Conflict and Capital*, a majority of the Foreign Affairs Committee's members noted that in the longer term it will be desirable to establish international mechanisms for reducing greenhouse gas emissions to cover agriculture. The majority noted that this would reduce the opportunity for carbon leakage between forests and agriculture in the same country, and increase the scope to reap the benefits of forest planting, if all countries could establish holistic plans for land use.

The opportunity to extract positive synergies between the forest initiative (REDD+), renewable energy and climate adaptation, primarily agriculture and the prevention of natural disasters, was also noted in the Foreign Affairs and Defence Committee's consideration of Report to the Storting No. 14 (2010–2011) *Towards Greener Development*, see Innst. 44 S (2011–2012). The committee noted that the biggest threat to forest conservation is the need for more land for agriculture. More efficient and climate-friendly agriculture will enable food production to be increased without any associated increase in land use and is thus expected to support the forest initiative.

## 3.2 Management of Norway's International Climate and Forest Initiative

In accordance with the *Agreement between the Ministry of Climate and Environment and the Ministry of Foreign Affairs concerning the Government's Climate and Forest Initiative* dating from January 2014, Norad is subordinate to the Ministry of Climate and Environment in cases which concern Norway's International Climate and Forest Initiative. Until 2014, Norad was also subordinate to the Ministry of Foreign Affairs in cases which concerned Norway's International Climate and Forest Initiative.[26]

In Innst. 9 S (2014–2015), see Prop. 1 S (2014–2015), the Energy and Environment Committee noted that Norad's real-time evaluation recommended that Norway further develop the strategy for its REDD+ work through to 2020. The committee noted that Norway's International Climate and Forest Initiative will continue to be Norway's most important climate contribution, and that climate will continue to be the most important aspect of the initiative. In addition to the climate impact, the committee asked the government to emphasise the rights and participation of indigenous peoples and the local population in the conservation of forests, along with a broader approach to forest conservation and safeguard mechanisms.

Moreover, in Innst. 9 S (2014–2015), the Energy and Environment Committee noted during the discussion of Norad's real-time evaluation that Norway should have a

26) *Regjeringens klima- og skoginitiativ,* Bakgrunn og retningslinjer for gjennomføring, Ministry of Foreign Affairs, May 2009.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

greater presence in the partner countries and that, through the budget proposals, the government should facilitate the prioritisation of presence and a more active Norwegian dialogue with the countries. During the same period, the Ministry of Foreign Affairs strengthened its initiative relating to climate and environment through a climate instruction which was sent to all diplomatic service staff. In Prop. 1 S (2014–2015), the Ministry of Foreign Affairs refers to the instruction as a signal that climate work, including Norway's International Climate and Forest Initiative, should have a clearer place in foreign and development policy.

### 3.2.1 Aid policy principles as a guiding light in the management of the initiative

It must be possible to classify payments via Norway's International Climate and Forest Initiative as official development aid (ODA) and to fulfil the criteria of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) for ODA.[27] According to the OECD's development committee, ODA comprises grants or loans to countries and territories from public authorities in order to contribute to economic and social development. This must be the main aim of the funds. The directives open up the possibility of transfers under the work for the *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) and others being recognised as aid subject to certain conditions. The aid can be transferred directly between public authorities in two countries (bilateral aid) or channelled through multilateral institutions (multilateral aid). The Energy and Environment Committee and the Foreign Affairs and Defence Committee have given their support to the funds transferred via Norway's International Climate and Forest Initiative having the form of both bilateral and multilateral aid; see for example Innst. S. nr. 145 (2007–2008).

In Innst. 7 S (2009-2010), see Prop. 1 S (2014–2015), a majority of the Foreign Affairs and Defence Committee's members believed that Norway's International Climate and Forest Initiative should largely be based on established aid policy principles by supporting national plans to reduce deforestation and forest degradation in the partner countries. It was noted that it is important that national plans have a broad anchoring in the recipient countries and that the initiatives in these countries are in line with the rights of indigenous peoples and other local population groups in order to secure lasting results from the REDD+ projects.

This coincides with the principles in the *Busan Outcome Document* (2011) concerning a global platform for a more effective development partnership, which Norway has supported. Amongst these principles are national ownership, emphasis on results and transparency concerning aid and associated financing flows. This augments the OECD's criteria for aid evaluation, which are also integrated in Norway's administrative routines for the aid. The criteria list considerations such as relevance, sustainable development, cost-effectiveness and the effects of the aid.

### 3.2.2 Requirements concerning grant management

The Ministry's administration is covered by the principle of goal- and results-based management in the *Regulations on Financial Management in Central Government* and associated provisions. According to these regulations, all government administrative bodies must ensure that established goals and result requirements are achieved, that there is sufficient management information and that an appropriate basis is established for decision-making.

27) Innst. 260 S (2013-2014), see Report to the Storting 2 (2013–2014); Prop. 93 S (2013–2014); Prop. 94 LS (2013–2014); Innst. 7 S (2009–2010) and Innst. 470 S (2012-2013).



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Payments to funds**
*Regelverk for klima- og skogsatsingen* (Regulations for Norway's International Climate and Forest Initiative) note that payments to grant recipients must be made in accordance with the regulations for financial management in the state and be based on verified and planned needs for a maximum of six months into the future. Exceptions have been made to this requirement for Norway's International Climate and Forest Initiative in a number of Roman numeral resolutions in the Storting's consideration of the national budget, for example, for Norway's payments to the Amazon Fund. An account is given of the conditions for such exceptions in Prop. 1 S (2015-2016) for the Ministry of Climate and Environment.

The Office of the Auditor General assumes that the financial regulations are addressed in connection with payments to funds through the agreement that is established between Norway and the funds concerned; see Innst. 260 S (2013–2014) . Amongst other things, this means that the agreement clarifies requirements regarding internal controls, the purpose of the fund payments based on Norwegian funds, and requirements regarding reporting to the Ministry of Climate and Environment concerning results achieved in projects supported through the fund.

**Describe goals, criteria for goal attainment and provisions concerning follow-up and control**
Section 8 concerning grants in the *Regulations on Financial Management in Central Government* (the Financial Regulations) states that, for an individual grant scheme, the Ministry must describe goals, criteria for goal attainment and awards, and establish provisions concerning the follow-up and control of grants. These key elements must also be included in letters of commitment, in assignment letters to grant managers outside the public administration, and in special regulations for the grant scheme. In the letter of commitment to an individual recipient, the grant manager must set out the purpose and conditions for the grant and the grant amount, including any reservations regarding follow-up and control.

In Innst. 9 S (2014–2015), the Energy and Environment Committee noted that, in Document 1 (2013–2014), the Office of the Auditor General claimed that Norway's International Climate and Forest Initiative's development policy-related goals are not as operationalised as the goals concerning reductions in greenhouse gas emissions. The committee asked the government to specify the broader goals and to continue to report to the Storting on the progress being made within these areas, including with regard to how Norway's International Climate and Forest Initiative is contributing to attainment of the overarching goals of Norway's development policy. The committee pointed out that the reporting must be encapsulated in both the bilateral and international partnerships in which Norway is involved.

An account of the award criteria for funds under Norway's International Climate and Forest Initiative is given in Prop 1 S (2013–2014) and subsequently repeated in Prop. 1 S (2014–2015) and Prop. 1 S (2015-2016). The award criteria differ between payments for verified emission reductions, the financing of programme and project portfolios, and fund development for future payments for verified emission reductions through multilateral initiatives.

The administration of these funds is explained in more detail in *regelverk for klima- og skogsatsingen* (Regulations for Norway's International Climate and Forest Initiative), which were adopted on 3 June 2014. The scheme's regulations refer to the *Grant Management Manual. Management of Grants by the Ministry of Foreign Affairs and Norad* as a supplement to the regulations, which apply to initiatives managed by



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Norwegian diplomatic missions through an annual charging authority and initiatives administered by Norad through annual letters of commitment. Application-based grants to civil society managed by Norad are regulated through a separate set of scheme regulations.[28]

**Acquisition and use of information concerning results**

According to Section 4 of the Financial Regulations concerning fundamental management principles, all government departments and agencies must:

a) Establish goals and result requirements within the framework of the available resources and preconditions established by the overarching authority.
b) Ensure that established goals and result requirements are achieved, that resource use is efficient, and that the government departments and agencies are run in accordance with applicable laws and regulations, including requirements regarding good management practice, competence and ethical conduct.
c) Ensure sufficient management information and an appropriate basis for decision-making.

The ministries must also establish overarching goals and management parameters for underlying agencies; see Section 7. Governance, follow-up, control and management must be adapted to the agencies' characteristics, risk and materiality.[29]

In Innst. 44 S (2011-2012), see Report to the Storting No. 14 (2010–2011) *Towards Greener Development*, a majority of the Foreign Affairs and Defence Committee supported the view that Norway must continually evaluate whether contractual forms and financing mechanisms in Norway's International Climate and Forest Initiative can be improved to ensure that the attainment of results is optimised. In Innst. 7 S (2012-2013), see Prop. 1 S (2012-2013) and Prop. 1 S Tillegg 3 (2012–2013) for the Ministry of Foreign Affairs, a majority of the committee's members noted that in recent years around 50 such forest projects have been established with different goals, structures and reporting routines, and that these projects lack coordination. A majority thus believed that Norway must make even more effort to improve coordination of Norway's International Climate and Forest Initiative in dialogue with partner countries, multilateral organisations and partners from civil society.

In Innst. 123 S (2013–2014), the Control and Constitution Committee noted the recommendations in Document 1 (2013–2014) concerning the administration of Norway's International Climate and Forest Initiative. The committee asked the Ministry to prioritise the work to

- Ensure the establishment of a result framework for high-risk aid projects.
- Facilitate nuanced reporting to the Storting as a basis for the consideration of award proposals.
- Establish follow-up routines and strengthen the organisation within the Ministry in a way that ensures holistic management and reporting of the results of Norway's International Climate and Forest Initiative.

In connection with the consideration of Prop. 1 S (2015–2016), the committee noted that the Ministry has presented a comprehensive result report for the initiative and urged that this be done annually; see Innst. 9 S (2015-2016).

In Innst. 390 S (2011-2012), see Report to the Storting No. 21 (2011–2012) *Norwegian ClimateInternational Climate Policy*, a majority of the Energy and Environment

28) *Rules for the Climate and Forest Funding to Civil Society – Chapter* 1482.73, Norad, 2014.
29) *Regulations on Financial Management in Central Government*, Provisions on Financial Management in Central Government, Ministry of Finance, November 2015.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Committee's members noted that the real-time evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative is important in order to make continuous adjustments to the initiative's strategy and portfolio, and in order to document experiences and results. A majority considered it to be extremely important that experience and knowledge generated through Norway's contributions in the area are documented and disseminated. This was also stressed in the Foreign Affairs and Defence Committee's Innst. 7 S (2012–2013) in connection with the consideration of Prop. 1 S (2012-2013). The committee assumed that the evaluation reports are used as a basis for ongoing improvements to the initiative. *Instruks for evalueringsvirksomheten i norsk bistandsforvaltning* (Instructions for evaluation work in Norwegian aid administration) dating from 2015 established rules for the Ministry's follow-up of evaluations, including deadlines for the establishment of follow-up plans and for reports concerning the implementation thereof.

In the presentation of the strategy for Norway's International Climate and Forest Initiative in St. prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs, it was pointed out that the initiative entails considerable risk and that it will not be possible to eliminate all this risk. It was noted that a certain number of less successful projects would have to be anticipated. A systematic and strategic approach was highlighted as being important in order to reduce the number of less successful projects and in order to implement corrective measures if the initiative proves not to have the desired effect.

**Managing the risk of fraud**

The principle of zero tolerance for corruption is pivotal in the administration of Norwegian aid; see The Ministry of Foreign Affairs' *Nulltoleranse for korrupsjon. Utdyping av innholdet i politikken* (2010) and St. prp. nr. 1 (2006-2007). On a number of occasions, the Foreign Affairs and Defence Committee has stressed the need for targeted and effective controls concerning aid funds, regardless of the body that the aid is being channelled through; see for example Innst. 7 S (2011–2012), Innst. 420 S (2012-2013) and Innst. 7 S (2014-2015).

In Innst. 7 S (2014–2015), see Prop. 1 S (2014–2015) for the Ministry of Foreign Affairs, the Foreign Affairs and Defence Committee notes that it shares the government's view of zero tolerance for corruption in international organisations that administer Norwegian grants and assumes that provision is made for strict controls concerning the funds that are used. The committee points out that it is important that aid is used in a targeted and appropriate manner, and that this assumes a carefully considered set of agreements when financial aid is approved.

The Financial Regulations establish requirements concerning risk management and internal controls in government departments and agencies. According to Section 14, all enterprises must establish systems and routines which have built-in internal controls. One of the purposes of this is to ensure that irregularities and financial crime are prevented and uncovered. The requirement is described in more detail in the provisions. Internal controls must focus on preventing and uncovering wilful acts which are in breach of applicable laws and rules, such as manipulation, forgery or altering accounting data or other results-related information. Grant administrators must check information from grant recipients which is of importance for grant amounts and awards. Control measures must be documented.

Section 15 of the Financial Regulations states that government departments and agencies must carry out checks on underlying agencies and entities outside the public administration which have administrative authority perform their tasks in an appropriate manner and in accordance with Section 14 concerning internal controls. Grant



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

administrators must carry out checks to ensure that grant recipients fulfil the conditions that are established for their grant.

As regards the handling of cases involving suspected fraud, the *Agreement between the Ministry of Climate and Environment and the Ministry of Foreign Affairs concerning the Government's Climate and Forest Initiative* dating from January 2014 notes that Norway's International Climate and Forest Initiative will be based on established practice for the reporting and follow-up of suspected cases of fraud involving Norwegian funds, and that mechanisms will be established for joint external resource use and the exchange of information between the Ministry of Climate and Environment, the Ministry of Foreign Affairs and Norad within this area. As regards funds managed by Norad, whistleblowing reports must be handled by Norad, which reports to the Minister for Climate and Environment in these cases. As regards funds managed by the embassies or the Ministry of Climate and Environment, this responsibility is handled by the control administrator in the Ministry of Climate and Environment. According to the agreement dating from January 2014, the control administrator was to be assisted during a transitional period by the central control unit in the Ministry of Foreign Affairs.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 4 What financing has been made available to REDD+?

## 4.1 What has been awarded to Norway's International Climate and Forest Initiative?

Annual balanced budget and accounting figures for Norway's International Climate and Forest Initiative are shown in Table 1.

**Table 1 Budgets and accounts for Norway's International Climate and Forest Initiative 2009–2016 (whole NOK thousand)**

| | Balanced budget | | | Accounts | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Year | Operating expenses* | Climate and forest** | Totalt | Operating expenses* | Climate and forest** | Totalt |
| 2009 | 25 000 | 1 475 000 | **1 500 000** | 32 938 | 838 178 | **871 116** |
| 2010 | 39 867 | 2 107 700 | **2 147 567** | 44 407 | 2 711 761 | **2 756 168** |
| 2011 | 50 400 | 2 163 000 | **2 213 400** | 38 510 | 2 017 143 | **2 055 653** |
| 2012 | 51 000 | 2 529 000 | **2 580 000** | 52 582 | 2 616 604 | **2 669 186** |
| 2013 | 51 700 | 2 932 500 | **2 984 200** | 67 912 | 2 121 591 | **2 189 503** |
| 2014 | 71 900 | 2 794 000 | **2 865 900** | 66 695 | 3 366 924 | **3 433 919** |
| 2015 | 82 614 | 2 909 998 | **2 992 612** | 87 283 | 2 819 651 | **2 906 934** |
| 2016 | 93 689 | 2 673 598 | **2 767 287** | 94 945 | 2 553 106 | **2 648 051** |
| TOTAL | **466 170** | **19 584 796** | **20 050 966** | **485 272** | **19 044 958** | **19 530 530** |

*The post covers pay, administration, travel expenses and information activity in the Ministry of Climate and Environment, Ministry of Foreign Affairs (and embassies) and the Norwegian Agency for Development Cooperation (Norad), in addition to expenses relating to investigations, consultancy services, seminars, international meetings, etc.
**The post comprises grants which cover three categories of measures: payment for verified emission reductions, funding of programme and project portfolios, and fund development.
Source: Prop. 1 S Utenriksdepartementet, kap. 166 posts 01 and 73, for 2009 to 2013; Prop. 1 S Klima- og miljødepartementet kap. 1482, posts 01 and 73, for 2014 to 2016.

Table 1 shows that the awards gradually increased through to 2013, and that since 2013 they have been at a level of around NOK 2.8-2.9 billion. A total of NOK 23.5 billion has been awarded to Norway's International Climate and Forest Initiative, including an award of NOK 625 million to climate- and forest-related initiatives in 2008 and an award of NOK 2.8 billion in 2017.[30]

The accounting figures for an individual year may deviate substantially from the budget. This is partly because the Storting has decided that awards to Norway's International Climate and Forest Initiative can be transferred and that award authorisations are given which will cover the obligations of Norway's International Climate and Forest Initiative beyond the budget year concerned. During the period 2009–2017, annual award authorisations of between NOK 0.6 and 3.5 billion have been granted.

30) St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs; Prop. 1 S (2016–2017) for the Ministry of Climate and Environment.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## 4.2 Where have the funds in Norway's International Climate and Forest Initiative been used?

During the period 2008–2016, a total of NOK 19 billion was paid out in aid via Norway's International Climate and Forest Initiative. *Norwegian Aid Statistics* shows that 55 percent of the funds, i.e. NOK 10.47 billion, have been categorised as bilateral aid, whilst 45 percent of the funds, or NOK 8.57 billion, have been channelled through multilateral institutions.

Of multilateral funds and programmes, the World Bank's Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) is the largest recipient of finance from the Norwegian initiative, with NOK 1.9 billion, or 10 percent of the total payments. Of this, NOK 407 million was transferred to the FCPF Readiness Fund, which finances the REDD+ countries' provision for emission reductions from forests, and NOK 1.5 billion was transferred to the FCPF Carbon Fund, which makes payments for actual reductions in emissions. The UN REDD Programme has received 9 percent, or NOK 1.7 billion, from Norway. Other major recipients under multilateral funds and programmes include the Forest Investment Programme (FIP), with NOK 855 million, and the BioCarbon Fund's Initiative for Sustainable Forest Landscapes (ISFL), with NOK 748.4 million.

Seventy three percent of the funds which have been channelled through multilateral institutions (NOK 6.2 billion) are not geographically specified and primarily comprise transfers that the boards of the various funds and programmes distribute geographically. The remaining NOK 2.4 billion is geographically specified. These funds are split between a total of 17 countries, which all also receive bilateral aid from Norway's International Climate and Forest Initiative.

The funds that are categorised as bilateral aid are split between 36 countries. Of these, 14 are in Africa, 11 in Asia, 9 in Latin America and 1 in the Middle East (Jordan) and 1 in Oceania (Papua New Guinea). Latin America has received the most finance. This is primarily because of the transfers made to Brazil, which has alone received 39 percent of the total of NOK 19 billion paid out by Norway's International Climate and Forest Initiative. The largest recipients of the bilateral funds are authorities and the public sector in partner countries (NOK 7.5 billion) and civil society organisations (NOK 2.4 billion). Of the bilateral funds, NOK 1.6 billion is not linked to a specific country, but constitutes support for recipients operating in a number of countries.

The ten largest recipient countries, which are all bilateral partner countries, have received a total of NOK 10.9 billion through multilateral and bilateral channels. In addition to Brazil, which has received NOK 7.4 billion, Indonesia and Guyana are major recipients of funds from Norway, with NOK 1.1 billion each. Most other countries have received very small payments. Twenty six of the 36 recipient countries have received a total of NOK 253.9 million, or 1.3 percent of the total payments made by Norway's International Climate and Forest Initiative.

## 4.3 What funds have been made available to REDD+ globally?

### 4.3.1 The challenges of tracing funds to REDD+

A number of initiatives and stakeholders are working to obtain data concerning the funds that are channelled to REDD+ globally. Norway's International Climate and Forest Initiative has also supported this work, partly through contributions to studies under the direction of the US Center for Global Development think tank, and support for the *REDD+ Voluntary Database* administered by the Food and Agriculture



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Organization of the United Nations. Nonetheless, the data concerning the financing of REDD+ will remain fragmented and incomplete. Amongst the reasons for the deficient data is the fact that donors report support to REDD+ under general categories such as environment or forest, without isolating the funds paid to REDD+. Little data is also available concerning the forest countries' own investments in REDD+. The various initiatives and stakeholders therefore issue reservations concerning the completeness of the data that is presented, and emphasise selected financing channels which are considered to cover the largest financing flows. Through a combination of sources, the audit has sought to obtain an overview of the trends in the financing of REDD+ globally.

### 4.3.2 How much funding has been anticipated, transferred and used for REDD+ globally?

**What funding has been anticipated and transferred?**
In 2014, the Center for Global Development (CGD) think tank conducted a review of the financing of REDD+ globally during the period 2006–2014. The report concluded that various donors anticipated the transfer of a total of USD 9.8 billion to REDD+. Anticipated funding is funding that donors have indicated they would like to give, but where no legally binding agreements to actually pay out the funding have been established. The payment period for the anticipated funds may extend over a number of years. In agreements concerning results-based payments, requirements may also be imposed concerning verified results before any payments are made.

The organisation Forest Trends traces REDD+ funds to a total of 13 countries. At the end of 2014, it was anticipated that these countries would receive a total of USD 6 billion for REDD+, or two thirds of the total of USD 9.8 billion that was expected to be awarded to REDD+ globally at the time. In an analysis that was presented in 2015, Forest Trends found that a total of USD 2.3 billion had been paid to the 13 countries at the end of 2014. Of this amount, USD 917 million, or 40 percent of the total payments, comprised transfers from Norway to Brazil and Indonesia. According to Forest Trends' analysis, the majority of the REDD+ countries investigated had received relatively small amounts for REDD+ and a considerable proportion of the anticipated funds had not yet been paid out. In addition, the figures show that Norway accounted for a significant proportion of the funds that had been paid out for REDD+ in the 13 countries.

It is apparent from CGD's survey that over half of the funds, i.e. USD 5 billion, was expected to be paid out in the form of payments under bilateral agreements concerning REDD+, either as results-based payments or ordinary financing. Another important channel for financing was multilateral funds and programmes[31], which were expected to be awarded a total of USD 3.2 billion.

*Climate Funds Update* (CFU), an initiative under the direction of the think tanks Overseas Development Institute and Heinrich Böll Stiftung for tracking international climate financing, is monitoring developments in the financing of REDD+ through the multilateral channel. In its 2014 survey, CGD found − based on figures from CFU − that 75 percent of the anticipated monies to multilateral funds and programmes, i.e. USD 2.4 billion, had been transferred and made available for further investment in REDD+ as of December 2014. Figures from CFU dating from May 2017 for corresponding funds and programmes show an increase in both anticipated and actually transferred funds. Whilst the total amount of anticipated monies for multilateral funds and programmes had increased to USD 4.5 billion, a total of USD 2.9 billion had been

31) CGD and CFU include the Amazon Fund under multilateral funds and programmes, which otherwise consist of the Forest Investment Program (FIP), Forest Carbon Partnership Facility (FCPF), the DR Congo Basin Forest Fund (CBFF), BioCarbon Fund ISFL and the United Nations REDD Programme.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

transferred to REDD+. This represents an increase of USD 500 million in around two years. This shows that it was still anticipated that further funds would be paid out for REDD+ and that these monies were gradually being transferred to the multilateral funds and programmes. However, according to *Climate Funds Update*'s data, Norway's payments to the Amazon Fund also account for a high proportion, 34 percent, of the total payments made.

**What transferred funds have been used?**
Only a small proportion of the amounts transferred to multilateral funds and programmes has actually been used. In 2014, CGD found that 12 percent of the contributions to multilateral funds and programmes had been paid out to REDD+ projects. Corresponding calculations performed on the basis of CFU's figures from October 2016 and May 2017 show that the proportions of funds used as of these dates had risen to 20 and 26 percent respectively[32]. As of May 2017, a total of USD 727 million, out of a total of USD 2.9 billion available in multilateral funds and programmes, had been paid out to REDD+ projects.

However, the proportion of used monies varies considerably between the funds and the programmes. The UN REDD Programme, which is the smallest of the funds and programmes, stands out in that 97 percent of the funds had been paid out. For the others, the proportion paid out varies between 0 and 36 percent. The low proportion of used funds indicates substantial fund accumulation, partly for payments for results over the coming years in the FCPF Carbon Fund and the BioCarbon Fund's ISFL.

The low proportion of used funds is also affected by a high proportion of unused funds in the Amazon Fund and the Forest Investment Program (FIP), which are amongst the largest individual recipients of funds according to the figures, with 26 and 13 percent of received funds respectively having been paid out by the fund to REDD+ as of May 2017. In a letter, the Ministry notes that 50 percent of the total contribution made to the Amazon Fund had been contractually agreed as of 31 December 2017, and that 28 percent of the total contribution had actually been paid out.

The Ministry of Climate and Environment furthermore states in a letter that payments to the fund may be made regardless of any verified need on the part of the recipient; see Prop. 93 S (2013-2014).In connection with this, the Ministry notes that the high proportion of paid funds from the UN REDD Programme must be viewed in light of the fact that the three associated UN organisations often formulate and carry out the projects that are being financed themselves. This makes the UN REDD Programme less dependent on the recipient country's capacity, but can on the other hand weaken the recipient country's ownership of the project.[33]

### 4.3.3 Who donates funds to REDD+?
In CGD's 2014 review, public funds were estimated to account for almost 90 percent of REDD+ financing. This is also the financing source which has been mapped by various organisations to the greatest extent. Whereas, in its 2014 review, CGD identified more than 20 donors to REDD+, irrespective of the financing channel, they found that 77 percent of the financing was concentrated in five donor countries: Norway, USA, United Kingdom, Japan and Germany.

32) The basis for CFU calculations concerning funds that have been paid out in the Forest Investment Program (FIP) was changed in the data set from May 2017, as promissory notes were no longer included in the calculation basis for paid funds. This represents a reduction in funds paid to the FIP from USD 743.4 million in the data set from October 2016 to USD 501.1 million in May 2017. This impacts on the proportion paid out by 3 percentage points.
33) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Norway is the largest donor to REDD+. According to figures from CFU dating from May 2017 for the funds and programmes which exclusively work with REDD+, Norway accounts for 64 percent of the total of USD 2.9 billion which has been paid in by donors. Norway is followed by Germany and the United Kingdom, which account for nine and five percent of payments respectively.

The figures of the CFU do not include all financing channels which have been used by the donors. For example, a number of cases of bilateral aid are excluded, and this is a key financing channel for Germany. The audit therefore obtained figures from the British and German authorities regarding their financing of REDD+ during the period 2008–2016 in order to have more precise data concerning contributions from these donors. The figures show a combined contribution from the three countries of USD 5.3 billion to REDD+ during the period 2008–2016. Norway is the largest donor of the three countries, contributing 51 percent of the funds, followed by Germany (31 percent) and the United Kingdom (18 percent)[34]. As regards the United Kingdom, contributions to REDD+ accounted for 18 percent of the country's total contribution to climate financing in developing countries during the period 2008–2016.

The donor countries have different approaches to REDD+. The survey conducted by CGD in 2014 showed that, while Norway's principal approach is to establish agreement concerning reductions in greenhouse gas emissions under the climate convention, REDD+ in the United Kingdom, Germany and the USA is linked more to goals concerning biodiversity, sustainable development and the eradication of poverty. Germany has also taken on a number of additional obligations on biodiversity under the convention, and the country's financing of REDD+ is closely linked to these goals. In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that the development goals, biodiversity and ecosystems are also pivotal in the Norwegian support for REDD+.[35]

The Ministry of Climate and Environment furthermore states that the Paris Agreement and pledges from the private sector to avoid deforestation in connection with the production of goods, facilitate other sources of financing for REDD+. This includes the forest countries' own financing of REDD+, support from multilateral institutions to REDD+ through the financing of sustainable development, and corporate investments in sustainable agricultural production. The Ministry notes that it considers the decision by the Green Climate Fund in 2017 to trial results-based financing for REDD+ in the amount of up to USD 500 million to represent a major breakthrough in the efforts being made to boost REDD+ financing. The Green Climate Fund is expected to take up a pivotal place in international climate financing in the years to come, and the Ministry has worked to be given the opportunity to earmark funding in the REDD+ fund.[36]

### 4.3.4 How do the funds and donors break down between REDD+ funds and programmes?

Four multilateral funds and programmes are dedicated to the implementation of REDD+. The Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) programme under the World Bank is the largest of these. According to figures from CFU dating from May 2017, this programme has received a total of USD 767.2 million from donors. Of this amount, USD 441 million was held by the FCPF Carbon Fund, which makes payments for actual reductions in emissions, whilst USD 326 million was placed in the FCPF Readiness Fund.

34) The amounts have been converted from the respective countries' currencies to US dollars based on the average exchange rate for the Norwegian kroner, euro and pound sterling during the period 1 January 2009–31 December 2016. The average exchange rate was determined using the website valutakurser.no/kursutvikling.

35) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.

36) Ministry of Climate and Environment 2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

FCPF also has the largest number of donors, 17 in total. Nevertheless, Norway and Germany have stood out as the largest individual donors. Whereas Norway and Germany account for almost 50 percent of the funds that have been transferred to the FCPF Readiness Fund, the same two countries as of May 2017 had contributed 80 percent of the funds in the FCPF Carbon Fund, according to figures from CFU. Norway alone accounted for 52 percent of the funds in the FCPF Carbon Fund. This confirms the general picture that a small number of donors account for the majority of REDD+ financing and that Norway is central amongst these donors.

As of May 2017, the Forest Investment Programme (FIP) had received a total of USD 501 million according to figures from CFU. This makes FIP the second largest fund amongst the multilateral funds and programmes dedicated to REDD+. According to figures from CFU, the USA was the largest donor to the fund, with 33 percent of the transfers. The USA was followed by Norway with 28 percent and the United Kingdom with 14 percent of the deposited funds.

The UN REDD Programme was the third largest multilateral actor in terms of funds received as of May 2017, with a total of USD 280 million. Eighty seven percent of these funds originated from Norway.

Whilst FCPF, FIP and the UN REDD Programme were operational from 2008 and 2009 onwards, the BioCarbon Fund's Initiative for Sustainable Forest Landscapes (ISFL) became operational later, in 2014. ISFL is trialling a landscape approach to REDD+ in three selected pilot countries: Ethiopia, Colombia and Zambia. The donors to the fund are Norway, the United Kingdom and the USA. According to figures from CFU, the fund had received a total of USD 162 million as of May 2017. Sixty six percent of the funds originated from Norway.

In addition to the four multilateral REDD+ actors, Norway has also made financial contributions to the Congo Basin Forest Fund multi-donor fund, which is administered by the African Development Bank. With a total contribution of USD 82 million, Norway was the largest of the three donors (Canada, the United Kingdom and Norway) to the fund. Since 2015, Norway's investments in the region have been transferred to the recently established Central African Forest Initiative (CAFI) donor coordination platform. At the end of 2016, 94 percent of the funds in the CAFI Fund came from Norway. A total of USD 49.2 million was available in the fund at the end of 2016.

In a letter, the Ministry of Climate and Environment states that a number of donors have substantial bilateral aid programmes in the Congo Basin region which are not apparent from the financing in the CAFI Fund. A number of these donors have apparently indicated that they wish to support CAFI programmes that are at the planning stage. Amongst these is the World Bank, which has indicated that there is scope for the joint financing of programmes in the region.[37]

37) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 5 What progress and results have been achieved through the Ministry of Climate and Environment's work relating to the goals of the Norwegian initiative?

## 5.1 What has been achieved as regards goal 1 of the initiative to contribute to ensuring that REDD+ is covered by a new international climate agreement?

### 5.1.1 Is REDD+ covered by a new international climate agreement?

The Ministry considers goal 1 of Norway's International Climate and Forest Initiative to have been achieved through the inclusion of REDD+ in the climate agreement that was adopted in Paris.[38] The agreement is intended to ensure that reductions in greenhouse gas emissions from forests in developing countries can be covered by the national contributions to the climate goals and that countries can enter into international collaboration concerning this. The agreement aims to promote the use of the framework for REDD+ which has been adopted by the parties to the climate convention.[39] This framework consists of consensus-based decisions concerning REDD+ taken by the parties to the climate convention during the period 2007–2015. REDD+ is considered to be the area where the parties to the climate convention have progressed furthest in reaching agreement over a common framework for implementation of the initiative.

**Key topics for Norway during the REDD+ negotiations**

The Ministry of Climate and Environment took part in the negotiations concerning REDD+ with a dedicated negotiator for forests, who was a member of Norway's negotiating team for the climate convention. In an interview, the Ministry noted that pivotal topics for Norway in the REDD+ negotiations were:

- Provisions concerning the geographical level of implementation of REDD+, as either national or jurisdiction-based rather than project-based.
- Results-based payments for emission reductions, and not exclusively support for capacity-building, i.e. phases 1 and 2 of REDD+.
- Social and environmental safeguards to prevent injury to people and damage to nature in connection with REDD+.
- Measurement, reporting and verification (MRV), and, amongst other things, transparency regarding the use of methods, as well as the use of a historical reference level rather than trend projections.
- A phased approach to REDD+.

The Ministry believes that Norway's priorities are very strongly reflected in the wording of the Paris Agreement. In the Ministry's opinion, this was far from inevitable given the differences in the positions of the various stakeholders during the years of negotiations concerning REDD+. In the proposal for the 2012 budget year, the Ministry of Foreign Affairs noted that the decisions made concerning REDD+ during the climate summit in Cancún in 2010 confirmed that there was agreement to create a mechanism for REDD+ and that this would have a form which was largely in line with Norway's stance.

38) Prop. 1 S (2016–2017) for the Ministry of Climate and Environment.
39) Prop. 115 S (2015–2016) *Samtykke til ratifikasjon av Parisavalen av 12. desember 2015 under FNs rammekonvensjon om klimaendringer av 9. mai 1992.*



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Guidelines for REDD+ in the framework adopted by the parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change**

*REDD+ forest actions*
The decisions that have been taken by the parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change concerning REDD+ open up the possibility of REDD+ encompassing five different forest actions: reducing greenhouse gas emissions from deforestation, reducing greenhouse gas emissions from forest degradation, conserving forests and the carbon which is stored in them, sustainable forest management, and increasing carbon uptake in forests. The five forest actions are intended to cover the forest situations in different countries. It is up to the developing countries to choose which actions they wish to carry out as part of REDD+. However, in order to receive results-based payments, the parties require the countries to include all significant sources of emissions and take-up of greenhouse gas emissions from forests in their REDD+ work.

*A phased approach to implementing REDD+*
According to the framework, REDD+ should be implemented in phases. The decisions identify three phases, where phase 1 consists of the preparation of national strategies or action plans, policies and initiatives, and starting the necessary capacity-building for the measurement, reporting and verification of emission reductions from forests, among other things. During phase 2, the policies must be implemented and results achieved. During phase 3, the countries will then receive payment for any documented and verified reductions in emissions.

*National REDD+ strategy*
According to the decisions made regarding REDD+, the developing countries must establish a national strategy or action plan for REDD+. This strategy or plan should outline the causes of deforestation and forest degradation and set out how circumstances relating to land rights, forest management, equality and environmental and social considerations will be handled in the work to reduce greenhouse gas emissions from forests.

*Measurement, reporting and verification of emission reductions*
Payment for results presupposes that the countries establish a system for the measurement, reporting and verification (MRV) of greenhouse gas emissions from forests and submit reports concerning emission reductions achieved. Among other things, the establishment of an MRV system entails the determination of a reference level against which changes in greenhouse gas emissions or uptake in forests can be measured. Furthermore, an MRV system entails the establishment of satellite monitoring or other measures that provide relevant information concerning changes in forest cover, and the availability of data on how much carbon can be stored or is already stored in the forest concerned. The greenhouse gas emissions that follow from changes in forest cover will then be calculated on the basis of this. It is a requirement in the decisions that the developing countries establish a national or, at least initially, a sub-national reference level for carbon dioxide emissions from forests.

The decisions afford the developing countries considerable flexibility in the formulation of the MRV system. The systems can be adapted to national circumstances and management history. It remains for experts to clarify a number of methodological questions concerning how the carbon impact of different forest measures should be determined. The decisions thus assume that the systems should be developed in phases, so that data and methods can be updated as new data is acquired and capacity in the REDD+ countries is increased. The expectation in return is that the



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

REDD+ countries will facilitate transparency concerning data on emission reductions and the methods that are used to calculate such reductions. The countries can choose whether they wish to submit the MRV reports and the reference level for third party verification. During verification, the methods and calculations which have been used as a basis for the reported results are assessed.

*Environmental and social considerations in REDD+*

The REDD+ safeguards are principles for environmental and social considerations that the countries must promote and support in the implementation of REDD+. The purpose of the safeguards is to ensure that REDD+ has no negative consequences for local communities and the environment. The United Nations Framework Convention on Climate Change adopted the following seven safeguards for REDD+ in 2010:

- REDD+ complements or is consistent with the objectives of national forest programmes under relevant international conventions and agreements.
- Forest governance structures are transparent and effective, and in line with national legislation and sovereignty.
- REDD+ respects indigenous and local community knowledge and rights and international declarations and national laws in the field.
- REDD+ facilitates full stakeholder participation, particularly amongst indigenous peoples and local communities.
- REDD+ activities are consistent with conservation of natural forests and biological diversity, and the sustainable utilisation of these resources.
- REDD+ includes actions to address the risks of reversals.
- REDD+ includes actions to reduce the risk of greenhouse gas emissions in one area being replaced by increases in greenhouse gas emissions in other areas (carbon leakage).

According to the framework, developing countries must prepare a summary of how the safeguards are being complied with, and present this summary together with other information relating to results. In connection with this, the countries must develop a system for acquiring and processing information of relevance to the safeguards.

*Results-based payments*

Results-based payments are intended to help ensure that forest countries have a financial incentive to implement REDD+ and achieve results. In order to receive payments for emission reductions, it is a requirement that the developing countries document reductions in carbon dioxide emissions from initiatives in forests. The developing countries are also required to submit a summary setting out how the country has handled the safeguarding mechanisms in its REDD+ work.

*Financing of REDD+*

The decisions made concerning REDD+ from the climate convention underline the view that the financing of REDD+ should be new, adequate and predictable. The parties are in agreement that the financing of REDD+ actions can come from many different sources: public and private sector, bilateral or multilateral. The financing may have either a market-based or a non market-based approach. A market-based approach includes the trading of climate quotas. There is agreement that a market-based mechanism may be developed, but this has so far not been done under the climate convention. In a letter, the Ministry of Climate and Environment stresses that the status of REDD+ financing is affected by the more general discussions concerning climate financing taking place under the United Nations Framework Convention on Climate Change and that the situation in this area is therefore not unique to REDD+.[40]

40) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet,* 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.




At the climate summit in Paris in 2015 the parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change agreed on a new global climate agreement, the Paris Agreement. The Agreement promotes climate initiatives relating to forests and the use of the REDD+ framework. Thereby, a key goal for Norway's International Climate and Forest Initiative was achieved. Photo: United Nations Framework Convention on Climate Change

### 5.1.2 What are the key risk factors associated with the framework that has been adopted for REDD+ under the climate convention?

A number of considerations have been the subject of differing stances during the REDD+ negotiations under the climate convention. As a result, it has been claimed that the decisions do not sufficiently delimit and clarify requirements regarding the implementation of REDD+.[41] In light of this, during the interview with the Ministry of Climate and Environment, the audit team brought up what were pivotal issues for Norway in the negotiations concerning REDD+, as well as cases where this inadequate clarification in the decisions, and weaknesses in the implementation of the framework represent a risk as regards the impact of REDD+.

**Risk linked to predictable and adequate financing for REDD+**

It is not clear how REDD+ is to be financed. The Ministry of Climate and Environment believes that this represents the biggest remaining risk as regards REDD+ and the impact of Norway's International Climate and Forest Initiative. In letters to the Office of the Auditor General, the United Kingdom and Germany also refer to the inadequate financing of REDD+ as a key risk factor.

The financing of REDD+ is considered in a negotiating track which has looked at climate financing generally. In an interview, the Ministry notes that clarification of the principles for burden of proof and institutional solutions for climate financing have been the subject of some political dispute, and that strong opinions have been expressed regarding these issues by many parties. According to the Ministry of Climate and Environment, the quota markets which cover REDD+ remain relevant, but do not dominate the discussion in the same way as they did at the time the work relating to REDD+ commenced back in 2008.

**Unresolved questions linked to who can write-off the results of REDD+**

According to the Ministry of Climate and Environment, it has so far not been determined how the results of REDD+ are to be integrated into reports by countries to the climate convention, and therefore whether donors to REDD+ will pay for emission reductions which can be written off against national obligations under the Paris Agreement.

41) *The Consolidated Guide to the REDD+ Rules under the UNFCCC*, Baker & McKenzie Law for Development Initiative, November 2014.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

In connection with the negotiations concerning the Paris Agreement, it became clear that all countries have a responsibility to contribute to the climate goals in accordance with what is politically feasible within each country. This makes it relevant for the developing countries to implement REDD+ as a national initiative, without the sale of climate quotas. According to the Ministry, most REDD+-related initiatives which have been notified to the climate convention are national initiatives rather than international partnerships.

In a letter, the Ministry notes that it is considered to be positive that, under the Paris Agreement, all countries must submit reports concerning national contributions to reductions in greenhouse gas emissions. This gives countries with tropical forest an incentive to reduce emissions from the forestry sector, over and above that concerning international climate financing.[42]

**Risk linked to the geographic scope of REDD+**
In the *Overordnet virksomhetsplan* (Overarching action plan) for 2017, the Ministry of Climate and Environment refers to the risk relating to the geographic scope of the REDD+ work. According to the Ministry, the risk linked to the financing of REDD+ also represents a threat to REDD+ as a national or jurisdiction-based approach which Norway has advocated in the negotiations.

During an interview, the Ministry of Climate and Environment expanded on this risk by noting that some stakeholders want a project approach to REDD+ and continue to argue for this approach in international forums. Provision has also been made for sales of emission reductions from a project approach to REDD+ on the voluntary carbon market. With a project approach, the impact on the climate of the conservation of forest in one area could be offset by the logging of forest in another. If a project approach were to be advocated in a number of forums, it would, in the opinion of the Ministry, pose a threat to the climatic impact of REDD+, and represent a setback to the agreement reached during the climate convention. However, in a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that the major bilateral and multinational partnerships concerning REDD+ already assume the national or sub-national implementation of REDD+.[43]

In the opinion of the Ministry of Climate and Environment, REDD+ entails and presupposes a cross-national reform agenda. Experience gained from a project approach during the decades leading up to REDD+ indicated that a national approach to the issue of forest conservation and climate was necessary if the initiatives were to have an impact outside a limited geographic area and period of time. The Ministry's experience suggests that changes and reforms at authority level are far more challenging than a project approach. The authorities in the forest countries must be in the driving seat, and the Ministry of Climate and Environment believes that donor countries such as Norway have limited scope as regards what they can do to influence progress.

**Risk linked to the calculation of results**
In an interview, the Ministry of Climate and Environment notes that the methods used to calculate results are decisive in ensuring that payments are made for actual reductions in deforestation and greenhouse gas emissions, rather than for maintaining the status quo. The decisions made under the climate convention open up the potential for a number of possible solutions as regards how emission reductions can be

42) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
43) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet,* 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

calculated and payments for results made. This has necessitated the Ministry's involvement in the preparation of the methodological framework for results-based payments in forums which could finance REDD+ actions, in order to ensure that environmental integrity is addressed. An example of this is discussed in more detail in section 5.2.2. In a letter, the Ministry furthermore notes that it also considers the framework that was adopted in 2017 for payments for emission reductions from REDD+ by the Green Climate Fund to be sound from an environmental perspective.[44]

**Risk linked to social and environmental safeguards**

According to the Ministry, the requirements regarding the REDD+ safeguards at an overarching level are in place in the decisions concerning REDD+ under the climate convention, but it remains to implement them and establish good practice in the area. In an interview, the Ministry of Climate and Environment notes that Norway was the country that pushed hardest for social and environmental safeguards in REDD+. However, the negotiations concerning safeguards have proved to be politically challenging, and the Ministry acknowledges that Norway's ambitions regarding safeguards are higher than is reflected in the decisions made under the climate convention to date. In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that Norway's ambitions regarding the international sustainable development agenda are higher than it has so far been successful in advocating, which represents a general challenge for the country.[45]

The Ministry notes that work was still underway in 2017 to get countries to submit reports in line with the requirements of the climate convention dating from 2013 concerning documentation of compliance with the REDD+ safeguards. The guidelines from the United Nations Framework Convention on Climate Change concerning REDD+ safeguards must be followed by all countries which implement REDD+ under the climate convention. Nevertheless, according to the Ministry, a number of REDD+ countries consider the requirements regarding social and environmental safeguards to be involvement in national self-governance which should therefore fall outside the scope of the climate convention. As a result of this, the requirements regarding safeguards that were adopted during the climate convention have become very general and can be covered through a relatively brief report to the climate convention.

A review of the documentation published on the climate convention's *Lima REDD+ Information Hub*, which is intended to facilitate transparency over results-based payments and results achieved through REDD+, confirms the Ministry's statements during the interview. As of November 2017, three countries - Brazil, Ecuador and Malaysia - have submitted reports to the climate convention concerning progress and results under REDD+. As noted in section 6.5.1, Brazil has only submitted reports concerning compliance with the REDD+ safeguards for the period 2006–2010.

The Ministry of Climate and Environment notes that the United Nations and the World Bank have their own social and environmental safeguards, which have been developed over a long period of time and which Norway considers to be good. According to the Ministry, the multilateral actors' systems and requirements therefore represent a good solution to addressing the safeguards for the implementation of REDD+ in the short term. In a letter, the Ministry notes that it is a general requirement for all recipients of funding from Norway's International Climate and Forest Initiative to

44) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
45) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet,* 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

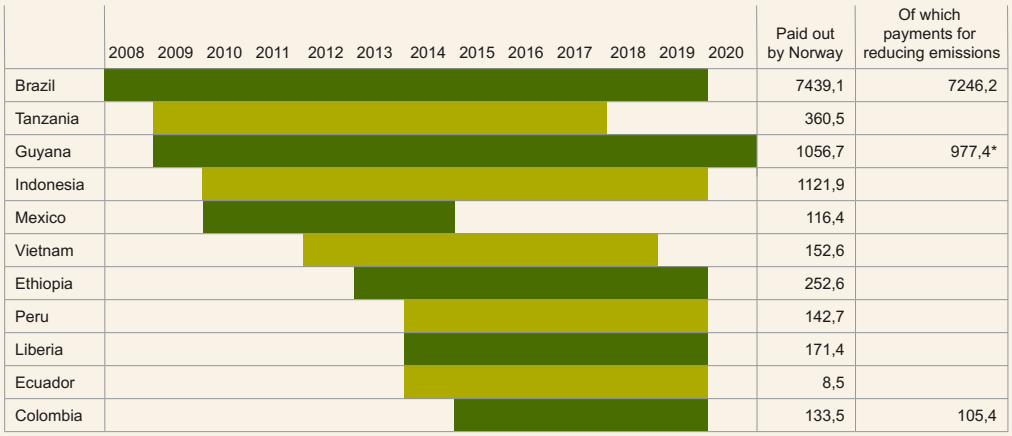
have safeguard mechanisms in place.[46] See also section 6.5.1 for more on REDD+ safeguards in the Amazon Fund which receives Norwegian payments to Brazil.

## 5.2 What has been achieved as regards goal 2 of the initiative concerning cost-effective, early and measurable emission reductions?

### 5.2.1 What has been achieved as regards goal 2 through bilateral cooperation?

Norway's International Climate and Forest Initiative has entered into 11 bilateral partnerships concerning REDD+; see Figure 2.

**Figure 2 Agreement period and payments as of December 2016 for bilateral partnerships entered into by Norway's International Climate and Forest Initiative; amounts in NOK million**




| | Paid out by Norway | Of which payments for reducing emissions |
|---|---|---|
| Brazil | 7439,1 | 7246,2 |
| Tanzania | 360,5 | |
| Guyana | 1056,7 | 977,4* |
| Indonesia | 1121,9 | |
| Mexico | 116,4 | |
| Vietnam | 152,6 | |
| Ethiopia | 252,6 | |
| Peru | 142,7 | |
| Liberia | 171,4 | |
| Ecuador | 8,5 | |
| Colombia | 133,5 | 105,4 |

* Of this, NOK 589.4 million is placed in a blocked account and is reserved for the development of clean and renewable energy sources, including the Amaila Falls hydropower station.
Source: Ministry of Climate and Environment (agreement periods) and *Norwegian Aid Statistics* (payments).

For eight of the bilateral partnerships, the agreements assume that payments will be made for emission reductions from Norway. For the other three (Tanzania, Vietnam and Mexico), the partnership has exclusively concentrated on provision for emission reductions and systems for the measurement, reporting and verification of results.

In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that all the partner countries, with the exception of Brazil, have received payments for results achieved during phases 1 and 2 of REDD+, i.e. provision for phase 3 and payment for documented and verified emission reductions from forests.[47]

**Norway has paid three partner countries for emission reductions**

Norway has made payments for emission reductions achieved from forests in a total of three countries: Brazil, Guyana and Colombia. Of the total of NOK 8.3 billion paid for emission reductions as of 31 December 2016, 87 percent was paid for results in Brazil. Guyana has received NOK 977.4 million in payments for carbon sequestration in forests since 2009, while Colombia received its first payment for emission reductions in 2016 - NOK 105.4 million - for reductions achieved in 2013/2014.

46) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet,* 12 February 2018.
47) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.



In December 2007, then Prime Minister Jens Stoltenberg announced that Norway would take a leading role in the work under the United Nations Framework Convention on Climate Change to test measures to reduce greenhouse gas emissions from the logging of tropical rainforests. Brazil was one country which had shown that a high rate of deforestation and associated CO2 emissions could be reduced through political initiatives. Photo: Ministry of Climate and Environment

*Brazil*

Brazil has received the full amount that was anticipated as payment for results during the first period of the bilateral partnership, i.e. 2008–2015. Brazil was able to document emission reductions from reduced deforestation at the time of signing the agreement in 2008 and therefore went straight to phase 3 of REDD+. Throughout the entire period of the bilateral partnership with Norway, Brazil has been able to present deforestation figures for the Brazilian part of the Amazon which are below the reference level for Brazil - see also section 6.2.1. The reference level is used to assess whether the country has qualified for results-based payments. The embassy in Brazil, which has administrative responsibility for the partnership, stresses that much had already been done to pave the way for the implementation of measures on deforestation in Brazil by the time the bilateral partnership began – see also section 6.1.

Brazil is highlighted by the Ministry of Climate and Environment as a country which has succeeded in adopting a simplified approach to REDD+ as an initial step. The methodology for calculating emission reductions and results-based payments has proven to be effective and feasible. At the same time, the Ministry notes that Brazil is an exception in this regard. For various reasons, other bilateral and multilateral partnerships have proven to be more complicated.

It is the national deforestation figures for the Brazilian part of the Amazon that are used as a basis for determining the results-based payments from Norway. Forests elsewhere in Brazil are not included. The agreement between Norwegian and Brazilian authorities dating from 2008 on the partnership relating to deforestation is based around Brazil working to develop measurement and reporting systems for deforestation at national level, which also cover forest degradation. These systems have not yet been completed as of 2017 – see also section 6.4.1.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

The Ministry of Climate and Environment's decision memo concerning payments to the Amazon Fund for 2015 and 2016 does not include an assessment of Brazil's compliance with the REDD+ safeguards in the calculation of Norway's payments for results. This is also not a requirement under the agreements concerning the bilateral partnership. In a letter, the Ministry of Climate and Environment states that in the decision memo for 2017 it refers to the Amazon Fund's safeguard mechanisms.[48]

In an interview, the Ministry of Climate and Environment notes that the REDD+ safeguards are politically sensitive in the partner countries and that the Ministry therefore deals with issues such as pressure on the rights of indigenous peoples in Brazil in informal discussions behind closed doors. The Amazon Fund's follow-up and dissemination of information concerning the safeguards is one of the topics followed up in the annual meeting between Norway and the Brazilian Development Bank which manages the fund. Norway has asked for greater transparency and information from the Amazon Fund concerning the safeguards. The Ministry considers the situation regarding the rights of indigenous peoples in Brazil to be serious. However, considerable progress has been made in Brazil. The Ministry believes that the central question regarding the REDD+ safeguards is whether the initiatives aimed at preventing deforestation have harmed or benefited indigenous peoples. If the answer to this question is that the initiatives have not had any negative effects for indigenous peoples, the Ministry believes that the payments should continue.

The embassy notes that Brazil's reduction in deforestation is worth considerably more than the funds which come from Norway. The magnitude of the payments therefore gives a political signal in the first instance. According to the embassy, the goal of reducing deforestation in Brazil is a challenging one, because it presupposes a political process in a large country with a federal structure and the involvement of many stakeholders. Political dialogue is identified as being important in this work, whilst at the same time the embassy believes there are clear limitations as regards what Norway can and should do.

According to the interview with the embassy, the biggest risk associated with Norway's International Climate and Forest Initiative in Brazil is that national authorities lose interest and motivation and therefore deprioritise REDD+. Brazil has the competence and capacity to carry out initiatives aimed at combating deforestation. Nevertheless, the low political prioritisation of REDD+ is a risk that can increase as deforestation is reduced and further measures become more challenging to implement. The embassy has therefore focused its attention on the political prioritisation of REDD+ with the Brazilian authorities, based on the level of prioritisation indicated by political decisions and efforts. The risk of reduced political prioritisation of REDD+ is also referred to in the reports submitted by the embassy to the Ministry of Climate and Environment and in decision memos concerning payments to Brazil. In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that the Ministry shares the embassy's views and that the aforementioned considerations are communicated in St. prp. nr. 1 (2008–2009) amongst others.

*Guyana*

Results-based payments to Guyana were suspended following the election of a new government in Guyana in 2015 and had so far not been resumed by August 2017. The payments were suspended pending clarification as to whether the new government would continue the work relating to REDD+ and the country's green growth strategy. It is apparent from the Ministry of Climate and Environment's country strategy for Guyana

48) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

from 2016 that Norway's International Climate and Forest Initiative has paid Guyana for results achieved during the period 2009–2012.

At the time of signing of the agreement, Guyana had a high level of forest cover and low deforestation, and the country was receiving payments under the bilateral REDD+ partnership with Norway in order to keep the deforestation figures low; see the agreement between the Norwegian and Guyanese authorities from 2009 and associated appendices. Guyana therefore went straight to phase 3 upon entering into the bilateral partnership in 2009. In its country strategy for Guyana dating from December 2016, the Ministry of Climate and Environment states that Guyana had fulfilled the indicators concerning low deforestation rates every year, even though deforestation had increased somewhat during the term of the partnership. In a letter, the Ministry notes that the deforestation figures for 2017 were nevertheless the lowest since the bilateral partnership began.

The calculations of the results-based payments to Guyana from Norway combine an assessment of the trend in the rate of deforestation, indicators of forest degradation, and provision for an increase in carbon sequestration in forests. An assessment is also made of indicators of good management practice and inclusive decision-making processes, which are integrated in the safeguarding mechanisms for REDD+. The calculation method is explained in the agreement on the partnership from 2009 and associated appendices.

Under the partnership agreement, the results-based payments must be invested in the implementation of the country's green growth strategy. Of the Norwegian payments, NOK 388 million has been transferred to the national REDD+ fund. In the country strategy for Guyana dating from December 2016, the Ministry states that around half of these funds had been paid for approved projects in Guyana. In a letter from February 2018, the Ministry notes that the proportion of funds remaining unused in the GRIF fund had fallen to around NOK 24 million by the end of 2017. Another NOK 590 million had been placed in a blocked account, reserved for support for clean energy and the construction of a hydropower station which will give Guyana access to clean energy by 2025. This construction project has been controversial, even from an environmental perspective, and has been delayed as a result of lack of capital.

In its country strategy for the partnership from December 2016, the Ministry of Climate and Environment notes that Guyana has not fulfilled the indicators regarding good governance for 2014–2015. This is partly because Guyana's legislation concerning indigenous peoples has been criticised for breaching international obligations. Whilst the memo refers to cause for cautious optimism concerning political development, including with regard to indigenous peoples, it should be noted that Guyana's implementation capacity represents a substantial risk for REDD+.

In an interview, the Ministry notes that it is particularly challenging to deal with partner countries where goals are not being attained as a result of the political situation. The partner countries of Norway's International Climate and Forest Initiative are largely democracies where changes in political leadership occur which can impact on the desire to take part in collaboration projects and prioritise REDD+. A review of the 2017 reports from the special envoys of Norway's International Climate and Forest Initiative shows that uncertainty concerning, and the consequences of, the low political prioritisation of REDD+ is a recurring theme in a number of the partnerships. In a letter, the Ministry states that low or reduced political prioritisation of REDD+ in partner countries has been a known risk since the beginning of Norway's International Climate



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

and Forest Initiative, and that the Storting has been made aware of this risk since the initiative was launched.[49]

According to the Ministry, Norway's International Climate and Forest Initiative's options in the event of lack of political prioritisation are largely limited to awaiting the situation and Norwegian payments, and cautiously supporting those who wish to see the work to combat deforestation continue to be given a high priority. Based on the Ministry's assessment, it would be largely counter-productive for Norway and other countries to adopt a tough approach towards the partner countries. Instead, Norway is attempting to "push cautiously", particularly in internal discussions, for example in agricultural policy, in order to contribute to developing in the right direction. The only real means of exerting the power that Norway has with regard to lack of progress is to withhold payments. This will not help progress, but it will reduce the risk that Norway takes through Norway's International Climate and Forest Initiative, according to the Ministry.

In letters, the German and British authorities refer to political prioritisation and implementation capacity in REDD+ countries as pivotal risk factors and experience gained through the REDD+ work generally. Changing political priorities have been proven to lead to delays or undermine previous results. This entails a risk for the donor countries as regards lack of progress and the results from the money that is being invested. With regard to this, the British authorities also note that the idea of REDD+ as an instrument for bringing about rapid and cost-effective emission reductions has to some extent proven to be erroneous. Instead, REDD+ has been shown to be a complex process which presupposes political prioritisation, specialist expertise and implementation capacity in the countries concerned in order to achieve results. The complexity is also noted by the German authorities as a factor which is contributing to vulnerability with regard to progress, in the sense that donor countries and international financing are just one of many components that must be in place.

*Colombia*
Following a period of reduction in the deforestation figures over several years, the numbers in Columbia have begun to rise again. In 2017, the embassy in Colombia reported the provisional deforestation figures for 2016. These figures showed a growth in deforestation, with an increase of 44 percent in deforestation from 2015 to 2016. The report from the special envoy notes that, although a high proportion of the deforestation has occurred in the Colombian part of the Amazon, this was to be expected because the peace process in the country had led to the creation of a power vacuum in areas which were formerly controlled by the FARC guerillas. This was an anticipated situation which the authorities in Colombia were expecting to lead to an increase in pressure on the forest during a transitional period. Measures were initiated in order to deal with this. The bilateral partnerships with Colombia, Brazil, Peru and Ecuador are all intended to protect the forests in the Amazon which lie within the national borders of all four countries.

Colombia had not submitted reports concerning compliance with the safeguarding mechanisms at the time of Norway's first payment for results in 2016. It is stated in Prop. 1 S (2017–2018) that Colombia has come a long way in fulfilling its reporting obligations concerning the safeguarding mechanisms.

**Delays in payments for emission reductions in five partner countries**
Payments for emission reductions have not yet begun and have been delayed in five partner countries: Indonesia, Ethiopia, Ecuador, Peru and Liberia. Whilst Indonesia is

49) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

scheduled to receive payments for emission reductions from 2014 onwards, Ethiopia was, according to the agreement, expected to receive payments for emission reductions from 2016. Peru was scheduled to receive payments for emission reductions commencing in 2017. The Ministry of Climate and Environment states that the first payments for emission reductions to Peru are expected to take place in 2018/2019. The partnership with Ecuador, which is scheduled to receive payments for emission reductions from 2015, has not yet been initiated because of delays in signing the agreement between Ecuador and Germany. According to a letter written by the Ministry, the deforestation figures for Ecuador during the period 2013–2015 showed a decrease which qualifies the country to receive payments for reductions in greenhouse gas emissions. However, the agreement with Ecuador is based on Norway and Germany making joint payments for actual emission reductions.

Figures from the Ministry of Climate and Environment concerning payments made under the bilateral partnerships show that the discrepancy between planned and actual payments is greatest for Norway's International Climate and Forest Initiative's partnership with Indonesia. According to the agreement for 2010-2016, Indonesia was to have received payment for emission reductions achieved from 2014 onwards. Due to delays and lack of results, Norway has however only paid out funds for phase 1 and phase 2 in Indonesia. In total, 16 percent of the anticipated funds for the partnership with Indonesia had been paid out by the end of 2016.

In an interview, the Ministry of Climate and Environment notes that experience has shown that implementing the bilateral partnerships takes longer than the partner countries were able to predict or commit to in writing at the time the agreements were established. According to the Ministry, this was also one of the risks that were communicated to the Storting at the start of the initiative. The risk of delays in the bilateral partnerships was also highlighted in the Ministry of Climate and Environment's overarching action plan for 2016 and 2017.

**Status of the remainder three bilateral partner countries**
Three bilateral partnerships either have been or are in the process of being concluded. This applies to the partnerships with Tanzania, Vietnam and Mexico. As regards the partnerships with Tanzania and Vietnam, both of which received support for provision for REDD+, the progress made was not as expected. Reports from the embassies refer to a low level of political ownership of REDD+ in the countries concerned as being one factor behind the lack of results. The partnership with Mexico was limited to support for the development of measurement, reporting and verification methods for greenhouse gas emissions from forests.

### 5.2.2 What has been achieved as regards goal 2 through contributions to multilateral funds and programmes?

Multilateral funds and programmes help countries during the preparatory phases of REDD+, i.e. phases 1 and 2. Over time, multilateral institutions have also gained a role in payments for results achieved during phase 3 of REDD+. See also section 4.3.4 for more information concerning the multilateral actors in REDD+.

**What are the results of multilateral funds and programmes as contributors to phase 1 and phase 2 of REDD+?**

*More countries than there are funds for*
Data from the multilateral funds and programmes supported by Norway's International Climate and Forest Initiative shows that funds and programmes have established links with many countries which want to receive support for REDD+ actions. The UN REDD



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Programme and FCPF Readiness Fund have the most partner countries, 64 and 45 respectively. In an interview, the Ministry notes that it was a conscious strategy to include as many countries as possible in the multilateral funds and programmes in order to demonstrate that there is interest in REDD+ amongst the developing countries. This was considered to be important for the progress being made in the negotiations on REDD+ under the climate convention and the inclusion of REDD+ in a new climate agreement.

According to the Ministry, it was nevertheless understood that carrying out the work relating to REDD+ in all these countries would require considerably more finance, and that it would have to be expected that some countries would drop out for economic and/or political reasons. It has been scientifically demonstrated by the United Nations expert panel that all tropical countries should be involved in REDD+ in order to achieve the desired impact on the climate. The Ministry of Climate and Environment thus believes that the principal problem is not over-participation in the multilateral funds and programmes, but insufficient money to finance REDD+. At the same time, the Ministry believes that the investments made in these countries contributed to a lot of excellent technical work.[50]

In a letter, the Ministry of Climate and Environment adds that it was a conscious strategy to work multilaterally because Norway does not have sufficient capacity to work bilaterally in all important countries. In this regard, Norway's International Climate and Forest Initiative is following the same strategy as for Norwegian aid in general. As a basis for this strategy, there was a desire to get all relevant countries underway with REDD+, albeit with a less than ideal level of support. Amongst other things, this would help to ensure that countries would be ready to scale up their REDD+ work if more funds for results-based payments were to become available, and also reduce the risk of carbon leakage between countries.

*Challenges linked to progress*

Figures from the FCPF Readiness Fund show that, as of June 2017, 9 out of 45 partner countries had reported to the fund that they had completed the initial work relating to REDD+. The point at which these countries actually began to implement phase 1 varies. The overview shows that 14 countries began the implementation in 2013 or earlier. The independent evaluation of FCPF from 2016 indicates that there has been a considerably lower payment rate from the FCPF Readiness Fund than is indicated by the number of agreements.

In a letter, the Ministry of Foreign Affairs notes that the independent evaluation of FCPF from 2016 refers to a number of factors as the reasons behind the low level of payments. Amongst these is a lack of understanding on the part of the countries concerning the procedures and framework of the various multilateral organisations, a lack of clarity regarding which standards are to be applied, uncertainty concerning the future financing of emissions programmes, inadequate systems at national level, a lack of trust between the parties and a technically challenging methodological framework. According to the Ministry, the evaluation concludes that, despite this, FCPF has still been an effective instrument for initiating national REDD+ processes and has generated information and experience which will be useful in the future work relating to REDD+.[51]

50) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018. The next section is also based on this source.

51) Ministry of Foreign Affairs (2018) *Kommentarer fra Utenriksdepartementet til Riksrevisjonens undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen*, 9 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

According to the Ministry of Climate and Environment, the results of the work of the multilateral stakeholders relating to phases 1 and 2 of REDD+ are complex. In an interview, the Ministry noted that the multilateral stakeholders, the FCPF Readiness Fund, the UN REDD Programme and FIP, have not been particularly effective in contributing to changes in national policy in their work. According to the Ministry, the experience underlines the importance of a substantial element of national ownership in order to reap the benefits of the multilateral stakeholders' contributions and achieve results in REDD+. The countries' interest in implementing REDD+ may be motivated by considerations other than forest conservation and climate. Maintaining the level of interest and progress in the work thus represents a challenge.

It is the Ministry's opinion that Norway has been more successful in its bilateral work than through the multilateral programmes, sometimes in the form of a combination of bilateral, multilateral and multi-/bi-support. Apart from the initiative by the FCPF Carbon Fund, Norway's International Climate and Forest Initiative has as a result switched from investing a lot of funding and resources in multilateral initiatives to targeting resources on the efforts of multilateral institutions in individual countries with which Norway has also entered into bilateral declarations of intent.

In a letter, the Ministry notes that it is many years since the Ministry committed more funds to the FCPF Carbon Fund. The Ministry believes that the fund must present results in the form of more purchase agreements and verified emission reductions which trigger payments under the agreements before Norway can allocate more money to it.[52] See also section 4.3.4.

*Challenges linked to coordination between stakeholders*
Data from the multilateral funds and programmes indicates a high degree of overlap as regards which countries the funds and programmes operate in. Forty two countries collaborate with more than one of the multilateral REDD+ funds and programmes. An overview from the FCPF Readiness Fund shows that a total of 16 countries collaborate with FIP, the UN REDD Programme and the FCPF Readiness Fund concerning REDD+. Two of these are also trialling the BioCarbon Fund's ISFL. FIP increased the number of partner countries from 8 to 23 in 2015.

A number of stakeholders interviewed during the audit, such as representatives of the United Kingdom Department for International Development (DFID) and the World Bank in Ethiopia, referred to challenges linked to coordinating the efforts of the multilateral funds and programmes. Amongst the challenges that were noted was a lack of coordination at country level and cases of overlap in the authorities' enquiries concerning aid from the multilateral stakeholders. The challenges constitute a risk of overlap in the efforts of the multilateral funds and programmes.

In an interview, the Ministry noted that, although Norway has sought to tackle issues relating to coordination in its dialogue with the multilateral funds and programmes and the authorities in the partner countries, this has proved to be challenging. It is up to the authorities in the partner countries to establish contact with the multilateral funds and programmes. It will then primarily be an internal matter for these countries to coordinate communications from the various parts of the public administration.

A further challenge relating to the coordination and use of multilateral institutions is that the approaches adopted by the various multilateral institutions to REDD+ are influenced by the political priorities of the donor countries in their approach to forests.

52) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

In an interview, the Ministry noted that the degree of breakthrough that Norway and its Climate and Forest Initiative has achieved for its stance regarding the organisation of REDD+ varies between the funds and programmes. Whilst the Ministry of Climate and Environment believes that it has achieved a lot in the FCPF Carbon Fund, developments within FIP have taken on a different direction than Norway would like to see. According to the Ministry, the organisation of FIP reflects an approach to forest conservation for which the USA has been a key proponent. The economic exploitation of forests and the development aspect has been given a more important role within FIP than the Ministry considers to be either appropriate or in line with the decisions that were taken concerning REDD+ during the climate convention. The Ministry believes that the design document for the fund supports the notion that FIP should have been more integrated in the rest of the REDD+ architecture and had a clearer results-based focus[53].

**What are the results of multilateral funds and programmes as contributors to phase 3 of REDD+?**

As of 2017, no payments have been made for emission reductions from REDD+ through multilateral funds and programmes. However, a number of multilateral institutions will be organised so that they can handle such payments in the future.

In an interview, the Ministry states that it has been a priority for Norway's International Climate and Forest Initiative to contribute to the establishment of a set of regulations for results-based payments in the multilateral funds and programmes, so that when they are eventually paid out, results-based payments are made on the correct basis and not politicised. In connection with this, the Ministry notes that it considers the methodological framework that has been developed for results-based payments in the FCPF Carbon Fund in the World Bank to be a success. The framework contributes to the detailing and tightening of the principles that are established in the decisions taken concerning REDD+ in the United Nations' climate negotiations, in a direction which Norway considers to be sound from an environmental perspective. The Ministry is working to ensure that other funds adopt this methodological framework.

The methodological framework for results-based payments in the FCPF Carbon Fund was considered by many stakeholders to be too strict during the preparatory processes. The lack of agreement between stakeholders over whether or not the framework is too strict in relation to the guidelines laid down in the decisions made during the climate convention was also noted in the independent evaluation of FCPF from 2016. In an interview, the Ministry of Climate and Environment notes that they consider the number of countries (19 as of March 2017) which have applied for a contract with the fund to be an indication that results-based payments are seen as attractive, despite the strict requirements regarding results and reporting. However, many countries will have to invest in competence and capacity before they can deliver in accordance with the requirements. According to the Ministry, the acid test of whether the methodological framework can be implemented will not come until countries are ready to report changes in emissions from deforestation and forest degradation. At present, this lies some way into the future and assumes that the countries will first succeed in implementing measures which reduce emissions from forests.

53) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 6 What are the experiences and results of REDD+ in Brazil and Ethiopia?

## 6.1 What was the situation in Ethiopia and Brazil at the time REDD+ was launched?

Around 30 percent of the world's remaining rainforest is located in Brazil, according to the Ministry of Climate and Environment's status report for Norway's International Climate and Forest Initiative for 2015. The Brazilian part of the Amazon covers an area of around 4 million square kilometres and accounts for around half of the country's territory.[54] When REDD+ was introduced in Brazil in 2008, deforestation in the Amazon was high on the political agenda in the country and initiatives had been instigated to reduce the rate of deforestation. These initiatives had helped to reverse the record rate of deforestation in the Amazon in 2004, when deforestation reached a peak of 27,772 square kilometres. Brazil went straight to phase 3 of REDD+ and to receiving payments for results. The clearance of forests for cattle farming and soya production have been important factors behind the deforestation taking place in the Amazon, alongside illegal logging and the establishment of new settlements, according to the research report *The context of REDD+ in Brazil* (2016) published by the Center for International Forestry Research (CIFOR).

In 2004, the Brazilian authorities launched an action plan to combat and prevent deforestation in the Amazon. The plan is regularly updated and is also pivotal to the current REDD+ work. A corresponding action plan for the country's next largest forested area, the Cerrado, was first presented in 2010. Reduced deforestation is also a key goal in Brazil's national climate plan dating from 2009, which aims to reduce deforestation in all biomes in the country.[55] A biome is a type of ecosystem which is determined by climatic factors such as temperature, precipitation and height above sea level. The Amazon belongs to the 'tropical rainforest' biome, which is the oldest and most species-rich biome. The Cerrado belongs to the 'savannah' biome.

In contrast to Brazil, Ethiopia has little remaining forest and the REDD+ initiatives in the country therefore largely cover areas of forestation and the development of sustainable forest management, in addition to the conservation of the remaining natural forest. The key factor behind the deforestation is the clearance of forests for agricultural purposes and for firewood, coal production and construction materials, according to Kilawe and Habimana (2016).

Ethiopia entered into a bilateral partnership concerning REDD+ with Norway in 2013. At the time, the country was the first in Africa to have a green growth strategy. This strategy is very ambitious and is intended to enable the country to transform itself from a low-income country into a medium-income country by 2025, without any net growth in greenhouse gas emissions. The plan has a holistic landscape approach where forests, agriculture and power generation, in addition to the transport, industry and construction sectors, are viewed in context. Emission reductions from forests and increased uptake through forestation are intended to compensate for 50 percent of the growth in greenhouse gas emissions from other sectors. REDD+ is the most important initiative for achieving this goal.

54) *Brazilian Forests at a glance*, Brazilian Forest Service, 2013.
55) *Brazilian Forests at a glance*, Brazilian Forest Service, 2013.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

An account is presented below of the results that Brazil and Ethiopia have achieved since REDD+ was introduced and the challenges that the countries are facing in the implementation of REDD+.

## 6.2 What results have been achieved since REDD+ was introduced in the countries?

### 6.2.1 Results achieved in Brazil

Norway's partnership with Brazil is based on a bilateral agreement dating from September 2008 concerning results-based payments to the Amazon Fund. The Brazilian government set up the Amazon Fund to receive payments for reductions in deforestation. The Amazon Fund is administered by the Brazilian Development Bank (BNDES) in close collaboration with the Brazilian Ministry of the Environment. A steering committee prepares guidelines and follows up the results of the fund. A panel of experts has also been set up which confirms the emission figures based on the deforestation in the Amazon.[56] The figures for deforestation form the basis for calculating the results-based payments from Norway and others; see Fact box 1.

**Fact box 1 Calculation of Norway's results-based payments to Brazil**

The Norwegian contribution to the Amazon Fund in any particular year is paid out for results which have been achieved in the form of reduced deforestation during the previous year. A forest year in Brazil runs from 1 August to 31 July, which means that the 2017 forest year ended on 31 July 2017. Brazil normally presents its deforestation figures for the forest year in November/December of the same year. The figures are confirmed or adjusted during the spring of the following year, before the Norwegian payment is determined during the following autumn.

The change in deforestation is calculated by comparing the deforestation rate for a particular year against the average rate of deforestation over a ten-year period, the reference level. The reduction in emissions resulting from any reduction in deforestation is calculated on the basis of a conservative estimate of the amount of carbon stored in the forest. A conservative estimate is used as a basis for reducing the risk linked to imprecise methods for calculating the amount of carbon contained in the forest.

It is the Ministry of the Environment in Brazil that presents figures for estimates of annual emission reductions based on figures for deforestation in the Amazon. An expert panel confirms the estimates by checking that the methods used to determine the size of the deforested areas are consistent over time and that the estimated carbon mass per unit of forest represents an uncontroversial minimum.

Source: The Ministry of Climate and Environment and the project document for the Amazon Fund (2013).

#### Trends in deforestation

During the climate summit in Copenhagen in 2009, Brazil launched a goal of reducing deforestation in the Amazon by 80 percent by 2020 compared with the mean annual deforestation during the period 1996–2005.[57] In order to achieve this goal,

56) *Amazon Fund. Project document*, February 2013.
57) The Ministry of Climate and Environment's website: https://www.regjeringen.no/no/tema/klima-og-miljo/klima/klima--og-skogsatsingen/kos-innsikt/brasil1/id734166/. Accessed on 30.10.2017.

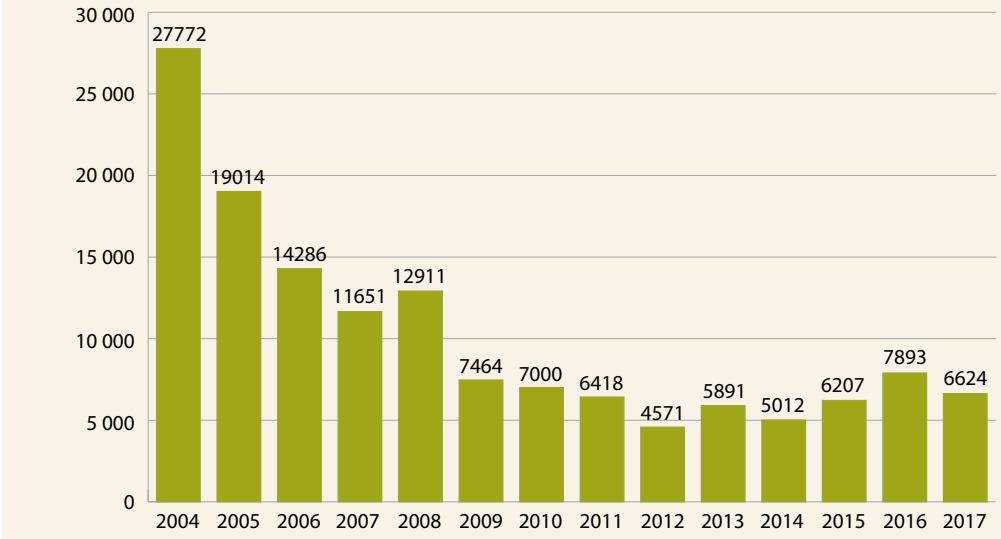


Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

deforestation in the Amazon must be below 3925 square kilometres in 2020. The country also aims to eliminate illegal deforestation by 2030[58].

Under the bilateral partnership agreement between Norway and Brazil, Brazil is qualified to receive payment for reductions in greenhouse gas emissions from forests if the deforestation in the Amazon over a period of one year is below the average for deforestation over a ten-year period (the reference level). In the agreement between Brazil and Norway, the reference level is adjusted every five years. This means that the reference level is adjusted downwards over time if deforestation decreases and that it will gradually become more challenging for Brazil to achieve results for which Norway will make payments. As a result of this, the reference level for payments from 2016 onwards was adjusted downwards by approx. 51 percent from 16,531 square kilometres to 8141 square kilometres.[59] Figure 3 shows the deforestation in the Amazon during the period 2004–2017.

**Figure 3 Deforestation in the Brazilian part of the Amazon 2004–2017 (km²)**




Source: National Institute for Space Research, Brazil

The figure shows that Brazil had achieved a strong reduction in deforestation by the time Norway entered into the bilateral REDD+ partnership with Brazil in 2008. Deforestation was more than halved during the period 2004–2008. The reduction in deforestation continued during the first year of the partnership with Norway, but decreased after 2009. The deforestation figures show that deforestation has stabilised during the period covered by the bilateral partnership, with some fluctuation from year to year. Deforestation in the Amazon decreased during the period 2009–2012, i.e. the first years after Norway entered into the bilateral agreement with Brazil. Since 2012, deforestation has gone both up and down. The figures for the period 2014–2016 thus show a growth in deforestation of 59 percent, before decreasing again by 17 percent from 2016 to 2017.

In an interview, the Ministry of Climate and Environment stated that the reduction in deforestation in Brazil remains impressive from a comparative perspective. No other

58) Federative Republic of Brazil (2015) *Intended Nationally Determined Contribution Towards achieving the objective of the United Nations Framework Convention on climate change.*
59) The Ministry of Climate and Environment's website: https://www.regjeringen.no/no/aktuelt/skogutbetaling-brasil-2017/id2581396/. Accessed on 20.02.2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

forest country has achieved a comparable reduction. The absolute deforestation figures for Brazil are high compared with other countries, but expressed as a percentage of the forest area in the Brazilian Amazon, deforestation is low from a global perspective. According to the Ministry, this does not mean that further reduction is not important. Given that Brazil has one third of the remaining rainforest on a global basis, the Ministry believes that initiatives in Brazil are vital.

Enforcement initiatives to combat illegal logging, such as the confiscation of equipment, fines and prosecution, have been important for reducing deforestation in the Amazon; see the research report *The context of REDD+ in Brazil (2016)*. However, it has proved difficult to get below an annual deforestation of 5000–6000 square kilometres. In an interview, the Ministry of the Environment in Brazil noted that new initiatives must be instigated in order to achieve further reductions in deforestation, and that this has been given a high priority in the updated version of the action plan to combat deforestation in the Amazon, which was presented at the end of 2016. The Ministry of Climate and Environment notes in a letter that, in the 2016 plan, the Brazilian authorities mention financial instruments in the action plan for the first time.[60]

In addition to the challenges of illegal logging, deforestation occurs as a result of legal logging. In an interview, the Ministry of Climate and Environment notes that reducing legal deforestation is one of the biggest remaining challenges in Brazil. The declaration of intent between Brazil and Norway from 2015 emphasises the need to establish incentives to reduce legal logging by private stakeholders. The Ministry also states in an interview that initiatives to reduce legal logging mobilise strong financial interests, such as the Brazilian agricultural lobby, which makes reducing legal logging politically challenging. The Ministry of the Environment in Brazil notes in an interview that the lack of structural, positive incentives to reduce deforestation represents the country's weakest link. According to the Ministry of the Environment, few initiatives with positive incentives have so far been implemented.

The Cerrado biome is also experiencing an increase in deforestation. The Cerrado accounts for around 22 percent of Brazil's land area and has a rich biodiversity. The region is the world's largest exporter of soya beans, and the clearance of forests to make way for cattle farming and soya production has been identified as one of the key factors behind this increase in deforestation; see *The context of REDD+ in Brazil* (2016). According to the research report, greenhouse gas emissions from deforestation and changes in land use in the Cerrado are at the same level as greenhouse gas emissions in the Amazon biome. In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that the level of emissions in the Cerrado cannot be compared with that in the Amazon since this has been sharply reduced.[61]

**Geographic scope of REDD+**

Norway's results-based payments to Brazil have been concentrated on the Amazon biome. Forests in other parts of the country have so far not been covered by the calculation of results and payments from Norway. According to the 2008 agreement and the declaration of intent between Brazil and Norway from 2015, Brazil's reference level must be expanded to cover the entire country. In 2017, a reference level for the Cerrado biome was sent to the climate convention. In an interview, the Ministry of Climate and Environment stated that the expansion of REDD+ to cover the Cerrado biome is pivotal to the work to combat carbon leakage nationally, i.e. where the

60) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
61) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet,* 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

stopping of logging in one place results in an increase in logging elsewhere. Figure 4 shows the subdivision of Brazil's territory into biomes.

**Figure 4 Map of biomes in Brazil**




Source: Office of the Auditor General/ResearchGate

In an interview, the British embassy in Brazil noted that the attention being given to the Amazon has been at the expense of the Cerrado. It is easier to mobilise resources in the Amazon, where the results become apparent more quickly and attract more attention. The National Institute for Space Research, Brazil (INPE) obtains the data used to calculate annual deforestation rates. The Ministry of the Environment has developed a strategy for monitoring deforestation in four other biomes: Cerrado, Caatinga, Mata Atlantica and Pampas. The Amazon Fund has awarded support to implement the strategy. For administrative reasons, the strategy had still not been implemented as of the end of 2016. In an interview, the Brazilian environment agency (IBAMA) notes that the agency monitored deforestation in all biomes in Brazil during the period 2008–2011. However, this monitoring was stopped because the Amazon was given priority. The Forest Investment Program (FIP) is working with INPE, the Brazilian Forest Service and others to collect and utilise information concerning the forest cover in the Cerrado. In an interview, the FIP noted that the programme had opted to concentrate on the Cerrado based on an assessment that the biome had attracted little attention compared with the Amazon.

Approximately 60 percent of the Amazon biome is situated in Brazil. The biome spans a total of nine countries. There is therefore a need to manage carbon leakage between countries in the Amazon region. According to its programme document, the Amazon Fund has the opportunity to use 20 percent of the funds for REDD+ in other biomes in Brazil or other tropical countries. In 2013, the Amazon Fund entered into what is to date its only international agreement. The project aims to contribute to ensuring that



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

more of Brazil's neighbouring countries increase their capacity to monitor deforestation in the Amazon.[62] The project has been awarded USD 11.9 million in support from the Amazon Fund, which represents 1.9 percent of the Amazon Fund's total monies as of November 2017. In connection with the data acquisition in Brazil, the audit interviewed the current and former minister in the Ministry of the Environment in that country. During the interview, the former minister stated that he believed that Brazil should invest more in its neighbouring countries in order to manage carbon leakage in the Amazon biome. In 2014 and 2015, Norway, together with Germany and the United Kingdom, entered into a REDD+ partnership with two other countries in the region, Peru and Colombia. In Ecuador, Norway has a delegated collaboration through Germany, but the collaboration has not yet been initiated.

### 6.2.2 Results achieved in Ethiopia

Two funds under the World Bank, the Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) and the BioCarbon Fund's Initiative for Sustainable Forest Landscapes (ISFL), are assisting Ethiopian authorities in the work relating to REDD+. Whilst the FCPF is assisting the authorities centrally, ISFL is a partner in a REDD+ pilot programme in the state of Oromia. Norway is supporting the work of both funds in Ethiopia.

Ethiopia is at an early stage of REDD+, and no measurements to indicate the trend in deforestation are therefore available which can be linked to the implementation of REDD+. In a letter, the Ministry of Climate and Energy states that the REDD+ partnership itself should not be expected to have resulted in emission reductions so far and that, through to 2016, the work had been in a phase which was intended to facilitate future emission reductions; see also *Progress made in the bilateral partnership.*[63]

According to an interview with the embassy in Ethiopia, it is uncertain whether emissions from forests have increased or decreased since 2013, when Norway and Ethiopia entered into the bilateral REDD+ agreement. According to the embassy, figures from the Food and Agriculture Organization of the United Nations indicate a growth in deforestation since 2013. For their part, Ethiopian authorities claim that greenhouse gas emissions from forests have declined, because the areas that have been rehabilitated are larger than those that have been deforested. Although some areas have been rehabilitated, it will take time before these can take up the amount of carbon that corresponds to the deforestation. The embassy therefore assumes that this, combined with development trends such as population growth and urbanisation, supports the view that emissions from forests have increased since 2013.

#### The results of efforts to facilitate REDD+

The results of Norway's contribution to the climate and forest initiative in Ethiopia will, in the first instance, represent what the country has done initially to bring about future reductions in emissions through forests. For the work during these initial phases, interim goals have been defined both in the bilateral agreement between Ethiopia and Norway and in the agreement between Ethiopia and FCPF. For both agreements, the work to facilitate the implementation of REDD+ has been delayed.

*Progress made in the bilateral partnership*

The bilateral agreement between Ethiopia and Norway is based on the REDD+ principle of a three-phase implementation. Phase 1 was to have been implemented in

62) The Amazon Fund's website: http://www.amazonfund.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_en/Esquerdo/Projetos/Lista_Projetos/OTCA. Accessed on: 27 April 2017.

63) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

2013–2014, phase 2 in 2015–2016, and phase 3, with payments for emission reductions, was to have started in 2016.

According to the embassy's interim report on climate policy to the Ministry of Climate and Environment in January 2017, phase 1 of the bilateral partnership lasted from 2013 to 2016. All pre-agreed goals were achieved, including the establishment of the Ethiopian Ministry of Environment, Forest and Climate Change. According to an interview with representatives of the CIFOR research centre in Ethiopia, the Ministry would probably not have existed without Norway's support. According to the embassy's interim report, phase 2 of the partnership with Norway is to involve initiatives to reduce deforestation, increase forestation and further strengthen institutions, regulations and law enforcement.

It was stated in a number of interviews that much capacity-building remains to be done in Ethiopia. The Ministry of Environment, Forest and Climate Change in Ethiopia highlights the recruitment of personnel to the REDD+ work at regional level as being particularly urgent. In 2018, the Ministry was represented in a single region, Oromia. However, REDD+ coordination units have been established in four regions where REDD+ was to be implemented. During an interview, DFID's climate and environment advisor in Ethiopia and the special envoy at the Norwegian embassy flagged the risks associated with the resources that are being invested in capacity-building in Ethiopia. According to DFID's climate and environment advisor, one of the biggest risks associated with REDD+ in Ethiopia is that capacity-building proves to be fruitless. The embassy states that much of the mapping and preparatory work during phase 1 has been carried out by consultants and external organisations, and that the implementation of REDD+ should be nationally driven to a greater extent.

The special envoy at the Norwegian embassy in Ethiopia noted in an interview that it will be more challenging for the authorities to deliver during phase 2 than in phase 1 of REDD+. This is explained by the fact that the attainment of results in phase 2 depends on the Ministry of the Environment, Forest and Climate Change being able to establish an agreed forest strategy across the sector ministries. This assumes that the Ministry will be given a stronger regulatory role. According to the special envoy, the implementation of phase 2 also depends on the scope, approval and enforcement of the new Forest Act – see the discussion in section 6.3.3.

Support for forestation, as part of Ethiopia's investment plan, is pivotal to phase 2 of the bilateral partnership. According to the embassy's interim report from January 2017, the Ethiopian authorities submitted a draft investment plan in April 2016. According to the embassy's interim report of summer 2017, this had to be extensively revised and undergo tough negotiations before it was finalised in May 2017. The investment plan concerns collaboration with the private sector in areas such as financing and reducing the costs associated with the planting of forests.

During an interview, the embassy in Ethiopia stated that there has been a strong desire amongst the Ethiopian authorities to see forestation included in REDD+ alongside initiatives to safeguard natural forests. According to the embassy, emphasis on forestation could prevent the goal of cost-effective and rapid emission reductions from being achieved. It has therefore been important for Norway to strike a balance between the conservation of existing forests and forestation. In a letter, the Ministry of Climate and Environment stated that the authorities in Ethiopia have attempted to find a politically feasible balance between initiatives to promote both forest conservation and forestation in the investment plan for phase II of the partnership. In the opinion of the Ministry of Climate and Environment, the authorities in Ethiopia have placed greater



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

emphasis on traditional forestation than considerations relating solely to effectiveness would suggest.[64]

*Progress made in the multilateral partnership*
According to Ethiopia's REDD+ programme under FCFP, the preparatory phase was to have been completed between January 2013 and June 2016.[65] In March 2016, FCPF's board of directors considered a mid-term evaluation dated November 2015 concerning the work carried out during the preparatory phase in Ethiopia.[66] According to a letter from the Ministry of Climate and Environment, the agreement has been extended to June 2018.[67]

In an interview, the World Bank in Ethiopia notes that it believes the progress made during the preparatory phase to be good. According to the World Bank in Ethiopia, it is necessary to take account of Ethiopia's starting point in order to assess the results. The country needs to develop more capacity, but the World Bank still believes that Ethiopia is ready to initiate programmes within emission reductions and land management. According to the World Bank's assessment of Ethiopia, the subsequent work in phase 1 can be carried out alongside that for phase 2. Other stakeholders also refer to good progress, and in interviews point to the fact that the results for phase 1 have largely been achieved and that the institutions are largely in place, albeit vulnerable. During an interview, DFID's climate and environment advisor in Ethiopia stated that, in 2015, the British authorities opted to terminate their support for the World Bank's work linked to preparations for REDD+ in Ethiopia, partly as a result of lack of progress.

The Ethiopian authorities have developed a REDD+ pilot programme for sustainable forest management in the state of Oromia − a region the size of Norway, which includes more than half of the remaining natural forest in the country. The programme was developed in collaboration with the World Bank and donors to the BioCarbon Fund's Initiative for Sustainable Forest Landscapes (ISFL). The initiative is trialling an approach to REDD+ where greenhouse gas emissions from the forestry sector are to be reduced through collaboration with the agriculture sector and strengthening of land use planning.[68] Ethiopia is the first country to test this approach to REDD+. The design phase of the pilot programme was completed in 2017, and the programme has been incorporated into the first part of the implementation phase.

According to the World Bank, the preparation of the programme involved a number of topics which proved challenging to deal with. One of these was what should be included in measurements of the climatic impact of the programme. Donors to the programme wanted to see comprehensive carbon accounts which also include emissions from other sectors, such as agriculture, as this is the aim of ISFL. To date, no methodology has been developed for this and the measurements will therefore only cover forests. Provided that the Ethiopian authorities support the move, calculations of climatic impact are to be gradually expanded to cover other sectors once the methodology is available.

64) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet,* 12 February 2018.
65) Ministry of Environment, Forest and Climate Change and the National REDD+ Secretariat (2015) *Mid–term Progress Report from October 2012 to November 2015 of Ethiopia's R–PP Implementation.*
66) FCPF Readiness Dashboard, Forest Carbon Partnership Facility, 30 June 2017.
67) Ministry of Climate and Environment 2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet,* 12 February 2018.
68) Prop. 1 S (2015−2016) for the Ministry of Climate and Environment and the website of the BioCarbon Fund's ISFL: https://www.biocarbonfund-isfl.org/. Accessed on 08.11.2017.



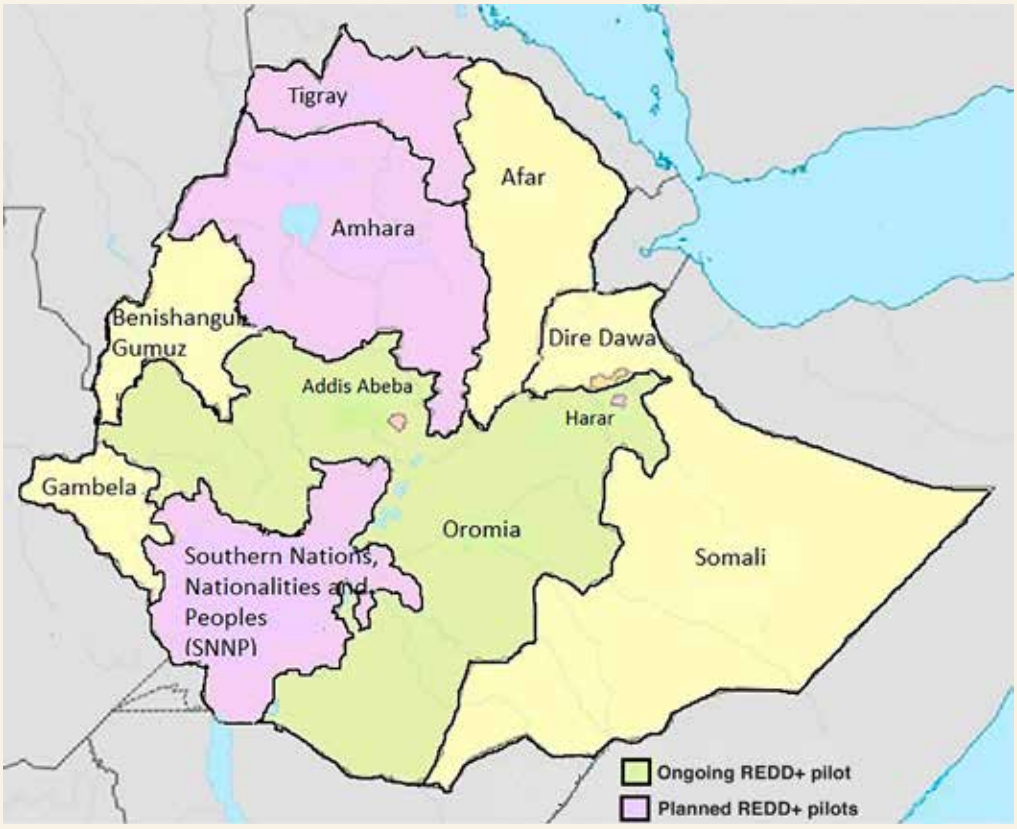
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

In an interview, the special envoy at the embassy in Ethiopia noted that it was proving to be more challenging to establish a programme for Oromia than first thought. The goal of a landscape perspective in Oromia is being maintained in line with the intention behind ISFL. For resource reasons, it has nevertheless been decided to primarily concentrate funds from Norway's International Climate and Forest Initiative on forest measures and to obtain financing for measures in other sectors from other funding sources. Through the Ministry of Foreign Affairs, Norway supports the World Bank's *Sustainable Land Management Program* for climate adaptation and climate-smart agriculture in Ethiopia, a programme which, as of 2016, is better funded than REDD+ and which also operates in Oromia.

**Geographic scope of REDD+**

According to an interview with the REDD+ secretariat in the Ministry of Environment, Forests and Climate Change, Ethiopia is planning to implement REDD+ in four regions and to then gradually expand REDD+ to cover the entire country. To date, REDD+ has been planned for one region, the state of Oromia; see Figure 5.

**Figure 5 Map of Ethiopia showing the REDD+ pilot regions**




Source: Office of the Auditor General/Wikipedia

According to the World Bank in Ethiopia, it will be challenging to expand REDD+ to national level. In an interview, the United Nations Development Programme noted that it will not be sufficient to develop a national REDD+ programme based on the experiences gained in a single region, as the regional conditions, such as size, forest cover, reasons for deforestation and level of poverty, vary considerably. However, according to an interview with the REDD+ secretariat in Ethiopia, a number of issues have been resolved in Oromia, and the Ministry believes that much of the experience gained within this area will be useful in other regions.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

According to an interview with the World Bank in Ethiopia, carbon leakage between regions is one of the biggest challenges of taking REDD+ to national level. One of the reasons for this is that a number of the regions which border Oromia are relatively inaccessible due to the security situation. Phase 2 of the REDD+ partnership between Ethiopia and Norway places emphasis on this challenge by including a goal of conserving forests in the border regions of Oromia.

## 6.3 What are the experiences of the countries as regards adapting national legislation and preparing a national REDD+ strategy?

### 6.3.1 The Brazilian Forest Act

The Brazilian Forest Act forms part of the general guidelines for the work relating to REDD+ in Brazil.[69] The Forest Act was revised in 2012 and regulates the management of forests on private property. It is estimated that around 53 percent of Brazil's natural forest is situated on private property.[70] The Forest Act makes a distinction between legal and illegal logging on private property by defining the proportion of forest that a landowner must retain and the proportion that he or she can fell.

Enforcement of the Forest Act prior to 2012 has been identified as being weak, and a lot of forest was cleared in spite of strict restrictions in the act; see *Cracking Brazil's Forest Code* (2014). Interviews with researchers and civil society organisations in Brazil show that the revision of the Forest Act in 2012 was controversial, partly because it resulted in an amnesty as regards much of the illegal deforestation which had taken place on private property.

Pivotal to the Forest Act of 2012 is the creation of a national registry of forests on private property. In an interview, IBAMA stated that the property registry is the most important environmental initiative that the Brazilian authorities have implemented in recent years. The collation of data in a national registry is intended to enable the authorities to monitor changes in forest cover on private property and to implement initiatives as and when necessary. The Amazon Fund has supported the work of the states relating to the registry, thus far in the amount of approximately NOK 567 million. At the end of 2016, 99 percent of landowners in Brazil had entered their properties in the registry, which was being administered by the individual states at the time.

The Brazilian Forest Service is responsible for the national registry. According to an interview with the Brazilian Forest Service, the state authorities must analyse and confirm over three million individual entries before the data is complete and can be used in the national system. In an interview, representatives of the state of Pará noted that the scope of entries makes confirming them a challenging task. There are 160,000 entries for the state, and as of December 2016, five percent of them had been confirmed. The state authorities were planning to confirm a further 10–15 percent of the entries by the end of 2017.

The Brazilian Forest Service also states that the collation of data in a national system represents a challenge because the service has no statutory right to request data from states concerning the management of forests which fall within the remit of the states. Since 2006, the states have, for example, been able to issue logging concessions. IBAMA and the Brazilian Forest Service do not have access to information concerning these, something which is essential in order to understand the data that the

69) The website of the Ministry for the Environment in Brazil: http://redd.mma.gov.br/en/legal-and-public-policy-framework/other-relevant-national-public-policies. Accessed on 27.10.2017.
70) *Cracking the Brazilian Forest Code*, Science, vol. 344, 25 April 2014.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

landowners have registered and what constitutes illegal logging. In an interview, the Brazilian Forest Service states that their experience is that the state authorities have gradually become more willing to share information with federal authorities and to integrate their systems with the national systems.

### 6.3.2 National REDD+ strategy in Brazil

The Brazilian authorities finalised the national REDD+ strategy in 2015. In an interview, the Ministry of the Environment in Brazil stated that the lack of human and financial resources represents a considerable barrier to the implementation of the strategy. The strategy's overarching goal is to contribute to reductions in emissions by combating illegal deforestation, encouraging the conservation and rehabilitation of forest ecosystems, and promoting the development of a sustainable forestry sector with economic, societal and environmental benefits.[71] It also includes an overview of pre-existing action plans and legislation relating to REDD+, and a description of the governance structure that has been established to implement the strategy.

A review of the strategy shows that it is descriptive and makes little reference to new instruments in order to reduce deforestation. This was also emphasised during interviews at both national and state level. During an interview, representatives of the state of Pará noted that the fact that the strategy does not contain specific activities or performances for landowners and producers represents a challenge. This does not help to show the landowners what REDD+ is and how they can benefit from the mechanism. In an interview, the Ministry of the Environment in Brazil explained that the national REDD+ strategy represents a compromise between different ministries and sector interests and contains few new aspects or initiatives as a result. According to the Ministry, negotiating the strategy proved to be a challenge because of differing understandings of REDD+ amongst the stakeholders.

The work to prepare the national REDD+ strategy began in 2010, but stopped in 2012. Various explanations have been put forward as to why the negotiations were stopped. Norad's real-time evaluation from 2014 points to a lack of prioritisation and political support nationally as one possible explanation. According to the Ministry of the Environment in Brazil, the work was stopped because there was little hope of developing an international REDD+ framework following the climate negotiations in 2011 and 2012. This situation changed following the climate negotiations in 2013 and the Ministry therefore resumed the work to develop the strategy.

During interviews, a number of civil society organisations noted that the process to develop the national REDD+ strategy did not include sufficient key stakeholders from civil society, groups representing indigenous peoples or state authorities. In an interview, the Ministry of the Environment in Brazil confirmed that the civil society organisations were not consulted before the strategy was finalised in 2015, although a number of civil society organisations were invited in 2010 to contribute to the development of the strategy.

According to the Ministry of the Environment in Brazil, the strategy's most important innovation is the establishment of Brazil's national REDD+ committee. This committee is responsible for coordinating and monitoring the implementation of the national REDD+ strategy. The Ministry also noted that facilitating the work of the committee has proven to be a challenge. A number of the committee's members have no experience of REDD+ and have little knowledge of the decisions concerning REDD+ from the United Nations Framework Convention on Climate Change. At the same time, a number of the representatives, particularly those of the indigenous peoples, cannot

71) Ministry of the Environment in Brazil (2016) *ENREDD+ National REDD+ Strategy.*



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

afford to travel to Brasilia in order to attend meetings. This represents a challenge for the Ministry of the Environment, which has a tight budgetary framework itself.

During interviews, it emerged that many people are critical of the composition and mandate of the national REDD+ committee. According to the research institution Imazon, the committee is a discussion forum without any authority to take decisions. Imazon is also unsure whether the committee wants to ensure inclusive processes. Imazon has therefore decided not to participate in the committee. In interviews, two civil society organisations also noted that more stakeholders should have been represented on the committee, particularly from academia, groups representing indigenous peoples and the private sector.

In a letter, the Ministry of Climate and Environment noted that, although civil society was not generally involved in the development of the REDD+ strategy, it is, in the opinion of the Ministry, broadly involved in implementing the strategy. The Ministry of Climate and Environment furthermore states that the governance structure surrounding the REDD+ strategy also includes a technical committee, consisting of REDD+ experts from the authorities and academia, and three thematic advisory boards. According to the Ministry, all of these bodies have broad participation from civil society.[72]

### 6.3.3 The Ethiopian Forest Act

Ethiopia's amended Forest Act was adopted by the parliamentary assembly in December 2017 and, in the opinion of the Ministry of Climate and Environment, supports REDD+ and the goals set out in the country's green growth strategy. In an interview, the embassy in Ethiopia noted that a strengthened forest initiative in Ethiopia is dependent on the scope and enforcement of the new Forest Act.

According to an interview with the research centre CIFOR, it is important that the local community's rights to the forest are recognised, including carbon rights. According to CIFOR, this is vital if the local population is to be compensated for the loss of income caused by REDD+. In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that the question linked to the distribution of benefits in Ethiopia has not yet been clarified. The expectation that local communities will benefit directly is strong, but, according to the Ministry, this outcome is not considered to be realistic as a result of both practical circumstances and donors' priorities. Donors will require good financial control and will want to ensure that the way in which the money is used contributes to further emission reductions. According to the Ministry, the discussions on how consideration for the local population can be combined with practical and appropriate solutions which are also acceptable to the donors are still ongoing in 2018.[73]

### 6.3.4 Draft national REDD+ strategy in Ethiopia

The REDD+ secretariat in Ethiopia has prepared a draft national REDD+ strategy, which was released in November 2014.[74] Three years later, the strategy remains in draft form; see Prop. 1 S (2017-2018) om Klima- og miljødepartementet. According to a letter from the Ministry of Climate and Environment, the Ministry of Environment, Forests and Climate Change is expected to approve the draft in February 2018.[75]

72) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
73) Ministry of Climate and Environment 2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
74) The draft version of the REDD+ strategy is available on FCPF's website: https://www.forestcarbonpartnership.org/sites/fcp/files/2015/October/REDD%2B%20Strategy%20-November%2021-first%20draft%20final-with%20WB%20comment.pdf. Accessed on 20.04.2017.
75) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

The research centre CIFOR participated in the working group which provided the REDD+ secretariat with specialist input for the work relating to the national REDD+ strategy. CIFOR believes that the Ethiopian context should have been better reflected in the draft version of the strategy, so that it would be relevant for as many types of forest and region as possible. According to CIFOR, one limitation of the draft strategy is that it is primarily based on information from the state of Oromia, which forms the highland in Ethiopia. In an interview, CIFOR noted that there was also pressure from the World Bank to simplify the strategy in order to streamline it with other REDD+ strategies globally. In the opinion of CIFOR, this has reduced the value of the current draft strategy. Another risk to be highlighted by CIFOR is the anchoring of the strategy in the sector ministries concerned. This risk stems from the participation of low grade employees from sector ministries other than the Ministry of Environment, Forests and Climate Change in the working group that worked on the draft strategy.

## 6.4 What are the countries' experiences of developing a system for measurement, reporting and verification (MRV)?



A prerequisite of REDD+ is that data will be acquired concerning carbon sequestration and emissions from forests, and that trends in these values will be documented and reported.
Photo: Ministry of Climate and Environment

### 6.4.1 Brazil's MRV system

Brazil has one of the world's most advanced satellite systems for monitoring rainforests.[76] Data from these satellite systems is reviewed by the National Institute for Space Research, Brazil (INPE), which identifies areas with deforestation in the Amazon. This information is shared with IBAMA and other public institutions with responsibility for acting on the basis of this information.

In an interview, IBAMA noted that it receives more information from INPE than it has the resources to cope with. Every year, the agency receives more than 100,000

76) The Ministry of Climate and Environment's website: https://www.regjeringen.no/no/tema/klima-og-miljo/klima/klima--og-skogsatsingen/kos-innsikt/brasil1/id734166/#slikmalerbrasilavskog Accessed on 28.03.2017.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

messages concerning new deforestation. With new systems which are to be introduced in 2017, the number of annual identifications of deforestation is expected to rise to 300,000. Although the agency has implemented measures to prioritise the effort aimed at the areas with the highest risk of deforestation, it points out that it is facing challenges relating to resources in the work to respond to the information on deforestation.

Another ongoing and extensive process of importance for Brazil's MRV system is the national forest inventory programme. This work will provide information that will make it possible to calculate the amount of carbon stored in the forests more precisely. Data acquisition began in 2011 once methods and the scope of the work had been discussed on a number of occasions. The work is being coordinated by the Brazilian Forest Service. As of December 2016, the service had data covering 10 out of 27 states. The data acquisition is being financed by a number of bodies including FIP and the Amazon Fund. In an interview, the service noted that the work is progressing slowly, partly because different financing sources have imposed their own administrative and geographic requirements on the use of the funds.

Brazil reported a reference level for the Amazon biome to the climate convention in 2014, and for the Cerrado biome in 2017.[77] These reference levels do not contain any information on forest degradation. This is explained by the fact that Brazil does not have a national definition of forest degradation. In an interview, the Ministry of the Environment in Brazil noted that the lack of a definition represents a challenge in the development of an MRV system for the Cerrado biome, where forest degradation is an important cause of deforestation. In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that much of the forest degradation is still being identified as deforestation over time, through the fact that the forest is eventually cleared completely.[78]

In order for Brazil to retain its international leadership with regard to REDD+, the country must, according to the Ministry of Climate and Environment, further develop its work relating to REDD+, including the measurement of forest degradation. The Brazilian authorities have indicated that it may be difficult to establish a reference level which encompasses forest degradation. In an interview, the Ministry of Climate and Environment notes that it does not consider a delay to be problematical, provided that Brazil further develops the MRV systems to enable them to measure forest degradation in the long term. According to the Ministry, it is only to be expected that the work is taking a long time given the size of the forest areas and the technological limitations linked to the measurement of forest degradation.

In an interview, INPE noted that the satellite images that are used to determine annual deforestation in the Brazilian part of the Amazon are publicly available. In an interview, the civil society organisation *Instituto Socioambiental* (ISA) confirmed that civil society was given access to data from INPE in 2004 and was able to cross-check the data against its own observations. According to ISA, this access contributed to civil society and the authorities exchanging views regarding procedures and solutions for deforestation when the first action plan for reducing deforestation in the Amazon was prepared. Also according to the ISA, civil society organisations have not had access to the two monitoring systems, DETER and PRODES, for the past three or four years. The DETER satellite system is used as an alarm system and detects logging in real time, whereas PRODES is used to produce annual overviews of deforestation.

77) Brazil's reports to the United Nations Framework Convention on Climate Change: http://redd.unfccc.int/submissions.html?country=bra

78) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

According to ISA and other representatives of civil society and the research community, access to data has become more restricted since 2014. The consequence of this is less transparency and less scope for civil society to become involved. The Brazilian authorities used to give access to the satellite image ahead of the announcement of the annual deforestation rate, so that civil society had an opportunity to analyse the data. According to ISA, the authority stopped providing access to download the satellite images from INPE in 2014. The authorities also stopped organising events to discuss the data, which has reduced the opportunities open to civil society to contribute to discussions concerning developments in deforestation. In an interview, INPE noted that in 2016 the institute organised a meeting for public institutions and civil society organisations to raise awareness of how the data that INPE publishes can be used.

In an interview, the embassy in Brazil stated that it was unaware that it had apparently become more difficult to gain access to the data material on which the deforestation figures from INPE are based. The embassy notes that it bases its assessment of the deforestation figures on the fact that the Amazon Fund's expert panel confirms the data and that civil society has an opportunity to check this.

The deforestation data from Brazil that is used as a basis for Norway's payments for results is not verified by an independent third party in a formalised process. According to the Ministry of Climate and Environment, a more formal verification process would have been useful. At the same time, the Ministry noted in an interview that in practice, unrestricted access to raw data and method protocols performs many of the functions of third party verification. The Ministry of Climate and Environment therefore has confidence in the figures from Brazil.

### 6.4.2 Ethiopia's MRV system

Ethiopia started the process of developing an MRV system in 2013. The country is being assisted by the Food and Agriculture Organization of the United Nations in the work to develop the system. Amongst other things, the work has included a national forest valuation project which, according to a letter from the Ministry of Climate and Environment, has been completed. The valuation has helped to develop a reference level for REDD+ in Ethiopia. The country reported a national reference level to the United Nations Framework Convention on Climate Change in December 2015. This reference level was updated in March 2017.[79]

The national reference level does not include carbon emissions from forest degradation, but the Ministry of Climate and Environment notes in a letter that Ethiopia is in the process of testing various methods at local level in order to measure forest degradation.[80] In an interview, the REDD+ secretariat noted that forest degradation represents a major source of emissions in Ethiopia, and that an MRV component should therefore be developed for this. However, no suitable method for measuring carbon emissions from forest degradation is currently available.

In an interview, the special envoy at the Norwegian embassy in Ethiopia stated that it is a long-term goal for the Ethiopian authorities to develop an MRV system that calculates emissions from all the sectors that are covered by the green growth strategy. To date, no method has been developed for such comprehensive carbon accounts in either Ethiopia or internationally.

79) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
80) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## 6.5 What are the countries' experiences of addressing the REDD+ safeguards?

### 6.5.1 Brazil's work to address the REDD+ safeguards

Just under a quarter of the Brazilian part of the Amazon is inhabited by indigenous peoples. These areas are considered to be vital for protecting the rainforest and its biological diversity. IBAMA and the National Indian Foundation are responsible for ensuring that REDD+ actions in Brazil address the interests of the indigenous population.

In 2012, Brazil adopted a framework for the protection, management and exploitation of natural resources in areas inhabited by indigenous peoples. In an interview, the National Indian Foundation stated that it considers the implementation of the framework to be essential if REDD+ is to be deployed in accordance with the REDD+ safeguards. According to the National Indian Foundation, one REDD+ project has so far been carried out using the framework. The project has identified a number of challenges in the practical use of the framework which, according to the foundation, is at risk of failing if the consultation processes with the indigenous population are not improved. The project that was carried out led to an increase in internal disputes amongst the indigenous population because the consultation processes that were conducted were not considered to be valid. According to the embassy's report to the Ministry of Climate and Environment, Brazil's Supreme Court ruled on 19 July 2017 that in some cases, the authorities can limit the land rights of indigenous peoples and open up the possibility of major infrastructure projects being initiated without consulting the indigenous peoples who will be affected.

The land rights of the indigenous population in Brazil are coming under considerable pressure. The Brazilian government has opened up the possibility of discussing amendments to the rights of the indigenous population, and in 2016 and 2017 the congress proposed and adopted a number of initiatives which limit these rights.[81] In a letter, the Ministry of Climate and Environment stated that the current government has also established new territories for indigenous peoples.[82] At the same time, there has been an increase in the number of cases of violence and murder committed against indigenous peoples and human rights and environmental campaigners in Brazil. The National Indian Foundation has also been the subject of a number of changes which prevent it from performing key tasks. In April 2017, cuts were implemented which resulted in the closure of a number of the foundation's local offices. This resulted in the withdrawal of the staff who work closely in the territories of indigenous peoples; see the embassy's interim report to the Ministry of Climate and Environment from August 2017. The head of the National Indian Foundation, who was the fourth leader in a year, was dismissed and replaced by a general from the Brazilian army in May 2017. The increase in pressure on the rights of indigenous peoples is partly explained by economic recession and political pressure from the agricultural sector.

Brazil began developing a system to document the country's compliance with the REDD+ safeguards in spring 2016. The work is scheduled for completion during 2018. The Ministry of the Environment in Brazil stated in an interview that it considers the structuring of the system to be a major challenge. It is expensive to develop and it is also technically challenging because there is no corresponding experience from other countries.

81) The World Resources Institute's website: http://www.wri.org/blog/2017/06/indigenous-rights-must-be-protected-during-brazil%E2%80%99s-political-crisis. Accessed on: 30 October 2017; the Reuters article *Brazil, home of Amazon, rolls back environmental protection:* http://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-environment/brazil-home-of-amazon-rolls-back-environmental-protection-idUSKCN18B21P.

82) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

In 2015, the Brazilian authorities sent a summary of the country's compliance with the REDD+ safeguards for the period 2006–2010 to the United Nations Framework Convention on Climate Change.[83] This made Brazil the first country to submit a national report on safeguards to the climate convention. In autumn 2017, the Ministry of the Environment in Brazil distributed a draft version of a summary of the country's REDD+ safeguards for the period 2011–2017 for public consultation.[84] In a letter, the Ministry of Climate and Environment stated that the reports that are submitted concerning the REDD+ safeguards for a given year lag behind the forest year on which the Norwegian payments are based. The Ministry furthermore states that Brazil is in the process of aligning the reports with REDD+ results in terms of time, and that the country is planning to submit annual reports on compliance with the REDD+ safeguards from the third report onwards.[85]

As regards compliance with the REDD+ safeguards in projects supported by the Amazon Fund, the Brazilian Development Bank (BNDES) stated in an interview that this is good. No projects have been stopped because of non-compliance with the safeguarding mechanisms. For its part, German Federal Ministry for Economic Cooperation and Development , which is assisting the Amazon Fund in the administration of the funds, stated in an interview that the Amazon Fund needs help to incorporate themes such as the safeguarding mechanisms and equality into its work. Similarly, a review of Norad's remarks concerning the Amazon Fund's annual reports during the period 2014–2016 shows that Norad has sought greater transparency and information concerning the safeguarding mechanisms from the fund.

### 6.5.3 Ethiopia's work to address the REDD+ safeguards

According to Norway's International Climate and Forest Initiative's status report for 2015, Ethiopia has come a long way in the process of preparing a framework for REDD+ safeguards. According to Ethiopia's mid-term evaluation for FCPF from November 2015, the initial mapping and consultations have been carried out in order to establish a system ensuring compliance with the REDD+ safeguards. A safeguard information system was under development in 2016. The Ethiopian authorities have so far not reported to the climate convention concerning the country's compliance with the REDD+ safeguards.

One challenging topic in the development of the pilot programme in Oromia was how the payments for results should be distributed. According to an interview with the World Bank in Ethiopia, it remains to be decided whether the payments should go directly to the local population or be invested in public benefits, and whether the payments should be distributed in an egalitarian manner or according to input. In interviews, a number of civil society organisations claimed that the Ethiopian authorities have established an expectation amongst local communities that they will receive financial compensation for their efforts in conserving the forest. By creating expectations which it may not be possible to meet, the civil society organisation Farm Africa notes that the sustainability of the results from participating in forest conversation initiatives is put at risk.

Under REDD+, it is desirable that the local communities use the forest in a sustainable manner and, according to Farm Africa, REDD+ can only succeed through financial compensation which makes it attractive for the local population to conserve the forest.

83) Ministry of the Environment (2015) *Summary of information on how the Cancun safeguards were addressed and respected by Brazil throughout the implementation of actions to reduce emissions from deforestation in the Amazon biome between 2006 and 2010.*

84) The Ministry of the Environment's website: http://redd.mma.gov.br/pt/component/content/article?id=832. Accessed on: 03 January 2018.

85) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

The Ministry of Environment, Forests and Climate Change confirmed in an interview that it is still to be decided how projects involving payments to the local population for results should be integrated in the REDD+ programme for Oromia. Amongst the questions that have not yet been resolved is who should pay for the results that are achieved and how the funds should be mobilised.

A field visit carried out by the audit team in the Bale-Eco Region of Oromia in connection with the data acquisition in June 2016 confirmed the local population's impatience to receive financial compensation for the contributions it has made to emission reductions through participating in forest conservation initiatives. The local population took part in a project that was carried out by the civil society organisation Farm Africa with support from Norway's International Climate and Forest Initiative. In the project, the local population monitored the forest around the perimeter of a national park. They also contributed to emission reductions through tree planting. At the time of the visit, the participants had not yet received payment for their efforts and they expressed their frustration over the non-payment of the compensation. However, the Ministry of Climate and Environment stated in a letter that the local population has now received payment for its efforts under the project.[86]

In a letter, the Ministry of Climate and Environment noted that it is not only the authorities that have created expectations of carbon payments amongst local communities. According to the Ministry, the distribution of benefits linked to payments for emission reductions will be complicated in a country where deforestation is largely linked to the need of the poor for agricultural land. According to the Ministry, the Oromia pilot and Farm Africa's work in Bale present opportunities to look at different models regarding how this can be done.[87]

## 6.6 What is the financing situation in the countries?

### 6.6.1 The financing of REDD+ in Brazil

**The financing of central public institutions**

The Ministry of the Environment in Brazil stated in an interview that the country's budget and the Amazon Fund's monies are not sufficient to meet the future need for finance in order to reduce deforestation further. A number of stakeholders have stated in interviews that enforcement measures against deforestation are expensive to maintain and implement. At the same time, a number of central institutions that are responsible for keeping deforestation under control have had their budgets cut.

In an interview, the Ministry of Climate and Environment points out that it considers it likely that reduced public funding will be a challenge in the years to come because of developments in the Brazilian economy. The country is experiencing a deep economic and political crisis; see the report of the Norwegian embassy in Brazil to the Ministry in 2017. The economic crisis has resulted in substantial budget cuts for all public sector bodies, and most ministries have had their operating budgets reduced by a third. In addition to budget cuts in the National Indian Foundation, IBAMA, which is responsible for control measures, arrests and prosecution of criminals who are responsible for deforestation, has suffered noticeable cutbacks. In its report, the embassy stresses that the cutbacks in IBAMA are weakening one of Brazil's key initiatives to combat deforestation.

86) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
87) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Another consequence of the lack of financing is that Brazil is unable to test out new approaches within REDD+ in order to tackle the rise in deforestation. In an interview, the Ministry of the Environment in Brazil noted that, according to the original idea behind REDD+, results-based payments would offer considerable flexibility to try out new approaches. The idea was that the REDD+ funds would enable a trial-and-error process that would result in successful initiatives being scaled up. In practice, the Ministry considers it difficult to use the funds in accordance with the idea of trial-and-error, given the economic situation in Brazil.

Both IBAMA and INPE have stated in interviews that they are experiencing difficulties in retaining employees in the Amazon region because of the working conditions and low level of remuneration. INPE stated that they do not have the resources needed to keep employees sufficiently interested and motivated in staying in the Amazon region for more than three to five years. INPE is dependent on having employees on the ground in order to be able to understand the data from the satellite systems. It is also important to have employees from the region with a knowledge of local conditions in order to carry out the best possible analysis. The staff shortage is leading to a risk that deforestation will not be detected or have consequences for those who log the trees illegally.



Norwegian payments to Brazil are transferred to the Amazon Fund for further investment in sustainable development in the Amazon. Photo: Ministry of Climate and Environment

**Donors and recipients of REDD+ funds**

The Amazon Fund receives Norway's payments for results in Brazil. According to the Ministry of the Environment in Brazil, the fund is one of the most important economic instruments for financing REDD+ initiatives.[88] The fund has received USD 1.14 billion in results-based payments since it was founded in 2008.[89] There are three donors to the fund. Norway is the largest donor and accounts for 96.8 percent of the contributions.

88) The Ministry of the Environment's website: http://redd.mma.gov.br/en/legal-and-public-policy-framework. Accessed on: 29 June 2017.
89) The Amazon Fund's website: http://www.amazonfund.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_en/Esquerdo/doacoes/ Accessed on: 12 October 2017.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Germany accounts for 2.5 percent of the deposits, whilst the Brazilian oil company Petrobras accounts for the remaining funds.[90] Germany has decided to split its support for REDD+ in Brazil between a number of channels. The funds paid to the Amazon Fund therefore do not give a complete picture of Germany's support to REDD+ in Brazil. Similarly, FIP also has REDD+ programmes in Brazil.

The increase in deforestation in the Amazon since 2015 has led to reductions in the results-based payments made by Norway. In June 2017, the Ministry of Climate and Environment warned the Brazilian authorities that the results-based payments made to the fund could be cut further in 2017 if the trend of rising deforestation is not reversed.[91] The payment from Norway in 2017 was reduced as a result of this.

The Amazon Fund was financing 88 projects as of September 2017.[92] According to an interview with the Amazon Fund, there are around 300 fewer stakeholders who receive support from these projects in turn. The projects are intended to support national plans for sustainable development and further reductions in deforestation, with an emphasis on the Amazon. According to an interview with the Amazon Find, the rate of payment represents a constant challenge. Projects being carried out by federal authorities have the lowest payment rate, followed by those of state authorities and civil society organisations. The organisation of events such as the Football World Cup in 2014 and the Olympic Games in 2016 took up central resources and this is one of the reasons that the Amazon Fund has been told is behind the lack of initiation of REDD+ projects in the public sector.

Brazil has received far lower payments for results than the reduction in deforestation would suggest. During the interviews with REDD+ stakeholders in Brazil, it became apparent that there are many possible explanations as to why the Amazon Fund has seen weak growth in financing. Initially, the fund took a long time to approve and distribute monies to projects. In addition, the fund did not use up the allocated monies from Norway, leading other donors to believe that no further funding was required. This problem still remains and has been brought up by Norway in the annual meetings with the Amazon Fund. In 2016, Norad noted in its review of the fund's financial reporting that the proportion of unrestricted funds, or funds which are not allocated to a project, has risen. From 2014 to 2015, the fund's unrestricted funds doubled and at the end of December 2015 amounted to BRL 1.02 billion or around NOK 2.3 billion[93].

The Brazilian Development Bank (BNDES) stated in an interview that there is a need to include the Ministry of Foreign Affairs in Brazil in the work to mobilise new donors to the Amazon Fund. In order to mobilise new donors to the Amazon Fund, the Brazilian Development Bank (BNDES), the Ministry of the Environment in Brazil and the Ministry of Foreign Affairs in Brazil must work together. Only the Ministry of Foreign Affairs in Brazil has a mandate to establish formal bilateral discussions with donor countries. According to an interview with BNDES, it is primarily the Ministry of the Environment that is engaged in the Amazon Fund. BNDES stated that the bank does not have a strategy for raising new funds for the Amazon Fund.

In its report to the Ministry of Climate and Environment in August 2017, the Norwegian embassy in Brazil stated that the embassy is working to market the Amazon Fund to

90) The Amazon Fund's website: http://www.amazonfund.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_en/Esquerdo/doacoes/ Accessed on: 06 September 2017.
91) Letter from Minister for Climate and Environment Vidar Helgesen to the Brazilian Minister for the Environment, José Sarney Filho. The letter is undated.
92) The Amazon Fund's portfolio report from 30 September 2017 is available at http://www.amazonfund.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_en/Galerias/Arquivos/Informes_de_Carteira/2017_09_Porfolio_Report.pdf
93) According to http://www.valutakalkulator.no/grafer, one Brazilian real (BRL) cost NOK 2.224 as of 31 December 2015.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

potential donors, partly by taking the initiative to establish a group of donors for the countries and multilateral organisations that invest in climate and forests in Brazil.

**The role of the private sector and market-based solutions to deforestation**
Many of the stakeholders that were interviewed stated that involvement of the private sector is pivotal to the discussions concerning further work to reduce deforestation. The soya moratorium[94] from 2006 is considered to be an important market-based contribution to both the transition and the reduction which occurred in deforestation in the Amazon biome. The private sector and voluntary organisations in Brazil were key contributors to the development of the soya moratorium. The same stakeholders are in the process of assessing the possibility of expanding the soya moratorium to the Cerrado biome, where both cattle farming and soya production are important causes of deforestation. The Norwegian embassy in Brazil notes that the private sector is key to helping Brazil identify more sustainable solutions in the form of financial incentives to reduce deforestation. According to the embassy, without collaboration with the private sector to prevent deforestation linked to the production of goods, it is very likely that it will be difficult for Brazil to achieve its national goal of reducing deforestation by 80 percent by 2020; see the embassy's report to the Ministry of Climate and Environment in January 2017.

In 2015, the Amazon Fund's steering committee, which is chaired by the Ministry of the Environment in Brazil, adopted three priorities for the fund for the impending two-year period. One of these priorities was the involvement of the private sector. In an interview, the Ministry of the Environment stated that the discussions concerning the role of the private sector in the Amazon Fund's steering committee have been limited. The German Federal Ministry for Economic Cooperation and Development has noted that neither the donors nor the Amazon Fund appear to have a clear picture of the role that the private sector can play.

According to the German Federal Ministry for Economic Cooperation and Development, it has not been ascertained how the Amazon Fund can be adapted to meet the requirements of the private sector regarding financing, or what the argument would be for the private sector to consider supporting the Amazon Fund worthwhile. In an interview with a research institution in Brazil it emerged that, to date, few projects in the Amazon have been directly financed by the private sector and that the Brazilian authorities have generally been sceptical about the use of market-based initiatives in the work to combat deforestation. However, in 2017, the fund endeavoured to identify solutions as to how it could involve and support the private sector, according to a letter from the Ministry of Climate and Environment. An example of this is that the project announcement in 2017 was intended to strengthen sustainable production chains.[95]

### 6.6.2 The financing of REDD+ in Ethiopia

A number of interviews conducted in Ethiopia show that financing represents a major challenge in the continuation of the REDD+ work and the implementation of national plans. The REDD+ secretariat emphasised the need for substantial investments before Ethiopia will be able to reduce its carbon emissions and thereby gain access to results-based payments. Millions have so far been made available for REDD+, but it is estimated that it will cost billions to carry out the necessary investments in forestation, amongst other things, in order to achieve the desired climate goals. The United Nations Development Programme in Ethiopia notes that the country has not invested in the

94) The soya moratorium in Brazil was the first public-private partnership where producers undertook to avoid deforestation in connection with the production of a product, in this case soya beans.
95) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

forestry sector for many years and that large sums of money will therefore be needed to develop it. According to the Norwegian embassy in Ethiopia, the country has estimated the total cost of achieving its national climate goal in the green growth strategy as being USD 150 billion. In a letter, the Ministry of Climate and Environment stresses that much of this concerns investments which the country will have to make in any case, but which can be done in a more climate-friendly manner under the growth strategy without additional cost.[96]

**Donors and recipients of REDD+ funds**

In 2012, the authorities in Ethiopia established a national fund, the CRGE facility, for international financing of the green growth strategy (CRGE).[97] In an interview, the embassy in Ethiopia stated that 70–80 percent of the Norwegian funds for REDD+ during phase 2 of the bilateral partnership will be channelled through this fund. The fund is accredited for the Green Climate Fund and the Adaptation Fund and has applied for finance from these funds. It is a requirement that all projects which receive aid from the CRGE facility support all the pillars of the green growth strategy. The United Kingdom, Denmark, Austria, the Green Climate Fund, the Amazon Fund and Norway have all transferred funds to the facility. Norway is the only donor that earmarks funds for the forestry sector.

During the interviews, various explanations were put forward as to why more donors do not support REDD+ in Ethiopia. The special envoy at the embassy in Ethiopia referred to the dilemma that with many donors it is necessary to demonstrate results in order to obtain financing, whilst the lack of results can be caused by insufficient financing. The United Nations Development Programme in Ethiopia stated in an interview that REDD+ is difficult to sell to donors who prefer to finance actions that produce concrete results and that have a more direct impact on poverty reduction.

## 6.7 How is the administration coordinated in the work relating to REDD+?

### 6.7.1 Forest management in Brazil

**Cross-sector coordination**

A total of 13 ministries are involved in implementing Brazil's action plan to combat and prevent deforestation in the Amazon. Until 2013, these were coordinated directly from the President's office. In 2013, responsibility for coordinating the work was reassigned to the Ministry of the Environment in Brazil.[98] According to the Ministry itself, with the reassignment of the responsibility to the Ministry of the Environment, it has become difficult to mobilise participation with sufficiently high graded employees from the other ministries to ensure effective coordination. In an interview, the Ministry noted that it is a major challenge to engage other sector ministries in the fight against deforestation. Forests are seen as a climate issue and therefore belong to the Ministry of the Environment. The report from the embassy in Brazil to the Ministry of Climate and Environment in 2017 also refers to a growing conflict of interest between sector ministries, as well as pressure on the Brazilian government to prioritise the economy and the interests of sectors such as agriculture ahead of climate.

96) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
97) The website of the UNDP Multi-Partner Trust Fund Office: http://mptf.undp.org/factsheet/fund/3ET00 Accessed on 29.09.2017.
98) https://www.transparency-partnership.net/sites/default/files/brazil_gpa_short.pdf



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Collaboration between governance levels**
Responsibility for public forests is shared between a number of institutions and all three governance levels: municipal, state and federal level. The responsibilities of each governance level vary both between regions and within regions.

In an interview, the Ministry of the Environment stated that it considered it a challenge to coordinate the three levels of governance in the work to reduce deforestation. Each of the levels can draw up its own laws and rules provided they are in accordance with the Brazilian Constitution. The Ministry cannot become involved in the administration of states and municipalities, except to encourage them to implement national programmes such as the national REDD+ strategy.

In an interview, representatives of the state authorities in Pará stated that it is a challenge for the work to combat deforestation that the states do not have authority over what comprises extensive federal and to some extent unregulated regions outside the borders of the state. According to the state authorities, they are only permitted to instigate initiatives to tackle around 25 percent of the illegal deforestation that is believed to be taking place. Seventy five percent of the deforestation takes place in federal regions where the state authorities have limited powers. It is also in the federal regions that deforestation has increased most in recent years. In order to tackle this trend, the state is dependent on collaboration with federal institutions at both political and practical level.

Although a high proportion of deforestation is taking place in federal areas, the presence of federal authorities has decreased. This is apparent from interviews with IBAMA and the National Indian Foundation, and the embassy's report to the Ministry of Climate and Environment in 2017. The abovementioned budget cuts experienced by IBAMA and the National Indian Foundation as a result of the economic crisis in the country are key factors behind the reduced presence. The National Indian Foundation stresses the importance of ensuring that federal authorities are represented on the ground in the Amazon. Only these institutions can resolve disputes concerning land rights and the legal disorder which characterises the region. IBAMA also notes that the lack of capacity at state level means that the institute must also assume the state's responsibility to pursue illegal deforestation in a number of states.

In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that the workload is shared between the federal and state authorities, and that there are weaknesses on both sides as regards implementation and capacity.[99]

### 6.7.2 Forest management in Ethiopia

**Cross-sector coordination**
In an interview, the embassy in Ethiopia stated that it considers the coordination between the ministries involved in land and forest management to be weak. According to the embassy, it is vital to strengthen the collaboration between the Ministry of Environment, Forests and Climate Change and the Ministry of Agriculture in Ethiopia in order to better safeguard the forests. At the present time, the national sector-based plans are not sufficiently concrete or coordinated to ensure that such conflicts of interest are managed in an adequately targeted manner. In an interview, the research centre CIFOR noted that the challenges linked to cross-sector coordination are reinforced through the fact that Ethiopia has not adopted a land management plan which clearly defines what constitutes forest area. This leads to a risk that forests will be defined differently between ministries in their sector plans. In an interview, the

99) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Ministry of Environment, Forests and Climate Change stated that because of this risk and identified contradictions in the plans of different ministries regarding the use of land, work is underway to establish a cross-sector land management plan that will resolve this issue.

The international Global Green Growth Institute (GGGI) is assisting the Ethiopian authorities with the implementation of the country's green growth strategy, aided by support from Norway and other countries. In an interview, GGGI notes that the inclusion of the green growth strategy in Ethiopia's overarching growth and development plan from 2016 facilitates strengthened coordination between the sector ministries and closer follow-up of the sector ministries' implementation of the growth strategy. In an interview, the Norwegian embassy notes that, although the incorporation of the green growth strategy in the overarching growth and development strategy provides a good starting point for progress, there remains a need for substantial financing and better coordination between sectors to ensure effective implementation of the national plans.

Instability in organisation and employees within the Ministry of Environment, Forests and Climate Change is another challenge that was identified. According to an interview with the World Bank in Ethiopia, it is difficult to follow the work being carried out by the Ministry and the sector. The Ministry is not internally coordinated when it seeks specialist assistance, and on occasion, several organisations have been asked to contribute to the same task. A number of forest-related projects in the Ministry of Environment, Forests and Climate Change. also fall outside REDD+. This has a negative impact on the effectiveness of the REDD+ secretariat, which is not sufficiently integrated with the rest of the Ministry. According to the World Bank, Ethiopia pays a high price because of the very fragmented forestry sector in the country.

**Collaboration between governance levels**

In an interview, the embassy stressed the need to strengthen the capacity of the Ministry of Environment, Forests and Climate Change both centrally and regionally to ensure progress in the REDD+ work. This view was supported in an interview with the United Nations Development Programme in Ethiopia and the research centre CIFOR. As a new Ministry, the Ministry of Environment, Forests and Climate Change. is not represented at regional or local level, except in Oromia. Instead, the forestry sector at these governance levels is left to representatives of the Ministry of Agriculture. This represents a risk regarding the prioritisation of REDD+ at regional level. During interviews, CIFOR and the embassy stated that local and regional authorities should be more heavily involved in the REDD+ work. According to the embassy, the local and regional governance levels are vital for gaining a practical understanding of and insight into the situation that is affected by political decisions in Ethiopia.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 7 What is the Ministry of Climate and Environment's governance, follow-up and learning like?

## 7.1 How does the Ministry of Climate and Environment obtain and utilise information concerning the progress and results of the initiative?

### 7.1.1 The strategic framework for Norway's International Climate and Forest Initiative

In 2014, the Ministry of Climate and Environment prepared a strategic framework for Norway's International Climate and Forest Initiative, also referred to as the 'result framework' for the initiative. The framework is intended to show progress and results.

The strategy framework shows the two overarching goals for the initiative (sustainable development and the climate goal of the United Nations Framework Convention on Climate Change), followed by the three goals which have been formulated for the work of Norway's International Climate and Forest Initiative. The Storting has supported both of these levels, and in the strategic framework they have also been operationalised under the goals:

1. The international climate regime is an effective instrument for reducing emissions.
2. Partner countries have achieved reductions in emissions from forests.
3. Partner countries are conserving natural forests.

Eight milestones are linked to the operationalised goals:

a) REDD+ is helping to raise the level of ambition in the global climate regime.
b) Increased, long-term and predictable global funding of REDD+.
c) Effective safeguarding mechanisms integrated in financing institutions for REDD+.
d) Policy for sustainable forest and land use in forest countries.
e) Systems have been established for measuring, reporting and verifying emissions from forests.
f) Effective implementation of new policy for sustainable forestry and land use.
g) Improved management practices in forest and land management.
h) The private sector is working to reduce deforestation.

A total of 28 indicators have been identified for the 8 milestones, e.g. the proportion of forest with a national forest monitoring system and the number of countries with a safeguard information system.

In an interview, the Ministry noted that the strategic framework had been prepared following criticism from the Office of the Auditor General in Document 1 (2013−2014) and Norad's real-time evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative in 2014. Both pointed to potential for improvement in the reporting systems of Norway's International Climate and Forest Initiative. As a result of this, the Ministry issued a change theory for the initiative and prepared a result framework which shows the link between initiative areas and goals. The strategic framework is dynamic and was, for example, adjusted after tropical forests were given a central place in the new climate agreement that was adopted in Paris in 2015.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

### 7.1.2 How does the Ministry use the strategic framework?

**Appropriation of funds**

According to the Ministry, the result framework and associated change theory has proved to be useful in connection with the appropriation of funds in the initiative and in the communication of what the initiative is doing and why. At the start of the initiative in 2008, there were, according to the Ministry, few precisely defined boundaries for the use of the NOK 3 billion that the Storting awarded to the initiative annually, other than the general strategy that was presented to the Storting in St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs. The result was that many stakeholders with good intentions made contact in order to obtain support for their initiatives. According to the Ministry, the framework makes it easier to explain to external stakeholders why something cannot be supported by Norway's International Climate and Forest Initiative, because the Ministry can refer to the fact that the initiative concerned is not covered by the framework and cannot therefore be expected to contribute to attainment of the overarching goals. An example of initiatives not supported are development initiatives where it cannot be documented that the initiatives also contribute to reductions in greenhouse gas emissions.

In an interview, the Ministry noted that there is no overview of what collaborations are linked to what parts of the framework or which agreements relate to which indicators. The framework as a whole outlines what the Ministry considers to be key elements in the work to achieve the goals of the initiative. According to the Ministry, the indicators in the framework should be seen as initiative areas which should generally be included in the work of Norway's International Climate and Forest Initiative in order to facilitate attainment of the goals. Nonetheless, the indicators and milestones that are of importance to each individual partnership and agreement may vary and be determined in each individual case.

**Information on progress and results**

In an interview, the Ministry noted that the letter of commitment to Norad and the charging authorities granted to the embassies specify the required results and what must be reported for each individual year. The Ministry endeavours to keep the required results as general as possible, and allow Norad and the embassies to prioritise the activities at which they target the initiative. Although there is not always a direct link between the required results for the charging authority and the result framework, the embassies and Norad shall use the framework as a checklist when reporting and prioritising their initiatives. The Ministry wants reports from the embassies and Norad regarding the milestones and goals in the result framework, which is also the level for the further reporting for Norway's International Climate and Forest Initiative in the budget proposal, and communication with the political leadership in the Ministry.

The Ministry emphasises that the scope of information is considerable and that the challenge facing the Ministry is to synthesise and aggregate from a large number of sources and to ensure that what is disseminated is still correct. One element in the handling of this has been to encourage Norad and the embassies to synthesise the reporting for its areas of responsibility, so that the reports they submit to the Ministry present progress and results for milestones and goals in the result framework, rather than indicators.

The Ministry also notes that, in theory, it will be possible to attain success with individual agreements without achieving the overarching goals of the initiative. This means that it is vital to view reports from individual agreements in the context of knowledge of the countries concerned and developments in their political situation.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

The Ministry has therefore encouraged the embassies and Norad to adopt a more analytical approach to reporting results. This is justified in the Ministry's need for explanations as to where the bottlenecks lie in order to achieve the overarching goals of the initiative.

The audit has reviewed the Ministry's letter of commitment to Norad for 2015–2017 and the charging authorities granted to the embassies in Brazil and Ethiopia for 2015 and 2016. The review looked at the expectations that the Ministry refers to regarding the use of the result framework. The review shows that although the Ministry has asked for the result framework to be used as a basis for the reports that are submitted to the Ministry, the level of concrete detail provided by the Ministry in its statement of what is expected of the embassies and Norad varies. In the letters of commitment for 2016 and 2017, the Ministry asked Norad to submit reports in accordance with indicators and goals in the result framework. In 2017, the Ministry also asks for a general analysis of how the agency's portfolio is contributing to the initiative's goals. However, the charging authorities granted to the embassies contain a more general reference to the fact that the result framework should be used as a basis in the reporting. The authority notes that the framework includes indicators for measuring progress against milestones and goals in the collaboration, but does not state what is expected of the embassies in connection with this.

In an interview, the Ministry noted that although the embassies, Norad and the case officers in the Ministry refer, on occasion, to the indicators in the result framework in their reports, the Ministry does not request reporting at indicator level. This was confirmed in interviews with Norad and the embassies. According to Norad, no systematic summary of results is prepared at indicator level by individual projects or agreements in the section for climate, forests and the green economy. However, this has been trialled for the civil society support for Norway's International Climate and Forest Initiative. The reports that the agency received from the collaborating partners were, according to Norad, not comparable between agreements, even though common indicators were used, and this resulted in little scope for summarising across agreements as a result. In an interview, Norad noted that the reference to Norway's International Climate and Forest Initiative in Norad's annual report is instead based on input from relevant case officers, who summarise and provide examples of progress and results in their own portfolio. A similar process was described in an interview with the Ministry of Climate and Environment as being used as a basis for the Ministry's preparation of reports in the annual budget proposal. In the instruction for the section on Norway's International Climate and Forest Initiative for input for the reporting on Norway's International Climate and Forest Initiative in Prop. 1 S (2015–2016), the various contributors are asked to link the reporting to the milestones in the result framework. The Ministry writes that, although the work that has been done can readily be linked to the indicators, these indicators should not be referred to explicitly.

Reports submitted by Norad for 2015 and 2016 and the embassies with special envoys in January and August 2017 show that there is some variation over time and between case officers as regards how progress and results are reported, and the extent to which reports to the Ministry refer to the indicators, milestones and goals for the initiative. It is apparent from the reports that the framework forms the basis for the decision as to what is included and accorded emphasis in the reports. Nonetheless, there is no consistent practice or systematic review of the progress and results against the result framework in the reports.

In an interview, the Ministry notes that a summary of the information in the reports from the embassies and Norad is given in the budget proposal for each individual year.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Prop. 1 S (2017–2018) om Klima- og miljødepartementet lists the milestones in the result framework for the initiative, and a number of examples of results which have been achieved for each milestone in 2016. However, the presentation does not refer to summarised results for individual milestones.

In an interview, the Ministry noted that work has been underway for some time to improve the reporting of progress and results in Norway's International Climate and Forest Initiative. It takes time to achieve the desired structure of reporting from the embassies and Norad, even though this has gradually improved in the Ministry's opinion.

### 7.1.3 What reports are submitted concerning goals for the conservation of natural forests and sustainable development?

In its overarching action plan, the Ministry of Climate and Environment refers to the work on the first two of the three goals of Norway's International Climate and Forest Initiative. Goal 3 concerning the conservation of natural forests is not referred to separately. This applies both to the discussion of the Ministry's plans for the impending year and to the Ministry's risk assessments concerning the goal.

A review of the reports in the budget proposals concerning the Ministry of Climate and Environment shows that there are variations in whether and how reports are submitted concerning the work relating to goal 3 on the conservation of natural forests. It is also noted that consideration has been given to the goal in all the initiatives supported by Norway, and that the goal of conserving natural forests is a key component in all agreements. Examples are also given of how Norway is working to ensure that the goal is achieved and of what has been achieved in each of the individual partnerships; see for example Prop 1 S (2012–2013). However, the Ministry's reports in the budget proposals do not provide a cohesive and unambiguous answer regarding the progress and results for the goal concerning the conservation of natural forests. The same applies to the reports concerning the goal of sustainable development and poverty eradication, which provide no information on progress and results regarding Norway's International Climate and Forest Initiative's contribution to sustainable development and the eradication of poverty; see for example Prop. 1 S (2016-2017) and Prop. 1 S (2017-2018) for the Ministry of Climate and Environment.

In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that the weaknesses in the reports on progress and results concerning the goal of conservation of natural forests are due to challenges linked to the measurement of results in the area. These challenges relate to the baseline, status description and attribution of results to a specific input factor. The Ministry also notes that this represents a fundamental challenge which both the Ministry and the Storting have accepted.[100]

In the letter of commitment from the Ministry of Climate and Environment, Norad is asked to report on how Norway's International Climate and Forest Initiative is contributing to development. A review of Norad's annual reports for 2015 and 2016 shows that Norad does not specifically report on this goal under the discussion of Norway's International Climate and Forest Initiative. In the annual reports for 2015 and 2016, the concept of sustainable development is linked, for example, to sustainable forest management and sustainable forestry and land use, and examples are given of how agreements which are administered by Norad should facilitate development.

100) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

In an interview, Norad noted that the work relating to the two overarching goals in Norway's International Climate and Forest Initiative, the climate goal and the development goal, is coincident and, in connection with this, they refer to Report to the Storting No. 24 (2016–2017) *Common Responsibility for a Common Future – The Sustainable Development Goals and Norway's Development Policy*. This white paper states that climate and environment are an integral part of the sustainable development goals, whilst climate is a separate sustainable development goal. According to Norad, the development perspective is integrated in the work that Norad carries out under Norway's International Climate and Forest Initiative. Norad notes that the scope of phase 1 of REDD+, where investments are made in institution-building, good management practices and policy formulation, is very similar to a lot of other development work. The same applies to the civil society support. Norad therefore reports on the development goal as part of its reporting of progress and results in Norad's work generally.

In a letter, the Ministry of Climate and Environment notes that the development goal is included in all phases of REDD+. For example, the results-based payments for emission reductions in phase 3 of REDD+ must be used for investments in sustainable development. According to the Ministry, it is therefore relevant to report on the development goal for collaboration within all three phases. In the opinion of the Ministry, reports are submitted concerning all goals in all phases of REDD+.[101]

101) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## 7.2 How does Norad's evaluation department contribute to the follow-up of Norway's International Climate and Forest Initiative ?

### 7.2.1 What does the performance of a real-time evaluation of the initiative entail?

Norad's evaluation department has been carrying out a real-time evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative since it began. The real-time evaluation involves subjecting the initiative to ongoing assessment. REDD+ was an innovative project from its inception. In an interview, the evaluation department noted that the combination of aid for forest conservation and development had not previously been tested. There was therefore little knowledge available concerning the area. Norad's evaluation department was thus asked by the administration to carry out a real-time evaluation in order to obtain information relevant to the organisation of the initiative at an early stage and on an ongoing basis.

### 7.2.2 What topics have the real-time evaluations of Norway's International Climate and Forest Initiative covered?

A total of four evaluations were carried out during the first period of the real-time evaluation, which ended in 2015. A new evaluation period commenced in 2015. According to the evaluation department, the first reports published in 2011 should be seen as base line data which documents the processes at international level and in the countries with which Norway had bilateral agreements at the time. The subsequent reports were thematic evaluations of the civil society support and the work relating to the measurement, reporting and verification of results. The evaluation report dating from 2014 is a synthesis report that looks at the goal attainment of the Norwegian initiative, viewed against the goals that were formulated in the budget proposal, and should be compared with the first reports from 2011. This marked the end of the first round of real-time evaluation of the initiative.

A review of associated documentation on Norad's website in December 2017 shows that the Ministry of Climate and Environment has not reported on the Ministry's follow-up of the recommendations presented in the real-time evaluation's synthesis report dating from 2014. A report on the Ministry's follow-up of the evaluation was to be released in June 2016. In a letter to the Office of the Auditor General on 12 February 2018, the Ministry of Climate and Environment noted that the Ministry's report to Norad's evaluation department on the follow-up of the evaluation from 2014 had been delayed, but would be forwarded as soon as possible. The Ministry also noted that it believed that the reporting in the annual budget proposals shows that the Ministry has followed up the evaluation thoroughly.

### 7.2.3 What are the evaluation department's experiences from the implementation of the real-time evaluation?

In an interview, the evaluation department notes that it has had good experiences of the real-time evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative. The real-time evaluation has facilitated learning during the process, something which is considered to be particularly important in connection with a new initiative where innovation is pivotal. The department also notes that it considers the Ministry to be committed and willing to learn from the real-time evaluation.

The evaluation department also notes that it believes that the use of a real-time evaluation has meant that the management has, to some extent, drawn on the information that is produced during the evaluation, rather than obtaining and analysing data concerning the results and effects of the initiative. In turn, this has had negative consequences for the evaluation team in that insufficient underlying data is available



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

for the independent assessment. According to the evaluation department, the underlying data has been inadequate both within the Norwegian administration and internationally. The evaluation department notes that Norad's evaluation department was not responsible for documenting the results of Norway's International Climate and Forest Initiative. This responsibility rests with the administration.

In a letter, the Ministry of Climate and Environment states that the real-time evaluation is actively used by the Ministry in order to learn from the initiative. In addition, the Ministry obtains reports concerning the efforts of all grant recipients, Norad and embassies in order to obtain information on results and effects – see also sections 7.1.2 and 7.1.3. The Ministry also notes that it keeps itself updated regarding research and knowledge developed in the area.[102]

## 7.3 How does the Ministry of Climate and Environment manage the risk of fraud?

### 7.3.1 How has the risk of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative been assessed?

The risk of fraud in REDD+ is considered by the relevant experts and the ministry to be high. Corruption represents an administrative challenge and is also a factor which enables some of the deforestation that is taking place. Poor management practices reinforce these challenges.[103]

In an interview, the U4 Anti-Corruption Resource Centre noted that the risk of corruption will increase as more forest countries receive results-based payments in phase 3 of REDD+ and the payments increase as a result. For its part, the Ministry of Climate and Environment notes in a letter that the risk of corruption will also be linked to the requirements that are imposed on the funds that will receive monies on behalf of the forest countries. According to the Ministry, it is not inevitable that these funds will be weaker in their structure or have weaker control mechanisms as more countries progress to phase 3.[104]

In St.prp. nr. 1 (2008−2009), the Ministry of Foreign Affairs refers to the channelling of Norwegian funds through multilateral institutions as a risk-mitigating measure. The multilateral institutions are considered to have administrative resources, expertise and a presence in the partner countries that reduce the risk of fraud. In a letter, the Ministry of Foreign Affairs states that the Ministry of Foreign Affairs and Norad have also been working actively in recent years to incorporate additional control measures which help to reduce the risk of fraudamongst grant recipients in the more recent agreement templates with the multilateral funds and programmes.[105] In a letter, the Ministry of Climate and Environment states that the channelling of funds through multilateral institutions has a strong risk-mitigating effect in countries where national mechanisms do not meet the relevant requirements regarding control.[106]

102) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
103) St.prp. 1 S (2008–2009) *Utenriksdepartementet*; Prop. 1 S (2012–2013) *Utenriksdepartementet*; Nelleman, C. INTERPOL Environment Crime Programme eds. (2012) *Green Carbon, Black Trade: Illegal logging, Tax Fraud and Laundering in the World's Tropical Forest*, UNEP. Grid. Arendal.
104) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
105) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
106) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

In Prop. 1 S (2011–2012), the Ministry of Foreign Affairs also refers to the phased approach in REDD+ as a risk-mitigating factor. Good governance , which is a pivotal goal in phases 1 and 2 of REDD+, is highlighted as being important in order to manage the risk of corruption. The Ministry of Climate and Environment stresses in a letter that the risks that are outlined in the Ministry of Foreign Affairs' Storting proposals have been printed in the proposals of both ministries.[107]

The risk of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative is also recognised in the Ministry of Climate and Environment's overarching action plan. Risk-mitigating measures are Norway's "clear anti-corruption policy, thorough assessments of potential aid recipients and routines for the follow-up of aid recipients"; see the action plan for 2017, page 75. The Ministry concludes that the necessary steps have been taken to establish the requisite systems and expertise to manage the risk. The risk is considered by the Ministry in the action plan for 2017 to be unchanged from the previous year and the wording of the action plans for 2016 and 2017 is identical.

The Ministry of Climate and Environment states in a letter that the grant management systems that have been established within the Ministry are closely linked to the systems used in aid administration generally; see for example the structure of the general regulations and the use of Norad to quality-assure all agreements. According to the Ministry of Climate and Environment, greater use of the experience and knowledge built up by Norad and the embassies concerning the administration of aid funds will strengthen the management of Norway's International Climate and Forest Initiative and reduce the risks involved.[108]

**7.3.2 How do the control units assist in the follow-up of the risk of fraud?**
During the term of Norway's International Climate and Forest Initiative, a number of administrative measures have been carried out within the aid administration to strengthen the handling of reported suspicions of fraud. In 2007, the Ministry of Foreign Affairs established a central control unit with special responsibility in the field. In the same year, guidelines were drawn up for the handling of cases of suspected fraud and an external whistleblowing service was established.[109] Corresponding functions were established in Norad in 2011 and later in the Ministry of Climate and Environment, with the appointment of a Director of Control in 2014. The appointment of a Director of Control was part of a wider reorganisation of the Ministry of Climate and Environment in 2013–2014 and coincided with the transfer of responsibility for allocations for Norway's International Climate and Forest Initiative from the Ministry of Foreign Affairs to the Ministry of Climate and Environment.

The control units are responsible for following up reported suspicions of fraud and other irregularities. They can also carry out audits and inspections based on their own risk assessments. This is intended to supplement the checks carried out by the grant administrators on the grant recipients. The units also provide assistance in the form of input and training within the administration in order to strengthen the systems concerning follow-up of the risk of fraud.

**What incoming reports regarding possible fraud have been processed?**
Norway's International Climate and Forest Initiative  is based on established practice within aid administration regarding reports and follow-up in connection with suspected cases of fraud involving Norwegian funds. As regards funds managed within Norad, the

107) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
108) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.
109) St.prp.nr. 1 (2008–2009) *Utenriksdepartementet.*



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

function is performed by Norad, which then reports to the Minster of Climate and Environment. Regarding funds administered through the embassies or the Ministry of Climate and Environment, this responsibility is handled by the control administrator within the Ministry of Climate and Environment. The central control unit within the Ministry of Foreign Affairs handled the responsibilities of the control administrator within the Ministry of Climate and Environment until the appointment of the administrator in autumn 2014.

Data from the control units within the Ministry of Climate and Environment, Norad and the Ministry of Foreign Affairs shows that cases have been created and investigations have been carried out concerning a total of ten reported suspicions of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative. Processing of six of these ten cases has been completed, and fraud have been identified and followed up in five of the cases. One case was closed without any action being taken, as a result of obsolescence. Closed cases include breaches of contractual provisions, misuse of grant funds and embezzlement. The actions taken have included termination of the partnership and the issuing of demands for the repayment of funds.

The Director of Control within the Ministry of Climate and Environment stated in an interview that there have generally been few reports concerning suspected fraud within Norway's International Climate and Forest Initiative. The Director of Control stressed that the number of reports received cannot and should not be seen as an indication of whether there are fraud within Norway's International Climate and Forest Initiative or amongst its partners. According to the Director of Control, the use of a whistleblowing service has to be supplemented with active work on the part of the administration and the control units aimed at identifying cases of fraud. The expression "seek and you will find" also applies to the follow-up of the risk of fraud, according to the Director of Control.

**What have the control units done to assess the internal controls of grant recipients?**

In an interview, the Ministry of Climate and Environment stated that the work of the Director of Control relating to Norway's International Climate and Forest Initiative during the period 2014−2017 largely involved investigating a reported suspicion of possible fraud involving an implementing partner, and an ongoing compliance audit of the grant management and procurement procedures within the Ministry. The Director of Control has not carried out any supervision amongst recipients of grants from Norway's International Climate and Forest Initiative. Resource considerations have been the principal reason why this has not been given priority and carried out. The central control unit has also stated that they have not carried out any supervision or checks on the internal controls of recipients of grants from Norway's International Climate and Forest Initiative. For its part, Norad's control unit refers to involvement in a review of an implementing partner in 2016–2017, following notification that the implementing partner was registered as a mailbox company in Panama; see section 7.3.3.

In response to a letter, Norad's control unit adds that it is conducting a review of major programmes supported by Norway's International Climate and Forest Initiative based on a risk assessment. Norway's International Climate and Forest Initiative affords a high degree of support to complex fund mechanisms and programmes with many links in the delivery chain. Norad's control unit believes that these structures may have increased the risk of fraud, partly because the responsibility for following up the risk of fraud is shared and delegated down to many different actors. The review is being conducted by the control unit in order to understand the organisation of these



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

structures, identify any gaps in accountability and improve the administration's understanding of the risks linked to these partners.

### 7.3.3 How has the Ministry followed up instances where the risk of fraud has been identified in connection with Norway's International Climate and Forest Initiative?

The follow-up of the risk of fraud forms part of the requirements for grant administration and is carried out by those to whom responsibility for grants has been delegated. This applies to case officers in the Norwegian administration and grant recipients, such as civil society organisations and multilateral institutions. The delegation of responsibility for each individual grant is clarified in the agreement. The administration manager must carry out an assessment of the beneficiary's internal controls and systems for the follow-up of suspected cases of fraud prior to the establishment of an agreement.[110] In the event of information being received suggesting that there may be fraud involving a grant recipient, the administration manager must consult the control units in the event of any doubts over the nature of the case, in accordance with guidelines for the handling of suspected fraud within the aid administration. Any suspicions concerning fraud must generally result in the funds being frozen until a conclusion has been reached in the case.

The audit looked in more detail at three specific instances in order to examine how suspected cases of fraud are followed up by the administration.

**Example 1: Assessments of grant recipients' internal controls**

In May 2016, Norad stated on its website that, following the Panama Papers revelations, the agency had been made aware that a recipient of Norwegian funds under Norway's International Climate and Forest Initiative was registered in Panama. During the period 2013-2016, the recipient received a total of NOK 30 million via Norway's International Climate and Forest Initiative, and is a subsidiary organisation of a recipient of NOK 33 million during the same period. On two occasions, the recipient was assessed as being suitable as a grant recipient. Registration in Panama as a mailbox company limits the documentation requirements and right of access regarding organisation, ownership structure and accounting procedures within the enterprises concerned. This weakens the ability of donors to carry out checks on grant recipients, and the requirements that can be imposed on such recipients regarding internal controls. This increases the risk of funds being withheld and not used for their intended purpose.

Following the revelations in April 2016, Norad instigated more detailed investigations in a dialogue with the Ministry of Climate and Environment. This included a partner review of the implementing partner under the direction of the consultancy firm Deloitte. Correspondence concerning the case between Norad and the Ministry of Climate and Environment in winter 2016 and summer 2017 shows that there was disagreement between the agency and the Ministry concerning the scope of investigations that should be carried out and the benefits and use of the partner assessment that was conducted. In a letter to Norad in December 2016, the Ministry of Climate and Environment referred to the need for greater clarity over and above the information that was provided in the partner assessment, and arranged a meeting between the agency and the Ministry in connection with this. In January 2017, Norad then asked the Ministry for permission to enter into a dialogue concerning contracts with two other units affiliated to the same network but not registered in Panama. This led to further questions from the Ministry on the possibility of entering into a dialogue concerning an

110) *Grant Management Manual*. Management of Grants by the Ministry of Foreign Affairs; *Nulltoleranse for korrupsjon (Zero tolerance for corruption)*. Utdyping av innholdet i politikken, Ministry of Foreign Affairs, 2010.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

agreement with an entity other than the original applicant, and also concerning the requirements to be applied regarding accounting procedures and auditing for the entities which were then assessed. As an extension of this, Norad hired the consultancy firm Deloitte to answer some of the Ministry's questions. The results of these investigations and the consequences for future collaboration with the partner concerned were not clarified until September 2017, almost 18 months after Norad initiated the investigations into the case.

In an interview, Norad noted that in 2016, a general review of cash flows and financial structures was carried out amongst implementing partners. The review states that this has provided greater awareness of the area and that the requirements for controlling and acquiring information on financial structures will be tightened up in the guidelines for grant administration. The grant recipient's justification for the financial structures must be accorded emphasis.

**Example 2: Action taken in connection with the investigation of an implementing partner regarding suspected fraud**
In 2016, an investigation of the Brazilian Development Bank (BNDES) regarding possible corruption was begun. This investigation covered the suspected bribing of BNDES employees in connection with project approvals within the bank. The accusations are partly linked to the approval of projects in the energy sector for the construction of hydropower stations. These are projects which will also have considerable environmental consequences.[111]

*Norway's International Climate and Forest Initiative's risk management regarding the collaboration with BNDES*
In an interview, the embassy in Brazil noted that the choice of BNDES as fund administrator is part of the embassy's risk management for the results-based transfers. The bank's internal guidelines concerning the approval of projects are considered by Norway to be sound and include a thorough analysis of each individual project and associated reporting. Norad considered BNDES as a possible administrator of the results-based payments made to Brazil in 2008, but has not carried out any corresponding assessments since then. In connection with the extension of the agreement between Norway and Brazil in 2013, the embassy needed an assessment of BNDES to be carried out. In an interview, the embassy noted that it does not possess the resources to assess BNDES's administration itself and that it therefore contacted the World Bank and the IMF to obtain their assessment of the bank. The World Bank subsequently stated that it was unaware of any changes since 2008 which would suggest a different assessment and conclusion from those applying at the time.

According to the embassy, the annual reports from the Amazon Fund are of relevance to the assessment of the bank's administrative practices. The Amazon Fund's annual report and the auditor's reports for the fund are sent to Norad for assessment every year. A review of Norad's assessments of the reports for 2014, 2015 and 2016 shows that the agency notes that the audits were carried out in line with the agreement, and commends the fund because the audit did not identify any material non-conformities.

In an interview, the Ministry of Climate and Environment notes that the risk of fraud linked to Norwegian funds has been reduced through separating off the financial administration of the Amazon Fund from the rest of BNDES by placing the Norwegian funds in an account with Banco do Brasil. Nonetheless, an interview with BNDES concerning the administration of the Amazon Fund shows that the fund administration,

111) https://news.mongabay.com/2016/01/bndes-corruption-guided-award-of-huge-amazon-dam-contracts-in-brazil/; https://www.bloomberg.com/view/articles/2016-05-12/brazil-s-mega-scandal-hits-biggest-lender-bndes.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

in the form of decisions concerning the use and follow-up of the funds, is the responsibility of BNDES. The administration of the Amazon Fund, including project approvals, follows the bank's procedures in other respects. In an interview, BNDES noted that the administration of the Amazon Fund is subject to the same internal control systems and routines as the bank's other projects and departments.

*What has been done by Norway's International Climate and Forest Initiative in connection with the opening of the investigation into possible corruption at BNDES?*
The embassy notes that the investigation does not involve the Amazon Fund and that there are no suspicions concerning misuse of the monies in the Amazon Fund in particular. According to the embassy, the cases selected for investigation were of a different order of magnitude than the Amazon Fund.

In an interview, the embassy noted that, as an extension of the investigation of BNDES, Norway has asked the relevant department within BNDES a series of questions, and requested a copy of the department's guidelines regarding internal controls in the administration of the Amazon Fund. The audit has received documentation confirming that a dialogue took place between the embassy and the fund early in 2016, during which, at the request of the Ministry of Climate and Environment, the embassy requested information concerning the fund's financial procedures and internal control systems. A review of the documentation shows that the information that has been provided by the Amazon Fund is general in nature and reflects information concerning the administration of the Amazon Fund which is publicly available on the bank's website. This is information which should already have been known to the embassy and the Ministry because, in accordance with the guidelines for aid administration, it must be obtained and assessed before any agreement is signed.

The reports from the embassy to the Ministry in January and August 2017 concerning Norway's International Climate and Forest Initiative refer to the investigation. The embassy stated that there is no evidence to suggest any form of corruption within the Amazon Fund and that the embassy will continue to monitor the case. The report from August 2017 repeats that no information has come to light which indicates corruption linked to the Amazon Fund.

In a letter, the Ministry of Climate and Environment noted that an assessment of the situation was made in connection with the investigation of BNDES. The Ministry's decision to await developments in the situation was based on the assessments dating from 2008 and 2013 that the bank's internal controls were good, that Norwegian funds were placed in a separate account and that the corruption cases were largely linked to oil and infrastructure. It was decided that further measures would be initiated if it became apparent that corruption or other misuse of the bank's other funds, including those in the Amazon Fund, had taken place.[112]

The Ministry of Climate and Environment's Director of Control noted in an interview that he has not been contacted by the section for Norway's International Climate and Forest Initiative for an assessment of the implications of the investigation of BNDES as regards Norway's International Climate and Forest Initiative's collaboration with the bank. Norad notes that responsibility for following up on BNDES rests with the embassy and the Ministry, and that it therefore does not fall within their remit.

112) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Example 3: Challenges in the work to identify effective measures to manage the risk of fraud**

*Whistleblowing reports and red flags concerning possible fraud in the Congo Basin Forest Fund*

The Congo Basin Forest Fund was established in 2008 as a multi-donor fund administered by the African Development Bank, which is a regional development bank under the World Bank. The fund was intended to support REDD+ and projects that could help to conserve the forests of the Congo Basin region, which has the world's third largest remaining contiguous forest belt. Norway has been the largest donor to the fund, contributing USD 82 million; see section 4.3.4. The United Kingdom and Canada have also contributed to the fund, which was intended to operate over a ten-year period through to 2018.



The Congo Basin extends over a number of countries and is the world's largest remaining continuous area of tropical rainforest. Many stakeholders are involved in the work to conserve the forest, including Norway's International Climate and Forest Initiative. Photo: Forest Carbon Partnership Facility

In October 2014, the United Kingdom and Norway sent a letter to the African Development Bank and the Congo Basin Forest Fund in which they stated that they wished to initiate a controlled winding-up of the support for the fund. In an internal memo in the Norwegian administration, the decision is justified through the statement that Norway as a donor does not have confidence in the fund's secretariat and is not satisfied with the information that is being given to the donors. The memo notes that a field visit conducted following a tip-off apparently revealed significant non-conformities between the results reported by the Congo Basin Forest Fund and the actual circumstances in one of the major projects being supported by the fund. The memo also noted that the Congo Basin Forest Fund does not adequately address the REDD+ agenda in its project portfolio. In June 2015, the United Kingdom and Norway sent a letter to the African Development Bank in which they requested the return of the monies that had been transferred to the fund and were not tied up in current actions.

The central control unit in the Ministry of Foreign Affairs received whistleblowing reports and created two cases linked to the African Development Bank and the Congo



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Basin Forest Fund in 2012. These cases are linked to suspected breaches of procedures in connection with procurement, fictitious tenders and artificially high salary payments. Primary responsibility for investigating the cases rested with the control unit in the African Development Bank. Responsibility for following up the investigation on the Norwegian side was reassigned from the central control unit to the Ministry of Climate and Environment in 2014. The central control unit has been asked why it did not issue instructions to freeze the funds of the implementing partner while the case was being investigated. This would have been in line with the procedures that are outlined in the aid administration's *Guidelines for the handling of suspected cases of fraud* from March 2011. The central control unit replied that they had no information as to why the funds were not frozen. In an e-mail, the Ministry of Climate and Environment's Director of Control noted that, in autumn 2014, the board of the Congo Basin Forest Fund decided not to start up any new projects until the investigation had been concluded. In practice, this entailed the freezing of the fund's assets from autumn 2014 up until the investigation was concluded in spring 2015.

In an interview, the Ministry of Climate and Environment's Director of Control, who took over the case in 2015, noted that it was not part of the Director of Control's remit to consider whether the circumstances of the case should, and could, be covered by the administration's ongoing follow-up of grant recipients. Nevertheless, it was clear that the board of the organisation concerned had received information and complaints concerning the case circumstances, which were subsequently reported and investigated.

The DR Congo is one of a handful of countries where Norway's International Climate and Forest Initiative has financed political-economic studies under the direction of the U4 Anti-Corruption Resource Centre at Chr. Michelsen Institute in order to better understand the risk of corruption in the country. The results of the study were published in 2015.

*The establishment of a new donor platform to better manage the risk of fraud*
A new fund, the *Central African Forest Initiative* (CAFI), was set up for the countries of the DR Congo Basin in 2015. The fund entered into its first collaboration agreement at the end of 2015, which concerned an investment strategy for forest conservation in the DR Congo. At the end of 2016, France and Norway were the two countries that had transferred money to the fund, with Norway having contributed 94 percent of the funds; see section 4.3.4.

CAFI has the same geographic catchment area as the Congo Basin Forest Fund, but a different fund structure. In an interview, Norad noted that CAFI's fund structure is organised so as to give donors more control over the use of the funds through limiting the number of partners and through the direct and ongoing participation of donors on the boards of the individual country programmes. The creation of CAFI took account of the experiences that had been gained through the Congo Basin Forest Fund. The changes were intended to help reduce the risk of fraud. In a letter, the Ministry of Climate and Environment also noted that the risk of fraud cannot be completely eliminated in a region like the Congo Basin[113].

In 2016, Norway conducted a visit to the DR Congo at political level in connection with the establishment of the partnership and an increase in Norwegian support for the country. In February 2017, Bistandsaktuelt stated that in January 2017, Greenpeace Africa had presented documentation which verified that central politicians in the DR

113) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Congo had issued illegal logging concessions during the partnership with CAFI. According to reports submitted to the Ministry of Climate and Environment by the special envoy at the embassy in DR Congo, this was followed up by further investigations and initiatives under the direction of CAFI and the REDD+ secretariat in the country. The investigations confirmed and revealed further illegal logging concessions. As a result of this, the fund made further payments subject to the cancellation of the logging concessions and the establishment of control measures. In a letter, the Ministry of Climate and Environment noted that DR Congo cancelled the concessions following marked pressure from CAFI. The Ministry also noted that there has been no misuse of Norwegian funds in connection with the issue of the illegal logging concessions.[114]

In addition to being the recipient of funds through CAFI, DR Congo is also the largest recipient of funds from the FCPF Readiness Fund; see the Fund's annual report for 2016. During the period 2010–2016, the country received a total of USD 7.6 million from the FCPF Readiness Fund. The country has also signed a contract for results-based payments with the FCPF Carbon Fund. According to *Norwegian Aid Statistics*, Norway's International Climate and Forest Initiative has paid out NOK 89.9 million to DR Congo. A proportion of these funds has been paid to organisations that are working to strengthen the administration of the forestry sector in DR Congo.

114) Ministry of Climate and Environment (2018) *Hovedanalyserapport - undersøkelse av den norske klima- og skogsatsingen - svarbrev fra departementet*, 12 February 2018.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 8 Assessments

In Innst. 390 S (2011–2012) on Norwegian climate policy, the Storting states that Norway's International Climate and Forest Initiative shall help to demonstrate that it is possible to reduce emissions from deforestation and forest degradation in developing countries and to compensate the countries concerned for such emission reductions. This is intended to support the negotiations concerning a mechanism for reducing emissions from deforestation and forest degradation in developing countries (REDD+) under the climate convention, and also to contribute to substantial cuts in emissions.

The Paris Agreement promotes the use of the framework negotiated for REDD+ under the climate convention. Through this, a key goal of Norway's International Climate and Forest Initiative has been achieved. The investigation also reveals challenges in implementing REDD+.

## 8.1 The results of REDD+ to date are delayed and uncertain

### 8.1.1 Challenging to stimulate reductions in deforestation

A pivotal goal of Norway's International Climate and Forest Initiative is cost-effective and early reductions in emissions; see for example St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs and Prop. 1 S (2015-2016) for the Ministry of Climate and Environment. The Storting has also stated that lasting and long-term emission reductions are important; see for example Innst. S. nr. 269 (2008-2009) and Innst. 390 S (2011-2012). As part of Norway's International Climate and Forest Initiative, Norway pays partner countries for documented reductions in emissions from forests.

At the end of 2016, Norway's International Climate and Forest Initiative had paid out a total of NOK 8.3 billion for reductions in emissions from forests, split between three countries: Brazil, Guyana and Colombia. REDD+ is being implemented in different ways in the three countries. However, common to all three countries is that progress in REDD+ is being hampered by fluctuating political priorities and capacity to implement REDD+ in the partner countries.

Brazil is the largest recipient of REDD+ funds globally and has received a total of NOK 7.4 billion from Norway's International Climate and Forest Initiative. By the time Norway entered into the bilateral REDD+ partnership with Brazil in 2008, Brazil had already achieved a substantial reduction in deforestation. Deforestation was more than halved during the period 2004–2008. The reduction in deforestation continued during the first year of the partnership with Norway, but decreased after 2009. The deforestation figures show that deforestation has stabilised during the period covered by the bilateral partnership, with some fluctuation from year to year. The reduction in deforestation in the Amazon during the initial period is partly explained by effective prosecutions of illegal logging. It has been acknowledged by the Brazilian and Norwegian authorities that Brazil is in need of new initiatives in order to reduce deforestation further. However, the expansion of REDD+ to cover more of the country, with initiatives aimed at also reducing legal logging, is politically more challenging to implement, partly because of conflicts of interest between sectors. It has thus proved to be difficult to further reduce or suspend logging.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

The low political priority given to REDD+ in the partner countries also has consequences as regards the progress made in the payments from the Amazon Fund. The Fund's investments in further measures to reduce deforestation have been delayed in many cases, partly because regional and federal authorities have not initiated approved projects. A high proportion of the climate and forest funds allocated to Guyana have also not been used so far, but remain in an account pending clarification that the authorities will maintain the country's green growth strategy. These are examples of Norwegian funds remaining unused in the bank accounts of recipients in a situation where there is an urgent need to boost climate financing and step up efforts to combat deforestation.

The results-based payments made by Norway's International Climate and Forest Initiative are intended to incentivise REDD+ countries to implement additional measures to cut emissions and increase carbon sequestration by forests. However, the Ministry of Climate and Environment has limited scope as regards what it can do when partner countries still do not wish to prioritise REDD+. This makes the continuation and development of REDD+ vulnerable to delays. As a result, Norwegian authorities are unable to determine whether emission reductions paid for through Norwegian funds incentivise further efforts and are lasting and not abandoned.

### 8.1.2 The facilitation of emission reductions has made poor progress

In connection with the consideration of the settlements in the Storting in 2008 and 2012, a majority of the Energy and Environment Committee gave their support for Norway to contribute to demonstration and pilot projects in order to test out REDD+ through transfers to Norway's International Climate and Forest Initiative. For most countries wanting to implement REDD+, it is necessary to carry out various forms of preparatory measures before the countries concerned can achieve and verify reductions in emissions from forests.

Relatively little progress has been made in the extensive work to facilitate emission reductions through the formulation and implementation of national REDD+ strategies, policies and initiatives. This applies to both the multilateral and bilateral partnerships that Norway's International Climate and Forest Initiative supports. Figures for FCPF, a collaborative programme under the World Bank, show that 9 out of 45 countries have submitted a final report on the work to facilitate REDD+. Four countries have entered into an agreement concerning results-based payments. None of these has so far submitted reports or received payment for emission reductions. In the case of five out of eight bilateral partnerships that Norway's International Climate and Forest Initiative has entered into involving payments for emission reductions, payments for results in the form of measured, reported and verified emission reductions have been delayed.

The investigation shows that in Ethiopia − a country which is facilitating future emission reductions within REDD+ − there is little cross-sector political agreement to prioritise REDD+. This is delaying and jeopardising vital legislative changes and planning work, and the implementation thereof. It is also expensive and time-consuming to implement some of the initiatives that are intended to contribute to emission reductions. For example, the plans concerning forestation in Ethiopia assume the availability of more funding sources than are available at present. As a result, the initial investments are being delayed or abandoned and REDD+ is not leading to early emission reductions as anticipated.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

### 8.1.3 Carbon leakage, the relocation of logging, could reduce the impact of the Norwegian contribution to REDD+ on the climate

In Innst. S. nr. 269 (2008–2009), the Foreign Affairs Committee referred to the importance of ensuring that the measures to combat deforestation are implemented nationally and do not lead to carbon leakage, where the stopping of logging in one area leads to an increase in logging elsewhere. Carbon leakage can occur both within a country and between countries.

Although Norway's International Climate and Forest Initiative has a clear goal that REDD+ will cover all forests in the partner countries, it has in practice proved to be difficult to scale up REDD+ into a national initiative. The bilateral partnership with Guyana is so far the only partnership where the implementation of REDD+ is based on measurements of deforestation nationally. In the partnership with Brazil, Norway is paying for emission reductions in the Brazilian part of the Amazon. Forests across much of the country are not included in the measurements. This is despite the fact that Norway has also supported initiatives to conserve forests in other areas in Brazil, e.g. in the Cerrado. The Cerrado will not be included in Norway's payments for emission reductions in Brazil until 2019 at the earliest. A research report shows that in 2016 the Cerrado, which represents half of the Amazon in terms of area, had greenhouse gas emissions from changes in land use and deforestation equal to those of the Amazon. The Brazilian authorities have no detailed information concerning deforestation in the Cerrado or other forested areas in Brazil.

The expansion of REDD+ to a national initiative creates conflicts of interest between sectors in the partner countries, but it is also a question of access to resources and specialist expertise. For some REDD+ measures, there are no methods or data available for calculating the climatic effect of the measures. Differences in habitat types and land use may also render it necessary to adapt REDD+ to different regions within a country. These differences reduce the transferability of experiences within a country and make it more resource-intensive to scale up REDD+ to national level. The delayed expansion of REDD+ to national level also makes it more difficult to control the risk of carbon leakage.

Achieving the desired climatic impact will require a high proportion of tropical forests to be covered by REDD+. Many developing countries have shown an interest in REDD+, and REDD+ actions have been financed through the multilateral channel in over 60 countries. Norway alone has transferred funds to 36 countries. However, some of these countries will not continue their REDD+ work, partly because of a lack of prioritisation and partly because of a lack of financing. The implementation of REDD+ also faces considerable challenges in the countries with the largest forested areas, such as Indonesia, Brazil and DR Congo.

The risk of carbon leakage is considerable due to weak implementation at national level and because too few tropical countries are participating in REDD+. As a result, the climatic impact of the investments of Norway's International Climate and Forest Initiative could be reduced.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## 8.2 Monitoring of the implementation and results of REDD+ is unsatisfactory

### 8.2.1 Social and environmental safeguards are not being adequately followed up

The safeguard mechanisms are principles for social and environmental considerations that the developing countries must follow when implementing REDD+. These mechanisms are based on the view that REDD+ can have both positive and negative impacts on circumstances such as the eradication of poverty, the rights of indigenous peoples and the conservation of natural forests. On a number of occasions, the Storting has therefore referred to the importance of ensuring that Norway prioritises controls to ensure that the safeguard mechanisms are complied with and that action is taken if they are not followed; see for example Innst. 9 S (2014-2015).

It has been important for the Ministry of Climate and Environment to include safeguard mechanisms in the REDD+ framework under the United Nations Framework Convention on Climate Change and in agreements that the Ministry of Climate and Environment enters into. Nonetheless, the efforts being made to safeguard the Storting's prerequisites concerning compliance with the REDD+ safeguards have faced obstacles. This is partly because many parties consider the follow-up of the REDD+ safeguards to be an internal matter, with the result that the guidelines from the climate convention have become general and overarching. One consequence of this is that there is little reporting from the REDD+ countries on compliance with the REDD+ safeguards, and only one country has so far developed a national system for obtaining information and for reporting concerning this, as determined under the United Nations Framework Convention on Climate Change.

There is some variation between the bilateral partnerships as to whether the Ministry of Climate and Environment requires reporting on compliance with the REDD+ safeguards in the agreements concerning results-based payments. Whilst the agreement with Guyana includes an assessment of management practice indicators in connection with the calculation of Norway's results-based payments, the payments made to Brazil are only based on figures for deforestation. The rights of indigenous peoples are under considerable pressure in both countries. The Ministry of Climate and Environment follows up the REDD+ safeguards in its dialogue with the Amazon Fund, which administers Norway's payments to Brazil. Consideration of the Amazon Fund's annual reports by the Ministry of Climate and Environment shows that the Ministry of Climate and Environment repeatedly requests greater transparency and more information concerning the REDD+ safeguards from the fund.

The audit shows that the Ministry of Climate and Environment's acquisition and use of information concerning the REDD+ safeguards is also unsatisfactory. Although the Ministry has established indicators for progress and results concerning the REDD+ safeguards, the Ministry does not request information concerning the status of the indicators from Norad, the embassies or the Ministry's own country managers. The Ministry does not therefore make use of the opportunity to build on its own information when reporting from the partner countries is inadequate. This weakness also permeates the reporting in budget proposals and Norad's annual reports, which generally only state that provision has been made to ensure compliance with the REDD+ safeguards, rather than describing results in specific terms. Deficiencies in the Ministry's own acquisition and use of information, combined with unsatisfactory reporting from the partner countries, entail a risk that Norway could make payments for results that do not fulfil the requirements of the safeguard mechanisms.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

### 8.2.2 Measurement, reporting and verification of emission reductions are only partly in place

The measurement, reporting and verification of emission reductions is key to ensuring that payments are made for actual reductions in emissions. The Storting has referred to the need to establish monitoring and control arrangements and has also noted the importance of third-party verification of the emission reductions from REDD+; see Innst. S. nr. 145 (2007–2008) and Innst. S. nr. 269 (2008–2009) amongst others.

The establishment of a system for the measurement, reporting and verification of reductions in emissions from forests requires considerable resources, both professional and financial. Norway's International Climate and Forest Initiative has invested in this work in bilateral partnerships and support for multilateral funds and programmes, amongst other things. Brazil was one country that was considered to have the necessary prerequisites and to be well underway with the measurement and reporting of reductions in emissions from forests by the time the bilateral REDD+ partnership commenced. Nevertheless, there remains some way to go before Brazil has nationwide and nuanced data concerning trends in forest cover, and precise information concerning carbon in the forests. The decisions concerning REDD+ take account of these circumstances by being open to the gradual development and improvement of the measurement methods used. Norway also uses conservative estimates of emission reductions from REDD+ as a basis for payments for emission reductions. The investigation shows in addition that it has taken time for Brazil to further develop its measurement and reporting to also cover forest degradation, i.e. the thinning of forests, amongst other things. This is in spite of the fact that the inclusion of forest degradation is one of the goals in the partnership agreement between Norway and Brazil dating from 2008. At present, reports concerning forest degradation are only submitted by researchers, and emissions from forest degradation are not included in the annual calculations of greenhouse gas emissions from Brazilian forests.

The Ministry of Climate and Environment has referred to the right of civil society to access and verify the official deforestation figures in Brazil as being important in order to compensate for Brazil's deforestation figures not being verified by an independent third party before payments are made by Norway. However, the investigation shows that civil society in Brazil believes that the authorities do not include them sufficiently in the discussions relating to the deforestation figures and the need for initiatives, and that the opportunities to become involved have been reduced. Considerable work remains to be done, both in Brazil and elsewhere, before the climatic impacts of REDD+ can be measured, reported and verified in a precise manner.

## 8.3 Norway's contributions to REDD+ have not triggered sufficient financing from other donors

In a number of arenas, the Storting has stressed that Norway's International Climate and Forest Initiative must be carried out in partnership with others and that Norway's contributions must also trigger an increase in support for REDD+ from other countries and stakeholders; see for example Innst. 390 S (2011–2012). The need to ensure predictable transfers is also stressed; see for example Innst. 44 S (2011–2012).

There is no complete overview of REDD+ financing globally. The shortfalls in the availability of data mean that it cannot be ascertained with any certainty how much funding has been mobilised for REDD+, who has contributed and how the funds have been used. However, it is a common feature of many of the surveys that have attempted to trace the REDD+ funds that Norway is the largest individual donor,



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

followed by a handful of other donors that have also made significant contributions, including the United Kingdom and Germany. Norway accounts for 51 percent of a total of around USD 5.3 billion which has been paid out to REDD+ from these three countries during the period 2008–2016. The high proportion of Norwegian funds shows that the condition of strong involvement from other donor countries in REDD+ has not been met.

The financing of REDD+ has not been clarified in the negotiations concerning REDD+ in connection with the climate convention. This is not unique to REDD+, as it applies to all areas which are being considered in the climate negotiations. The Ministry of Climate and Environment has stated that this represents the greatest risk for REDD+ and Norway's International Climate and Forest Initiative. Also the question of who should be able to credit the results of REDD+ as national contributions is still open to discussion amongst the parties to the climate convention and has not yet been clarified. The lack of financing and solutions for mobilising funds for REDD+ shows that no mechanisms have been established to ensure predictable transfers to developing countries.

## 8.4 The Ministry of Climate and Environment is not obtaining the necessary information concerning the results of Norway's International Climate and Forest Initiative

St. prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs notes that REDD+ constitutes groundbreaking work where both negative and positive experiences can be of value. A systematic and strategic approach was emphasised as being important in order to implement corrective measures as and when necessary. *The Regulations for Financial Management in the State* (the Financial Regulations) also include a requirement for a systematic approach in that, for an individual grant scheme, the Ministry must describe goals, criteria for goal attainment and awards, and establish provisions concerning the follow-up and control of grants.

The Ministry of Climate and Environment has prepared a strategic framework which shows the link between the Storting's goals for Norway's International Climate and Forest Initiative, the Ministry's concretisation of them, milestones for the work and indicators for progress against each individual milestone. The framework is a tool for the Ministry to use when acquiring and using information concerning progress and results in the Norwegian initiative.

The indicators in the framework have been identified by the Ministry as being pivotal to achievement of the overarching milestones and goals for the initiative, and for assessing the progress being made in the partnerships. Nevertheless, the Ministry has not facilitated or imposed requirements on the embassies, Norad or country managers within the Ministry concerning the acquisition of information at indicator level. This means that the Ministry does not have complete data or analyses of progress and results for individual indicators or sets of indicators. Moreover, neither Norad nor the embassies have any basis for their reporting to the Ministry either.

The lack of a systematic approach to the acquisition and analysis of data concerning results weakens the Ministry of Climate and Environment's basis for management and for testing and building experience with REDD+. This is considered to be particularly unfortunate, as REDD+ represents groundbreaking work which is known to entail significant risk and uncertainty regarding the feasibility and impact of measures.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## 8.5 The ministries' follow-up of the risk of fraud is inadequate

According to Section 14 of the Financial Regulations, all government departments and agencies must establish systems and routines that have built-in internal controls. One of the purposes of this is to ensure that irregularities and financial crime are prevented and uncovered. Government departments and agencies must carry out checks on underlying agencies and entities outside the public administration which exercise administrative authority; see Section 15.

The risk of fraud is considered to be high in Norway's International Climate and Forest Initiative. According to current guidelines, the implementing partner's internal controls and other systems and routines regarding the handling of fraud are assessed before an agreement is entered into, and further follow-up must be adapted to the risks. The administrative manager must respond in the event of evidence of fraud, in accordance with the principle of zero tolerance for corruption involving aid, and the associated guidelines.

The investigation shows specific cases where the Ministry of Climate and Environment's assessments of the risk of fraud do not adequately follow relevant guidelines for the prevention and follow-up of suspected fraud. The Brazilian Development Bank is the biggest recipient of funds under Norway's International Climate and Forest Initiative. When the bank was investigated for suspected corruption in 2016, the administration decided to obtain information concerning the internal controls first before deciding on any further action. The investigation shows that, in its decision, the Ministry failed to take account of the fact that the investigation of the bank revealed weaknesses in the bank's internal controls and that these weaknesses also impacted on the administration of the Norwegian funds paid to Brazil. As regards the civil society support under Norway's International Climate and Forest Initiative, the administration assessed an implementing partner on two occasions without discovering that the partner was registered as a mailbox company. Such registration reduces the administration's access and opportunity to carry out checks on the use of the allocated funds. It has taken the administration over 18 months to decide how the subsequent collaboration with the grant recipient should be handled. In one final case, the contractual partner has been found guilty of fraud. The partner's funds were not frozen during the investigation, contrary to the recommendations in the internal guidelines. These cases show that the administration is not adequately monitoring and handling suspicions of fraud in Norway's International Climate and Forest Initiative.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 9 List of references

### Storting documents

*Reports to the Storting*


- Report to the Storting No. 34 (2006-2007) *Norwegian Climate Policy*.
- Report to the Storting No. 13 (2008–2009) *Climate, Conflict and Capital*.
- Report to the Storting No. 14 (2010–2011) *Towards Greener Development*.
- Report to the Storting No. 21 (2011–2012) *Norwegian Climate Policy.*
- Report to the Storting No. 2 (2013–2014) *Revised National Budget 2014.*
- Report to the Storting No. 13 (2014–2015) *New emission commitment for Norway for 2030 – towards joint fulfilment with the EU*.
- Report to the Storting No. 24 (2016–2017) *Common Responsibility for a Common Future*.
- Report to the Storting No. 41 (2016–2017) *Klimastrategi for 2030 – norsk omstilling i europeisk samarbeid.*


*Proposals to the Storting*


- St.prp. nr. 1 (2008–2009) for the Ministry of Foreign Affairs.
- Prop. 1 S (2009–2010) for the Ministry of Foreign Affairs.
- Prop. 1 S (2011-2012) for the Ministry of Foreign Affairs.
- Prop. 1 S (2012-2013) for the Ministry of Foreign Affairs.
- Prop. 1 S (2014-2015) for the Ministry of Climate and Environment.
- Prop. 1 S (2015-2016) for the Ministry of Climate and Environment.
- Prop. 1 S (2016–2017) for the Ministry of Climate and Environment.
- Prop. 1 S (2017-2018) for the Ministry of Climate and Environment.
- Prop. 1 S Tillegg 3 (2012–2013) *For budsjettåret 2013*.
  *Endring av Prop. 1 S (2012–2013) om statsbudsjettet 2013 (Fullmakt til å ta opp statslån o.a., og saldering av statsbudsjett 2013)*. Finansdepartementet.
- Prop. 93 S (2013–2014) *Tilleggsbevilgninger og omprioriteringer i statsbudsjettet 2014*. Finansdepartementet.
- Prop. 1 S Tillegg 1 (2013–2014) *For budsjettåret 2014.*
  *Endring av Prop. 1 S (2013–2014) Statsbudsjettet 2014.* Finansdepartementet.
- Prop. 115 S (2015–2016) *Samtykke til ratifikasjon av Parisavtalen av 12. desember 2015 under FNs rammekonvensjon om klimaendring av 9. mai 1992.*
  Utenriksdepartementet.


*Recommendations to the Storting*


- Innst. S. nr. 145 (2007–2008) *Innstilling fra energi- og miljøkomiteen om norsk klimapolitikk.*
- Innst. S. nr. 269 (2008–2009) *Innstilling fra utenrikskomiteen om klima, konflikt og kapital. Norsk utviklingspolitikk i et endret handlingsrom.*
- Innst. 7. S (2009–2010) *Innstilling fra utenriks- og forsvarskomiteen om bevilgninger på statsbudsjettet for 2010 vedkommende Utenriksdepartementet mv. (rammeområde 4) og Forsvarsdepartementet mv. (rammeområde 8).*
- Innst. 7. S (2011-2012) *Innstilling fra utenriks- og forsvarskomiteen om bevilgninger på statsbudsjettet for 2010 vedkommende Utenriksdepartementet mv. (rammeområde 4) og Forsvarsdepartementet mv. (rammeområde 8).*
- Innst. 44 S (2011–2012) *Innstilling fra utenriks- og forsvarskomiteen om*
- en grønnere utvikling – om sammenhengen i miljø- og utviklingspolitikken.
- Innst. 390 S (2011–2012) *Innstilling fra energi- og miljøkomiteen om norsk*
- klimapolitikk.




Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Innst. 470 S (2012–2013) *Innstilling fra finanskomiteen om revidert nasjonalbudsjett 2013, og om tilleggsbevilgninger og omprioriteringer i statsbudsjettet 2013.*
- Innst. 7 S (2012–2013) *Innstilling fra utenriks- og forsvarskomiteen om bevilgninger på statsbudsjettet for 2013 vedkommende Utenriksdepartementet mv. (rammeområde 4) og Forsvarsdepartementet mv. (rammeområde 8).*
- Innst. 260 S (2013-2014) *Innstilling fra finanskomiteen om revidert nasjonalbudsjett 2014, og om tilleggsbevilgninger og omprioriteringer i statsbudsjettet 2014.*
- Innst. 9. S (2013–2014) *Innstilling fra energi- og miljøkomiteen om bevilgninger på statsbudsjettet for 2014, kapitler under Kommunal- og moderniseringsdepartementet, Olje- og energidepartementet og Klima- og miljødepartementet (Rammeområdene 12 og 13).*
- Innst. 123 S (2013–2014) *Innstilling fra kontroll- og konstitusjonskomiteen om Riksrevisjonens rapport om den årlige revisjon og kontroll for budsjettåret 2012.*
- Innst. 7 S (2014-2015) *Innstilling fra utenriks- og forsvarskomiteen om bevilgninger på statsbudsjettet for 2015 vedkommende Utenriksdepartementet mv. (rammeområde 4) og Forsvarsdepartementet mv. (rammeområde 8).*
- Innst. 9 S (2014–2015) *Innstilling fra energi- og miljøkomiteen om bevilgninger på Statsbudsjettet for 2015 vedkommende Olje- og energidepartementet, Kommunal- og moderniseringsdepartementet og Klima- og miljødepartementet (rammeområdene 12 og 13).*
- Innst. 211 S (2014–2015) *Innstilling fra energi- og miljøkomiteen om ny*
- utslippsforpliktelse for 2030 – en felles løsning med EU.
- Innst. 9 S (2015–2016) *Innstilling fra energi- og miljøkomiteen om bevilgninger på statsbudsjettet for 2016 vedkommende Olje- og energidepartementet, Kommunal- og moderniseringsdepartementet og Klima- og miljødepartementet (rammeområdene 12 og 13).*
- Innst. 440 S (2016–2017) *Innstilling fra utenriks- og forsvarskomiteen om Felles ansvar for felles fremtid – Bærekraftsmålene og norsk utviklingspolitikk.*

*The Document 1 series*
- Document 1 (2013–2014) *Riksrevisjonens rapport om den årlige revisjon og kontroll for budsjettåret 2012.*

**Regulations**
- *Regulations on Financial Management in Central Government.* Adopted 12 December 2003 with adjustments latest on 5 November 2015.
- *Provisions on Financial Management in Central Government.* Adopted 12 December 2003 with adjustments latest on 5 November 2015.

**Documentation from the Ministry of Climate and Environment**
*Agreements, regulations and instructions*
- Ministry of Climate and Environment and Ministry of Foreign Affairs (2014) *Avtale mellom Klima- og miljødepartementet og Utenriksdepartementet om Regjeringens klima- og skogsatsing.* Agreement signed on 14 January 2014.
- Ministry of Climate and Environment (2014) *Regelverk for klima- og skogsatsingen.* Published 3 June 2014.
- Ministry of Climate and Environment and Ministry of Foreign Affairs (2015) *Instruks for evalueringsvirksomheten i norsk bistandsforvaltning*. Approved by the Secretary-General in the Ministry of Foreign Affairs and the Permanent Secretary in the Ministry of Climate and Environment on 23 November 2015.
- Declaration of intent between Brazil and Norway (2015) *Joint Press Statement of the Governments of Brazil and Norway.* Brazil and Norway Extend Groundbreaking Climate and Forest Partnership. Dated 30 November 2015.




Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

*Action plans and annual reports*

- Ministry of Climate and Environment (2016) *Norges internasjonale klima- og skoginitiativ: Statusrapport 2015*
- Ministry of Climate and Environment (2016) *Overordnet virksomhetsplan for 2016.*
- Ministry of Climate and Environment (2017) *Overordnet virksomhetsplan for 2017.*

*Country strategies, desicions and numbers for bilataeral cooperations*

- Ministry of Climate and Environment (2015) *Klima- og skogprosjektet – utbetaling til Amazonasfondet i 2015.* Notat til statsråden, 23 November 2015.
- Ministry of Climate and Environment (2016) *Klima- og skogprosjektet – utbetaling til Amazonasfondet i 2016.* Notat til statsråden, 22 November 2016.
- Ministry of Climate and Environment (2016) *Strategiske veivalg i Guyana og videreføring av partnerskapet etter 2016.* Notat til statssekretæren, 20 December 2016.

*Letters of commitment and charging authorities*

- Ministry of Climate and Environment (2015) *Tildelingsbrev 2015 for Norad.* Letter to the Norwegian Agency for Development Cooperation, 1 January 2015.
- Ministry of Climate and Environment (2015) *Belastningsfullmakt 2015 – klima- og skogsatsingen – kap. 1482.* Letter to Addis Ababa, Royal Norwegian Embassy, 2 February 2015.
- Ministry of Climate and Environment (2015) *Belastningsfullmakt 2015, klima- og skogsatsingen, kap. 1482.* Letter to the Brazilian Royal Norwegian Embassy, 9 February 2015.
- Ministry of Climate and Environment (2016) *Tildelingsbrev 2016 for Norad.* Letter to the Norwegian Agency for Development Cooperation, 01 January 2016.
- Ministry of Climate and Environment (2016) *Belastningsfullmakt nr. 1 2016 – kap. 1482 Klima- og skogsatsingen.* Letter to Addis Ababa, Royal Norwegian Embassy, 25 January 2016.
- Ministry of Climate and Environment (2016) *Belastningsfullmakt nr. 1 2016 – kap. 1482 Klima- og skogsatsingen.* Letter to the Brazilian Royal Norwegian Embassy, 25 January 2016.
- Ministry of Climate and Environment (2017) *Tildelingsbrev 2017 for Norad.* Letter to the Norwegian Agency for Development Cooperation, 29 December 2016. Including the appendix *Strategisk rammeverk.*

*Documentation on progress and results*

- Reports from the special envoys of Norway´s International Climate and Forest Initiative January 2017.
- Reports from the special envoys of Norway´s International Climate and Forest Initiative August 2017.

*The risk of fraud*

- Ministry of Climate and Environment ved organisasjonsavdelingen *SV: Spørsmål om dokumentasjon av departementets saksbehandling.* E-mail to the Office of the Auditor General, 18 October 2017.

**Documentation from the Ministry of Foreign Affairs**

*Agreements, regulations and instructions*

- Ministry of Foreign Affairs (2006) *Regjeringens handlingsplan for miljørettet utviklingssamarbeid.* Published June 2006.
- Memorandum of Understanding between Norway and Brazil (2008). Signed in Brasilia, 16 September 2008.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Agreement between the Ministry of Foreign Affairs and the Brazilian Development Bank (2009). Signed in Brasilia, 25 March 2009.
- Ministry of Foreign Affairs (2009) *Regjeringens klima- og skoginitiativ. Bakgrunn og retningslinjer for gjennomføring*. Published May 2009.
- Ministry of Foreign Affairs (2010) *Nulltoleranse for korrupsjon. Utdyping av innholdet i politikken.* Letter to the Directorate of Fisheries, 09 June 2010.
- Ministry of Foreign Affairs (2011) *Retningslinjer for håndtering av mistanke om økonomiske misligheter.* Applicable from 18 March 2011.
- Ministry of Foreign Affairs (2013) *Grant Management Manual: Management of Grants by the Ministry of Foreign Affairs and Norad.*
- *Partnership Agreement between the Norwegian Ministry of Foreign Affairs and the Federal Democratic Republic of Ethiopia Ministry on Agriculture*. Signed in Addis Ababa, 16 August 2013.

*The risk of fraud*
- Ministry of Foreign Affairs (2017) *RE: Riksrevisjonen _ Forespørsel angående klima- og skogsatsingen*, 1. E-mail to the Office of the Auditor General, 22 June 2017.
- Ministry of Foreign Affairs (2017) *RE: Riksrevisjonen _ Forespørsel angående klima- og skogsatsingen,* 2. E-mail to the Office of the Auditor General, 26 June 2017.
- Ministry of Foreign Affairs (2017) *RE: Riksrevisjonen_ Oppfølgingsspørsmål i anledning forespørsel om klima- og skogsatsingen,* 1. E-mail to the Office of the Auditor General, 21 September 2017.
- Ministry of Foreign Affairs (2017) *RE: Riksrevisjonen_ Oppfølgingsspørsmål i anledning forespørsel om klima- og skogsatsingen,* 2. E-mail to the Office of the Auditor General, 29 September 2017.

**Documentation from the Norwegian Agency for Development Cooperation**
*Evaluations*
- Norwegian Agency for Development Cooperation (2014) *Real-Time Evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative.* Synthesising Report 2007–2013. Report 3/2014. Produced by LTS International, Indufor Oy, Ecometrica and Chr. Michelsen Institute for the Norwegian Agency for Development Cooperation.
- Norwegian Agency for Development Cooperation (2014) *Real-Time Evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative.* Synthesising Report 2007–2013. Annexes 3–19. Report 3/2014. Produced by LTS International, Indufor Oy, Ecometrica and Chr. Michelsen Institute for the Norwegian Agency for Development Cooperation.

*Annual reports*
- Norwegian Agency for Development Cooperation (2016) *Annual Report 2015.* Published March 2016.
- Norwegian Agency for Development Cooperation (2017) *Annual Report 2016.* Published March 2017.

*Reviews of the Amazon Fund*
- *Assessment of BNDES as a potential mechanism for Norwegian support to the Fundo Amazônia (Amazon Fund)* (2008). Norwegian Agency for Development Cooperation.
- Memorandum from the Norwegian Agency for Development Cooperation to the Norwegian Embassy in Brazil concerning the agency's assessments of the annual report of the Amazon Fund in August 2014, August 2015 and October 2016.




Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

*The risk of fraud*
- Norwegian Agency for Development Cooperation (2017) *Norads varslingsteam, svar på spørsmål om klima...* E-mail to the Office of the Auditor General, 28 June 2017.
- Norwegian Agency for Development Cooperation *Dokumentasjonen i forbindelse FSLA.* E-mail to the Office of the Auditor General, 04 September 2017.
- Norwegian Agency for Development Cooperation (2017) *Oversikt over følge-pengene-reiser, org.gjennomganger, stikkprøver hos KoS-orgs siden oppstarten.* E-mail to the Office of the Auditor General, 04 September 2017.

**Documentation concerning multilateral funds and the work of programmes relating to REDD+**
- *FCPF Evaluation Oversight Committee Report on Progress,* Oversight Committee Update to the PC, PC22, 28 September 2016.
- *Second Evaluation of the Forest Carbon Partnership Facility: Conclusions and Recommendations,* 22nd Meeting of the Participants Committee Accra, Ghana*,* 28 September 2016, Indofur Group.
- *FIP Fact Sheet*, Forest Investment Program, November 2016.
- *2016 Annual Report,* Forest Carbon Partnership Facility*.*
- *The BioCarbon Fund Initiative for Sustainable Forest Landscapes,* 2016 Annual Report, The BioCarbon Fund.
- *CAFI Annual report 2016,* Central African Forest Initiative.
- *Eighth Consolidated Annual Progress Report of the UN-REDD Programme Fund, Report of the Administrative Agent of the UN-REDD Programme Fund for the Period 1 January–31 December 2016*.
- *FCPF Readiness Dashboard*, Forest Carbon Partnership Facility, 30 June 2017.
- *FCPF Carbon Fund Dashboard,* Forest Carbon Partnership Facility, 13 June 2017.

**Documentation concerning REDD+ under the United Nations Framework Convention on Climate Change**
- *Climate Change 2007: Synthesis Report*. An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change (2007). IPCC.
- *Report of the Conference of the Parties on its thirteenth session, held in Bali from 3 to 15 December 2007.* FCCC/CP/2007/6/Add.1* (2008). Published by the secretariat to the United Nations Framework Convention on Climate Change.
- *Key decisions relevant for reducing emissions from deforestation and forest degradation in developing countries (REDD+).* Decision booklet REDD+ (2016). Published by the secretariat to the United Nations Framework Convention on Climate Change.

**Publications from the public authorities in Brazil**
- Action plan for combating and preventing deforestation in the Amazon – *Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal* (PPCDAm) (2004). Last updated December 2016. Ministry of the Environment in Brazil.
- The National Climate Plan – *Política Nacional sobre Mudança do Clima* (PNMC) (2009). Adopted in law in December 2009.
- Action plan for combating and preventing deforestation in Cerrado – *Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado* (PPCerrado) (2010). Last updated December 2016. Ministry of the Environment in Brazil.
- *Brazilian Forests at a glance – 2013: data from 2007–2012* (2013)*.* Brazilian Forest Service.
- *Amazon Fund. Project Document*. v.28-february-2013.
- *Brazil's submission of a Forest Reference Emission Level (FREL) for reducing emissions from deforestation in the Amazonia biome for REDD+ results-based payments under the UNFCCC* (2014). Ministry of the Environment in Brazil and the



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Ministry of Science, Technology and Innovation. Published on the *Lima REDD+ Information Hub* under the direction of the United Nations Framework Convention on Climate Change.
- *Results achieved by Brazil from Reducing Emissions from Deforestation in the Amazon biome for REDD+ results-based payments* in the First Biennial Update Report of Brazil (2014). Ministry of Foreign Affairs in Brazil. Published on the *Lima REDD+ Information Hub* under the direction of the United Nations Framework Convention on Climate Change.
- *Summary of information on how the Cancun safeguards were addressed and respected by Brazil throughout the implementation of actions to reduce emissions from deforestation in the Amazon biome between 2006 and 2010* (2015). Ministry of the Environment in Brazil. Published on the *Lima REDD+ Information Hub* under the direction of the United Nations Framework Convention on Climate Change.
- *ENREDD+ National REDD+ Strategy* (2016). Ministry of the Environment in Brazil. Published on the *Lima REDD+ Information Hub* under the direction of the United Nations Framework Convention on Climate Change.
- *Brazil's Forest Reference Emission Level for Reducing Emissions from Deforestation in the Cerrado biome for Results-based Payments for REDD+ under the United Nations Framework Convention on Climate Change* (2017). Ministry of the Environment in Brazil.
- *Submission of results achieved by Brazil from reducing greenhouse gas emissions from deforestation in the Amazon biome between 2011 and 2015 for REDD+ results based payments* in the Second biennial update report of Brazil to the United Nations Framework Convention on Climate Change (2017). Ministry of Foreign Affairs and Ministry of Science, Technology and Innovation, Brazil. Published on the *Lima REDD+ Information Hub* under the direction of the United Nations Framework Convention on Climate Change.

**Publications from the public authorities in Ethiopia**
- The Green Growth Strategy (2011) *Ethiopia's Climate-Resilient Green Economy*, Green economy strategy (CRGE). Federal Democratic Republic of Ethiopia.
- *National REDD+ Strategy* (FIRST DRAFT) (2014). Ministry of Environment and Forests. Federal Democratic Republic of Ethiopia.
- *Mid-term Progress Report from October 2012 to November 2015 of Ethiopia's R–PP Implementation* (2015). Ministry of Environment, Forests and Climate Change. Submitted by the FCPF Readiness Fund.

**Documentation from other donors**
- Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (2017) AW: Antw: Office of the Auditor General of Norway _ request for data regarding REDD+ finance. E-mail to the Office of the Auditor General, 21 April 2017.
- Department for Business, Energy and Industrial Strategy (2017) *FW: Office of the Auditor General of Norway _ request for data regarding REDD+ finance.* E-mail to the Office of the Auditor General, 23 May 2017.

**Interviews**

*Interviews conducted in Norway concerning the administration of Norway's International Climate and Forest Initiative*
- Norwegian Agency for Development Cooperation (Norad), 12 November 2015, 14 February 2017 and 24 August 2017.
- Ministry of Climate and Environment, Section for Norway's International Climate and Forest Initiative, 4 October 2016, 2 March 2017, 15 March 2017 and 25 April 2017.
- Ministry of Climate and Environment, Organisation Department, 17 March 2017.
- Chr. Michelsens Institutt, U4 Anti-Corruption Resource Centre, 2 December 2015.



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

*Interviews concerning REDD+ in Brazil*

- Researcher at Federal University of Minas Gerais, 14 October 2016.
- The Amazon Environmental Research Institute (IPAM), 14 November 2016.
- The Brazilian Development Bank – *Banco National de Desenvolvimento Econômico e Social*, 21 November 2016 – two interviews: Department for the Environment and the Amazon Fund.
- Climate and Land Use Alliance (CLUA), 22 November 2016.
- National Institute for Space Research, Brazil – *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais* (INPE), 24 November 2016.
- Amazon Institute of People and the Environment (Imazon), 24 November 2016.
- National Indian Foundation – *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI), 25 November 2016.
- Instituto Socioambiental (ISA), 25 November 2016.
- German Corporation for International Cooperation – *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), 26 November 2016.
- KfW Development Bank – *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), 28 November 2016.
- The British embassy in Brazil, 28 November 2016.
- Brazilian Forest Service – *Serviço Florestal Brasileiro* (SFB), 29 November 2016.
- Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources – *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis* (IBAMA), 29 November 2016.
- Ministry of the Environment in Brazil – *Ministério do Meio Ambiente* (MMA), 30 November 2016 and 1 December 2016 – a total of three interviews with various representatives of the Ministry.
- Representatives of the Green Municipality Program and the state authorities in Pará, 30 November 2016.
- Forest Investment Program (FIP), 1 December 2016.
- Norwegian Embassy in Brazil, 1 December 2016.

*Interviews concerning REDD+ in Ethiopia*

- Ministry of Environment, Forests and Climate Change, 23 June and 30 June 2016.
- Department for International Development (DFID) in Ethiopia, 23 June 2016.
- Global Green Growth Institute (GGGI) in Ethiopia, 23 June 2016.
- Farm Africa and SOS Sahel, 24 June 2016.
- Development Fund and Ethio Wetlands and Natural Resources Association (EWNRA), 24 June 2016.
- Wondo Genet College of Forestry and Natural Resources, 25 June 2016.
- Norwegian Embassy in Addis Ababa, 27 June 2016 and 30 June 2016.
- United Nations Development Programme in Ethiopia, 28 June 2016.
- Center for International Forestry Research (CIFOR) in Ethiopia, 28 June 2016.
- World Bank Ethiopia, 29 June 2016.
- Ministry of Finance and Development – CRGE facility, 29 June 2016.

**Research literature**


- *Do Trees Grow on Money? The implications of deforestation research for policies to promote REDD* (2007). Published by the Center for International Forestry Research, Indonesia.
- *Cracking Brazil's Forest Code* (2014). Published in Science vol. 344, 25 April 2014.
- *Green Carbon, Black Trade: Illegal logging, Tax Fraud and Laundering in the World's Tropical Forests: A Rapid Response Assessment* (2012). Published by the United Nations Environment Programme and GRID-Arendal.
- Kilawe, E. and Habimana, D. (2016) *Forestry Contribution to national economy and trade in Ethiopia, Kenya and Uganda.* Published by the United Nations Food and Agriculture Organization.




Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Norman, Marigold and Smita Nakhooda (2014) *The State of REDD+*
- *Finance*. CGD Working Paper 378. Washington, DC: Center for Global
- Development, updated May 2015.
- Silva-Chávez, Gustavo, Brian Schaap and Jessica Breitfeller (2015) *REDD+ Finance Flows 2009-2014.* Trends and Lessons Learned in REDD*X* Countries. Published by Forest Trends, November 2015.
- Stern, N. (2006) *The Economics of Climate Change: The Stern Review.* Published by Cambridge University Press.
- *The Consolidated Guide to the REDD+ Rules under the UNFCCC* (2014). Published by Baker & McKenzie Law for Development Initiative.
- *The context of REDD+ in Brazil: drivers, agents, and institutions – 3rd edition*, CIFOR Occasional Paper. Published by the Center for International Forestry Research, Indonesia.


**Internet sources**

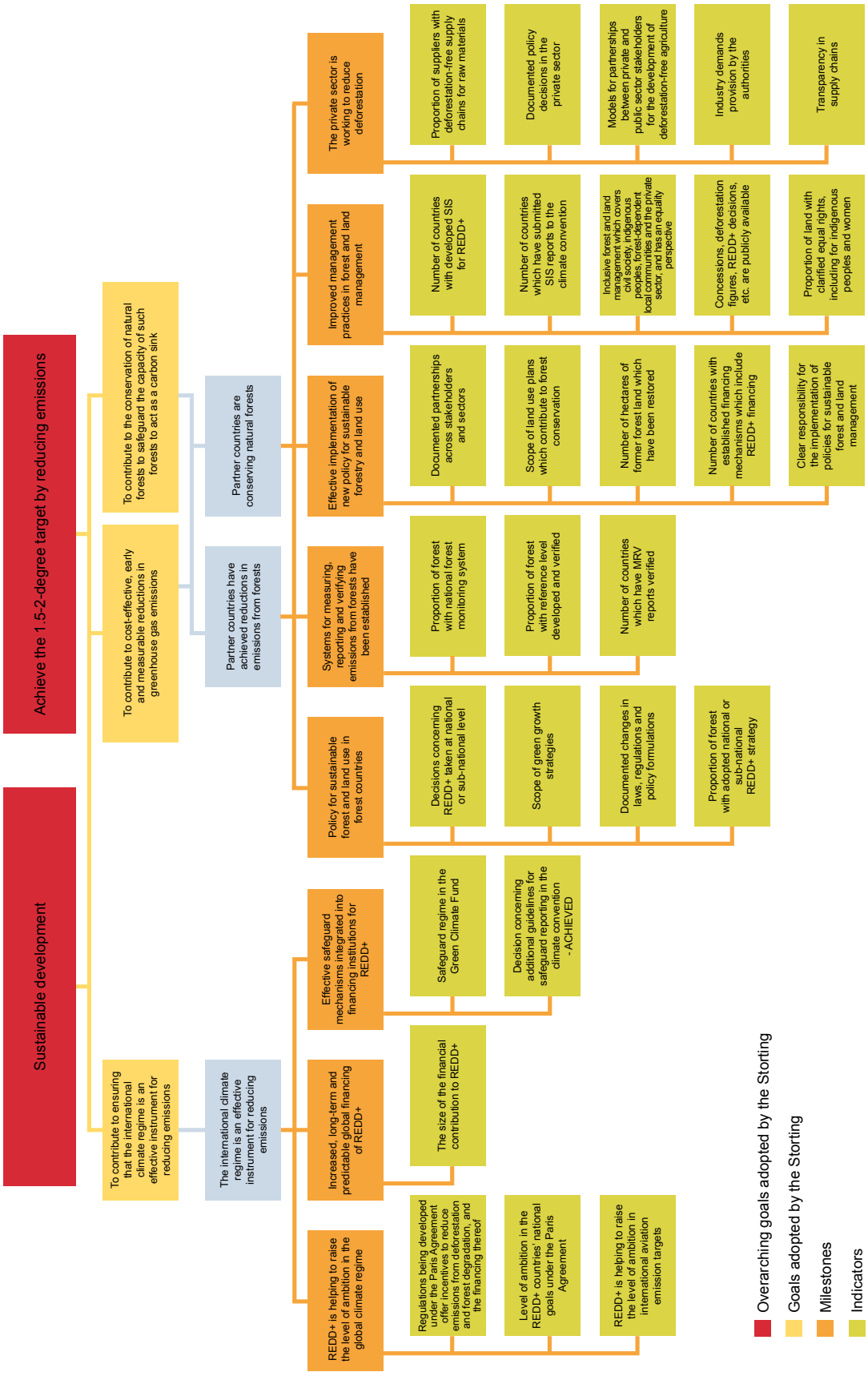

- The Amazon Fund – *Projects* – http://www.amazonfund.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_en/Esquerdo/Projetos/Lista_Projetos/OTCA
- Climate Funds Update – *Data Dashboard* – http://www.climatefundsupdate.org/
- Bistandsaktuelt – *Stanser utbetaling etter avsløringer om ulovlig skoghogst i DR Kongo* – https://www.bistandsaktuelt.no/nyheter/2017/hogst-og-norske-skogpenger-til-cafi/
- Bloomberg – *Brazil's Mega-Scandal Hits Its Biggest Lender* – https://www.bloomberg.com/view/articles/2016-05-12/brazil-s-mega-scandal-hits-biggest-lender-bndes
- Forest Carbon Partnership Facility – https://www.forestcarbonpartnership.org/
- Real-time evaluation of Norway's International Climate and Forest Initiative from 2014 and associated documentation – https://www.norad.no/om-bistand/publikasjon/2014/real-time-evaluation-of-norways-international-climate-and-forest-initiative.-synthesising-report-2007-2013/
- Ministry of Climate and Environment – *Norway's International Climate and Forest Initiative* – https://www.regjeringen.no/en/topics/climate-and-environment/climate/climate-and-forest-initiative/id2000712/
- Lima REDD+ Information Hub – http://redd.unfccc.int/info-hub.html
- National MDTF Factsheet – *Ethiopia CRGE Facility* – http://mptf.undp.org/factsheet/fund/3ET00
- Norad – *Norwegian Aid Statistics* – https://www.norad.no/en/front/toolspublications/norwegian-aid-statistics/?tab=geo
- Ministry of the Environment, Brazil – *REDD+ Brasil* – http://redd.mma.gov.br/en/
- Mongabay – *Corruption guided award of huge Amazon dam contracts in Brazil* – https://news.mongabay.com/2016/01/bndes-corruption-guided-award-of-huge-amazon-dam-contracts-in-brazil/
- Lima REDD+ Information Hub – http://redd.unfccc.int/info-hub.html
- Reuters – *Brazil, home of Amazon, rolls back environmental protection* – http://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-environment/brazil-home-of-amazon-rolls-back-environmental-protection-idUSKCN18B21P
- World Resource Institute – *Indigenous Rights Must Be Protected During Brazil's Political Crisis* – http://www.wri.org/blog/2017/06/indigenous-rights-must-be-protected-during-brazil%E2%80%99s-political-crisis




Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

# 10 Appendices

## Appendix 1 The Strategic Framework for Norway's International Climate and Forest Initiative






Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.




Flisa Trykkeri AS 2018

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Office of the Auditor
General of Norway
P.O. Box 6835 St. Olavs plass
N-0030 Oslo

+47 22 24 10 00
postmottak@riksrevisjonen.no
www.riksrevisjonen.no

37 564 597 2 090 45 332 889 821 527 4 707 -421 -8 572 87 4 543 651 7

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Lote 01**

**Fundação Amazônia Sustentável – FAZ**

Número da Operação: 2.119.668

Valor do Apoio Financeiro: R$19.169.087,00

Vigência 60 meses a contar da assinatura do contrato, que foi assinado em 31/03/2010.

**Objetivo do Projeto/Operação**

Prevenção e contenção do desmatamento em Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, mediante apoio financeiro ao Programa Bolsa Floresta (componentes Renda e Associação), que visa a contribuir para a geração de renda baseada em atividades sustentáveis e para a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que vivem na floresta.

**Resumo do Quadro de Usos e Fontes do Projeto**

| | Realizado | | A realizar | |
|---|---|---|---|---|
| **USOS** | **R$** | **%** | **R$** | **%** |
| | **0,00** | **-** | **29.934.645,00** | |
| **Itens Financiáveis** | **0,00** | **-** | **29.934.645,00** | **100** |
| Pagamento do Bolsa Floresta Renda | **0,00** | - | 17.372.038,00 | 58 |
| Pagamento do Bolsa Floresta Associação | **0,00** | - | 2.978.064,00 | 10 |
| Programas de Apoio ao Bolsa Floresta | **0,00** | - | 9.584.544,00 | 32 |
| **FONTES** | **0,00** | **%** | **29.934.645,00** | **%** |
| **Itens Financiáveis** | **0,00** | **-** | **29.934.645,00** | **100** |
| BNDES - Fundo Amazônia | **0,00** | - | 19.169.087,00 | 64 |
| Rendimento (gerado por recursos do Fundo Amazônia) | **0,00** | - | 1.181.014,00 | 4 |
| Fundação Amazonas Sustentável | **0,00** | - | 9.584.544,00 | 32 |

Percebe-se que a planilha de custos apresentada pelo FAS não é detalhada e apresenta somente os custos globais, por exemplo, Programas de Apoio ao Bolsa Floresta no valor de R$ 9.584.544,00, o que não permite uma análise efetiva dos custos do projeto.

Percebe-se também que as metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, Prevenção e contenção do desmatamento em Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, mediante apoio financeiro ao Programa Bolsa Floresta, ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não. Apesar de constar o número de famílias que serão beneficiadas não se poderá mensurar o atingimento dos objetivos, pois não se especifica o percentual de desmatamento a ser reduzido.

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Data da Liberação | Valor |
|---|---|---|
| 26/04/2010 | 07/05/2010 | 3.999.208,00 |
| 21/09/2011 | 24/10/2011 | 3.110.293,00 |
| 24/08/2012 | 02/10/2012 | 3.643.020,00 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | |
|---|---|---|
| 29/07/2013 | 01/10/2013 | 3.481.672,00 |
| 09/10/2014 | 18/12/2014 | 4.932.154,89 |
| **Total** | | **19.166.347,89** |

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data Período de acompanhamento - 05/2010 a 06/2011.
Não há informação da data do Relatório.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos realizados referentes ao Desembolso 1 no valor R$ 3.999.208,00.

**Relatório de Acompanhamento da Primeira Liberação**
Data do Relatório – 11/07/2012
Período de acompanhamento – 01/10/2009 a 20/09/2011
Data prevista para o próximo acompanhamento – agosto/2012
Data da Liberação – 07/05/2010
Data da visita de acompanhamento – Não houve visita de acompanhamento
Tinha sido liberado R$ 3.999.208,00.
É importante ressaltar que ocorreu a liberação da segunda parcela no valor de 3.110.293,00 no dia 24/10/2011, ou seja, mais de 6 meses antes da elaboração do relatório de acompanhamento da primeira liberação. É importante destacar também que não houve vista de acompanhamento.

Do total desembolsado pela FAZ (R$ 3.775.385,58), em torno de 26% (R$ 980.666,66) foram repassados em espécie para as associações beneficiadas pelo programa, para que estas aplicassem os recursos em alguns dos itens previstos nos planos de trabalho. O restante dos recursos, em torno de 74% do total (R$ 2.794.718,92), também foi aplicado em itens constantes dos planos de trabalho, pela FAS, que realizou diretamente as compras de bens e contratações de serviços.
O valor liberado pelo BNDE5 somado ao rendimento obtido até a aplicação dos recursos totalizou R$ 4.189.263,00, sendo que, em 21.09.2011, a FAS ainda possuía R$ 413.861,82 na conta corrente do projeto.
A relação de pagamentos apresentada pela FAS era composta por 724 itens, foram encontrados 47 itens, ou R$ 347,00, correspondentes a tarifas bancárias que, por não estarem previstas no Quadro de Usos e Fontes, foram glosadas.
Os 677 itens restantes, correspondentes a R$ 3.775.385,58, dividiam-se em duas partes: uma executada diretamente pela FAS e outra executada pelas associações (utilizando recursos repassados pela FAS). A parte executada diretamente pela FAS é composta por 617 itens (R$ 2.794.718,92) e parte executada pelas associações é composta por 60 repasses (R$ 980.666,66).
O GAc solicitou a nota fiscal (ou outro documento comprobatório) de 85 pagamentos (R$ 2.445.675,50), correspondente a 65% do valor total da prestação de contas. Neste grupo de pagamentos estavam incluídos os diversos tipos de gastos do projeto. Nesta primeira análise, os repasses foram demonstrados através de um documento por meio do qual uma associação solicita o repasse, identificando o plano de trabalho a que ele se refere, e um extrato da conta bancária do projeto, demonstrando que os recursos saíram da conta da FAS. Quatro

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

pagamentos, referentes à compra de pequenas embarcações, foram comprovados por meio de um contrato de compra e venda associado ao extrato da conta bancária do projeto demonstrando a saída dos recursos. A maior parte dos outros pagamentos foi comprovada por meio das respectivas notas fiscais.
Propõe-se a aprovação da prestação de contas referente à 1° liberação de recursos.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data 16/07/2012
Período de acompanhamento - 21/09/2011 a 16/07/2012
Primeiramente é importante destacar que o primeiro relatório de desempenho teve como período de acompanhamento 05/2010 a 06/2011, como o segundo relatório teve como período de acompanhamento 21/09/ 2011 a 16/07/2012 o período de 01/07/2011 a 20/09/2011 focaram sem relatório de desempenho.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos realizados referentes ao Desembolso 2 no valor R$ 3.110.293,00.

**Terceiro Relatório de Desempenho**
Data 15/05/2013
Período de acompanhamento - 17/07/2012 a 15/05/2013.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos realizados referentes ao Desembolso 3 no valor R$ 3.643.020,00
**Não houve Relatório de Acompanhamento referente ao Segundo e Terceiro Relatório de Desempenho**

**Nota de Acompanhamento de Operação**
**Data 12/09/2013**
**Aprovação da prestação de contas da segunda e terceira liberações.**

**Quarto Relatório de Desempenho**
Data 05/06/2014
Período de acompanhamento - 16/05/2013 a 05/06/2014.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos realizados referentes ao Desembolso 4 no valor R$ 3.481.672,00

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data – 17/12/2014
Período de acompanhamento – Não foi informado o período de acompanhamento.
Valor liberado – Não foi informado.
Data da visita de acompanhamento – 29/08/2014 a 03/09/2014
Durante o período de acompanhamento, a FAS executou R$ 4.014.398,86, sendo R$ 3.201.415, 15 para o componente Renda e R$ 812. 983, 71 para o componente Associação.
A relação de pagamentos apresentada pela FAS é composta por 1458 itens que totalizam R$ 4.014.398,86. Os pagamentos se dividem em dois tipos: os realizados diretamente pela FAS e os realizados pelas associações (utilizando recursos repassados pela FAS). A parte

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

executada diretamente pela FAS é composta por 1421 itens (R$ 3.392.359, 12) e a parte executada pelas associações é composta por 37 repasses (R$ 622.039,74).
A comprovação desses valores foi realizada por amostragem. A amostra selecionada é composta por 271 itens da relação de pagamentos (19% do total) que correspondem a R$ 2.61 9.83 7,31 ( 65% do valor total). Desses itens selecionados para a amostra, 234 (R$ 1.997.797,57) correspondem à parte executada diretamente pela FAS e 37 itens (R$ 622.039,74) correspondem aos repasses.

Valor liberado – Não foi informado o valor liberado relacionado ao período de acompanhamento.

**Quinto Relatório de Desempenho**
Data 19/10/2015
Período de acompanhamento - 06/06/2014 a 19/10/2015.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos realizados referentes ao Desembolso 5 no valor R$ 4.932.154,89

**Terceiro Relatório de Acompanhamento**
Data – 08/12/2016
Período de acompanhamento – 06/06/2014 a 19/10/2015
Data da visita de acompanhamento – Não houve visita de acompanhamento no período deste relatório.
Durante o período de acompanhamento, a FAS executou R$ 5.473.772,41, sendo R$ 4.748.435,88 para o componente Renda e R$ 725.336,53 para o componente Associação.
A relação de pagamentos apresentada pela FAS é composta por 2.540 itens que totalizam R$ 5.473.969,41. Os pagamentos se dividem em dois tipos: os realizados diretamente pela FAS e os realizados pelas associações (utilizando recursos repassados pela FAS}. A parte executada diretamente pela FAS é composta por 2.517 itens (R$ 5.289.069,41, correspondentes a 97% dos pagamentos) e a parte executada pelas associações é composta por 23 repasses (R$ 184.900,00).
A comprovação desses valores foi realizada por amostragem. A amostra selecionada é composta por 431 itens da relação de pagamentos (17% do total) que correspondem a R$ 3.422.292,75 (63% do valor total). Desses itens selecionados para a amostra, 418 (R$ 3.253.019,35} correspondem à parte executada diretamente pela FAS e 13 itens (R$ 169.273,40} correspondem a repasses para as associações.

Conclusões
O GAc considera que o projeto atendeu a seu objetivo ao contribuir para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis nas Unidades de Conservação de abrangência, as quais permitiram geração de renda para a população local, fortalecimento do associativismo e diminuição das pressões por desmatamento. Constatou-se ainda que a maior parte das obrigações contratuais foram cumpridas, entretanto, ocorreram três falhas na aplicação de recursos por parte dos beneficiários finais, descritas no item 3.3.1 deste relatório, as quais ensejarão a devolução dos respectivos valores por parte da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), responsável por acompanhar a aplicação dos recursos desembolsados exclusivamente na finalidade contratual e de acordo com o Quadro de Usos e Fontes do projeto. Neste sentido, a BENEFICIÁRIA deverá devolver ao

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

BNDES o valor de R$58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais), o qual deverá ser acrescido de juros moratórias de 1 % e multa de 10%.

**Associação das Comunidades Sustentáveis da RDS do Rio Negro - ACS (prestações de contas nº 02, 05 e 06)**

Consta recibo no valor de R$ 1.800,00, datado de 16;'11/2014, emitido por Erirnar da S. Corrêa, referente a pagamento de policiais para segurança em um campeonato de futebol, evento que teria corno objetivo promover a integração dos comunitários e estimular o espírito de equipe, durante reuniões das associações. Como policiais são servidores públicos, não é admitido o uso de recursos do Fundo Amazônia para remunerá-los, conforme diretrizes e critérios do Comitê Orientador do Fundo Amazônia.

A FAS informou que já notificou a ACS a respeito desta falha.

**Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari - AMARU (prestação de contas n° 25)**

Constatou-se que a Associação realizou pagamentos, com recursos do projeto, a título de ajuda de custo para seu presidente, Sr. Antonio Almires das Chagas Gondim, num valor total de R$ 7.000,00, comprovados mediante recibos assinados pelo próprio, datados de 03/06, 05/08, 02/09, 01/1 O, 29/1 O, 04/12 e 03/01 de 2015, acompanhados dos respectivos cheques ou comprovantes de transferência bancária. O GAc solicitou à FAS a prestação de contas relativa a esta ajuda de custo. A FAS esclareceu que os pagamentos são relativos a adiantamentos feitos ao presidente da AMARU para realização de viagens para articulações com outras organizações, de conhecimento da diretoria e dos associados. Para prestar contas, a FAS enviou sete recibos, no valor de R$ 1.000,00 cada, sem numeração, assinados pelo Sr. Antonio Almires, na qual é informado que os valores recebidos são referentes a diárias. O GAc considera que os recibos não são suficientes para comprovar a utilização de recursos em despesas durante viagens de representação.

Além disso, não foi encaminhada ata que comprove que os associados estavam de acordo com o pagamento deste valor como ajuda de custo.

**Associação dos Moradores e Usuários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - AMURMAM (pagamento 2738)**

Constatou-se que a Associação adquiriu, com recursos do projeto, uma casa com terreno medindo 28 x 29 metros, localizada na Rua Ferreira Lima, 112 22, São Lázaro, São Francisco li, Fonte Boa, Amazonas, para funcionamento de seu escritório. Como comprovante, foi apresentado um recibo de compra e venda, emitido por Giceli Araújo de Souza, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), registrado pelo Cartório da

Comarca de Fonte Boa, em 18/03/2015. Segundo ata de reunião da associação, datada de 10/03/2015, na qual se deliberou sobre a compra desta sede, o imóvel não possuía escritura definitiva. O GAc solicitou esclarecimentos à FAS, a qual encaminhou dois documentos relativos ao imóvel: título definitivo expedido, em 19/ 07/ 2005, pela Prefeitura Municipal de Fonte Boa, concedendo a propriedade do referido terreno a lgson Rodrigues Fragoso e um recibo de compra venda, emitido em 01/02/2009, no qual Rene de Azevedo Silva vende o imóvel para Djalma Marques dos Santos. O GAc avalia que nenhum dos documentos apresentados comprovam que o imóvel pertencia a sua vendedora, Giceli Araújo de Souza, nem que a AMURMAM detenha, atualmente, sua propriedade, uma vez que não foi enviada a escritura relativa a esta aquisição, havendo, portanto, risco de perda deste investimento. Ademais, as disposições aplicáveis aos contratos com o BNDES vedam a aquisição de terrenos e imóveis.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

É importante ressaltar que o BNDES não apresentou os comprovantes da devolução do valor de R$58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais), acrescido de juros moratórias de 1 % e multa de 10%, recolhido pela FAZ.

**É importante destacar também que consta do Terceiro relatório de Acompanhamento a informação que foi emitida a Nota AMA/ DEFAM 35/2013 em 12/ 09/ 2013 para aprovar a prestação de contas da segunda e terceira liberações, mas a mesma não foi disponibilizada.**

**Relatório de Avaliação de Resultados**
Não foi disponibilizado fotos, vídeos, publicações e outras mídias do projeto.

Fragilidades Identificadas no Projeto

- Planilha de custos apresentada pelo FAS não é detalhada e apresenta somente os custos globais, por exemplo, Programas de Apoio ao Bolsa Floresta no valor de R$ 9.584.544,00, o que não permite uma análise efetiva dos custos do projeto.

- As metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, Prevenção e contenção do desmatamento em Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, mediante apoio financeiro ao Programa Bolsa Floresta, ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não. Apesar de constar o número de famílias que serão beneficiadas não se poderá mensurar o atingimento dos objetivos, pois não se especifica o percentual de desmatamento a ser reduzido.

- Não elaboração de relatórios de acompanhamento para avaliar os relatórios de desempenhos emitidos pela FAZ, trazendo como consequência a liberação de parcelas sem que as anteriores tivessem sido aprovadas.

- Não disponibilização da Nota de Acompanhamento que aprovou a segunda e terceira parcelas.

- Não apresentação pelo BNDES do comprovante da devolução do valor de R$58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais), acrescido de juros moratórias de 1 % e multa de 10%, recolhido pela FAZ.

**LOTE 01**
**Instituto Ouro Verde – IOV**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Número da Operação: 2.305.301**
**Projeto "Sementes do Portal"**
**Valor da colaboração financeira: R$ 5.433.450,00 (cinco milhões e quatrocentos e trinta e três mil e quatrocentos e cinquenta reais)**
Vigência: **36 meses**
OBJETIVO DO PROJETO
**Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de preservação permanente e reserva legal) e o resgate da agricultura familiar em 06 (seis) municípios que fazem parte do Território Portal da Amazônia, através da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam uso sustentável da floresta com geração d renda; capacitar a comunidade indígena Terena para coletar as sementes que serão utilizadas nos sistemas agroflorestais.**

| USOS | A Realizar | Total | % |
|---|---|---|---|
| Total de usos | 5.433.000,00 | 5.433.000,00 | 100 |
| Materiais para reflorestamento/ SAF/Casas de sementes | 3.054.000,00 | 3.054.000,00 | 56 |
| Treinamento/ capacitação de recursos humanos | 1.440.250,00 | 1.440.250,00 | 27 |
| Serviços Técnicos Especializados | 359.700,00 | 359.700,00 | 7 |
| Equipamentos e Materiais operacionais e de Apoio ao Projeto | 579.700,00 | 579.000,00 | 11 |

Recursos BNDES

**Regiões beneficiadas pelo projeto**

As ações serão realizadas em municípios do território denominado Portal da Amazônia, região do extremo norte de Mato Grosso, envolvendo assentamentos e comunidades rurais formadas por agricultores familiares, além da população indígena Terena, conforme relação a seguir:

a) Apiacás: assentamento Igarapé do Bruno
b) Alta Floresta: assentamento Jacamim e Setor Ouro Verde.
c) Carlinda: comunidade rural Nazaré.
d) Nova Guarita: assentamento Raimundo Vieira.
e) Nova Canaã do Norte/Colíder: assentamento Veraneio e assentamento Rondon.
f) Terra Nova do Norte: comunidades São Pedro, Caravágio e Linha Paraná.
g) Peixoto de Azevedo/ Matupá: etnia indígena Terena.

Liberações financeiras

| Data da solicitação | Data da liberação | Valor |
|---|---|---|

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | |
|---|---|---|
| - | 07/05/2010 | 654.750,00 |
| - | 11/11/2010 | 680.000,00 |
| 31/03/2011 | 10/05/2012 | 755.899,99 |
| 26/10/2011 | 18/11/2011 | 1.267.167,86 |
| 18/07/2012 | 20/08/2012 | 1.580.467,86 |
| 04/03/2013 | 22/03/2013 | 485.164,28 |

Fragilidades
Foram realizados 8 módulos de curso de formação.
Foram realizadas formações para 2500 pessoas nas comunidades sobre planejamento, plantio e manejo de sistemas agroflorestais, além de coleta de sementes.
Todavia nada pode ser visualizado nos relatórios: participantes por municípios com devidas relações, pagamentos para técnicos contratados, custos dos cursos.
Foram realizados 12 intercâmbios sem podermos verificar quantas pessoas participaram, quem eram estas pessoas, custos e pagamentos.
A descrição pormenorizada dos custos e pagamentos foram somente dos equipamentos adquiridos; demais atividades somente custos globais.

Relatório de Acompanhamento - 06
Verificou-se não ser necessária a prestação de contas para liberação da próxima parcela. Por que?
Relatório de Desempenho - 06
Relação de pagamentos com mesmo cheque pagando vários eventos.
Pagamento de coordenador e dos técnicos cita quantidade e valor faltando a relação nominal de pagamentos de salários.

**LOTE 01**
**Instituto Floresta Tropical - IFT**

**Número da Operação: 2.419.791.0001**
**Disseminação das técnicas de manejo florestal sustentável**
**Valor da colaboração financeira: R$ 7.449.000,00 (sete milhões e quatrocentos e quarenta e nove mil reais)**
Vigência: **36 meses**
OBJETIVO DO PROJETO
**Apoiar a realização por três anos, de atividades de treinamento, capacitação, sensibilização e pesquisa relativas à utilização do manejo florestal sustentável e fortalecer a capacidade de gestão da instituição.**

| EVENTOS | DATAS<br>(registros do OPOE) |
|---|---|
| Entrega da consulta | 21/12/2009 |
| Enquadramento | 16/03/2010 |
| Início da Análise | 12/05/2010 |
| Revalidação do Enquadramento | 13/10/2010 |
| Encaminhamento para Decisão | 17/11/2010 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | |
|---|---|
| | |

Planejamento de desembolsos semestrais

| Semestre | Valor Semestral | Valor Semestral | Valor Anual | Valor Anual |
|---|---|---|---|---|
| | R$ | % | R$ | % |
| 1° | 1.726.119,00 | 23,17 | 2.562.085,00 | 34,39 |
| 2° | 835.966,00 | 11,22 | | |
| 3° | 1.556.260,00 | 20,89 | 2.431.181,00 | 32,64 |
| 4° | 874.921,00 | 11,75 | | |
| 5° | 1.678.960,00 | 22,54 | 2.455.734,00 | 32,97 |
| 6° | 776.774,00 | 10,43 | | |
| TOTAL | 7.449.000,00 | 100,00 | 7.449.000,00 | 100,00 |

| Valor Contratado | Valor Liberado | Valor a Liberar | Prazo de Utilização* |
|---|---|---|---|
| R$ 7.449.000,00 | R$ 7.449.000,00 | - | outubro/2014 |

* O prazo de utilização de recursos foi prorrogado até 15/10/2014, através da IP AMA/DEFAM nº 10/2014.

O cronograma de liberações foi o seguinte:

| 1ª Liberação 19/08/2011 | 2ª Liberação 17/05/2012 | 3ª Liberação 17/10/2012 | 4ª Liberação 09/05/2013 | 5ª Liberação 20/12/2013 | 6ª Liberação 03/07/2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| R$ 1.726.119,00 | R$ 956.300,36 | R$ 1.435.925,64 | R$ 874.921,00 | R$ 1.678.960,00 | R$ 776.774,00 |

| CURSOS | NÚMERO DE PARTICIPANTES | NÚMERO DE CURSOS | TOTAL POR CURSO | % |
|---|---|---|---|---|
| GE | 460 | 26 | 1.277.664,74 | 36,97% |
| GM | 54 | 4 | 327.606,34 | 9,48% |
| MF | 204 | 12 | 982.819,03 | 28,44% |
| TA | 50 | 3 | 98.281,90 | 2,84% |
| TD | 218 | 16 | 524.170,15 | 15,17% |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| TDW | 110 | 8 | 131.042,54 | 3,79% |
| TI | 23 | 2 | 81.901,59 | 2,37% |
| TPE | 26 | 1 | 32.760,63 | 0,95% |
| **TOTAL GERAL** | **1145** | **72** | **3.456.246,92** | **100%** |

No que diz respeito à capacitação, foram realizados 72 cursos técnicos e práticos *in situ*, no Centro de Treinamento Roberto Bauch (CT), dos quais participaram 1.145 profissionais florestais. Também ocorreram 68 cursos práticos de manejo florestal, *ex situ*, realizados em áreas de manejo, com participação de 788 trabalhadores de operações florestais. No Anexo 2 consta uma breve descrição dos cursos ministrados.

O IFT envidou esforços de sensibilização e comunicação, organizando 50 eventos de conservação e manejo florestal, que atingiram 2.141 pessoas. Além disso, lançou 13 publicações sobre vantagens econômicas, ecológicas e sociais do manejo florestal.

| **Ações de capacitação** | | | |
|---|---|---|---|
| **Ação 1.1 - Cursos no CT Roberto Bauch *(in situ)*** | **Meta** | **Realizado** | **Realizado/Meta** |
| Cursos | 70 | 72 | 103% |
| Participantes | 900 | 1145 | 127% |
| **Ação 1.2 - Cursos fora do CT *(ex situ)*** | **Meta** | **Realizado** | **Realizado/Meta** |
| Cursos | 40 | 68 | 170% |
| Participantes | 400 | 788 | 197% |
| **Ações de Sensibilização** | | | |
| **Ação 2.1 - Eventos de sensibilização** | **Meta** | **Realizado** | **Realizado/Meta** |
| Eventos | 70 | 50 | 71% |
| Participantes | 2100 | 2141 | 102% |
| **Ação 2.2 - Materiais técnicos de divulgação** | **Meta** | **Realizado** | **Realizado/Meta** |
| Materiais | 10 | 13 | 130% |
| **Ações de Pesquisa Aplicada** | | | |
| **Ação 3.1 - Experimentos de pesquisa aplicada** | **Meta** | **Realizado** | **Realizado/Meta** |
| Experimentos | 12 | 18 | 150% |
| **Ação 3.2 - Materiais técnicos com resultados de pesquisa aplicada** | **Meta** | **Realizado** | **Realizado/Meta** |
| Materiais | 11 | 17 | 155% |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Em R$ mil

| ITENS | QUF ORIGINAL | REMANEJAMENTO | | RENDIMENTO APLICAÇÃO | NOVO QUF | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALOR | DE | PARA | | VALOR | VARIAÇÃO % |
| **USOS** | **7.449,0** | | | | **7.629,8** | **102%** |
| **Itens de Aplicação direta - investimento (M1)** | **591,0** | | | | **551,3** | **93%** |
| Obras Civis e Instalações | 0,0 | | | | 0,0 | 0% |
| Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática | 90,0 | 10,0 | | | 80,0 | 89% |
| Serviços Técnicos Especializados | 90,0 | 32,6 | | | 57,4 | 64% |
| Capacitação de Recursos Humanos | 60,0 | | 15,0 | | 75,0 | 125% |
| Equipamentos e Materiais Operacionais e de Apoio | 21,0 | 4,8 | | | 16,2 | 77% |
| Consultoria financeira | 180,0 | | | | 180,0 | 100% |
| Auditorias | 150,0 | 7,3 | | | 142,7 | 95% |
| **Itens para a execução de atividades do IFT** | **4.950,0** | | | | **4.935,5** | **100%** |
| Salários e benefícios | 3.510,0 | | 1,0 | 33,0 | 3.544,0 | 101% |
| Consultorias/assessoria técnica | 300,0 | 124,0 | | | 176,0 | 59% |
| Viagem e missões de campo | 335,0 | | 10,7 | 10,0 | 355,7 | 106% |
| Publicação/disseminação/eventos | 100,0 | 18,0 | | | 82,0 | 82% |
| Utilidades e serviços (comunicação CMF) | 10,0 | | 3,0 | | 13,0 | 130% |
| Manutenção de máquinas, veículos e equipamentos | 270,0 | | 5,0 | 5,0 | 280,0 | 104% |
| Suprimentos e custeio do CMF | 350,0 | | 50,0 | 7,8 | 407,8 | 117% |
| Seguros, impostos e taxas | 75,0 | | 2,0 | | 77,0 | 103% |
| **Itens de Aplicação direta - custeio (M2)** | **1.908,0** | | | | **2.143,0** | **112%** |
| Salários e benefícios (equipe gerencial - administrativa) | 1.170,0 | | 207,8 | 125,0 | 1.502,8 | 128% |
| Remuneração a pessoas físicas por apoio administrativo | 100,0 | 16,8 | | | 83,2 | 83% |
| Utilidades e serviços | 358,0 | 72,0 | 6,0 | | 292,0 | 82% |
| Serviços de manutenção | 90,0 | 19,0 | | | 71,0 | 79% |
| Seguros, impostos e taxas | 75,0 | | | | 75,0 | 100% |
| Outros itens de custeio | 115,0 | | 4,0 | | 119,0 | 103% |
| **TOTAL** | **7.449,0** | **304,5** | **304,5** | **180,8** | **7.629,8** | **102%** |

Fragilidades

Foram elaborados dois relatórios de acompanhamento e duas notas de acompanhamento do projeto para atender os quatro relatórios de desempenho. Não atendendo desta forma as 06(seis) liberações de recursos executadas. Parcelas liberadas sem o correspondente relatório de acompanhamento.

Não houve nenhuma visita durante a execução do projeto, apesar de que foram realizados 72 cursos técnicos, 68 cursos práticos e 50 eventos. Não foram apresentadas nenhuma relação de participantes e respectivas lista de presença.

Os pagamentos estão grupados pela rubrica não permitindo, por exemplo, quantificar pagamento de pessoal. Pagamentos sem identificação do beneficiário.

Foram checadas apenas 7% das notas fiscais correspondentes a 42% dos recursos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Lote 01**
**Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO**

**Número da Operação: 2.258.088**
**Valor da colaboração financeira: R4 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**
**Vigência: 48 meses**
OBJETIVO DO PROJETO
**Aportar recursos financeiros em apoio à implementação da Fase II do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, que visa a criação e a consolidação de Unidades de Conservação (UCs) no Bioma Amazônia**

| EVENTOS | DATAS (registros do OPOE) |
|---|---|
| Entrega da consulta | 05/10/2009 |
| Enquadramento | 04/11/2009 |
| Início da Análise | 30/11/2009 |
| Encaminhamento para Decisão | 04/12/2009 |
| Decisão | 08/12/2009 |
| Assinatura do Contrato | 22/04/2010 |
| Prorrogado por 12 meses | 22/04/2014 |

Os recursos do Fundo Amazônia (FA) serão utilizados para financiar **parte da Fase II do Projeto ARPA**. Além do FA, outras fontes estão sendo negociadas, mas ainda não asseguradas. Para a implementação integral da Fase II o valor previsto é de R$ 165 milhões e a participação proposta para o FA será de R$ 20 milhões.
Foram apresentados 04(quatro) relatórios de desempenho e três de acompanhamento
**Primeiro/Segundo Relatório de Desempenho** (relativo ao 1º e 2º desembolso)
- Data 25/10/2012
- Período de acompanhamento: 29/10/2010 a 30/09/2012
- Relação de pagamentos

**Primeiro relatório de acompanhamento**
- Data do relatório: 30/01/2012
- Período de acompanhamento: 22/04/2010 a 30/11/2011
- Foi liberado R$ 4.999.230,90
- Foram executados os POAs de 2010 e 2011 – recursos BNDES R$ 4.085.989,77
- A avaliação restringiu-se apenas através do relatório de Avanço de Consolidação de Gestão das Unidades de Conservação

**Terceiro Relatório de Desempenho**
- Data 03/07/2013
- Período de acompanhamento: setembro/2011 a fevereiro/2013
- Relação de pagamentos

**Quarto Relatório de Desempenho**
- Data 24/04/2014
- Período de acompanhamento: julho/2010 a dezembro/2013

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Relação de pagamentos

**Segundo relatório de Acompanhamento**
- Data do Relatório: 07/11/2014
- Período de acompanhamento: 01/06/2013 a 31/01/2014
- Data de visita de acompanhamento: 22/05/2014 a 06/06/2014

**Quinto Relatório de Desempenho**
- Data 22/06/2015
- Período de acompanhamento: 01/02/2014 a 21/04/2015
- Relação de pagamentos

Liberações financeiras

| Data da solicitação | Data da liberação | Valor |
|---|---|---|
| 16/07/2010 | 27/10/2010 | 4.999.230,90 |
| 29/11/2011 | 26/01/2012 | 5.000.000,00 |
| 29/20/2012 | 21/11/2012 | 5.000.000,00 |
| 22/08/2013 | 27/08/2013 | 2.500.000,00 |
| 06/03/2014 | 26/09/2014 | 2.449.828,01 |
| | saldo | 50.941,09 |

**Relatório final de acompanhamento**
- Data do relatório: 29/02/2016
- Período de acompanhamento: 01/02/2014 a 19/02/2016
- Data de visita de acompanhamento: 10, 11 e 22 Dez/2015
- Total liberado R$ 19.949.058,91

Não houve um harmonia e coordenação entre o recebimento dos relatórios de desempenho e a elaboração e execução do relatório de acompanhamento.
Faltam as páginas 8,9 e 10 do relatório final.
Visualizou-se que as contas vinculadas receberam recursos com precária verificação dos gastos, apenas na parte documental.
Alto consumo de combustível concentrando várias compras em uma única nota fiscal. Segundo o relatório.

Fragilidades
A planilha de custos apresentada não é detalhada apresentando custos globais em cada área (itens genéricos tais como Serviços Especiais, outros custos recorrentes, bens, etc), dificultando análise real dos custos do projeto.
Parcelas liberadas sem o correspondente relatório de acompanhamento.
O grupo de acompanhamento verificou problemas nas numerações das notas fiscais, solicitando mais rigor, por parte da empresa, na apresentação das mesmas; não pontuando, porém, com exatidão qual o problema existente.
Os recursos ficaram concentrados na consolidação das UCs e praticamente nada na criação.

**Lote 01**
**Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP**

**Número da Operação: 2.318.697.0001**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Projeto Fortalecimento de estrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade**

Valor da colaboração financeira: R$ 4.639.706,98 (quatro milhões e seiscentos e trinta e nove mil e setecentos e seis reais e noventa e oito centavos)

Vigência: **36 meses**

OBJETIVO DO PROJETO

**OBJETIVO DO CONTRATO / OPERAÇÃO**

Fortalecimento da infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo:

(i) Construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (CEABIO);

(ii) Reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos em laboratórios de pesquisa em biotecnologia.

| EVENTOS | DATAS (registros do OPOE) |
|---|---|
| Entrega da consulta | 19/04/2010 |
| Enquadramento | 04/05/2010 |
| Entrega do Projeto / Início da Análise | 01/07/2010 |
| Alteração de Enquadramento | 24/01/2012 |
| Encaminhamento para Decisão | 12/04/2012 |
| Decisão | 24/04/2012 |
| Assinatura do Contrato | 02/10/2012 |
| Obra licitada (CEABIO) | 07/11/2014 |
| Assinatura do contrato da obra | 19/01/2015 |

Liberações financeiras

| Data da solicitação | Data da liberação | Valor | |
|---|---|---|---|
| 18/12/2012 | 08/01/2013 | 765.429,18 | (B) |
| 14/01/2014 | 17/02/2014 | 540.990,00 | (B) |
| 25/06/2014 | 04/09/2014 | 3.333.287,80 | (A) |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Subcrédito B (Componente 2) | |
|---|---|
| USO | R$ |
| **Apoio ao Projeto** | **727.756,90** |
| Obras Civis e Instalações | 205.756,90 |
| Equipamento e Mat. Permanente | 474.750,00 |
| Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica | 47.250,00 |
| **Despesas Operacionais e Administrativas** | **37.672,28** |
| Custo de contratação | 10.452,00 |
| FADESP | 27.220,28 |
| **Total** | **765.429,18** |

| Subcrédito B (Componente 2) | |
|---|---|
| USO | R$ |
| **Apoio ao Projeto** | **522.000,00** |
| Equipamento e Mat. Permanente | 474.750,00 |
| Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica | 47.250,00 |
| **Despesas Operacionais e Administrativas** | **18.990,00** |
| FADESP | 18.990,00 |
| **Total** | **540.990,00** |

| USOS | | | Último Orçamento Aprovado (MÊS/ANO) | Total Realizado no Projeto | A ser realizado com recursos da parcela | | | Total a Realizar no Projeto |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Custo Unitário (R$) | Unid. | Total | |
| **Componente** | **Rubrica** | **Item** | | | | | | |
| Construção de um prédio com 1.741,96 m2 | *Obras Civis e Instalações* | *Item 1* | 3.100.000,00 | **0** | 3.100.000,00 | 1 | 3.100.000,00 | 3.100.000,00 |
| *Refrigeração do edifício* | *Obras Civis e Instalações* | *Item.2* | 107.807,50 | **0** | 107.807,50 | 1 | 107.807,50 | 107.807,50 |
| *Fadesp* | *Despesas Operacionais e Administrativas* | *Item 3* | 125.480,30 | **0** | 125.480,30 | 1 | 125.480,30 | 125.480,30 |
| | | ... | | | | | | |
| | | **TOTAL** | | | | | | 3.333.287,8 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## Resumo do Quadro de Usos e Fontes do Projeto

| USOS | VALOR | |
|---|---|---|
| **Apoio ao Projeto** | **R$ 4.457.564,40** | **96,07%** |
| Obras Civis e Instalações | R$ 2.825.764,40 | 60,90% |
| Equipamentos e material permanente | R$ 1.416.500,00 | 30,53% |
| Serviço de Terceiros (Pessoa Jurídica) | R$ 165.300,00 | 3,56% |
| Softwares | R$ 50.000,00 | 1,08% |
| **Despesas Operacionais e Administrativas** | **R$ 182.142,58** | **3,93%** |
| Custos de Contratação | R$ 10.452,00 | 0,23% |
| FADESP | R$ 171.690,58 | 3,70% |
| **TOTAL** | **R$ 4.639.706,98** | **100,00%** |
| **FONTES** | **VALOR** | |
| Fundo Amazônia | **R$ 4.639.706,98** | **100,00%** |

**Relatório final de desempenho** – **Período 01/10/2012 a 11/05/2018**
- Apresentou as atividades realizadas com fotografias de diversos eventos.
- Não apresentou cronograma de execução física, quadro de usos e fontes detalhado, relação de pagamentos e listagem das aquisições.
- Após chegada dos equipamentos gerou a publicação de 35 artigos

**Relatório de avaliação de resultados (reforma do laboratório) – 03/08/2018**
Os documentos apresentados não permitiram qualquer observação sobre os resultados relativo à reforma do laboratório. Faltaram diversas páginas do relatório.

**Relatório de avaliação de resultados (construção do CEABIO) – 31/01/2018**
- Obra realizada entre Fev / 2014 e 30/04/2017
- Previsão inauguração 21/02/2018
- No relatório não foi possível visualizar a obra
- Os resultados segundo o documento somente após a entrada em operação do centro

**Relatório técnico final – construção do CEABIO**
- 14 empresas inscritas, 7 visitaram o local
- 4 apresentaram propostas (1 desclassificada)
- Vencedora Empresa Lest Engenharia Ltda
- Obra executada entre 01/07/2014 e 30/04/2017
- Informações desencontradas entre as datas de execução da obra
- Fotos com a evolução da obra até sua execução

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Fragilidades
Liberação total de recursos e demora para execução das obras
Apresentação de efetividade e resultados não definidos, apenas referindo-se após entrada em funcionamento sem prazos previstos.
Não apresenta as condições de funcionamento das instalações (pessoal e recursos)

**Lote 01**
**Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON**

Número da Operação: 2.194.637
Valor da Colaboração Financeira: R$ 9.736.473,00 (Nove milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e três Reais).
Vigência 36 meses a contar da assinatura do contrato, que foi assinado em 29/07/2010 com vigência até 29/07/13 e foi prorrogado até 29/07/2014.

Objetivo do Projeto
(i) Contribuir para a mobilização de atores locais em 11 Municípios do Pará com o intuito de realizar o levantamento de dados ambientais e fundiários de propriedades rurais e de acelerar a adesão dos proprietários ao Cadastro Ambiental Rural; (ii} monitorar o desmatamento nestes ·Municípios, por meio de imagens de satélite; (iii) auxiliar no planejamento da paisagem e restauração de áreas degradadas da Bacia do Rio Uraim em Paragominas-PA.

## Relatório de Análise

**Resumo do Quadro de Usos e Fontes do Projeto**

| USOS | REALIZADO R$ | A REALIZAR R$ | TOTAL R$ |
|---|---|---|---|
| Aluguel | | 99.300,00 | 99.300,00 |
| Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática | | 702.465,00 | 702.465,00 |
| Serviços Técnicos Especializados | | 6.322.680,67 | 6.322.680,67 |
| Capacitação de Recursos Humanos | | 591.835,00 | 591.835,00 |
| Equipamentos e Materiais Operacionais e de Apoio | | 135.050,00 | 135.050,00 |
| Itens de Custeio | | 1.885.142,33 | 1.885.142,33 |
| TOTAL | | 9.736.473,00 | 9.736.473,00 |
| FONTES | REALIZADO | A REALIZAR | |
| BNDES | | 9.736.473,00 | 9.736.473,00 |

**Usos do Projeto**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| ITENS DE CUSTEIO * | 1º Ano (2009/2010) | 2º Ano (2010/2011) | 3º Ano (2011/2012) | Total |
|---|---|---|---|---|
| Salários da equipe administrativa | 477.158,00 | 388.663,00 | 407.827,00 | 1.273.648,00 |
| Aluguel da sede Administrativa | 140.000,00 | 147.000,00 | 132.300,00 | 419.300,00 |
| Energia | 19.400,00 | 11.800,00 | 24.800,00 | 56.000,00 |
| Telefone | 36.000,00 | 21.000,00 | 35.200,00 | 92.200,00 |
| Internet | 5.400,00 | 4.410,00 | 4.620,00 | 14.430,00 |
| Correios | 900,00 | 630,00 | 770,00 | 2.300,00 |
| Serviço de abastecimento de água | 2.250,00 | 960,00 | 1.190,00 | 4.400,00 |
| Despesas bancárias | 960,00 | 1.020,00 | 1.080,00 | 3.060,00 |
| Materiais e Serviços | 10.149,36 | 5.782,13 | 3.872,84 | 19.804,33 |
| TOTAL | 692.217,36 | 581.265,13 | 611.659,84 | 1.885.142,33 |

**Previsão com gastos Relação de gastos com funcionários, cujo percentual de dedicação é variável**

| Funcionário IMAZON | QTD | % tempo Projeto | Custo/Ano | Custo Total |
|---|---|---|---|---|
| Analistas | 5 | 44 | R$ 238.869,67 | R$ 716.609,00 |
| Assessora de Comunicação | 1 | 33 | R$ 26.608,00 | R$ 79.824,00 |
| Assistentes - administração | 3 | 45 | R$ 96.105,67 | R$ 288.317,00 |
| Auxiliar de serviços gerais | 3 | 47 | R$ 50.156,33 | R$ 150.469,00 |
| Controller | 1 | 44 | R$ 48.608,33 | R$ 145.825,00 |
| Estagiários | 4 | 61 | R$ 22.272,00 | R$ 66.816,00 |
| Estagiários - administração | 2 | 64 | R$ 12.789,33 | R$ 38.368,00 |
| Gerente de Tecnologia da Informação | 1 | 17 | R$ 18.756,00 | R$ 56.268,00 |
| Gerentes – administração | 3 | 44 | R$ 187.032,33 | R$ 561.097,00 |
| Pesquisador Adjunto | 4 | 34 | R$ 414.862,00 | R$ 1.244.586,00 |
| Pesquisador Assistente I | 5 | 43 | R$ 152.782,33 | R$ 458.347,00 |
| Pesquisador Assistente II | 4 | 47 | R$ 250.735,00 | R$ 752.205,00 |
| Pesquisador Auxiliar | 1 | 32 | R$ 14.399,33 | R$ 43.198,00 |
| Pesquisador Sênior | 4 | 38 | R$ 544.701,33 | R$ 1.634.104,00 |
| Porteiro | 1 | 44 | R$ 12.168,33 | R$ 36.505,00 |
| Secretária bilíngüe | 1 | 44 | R$ 17.689,00 | R$ 53.067,00 |
| Técnicos | 2 | 63 | R$ 44.221,00 | R$ 132.663,00 |

**Total R$ 6.458.268,00**

R$ 6.458.268,00 dos recursos repassados para o projeto referem-se a gastos com funcionários do IMAZON Adicionando-se os itens de custeio do projeto com os salários dos técnicos do Imazon obtemos o valor de R$ 8.343.410,33, ou seja, 85% do valor do projeto.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Percebe-se que a planilha de custos apresentada pelo IMAZON não é detalhada e apresenta somente os custos globais, por exemplo, serviços técnicos especializados no valor de R$ 6.322.680,67, o que não permite uma análise efetiva dos custos do projeto.

Percebe-se também que as metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, realizar o levantamento de dados ambientais e fundiários de propriedades rurais, quantas propriedades, qual a metragem, etc., ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não.

No contrato não consta as metas mensuráveis que deveriam ser executadas pelo IMAZON.

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Data da Liberação | Valor |
|---|---|---|
| Não enviado | 26/01/2011 | 747.061,33 |
| 06/07/2011 | 13/09/2011 | 2.829.395,03 |
| 16/02/2012 | Arquivo em branco | 1.499.887,07 |
| 29/08/2012 | 04/09/2012 | 1.499.887,06 |
| 12/06/2013 | 20/09/2013 | 1.738.133,38 |
| 21/03/2013 | 24/03/2014 | 1.422.109,13 |

**Primeiro Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 12/09/2011
Período de acompanhamento - 01/01/2011 a 30/04/2011.
Data da visita de acompanhamento – 14/07/2011
Data prevista para próximo acompanhamento – novembro/2011
Tinha sido liberado R$ 747.061,33 e solicitado a liberação de R$ 2.829.935,03, que foi aprovada pelo grupo de acompanhamento.
A comprovação de notas fiscais e recibos foi realizada por amostragem (24% do total). As notas fiscais, na sua grande maioria, estavam carimbadas com referência ao apoio do Fundo Amazônia. O Grupo de Acompanhamento solicitou ao IMAZON que revisasse todas as notas, para que aquelas que não contivessem os carimbos passassem a conter.
Não foi disponibilizado as notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data 16/12/2011
Período de acompanhamento - 01/05/2011 a 30/11/2011.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data - 20/02/2012
Período de acompanhamento – 01/05/2011 a 31/12/2011
Data da visita de acompanhamento – 10/01/2012
Data prevista para próximo acompanhamento – julho/2012

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Valor liberado R$ 3.576.456,36

- 28/01/2011: R$ 747.061,33
- 13/09/2011: R$ 2.829.395,03

Ocorreu a substituição do município de Breu Branco por Moju como um dos beneficiários das ações do projeto.
Foram avaliados 297 notas fiscais de um total de 2.191 o que representou 44,9% do total gasto no período e 13,5% da quantidade de documentos.
Aprovada a prestação de contas referente à segunda liberação de recursos do projeto.
As notas fiscais, na sua quase totalidade, estavam carimbadas com referência ao apoio do Fundo Amazônia. O GAc solicitou ao IMAZON que revisasse todas as notas, para que aquelas que não contivessem os carimbos passassem a conter.
Adicionalmente, após a conferência dos documentos, foi solicitado o esclarecimento posterior de informações acerca de 16 documentos dentre os 297 verificados. Em 16/01/2012 o IMAZON encaminhou os esclarecimentos solicitados, data essa que serve como referência para o término do Período de Acompanhamento.
Percebe-se que continuou a ocorrência de Notas Fiscais sem o carimbo da referência ao apoio do Fundo Amazônia.

**Terceiro Relatório de Desempenho**
Data 30/07/2012
Período de acompanhamento - 01/01/2012 a 30/06/2012.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.

**Não houve Relatório de acompanhamento referente ao Terceiro Relatório de Desempenho**
**Quarto Relatório de Desempenho**
Data 21/12/2012
Período de acompanhamento - 01/07/2012 a 30/11/2012.
Apesar de constar na relação dos documentos entregues não foi apresentado nenhum conteúdo no Quarto Relatório de Desempenho pelo IMAZON.

**Quinto Relatório de Desempenho**
Data 02/08/2013
Período de acompanhamento - 01/01/2013 a 30/06/2013.
Não foi disponibilizado nenhum anexo, como relação de pagamentos, listagens de máquinas adquiridas, etc.

**Nota de Acompanhamento de Operação**
Data 20/09/2013
Período de acompanhamento 11/2011 a 12/2012

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da 5ª parcela do projeto do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), que tem como finalidade: (i) contribuir para a mobilização de atores locais em 11 municípios do Pará, com o intuito de realizar o levantamento de dados ambientais e fundiários de propriedades rurais e de acelerar a adesão dos proprietários ao Cadastro Ambiental Rural; (ii) monitorar o desmatamento nestes municípios, por meio de imagens de satélite; (iii) auxiliar no planejamento da paisagem e restauração de áreas degradadas da Bacia do Rio Uraim, situada no município paraense de Paragominas.

- **Valor total liberado nas 4 parcelas anteriores**: R$ 6.576.230,49 (67,5% do valor a ser financiado)

- **Valor solicitado para a 5ª liberação**: R$ 1.738.133,38 (um milhão, setecentos e trinta e oito mil, cento e trinta e três reais e trinta e oito centavos)

**Comentário**: a solicitação de liberação foi encaminhada em 12/06/2013, por meio do Ofício nº 74/2013. As demais condições de utilização só foram cumpridas posteriormente, razão pela qual a solicitação de liberação de recursos somente ocorrerá na presente data.

**Comentário**: o beneficiário enviou relatórios de desempenho contendo as informações da execução física e financeira, além de documento contendo o quadro lógico e o plano de monitoramento (para monitoramento de indicadores). Em relação à prestação de contas relativa à parte financeira, a equipe do Grupo de Acompanhamento (GAc) verificou uma amostra de 7% dos lançamentos apresentados, correspondendo a 21,5% do valor total da prestação de contas referente aos gastos de novembro de 2011 a dezembro de 2012, e a 33,6% do valor da última parcela liberada. Houve alguns apontamentos, porém o IMAZON sanou satisfatoriamente todas as pendências, tendo a prestação de contas sido considerada adequada. O RAc está em fase de elaboração.

**Terceiro Relatório de Acompanhamento**

O período de acompanhamento deste relatório engloba três relatórios de desempenho semestrais do beneficiário: Relatório de Desempenho nº 3, que abrange o período de 01 /01/ 2012 a 30/06/2012, o Relatório de Desempenho n° 4, referente ao período de 01/07/20 12 a 31/12/2012, e o Relatório de Desempenho nº 5, relativo a 01/ 01/ 2013 a 30/06/2013.

Data – 21/03/2014

Período de acompanhamento – 01/01/2012 a 30/06/2013

Data da visita de acompanhamento – 23/08/2012

Data prevista para próximo acompanhamento – julho/2014

Valor Liberado no Período – R$ 2.999.774,13

Valor Total liberado R$ 6.576.230,49

Percebe-se que neste Terceiro relatório de acompanhamento o período de acompanhamento foi de 18 meses e que a visita de acompanhamento ocorreu 23/08/2012 e o acompanhamento foi até 30/06/2013, percebe-se ainda que não houve visita para atestar os fatos ocorridos entre 23/08/2012 e 30/06/2013.

É importante ressaltar também que o relatório de acompanhamento foi emitido 09 meses após o término do período de acompanhamento.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

O acompanhamento deste relatório abrange a terceira e a quarta liberações de recursos, correspondendo, respectivamente, aos valores de R$ 1.499.887,07, solicitado em 16/02/2012 e R$ 1.499.887,06 liberado em 04/09/2012.
Merece ser destacado também que não houve relatório aprovando a terceira parcela para a quarta parcela ser liberada.
O IMAZON solicitou, em 12/ 06/ 2012, a extensão do prazo de utilização dos recursos do projeto até 29/ 07/ 2014.
O quadro a seguir apresenta informações sobre a prestação de contas no período:

| ReD | Período abrangido pelo ReD | Número de lançamentos na planilha de relação de pagamentos (A) | Número de notas que compuseram a amostra verificada na prestação de contas (B) | % (B/A) |
|---|---|---|---|---|
| 3 | 01/01/2012 a 30/06/2012 | 2.131 | 431 | 20 % |
| 4 | 01/07/2012 a 31/12/2012 | 1.208 | 234 | 19 % |
| 5 | 01/01/2013 a 30/06/2013 | 1.693 | 299 | 17 % |

**Sexto Relatório de Desempenho**
Data – 31/01/2014
Período de acompanhamento - 01/07/2013 a 31/12/2013.
O relatório apresenta-se com tendo 24 páginas, mas somente 9 estão com conteúdo.

**Relatório Final de Acompanhamento**
Data – 31/03/2015
Período de acompanhamento – 01/07/2013 a 19/03/2015
Data da visita de acompanhamento – 17 a 19/11/2014
Data prevista para próximo acompanhamento – Projeto Finalizado
Valor liberado no período: 3.160.242,51
Valor Total liberado R$ 9.736.473,00
A penúltima liberação ocorreu em 20/09/2013 e a última ocorreu em 27/03/2014, no valor de R$ 1.422.109,13, dentro do prazo de utilização de recursos, que foi estendido de 29/07/2013 até 29/07/2014.
Verifica-se que foi liberada a 6° parcela no valor de R$ 1.422.109,13 sem que a 5° parcela no valor de R$ 1.738.133,38 tivesse sido aprovada, uma vez que as duas parcelas foram aprovadas conjuntamente.
É importante destacar também que a 5° parcela foi liberada anteriormente a aprovação da 3° e 4° parcelas, tendo sido emitida uma Nota de Acompanhamento.
A verificação das notas fiscais foi realizada por amostragem. Foram analisados 8% dos itens descritos na relação de pagamentos relativos aos gastos de 01/ 07/2013 a 29/07/2014 (461 de um total de 5.777 lançamentos), o que correspondeu a 58% do valor relatado (R$ 1.853.509,05 em R$ 3.153.201, 12).
O GAc entende que o IMAZON realizou o projeto de forma satisfatória. Além disso, a equipe responsável pelo projeto sempre respondeu prontamente quando instado a fornecer informações ao BNDES e realizou uma gestão eficiente do projeto.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Somando-se o saldo que o projeto apresentou aos rendimentos não utilizados, o lmazon devolveu, em 19/03/2015, R$ 158.939,81 ao BNDES, conforme apresentado na tabela de movimentação da conta específica do projeto.
As condições para a liberação de recursos foram acompanhadas e cumpridas durante a execução do projeto.

**Relatório de Avaliação de Resultados**

Não foi disponibilizado fotos, vídeos, publicações e outras mídias do projeto.

**Fragilidades Identificadas no Projeto**

- Planilha de custos apresentada pelo IMAZON não é detalhada e apresenta somente os custos globais, por exemplo, serviços técnicos especializados no valor de R$ 6.322.680,67, o que não permite uma análise efetiva dos custos do projeto.
- Quase totalidade dos recursos alocados no projeto R$ 8.343.410,33 (85%) foram dispendidos em itens de custeio R$ 611.494,33 (aluguel, energia, telefone, etc) e com pagamento de salário da equipe do IMAZON R$ 7.821.916,00 (equipe administrativa R$ 1.273.648,00 e equipe técnica R$ 6.548.268,00).
- As metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global o que não permite a sua posterior avaliação, pois não são mensuráveis. Por exemplo, realizar o levantamento de dados ambientais e fundiários, No final do projeto qualquer percentual é tido como aceito, não foi fixado o percentual de levantamento de dados ambientais e fundiários que deveria ser atingido.
- Liberação de parcelas pelo BNDES sem que a parcela anterior estivesse aprovada por meio do respectivo Relatório de Acompanhamento. Ocorreu com a liberação da terceira, quarta e sexta parcelas.
- Não verificação e não disponibilização da totalidade das Notas fiscais pelo BNDES. Considerando que os custos são apresentados de forma global, as metas e os objetivos do projeto não são mensuráveis e também considerando que a totalidade das notas fiscais não são verificadas, difícil de atestar que o projeto esteja 100%.
- Identificação de várias notas fiscais que não estavam carimbadas com a identificação do Fundo Amazônia, ou seja, notas que podem ser utilizadas em outros projetos do executor.
- Não disponibilização da relação dos pagamentos nos Relatórios de desempenho.
- Não disponibilização de fotos, vídeos, publicações e outras mídias do projeto no relatório de Avaliação de Resultados

**Lote 01**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Instituto de Conservação Ambiental " The Nature Conservancy do Brasil" - TNT BRASIL**
Número da Operação: 2.182.528
Valor do Apoio Financeiro: R$16.000.000,00
Vigência 36 meses contar da assinatura do contrato que foi efetivada no dia 13/04/2010 e foi prorrogado sua vigência até 31/03/2014.

Objetivo do Projeto
Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios do Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao Cadastro Ambiental Rural e {ii) monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite.

| | [illegible]ZADO | A REALIZAR | TOTAL |
|---|---|---|---|
| Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática. | - | 1.404.000,00 | 1.404.000,00 |
| Capacitação de Recursos Humanos. | - | 906.000,00 | 906.000,00 |
| Serviços Técnicos Especializados. | - | 13.420.000,00 | 13.420.000,00 |
| Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio. | - | 3.470.000,00 | 3.470.000,00 |
| Infraestrutura Física | - | - | - |
| TOTAL | | 19.200.000,00 | 19.200.000,00 |
| | [illegible]DO | A REALIZAR | A REALIZAR |
| BNDES | - | 16.000.000,00 | 16.000.000,00 |
| Contrapartida | - | 3.200.000,00 | 3.200.000,00 |

Percebe-se que as metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios do Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao Cadastro Ambiental Rural realizar o levantamento de dados ambientais e fundiários de propriedades rurais, quantas propriedades, qual a metragem, etc., ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não. É importante ressaltar que consta um indicador sinalizando que como meta a adesão de somente 20% das propriedades.

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Data da Liberação | Valor |
|---|---|---|
| 11/03/2010 | 11/05/2010 | 772.778,00 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | |
|---|---|---|
| 16/05/2011 | 06/06/2011 | 3.000.000,00 |
| 01/08/2011 | 02/09/2011 | 3.000.000,00 |
| 25/07/2012 | 28/09/2012 | 4.810.000,00 |
| 28/03/2013 | 19/02/2014 | 4.387.222,00 |
| **Total** | | **15.970.000,00** |

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data Período de acompanhamento - 05/2010 a 12/2010
Data do Relatório – 31/01/2011
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos realizados referentes ao Desembolso 1 no valor R$ 772.778,00.

**Relatório de Acompanhamento da Primeira Liberação**
Data do Relatório – 07/06/2011
Período de acompanhamento – 05/2010 a 12/2010.
Valor Verificado – R$ 772.778,00.
Um dos municípios abrangido pelo projeto, Cuniaru do Norte (PA), foi visitado, a fim de que fosse verificado in loco como estão sendo desempenhadas as atividades de campo.
Através dessa amostra, pode-se verificar que os escritórios locais do "Instituto de Conservação Ambiental uThe Nature Conservancy do Brasil" realmente já estão sendo montados para realização de atendimento ao público para estímulo a que os produtores rurais realizem o CAR.
A comprovação de notas fiscais e recibos foi realizada por amostragem (14% do total). O critério utilizado foi a seleção daqueles itens de maior valor e, de forma aleatória, outros de menor valor de forma a cobrir todos os meses em que foram executados pagamentos.
As notas não estavam identificadas com carimbo do Fundo Amazônia, mas o Grupo de Acompanhamento já solicitou que a TNC assim o fizesse e a equipe técnica do Instituto já está providenciando para que isso ocorra.
No total, o Instituto gastou mais recursos do que o desembolsado na primeira parcela, mas fará o reembolso nas próximas liberações;
O Grupo de Acompanhamento propõe o acolhimento da nova solicitação de liberação, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme plano de gastos anexo.
Como a data da liberação da segunda parcela ocorreu em 06/06/2011, percebe-se que ocorreu anteriormente a aprovação do Grupo de Acompanhamento.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data 01/08/2011
Período de acompanhamento - 01/01/2011 a 31/04/2011
Para o período compreendido deste Relatório, as despesas somaram um total de R$1 .364.408,46.
A TNC, com recursos próprios, pagou despesas na ordem de R$751.274,34.

**Terceiro Relatório de Desempenho**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Data 01/09/2011
Período de acompanhamento - 01/05/2011 a 31/08/2011
Para o período compreendido deste Relatório, as despesas somaram um
R$1.943.768,82.
A TNC, com recursos próprios, pagou despesas na ordem de **R$2,6 milhões em contrapartida.**

**Quarto Relatório de Desempenho**
Data 01/11/2012
Período de acompanhamento - 01/05/2012 a 31/08/2012.
Não foi disponibilizado o total de gastos efetuado no período e nem a relação de pagamentos efetuados.

**Quinto Relatório de Desempenho**
Data 28/02/2013
Período de acompanhamento - 01/09/2012 a 31/12/2012.

**Sexto Relatório de Desempenho**
Data 10/07/2013
Período de acompanhamento - Não foi informado o período de acompanhamento.

**Sétimo Relatório de Desempenho**
Data 30/09/2013
Período de acompanhamento - Maio/2013 a Agosto/2013

**Oitavo Relatório de Desempenho**
Data 28/02/2014
Período de acompanhamento - Setembro/2013 a Dezembro/2013

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data – 24/02/2014
Período de acompanhamento – 01/05/2011 a 31/12/2012
Valor Verificado – R$ 9.850.024,09
Não foi informado.
Data da visita de acompanhamento – 21 e 22/08/2012 e 12/04/2013. Ressalte-se que as visitas ocorreram no escritório de contabilidade da TNC, no Rio de Janeiro. Durante as visitas foi realizada a verificação das notas fiscais e documentos relativos a gastos do projeto.
O período de acompanhamento esse relatório engloba seis relatórios de desempenho quadrienais do beneficiário.
A TNC solicitou, mediante carta datada de 08/03/2013 e assinada pelo coordenador do projeto, Francisco Fonseca, a extensão do prazo de utilização dos recursos do projeto até 31/12/2013. Por meio da IP AMA/DEFAM nº 06/2 de 08/04/013, a Chefia do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia autorizou tal extensão. Posteriormente, houve a necessidade de nova extensão até 31/03/2014.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

A verificação das notas fiscais foi realizada, por amostragem, cm dois momentos. Na visita de 21 e 22/08/2012 foram analisados 24% dos itens descritos na relação de pagamentos (1.572 comprovantes de 6.364 lançamentos), o que correspondeu a 63% do valor realizado (R$ 2.962.529, 77 em R$ 4.666.799, 14).
Já na visita de 12/04/2013, foram verificados 6% dos lançamentos (354 comprovantes em 5.634 itens descritos), feitos entre 01/01/ 2012 a 31/ 12/2012. Essa amostra correspondeu a 43% do valor gasto no período (R$ 2.255.507,78 em R$ 5.183.224,95).
Até o momento a contrapartida reportada e validada pela equipe acompanhamento totaliza R$ 2.985.026,68, o que corresponde a 93% da contrapartida prevista originalmente.
Percebe-se que quando da emissão do segundo relatório de Acompanhamento que já tinham sido liberadas a terceira, quarta e quinta parcelas que ocorreram sem a aprovação do grupo de acompanhamento.

**Terceiro Relatório de Acompanhamento**
Data – 14/11/2014
Período de acompanhamento – 01/05/2013 a 31/05/2014
Data da visita de acompanhamento – Não houve visita de acompanhamento no período deste relatório.
Valor Verificado – R$ 4.026.537,74
A verificação das notas fiscais foi realizada por amostragem. Foram analisados 36% dos itens descritos na relação de pagamentos relativos aos gastos de 2013 e 2014 (1305 de um total de 3578 lançamentos), o que correspondeu a 79% do valor relatado (R$ 3.203.741,19 em R$ 4.026.537,74).
O período de acompanhamento esse relatório engloba seis relatórios de desempenho quadrienais do beneficiário.
O total da contrapartida apresentada pela TNC durante a execução do projeto foi de 3.536.666,68, superando em cerca de 10% o valor previsto de R$ 3.200.000,00 no projeto originalmente proposto.

**Relatório de Avaliação de Resultados**
Não foi disponibilizado fotos, vídeos, publicações e outras mídias do projeto.

Fragilidades Identificadas no Projeto

- As metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios do Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao Cadastro Ambiental Rural realizar o levantamento de dados ambientais e fundiários de propriedades rurais, quantas propriedades, qual a metragem, etc., ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não. É importante ressaltar que consta um indicador sinalizando que como meta a adesão de somente 20% das propriedades.

- Comprovação de recibos e notas fiscais realizadas por amostragem.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Liberação da segunda parcela anteriormente a aprovação do Grupo de Acompanhamento.

- Liberação da terceira, quarta e quinta parcelas sem aprovação do Grupo de acompanhamento.

- Os valores verificados nos três relatórios de acompanhamento totalizaram R$ 13.879.561,83, enquanto que o valor liberado para verificação foi de R$ 16.000.000,00, então R$ 2.123.438,17 ficou sem comprovação de Notas Fiscais e/ou recibos.

**Lote 01**
**Fundação de Apoio Institucional Muraki**

Número da Operação: 2.350.729
Valor do Apoio Financeiro: R$ 4.614.587,03
Vigência 36 meses a contar da assinatura do contrato, que foi assinado em 06/05/2011.

**Objetivo do Projeto**
Promover o mapeamento social de 27 comunidades do Bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia.

Percebe-se também que as metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, promover o mapeamento social de 27 comunidades do Bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia, ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## Resumo do Quadro de Usos e Fontes do Projeto

| USOS | | Total | % |
|---|---|---|---|
| **Total de Usos** | **R$** | **4.614.587,03** | **100%** |
| Material de Consumo | R$ | 382.058,00 | 8,3% |
| Passagens | R$ | 351.192,00 | 7,6% |
| Diárias | R$ | 334.560,00 | 7,3% |
| Bolsas para Pesquisadores | R$ | 2.487.600,00 | 53,9% |
| Serviços Técnicos Especializados e Outros | R$ | 386.750,00 | 8,4% |
| Obras Civis e Instalações | R$ | 250.000,00 | 5,4% |
| Equipamentos e material permanente | R$ | 198.980,00 | 4,3% |
| Despesas Operacionais e Administrativas em favor da Fundação Muraki | R$ | 223.447,03 | 4,8% |
| **FONTES** | | **Total** | **%** |
| **Total de Fontes** | **R$** | **4.614.587,03** | **100,0%** |
| BNDES | R$ | 4.614.587,03 | 100,0% |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Componente I | Mapeamento social em 27 comunidades da Amazônia realizado | | | | Prazo: 36 meses |
|---|---|---|---|---|---|
| Detalhamento das Atividades | Realização de cursos de capacitação em GPS, legislação ambiental e direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais; | | | | |
| | Compilação de dados para a posterior edição do fascículo; | | | | |
| | Realização de cursos técnicos complementares; | | | | |
| | Produção de mapas situacionais dos territórios, através de autocartografia; | | | | |
| | Edição dos 27 fascículos; | | | | |
| | Edição dos 02 livros | | | | |
| | Edição dos 09 boletins; e | | | | |
| | Edição das 09 cartilhas | | | | |
| **Item Apoiável** | **Especificação** | **Qtde** | **Valor (R$)** | | |
| | | | **Unitário** | **Total** | |
| Material de Consumo | papel A4 reciclado - caixas | 45 | R$ 95,00 | R$ 4.275,00 | |
| | cartuchos para impressora - par | 9 | R$ 925,00 | R$ 8.325,00 | |
| | fita mini DV - caixas | 25 | R$ 150,00 | R$ 3.750,00 | |
| | pilhas recarregáveis - cartela c/4 unidades + carregador | 9 | R$ 120,00 | R$ 1.080,00 | |
| | CDr, CDrw, DVDr, DVDrw, DVDR-DL | 1 | R$ 2.767,00 | R$ 2.767,00 | |
| | postagens: cartas, sedex | 9 | R$ 1.500,00 | R$ 13.500,00 | |
| | internet móvel (9 núcleos x 18 meses) | 162 | R$ 250,00 | R$ 40.500,00 | |
| | telefone celular (9 núcleos x 18 meses) | 162 | R$ 314,00 | R$ 50.868,00 | |
| | combustível | 27 | R$ 2.349,00 | R$ 63.423,00 | |
| | cola, pincel, papel kraft, fita gomada, etc para o funcionamento da oficina | 27 | R$ 359,20 | R$ 9.698,40 | |
| | alimentos não produzidos localmente (sal, café, açúcar, óleo, condimentos, etc) para cada oficina | 27 | R$ 2.205,80 | R$ 59.556,60 | |
| | **TOTAL** | | | **R$ 257.743,00** | |
| Passagens | aéreas | 7 | R$ 2.000,00 | R$ 14.000,00 | |
| | fluviais e rodoviárias para cada oficina | 27 | R$ 2.782,60 | R$ 75.114,00 | |
| | fluviais e rodoviárias das comunidades localizadas ao redor de cada oficina | 27 | R$ 1.800,00 | R$ 48.600,00 | |
| | fluviais para coleta de pontos com o GPS e entrega dos materiais gerados nas oficinas | 27 | R$ 1.709,00 | R$ 46.143,00 | |
| | frete para os alimentos não produzidos localmente | 27 | R$ 455,00 | R$ 12.285,00 | |
| | **TOTAL** | | | **R$ 196.142,00** | |
| Diárias | trabalho de campo e oficinas (27 x 5 pesquisadores) | | | | |
| | AC, AP: 13 dias x 3 ofic x 5 pesq x 2 UF | 390 | R$ 80,00 | R$ 31.200,00 | |
| | AM, RR: 11 dias x 3 ofic x 5 pesq x 2 UF | 330 | R$ 80,00 | R$ 26.400,00 | |
| | RO: 8 dias x 3 ofic x 5 pesq x 1 UF | 120 | R$ 80,00 | R$ 9.600,00 | |
| | PA, MA, TO, MT: 7 dias x 3 ofic x 5 pesq x 4 UF | 420 | R$ 80,00 | R$ 33.600,00 | |
| | contatos inter-núcleos | 506 | R$ 80,00 | R$ 40.480,00 | |
| | 2 cozinheiras por 4 dias em cada oficina | 216 | R$ 80,00 | R$ 17.280,00 | |
| | **TOTAL** | | | **R$ 158.560,00** | |
| Bolsas para pesquisadores | **Coordenadores A com vínculo (5 pesq. X 36 m)** | 180 | R$ 2.400,00 | R$ 432.000,00 | |
| | **Coordenadores B com vínculo (11 pesq.)** | 348 | R$ 1.500,00 | R$ 522.000,00 | |
| | 1 pesq. x 12 m = 12 posições<br>2 pesq. X 24 m = 48 posições<br>8 pesq. X 36 m = 288 posições | | | | |
| | **Coordenadores B sem vínculo (10 pesq.)** | 300 | R$ 2.400,00 | R$ 720.000,00 | |
| | 2 pesq. x 12 m = 24 posições<br>1 pesq. X 24 m = 24 posições<br>7 pesq. X 36 m = 252 posições | | | | |
| | **Pesquisadores A com vínculo (21 pesq.)** | 276 | R$ 900,00 | R$ 248.400,00 | |
| | 7 pesq. x 6 m = 42 posições<br>6 pesq. X 12 m = 72 posições<br>5 pesq. X 18 m = 90 posições<br>3 pesq. X 24 m = 72 posições | | | | |
| | **Pesquisadores A sem vínculo (19 pesq.)** | 324 | R$ 1.500,00 | R$ 486.000,00 | |
| | 6 pesq. x 6 m = 36 posições<br>2 pesq. X 12 m = 24 posições<br>11 pesq. X 24 m = 264 posições | | | | |
| | **Pesquisadores B sem vínculo (2 pesq. X 36 m)** | 72 | R$ 1.100,00 | R$ 79.200,00 | |
| | **TOTAL** | | | **R$ 2.487.600,00** | |
| Serviços Técnicos Especializados e Outros | Fascículos impressão | 27 | R$ 3.100,00 | R$ 83.700,00 | |
| | Fascículos designer | 27 | R$ 1.000,00 | R$ 27.000,00 | |
| | Livro catalogo impressão | 1 | R$ 14.000,00 | R$ 14.000,00 | |
| | Livro catalogo designer | 1 | R$ 1.100,00 | R$ 1.100,00 | |
| | Livro impressão outro | 1 | R$ 7.000,00 | R$ 7.000,00 | |
| | Livro designer outro | 1 | R$ 900,00 | R$ 900,00 | |
| | Livros bilingue impressão | 2 | R$ 15.000,00 | R$ 30.000,00 | |
| | Livros bilingue designer | 2 | R$ 2.000,00 | R$ 4.000,00 | |
| | Livros bilingue tradução | 2 | R$ 6.000,00 | R$ 12.000,00 | |
| | Mapas designer impressão 110x90 cm | 5 | R$ 7.000,00 | R$ 35.000,00 | |
| | Xerox banner folders | 108 | R$ 100,00 | R$ 10.800,00 | |
| | Cartilhas impressão | 9 | R$ 3.000,00 | R$ 27.000,00 | |
| | Cartilhas designer | 9 | R$ 900,00 | R$ 8.100,00 | |
| | Boletim informativo impressão | 9 | R$ 3.500,00 | R$ 31.500,00 | |
| | Boletim informativo designer | 9 | R$ 1.000,00 | R$ 9.000,00 | |
| | Video documentario, edição, produção | 5 | R$ 6.000,00 | R$ 30.000,00 | |
| | **TOTAL** | | | **R$ 331.100,00** | |
| Equipamentos e material permanente | GPS + cabo conexão | 16 | R$ 900,00 | R$ 14.400,00 | |
| | **TOTAL** | | | **R$ 14.400,00** | |
| **TOTAL Componente 1** | | | | **R$ 3.445.545,00** | |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Componente II | Rede de pesquisadores envolvida no projeto Nova Cartografia Social na Amazônia apoiada | | | Prazo 36 meses |
|---|---|---|---|---|
| Detalhamento das Atividades | Estruturação de um banco de dados para armazenamento de todas as informações produzidas pelo projeto | | | |
| | Ampliação do espaço físico na UEA para coordenação da rede de pesquisa do projeto | | | |
| | Criação e manutenção de 04 Núcleos Bases | | | |
| | Manutenção de outros 04 Núcleos Bases | | | |
| | Realização dos 09 encontros regionais | | | |
| | Realização dos 03 seminários parciais | | | |
| | Realização do seminário geral | | | |
| **Item Apoiável** | **Especificação** | **Qtde** | **Valor (R$)** | |
| | | | **Unitário** | **Total** |
| Material de Consumo | papel A4 reciclado - caixas | 45 | R$ 95,00 | R$ 4.275,00 |
| | cartuchos para impressora - par | 9 | R$ 925,00 | R$ 8.325,00 |
| | fita mini DV - caixas | 20 | R$ 150,00 | R$ 3.000,00 |
| | pilhas recarregáveis - cartela c/4 unidades + carregador | 9 | R$ 120,00 | R$ 1.080,00 |
| | CDr, CDrw, DVDr, DVDrw, DVDR-DL | 1 | R$ 2.767,00 | R$ 2.767,00 |
| | postagens: cartas, sedex | 9 | R$ 1.500,00 | R$ 13.500,00 |
| | internet móvel (9 núcleos x 18 meses) | 162 | R$ 250,00 | R$ 40.500,00 |
| | telefone celular (9 núcleos x 18 meses) | 162 | R$ 314,00 | R$ 50.868,00 |
| | TOTAL | | | R$ 124.315,00 |
| Passagens | aéreas | 53 | R$ 2.000,00 | R$ 106.000,00 |
| | fluviais / rodoviárias | 117 | R$ 300,00 | R$ 35.100,00 |
| | rodoviárias | 13 | R$ 1.073,08 | R$ 13.950,00 |
| | TOTAL | | | R$ 155.050,00 |
| Diárias | 9 encontros regionais (60 particip. x 2 dias) | 1080 | R$ 80,00 | R$ 86.400,00 |
| | 3 seminários parciais (90 particip. x 2 dias) | 540 | R$ 80,00 | R$ 43.200,00 |
| | seminário geral (290 particip. x 2 dias) | 580 | R$ 80,00 | R$ 46.400,00 |
| | TOTAL | | | R$ 176.000,00 |
| Serviços Técnicos Especializados e Outros | **Encontros regionais / cursos (9)** | | | |
| | Local para realização | 9 | R$ 2.000,00 | R$ 18.000,00 |
| | Instalação microfone, caixa de som, microfone, outros | 9 | R$ 500,00 | R$ 4.500,00 |
| | Táxi, frete de Van, microônibus | 9 | R$ 1.000,00 | R$ 9.000,00 |
| | Coffee break | 9 | R$ 400,00 | R$ 3.600,00 |
| | **Seminários gerais parciais (3)** | | | |
| | Local para realização | 3 | R$ 2.500,00 | R$ 7.500,00 |
| | Instalação microfone, caixa de som, microfone, outros | 3 | R$ 500,00 | R$ 1.500,00 |
| | Táxi, frete de Van, microônibus | 3 | R$ 1.200,00 | R$ 3.600,00 |
| | Coffee break | 3 | R$ 600,00 | R$ 1.800,00 |
| | **Seminário geral (1)** | | | |
| | Local para realização | 1 | R$ 3.500,00 | R$ 3.500,00 |
| | Instalação microfone, caixa de som, microfone, outros | 1 | R$ 500,00 | R$ 500,00 |
| | Táxi, frete de Van, microônibus | 1 | R$ 1.350,00 | R$ 1.350,00 |
| | Coffee break | 1 | R$ 800,00 | R$ 800,00 |
| | TOTAL | | | R$ 55.650,00 |
| Obras Civis e Instalações | Reaqeguações físicas conforme Anexo 3 | 1 | R$ 250.000,00 | R$ 250.000,00 |
| | TOTAL | | | R$ 250.000,00 |
| Equipamentos e material permanente | Servidor e acessórios para o banco de dados | 1 | R$ 60.000,00 | R$ 60.000,00 |
| | Máquinas fotográficas digitais | 8 | R$ 550,00 | R$ 4.400,00 |
| | Gravadores digitais de áudio | 8 | R$ 200,00 | R$ 1.600,00 |
| | Filmadora 3 CCD ou similar com tripé | 8 | R$ 2.500,00 | R$ 20.000,00 |
| | Data show | 8 | R$ 1.500,00 | R$ 12.000,00 |
| | Armários de aço | 2 | R$ 600,00 | R$ 1.200,00 |
| | Mesas de reunião | 2 | R$ 915,00 | R$ 1.830,00 |
| | Cadeiras | 20 | R$ 120,00 | R$ 2.400,00 |
| | Mesas para computadores com cadeiras | 9 | R$ 550,00 | R$ 4.950,00 |
| | Computadores desktop+nobreaks | 8 | R$ 4.000,00 | R$ 32.000,00 |
| | Lap tops | 8 | R$ 3.000,00 | R$ 24.000,00 |
| | Software (SO+programas+anti-virus) | 9 | R$ 1.000,00 | R$ 9.000,00 |
| | Impressoras formato A3 | 8 | R$ 900,00 | R$ 7.200,00 |
| | Scaners formato A4 | 8 | R$ 500,00 | R$ 4.000,00 |
| | TOTAL | | | R$ 184.580,00 |
| TOTAL Componente 2 | | | | R$ 945.595,00 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Data da Liberação | Valor |
|---|---|---|
| 15/11/2011 | 22/11/2011 | 740.869,38 |
| 07/05/2012 | 17/07/2012 | 1.308.803, 18 |
| Não foi informada a data | 18/04/2013 | 991.632,90 |
| 09/10/2013 | 13/12/2013 | 746.577,06 |
| 10/06/2014 | 23/06/2014 | 826.665,57 |
| Não consta solicitação desse recurso | 26/06/2014 | 1.308.842,12 |
| **Total** | | **4.614.587,03** |

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data Período de acompanhamento - 06/05/2011 a 30/03/2012
Data do Relatório – 04/05/2012
Não foi disponibilizado a relação de gastos no período.

**Relatório de Acompanhamento da Primeira Liberação**
Data do Relatório – 17/08/2012
Período de acompanhamento – 25/11/2011 a 31/03/2012
Data prevista para o próximo acompanhamento – janeiro/2013
Data da Liberação – 07/05/2010
Data da visita de acompanhamento – Não houve visita de acompanhamento
Valor Acompanhado – 740.869,00
É importante ressaltar que ocorreu a liberação da segunda parcela no valor de R$ 1.308.803, 18 no dia 17/07/2012, ou seja, anteriormente a elaboração do relatório de acompanhamento da primeira liberação
A Fundação apresentou atrasos no cumprimento das condições prévias à liberação da primeira parcela, que só ocorreu cinco meses após a contratação do projeto. Da mesma forma, foram observados erros e nconsistências na primeira prestação de contas apresentada em março de 2012. O GAc precisou solicitar diversos esclarecimentos e ajustes razão pela qual a liberação da segunda parcela só ocorreu em julho de 2012.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data - 21/02/2013
Período de acompanhamento - 01/04/2012 a 31/12/2012
Não foi disponibilizado a relação de gastos do projeto no período.

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data – 17/04/2013
Valor Acompanhado – 1.308.803, 18
Período de acompanhamento – 01/04/2012 a 31/12/2012
Data da visita de acompanhamento – 22 e 23 de janeiro de 2013

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

A comprovação de notas fiscais e recibos foi realizada por amostragem. O critério utilizado para seleção de documentos comprobatórios foi o ordenamento destes por ordem decrescente em valor até o montante de 80% do valor gasto no período. Além disso, foram analisados outros documentos selecionados de forma aleatória. Ao final desta análise, o GAc havia analisado documentos referentes a 82% do valor total utilizado na 2ª parcela, o que correspondeu a 480 notas. Todas as notas e recibos estavam identificados com carimbo do Fundo Amazônia conforme solicitado na última prestação de contas. Após esclarecimentos e ajustes, concluiu-se que todos os documentos estavam regulares.

**Terceiro Relatório de Desempenho**
Data – 12/12/2013
Período de acompanhamento - 01/01/2013 a 30/09/2013
Não foi disponibilizado a relação de gastos do projeto no período.

**Terceiro Relatório de Acompanhamento**
Data – 16/12/2013
Período de acompanhamento – 01/01/2013 a 30/09/2013
Data da visita de acompanhamento – Não houve visita de acompanhamento no período deste relatório.
Valor acompanhado – R$ 991.632,90

É importante ressaltar que ocorreu a liberação da quarta parcela no valor de R$ 746.577,06 no dia 13/12/2013, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da terceira parcela que foi realizada por meio desse relatório emitido em 16/12/2013.
A comprovação dos gastos foi realizada por amostragem. O critério utilizado para seleção de documentos comprobatórios foi o ordenamento destes por ordem decrescente em valor e sua seleção até o montante de 80% do valor gasto no período. Além disso, foram analisados outros documentos selecionados de forma aleatória. Ao final desta análise, o GAc havia analisado documentos referentes a 82% do valor total utilizado na 3ª parcela, o que correspondeu a 531 notas ou 53% do total. Todos os comprovantes de despesas estavam identificados com carimbo do Fundo Amazônia. Após esclarecimentos e ajustes, não foram encontradas irregularidades.

**Quarto Relatório de Desempenho**
Data – não consta data no relatório
Período de acompanhamento - outubro de 2013 a março de 2014
Não foi disponibilizado a relação de gastos do projeto no período.

**Quarto Relatório de Acompanhamento**
Data – 17/06/2014
Valor acompanhado – R$ 746.577,06
Período de acompanhamento – 01/10/2013 a 31/03/2014
Data da visita de acompanhamento – 29/04/2014.
É importante ressaltar que ocorreu a liberação da quinta no valor de R$ 826.665,57 no dia 23/06/2014,, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da quarta parcela que foi realizada por meio desse relatório emitido em 17/06/2014.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

A comprovação dos gastos foi realizada por amostragem. O critério utilizado para seleção de documentos comprobatórios foi o ordenamento destes de forma decrescente em valor e sua seleção até o montante de 82% do valor gasto no período. Além disso, foram analisados outros documentos selecionados de forma aleatória. Ao final desta análise, o GAc havia analisado documentos referentes a' 89% do valor total utilizado na 4i parcela, o que correspondeu a 352 notas ou 65% do total. Todos os comprovantes de despesas estavam identificados com carimbo do Fundo Amazônia. Após esclarecimentos e ajustes, não foram encontradas irregularidades.

**Quinto Relatório de Desempenho**
Data – não consta data no relatório
Período de acompanhamento - abril a dezembro de 2014;
Somente 4 de 11 páginas do relatório estão preenchidas.
Não foi disponibilizado a relação de gastos do projeto no período.

**Quinto Relatório de Acompanhamento**
Data – 21/08/2015
Valor acompanhado – R$ 2.135.507,69
Período de acompanhamento – 01/04/2014 a 22/07/2015
É importante ressaltar que ocorreu a liberação da última parcela no valor de quinta no valor de R$ 1.308.842,12, no dia 26/06/2014, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da quinta parcela que foi realizada por meio desse relatório emitido em 21/08/2015.
A comprovação dos gastos foi realizada por amostragem. O critério utilizado para seleção de documentos comprobatórios foi o ordenamento destes de forma decrescente em valor e a seleção de outros selecionados de forma aleatória. O GAc analisou documentos referentes a 77% do valor total utilizado na 5ª parcela e 33% do total de documentos.
Todos os comprovantes de despesas estavam identificados com carimbo do Fundo Amazônia. Após esclarecimentos e ajustes, não foram encontradas irregularidades.
Percebe-se que o GAc não analisou os gastos efetuados com os recursos liberados na última parcela no valor de R$ 1.308.842,12

**Relatório de Avaliação de Resultados**
Não foi disponibilizado fotos, vídeos, publicações e outras mídias do projeto.

Fragilidades Identificadas no Projeto

- As metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, promover o mapeamento social de 27 comunidades do Bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia, ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não.
- A comprovação dos gastos foi realizada por amostragem
- Ocorreu a liberação da segunda parcela no valor de R$ 1.308.803,18 no dia 17/07/2012, portanto anteriormente a elaboração do relatório de acompanhamento da primeira liberação emitido em 17/08/2012.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Ocorreu a liberação da quarta parcela no valor de R$ 746.577,06 no dia 13/12/2013, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da terceira parcela que foi realizada por meio desse relatório emitido em 16/12/2013.
- Ocorreu a liberação da quinta parcela no valor de R$ 826.665,57 no dia 23/06/2014, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da quarta parcela que foi realizada por meio desse relatório emitido em 17/06/2014.
- Ocorreu a liberação da quinta última parcela no valor de R$ 1.308.842,12 no dia 26/06/2014, portanto anteriormente a aprovação da prestação de contas da quinta parcela que foi realizada por meio desse relatório emitido em 21/08/2015.
- O GAc não analisou os gastos efetuados com os recursos liberados na última parcela no valor de R$ 1.308.842,12
- Não disponibilização da solicitação de liberação da última parcela de recursos.
- Não disponibilização de fotos, vídeos, publicações e outras mídias do projeto no relatório de Avaliação do Projeto

**Lote 02**
**Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM**

**CNPJ 33.645.482/0001-96**
Número da Operação: 4.067.384/0001
Valor da Colaboração Financeira: R$ 18.853.482,32
Prazo de execução: 48 meses – O contrato foi assinado em 05/02/2013
O contrato foi prorrogado por mais 12 meses, ou seja, até 05/02/2018

**Objetivo do Projeto**
Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios que integrem o bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e pelo estímulo à inovação e promoção da articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais
O público-alvo do projeto é formado pelos funcionários dos órgãos de administração municipal voltados para a gestão ambiental local, podendo alcançar os 529 municípios do Bioma Amazônia, distribuídos pelos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).
**Quadro de Uso e Fontes**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Usos | Valor a ser realizado | % |
|---|---|---|
| **Recursos Humanos Próprios** | **4.515.146,20** | **23,95%** |
| **Contratação de Serviços** | **7.207.094,80** | **38,23%** |
| **Gastos Administrativos (telefone, fax, correio, internet)** | **234.000,00** | **1,24%** |
| **Gastos Diretos** | **4.082.233,22** | **21,65%** |
| - Despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção) | 1.999.200,00 | 10,60% |
| - Material de consumo (papel, pastas, cartucho) | 348.000,00 | 1,85% |
| - Despesas com eventos | 118.400,00 | 0,63% |
| - Aluguel de salas | 33.600,00 | 0,18% |
| - Aluguel de equipamentos | 308.000,00 | 1,63% |
| - Aluguel de escritórios | 420.000,00 | 2,23% |
| - Reserva para insumos necessários e não previstos | 855.033,22 | 4,54% |
| **Outros** | **2.815.008,10** | **14,93%** |
| - Direção geral e suporte administrativo financeiro | 1.520.104,36 | 8,06% |
| - Reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos) | 928.952,67 | 4,93% |
| - Despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos | 365.951,07 | 1,94% |
| **Total** | **18.853.482,32** | **100,00%** |
| **Fontes** | **Valor a ser realizado** | **%** |
| BNDES | 18.853.482,32 | 100,00% |
| **Total** | **18.853.482,32** | **100,00%** |

**Componente n° 1** - Capacitação com foco na gestão ambiental para os municípios que integram o Bioma Amazônia. Valor total do componente n° 1: R$ 2.007.865,55. A capacitação terá a duração de 18 messes.

Recursos Humanos Próprios = 25% - R$ 496.309,44
Contratação de Serviços – 51% - 1.024.238,00
Gastos Administrativos – (telefone, fax, correio, internet) 1% - R$ 19.500,00
Gastos Diretos (despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção), material de consumo (papel, pastas, cartucho), alimentação, aluguel de salas, aluguel de equipamentos) – 7% - R$ 138.259,66
Outros (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) - 16% R$ 329.558,45
Total – R$ 2.007.865,55

**Componente n° 2** – Realização de encontros com o poder legislativo municipal
Valor total do componente n° 2 – R$ 924.926,43 – Essa atividade irá durar 15 meses.
Propõe-se a realização de, pelo menos, 12 momentos de atividades presenciais em municípios polos.
Haverá a produção do material didático para os 529 municípios. No entanto, os eventos presenciais irão contemplar representantes dos 234 municípios considerados prioritários, de média e de alta prioridade.
Recursos Humanos Próprios – 24% - R$ 223.732,44
Contratação de serviços – 28% - R$ 256.740,00
Gastos administrativos – (telefone, fax, correio, internet) 2% - R$ 19.500,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Gastos diretos- (despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção), material de consumo (papel, pastas, cartucho), alimentação, aluguel de salas, aluguel de equipamentos) 32% - R$ 315.446,78
Outros – (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) 14% - 129.007,21

**Componente n° 3** - Orientação técnico-jurídica aos governos municipais.
Valor total do componente n° 3: R$ 4.651.271,33
Essa ação envolverá os 529 municípios e se prolongará por 42 meses
Recursos Humanos Próprios – 19% - R$ 884.207,28
Contratação de serviços – 45% - R$ 2.079.380,00
Gastos administrativos – (telefone, fax, correio, internet) 1% - R$ 63.000,00
Gastos diretos - despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção), material de consumo (papel, pastas, cartucho), aluguel de equipamentos) 21% - R$ 960.942,01
Outros (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) – 14% - R$ 663.742,04

**Componente nº 4** - Construção de comunidades de aprendizagem
Valor total do componente n° 4: R$ 649.838,55
O público-alvo desta ação, que perdurará por 26 meses, é formado pelos integrantes que participaram das atividades dos componentes 1 e 2 explicados anteriormente (capacitação com foco na gestão ambiental para municípios e encontros com o Poder Legislativo municipal).

Recursos Humanos Próprios – 54% - R$ 353.614,80
Contratação de serviços – 15% - R$ 96.000,00
Gastos administrativos – (telefone, fax, correio, internet) 2% - R$ 10.500,00
Gastos diretos - material de consumo (papel, pastas, cartucho), aluguel de equipamentos) 8% - R$ 55.471,14
Outros (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) – 21% - R$ 134.252,61

**Componente nº 5** - Realização de premiação de boas práticas municipais.
Valor total do componente n° 5: R$ 632.061,00
Recursos Humanos Próprios – 54% - R$ 338.970,72
Contratação de serviços – 3% - R$ 20.000,00
Gastos administrativos – (telefone, fax, correio, internet) 2% - R$ 10.500,00
Gastos diretos - despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção) material de consumo (papel, pastas, cartucho), aluguel de equipamentos) 22% - R$ 140.664,90
Outros (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) – 19% - R$ 121.925,38

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Componente nº 6 -** Aprimoramento da relação estados/municípios para descentralização da gestão ambiental.
Valor total do componente n° 6: R$ 1.007.077,21
Serão realizadas, portanto, nove mesas de diálogo visando a promover essa articulação.
Recursos Humanos Próprios – 33% - R$ 333.714,40
Contratação de serviços – 8% - R$ 81.000,00
Gastos administrativos – (telefone, fax, correio, internet) 1% - R$ 15.000,00
Gastos diretos - despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção) material de consumo (papel, pastas, cartucho), aluguel de equipamentos) - 43% - R$ 432.872,44
Outros (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) – 14% - R$ 144.490,37

**Componente nº 7 -** Desenvolvimento da tecnologia de suporte adequada à implementação do projeto.
**Valor total do componente n° 7: R$ 3.838.248, 18**
Esse componente, assim como o seguinte, tem um caráter transversal e tem por finalidade conferir suporte ao desenvolvimento dos componentes descritos anteriormente. Nele estão reunidas as ações de desenvolvimento e implementação dos canais e mídias digitais necessários à execução do projeto, possibilitando o adequado suporte tecnológico aos processos educacionais previstos.
Recursos Humanos Próprios – 11% - R$ 409.291,20
Contratação de serviços – 67% - R$ 2.573.500,80
Gastos administrativos – (telefone, fax, correio, internet) 1% - R$ 24.000,00
Gastos diretos - despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção) material de consumo (papel, pastas, cartucho), aluguel de equipamentos) - 7% - R$ 282.870,21
Outros (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) – 14% - R$ 548.585,97.

**Componente nº 8** - Coordenação geral e monitoramento das atividades.
As atividades a serem desenvolvidas neste componente estão divididas em três iniciativas:
1) Alinhamento institucional - etapa inicial que compreende a articulação do IBAM com instituições e atores relevantes na região para dar início ao desenvolvimento dos trabalhos de forma participativa; coleta de dados e produção de diagnósticos de referência para nivelamento teórico-metodológico da equipe técnica, bem como para a análise da área de intervenção do programa.
2) Instalação de dois escritórios regionais para estreitar as relações do IBAM com a região ao longo da execução do Programa, bem como favorecer o alcance de resultados por meio da interlocução contínua com as instituições e os atores locais. O pressuposto é atuar em parceria com entidades locais, bem como organizar rede de colaboradores na própria região que venha a contribuir para a execução de componentes ou linhas de ação. A escolha dos estados onde ficarão esses escritórios ocorrerá ao final do alinhamento institucional (isto é, por volta do sexto mês de execução do projeto);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

3) Articulação gerencial. Envolve a estruturação da equipe gestora do projeto, responsável pelas funções de direção, coordenação e controle, bem como de acompanhamento e avaliação dos resultados pretendidos. Haverá, também, a formação de um comitê do projeto, para coordenação das equipes operacionais para que haja colaboração entre elas durante a implementação das atividades.

**Valor total do componente n° 8: R$ 5.142.194,05**
Recursos Humanos Próprios – 29% - R$ 1.475.305,92
Contratação de serviços – 21% - R$ 1.076.236,00
Gastos administrativos – (telefone, fax, correio, internet) 1% - R$ 72.000,00
Gastos diretos - despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção) material de consumo (papel, pastas, cartucho), aluguel de equipamentos) - 35% - R$ 1.775.206,08
Outros (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) – 14% - R$ 743.446,05.

Merecem ser destacados os seguintes itens do total de recursos a serem repassados para o IBAM no valor de R$ 18.872.982,29:

- **R$ 11.722.241,00 cerca de 62%** do valor repassado destina-se a recursos humanos próprios **24**% ( 4.515.146,20) e **38%** para contratação de serviços (7.207.094,80).
- **R$ 7.150.741,29 cerca de 38**% do valor repassado destina-se a G**astos Diretos 21,73% (R$ 4.101.733,21)** (despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção) material de consumo (papel, pastas, cartucho), aluguel de equipamentos), **Outros 14,9% (R$ 2.815.008,80)** (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) e **Gastos administrativos 1,23%(R$ 234.000,00)** (telefone, fax, correio, internet)
- **R$ 1.783.985,89 cerca de 9,5%** do valor repassado foi alocado como Reserva técnica para insumos necessários e não previstos e variação de preços dos itens relativos ao insumo. É importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União determinou em vários Acórdãos para que fosse expurgado o item reserva técnica de planilhas de custos. Isso fica demonstrado no ACÓRDÃO Nº 265/2010 – TCU-Plenário, de 24/02/2010, por meio do qual o Tribunal de Contas da União determinou a caixa Econômica Federal na Determinação 9.1.28 que: " ***Abstenha-se de prever valores a título de CSLL, IRPJ e reserva técnica no demonstrativo de formação de preço".***
- **R$ 5.142.194,05 cerca** de 27% do valor alocado no projeto foi alocado no **componente 8** que é responsável pela coordenação geral e monitoramento do projeto.

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Valor Solicitado | Data da Liberação | Valor Liberado |
|---|---|---|---|
| 15/08/2013 | 1.175.879,11 | 04/10/2013 | 1.715.879,11 |
| 07/072014 | 2.407.837,98 | 22/07/2014 | 2.407.837,98 |
| 29/04/2015 | 3.346.074,2100 | 05/05/2015 | 3.346.074,21 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 28/01/2016 | 4.249.464,07 | 05/02/2016 | 4.249.464,07 |
| 20/09/2016 | 2.770.452,26 | 07/10/2016 | 2.770.452,26 |
| 23/01/2017 | 4.903.774,68 | 13/02/2017 | 4.903.774,68 |
| **Total** | **18.853.483,22** | | **18.853.483,22** |

Percebe-se que, exceto a primeira liberação que ocorreu cerca de 50 dias após a solicitação, as demais liberações financeiras ocorreram de maneira muito célere, a segunda demorou 15 dias, a terceira 07 dias, a quarta 07 dias, a quinta 17 dias e a sexta 20 dias após a solicitação do IBAM.

**Detalhamento das liberações Financeiras**

| **Itens** | **Primeira Parcela** | **Segunda Parcela** | **Terceira Parcela** | **Quarta Parcela** | **Quinta Parcela** | **Sexta Parcela** | **Tot** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Humanos Próprios | 395.412,04 | 682.700,21 | 742.248,42 | 949,269,00 | 795.146,97 | 1.497.704,45 | **4.11** |
| Contratação de Serviços | 399.420,00 | 1.020.897,92 | 2.151.202,00 | 2.261.069,32 | 1.327.384,52 | 2.048.221,44 | **9.20** |
| Gastos administrativos | - | 27.000,00 | 10.000,00 | 27.000,00 | 15.000,00 | 17.000,00 | **96.0** |
| Gastos diretos | 180.327,85 | 334.977,77 | 257.335,08 | 688.520,00 | 322.600,00 | 921.040,00 | **2.70** |
| Outros | 200.720,14 | 342.262,08 | 185.258,70 | 335.605,15 | 310.320,77 | 419.808,79 | **1.79** |
| **Total** | **1.175.880,03** | **2.407.837,98** | **3.346.074,20** | **4.249.464,07** | **2.770.452,26** | **4.903.774,68** | **18.8** |

**Primeira Nota de Acompanhamento –**
Data: 27/09/2013
A presente nota destina-se a registrar reunião ocorrida na sede do IBAM, em 26/09/2013, no Rio de Janeiro, relativa ao encontro da RECAM - Rede de capacitação em gestão socioambiental municipal dos municípios da Amazônia, da qual o IBAM faz parte.
Para finalizar, vale mencionar que corno o IBAM é uma instituição com bastante experiência em capacitação de municípios, fundamentalmente no formato à distância e, como o instituto tem pouca experiência e inserção na região da Amazônia Legal, essa iniciativa é bastante relevante para o desenvolvimento do projeto contratado com o Fundo Amazônia.

**Segunda Nota de Acompanhamento –** (conteúdo 4 páginas)
Data: 27/09/2013
Efetivação da 1 ª liberação para projeto do IBAM: riscos decorrentes do convênio, com Ministério das Cidades.
A presente nota destina-se a explicar o contexto da primeira liberação, de R$ 1,175.879, 11, para o projeto do IBAM, registrando a situação pela qual o beneficiário está passando em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

relação ao convênio n° 007 /2004, firmado entre o instituto e o Ministério das Cidades, com o objetivo de planejar, elaborar e implantar Ensino à Distância para Prestadores de Serviços de Saneamento, no âmbito do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDA), no valor de R$ 935.870,00 (composto dessa forma: R$ 779.870,00 de recursos do OGU e R$ 156.0OO, OO de contrapartida do IBAM). O convênio foi celebrado em 23/12/ 2004 e terminou em 31/12/2006.
O IBAM recebeu o Ofício nº 000189/2013/SNSA/MCIDADES, de 22 de fevereiro de 2013, em que o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental afirma que após o exame das documentações enviadas pelo IBAM, ainda persistem inconsistências na prestação de contas do convênio nº 007/2004, e que por isso o instituto estava sendo inscrito como inadimplente no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Além disso, no mesmo documento, o secretário ponderou que as pendências ainda existentes deveriam ser sanadas em um prazo de até 20 dias ou então o IBAM deveria devolver o valor repassado, por meio de pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), com o valor do débito imputado acrescido de correção monetária e juros de mora (correspondente a R$ 1.676.728,97, tendo por referência o valor histórico de R$ 593.195163). Adicionalmente, o documento alertava o instituto que, caso a situação não fosse regularizada dentro do prazo estabelecido, seriam iniciados os procedimentos para Tomada de Contas Especial (TCE).
Por todo o exposto, percebe-se que há um risco de que o IBAM tenha que devolver a quantia supracitada ou pelo menos parte dela à União. Porém, a situação ainda não chegou a uma resolução final.
Percebe-se que a equipe do BNDES mesmo com a informação de que o IBAM estava inscrito no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI aprovou a liberação da transferência de recursos referente a primeira parcela no valor de R$ 1.715.879,11, que se efetivou em 04/10/2013.
É importante ressaltar também que o IBAM permaneceu como inadimplemente no SIAFI e no CEPIM de janeiro a outubro de 2013, sendo que esta inadimplência foi cancelada após o IBAM em 31/10/2013 ter devolvido em dinheiro a importância de R$ 679.630,23 em 31/10/2013. Ressalte-se em 04/10/2013 o BNDES repassou para o IBAM R$ 1.715.879,11.
É importante ressaltar também que o IBAM no dia 30/11/2013, encaminhou Ofício ao Ministério das Cidades informando que por estar no CEPIM estava atravessando grande crise financeira motivo pelo qual solicitava o parcelamento do débito. Por esse motivo solicitamos o extrato da conta do convênio no mês de outubro de 2013. O extrato enviado informa que não houve saques na conta no mês de outubro. Entramos em contato com a CGU para verificar junto ao COAF a veracidade do extrato apresentado.

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data – Não foi informado data
Valor Liberado – R$ 1.715.879,11
Período de acompanhamento - 09/10/2013 a 06/06/2014.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.

**Terceira Nota de Acompanhamento** (conteúdo 3 páginas**)**
Data – 22/07/2014
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da segunda parcela do projeto no valor R$ 2.407.837,98.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para utilização da parcela dos recursos relativos às ações previstas nas componentes 1 a 6 do quadro de usos e fontes do projeto previsto na Cláusula Primeira: apresentação de acordo, termo de cooperação técnica ou instrumento jurídico similar celebrado entre o BENEFICIÁRIO e os municípios destinatários das capacitações/treinamentos previstos no âmbito deste projeto, mediante o qual estes se comprometam a disponibilizar servidores municipais para a participação nos referidos cursos. Para fins de cumprimento desta condição, estipula-se a meta de celebração do referido instrumento com, pelo menos, 25% do somatório dos municípios classificados como de prioridade "alta" e "prioritários", ou, ainda, no mínimo, com 30% do somatório daqueles com prioridade "média", "alta" e "prioritários", conforme índice de prioridade estabelecido pelo BENEFICIÁRIO no âmbito do projeto a que se refere à Cláusula Primeira.
**Comentário:** O Beneficiário enviou cópia de 36 termos de adesão assinados, referentes a municípios classificados como "Prioritários" e de " Alta Prioridade". Dessa forma, considera-se cumprida essa condição uma vez que eram necessárias 34 adesões nessas categorias. No total, foram realizadas 60 adesões ao Programa.
Diante do exposto, o GAc considera que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM está apto a solicitar nova parcela de recursos para o prosseguimento da execução do projeto.
Percebe-se que a aprovação da liberação da segunda parcela ocorreu anteriormente a aprovação dos recursos liberados na primeira parcela no valor de R$ 1.715.879,11.
Percebe-se também que o argumento utilizado para a liberação dos recursos foi o fato do Beneficiário ter enviado cópia de 36 termos de adesão assinados, totalizando 60 adesões ao programa.

**Primeiro Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 15/08/2014
Período de acompanhamento - - 09/10/2013 a 06/06/2014
Data da Visita de Acompanhamento – 30/06/2014
Valor Acompanhado – R$ 1.715.879,11
Os auditores independentes ainda enfatizaram o fato de o IBAM possuir três ações cíveis movidas pelo Ministério Público do Paraná, pleiteando a devolução de remuneração paga pelo Município de Ponta Grossa ao IBAM; e uma Ação Popular, questionando a imunidade da Instituição quanto ao pagamento de impostos e contribuições de caráter social. Para ambos os casos, segundo consta no parecer dos auditores, os assessores jurídicos do IBAM consideram improváveis a perda das causas, que ultrapassam R$18 milhões.
O projeto encontra-se com sua "execução física" conforme planejado. Destaca-se que os primeiros meses do projeto se limitaram a ações de planejamento e mobilizações.
O GAc fez duas visitas de acompanhamento ao IBAM, sendo a primeira para a prestação de contas relativas ao período de que trata este RAc e a outra para reforçar o entendimento a respeito da plataforma onde se dará a orientação técnico-jurídica aos governos dos municípios (Componente 3 ). Em ambas as visitas o GAc foi atendido em suas solicitações e conseguiu sanar eventuais dúvidas sobre o projeto e a instituição

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| USOS | ORÇAMENTO APROVADO | Realizado no periodo 01/10/2013 a 06/06/2014 | TOTAL Realizado | TOTAL A LIBERAR |
|---|---|---|---|---|
| **Recursos Humanos Próprios** | **4.515.146,20** | **315.168,21** | **315.168,21** | **4.199.977,99** |
| **Contratação de Serviços** | **7.207.094,80** | **237.946,91** | **237.946,91** | **6.969.147,89** |
| **Gastos Diretos** | **4.082.233,22** | **99.991,65** | **99.991,65** | **3.982.241,57** |
| Despesas de Viagens | 1999.200,00 | 91507,45 | 91507,45 | 1907.692,55 |
| Material de Consumo | 348.000,00 | 1087,12 | 1087,12 | 346.912,88 |
| Despesas de Eventos | 18.400,00 | 0,00 | 0,00 | 18.400,00 |
| Aluguel de Equipamentos | 308.000,00 | 0,00 | 0,00 | 308.000,00 |
| Aluguel de Escritórios | 420.000,00 | 0,00 | 0,00 | 420.000,00 |
| Reserva para insumos necessários e não previstos | 855.033,22 | 7.397,08 | 7.397,08 | 847.636,14 |
| **Gastos Administrativos** (tel, fax, correio, net etc...) | **234.000,00** | **784,05** | **784,05** | **233.215,95** |
| **Outros** | **2.815.008,09** | **174.072,60** | **174.072,60** | **2.640.935,49** |
| Direção geral e suporte administrativo financeiro | 1520.104,35 | 174.072,60 | 174.072,60 | 1346.031,75 |
| Reserva técnica | 928.952,67 | 0,00 | 0,00 | 928.952,67 |
| Despesas com marketing inst/public e seg diversos | 365.951,07 | 0,00 | 0,00 | 365.951,07 |
| Total | 18.853.482 | 827.963 | 827.963 | 18.025.519 |

| FONTES | ORÇAMENTO APROVADO | Liberado no periodo 01/10/2013 a 06/06/2014 | TOTAL LIBERADO | TOTAL A LIBERAR |
|---|---|---|---|---|
| **BNDES** | **18.853.482,30** | **1.175.879,11** | **1.175.879,11** | **18.853.482,30** |
| **BNDES - Rendimentos das Aplicações Financeiras** | | 8.606,91 | 8.606,91 | |
| **Outras Fontes** | | **0,00** | **0,00** | |

O IBAM, através do ReD enviado, apresentou relação dos pagamentos realizados no período de acompanhamento. Segundo o documento, haviam sido executados R$ 827.963,42, referentes a 338 operações. O GAc, para comprovar o uso dos recursos, selecionou 105 operações (as de maior valor e algumas aleatórias), que totalizavam R$ 694.153,76, que corresponde a 84% do total desembolsado pelo IBAM.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data – Não foi informada a data do Relatório
Período de acompanhamento - 06/06/2014 a 28/02/2015
Valor Liberado - 2.407.837,98
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Quarta Nota de Acompanhamento** (conteúdo 3 páginas**)**
Data – 06/05/2015

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da terceira parcela do projeto no valor R$ 3.346.074,21.
O GAc analisou os documentos de prestação de contas, considerando-a satisfatória. Foram analisados comprovantes que totalizam aproximadamente 85% do valor utilizado no período.
Para utilização da parcela dos recursos relativos às ações previstas nas componentes 1 a 6 do quadro de usos e fontes do projeto previsto na Cláusula Primeira: apresentação de acordo, termo de cooperação técnica ou instrumento jurídico similar celebrado entre o BENEFICIÁRIO e os municípios destinatários das capacitações/treinamentos previstos no âmbito deste projeto, mediante o qual estes se comprometam a disponibilizar servidores municipais para a participação nos referidos cursos. Para fins de cumprimento desta condição, estipula-se a meta de celebração do referido instrumento com, pelo menos, 25% do somatório dos municípios classificados como de prioridade "alta" e "prioritários", ou, ainda, no mínimo, com 30% do somatório daqueles com prioridade "média", "alta" e "prioritários", conforme índice de prioridade estabelecido pelo BENEFICIÁRIO no âmbito do projeto a que se refere à Cláusula Primeira.
Comentário: O Beneficiário enviou em 17/04/2014 cópia de 36 termos de adesão assinados, referentes a municípios classificados corno "Prioritários" e de "Alta Prioridade". Dessa forma, considera-se cumprida essa condição uma vez que eram necessárias 34 adesões nessas categorias. Já foram realizadas mais de 200 adesões ao Programa.
Diante do exposto, o GAc considera que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM está apto a solicitar nova parcela de recursos para o prosseguimento da execução do projeto.

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 06/11/2015
Período de acompanhamento - - 07/06/2014 a 28/02/2015
Data da Visita de Acompanhamento – 22/04/2015
Valor Acompanhado – R$ 2.407.837,98
Os auditores independentes ainda enfatizaram o fato de o IBAM possuir duas ações cíveis movidas pelo Ministério Público do Paraná, pleiteando a devolução de remuneração paga pelo Município de Ponta Grossa ao IBAM; e duas ações populares, questionando a imunidade da instituição quanto ao pagamento de impostos e contribuições de caráter social. Para ambos os casos, segundo consta no parecer dos auditores, os assessores jurídicos do IBAM consideram improváveis as perdas das causas, que ultrapassam R$ 26 milhões.
O IBAM1 através do ReD n°2, de 02/06/2015, apresentou relação dos pagamentos realizados no período de acompanhamento. Segundo o documento, haviam sido executados R$ 1.982.958,92, referentes a 518 operações. O GAc, para comprovar o uso dos recursos, selecionou 108 operações (as de maior valor e algumas aleatórias), que totalizavam R$ 1.555.509, 10, que correspondem a 78% do total executado pelo IBAM.
Percebe-se que a informação constante na Quarta Nota de Acompanhamento que aprovou a liberação da terceira parcela de que "*O GAc analisou os documentos de prestação de contas, considerando-a satisfatória. Foram analisados comprovantes que totalizam aproximadamente 85% do valor utilizado no período*. ", não merece ser levada em consideração uma vez que a comprovação do uso dos recursos só veio a ser efetivada neste relatório de acompanhamento, portanto concluímos que a aprovação da liberação da terceira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

parcela ocorreu anteriormente a aprovação dos recursos liberados na segunda parcela no valor de R$ 2.407.837,98.
Percebe-se também que o argumento utilizado para a liberação dos recursos foi o fato do Beneficiário ter enviado cópia de 36 termos de adesão assinados, argumento este utilizado na liberação da segunda parcela de recursos.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.

**Terceiro Relatório de Desempenho**
Data – Não foi informada a data do Relatório
Período de acompanhamento - 01/03/2015 a 31/12/2015
Valor Liberado – R$ 3.346.074,21
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Quinta Nota de Acompanhamento** (conteúdo 3 páginas**)**
Data – 03/02/2016
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da quarta parcela do projeto no valor R$ 4.249.464,07.
O GAc analisou os documentos de prestação de contas, considerando-a satisfatória. Foram analisados 160 comprovantes que totalizam aproximadamente 64% do último valor liberado.
Para utilização da parcela dos recursos relativos às ações previstas nos componentes 1 a 6 do quadro de usos e fontes do projeto previsto na Cláusula Primeira: apresentação de acordo, termo de cooperação técnica ou instrumento jurídico similar celebrado entre o BENEFICIÁRIO e os municípios destinatários das capacitações/treinamentos previstos no âmbito deste projeto, mediante o qual estes se comprometam a disponibilizar servidores municipais para a participação nos referidos cursos. Para fins de cumprimento desta condição, estipula-se a meta de celebração do referido instrumento com, pelo menos, 25% do somatório dos municípios classificados como de prioridade "alta" e "prioritários", ou, ainda, no mínimo, com 30% do somatório daqueles com prioridade "média", "alta" e "prioritários", conforme índice de prioridade estabelecido pelo BENEFICIÁRIO no âmbito do projeto a que se refere à Cláusula Primeira.
Comentário: O GAc considera que tal obrigação está cumprida desde o segundo desembolso para o projeto, conforme formalizado na Nota AMA/DEFAM 34/ 2014. À época, haviam sido apresentados 36 termos de adesão assinados referentes a municípios classificados como "Prioritários" e de " Alta Prioridade", superior às 34 adesões necessárias nessas categorias. Ressalta-se que já foram realizadas 355 adesões ao Programa.
Diante do exposto, o GAc considera que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM está apto a solicitar nova parcela de recursos para o prosseguimento da execução do projeto.
Percebe-se também que mais uma vez foi usado para liberação dos recursos o argumento do Beneficiário ter enviado cópia de 36 termos de adesão assinados, argumento este utilizado na liberação da segunda e da terceira parcela de recursos.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.
Não foi realizada visita de acompanhamento

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Quarto Relatório de Desempenho**
Data – Não foi informada a data do Relatório
Período de acompanhamento - 01/01/2016 a 30/06/2016
Valor Liberado – R$ 4.249.464,07
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamento

**Sexta Nota de Acompanhamento (**conteúdo 3 páginas**)**
Data – 07/10/2016
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da quinta parcela do projeto no valor R$ 2.770.452,26.
O GAc analisou os documentos de prestação de contas, considerando-a satisfatória. Foram analisados 389 comprovantes que totalizam aproximadamente 84% do valor executado no período.
Para utilização da parcela dos recursos relativos às ações previstas nas componentes 1 a 6 do quadro de usos e fontes do projeto previsto na Cláusula Primeira: apresentação de acordo, termo de cooperação técnica ou instrumento jurídico similar celebrado entre o BENEFICIÁRIO e os municípios destinatários das capacitações/treinamentos previstos no âmbito deste projeto, mediante o qual estes se comprometam a disponibilizar servidores municipais para a participação nos referidos cursos. Para fins de cumprimento desta condição, estipula-se a meta de celebração do referido instrumento com, pelo menos, 25% do somatório dos municípios classificados como de prioridade "alta" e "prioritários", ou, ainda, no mínimo, com 30% do somatório daqueles com prioridade "média", "alta" e "prioritários", conforme índice de prioridade estabelecido pelo BENEFICIÁRIO no âmbito do projeto a que se refere à Cláusula Primeira.
Comentário: O GAc considera que tal obrigação está cumprida desde o segundo desembolso para o projeto, conforme formalizado na Nota AMA/DEFAM 34/2014. À época, haviam sido apresentados 36 termos de adesão assinados referentes a municípios classificados como "Prioritários" e de "Alta Prioridade", superior às 34 adesões necessárias nessas categorias. Ressalta-se que já foram realizadas 393 adesões ao Programa.
Diante do exposto, o GAc considera que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM está apto a solicitar nova parcela de recursos para o prosseguimento da execução do projeto.
Percebe-se também que mais uma vez foi usado para liberação dos recursos o argumento do Beneficiário ter enviado cópia de 36 termos de adesão assinados, argumento este utilizado na liberação da segunda, da terceira, da quarta e da quinta parcela de recursos.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.
Não foi realizada visita de acompanhamento

**Quinto Relatório de Desempenho**
Data – Não foi informada a data do Relatório
Período de acompanhamento - 01/07/2016 a 31/12/2016
Valor Liberado – R$ 4.249.464,07
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamento

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Sétima Nota de Acompanhamento** (conteúdo 3 páginas**)**
Data – 13/02/2017
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da sexta parcela do projeto no valor R$ 4.903.774,69.
O GAc analisou os documentos de prestação de contas, considerando-a satisfatória. Foram analisados 282 comprovantes que totalizam 63% do valor executado no período.
Para utilização da parcela dos recursos relativos às ações previstas nas componentes 1 a 6 do quadro de usos e fontes do projeto previsto na Cláusula Primeira: apresentação de acordo, termo de cooperação técnica ou instrumento jurídico similar celebrado entre o BENEFICIÁRIO e os municípios destinatários das capacitações/treinamentos previstos no âmbito deste projeto, mediante o qual estes se comprometam a disponibilizar servidores municipais para a participação nos referidos cursos. Para fins de cumprimento desta condição, estipula-se a meta de celebração do referido instrumento com, pelo menos, 25% do somatório dos municípios classificados como de prioridade "alta" e "prioritários", ou, ainda, no mínimo, com 30% do somatório daqueles com prioridade "média", "alta" e "prioritários", conforme índice de prioridade estabelecido pelo BENEFICIÁRIO no âmbito do projeto a que se refere à Cláusula Primeira.
Comentário: O GAc considera que tal obrigação está cumprida desde o segundo desembolso para o projeto, conforme formalizado na Nota AMA/ DEFAM 34/2014. À época, haviam sido apresentados 36 termos de adesão assinados referentes a municípios classificados como "Prioritários" e de "Alta Prioridade", superior às 34 adesões necessárias nessas categorias. Ressalta-se que já foram realizadas 418 adesões ao Programa.
Diante do exposto, o GAc considera que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal • IBAM está apto a solicitar nova parcela de recursos para o prosseguimento da execução do projeto.
Percebe-se que mais uma vez foi usado para liberação dos recursos o argumento do Beneficiário ter enviado cópia de 36 termos de adesão assinados, argumento este utilizado na liberação da segunda, da terceira parcela, da quarta, da quinta e da sexta parcela de recursos.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.
Não foi realizada visita de acompanhamento

**Sexto Relatório de Desempenho**
Data – Não foi informada a data do Relatório
Período de acompanhamento - 01/01/2017 a 30/06/2017
Valor Liberado – R$ 4.903.774,69
Pelo Ofício nº. 45/2016 1 IBAM-PQGA, de 01/07/2016 e por se tratar do primeiro ano de mandato de Prefeitos e Vereadores das eleições previstas para outubro de 2016, o IBAM solicitou, no âmbito do Contrato, a prorrogação de prazo de utilização dos recursos por 12 meses, ou seja, até 05/02/2018, sem incremento de valor.
Em 08/02/2017 e mediante Ofício AGS/DEFAM nº. 08/2017, a Sra. Juliana de Mello Queiroz Santiago, Chefe do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia comunicou ao IBAM prorrogação de prazo do Contrato.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamento

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Sétimo Relatório de Desempenho**
Data – Não foi informada a data do Relatório
Período de acompanhamento - 01/07/2017 a 05/04/2018
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamento
Percebe-se que o BNDES não emitiu nenhum documento atestando a prestação de contas da última parcela de recursos liberada no valor de recursos R$ 4.903.774,69 e também não existe documento atestando a prestação de contas final do projeto.
Também não consta nenhum documento avaliando a efetividade do projeto.

**Fragilidades Identificadas no Projeto IBAM**

- **R$ 11.722.241,00 cerca de 62%** do valor repassado destina-se a recursos humanos próprios 24% ( 4.515.146,20) e 38% para contratação de serviços (7.207.094,80),.
- **R$ 7.150.741,29 cerca de 38**% do valor repassado destina-se a G**astos Diretos 21,73% (R$ 4.101.733,21)** (despesas de viagem (passagens aéreas, hospedagem, alimentação e locomoção) material de consumo (papel, pastas, cartucho), aluguel de equipamentos), **Outros 14,9% (R$ 2.815.008,80)** (direção geral e suporte administrativo e financeiro, reserva técnica (variação de preços dos itens relativos aos insumos), despesas com marketing institucional/publicidade e seguros diversos) e **Gastos administrativos 1,23%(R$ 234.000,00)** (telefone, fax, correio, internet)
- **R$ 1.783.985,89 cerca de 9,5%** do valor repassado foi alocado como Reserva técnica para insumos necessários e não previstos e variação de preços dos itens relativos ao insumo. É importante ressaltar que o Tribunal de Contas da União determinou em vários Acórdãos para que fosse expurgado o item reserva técnica de planilhas de custos. Isso fica demonstrado no ACÓRDÃO Nº 265/2010 – TCU-Plenário, de 24/02/2010, por meio do qual o Tribunal de Contas da União determinou a caixa Econômica Federal na Determinação 9.1.28 que: " ***Abstenha-se de prever valores a título de CSLL, IRPJ e reserva técnica no demonstrativo de formação de preço".***
- **R$ 5.142.194,05 cerca** de 27% do valor alocado no projeto foi alocado no **componente 8** que é responsável pela coordenação geral e monitoramento do projeto.
- Liberação pela equipe do BNDES da primeira parcela de recursos no valor de R$ 1.715.879,11 mesmo tendo a informação de que o Ministério das Cidades havia inscrito o IBAM no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e no Cadastro das Empresas Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM como inadimplente e solicitado ao IBAM a devolução de R$ 679.630,23 por serviços não prestados no Convênio n° 07/2004.
  É importante ressaltar também que o IBAM permaneceu como inadimplente no SIAFI e no CEPIM de janeiro a outubro de 2013, sendo que esta inadimplência foi cancelada após o IBAM em 31/10/2013 ter devolvido em dinheiro a importância de R$ 679.630,23. Ressalte-se em 04/10/2013 o BNDES repassou para o IBAM R$ 1.715.879,11. É importante ressaltar também que o IBAM no dia 30/11/2013, encaminhou Ofício ao Ministério das Cidades informando que por estar no CEPIM estava atravessando grande crise financeira motivo pelo qual solicitava o parcelamento do débito. Por esse motivo solicitamos o extrato da conta do convênio

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

no mês de outubro de 2013. O extrato enviado informa que não houve saques na conta no mês de outubro. Entramos em contato com a CGU para verificar junto ao COAF a veracidade do extrato apresentado.

- Não foi disponibilização de anexos referenciados nos relatórios de desempenho, como por exemplo a relação de Pagamentos efetuados.
- Aprovação da liberação da segunda parcela de recursos anteriormente a aprovação dos recursos liberados na primeira parcela no valor de R$ 1.715.879,11.
- Não foi disponibilização da relação de pagamentos e a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES nos relatórios de acompanhamento.
- Ocorrência de três ações cíveis movidas pelo Ministério Público do Paraná, pleiteando a devolução de remuneração paga pelo Município de Ponta Grossa ao IBAM.
- Informação constante na Quarta Nota de Acompanhamento que aprovou a liberação da terceira parcela de que o GAc tinha analisado 85% do valor utilizado no período referente a segunda liberação contradiz a informação constante no segundo relatório de acompanhamento que analisou os recursos liberados na segunda liberação, uma vez que no supracitado relatório consta informação de que o " O GAc, para comprovar o uso dos recursos, selecionou 108 operações (as de maior valor e algumas aleatórias), que totalizavam R$ 1.555.509, 10, que correspondem a 78% do total executado pelo IBAM.
- Liberação da grande maioria da das parcelas (2°, 3°, 4°, 5° e 6°) sem a emissão do respectivo relatório de acompanhamento e sem a efetivação de visita técnica.
- Não identificação de análise pela equipe do BNDES dos produtos entregues pelo IBAM, uma vez que 62% dos recursos foram alocados em pagamento de pessoal próprio e terceirizado.
- Utilização para liberação dos recursos da segunda, da terceira, da quarta, da quinta e da sexta parcela do argumento do Beneficiário ter enviado cópia de 36 termos de adesão assinados.
- Não emissão pelo BNDES de nenhum documento atestando a prestação de contas da última parcela de recursos liberada no valor de R$ 4.903.774,69.
- Não emissão pelo BNDES de documento atestando a prestação de contas final do projeto.
- Não emissão pelo BNDES do documento avaliando a a efetividade do projeto.

ANEXOS IBAM

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

5º ET 106

BNDES - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE OPERACOES | CONTROLE CONTABIL:

OPE4P049 LIBERACAO DE CREDITO LC. 000033/13

EMISSOR: -DEFAM-3420 DATA: 04/10/2013 | DATA:
OPERACAO: 4067384.0001 IBAM | IOF.- ( ) SIM ( ) NAO

FAVORECIDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL UF: IE
BANCO: 341 AGENCIA: 0311 CONTA: 000000014780 - 5 CNPJ: 33.645.482\0001-96
DATA PROGRAMADA PARA PAGTO.: 09/10/2013

DATA PREVISTA : 09/10/2013 ORIGEM RECURSOS : FAMAZONIA
PRAZO MAXIMO : 04/02/2017 MODALIDADE OPERACIONAL: BNDES NAO REEMB DIR
NUMERO CONTRATO: 12213851010 DATA CONTRATACAO : 05/02/2013
PARC.NO SISTEMA: 0001 COMPROMETIMENTO :
VALORIZACAO EM : // U.M.: R$
PERIODO P/CALCULO: / / A / /
VALOR BASE :
TIPO COMISSAO: TAXA: COMIS.:
FINALIDADE LIBERACAO: DIVERSOS INVESTIMENTOS
NOME FINANCIADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL

(EM R$ )

| | |
|---|---|
| VALOR LIBERACAO: | 1.175.879,1100 |
| LIBER. ANTERIORES: | 0,0000 |
| SALDO APOS LIBER.: | 17.677.603,2100 |
| TOTAL DO CREDITO: | 18.853.482,3200 |

U.M. COBR.: *********
VALOR LIBERADO POR-EXTENSO:
( ********** HUM MILHAO, CENTO E SETENTA E CINCO MIL, OITO-CENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E ONZE CENTAVOS **********
**********
**********

Pablo Mattos Piotrowski
Gerente
AMA/DEFAM/GEF/MMA

Jessika Santiago
Chefe de Departamento
AMA/DEFAM

GERENTE OPER. CHEFE DEPTO. SUP. AREA SUP/AF DATA

OBS, OPERACAO DO FUNDO AMAZONIA, RECURSOS DO FUNDO CAIXA. CUMPRIDAS AS OBRIGACOES CONTRATUAIS VINCULADAS A LIBERACAO.

CGC.MUTUARIO: 33645482000196 VALOR LIBERACAO EM R$ 1.175.879,1100

DEDUCOES:..... COD. COD. COD.

MEIO EFETIVO: 20 VALOR LIQUIDO:

RUBRICA GETES RUBRICA GEPEC DATA

André Banharia Barbosa de Oliveira
Advogado
AMA/JUAM/AGE/AM2

BNDES Uso Exclusivo da CGU e MMA Ofício Nº 2680/2014/CGU/AE/SFC-CGU

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

IBAM

MINISTÉRIO DAS CIDADES
Fls.: 33
Rubrica
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE

| MINISTÉRIO DA FAZENDA<br>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL<br>Guia de Recolhimento da União - GRU | | |
|---|---|---|
| | Código de Recolhimento | 18806-9 |
| | Número de Referência | 072004 |
| | Competência | 10/2013 |
| | Vencimento | 31/10/2013 |
| Nome do Contribuinte / Recolhedor<br>MARA DARCY BIASI FERRARI PINTO | CNPJ ou CPF do Contribuinte | 032.803.307-63 |
| Nome da Unidade Favorecida<br>SECRET. NAC. SANEAM. AMBIENTAL M.CIDADES | UG / Gestão | 560006 / 00001 |
| Instruções:<br>As informações inscritas nesta guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.<br>**SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE** | (=) Valor do Principal | 435.695,41 |
| | (-) Desconto/Abatimento | |
| | (-) Outras deduções | |
| | (+) Mora / Multa | |
| GRU SIMPLES<br>Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.<br>[STN28F9071671605E7560DDEO1686487AC9] | (+) Juros / Encargos | 243.934,82 |
| | (+) Outros Acréscimos | |
| | (=) Valor Total | 679.630,23 |

89960004356-8 95410001010-1 95523111880-0 60926211437-4

31/10/2013 - BANCO DO BRASIL - 15:34:43
98121378 8326

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

| | | |
|---|---|---|
| Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO | | |
| Codigo de Barras | 89960004356-8 | 95410001010-1 |
| | 95523111880-0 | 60926211437-4 |
| Data do pagamento | | 31/10/2013 |
| NRO de Referencia | | 72004 |
| Competencia MM/AAAA | | 10/2013 |
| Data do Vencimento | | 31/10/2013 |
| CPF | | 32.803.307-63 |
| Valor Principal | | 435.695,41 |
| Mora/Multa | | 0,00 |
| Juros/Encargos | | 243.934,82 |
| Outros Acrescimos | | 0,00 |
| Valor em Dinheiro | | 679.630,23 |
| Valor em Cheque | | 0,00 |
| Valor Total | | 679.630,23 |

NR.AUTENTICACAO 0.7CD.ECD.A62.F20.EB9

comprovante.jpg

de 2

31/10/2013 17:53



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**MINISTÉRIO DAS CIDADES**
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II
Brasília/DF - CEP – 70.070-010

**NOTA TÉCNICA SNSA Nº 00869/2013**

Assunto: **Prestação de Contas Final do Convênio nº 07/2004 - PNCDA**

1. A presente Nota Técnica refere-se à prestação de contas final do Convênio nº 07/2004 – PNCDA, firmado entre o Ministério das Cidades e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, cujo objeto é a capacitação técnica dos prestadores de serviço de saneamento, no âmbito do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – PNCDA.

2. Por meio do Ofício nº 001517/2013/SNSA/MCIDADES, de 24/10/2013, o IBAM foi notificado a devolver aos cofres da União, mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União – GRU (fls. 3365), a importância de R$ 679.630,23 (seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e trinta reais e vinte e três centavos), referente às irregularidades apresentadas na prestação de contas final do Convênio nº 07/2013. Após consulta realizada no SIAFI, foi detectado o registro de arrecadação 2013RA000015 (fls. 3371), que confirma o pagamento efetuado pela instituição, de acordo com comprovante de pagamento bancário, fls. 3370.

3. Logo, tendo em vista que o IBAM realizou o recolhimento integral do débito imputado, regularizando dessa forma a prestação de contas final do Convênio 07/2004, solicita-se a baixa do registro de inadimplência no SIAFI, conforme instrução da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI, Despacho nº 700/2013/AECI/CM/MCIDADES, fls. 3356.

4. Encaminha-se a presente ao Secretário Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA para apreciação e, em havendo concordância, autorizar os ajustes necessários no SIAFI para aprovação da prestação de contas final do referido convênio.

Brasília, 05 de novembro de 2013.

Hermilone Santos Silva
MCID IV E

De acordo.

Brasília, 06 de novembro de 2013.

**Osvaldo Garcia**
Secretário Nacional de Saneamento Ambiental



Volume Volume XIX (1261731) SEI 80000.004493/2007-71 / pg. 143

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

80120.001920/2013-41

Ofício n.º 031/2013 – SG

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2013.

Ilmº Sr.
Osvaldo Garcia
MD. Secretário Nacional de Saneamento Ambiental
Ministério das Cidades
Brasília – DF

Senhor Secretário,

Acusamos o recebimento, em 28 de outubro do presente,do Ofício 001517/2013/SNSA/MCIDADES, datado de 24/10/2013, que se fez acompanhar dos seguintes documentos:

a) Guia de Recolhimento da União – GRU no valor de R$ 679.630,23 com data limite de pagamento estabelecida para o próximo dia 31/10/2013.
b) Relatório Final do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria SE nº 251/2013;
c) Relatório Técnico sobre a Execução do Objeto; e
d) Relatório de Análise Financeira de Prestação de Contas.

Diante do expressivo valor imputado e da grave situação enfrentada por este Instituto desde a sua inclusão no SIAFI por essa Secretaria no início de janeiro de 2013, valemo-nos do presente a fim de consultá-los sobre a possibilidade de parcelamento do débito imputado bem como sobre os efeitos de eventual ajuste celebrado nesse sentido sobre a situação de inadimplência do Instituto no SIAFI e CEPIN.

Não obstante, aproveitamos a oportunidade para solicitar a V.Sa. que providencie a regular remessa a este Instituto do Parecer Jurídico, anexo do já mencionado relatório final, tal como conta dos itens 2.c e 31.c deste, sem o que resta de todo prejudicado o exercício por este Instituto de seu direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

Certos de que V.Sa., ciente da gravidade da situação enfrentada,envidará todos os esforços para que o nosso direito de defesa não reste prejudicado, ficamos no aguardo de manifestação sobre a consulta inicial, bem como da remessa do anexo ausente (Parecer Jurídico) e de abertura de prazo para apresentação de defesa técnica, sem prejuízo de extração de cópias do respectivo processo administrativo que eventualmente reputarmos necessárias à instrução de nossa defesa.

Atenciosamente,

Paulo Timm
Superintendente Geral

Largo IBAM, nº 1 - Humaitá - 22271-070 - Rio de Janeiro RJ - Tel. (21) 2536- 9797 - Fax: (21) 2537-1262 - E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: http://www.ibam.org.br



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**LOTE 02**
**MUSA – Museu da Amazônia**

**Número da Operação: 2.235.487**
**Valor da Colaboração Financeira: R$ 8.454.421,00**
O valor do contrato foi suplementado por meio de Termo Aditivo no valor de até R$ 1.530.208,00, cerca de 18% do valor inicial – Valor Final: R$ 9.984.629,00
O BNDES concede ao BENEFICIÁRIO suplementação da colaboração financeira não reembolsável objeto do CONTRATO, no valor de até R$ 1.530.208,00 (um milhão, quinhentos e trinta mil, duzentos e oito reais), destinada ao pagamento de despesas operacionais do museu da Amazônia por um ano.
Prazo de execução: 36 meses
Data da assinatura: 11/09/2011
Previsão de conclusão 09/2014 o prazo foi prorrogado para 03/2015
Observa-se que este aditivo demonstra que o MUSA não tinha condições de arcar com seus custos operacionais.
**OBJETIVO DO PROJETO**
Apoiar a implantação do Museu da Amazônia (MUSA) e de um Centro de Treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus visando a disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da Floresta.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Resumo do Quadro de Usos e Fontes do Projeto/ Plano de Investimentos**

Em R$

| Item Apoiável | Total a realizar | Total do Projeto | % |
|---|---|---|---|
| **USOS** | **8.454.421** | **8.454.421** | **100%** |
| Equipamentos e material permanente | 620.000 | 620.000 | 7,3% |
| Obras Civis e Instalações | 3.409.100 | 3.409.100 | 40,3% |
| Material de Consumo | 258.000 | 258.000 | 3,1% |
| Serviços de Terceiros (PF) | 3.128.321 | 3.128.321 | 37,0% |
| Serviços de Terceiros (PJ) | 983.000 | 983.000 | 11,6% |
| Passagens | 40.000 | 40.000 | 0,5% |
| Diárias | 16.000 | 16.000 | 0,2% |
| **FONTES** | **8.454.421** | **8.454.421** | **100%** |
| Recursos Próprios | - | - | - |
| Sistema BNDES | 8.454.421 | 8.454.421 | 100% |
| Outros | - | - | - |

**Proposta das Principais Condições da Operação**

Valor total – R$

| Condições | Subcrédito A | Subcrédito B |
|---|---|---|
| **Valor** | **R$ 7.699.721,00** | **R$ 754.700,00** |
| Origem dos Recursos | Fundo Amazônia | Fundo Amazônia |
| **Prazo de utilização** | **36 meses** | **24 meses** |

**Subcrédito A:** implantação e operacionalização das instalações do Museu do Amazônia;
**Subcrédito B: :** implantação e operacionalização de um Centro de Treinamento no Assentamento Água Branca

Após os aditivos
Subcrédito "A": R$ 7.359.877,93
Subcrédito "B": R$ 1.094.543,07

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

SUBCRÉDITO A

Quadro de Usos e Fontes Detalhado

| Componente 1 | Implantação das instalações do Museu da Amazônia | | | PRAZO (meses) 36 |
|---|---|---|---|---|
| **Item Apoiável** | **Especificação** | **Qtde** | **Valor (R$)** | |
| | | | **Unitário** | **Total** |
| Material de Consumo | | | | 198.000 |
| | Combustível | 36 | 2.000 | 72.000 |
| | Material de expediente | 36 | 1.300 | 46.800 |
| | Material de limpeza | 36 | 500 | 18.000 |
| | Material manutenção/reparos | 36 | 1.700 | 61.200 |
| | | | | |
| Passagens | Passagens nacionais | 20 | 2.000 | 40.000 |
| | | | | |
| Diárias | Diárias nacionais | 80 | 200 | 16.000 |
| | | | | |
| Serviços de Terceiros (PF) | | | | 2.991.821 |
| | Consultorias técnicas | 55 | 2.000 | 110.000 |
| | Técnicos nível A (12 meses) | 5 | 5.000 | 300.000 |
| | Técnicos nível B (12 meses) | 10 | 3.000 | 360.000 |
| | Técnicos nível C (12 meses) | 10 | 2.400 | 288.000 |
| | Design gráfico/arte final | 20 | 3.000 | 60.000 |
| | Pequenos reparos/manutenção/pintura | 80 | 400 | 32.000 |
| | Limpeza/manutenção trilhas (75x3) | 225 | 200 | 45.000 |
| | Monitoramento trilhas (15x24m) | 360 | 800 | 288.000 |
| | Assistentes (38,9 meses) | 4 | 3.000 | 466.800 |
| | Assistentes técnicos (38,9 meses) | 4 | 2.500 | 389.000 |
| | Coordenadores (26,6) | 2 | 5.000 | 266.000 |
| | Encargos | - | - | 387.021 |
| | | | | |
| Serviços de Terceiros (PJ) | | | | 953.000 |
| | Placas sinalizadoras | 250 | 100 | 25.000 |
| | Totens | 25 | 3.000 | 75.000 |
| | Serviços impressão | 24 | 2.000 | 48.000 |
| | Serviços segurança | 36 | 12.500 | 450.000 |
| | Serviços manutenção (torre) | 15 | 5.000 | 75.000 |
| | Água/Energia/Telefone | 36 | 5.000 | 180.000 |
| | Auditoria | 1 | 100.000 | 100.000 |
| Obras Civis e Instalações | | | | 3.000.900 |
| | Casa-oficina edição de imagens (px JB) | 1 | 820.000 | 820.000 |
| | Estações de Observação | 3 | 107.000 | 321.000 |
| | Trilhas | 3 | 43.300 | 129.900 |
| | Passarela suspensa | 1 | 445.000 | 445.000 |
| | Torre de observação | 1 | 820.000 | 820.000 |
| | Adm. Obra e Inst. Provisórias | 1 | 165.000 | 165.000 |
| | Tenda estaiada 230m2 (px JB) | 2 | 150.000 | 300.000 |
| Equipamentos e material permanente | | | | 500.000 |
| | Equipamentos para gravação de imagens | 1 | 150.000 | 150.000 |
| | Central de Edição de imagens | 1 | 100.000 | 100.000 |
| | Estação de transmissão/recepção móvel | 1 | 250.000 | 250.000 |
| TOTAL | | | | 7.699.721 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Lista de itens / Equipamentos

**Componente 1: Implantação das instalações do Museu da Amazônia**

| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | RECURSOS FUNDO AMAZÔNIA | | |
|---|---|---|---|
| ITEM | Valor Unit (R$) | Quant | TOTAL (R$) |
| Câmera Sony HVR Z7U | 16.600,00 | 2 | 33.200,00 |
| Lente grande Angular 0HD-FEAD-Z7U 0.55x | 2.200,00 | 2 | 4.400,00 |
| Adaptador para imagem noturna AstoScope 9350-Z7U-3LPRO | 20.400,00 | 1 | 20.400,00 |
| Lente Sony Alpha 30M28 para imagens em macro | 700 | 1 | 700,00 |
| Adaptador para lentes Sony Alpha LA-100W | 1.900,00 | 1 | 1.900,00 |
| Kit de filtros Hoya 72mm | 400 | 2 | 800,00 |
| Micro-Câmera Sony HXR-MC1 | 12.500,00 | 2 | 25.000,00 |
| Kit manfrotto Cabeça 519,tripé 525MVB,estrela 165MV,mbag100 | 4.900,00 | 2 | 9.800,00 |
| Kit Microfone direcional Sennheiser ME66/K6 | 6.000,00 | 2 | 12.000,00 |
| Case Porta Brace DVO-2U | 700 | 2 | 1.400,00 |
| Bateria Sony NP-F970 | 500 | 6 | 3.000,00 |
| Kit microfone Sennheiser EW100G3 | 2.600,00 | 1 | 2.600,00 |
| Headfone Sony | 750 | 3 | 2.250,00 |
| Monitor LCD Ikan V8000 HDMI | 2.800,00 | 2 | 5.600,00 |
| Cartão de memória Lexar 16GB UDMA 300X | 1.100,00 | 10 | 11.000,00 |
| Kit Iluminação Lowel DV Creator 1 | 4.575,00 | 2 | 9.150,00 |
| Grua Cartoni mod. M100 | 6.800,00 | 1 | 6.800,00 |
| Mac Pro MB871BZ/A(2.66GHz Quad-Core Intel Xeon/12GB 1066MHz DDR3 ECC SDRAM/NVIDIA GeForce GT 120/640GB Serial ATA/16x SuperDrive/Bluetooth 2.1+EDR) | 10.500,00 | 4 | 42.000,00 |
| Apple LED Cinema Display 24" | 3.300,00 | 6 | 19.800,00 |
| Amplificador e caixas de som alta performance | 1.800,00 | 3 | 5.400,00 |
| Final Cut Studio3 | 2.600,00 | 3 | 7.800,00 |
| HD Externo 1,5TB (1536 gigabytes) – Seagate | 750 | 8 | 6.000,00 |
| VT Sony GV HD700HDV | 6.000,00 | 1 | 6.000,00 |
| Adobe CS4 Master Collection for Mac | 8.000,00 | 1 | 8.000,00 |
| Cabos e adaptadores | 5.000,00 | 1 | 5.000,00 |
| Receptor de video Sony NSR1050H (20 câmeras) | 21.500,00 | 1 | 21.500,00 |
| Controlador remoto de câmeras Sony RMNS 1000 | 6.700,00 | 1 | 6.700,00 |
| Programa gerenciador de câmeras remotes Sony IMZNS 116 | 13.600,00 | 1 | 13.600,00 |
| Computador HP Pavilion Elite e9240-F | 3.000,00 | 1 | 3.000,00 |
| Monitor NEC Multisync 2490U2 24" | 3.300,00 | 2 | 6.600,00 |
| HD Externo 1.5TB (1536 gigabytes) – Seagate | 750 | 20 | 15.000,00 |
| Transmissor e receptor de video digital Pelco | 7.800,00 | 7 | 54.600,00 |
| Cabos e conexões | 8.000,00 | 1 | 8.000,00 |
| Conexão dedicada de internet alta velocidade (IP Sat) | 3.000,00 | 12 | 36.000,00 |
| Operador de central de imagens | 2.500,00 | 12 | 30.000,00 |
| Instalação técnica | 10.000,00 | 1 | 10.000,00 |
| Servidor dedicado para streaming e download | 3.750,00 | 12 | 45.000,00 |
| **TOTAL GERAL** | | | **500.000,00** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

SUBCRÉDITO B

Quadro de Usos e Fontes Detalhado

| Componente 2 | Construir e equipar um centro de treinamento | PRAZO *(meses)* |
|---|---|---|
| | | 24 |

| Item Apoiável | Especificação | Qtde | Valor (R$) | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Unitário | Total |
| **Material de Consumo** | | | | **60.000** |
| | Alimentação participantes | 12 | 2.500 | 30.000 |
| | Combustível | 18 | 1.000 | 18.000 |
| | Material expediente | 12 | 500 | 6.000 |
| | Material Limpeza | 12 | 500 | 6.000 |
| | | | | |
| **Serviços de Terceiros (PF)** | | | | **136.500** |
| | Coordenador (18 meses) | 1 | 4.250 | 76.500 |
| | Serviços gerais (12 meses) | 1 | 800 | 9.600 |
| | Serviços transporte/motorista (12 meses) | 1 | 1.800 | 21.600 |
| | Serviços cozinha (5 cursos de 20 dias) | 100 | 140 | 14.160 |
| | Serviços manutenção (12 meses) | 1 | 800 | 9.600 |
| | Outros serviços pessoa física (6 dias/mês - 12 meses) | 72 | 70 | 5.040 |
| | | | | |
| **Serviços de Terceiros (PJ)** | | | | **30.000** |
| | Instalação Internet | 1 | 12.000 | 12.000 |
| | Instalação Bomba dágua | 1 | 5.000 | 5.000 |
| | Serviços marcenaria | 1 | 5.000 | 5.000 |
| | Serviços impressão | 1 | 8.000 | 8.000 |
| | | | | |
| **Obras Civis e Instalações** | | | | **408.200** |
| | Centro de Treinamento - 667m² | 1 | 408.200 | 408.200 |
| | | | | |
| **Equipamentos e material permanente** | | | | **120.000** |
| | Voadeira 40 HP | 1 | 40.000 | 40.000 |
| | Trator (pequeno) | 1 | 60.000 | 60.000 |
| | Bomba d'agua + equip instalação | 1 | 8.200 | 8.200 |
| | Computadores + acessórios | 4 | 2.950 | 11.800 |
| TOTAL | | | | 754.700 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Lista de itens / Equipamentos

**Componente 2: Construir e estruturar um Centro de Treinamento em área de assentamento rural**

| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | RECURSOS FUNDO AMAZÓNIA | | |
|---|---|---|---|
| ITEM | Valor Unit (R$) | Quant | TOTAL (R$) |
| Voadeira 40 Hp | 40.000,00 | 1 | 40.000,00 |
| Trator pequeno | 60.000,00 | 1 | 60.000,00 |
| Bomba centrifuga auto escorvante de recalque com tubulação de entrada e saida 2 pol/motor blindado de 5 CV | 1.700,00 | 1 | 1.700,00 |
| Tubo hidraulico 2 pol | 50 | 34 | 1.700,00 |
| Cabo PP 3x4mm (metros) | 5 | 250 | 1.250,00 |
| Caixa de comando elétrico para bomba de 5 CV | 250 | 1 | 250,00 |
| Eletrobóia blindada | 50 | 2 | 100,00 |
| Caixa d´agua de 5.000 l com flanges de entrada (2 pol) e saida (3/4 pol) | 1.600,00 | 2 | 3.200,00 |
| Computadores | 2.700,00 | 4 | 10.800,00 |
| Impressoras | 500 | 2 | 1.000,00 |
| TOTAL GERAL | | | 120.000,00 |

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Valor Solicitado | Data da Liberação | Valor Liberado |
|---|---|---|---|
| 27/09/2011 | 2.436.885,00 | 04/10/2011 | 2.436.885,00 |
| 14/02/2013 | 3.282.419,00 | 12/03/2013 | 3.282.419,00 |
| 15/07/2014 | 2.735.117,00 | 29/07/2014 | 230.000,00 |
| | | 26/09/2014 | 2.505.117,00 |
| 25/022016 (Aditivo) | 750.000,00 | 19/12/2017 | |
| 24/05/2016 (aditivo) | 400.000,00 | | |
| 17/01/2017 (aditivo) | 380.208,00 | | |

Observa-se que somente no primeiro pedido de liberação de crédito o MUSA encaminhou planilha de custos detalhada contendo a relação de gastos a serem suportados com os recursos liberados.

**Primeira Informação Padronizada**

Data 27/05/2011

Autorizar a prorrogação, por mais 90 (noventa) dias, a contar de 04/06/2011, do prazo para a contratação de colaboração financeira não-reembolsável, no valor de R$ 8.454.42,00, em favor do Museu da Amazônia - MUSA para apoio ao projeto "Museu da Amazônia - Conhecer para Conservar", no âmbito do Fundo Amazônia, aprovada, por meio da Decisão de Diretoria nº 1936/2010-BNDES

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## Pedido da Primeira Liberação de Crédito

| Componente 1 | Implantação das instalações do Museu da Amazônia | Prazo para a utilização de recursos(meses) | |
|---|---|---|---|
| | | 6 meses | |

| Natureza da Despesa | Especificação | Ordem | Valor (R$) | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Unitário | Total |
| **Material de Consumo** | | | | **20.200,00** |
| | Combustível | 5 | 2.000,00 | 10.000,00 |
| | Material de expediente | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Material de limpeza | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Material manutenção/reparos | 6 | 1.700,00 | 10.200,00 |
| **Passagens** | Passagens nacionais | 8 | 2.000,00 | **16.000,00** |
| **Diárias** | Diárias nacionais | 30 | 200,00 | **6.000,00** |
| **Serviços de Terceiros (PF)** | | | | **166.385,00** |
| | Consultorias técnicas | 20 | 2.000,00 | 40.000,00 |
| | Técnicos nível A (12 meses) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Técnicos nível B (12 meses) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Técnicos nível C (12 meses) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Design gráfico/arte final | 10 | 3.000,00 | 30.000,00 |
| | Pequenos reparos/manutenção/pintura | 10 | 400,00 | 4.000,00 |
| | Limpeza/manutenção trilhas (75x3) | 75 | 200,00 | 15.000,00 |
| | Monitoramento trilhas (15x24m) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Assistentes (38,9 meses) | 6 | 3.000,00 | 18.000,00 |
| | Assistentes técnicos (38,9 meses) | 6 | 2.500,00 | 15.000,00 |
| | Coordenadores (26,6) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Encargos | 0 | 0,00 | 44.385,00 |
| **Serviços de Terceiros (PJ)** | | | | **160.000,00** |
| | Placas sinalizadoras | 100 | 100,00 | 10.000,00 |
| | Totens | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Serviços impressão | 15 | 2.000,00 | 30.000,00 |
| | Serviços segurança | 6 | 12.500,00 | 75.000,00 |
| | Serviços manutenção (torre) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Água/Energia/Telefone | 6 | 5.000,00 | 30.000,00 |
| | Auditoria | 1 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| **Obras Civis e Instalações** | | | | **1.682.000,00** |
| | Casa-oficina edição de imagens (px.JB) | 0,8 | 820.000,00 | 650.000,00 |
| | Estações de Observação | 1 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| | Trilhas | 1 | 40.000,00 | 40.000,00 |
| | Passarela suspensa | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Torre de observação | 0,6 | 820.000,00 | 492.000,00 |
| | Adm. Obra e Inst. Provisórias, Arquitetura | 1 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| | Tenda estaiada 230m2 (px JB) | 2 | 150.000,00 | 300.000,00 |
| **Equipamentos e material permanente** | | | | **30.000,00** |
| | Equipamentos para gravação de imagens | 1 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| | Central de Edição de imagens | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Estação de transmissão/recepção móvel | 0 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | | | | **2.080.585,00** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Componente 2 | Construir e equipar um centro de treinamento | | Prazo para a utilização de recursos(meses) | |
|---|---|---|---|---|
| | | | 6 meses | |
| Especificação | Descrição | Qtde | Valor (R$) | |
| | | | Unitário | Total |
| **Material de Consumo** | | | | **7.500,00** |
| | Alimentação participantes | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Combustível | 6 | 1.000,00 | 6.000,00 |
| | Material expediente | 3 | 500,00 | 1.500,00 |
| | Material Limpeza | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| **Serviços de Terceiros (PF)** | | | | **25.500,00** |
| | Coordenador (18 meses) | 6 | 4.250,00 | 25.500,00 |
| | Serviços gerais (12 meses) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Serviços transporte/motorista (12 meses) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Serviços cozinha (5 cursos de 20 dias) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Serviços manutenção (12 meses) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Outros serviços pessoa física (6 dias/mês - 12 meses) | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| **Serviços de Terceiros (PJ)** | | | | **7.000,00** |
| | Instalação Internet | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Instalação Bomba dágua | 1 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| | Serviços marcenaria | 2 | 1.000,00 | 2.000,00 |
| | Serviços impressão | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | |
| **Obras Civis e Instalações** | | | | **248.100,00** |
| | Centro de Treinamento - 667m$^2$ | 0,6 | 408.200,00 | 248.100,00 |
| | | | | |
| **Equipamentos e material permanente** | | | | **68.200,00** |
| | Voadeira 40 HP | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Trator (pequeno) | 1 | 60.000,00 | 60.000,00 |
| | Bomba d'agua + equip instalação | 1 | 8.200,00 | 8.200,00 |
| | Computadores + acessórios | 0 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | | | | **356.300,00** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Primeiro Relatório de Desempenho**

Data 12/09/2012

Período de acompanhamento - 04/11/2011 a 31/08/2012

Abertura de trilhas e preparação dos espaços para realização das obras {localização de clareiras, identificação e resgate de espécies, limpeza das áreas);

Levantamento topográfico e sondagem de pontos nas áreas de instalação das obras;

Finalização dos projetos de arquitetura, cálculo de estruturas e projetos de instalações;

Compra de trator e implementas para projeto do Centro de Treinamento;

Compra de veículo utilitário para transporte da equipe técnica em substituição à voadeira conforme aprovado em orçamento revisado;

Contratação de 1 assistente operacional e motorista (item 47 - TABELA 2 - Quadro de usos e fontes) para transporte da equipe técnica e colaboração no desenvolvimento das obras;

Instalação de duas tendas tensionadas para exposições;

Construção de 50% das instalações do Centro de Treinamento no Assentamento Agua Branca;

Construção de 70% da casa-oficina no Jardim Botânico;

Construção de 80% da estação de observação de borboletas, 30% e 20% das outras duas estações de observação;

Compra, corte, preparação para galvanização em Cuiabá dos módulos de aço para montagem da Torre de

Observação;

Abertura de acesso e trilha, limpeza e preparação do terreno, construção das fundações no local onde será instalada a Torre de Observação;

Criação, produção e montagem de totens e placas para sinalização das trilhas e material expositivo;

Contratação de 2 assistentes de serviços gerais (item 46 - TABELA 2 - Quadro de usos e fontes) no projeto Centro de Treinamento para acompanhamento das obras e dos programas de cultivo e venda em feiras de hortaliças não convencionais e manutenção de viveiros de mudas de espécies arbóreas;

Contratação de 1 assistente técnico (item 16 - TABELA 2 - Quadro de usos e fontes) no projeto Museu para serviços gerais e acompanhamento das obras;

Realização do primeiro curso no Centro de Treinamento, dedicado a coleta de sementes em colaboração com o Centro de Sementes Nativas da UFAM;

Preparação de duas exposições: uma dedicada às técnicas de pesca e à cosmologia Baniwa e Tukano do alto

Tiquié e outra dedicada à plantas, insetos e animais (peixes e sapos) que na Amazônia têm vida terrestre e aquática;

Realização de seminários de educação ambiental e programas de divulgação científica para escolas do ensino básico dos bairros adjacentes à área de instalação do Musa;

Realização de seminários e conferências na sede administrativa do Musa, dedicados a temas de divulgação científica e interesse para a preparação dos roteiros de visitação das trilhas na floresta;

Apoio do Teatro Direcional no Shopping Manauara, para a realização mensal do programa Ciência às 71/2 desenvolvido pelo Musa, onde especialistas de diferentes áreas da Ciência

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

realizam palestras visando informar, esclarecer e despertar o interesse do público em geral para os temas da Amazônia
Os inícios das obras previstas no cronograma sofreram atraso de quatro meses devido a dois fatores, custos elevados acima dos previstos e período de chuvas.
Não foi disponibilizado os pagamentos efetuados no período.

**Primeira Nota de Acompanhamento –**
Data – 28/09/2012
O valor total da operação é de R$ 8.454.421,00 e até a presente data houve apenas uma liberação de recursos para o projeto, ocorrida em 04/ 12/2011 e no valor de R$ 2.436.885,00 (subcréditos A+ B).
Visando o acompanhamento do projeto durante o período de utilização da 1 ª parcela, o GAc manteve contatos com os responsáveis pela execução do projeto por intermédio de emails/ telefonemas e de visita in loco, tendo sido constatadas dificuldades e lentidão na execução física e financeira do projeto. Segundo informações fornecidas pelo beneficiário, os atrasos ocorreram em função da dificuldade do processo de contratação e compra dos serviços, equipamentos, obras e demais itens com o orçamento original previsto, além da ocorrência de chuvas que acarretaram atrasos nas obras.
Entretanto, a principal ocorrência nesse período foi a solicitação de remanejamento de usos e fontes para a reestruturação do projeto, em 11 / 06/2012, através de email e em 12/06/2012, através de carta. A solicitação do Beneficiário era a utilização dos recursos do Fundo Amazônia no custeio da folha de pagamentos da instituição motivada, segundo o Beneficiário, pela sinalização de descontinuidade do apoio financeiro, por parte do Governo do Estado do Amazonas.
Em reunião ocorrida em Manaus no dia 23/08/ 2012, fomos informados pelo reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA} que o Governo do Estado se comprometeu a financiar o custeio do MUSA até dez/ 2013, através de convênio a ser firmado entre o MUSA e a Universidade. Por telefone, o Diretor Geral do Museu, Ennio Candotti, confirmou que a informação de que o Governo do Estado continuaria a apoiar o projeto. Portanto, o pedido de remanejamento e reformulação do projeto foi retirado.

**Primeiro Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 11/03/2013
Período de acompanhamento - 29/12/2015 a 31/01/2017
Data da Visita de Acompanhamento – 22 a 24/10/2012
Valor Acompanhado – R$ 2.436.885,00
Segundo informações fornecidas pelo Beneficiário, as ações realizadas no período de 04/10/2011 a 31/08/2012 equivalem à execução de aproximadamente 33% do projeto.
Percebe-se que a equipe do BNEDS elenca informações prestadas pelo beneficiário com relação a execução do projeto e não informações atestadas pela equipe.
Para o cálculo do percentual de realização total, considerou-se a média do percentual de realização dos produtos estimados pelo próprio beneficiário ponderado pelos valores de cada subcrédito.
O projeto sofreu atrasos na sua execução física. Praticamente todas as atividades estão atrasadas em relação ao previsto. A previsão era que nesse período praticamente toda a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

estrutura física do Museu e do Centro de treinamento estivessem concluídas. Em função disso, o cronograma de execução física foi revisto conforme anexo 1.
O GAc, pelo exposto neste relatório, propõe o acolhimento do pleito de remanejamento de recursos e propõe considerar a prestação de contas apresentada pelo beneficiário regular.
Não foi disponibilizado as notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data 17/12/2013
Período de acompanhamento - 01/09/2012 a 30/11/2013
Principais atividades realizadas:
Construção de 100% da casa-oficina no Jardim Botânico;
Construção de 100% das três estações de observação, com uma delas já em uso como laboratório para o desenvolvimento de pesquisas e desenvolvimento das atividades relacionadas aos viveiros experimentais de borboletas e insetos;
Finalização da trilha de acesso e das fundações no local de instalação da Torre de Observação;
Recebimento dos módulos estruturais vindos de Cuiabá e início da montagem da Torre de Observação, as peças restantes (plataformas, guarda-corpo e corrimãos e telas de proteção estão em fase final de galvanização e deverão chegar em Manaus em meados de janeiro;
Criação, produção e montagem de totens e placas para sinalização das trilhas e material expositivo;
Construção de 80% das instalações do Centro de Treinamento no Assentamento Água Branca;
Realização do terceiro curso no Centro de Treinamento, dedicado à teoria e práticas na implantação e manejo de sistemas agroflorestais, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPÊ;
Agricultores ampliaram pontos de venda para comercialização da produção, participam semanalmente de 4 feiras locais;
Inauguração de duas exposições: uma dedicada às técnicas de pesca e à cosmologia Baniwa e Tukano do alto
Tiquié e outra dedicada a plantas, insetos e animais (peixes e sapos) que na Amazônia têm vida terrestre e aquática;
Iniciado o desenvolvimento de aplicativo para os tablets que serão utilizados pelos monitores e visitantes do Museu, a equipe técnica do Musa preparou material técnico e fotográfico para o aplicativo;
Iniciado o desenvolvimento do Portal do Musa na internet através de contratação de consultoria técnica externa;
Realização de seminários e conferências na sede administrativa do Musa, dedicados a temas de divulgação científica e interesse para a preparação dos roteiros de visitação das trilhas na floresta;
Apoio do Teatro Direcional no Shopping Manauara, para a realização mensal do programa Ciência às 71/2 desenvolvido pelo Musa, onde especialistas de diferentes áreas da Ciência realizam palestras visando informar, esclarecer e despertar o interesse do público em geral para os temas da Amazônia.
Não foi disponibilizado os pagamentos efetuados no período

**Segunda Nota de Acompanhamento**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Data – 10/03/2014
O artigo 61 da resolução nº 2201/2011 (BNDES) define que o intervalo máximo entre as datas de elaboração de instrumentos de acompanhamento é de 12 meses.
Considerando que referido prazo se encerra em 10/03/2014 e que a, prestação de contas do projeto encontra-se em análise, o GAc optou pela elaboração da presente Nota de Acompanhamento. Um Relatório de Acompanhamento completo será elaborado para registro da análise da prestação de contas e da visita de acompanhamento.

**Terceiro Relatório de desempenho**
Data - 20/06/2014
Período de acompanhamento – 01/09/2012 a 31/03/2014
Construção de 100% da casa-oficina no Jardim Botânico.
Construção de 100% das três estações de observação, com uma delas já em uso como laboratório para o desenvolvimento de pesquisas e desenvolvimento das atividades de divulgação relacionadas aos viveiros experimentais de borboletas e insetos.
Finalização da trilha de acesso e das fundações no local de instalação da Torre de Observação.
Realizada a montagem de 95% Torre de Observação. Faltam alguns ajustes para reduzir vibrações nas plataformas superiores e pintura para reduzir agressão corrosiva do clima da floresta. Estão sendo finalizados os estudos para a instalação de um elevador.
Não foi disponibilizado os pagamentos efetuados no período

**Terceira Nota de acompanhamento**
Data – 24/07/2014
Valor solicitado para a 3° parcela: R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), relativo ao pagamento de pessoal pelo próximo mês. Ressalta-se que o valor integral da solicitação apresentada pelo Beneficiário é de R$ 2.735.117,00 (dois milhões, setecentos e trinta e cinco mil, cento e dezessete reais), porém, iremos liberar apenas o valor citado, a fim de dar continuidade do projeto.

**Segunda Informação Padronizada**
Data 18/09/2014
Aprovar o remanejamento de R$ 339.843,07 do subcrédito "A" para o subcrédito "B", mantidas as demais condições dos referidos subcréditos; ii) o remanejamento entre rubricas do Quadro de Usos e Fontes do projeto; e iii) a prorrogação do prazo de utilização de recursos do subcrédito "A" e do subcrédito "B", ficando ambos com vencimento em 31/03/2015.

**Quarto Relatório de desempenho**
Data 28/11/2014
Período de acompanhamento - 01/04/2012 a 30/09/2014
Finalizada a montagem de Torre de Observação. Iniciados os ajustes para reduzir vibrações nas plataformas superiores e cotações para a pintura visando reduzir agressão corrosiva do clima da floresta.
Encaminhado ao MinC (julgamento da proposta previsto para o início de dezembro) processo para uma nova exposição dedicada às técnicas utilizadas no sistema agrícola do Rio Negro: mandioca - roças, farinha e artefatos, recentemente declarado patrimônio imaterial pelo IPHAM.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Criação, produção e montagem de totens expositivos e placas para sinalização das trilhas e material expositivo em andamento.
Não foi disponibilizado os pagamentos efetuados no período

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data – 02/04/2015
Período de acompanhamento – 01/09/2012 a 30/009/2014
Data da visita de acompanhamento – 03/02/2015 a 04/02/2015
Valor acompanhado:
O período de acompanhamento engloba informações fornecidas em três Relatórios de Desempenho ReDs (os de n° 2, 3 e 4). E o IP AMA/DEFAM 41/2014 que aprovou o aditivo contratual para remanejar recursos entre os subcréditos A e B.
É importante ressaltar que não houve emissão de nenhum documento emitido pelo BNDES aprovando a liberação da quarta parcela liberada em 26/09/2014 nos valores de R$ 2.165.273,93 (subcrédito A) e R$ 339.843,07 (subcrédito B).
Segundo informações fornecidas pelo Beneficiário, as ações realizadas até 30/ 09/ 2014 equivalem à execução de aproximadamente 94% do projeto. Para o cálculo do percentual de realização total, considerou-se a média do percentual de execução física dos produtos, estimados pelo próprio Beneficiário, ponderados pelos valores de cada subcrédito. Percebe-se que a equipe do BNEDS ao aprovar a prestação de contas leva somente em conta as informações prestadas pelo beneficiário com relação a execução do projeto e não informações checadas pela sua equipe.
Não foi informado o percentual de notas fiscais analisadas.

**Quinto Relatório de Desempenho**
Data – 05/01/2016
Período de Acompanhamento – 01/10/2014 a 30/10/2015
O projeto tem sido desenvolvido sem impactos ambientais relevantes, tanto da área do Jardim Botânico como no Assentamento Água Branca onde está instalado o CT A. Pelo contrário, é um poderoso instrumento de divulgação científica do significado da floresta, de educação ambiental e de defesa dos princípios do respeito às diversidades culturais e da valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas.
Não foi disponibilizado os pagamentos efetuados no período

**Quarta Nota de acompanhamento**
Data – 25/02/2016
Período de acompanhamento - de 01/10/2014 a 31/10/2015.
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação do complemento da quinta parcela do projeto cujo valor solicitado foi de R$ 750.000,00.
O Beneficiário enviou o ReD do período de 01/10/2014 a 31/ 10/ 2015.
Nele, apresenta o Quadro de Usos e Fontes do projeto e planilha de Movimentação Financeira. Ambos refletem, exatamente, o saldo apresentado no extrato da conta bancária.
O GAc fez uma seleção de 489 comprovantes de pagamento (de um total de 1673) para analisar a efetiva aplicação dos recursos, o que corresponde à prestação de contas de cerca de 80% do valor gasto no período. Salvo pequenos equívocos de data de emissão e data de pagamento, todos os comprovantes guardavam exata correspondência com o informado na

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

relação de pagamentos. Destaca-se que todos os comprovantes estavam devidamente carimbados.

**Sexto Relatório de Desempenho**
Data – 31/05/2016
Período de Acompanhamento 01/11/2015 a 31/03/2016
O relatório contempla as atividades desenvolvidas no período sem, contudo, apresentar custos e pagamentos efetuados no período.

**Quinta Nota de acompanhamento**
Data – 07/07/2016
Período de Acompanhamento - 01/11/2015 a 31/ 03/ 2016
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação do complemento da sexta parcela do projeto cujo valor solicitado foi de R$ 400.000,00.
O Beneficiário enviou o ReD do período de 01/11/2015 a 31/ 03/ 2016.
Nele, apresenta o Quadro de Usos e Fontes do projeto e planilha de Movimentação Financeira. Ambos refletem, exatamente, o saldo apresentado no extrato da conta bancária.
O GAc analisou 100% dos comprovantes financeiros. Salvo pequenos equívocos de data de emissão e data de pagamento, todos os comprovantes guardavam exata correspondência com o informado na relação de pagamentos do ReD, tendo o GAc considerado a prestação de contas satisfatória.

**Sexto Relatório de Desempenho**
Data – 16/01/2017
Período de Acompanhamento 01/04/2016 a 31/12/2016
O relatório contempla as atividades desenvolvidas no período sem, contudo, apresentar custos e pagamentos efetuados no período

**Sexta Nota de acompanhamento**
Data – 07/02/2017
Período de Acompanhamento - 01/11/2015 a 31/ 03/ 2016
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação do complemento da sétima parcela do projeto cujo valor solicitado foi de R$ 380.208,00.
O Beneficiário enviou o ReD do período de 01/ 04/2016 a 31/ 12/2016.
Nele, apresenta o Quadro de Usos e Fontes do projeto e planilha de Movimentação Financeira. Foi identificada diferença de R$34,71 entre esses quadros e o saldo da conta bancária do projeto, cujo ressarcimento deverá ser apresentado na próxima prestação de contas.
O GAc analisou 100% dos comprovantes financeiros. Salvo pequenos equívocos de data de emissão e data de pagamento todos os comprovantes guardam exata correspondência com o informado na relação de pagamentos do ReD, tendo o GAc considerado a prestação de contas satisfatória.

**Sétima Nota de Acompanhamento**
Data – 15/08/2017

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

No caso da presente operação, como o projeto ainda não foi integralmente concluído, o Beneficiário não enviou o Relatório de Avaliação de Resultados, tendo o GAc optado pela elaboração da presente Nota de Acompanhamento.
Importante registrar que o Relatório de Avaliação de Resultado não foi enviado 60 dias após o término do prazo de utilização do projeto, que se deu em 18/ 02/ 2017, conforme previsto nos incisos XVII, "a" e XVIII da Cláusula Quarta do contrato. Não obstante, o GAc propõe, com fulcro no art. 107, 1, parágrafo primeiro da Resolução DIR nº 3079/2016-BNDES, e considerando que o projeto ainda está sendo executado, que o prazo de 60 dias se inicie após a efetivação do último pagamento do projeto a fornecedores, o que configuraria o término de sua execução.
Considerando a expectativa de entrega do Relatório de Avaliação de Resultados pelo Beneficiário em outubro de 2017, está prevista para novembro de 2017 a elaboração de Relatório de Acompanhamento Final, pelo GAc, para registro da análise dos resultados obtidos e da prestação de contas após a finalização do projeto.
O Musa solicita que seja autorizado o uso dos rendimentos financeiros relativos ao recurso liberado pelo Fundo Amazônia a serem utilizados no custeio operacional do museu.
O MUSA foi visitado por comitiva da embaixada norueguesa, pelo ministério do meio ambiente da Noruega e por Diretorias do BNDES, sempre sendo alvo de elogios.
Diante do exposto, o GAc continua monitorando a questão da sustentabilidade financeira do MUSA, considera o projeto com execução satisfatória e propõe a autorização para o uso dos rendimentos financeiros, estando no aguardo da prestação de contas final para elaborar o Relatório de Acompanhamento Final.

**Oitava Nota de Acompanhamento**
Data – 05/09/2018
Diante do exposto, o GAc continua monitorando a questão da sustentabilidade financeira do MUSA, considera o projeto com execução satisfatória e está no aguardo dos relatórios de auditoria pendentes e da prestação de contas final para elaborar o Relatório de Acompanhamento Final.

**Fragilidades Identificadas no Projeto**

- Percebe-se nos relatórios de acompanhamento emitidos pelo BNDES que o percentual de execução física do projeto é obtido segundo informações do Beneficiário e não do gotejamento da equipe do BNDES.
- Observa-se que o BNDES teve que aditar o projeto em R$ 1.530.208,00, recursos esses destinado ao pagamento de despesas operacionais do museu da Amazônia, além de autorizar que os rendimentos financeiros do projeto fossem utilizados no custeio operacional do Museu, o que demonstra que o estudo de viabilidade econômica efetuado pela equipe do BNDES foi deficiente, uma vez que o próprio Banco teve que injetar recursos para que o projeto não sofresse solução de continuidade, ficando assim demonstrado que a MUSA não dispunha de saúde financeira robusta para suportar os seus custos operacionais

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Somente no primeiro pedido de liberação de crédito o MUSA encaminhou planilha de custos detalhada contendo a relação de gastos a serem suportados com os recursos liberados.
- Não disponibilização nos relatórios de Desempenho da relação de pagamentos e gastos realizados no período.
- Não disponibilização nos relatórios de acompanhamento das notas ficais analisadas.
- Não houve emissão de nenhum documento emitido pelo BNDES aprovando a liberação da quarta parcela liberada em 26/09/2014 nos valores de R$ 2.165.273,93 (subcrédito A) e R$ 339.843,07 (subcrédito B).
- Não disponibilização até a presente data do Relatório de Avaliação de Resultado pelo MUSA que deveria ter sido enviado 60 dias após o término do prazo de utilização do projeto, que se deu em 18/ 02/ 2017.
- Não disponibilização até a presente data de relatórios de auditoria pendentes e da prestação de contas final a ser apresentada pelo MUSA. Esse fato nos a refletir se não deveria ser retido valores do projeto até que todos os documentos tenham sido disponibilizados pelo Beneficiário. Observa-se que já transcorreu mais de 24 meses e até hoje o projeto ainda continua com pendências a serem solucionadas.

**Lote 02**
**Associação Ashaninka do Rio Amônia APIWTXA**

Número da Operação: 5.240.921.0001
**Projeto Alto Juruá**
**Localização:** Marechal Thaumaturgo/ AC
**Valor do Apoio Financeiro: Até R$ 6.597.581,00**
Vigência: 36 meses
**OBJETIVO DO PROJETO**
Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território, bem como fortalecer a organização comunitária local, na região do Alto Juruá/Acre.

**Prazos de processamento da operação**

| Eventos | Datas (registros do OPE) |
|---|---|
| Entrega da Consulta | 22/07/2013 |
| Enquadramento | 10/12/2013 |
| Início da Análise | 09/02/2014 |
| Revalidação de Enquadramento | 09/07/2014 |
| Revalidação de Enquadramento | 02/02/2015 |
| Encaminhamento para Decisão | 11/02/2015 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- 1ª liberação - R$ 1.505.462,00 em 13/08/15
- 2ª liberação - R$ 1.589.644,51 em 11/04/16
- 3ª liberação - R$ 288.000,00 em 12/05/16
- 4ª liberação - R$ 2.172.980,55 em 28/09/16
- 5ª liberação - R$ 553.871,92 em 16/11/17
- 6ª liberação - R$ 487.622,02 em 25/05/2018

**Quadro de Usos e Fontes do Projeto**

| Componentes | Valor (R$) | % |
|---|---|---|
| **Componente 1**: Assessoramento, capacitação e implantação de sistemas agroflorestais | 1.465.650,00 | 22,2% |
| **Componente 2**: Apoio à gestão territorial e ambiental nas comunidades indígenas e tradicionais do Alto Juruá | 359.580,00 | 5,5% |
| **Componente 3**: Desenvolvimento institucional da organização comunitária | 1.998.530,00 | 30,3% |
| **Equipe técnica e monitoramento do Projeto** | 2.773.821,00 | 42,0% |
| **Total Geral** | 6.597.581,00 | 100% |

| Fontes | Valor (R$) | % |
|---|---|---|
| BNDES | 6.597.581,00 | 100,0% |
| **Total Geral** | 6.597.581,00 | 100,0% |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## Quadro de Usos e Fontes

| Componentes | Produtos e serviços | Valor (R$) |
|---|---|---|
| Assessoramento, capacitação e implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) | Construção de viveiro e banco de sementes para produção de mudas e implantação de SAFs | R$ 1.465.650,00 |
| | Instalação de unidade frigorifica para armazenagem de polpa de frutas produzidas no Centro Yorenka Ãtame e de pequenas unidades de armazenamento locais para pré-produção, com capacitação em manutenção de placas solares | |
| | Elaboração de Plano de coleta de sementes florestais nativas | |
| | Capacitação em agroecologia e em boas práticas de manejo para comercialização | |
| Apoio à gestão territorial e ambiental nas comunidades indígenas e tradicionais do Alto Juruá | Curso de atualização para Monitores Ambientais não indígenas | R$ 359.580,00 |
| | Construção de infraestrutura para vigilância na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia | |
| | Intercâmbios entre as comunidades Ashaninka dos dois lados da fronteira Brasil-Peru para monitoramento e controle | |
| | Seminário sobre processo de gestão territorial e ambiental compartilhada (dinâmica transfronteiriça) | |
| Desenvolvimento institucional da organização comunitária | Planejamento estratégico da APIWTXA e Plano de Ação para o Projeto | R$ 1.998.530,00 |
| | Planejamento estratégico da ASAREAJ e formação de lideranças na TI do Rio Breu | |
| | Apoio à infraestrutura da ASAREAJ e nova sede integrada para Apiwtxa e cooperativa Ayõpare | |
| | Capacitação em gestão de organização comunitária | |
| | Serviços de assessoria, capacitação institucional e auditoria financeira externa da APIWTXA | |
| | Fortalecimento da prática audiovisual e desenvolvimento da comunicação institucional, adequadas às necessidades do Projeto | |
| Equipe técnica e monitoramento do Projeto | Equipe própria | R$ 2.773.821,00 |
| | Apoio para monitoramento do Projeto | |
| **Total Geral** | | R$ 6.597.581,00 |

| Fontes | Valor (R$) |
|---|---|
| BNDES | R$ 6.597.581,00 |
| **Total Geral** | R$ 6.597.581,00 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## Recursos humanos alocados ao Projeto:

| Profissional / cargo | Atuação no projeto | Dedicação ao projeto % | Presença local | Salário base | Salário+Enc. +Benefícios | Valor total ANO 1 | Valor total ANO 2 | Valor total ANO 3 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Coordenador Geral | atuação transversal a todos os componentes do projeto, responsável principal pelo planejamento e monitoramento das atividades | 100% | 70% em Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo; 30% Rio Branco | R$ 10.000,00 | R$ 15.689,00 | R$ 188.268,00 | R$ 201.447,00 | R$ 215.549,00 |
| Coordenador Articulador | atuação transversal a todos os componentes do projeto, com papel de articulação e facilitação interna e externa | 100% | 80% Rio de Janeiro; 20% em Marechal Thaumaturgo | R$ 8.000,00 | R$ 10.200,00 | R$ 122.400,00 | R$ 130.968,00 | R$ 140.136,00 |
| Coordenador Executivo | atuação transversal a todos os componentes do projeto, com papel de execução direta das ações em campo | 100% | 100% em Marechal Thaumaturgo | R$ 8.000,00 | R$ 12.652,00 | R$ 151.824,00 | R$ 162.452,00 | R$ 173.824,00 |
| Assistente de Coordenação | atua na gestão administrativa do projeto na área de contratações, aquisições e financeiro | 100% | 100% em Cruzeiro do Sul | R$ 4.000,00 | R$ 6.576,00 | R$ 78.912,00 | R$ 84.436,00 | R$ 90.347,00 |
| Assistente Administrativo | assistência para organização da prestação de conta e compras associadas ao projeto | 100% | 100% em Cruzeiro do Sul | R$ 3.000,00 | R$ 5.057,00 | R$ 60.684,00 | R$ 64.932,00 | R$ 69.478,00 |
| Secretaria geral de Comunicação | assistência geral e atualização do site | 100% | 100% em Cruzeiro do Sul | R$ 3.000,00 | R$ 5.057,00 | R$ 60.684,00 | R$ 64.932,00 | R$ 69.478,00 |
| Serviços gerais | apoio em logística | 100% | 100% em Cruzeiro do Sul | R$ 1.200,00 | R$ 2.323,00 | R$ 27.876,00 | R$ 29.828,00 | R$ 31.916,00 |
| Serviços gerais | apoio em logística | 100% | 100% em Marechal Thaumaturgo | R$ 1.200,00 | R$ 2.323,00 | R$ 27.876,00 | R$ 29.828,00 | R$ 31.916,00 |
| TOTAL: | | | | | | **R$ 718.524,00** | **R$ 768.823,00** | **R$ 822.644,00** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Não é possível informar o custo de implantação de SAFs e nem das áreas reflorestadas por hectares,

Informado o custo de equipamentos, insumos, obras e capacitações, conforme descrição abaixo:

• Equipamentos adquiridos para implantação e reflorestamento dos SAFs: R$ 104.370,61;

• Insumos adquiridos para implantação e reflorestamento dos SAFs: R$ 35.025, 70;

• **Obras: R$ 1.201 .288,88;**

• Capacitação e manutenção em placas solares: R$ 1.028,57 (por pessoa - foram 7 pessoas capacitadas);

• Capacitação em agroecologia: R$ 2.136,62 (por pessoa - foram 154 pessoas capacitadas nos três módulos);

• Capacitação em boas práticas de manejo para comercialização: R$ 1.329,47 (por pessoa – foram 57 pessoas capacitadas);

• Capacitação em gestão de organização comunitária: R$ 1.507,20 (por pessoa - foram 25 pessoas capacitadas);

• Curso de atualização para monitores ambientais não indígenas: R$ 1.290,00 (por pessoa – foram 42 pessoas capacitadas).

Em relação ao Cadastro Ambiente Rural (CAR), não foi realizado este cadastro.

Observações:

Valores dos cursos, consultorias e assessorias estão agrupados, não sendo possível identificar cada entidade/participante.

Pagamento de consultorias técnicas, assessorias e custos dos cursos estão generalizados nos documentos.

Sem relação individual de pagamento (nominal) assim como a dos participantes dos cursos.

Não identifica nem percentual de notas fiscais e nem montante auditado.

Foram elaborados 03 (três) relatórios de acompanhamento e 05 (cinco) notas de acompanhamento do projeto para atender os 05 (cinco) relatórios de desempenho e 04 (quatro) pedidos de liberação de recursos e 06 (seis) liberações de recursos executadas. Não havendo paridade entre as ações ocorridas conforme nota-se no parágrafo anterior.

As notas de acompanhamento não são completas como os Relatórios de Acompanhamento, eles deveriam ser complementados com todas as informações.

**Lote 02**
**Centro de Trabalho Indigenista • CTI**

**Número da Operação**: **5.106.877.0001**
**Projeto: "Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia brasileira"**
**Valor do Apoio Financeiro: Até R$ 19.043.330,00**
Vigência: 36 meses

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**OBJETIVO DA OPERAÇÃO**

Apoiar a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia.

## Prazos de processamento da operação

| EVENTOS | DATAS (registros do OPE) |
|---|---|
| Perspectiva | 21/01/2013 |
| Carta Consulta | 22/05/2013 |
| Enquadramento | 04/06/2013 |
| Início da Análise | 04/08/2013 |
| 1ª Revalidação do Enquadramento | 09/01/2014 |
| 2ª Revalidação do Enquadramento | 11/08/2014 |
| Encaminhamento para Decisão | 21/10/2014 |

**Proposta das Principais Condições da Operação:**

Em R$

| Condições | |
|---|---|
| **Valor** | **Até R$ 19.043.330,00** |
| Origem dos Recursos | Fundo Amazônia |
| **Prazo de Utilização** | **30 meses** |
| **Prazo de Execução** | **36 meses** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Quadro de Usos e Fontes do Projeto**

(R$ mil)

| USOS | A REALIZAR | % |
|---|---|---|
| COMPONENTES | Valor (R$) | |
| Componente 1: Pesquisa (localização) em pelo menos 20 Referências Não Confirmadas de Índios Isolados em oito FPEs | 3.792,02 | 19,9% |
| Componente 2: Aprimoramento metodológico da pesquisa de referências de índios isolados em oito FPEs. | 1.414,12 | 7,4% |
| Componente 3: Incremento da interlocução com povos indígenas e populações do entorno de territórios de povos indígenas isolados para a elaboração e implementação de estratégias de gestão territorial em 6 FPEs | 8.879,72 | 46,6% |
| Componente 4: Ampliação da participação da sociedade civil em agenda internacional para a proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato situados em países da bacia amazônica. | 1.660,86 | 8,7% |
| Componente 5: Capacitação de servidores que atuam nas FPEs em política indigenista e metodologias de proteção de povos indígenas isolados | 643,29 | 3,4% |
| Gestão administrativa do Projeto | 2.653,31 | 13,9% |
| **TOTAS DOS USOS** | **19.043,33** | **100,0%** |
| **FONTES** | **Valor (R$)** | **%** |
| **BNDES / Fundo Amazônia** | 19.043,33 | 100,0% |
| **TOTAL DAS FONTES** | **19.043,33** | **100,0%** |

**Méritos**

- O Projeto apoia povos indígenas que, notadamente, contribuem para a contenção do desmatamento;
- Experiência acumulada da proponente com povos indígenas, em geral, com a temática dos índios isolados e com os territórios abrangidos;
- CTI atua em parceria com a Funai na temática de índios isolados desde 1997.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

1ª liberação - R$ 3.140.678,59 em 29/01/2015
2~ liberação - R$ 7.763.686,21 em 15/12/2015
3ª liberação - R$ 7.574.961,75 em 28/06/2017
4ª Liberação – R$ 564.000,00 em 14/12/2018

*Produto 1. 3 - Realização de ações-piloto de proteção territorial* e *de gestão ambiental junto aos povos de recente contato Zo'é (PA)* e *Matis (AM).*

*Produto 1.4 - Realização de intercâmbios, encontros e publicação de boletins voltados para a promoção dos direitos de povos indígenas isolados localizados nas regiões de fronteira dos países da bacia amazônica*

*Produto 2. 1 - Realização de curso de capacitação e de oficinas temáticas em política indigenista e em metodologias de localização e de proteção de índios isolados voltados para* o *quadro de pessoal das Frentes de Proteção Etnoambíental (FPEs) e outros quadros permanentes da FUNAI*

*Produto 2. 2 - Estruturação e implementação de um banco de dados dos registros de índios isolados e de uma ferramenta de geoprocessamenJo a ele associada para integração* ao *Sistema lndigenista de Informações da Funai*

*Produto 2. 3 - Realização de expedições e de sob revoos objetivando* a *localização de pelo menos 20 referências não trabalhadas de índios isolados*

CTI segue trabalhando em articulação com diversas organizações indígenas e organizações da sociedade civil para promover a defesa e afirmação dos direitos dos povos indígenas, em diferentes escalas de atuação. Um importante espaço de articulação nesse sentido tem sido o coletivo Mobilização Nacional Indígena, que é integrado por várias organizações indígenas e indigenistas e tem mantido uma rotina de reuniões com o intuito de socializar informações, pactuar prioridades e promover agendas junto a instituições estratégicas para a defesa e afirmação dos direitos indígenas no Brasil - o que se faz ainda mais necessário na atual conjuntura. Uma importante iniciativa nesse sentido é o Acampamento Terra Livre (ATL), fórum que desde 2004 reúne anualmente povos e organizações indígenas de todo o país em Brasília. As edições realizadas em 2017 e 2018 constituíram as maiores mobilizações de representantes indígenas em âmbito nacional realizadas até hoje no Brasil.

**Depoimento - Representante de órgão de Estado brasileiro**
"As ações do Centro de Trabalho lndigenista (CTI), no escopo do "Projeto de Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira", na região do Rio Envira/Acre têm contribuído no estabelecimento de um diálogo com o povo Ashaninka a respeito de questões territoriais que tangem os povos isolados e recente contato que ali habitam. Contribuíram também, por meio do diálogo contínuo, para o fortalecimento

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

institucional da Associação Ashaninka do Rio Envira (ASPARE), importante instrumento de diálogo e articulação política.
No que se refere às atividades desenvolvidas pela Frente de Proteção Etnoambiental Envira (FPEE) conseguimos estabelecer, ao longo desses três anos e meio de atuação, uma relação de parceria institucional. Além de apoiar no planejamento e na viabilização de ações de monitoramento e vigilância territorial de povos indígenas isolados e de recente contato executadas pela FPEE, contamos também com um processo formativo. Foram realizadas oficinas formativas em "Situações de Contato e Planos de Contingência"; Linguística, e Antropologia e Etnologia, com ênfase nos povos Pano. Essas oficinas contribuíram com a capacitação dos quadros da FPEE e otimizando a execução de nossas atividades cotidianas.
Foi realizada também consultoria voltada à sistematização de informações a respeito da territorialidade Mashco Piro na região fronteiriça Brasil-Peru, contribuindo com o diálogo técnico entre esses países no que tange à proteção desta população indígena.
Por fim quero destacar a atuação da profissional Assistente de Campo, Janaína Oliveira, que realizou o trabalho com dedicação e agilidade, qualidades imprescindíveis para quem trabalha com povos Indígenas, também da profissional Assistente de Coordenação, Ester de Souza Oliveira que de forma transparente mostrou possibilidades de acesso ao Projeto.
Desta forma, avaliamos positivamente a colaboração com o CTI, no âmbito do referido projeto. Tendo contribuído efetivamente com os trabalhos desta **FPE** na proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato no estado do Acre."
**William Costa**
Coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Envira/Funai

1º RAc **visita de acompanhamento** 16/11/2015 a 19/11/2015

**Período do Acompanhamento: 29/01/2015 a 23/10/2015**

Em R$

| Valor contratado | Valor liberado | Valor a liberar | Prazo de utilização |
|---|---|---|---|
| 19.043.330,00 | 3.140.678,59 | 15.902.651,41 | 06/2017 |

**Atividades realizadas**
Relatam-se abaixo as principais atividades realizadas, ressaltando-se que o Relatório de Desempenho - ReD enviado pelo Beneficiário, com o detalhamento das atividades e o Plano de Monitoramento do projeto, encontra-se arquivado no sistema GED.

**Produto 1.1** - Levantamentos socioambientais para caracterização do entorno de territórios de índios isolados: Os recursos liberados não incluíam atividades relativa as este produto, o qual, portanto, não teve ações realizadas.

**Produto 1.2** - Realização de intercâmbios e oficinas temáticas com povos indígenas e comunidades do entorno de territórios de índios isolados:
Foram realizadas 4 oficinas de ambientação e planejamento envolvendo os 12 assistentes técnicos de campo contratados para o projeto e equipes locais da FUNAI, de modo a garantir a boa execução **das** atividades.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Em seguida, foram realizadas 4 oficinas com organizações indígenas de 4 áreas de atuação do projeto: Vale do Javari AM, Cuminapanema/PA, Awá-Guajá/MA e Madeira-Purus/AM-RO. Nestes encontros, dentre outros temas, foram tratadas a Política de Proteção aos Povos Isolados e de Recente Contato e o detalhamento de ações propostas nas rodadas de planejamento com a Funai, para pactuação de Planos de Trabalho anuais.
Foram também realizados 3 intercâmbios/encontros envolvendo indígenas de diferentes localidades, das etnias Kanarnari, Ashaninka e Guajajara, para discussão dos principais problemas enfrentados na gestão dos territórios, incluindo o compartilhamento de território com indígenas isolados, dentre outros temas.
Também foram realizadas 7 oficinas locais (englobando diversas etnias e Terras Indígenas - T!s), que abordaram a proteção de índios isolados, o levantamento de principais interlocutores (em especial para tratamento de assuntos relacionados à presença de índios isolados nos territórios) e assessoria técnica relativa a processos de licenciamento ambiental e etapas locais da Conferência Nacional de Política lndígenista (cuja etapa final ocorreu em dezembro em Brasília/DF). Ainda no âmbito deste produto foram realizadas 3 ações de monitoramento territorial: (i) uma ação executada diretamente pela FUNAI na área que limita a sudoeste com a TI Hi-Merimã (habitada exclusivamente por índios isolados), no âmbito de suas atribuições institucionais, com apoio do projeto na aquisição de insumos e preparação logística da atividade; (ii) urna feita pelo povo indígena Matsés no interflúvio dos rios Pardo e Soles, no extremo oeste da TI do Vale do Javari, com participação de um servidor da FUNAI e apoio do projeto na aquisição de insumos e preparação logística; e (iii) uma realizada pelos Guardiões Indígenas da TI Arariboia no combate ao incêndio que consumiu cerca de 50% da TI (o cronograma do apoio ao monitoramento feito pelos Guardiões foi antecipado para atender a tal demanda urgente), feita em conjunto com os brigadistas indígenas do povo Guajajara e com o Comando da operação de combate ao fogo, tendo o projeto apoiado a ação com aquisição de insumos, assessoria técnica e preparação logística.
As atividades no âmbito do produto 1.2 totalizaram 21 eventos, sendo a meta final do projeto 54; e alcançaram 1059 participantes, sendo a meta final do projeto 1116. Importa ainda destacar que a abordagem da temática dos índios isolados e o compartilhamento de território com eles, por parte de indígenas já contactados e populações tradicionais não indígenas, depende da construção de relações de confiança e da abordagem prévia de outros temas de interesse dessas populações. Assim, é essencial a realização de eventos de apresentação, conhecimento das realidades locais e alinhamentos, como o foram, em boa medida, grande parte dos ora mencionados nesta etapa de execução do projeto.

**Produto 1.3 -** Realização de ações-piloto de proteção territorial e gestão ambiental junto aos povos de recente contato Zo, é e Ma tis: Foi apoiada uma oficina sobre estratégia de ocupação territorial dos Zo 'é, objetivando o retorno a seu padrão tradicional de ocupação de dispersão ao longo do território; oficinas com o povo Matis sobre\) a ocupação e compartilhamento territorial com índios isolados Korubo (especialmente importantes em razão de recentes conflitos envolvendo estas etnias, em razão de mudanças em suas respectivas ocupações do mesmo território); e a mudança de localização de uma aldeia Matis, no bojo de diálogo conduzido com os indígenas acerca de sua ocupação territorial com apoio da FUNAI, no intuito de evitar maiores conflitos com os Korubo.

**Produto 1.4** - Realização de intercâmbios. encontros e publicação de boletins voltados para a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

promoção dos direitos de povos indígenas isolados localizados nas regiões de fronteira dos países da bacia amazônica: Foi realizado um intercâmbio no âmbito do Grupo Técnico de Trabalho para o Monitoramento Georreferenciado de Isolados na Região Acre/Madre de Dios e Ucayali, para discutir estratégias de ações de proteção e monitoramento dos povos indígenas isolados nesta região, e um intercâmbio no âmbito do Fórum Binacional Yanomami e Ye'kuana junto aos povos habitantes desta região de fronteira Brasil-Venezuela.

**Produto 2.1** - Capacitação para o quadro de pessoal das Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs) e outros quadros permanentes da FUNAI: Foi ministrado o curso "Agricultura indígena no Purus: Mitologia e História", na Frente de Proteção Etnoambiental Madeira-Purus, sobre os cultivares Arawá, temática que serve como subsídio técnico para o trabalho de qualificação de registros de isolados na região. A baixa execução relativa deste produto (uma oficina, de um total de 36) se deveu parte à indisponibilidade de consultores para ministrarem as atividades de capacitação, e parte à dificuldade de formatação de uma agenda que atendesse adequadamente à FUNAI, tendo em vista suas diretrizes de capacitação de servidores e a dispersão geográfica e particularidades de agenda dos funcionários. O CTI e a FUNAI preveem finalizar, até 03/ 2016, uma matriz de capacitação, que foi indicada pela nova presidência da FUNAI como prioridade para a CGIIRC, o que deve contribuir para superar as
dificuldades mencionadas.

**Produto 2.2** • Estruturação e implementação de banco de dados dos registros de índios isolados e de ferramenta de geoprocessamento a ele associada para integração ao Sistema lndigenista de Informações da Funai:
As atividades realizadas no âmbito deste produto foram de alinhamento e planejamento junto à FUNAI (em especial sua Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação - CoGeTI e Coordenação Geral de Geoprocessamento - CGGEO), de modo a embasar a elaboração e publicação dos termos de referência para a contratação c:le consultorias em tecnologia da informação, as quais estão previstas para serem pagas com recursos da segunda parcela a ser liberada ao projeto.
**Produto 2.3** • Realização de expedições e de sobrevoas objetivando a localização de pelo menos 20 referências não trabalhadas de índios isolados:
Foram apoiadas 4 expedições de Monitoramento/Localização de grupos isolados (sendo 12 a meta final do projeto), envolvendo a verificação de 3 referências não trabalhadas de índios isolados (uma das expedições se referia ao monitoramento dos Korubo isolados, cuja existência já é confirmada, e cuja situação de conflito com a etnia Matis demandou ações emergenciais de monitoramento por parte da FUNAI} e 14 horas de sobrevoo.

### 3.2.2. Relato da Visita de Acompanhamento

Entre 16 e 1 7 de novembro, o GAc visitou o escritório do CTI em Brasília, para verificação documental da execução física e financeira relativa ao primeiro desembolso e oitiva de relato da equipe técnica alocada ao projeto acerca dos 12 primeiros meses de trabalho.
Nesta ocasião, foi verificada a documentação relacionada à efetiva realização de todas as atividades listadas no ReD entregue pelo Beneficiário, tais corno listas de presença em eventos de campo e relatórios de atividades, os quais o GAc avalia como de alta qualidade e ricos em conteúdo e conhecimento gerado. A documentação financeira, por sua vez, foi

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

verificada por amostragem, como detalhado no item 3.3 deste relatório. Foi constatada a boa ordem geral dos documentos com registros detalhados e organizados das atividades executadas e dos gastos efetuados.

Foi constatado o bom estado de equipamentos adquiridos com recursos do Fundo Amazônia (principalmente equipamentos de informática e telefonia), os quais, quando cabível, encontravam-se adesivados com a logomarca do Fundo e patrimonializados, com identificação própria.

No dia 17/ 11/15 foi feita uma reunião na FUNAI, com presença de servidores da CGIIRC e da CoGeTI. Na reunião, foi relatada a importância do projeto para a CGIIRC e as etapas realizadas junto com a CoGeTI para permitir o adequado desenvolvimento do módulo de informações da CGIIRC dentro do sistema de gerenciamento de dados da FUNA! como um todo. Estima-se que, após superadas as dificuldades e atrasos iniciais, este módulo seja finalizado em 6 meses, tendo sido divulgado em 11/11/15 o Termo de Referência para construção do Banco de Dados.

Entre 18 e 19 de novembro, o GAc acompanhou os coordenadores do projeto a Lábrea/AM, para participação em reunião de avaliação e planejamento de ações (pactuação de plano de trabalho para 2016) no âmbito da FPE Madeira-Purus. Nesta ocasião, foi verificada a boa articulação com a equipe local da FUNAI e a importância do projeto para a agenda indigenista local.

Também foram aprofundados os relatos acerca de atividades realizadas em campo (oficina de capacitação, monitoramento em tomo da TI HI-Merirnã e expedições de localização), incluindo acesso a documentos internos produzidos pela FUNAI (os quais não integram o acervo documental do projeto sob responsabilidade do CTI, portanto) relativos a ações por ela realizadas, com apoio do projeto.

Foi relatado pela equipe da FPE Madeira-Purus o interesse em ser capacitada para uso do DTER e outras geotecnologias úteis a seu trabalho em campo. Também foi explicado ao GAc que as informações produzidas pela FPE após expedições em campo de confirmação de referência de grupos isolados são repassadas à CGIIRC, de modo que a CGl!RC possa reavaliar a referência, inclusive, eventualmente, confirmando-a ou descartando-a. Diante dessas informações, o GAc reiterou ao Beneficiário a importância de que as ações de capacitação de servidores da FUNAI levem em consideração as demandas específicas de cada FPE (o que já vinha sendo considerado pelo CT!) bem como a eventual possibilidade e conveniência de capacitar os servidores da CGIIRC lotados em Brasilia que trabalharão as informações de cada referência de grupos isolados fornecidas por expedições de localização e monitoramento. Ainda, foi constatada a efetiva participação de lideranças índígenas no planejamento das ações, exemplificada pela presença do líder Zé Bajaga na reunião, representando a Federação das Organizações Indígenas do Médio Purus - FOCJMP, que reúne aproximadamente 60 mil indígenas de 18 povos, vivendo em mais de 2 **mil** km. de terras ao longo do rio Purus. Zé Bajaga avaliou positivamente o projeto, e relatou que as maiores demandas hoje dos povos reunidos na FOCIMP são pela demarcação de cerca de 20 Tis, por uma política preventiva de saúde que reverta a dependência de medicamentos gerada por políticas prévias, por educação e por autossustentabilidade. Vale mencionar que a equipe local do CTI, ao relatar ações realizadas com indígenas Jamamandi; Jarawara, Banawa e Apurinã, especialmente na assessoria à etapa local da Conferência de Política lndigenista, indicou que vigilância territorial e avivamento de marcos dos limites das Tis foram duas das principais demandas dos indígenas. O GAc destaca que essas mesmas demandas foram relatadas diretamente por indígenas mebengokrê da TI Capoto/Jarina, em acompanhamento

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

do projeto "Fundo Kayapó" e também foram mencionadas em reunião institucional com a FUNA! em Brasília, o que demonstra a importância do tema.

2º RAc **Visita de acompanhamento 1** 20/06/2017 a 21/06/2017

**Período do Acompanhamento: 24/10/2015 a 12/07/2017***
* Acompanhamento financeiro no período de 24/10/2015 a 31/01/2017

Em R$

| Valor contratado | Valor liberado | Valor a liberar | Prazo de utilização |
|---|---|---|---|
| 19.043.330,00 | 18.479.326,55 | 564.003,45 | 22/12/2017 |

Para fins de comprovação dos gastos informados como realizados no período, o Beneficiário encaminhou relação de pagamentos, da qual constavam 2.698 comprovantes, totalizando R$ 6.784.943,32. Este valor, somado aos R$ 2.531 .859,79 verificados no primeiro acompanhamento,
corresponde a 85% do total liberado,O GAc selecionou 803 comprovantes para verificação (29% do total), correspondentes a R$ 3.319.221,22 (49% do valor executado), de acordo com avaliação de custo-benefício, considerando a pulverização de gastos e a representatividade da amostra selecionada.

Componente 1

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Nº | ATIVIDADES | ÚLTIMO ORÇAMENTO APROVADO | Valor a ser alterado | Orçamento após alteração |
|---|---|---|---|---|
| 1 | **Pesquisa (localização) em pelo menos 20 Referências Não-Trabalhadas de Índios Isolados em oito FPEs.** | | | |
| 1.3 | **Máquinas e Equipamentos Nacionais** | | | |
| 1.3.1 | Barcos de alumínio | 48.000,00 | - 15.000,00 | 33.000,00 |
| 1.3.3 | Máquina fotográfica e acessórios | 33.000,00 | 6.000,00 | 39.000,00 |
| 1.3.5 | Gerador portátil | 48.000,00 | - 36.038,00 | 11.962,00 |
| 1.3.6 | Conversor e adaptador de carga | 6.000,00 | - 6.000,00 | 0,00 |
| 1.5 | **Insumos** | | | |
| 1.5.1 | Material de consumo de expedições (alimentação, combustível e lubrificantes, material de camping, peças de reposição etc.) | 300.000,00 | 290.038,00 | 590.038,00 |
| 1.5.2 | Kit de medicamentos básicos (01 kit de R$500,00/expedição x 12 expedições | 6.000,00 | 6.000,00 | 12.000,00 |
| 1.6 | **Outros** | | | |
| 1.6.1 | Serviços de terceiros PJ - sobrevôos (70 hs/ano X 03 anos) | 525.000,00 | - 125.000,00 | 400.000,00 |
| 1.6.2 | Seguro de vida para colaboradores de expedições (mateiros) - (5 pessoas x 4 expedições x 3 meses cada expedição x 3 anos) | 126.000,00 | - 120.000,00 | 6.000,00 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Componente 3

| Nº | ATIVIDADES | ÚLTIMO ORÇAMENTO APROVADO | Valor a ser alterado | Orçamento após alteração |
|---|---|---|---|---|
| 3 | Pesquisa (localização) em pelo menos 20 Referências Não-Trabalhadas de Índios Isolados em oito FPEs. | | | |
| 3.3 | Máquinas e Equipamentos Nacionais | | | |
| 3.3.13 | Aquisição de equipamentos para monitoramento da situação dos isolados por parte da população indígena e não indígena do entorno dos territórios dos povos indígenas isolados - kits radiocomunicação, motores de popa, motores rabeta, canoa (R$ 21.000,00 x 06 regiões x 03 anos) | 378.000,00 | - 162.000,00 | 216.000,00 |
| 3.3.14 | Aquisição de equipamentos para monitoramento territorial e gestão ambiental por parte dos povos de recente contato Matis e Zo'é - kits radiocomunicação, motores de popa, motores rabeta, canoa (R$ 21.000,00 x 02 povos x 03 anos) | 126.000,00 | - 30.000,00 | 96.000,00 |
| 3.5 | Insumos | | | |
| 3.5.2 | Insumos para o monitoramento da situação dos isolados por parte da população indígena e não indígena do entorno dos territórios dos povos indígenas isolados (combustível, lubrificantes, vela, palheta, ferramentas, alimentação, etc.) | 162.000,00 | 162.000,00 | 324.000,00 |
| 3.5.3 | Insumos para o monitoramento territorial e gestão ambiental por parte dos povos de recente contato Matis e Zo'é | 54.000,00 | 30.000,00 | 84.000,00 |

**. Atividades realizadas**

Estão relatadas abaixo as principais atividades realizadas, ressaltando-se que o Relatório de Desempenho . ReD enviado pelo Beneficiário, com o detalhamento das atividades e o Plano de Monitoramento do projeto, encontra-se arquivado no sistema GED.

**Componente 1**

Pesquisa (localização) em pelo menos 20 Referências Não-Confirmadas de Índios Isolados em oito FPEs

Foram apoiadas 13 expedições de monitoramento/localização de grupos isolados (sendo 12 a meta final do projeto), envolvendo a verificação de 16 referências não trabalhadas de índios e **101,3 horas de sobrevoo**.

A realização de expedições em volume maior que a meta deve-se a uma alteração no componente que será apresentada no item 3.3 deste documento.

**Componente 2**

· Aprimoramento metodológico da pesquisa de referências de índios isolados em oito FPEs

Em 11/11/2015 foi liberado o termo de referência (TR) para a contratação do consultor responsável pela elaboração do banco de dados no site do CTI. Sua contratação deu-se no dia 15/12/2015 e,desde então, diversos produtos constantes no TR já foram entregues, ainda que algumas etapas estejam atrasadas. O CTI relatou dificuldade de agendamento de reuniões junto às coordenações da FUNAI as quais têm interface direta no acompanhamento e desenvolvimento das etapas de estruturação do banco de dados (CGIIRC, Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação · COGETI e Coordenação Geral de Geoprocessamento) para encaminhamento e tomada de decisão, assim como apresentação e validação dos produtos entregues.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Componente 3**

· Incremento da interlocução com povos indígenas e populações do entorno de territórios de povos indígenas isolados para a elaboração *e* implementação de estratégias de gestão territorial em seis FPEs

**Produto 3 .1** - Levantamentos socioambientais para caracterização do entorno de territórios de índios isolados. Os recursos ora liberados não incluíam atividades relativas a este produto, cujas ações devem ser realizadas ao longo de 201 7. A proposta programática das consultorias está sendo negociada com a CGIIRC/DPT para que seja iniciado o processo de contratação das mesmas.

**Produto 3.2**- Realização de intercâmbios e oficinas temáticas com povos indígenas e comunidades do entorno de territórios de índios isolados. Adicionalmente às 21 ações realizadas no âmbito do primeiro acompanhamento, houve outras 37 oficinas temáticas, totalizando 58 atividades frente à meta de 54. A etapa atual do projeto viabilizou a participação de 1.304 indivíduos que, somados aos 1.059 participantes listados no último relatório, totaliza 2.363 pessoas, ultrapassando a meta global do projeto de 1.116 indivíduos.

**Produto 3.3**- Realização de ações-piloto de proteção territorial e gestão ambiental junto aos povos de recente contato Zo' é e Matis. Foram realizadas duas expedições de monitoramento ambiental e proteção territorial junto ao povo de Zo'é. Tendo em vista os conflitos que se desdobraram com a Frente de Proteção Vale do Javari (FPEVJ) após o contato de um grupo Korubo isolado com os Matis, decidiu-se que as atividades de monitoramento territorial junto aos Matis só aconteceriam mediante pactuação com a FPEVJ, o que ainda não ocorreu. Para colaborar neste sentido, foi realizada uma oficina com os Matis, no âmbito do produto 1.2 para, além dos objetivos concretos da oficina, estreitar os diálogos e articulações entre lideranças Matis e servidores da FPEVJ.

**Componente 4**

- Ampliação da participação da sociedade civil em agenda internacional para a proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato situados em países da bacia amazônica:

Foram divulgados seis boletins eletrônicos. O atraso no andamento deste produto, cujas publicações deveriam ser bimestrais, deve-se a dificuldades no cumprimento do ciclo de trabalho cujas etapas dependiam da aprovação da CGIIRC.

Diante deste cenário, foi pactuado que a CGIIRC não participará do acompanhamento e aprovação dos conteúdos do boletim, viabilizando maior celeridade e autonomia na produção dos textos. Em *acréscimo,* está sendo organizada uma rede de colaboradores visando gerar mais conteúdos para as edições.

Ainda no âmbito deste produto foram realizados dois encontros internacionais:

• VI Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru; e

• Evento Regional "Desafíos para la protección de los derechos de los Pueblos Indígenas em Aislamiento y en Contacto Inicial (PIACI) en la región Amazónica".

**Componente 5**

- Capacitação dos servidores que atuam nas FPEs em política indigenista e metodologias de proteção de povos indígenas isolados

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Foram ministradas seis oficinas, capacitando 30 servidores da FUNAI:
1- Oficina para elaboração de proposta de programa de formação das equipes das FPEs;
2- Oficina de capacitação em GPS para os quadros das FPEs;
3- Oficina de capacitação para os coordenadores das FPEs em Política de Proteção e Promoção dos direitos de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato;
4- Oficina "Diálogos sobre isolamento e contato: os Hi-Merimã e os povos do seu entorno", módulo Jamamadi (FPE Madeira Purus);
5- Oficina "Diálogos sobre isolamento e contato: os Hi-Merimã e os povos do seu entorno", módulo Banawá (FPE Madeira Purus); e
6- Oficina de capacitação dos quadros da FPE Envira.
No período do primeiro acompanhamento havia sido realizado apenas um curso, estando este produto significativamente atrasado em relação às metas (36 oficinas). O CTI deverá propor a readequação deste objetivo nos próximos meses, quando pretende solicitar uma revisão mais abrangente de seu Plano de Trabalho.

**Relato da Visita de Acompanhamento**

Nos dias 20 e 21/06/2017 o GAc participou do "Encontro Olhares sobre as Políticas de Proteção de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato" organizado pelo CTI no âmbito deste projeto (Produto 1 .4). Este evento, por ter ocorrido em junho/201 7, não foi listado entre as ações realizadas no acompanhamento atual. O encontro contou com a participação de diversos povos e organizações indígenas, além de organizações da sociedade civil do Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela. O evento foi realizado pelo CTI em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, com o objetivo de debater diferentes perspectivas indígenas sobre suas relações com povos isolados e de recente contato na bacia amazônica e Gran Chaco, com vistas à construção de subsídios e orientações para o fortalecimento das políticas públicas de proteção e afirmação de direitos desses povos/grupos. Após debates entre os grupos, foi produzida a Carta de Brasília - Manifesto em defesa dos povos indígenas isolados e de recente contato na Bacia Amazônica e Gran Chaco, que chama a atenção para o aumento exponencial da violência e discriminação contra os povos indígenas e sua relação direta com iniciativas dos poderes legislativo, executivo e judiciário. O documento alerta para a situação crítica em que se encontram os povos indígenas isolados e de recente contato na América do Sul e solicita à Comissão lnteramericana de Direitos Humanos e à ONU que atuem como observadores e no acompanhamento de políticas voltadas à proteção destes povos. Há a previsão, ainda, de participação em oficina em campo para acompanhamento da operação nos próximos meses.

FRAGILIDADES:

- Não foi possível identificar nenhuma contratação de consultoria

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Não foi possível identificar nenhum beneficiário de pagamento
- Não foi possível identificar nenhum participante dos eventos descritos (intercâmbios, fóruns, encontros, oficinas, etc).
- Muitas horas de voo sem identificação dos planos de voo e empresa contratada
- Por fim também ficou muito nebulosa os efeitos concretos deste projeto na redução do desmatamento.
- Projeto demonstra ações quase que totalmente atinentes à esfera de atuação FUNAI e poucos em relação ao Meio ambiente.

**Lote 02**
**Instituto Peabiru**

**Número da Operação**: **4.662.289.0001**
**Projeto Néctar da Amazônia**
**Valor do Apoio Financeiro: R$ 2.030.000,00**
Vigência: 24 meses

**Localização:** Municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre no estado do Pará, e Macapá e Oiapoque no estado do Amapá.

**OBJETIVO DO PROJETO**
Fortalecer a cadeia produtiva do mel de abelhas nativas em comunidades tradicionais dos Municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no Estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no Estado do Amapá, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento

**Prazos de processamento da operação**

| Eventos | Datas (registros do OPE) |
|---|---|
| Perspectiva | 30/07/2012 |
| Carta Consulta | 09/10/2013 |
| Enquadramento | 15/10/2013 |
| Início da Análise | 14/12/2013 |
| Revalidação do enquadramento | 05/05/2014 |
| Encaminhamento para Decisão | 06/05/2014 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Subprojeto | Situação atual | | Situação alvo após o término do Projeto | |
|---|---|---|---|---|
| | meliponários | colmeias | meliponários | colmeias |
| Subprojeto 1: comunidades quilombolas em Macapá/AP | 60 | 1.190 | 100 | 4.000 |
| Subprojeto 2: comunidades indígenas em Oiapoque/AP | 4 | 90 | 40 | 1.000 |
| Subprojeto 3: comunidades rurais em Curuça/PA | 36 | 436 | 70 | 2.500 |
| Subprojeto 4: comunidades ribeirinhas e extrativistas em Almerim e Monte Alegre/PA | 19 | 120 | 100 | 2.500 |
| **Total dos 4 subprojetos** | **119** | **1.836** | **310** | **10.000** |

**Quadro de Usos e Fontes**

| COMPONENTES | VALOR (R$) | % |
|---|---|---|
| **Subprojetos** | **1.178.911,12** | **58,1%** |
| Subprojeto 1: comunidades quilombolas em Macapá/AP | 343.477,78 | 16,9% |
| Subprojeto 2: comunidades indígenas em Oiapoque/AP | 244.477,78 | 12,0% |
| Subprojeto 3: comunidades rurais em Curuça/PA | 293.977,78 | 14,5% |
| Subprojeto 4: comunidades ribeirinhas e extrativistas em Almerim e Monte Alegre/PA | 296.977,78 | 14,6% |
| **Ações transversais** | **851.088,88** | **41,9%** |
| Implementação de unidade de beneficiamento de mel | 228.381,00 | 11,3% |
| Elaboração de estudo de quantificação de carbono e conservação florestal | 71.429,88 | 3,5% |
| Viagens de execução do Projeto | 277.350,00 | 13,7% |
| Auditoria externa do Instituto Peabiru | 70.000,00 | 3,4% |
| Gestão administrativa do Projeto | 203.928,00 | 10,0% |
| **Total Geral** | **2.030.000,00** | **100,0%** |

| FONTES | VALOR (R$) | % |
|---|---|---|
| BNDES / Fundo Amazônia | 2.030.000,00 | 100,0% |
| Recursos Próprios / Contrapartida | 0,00 | 0,0% |
| **Total Geral** | **2.030.000,00** | **100,0%** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Sub-projeto | UF | Localidade | Quantidade de comunidades | Quantidade de moradores | Perfil das comunidades | Entidade representante |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | AP | Macapá | 7 | 100 | quilombolas | Conselho das Associações Afrodescendentes do Amapá - CCADA |
| 2 | AP | Oiapoque | 6 | 40 | indígenas | Conselho de Caciques e Cacicas das Terras Indígenas do Oiapoque |
| 3 | PA | Curuça | 5 | 70 | rurais | Associação de Meliponicultores de Curuçá - ASMELC |
| 4 | PA | Almerim | 7 | 50 | ribeirinhas | Associação Comunitária do Lago Branco - ACOLBA |
| | PA | Monte Alegre | 5 | 50 | extrativistas | Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santana - ADESAM |

| Atividades previstas | Itens de custo | Valor (R$) Subprojeto 1 | Valor (R$) Subprojeto 2 | Valor (R$) Subprojeto 3 | Valor (R$) Subprojeto 4 | Valor total (R$) dos subprojetos | % do subprojeto |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Consolidação dos meliponários existentes e ampliação por meio da implantação de novas colmeias** | • Recursos humanos próprios<br>• Consultoria em metodologias participativas, técnico em meliponicultura e assistente de campo<br>• Equipamentos: caixas racionais, kit manejo abelhas e ferramentas<br>• Insumos para eventos comunitários (alimentação, transporte e material) | 201.433,24 | 108.433,24 | 154.933,24 | 154.933,24 | **619.732,96** | **53%** |
| **Implantação de sistema agroflorestal (SAF)** | • Recursos humanos próprios<br>• Insumos para o SAF, incluindo aquisição de sementes<br>• Instrutor agroflorestal | 10.761,67 | 10.761,67 | 10.761,67 | 10.761,67 | **43.046,68** | **4%** |
| **Capacitação de produtores** | • Recursos humanos próprios<br>• Instrutores e técnico em meliponicultura<br>• Material didático<br>• Equipamentos de coleta de mel<br>• Insumos para eventos comunitários | 93.475,65 | 87.475,65 | 90.475,65 | 93.475,65 | **364.902,60** | **31%** |
| **Monitoramento e transferência de conhecimento** | • Recursos humanos próprios<br>• Insumos para eventos comunitários | 11.400,46 | 11.400,46 | 11.400,46 | 11.400,46 | **45.601,84** | **4%** |
| **Elaboração de plano de negócio e assistência técnica para sua implantação** | • Recursos humanos próprios<br>• Consultoria em plano de negócios<br>• Insumos para eventos comunitários | 15.606,30 | 15.606,30 | 15.606,30 | 15.606,30 | **62.425,20** | **5%** |
| **Elaboração de calendário fenológico** | • Recursos humanos próprios<br>• Elaboração e publicação do material | 10.800,46 | 10.800,46 | 10.800,46 | 10.800,46 | **43.201,84** | **4%** |
| | **Total** | **343.477,78** | **244.477,78** | **293.977,78** | **296.977,78** | **1.178.911,12** | **100%** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Ações transversais | itens de custo | Valor (R$) |
|---|---|---|
| Implementação de unidade de beneficiamento de mel | • Recursos humanos próprios<br>• Consultoria em agroindústria<br>• Obras civis para instalações físicas da unidade de beneficiamento<br>• Materiais e equipamentos para escritório e unidade de processamento | 228.381,00 |
| Elaboração de estudo de quantificação de carbono e conservação florestal | • Recursos humanos próprios<br>• Insumos e material de pesquisa<br>• Sistematização para publicação do material<br>• Divulgação de resultados | 71.429,88 |
| Viagens de execução do Projeto | • Passagens aéreas e de barco<br>• Aluguel de veículos e combustível<br>• Diárias de viagem para equipe própria e de terceiros | 277.350,00 |
| Auditoria externa do Instituto Peabiru | • Contratação de serviços de terceiros para realização de auditoria financeira da instituição por dois anos | 70.000,00 |
| Gestão administrativa do Projeto | • Recursos humanos próprios: coordenador e assistente administrativo | 203.928,00 |
| **Total das ações transversais** | | 851.088,88 |

**Tabela 1** - Cronograma de desembolsos (R$)

| | 1ª liberação | 2ª liberação | 3ª liberação | 4ª liberação |
|---|---|---|---|---|
| Data | 24/10/14 | 12/02/16 | 28/11/16 | 28/06/17 |
| valor (R$) | 517.718,71 | 450.819,15 | 477.297,51 | 584.164,63 |

Valores dos cursos, equipamentos adquiridos e instalações construídas foram citadas genericamente sem condições quantificação do material adquirido e do pessoal qualificado.

Sem relação individual de pagamentos (nominal)

Não identifica nem percentual de notas fiscais e nem montante auditado.

A efetividade ainda não pode ser comprovada

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Lote 02**
**COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO EXTRATIVISTA DO ESTADO DO ACRE (COOPERACRE)**

**Número da Operação: 4.662.356/ 0001**
**Extrativismo Sustentável**
**Fortalecendo a economia de base florestal sustentável**
**Valor do Apoio Financeiro: R$ 5.081.763,00**
Vigência: 36 meses

**Localização: Região de Abrangência:** Regiões administrativas do Estado do Acre1' i) Regional do Purus, abrangendo os municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá; ii) Regional do Alto Acre, nos municípios de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil; e a iii) Regional do Baixo Acre, nos municípios de Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Capixaba, Rio Branco e Bujari

**OBJETIVO DO PROJETO**
Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta, no Estado do Acre, por meio: i) da recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; ii) da otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; iii) da melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; iv) da agregação de valor e diversificação dos produtos; v) da melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e vi) da capacitação da rede de filiados.

**Prazos de processamento da operação**

| Eventos | Data (registros do OPE) |
|---|---|
| Perspectiva | 31.07.2012 |
| Carta Consulta | 27.02.2013 |
| Enquadramento | 05.03.2013 |
| Revalidação do enquadramento SUP | 02.10.2013 |
| Revalidação do enquadramento CEC | 28.04.2014 |
| Encaminhamento para Decisão | 16.09.2014 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Quadro de Usos e Fontes**

Em R$

| USOS | TOTAL A REALIZAR | % |
|---|---|---|
| **APOIO DIRETO** | **2.114.090,00** | **40,2** |
| Otimização do armazenamento de castanha-do-brasil *in natura* e do transporte e acondicionamento de frutas | 619.500,00 | 11,8 |
| Fortalecimento da certificação orgânica da castanha-do-brasil | 229.640,00 | 4,4 |
| Recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares | 1.264.950,00 | 24,0 |
| **APOIO TRANSVERSAL** | **3.151.313,00** | **59,8** |
| Estruturação de serviço de ATER | 1.247.175,00 | 23,7 |
| Otimização do processo de secagem e da geração de energia térmica para a produção de castanha-do-brasil | 775.000,00 | 14,7 |
| Desenvolvimento de estudos de mercado | 311.040,00 | 5,9 |
| Formação e Capacitação | 449.160,00 | 8,5 |
| Comunicação e marketing | 169.000,00 | 3,2 |
| Gestão do projeto | 199.938,00 | 3,8 |
| **TOTAL USOS** | **5.265.403,00** | **100,0** |
| **FONTES** | **TOTAL A REALIZAR** | |
| BNDES | 5.081.763,00 | 96,5 |
| COOPERACRE | 183.640,00 | 3,5 |
| **TOTAL FONTES** | **5.265.403,00** | **100,0** |

**Descentralizações de recursos**

| | | |
|---|---|---|
| **1ª parcela** | **R$ 2.618.075,00** | **27/04/15** |
| **2ª parcela** | **R$ 485.434,00** | **16/09/16** |
| **3ª parcela** | **R$ 571.986,00** | **26/04/17** |
| **4ª parcela** | **R$ 1.406.268,00** | **23/05/18** |

O projeto está estruturado em nove componentes, divididos em dois grupos:

**Componentes de apoio direto às associações e/ou cooperativas (Aglutinadas):**

1. Otimização do armazenamento de castanha-do-brasil in natura e do transporte e acondicionamento de frutas; **Valor: R$ 619.500,00** (**11,8%**);

2. Fortalecimento da certificação orgânica da castanha-do-brasil; **Valor: R$ 229.640,00 (4,4%); FA: R$ 156.000,00 e Contrapartida: R$ 73.640,00)**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

3. Recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares **Valor: R$ 1.264.950,00 (24%);**

**Componentes de apoio transversal:**

4. Estruturação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) **Valor: R$ 1.247.175,00 (23,7%)**;

5. Otimização no processo de secagem e na geração de energia térmica do beneficiamento da castanha-do-brasil; **Valor: R$ 775.000,00 (14,7%); FA: R$ 725.000,00 e Contrapartida: R$ 50.000,00;**

6. Desenvolvimento de estudo de mercado **Valor: R$ 311.040,00 (5,9%)**;

7. Comunicação e Marketing **Valor: R$ 169.000,00 (3,2%)**;

8. Formação e capacitação **Valor: R$ 449.160,00 (8,5%); FA: R$ 389.160,00 e Contrapartida: R$ 60.000,00**;

9. Gestão do projeto **Valor: R$ 199.933,00 (3,8%)**.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Em R$

| COMPONENTES | USOS | TOTAL A REALIZAR | % |
|---|---|---|---|
| **APOIO DIRETO** | | **2.114.090,00** | **40,2** |
| Otimização do armazenamento de castanha-do-brasil in natura e do transporte e acondicionamento de frutas | Obras civis e instalações<br>- construção de 2 armazéns comunitário<br>Materiais e insumos<br>- caixas de polipropileno e outros | 619.500,00 | 11,8 |
| Fortalecimento da certificação orgânica da castanha-do-brasil | Serviço técnico especializado<br>- implantação do processo de certificação de comunidades<br>- oficinas de minimização de resíduos nas comunidades certificadas<br>- processo de renovação da certificação das comunidades (contrapartida)<br>Outros<br>- despesas de logística para visitas de sensibilização e acompanhamento das ações e equipamento para equipe | 229.640,00 | 4,4 |
| Recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em em pequenas propriedades ou posses rurais familiares | Insumos<br>- sementes adubo verde e maracujá, esterco, calcário, arame<br>Serviço técnico especializado<br>- preparo do solo - aragem e gradagem (contrapartida) | 1.264.950,00 | 24,0 |
| **APOIO TRANSVERSAL** | | **3.151.313,00** | **59,8** |
| Estruturação de serviço de ATER | Serviço técnico especializado<br>- contratação de 2 técnicos florestais e 1 engenheiro agrônomo<br>Máquinas e equipamentos nacionais<br>- caminhonete **4x4**, motocicleta, GPS e máquina fotográfica<br>Equipamentos de informática<br>- notebook e projetor multimídia | 1.247.175,00 | 23,7 |
| Otimização do processo de secagem e da geração de energia térmica para a produção de castanha-do-brasil | Máquinas e equipamentos nacionais<br>- estufas de secagem de castanha<br>- briquetadeiras<br>- elevadores de caneca (contrapartida) | 775.000,00 | 14,7 |
| Desenvolvimento de estudos de mercado | Serviço técnico especializado<br>- estudos de mercado para as cadeias de produção da castanha, polpa de fruta e novos produtos<br>Outros<br>- despesa de logística (transporte, alimentação e hospedagem) | 311.040,00 | 5,9 |
| Formação e Capacitação | Serviço técnico especializado<br>- consultoria para capacitação em gestão adminstrativa e finaceira<br>- consultoria para capacitação em agrofloresta<br>- formação em Boas Práticas (contrapartida)<br>- assessoria em gestão administrativa e financeira às associações<br>Outros<br>- despesas de custeio para as capacitações e formação em Boas Práticas (alimentação e transporte)<br>- material de escritório para as capacitações e formações | 449.160,00 | 8,5 |
| Comunicação e marketing | Serviço técnico especializado<br>- consultoria para construção da estratégia de comunicação<br>- serviços de ilustração e diagramação de materiais (folder, embalegem, cartazes de boas práticas e manual de procedimentos)<br>- elaboração de banners e outdoors<br>- serviços de impressão de folders e boletins<br>- confecção de embalagens<br>- atualização do site | 169.000,00 | 3,2 |
| Gestão do projeto | Serviço técnico especializado<br>- coordenação do projeto e serviço de auditoria externa | 199.938,00 | 3,8 |
| **TOTAL USOS** | | **5.265.403,00** | **100,0** |
| | **FONTES** | **TOTAL A REALIZAR** | |
| BNDES | | 5.081.763,00 | 96,5 |
| COOPERACRE | | 183.640,00 | 3,5 |
| **TOTAL FONTES** | | **5.265.403,00** | **100,0** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Relatório de Acompanhamento 27/04/ a 31/10/2015 (único)

**Componente 1:**

- Armazéns comunitários: foram construídos dois armazéns comunitários
- Caixas de polipropileno: foi realizada a ordem de compra das 1.000 caixas
- Combustível para as atividades previstas no projeto: foi contratado o Auto Posto Acauã, que emitiu um comprovante no valor total (R$ 229.000,00).

**Componente 2:**

-Certificação orgânica

- Oficinas de minimização de resíduos: foi realizada a contratação de serviço de consultoria especializada, tendo sido realizadas, no período de acompanhamento deste RAc, oficinas nas quatro associações supramencionadas que receberam sua primeira certificação, e posteriormente em outras três

**Componente 4:**

• Serviço técnico especializado (ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural): foram contratados dois técnicos florestais (nível médio) e um engenheiro agrônomo para formação da primeira das três equipes de ATER previstas no projeto.

• Aquisição de máquinas e equipamentos: foram compradas três caminhonetes e seis motocicletas para apoiar a logística de transporte das equipes de A TER.

Também foram adquiridos três *data-shows*, três notebooks, seis câmeras fotográficas e seis GPS. Oportuno ressaltar que houve economia de recursos em relação ao valor total estimado.

- Foi contratada a segunda equipe de ATER

**Componente 5:**

- Foram compradas quatro estufas, sete elevadores de caneca e uma briquetadeiras

**Componente 7:**

- Foram contratadas duas consultorias para capacitação

Foram realizados três cursos de agroflorestas para técnicos contratados no Componente 4 e seis cursos para representantes das associações cooperativas nas regionais

**Componente 8:**

- Foram contratados todos os serviços propostos: consultoria para estratégia de comunicação, ilustração e diagramação de materiais, elaboração de banner e outdoor, impressão de folders e boletins, confecção de embalagens e atualização do site da Cooperacre

FRAGILIDADES:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Foi confeccionado apenas um relatório de acompanhamento
- Para as demais descentralizações de crédito foram apenas notas de acompanhamento com muito menos informações a respeito do trabalho realizado
- Não foi identificado nenhuma visita de acompanhamento ao projeto
- As informações sobre os cursos estão genéricas
- Não foi visualizada relação de pagamentos nominais dos contratados, tanto pessoa física quanto jurídica
- Apesar de citadas não foi observada relação de pagamentos com respectivo número de NF
- Na atividade 06 citam viagens de levantamento de mercado no exterior (realizadas por uma consultora da empresa DMPC Serviços de Consultoria S/S Ltda) sem a apresentação dos resultados.
- O projeto parece ter atingido seus objetivos apesar do precário acompanhamento do projeto

**Lote 02**
**ARAPAIMA: REDES PRODUTIVAS**

**Número da Operação: 4.663.721.0001**
**Operação Amazônia Nativa - OPAN**
**Valor da Colaboração Financeira: até R$ 6.364.730,00**
**Prazo de Execução:** 36 meses
**OBJETIVO DO PROJETO**
Apoiar, nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões no estado do Amazonas, (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em Terras Indígenas e unidades de conservação, mediante metodologias participativas de trabalho; e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas.

**Prazos de processamento da operação**

| EVENTOS | DATAS (registros do OPE) |
|---|---|
| Entrega da Consulta (perspectiva) | 31/07/2012 |
| Carta Consulta | 09/10/2013 |
| Enquadramento | 15/10/2013 |
| Análise | 15/12/2013 |
| Revalidação do enquadramento pela Superintendência | 14/05/2014 |
| Encaminhamento para Decisão da Diretoria | 21/10/2014 |

A Operação Amazônia Nativa (OPAN), fundada em 1969, é uma associação civilindigenista que atua no fortalecimento da participação da população indígena nas políticas que influenciam e impactam seus territórios, além de promover a valorização da cultura e do modo de organização social dos indígenas. Os objetivos da instituição são a defesa dos direitos humanos, o apoio a povos indígenas e comunidades tradicionais, o

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

reconhecimento dos direitos indígenas, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento de pesquisas antropológicas, socioeconômicas e ambientais.

**Quadro de Usos e Fontes:**
O quadro a seguir apresenta o valor total da operação, de até R$ 6.364,73 mil, dividido pelos componentes:

*Em R$ mil*

| | COMPONENTES | VALORES ATÉ | % |
|---|---|---|---|
| **1** | **Fomento e estruturação do manejo pesqueiro** | **560,87** | **9** |
| **2** | **Fomento e estruturação do manejo de produtos florestais não madeireiros** | **765,92** | **12** |
| **3** | **Fortalecimento institucional de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas** | **1.594,74** | **25** |
| 3.1 | Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí - COPIJU | 415,26 | 6,5 |
| 3.2 | Associação do Povo Deni do Rio Xeruã - ASPODEX | 333,52 | 5 |
| 3.3 | Associação dos Extrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim - AERDSC | 415,84 | 6,5 |
| 3.4 | Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari - AMARU | 430,12 | 7 |
| **4** | **Implementação de escritórios locais e constituição das equipes técnicas** | **2.314,51** | **36** |
| **5** | **Comunicação e divulgação do projeto** | **479,67** | **8** |
| **6** | **Gestão do projeto** | **649,02** | **10** |
| **TOTAL GERAL** | | **6.364,73** | **100** |

| **FONTES** | **TOTAL** | **%** |
|---|---|---|
| BNDES | 6.364,73 | 100 |
| **TOTAL** | **6.364,73** | **100** |

**Região de Abrangência:** A área de abrangência do projeto é composta pelas Terras Indígenas (Tl's) (6) do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni, nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim e na Reserva Extrativista (RESEX) Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões no estado do Amazonas.

Projeto ARAPAIMA: Redes Sustentáveis
Proponente: Operação Amazônia Nativa - OPAN
UF:AM
Cadeias produtivas atendidas:
• Pesca (pirarucu)
• produtos florestais não madeireiros (principalmente andiroba, copaíba e seringa)
Terras indígenas:
• Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni
Unidades de Conservação:
• Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

• Reserva Extrativista (RESEX) Médio Juruá

**PÚBLICO-ALVO E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL**

| Terras Indígenas (TIs)/ Unidades de Conservação (UCs) | Escritório do projeto responsável pela TI / UC | Povos | Área (hectares) | População | Aldeias/ Comunidades |
|---|---|---|---|---|---|
| TI Rio Biá | Jutaí | Katukina | 1.185.790 | 547 pessoas (144 famílias) | 6 aldeias |
| TI Espírito Santo | Jutaí | Kokama/ Kambeba | 33.849 | 618 pessoas (85 famílias) | 4 aldeias |
| TI Acapuri de Cima | Jutaí | Kokama | 19.885 | 154 pessoas (22 famílias) | 1 aldeia |
| TI Estação | Jutaí | Kokama/ Kambeba | 163.961 | 493 pessoas (70 famílias) | 3 aldeias |
| TI Macarrão | Jutaí | Kokama/ Tikuna/ Kambeba | 44.268 | 135 pessoas (19 famílias) | 3 aldeias |
| TI Deni | Carauari | Deni | 1.531.300 | 691 pessoas (140 famílias) | 4 aldeias |
| RDS Cujubim | Jutaí | Extrativistas | 2.450.381 | 290 pessoas (42 famílias) | 4 comunidades |
| RDS Uacari | Carauari | Extrativistas | 611.000 | 1.300 pessoas (252 famílias) | 6 comunidades |
| Resex Médio Juruá | Carauari | Extrativistas | 253.226 | 1.505 pessoas (301 famílias) | 4 comunidades |
| Total | | | 6.293.660 | 5.733 pessoas (1075 famílias) | 21 aldeias/ 14 comunidades |

BNDES Exclusivo da CGU e MMA Nº 2680/2019/CGEN/DAF/SFC-CGU

FRAGILIDADES:

Somente um relatório de acompanhamento e uma nota de acompanhamento.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Nenhuma visita de acompanhamento do projeto por parte do BNDES.

Nenhuma relação de pagamentos (pessoal e empresas contratadas) e nem de de participantes nos eventos (oficinas, reuniões, módulos de formações).

A execução do projeto ficou por conta dos documentos apresentados pelo executante do projeto.

Falta relatório de avaliação de resultados

**Lote 02**
**Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado**

**Número da Operação: 4.663.726.0001**
**Projeto Concretizar**
**Valor da Colaboração Financeira: até R$ 4.751.520,00**
**Prazo de Execução:** 36 meses
**OBJETIVO DO PROJETO**
Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu e do açaí, por meio da implantação de sistemas agroflorestais e da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, nos municípios de Porto Velho, no estado de Rondônia, e de Acrelândia, no Estado do Acre, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento.

**Prazos de processamento da operação**

| | |
|---|---|
| Perspectiva | 31/07/2012 |
| Carta Consulta | 09/10/2013 |
| Enquadramento | 14/10/2013 |
| Início da Análise | 14/12/2013 |
| Revalidação do enquadramento | 14/05/2014 |
| Encaminhamento para Decisão | 07/10/2014 |

O Projeto foi selecionado por meio da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis do Fundo Amazônia ("Chamada"), de forma que, antes de ser submetido ao fluxo operacional

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

usual do Banco, passou pelas fases de verificação e seleção previstas na Chamada. Assim, o tempo decorrido
entre o registro da "perspectiva" no OPE, referente ao início dos procedimentos da Chamada, e o enquadramento é excepcional, pois dependeu da reunião para deliberação da Comissão de Seleção estabelecida no referido processo da Chamada
**Linha / Programa:** Fundo Amazônia - Chamada Pública
**Área temática:** Atividades produtivas sustentáveis
**Apoio financeiro:** Não reembolsável
**Região de Abrangência:** Ponta do rio Abunã - municípios de Porto Velho, no estado de Rondônia, e Acrelândia, no estado do Acre.
**Postulante:** Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (CNPJ 34.717.637/0001-15)

**Quadro de Usos e Fontes**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | |
|---|---|---|
| Subprojeto 1: Associação Baixa Verde (ABV) - Porto Velho/RO | 113.400,00 | 2,2% |
| Subprojeto 2: Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia (ASPROMACRE) - Acrelândia/AC | 191.100,00 | 3,7% |
| Subprojeto 3: Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA (Associação RECA) - Porto Velho/RO | 483.000,00 | 9,4% |
| Subprojeto 4: Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA (Cooper-RECA) - Porto Velho/RO | 472.500,00 | 9,2% |
| | | |
| Ampliação e modernização da capacidade produtiva das unidades de beneficiamento de frutas. | 2.719.074,00 | 53,0% |
| Fortalecimento institucional das aglutinadas | 377.400,00 | 7,4% |
| Assistência técnica e extensão rural | 360.000,00 | 7,0% |
| Gestão do projeto | 411.120,00 | 8,0% |
| | | |
| | | |
| BNDES / Fundo Amazônia | 4.751.520,00 | 92,7% |
| Recursos Próprios | 376.074,00 | 7,3% |
| | | |

O projeto Concretizar é composto por dois eixos: Subprojetos e Ações Transversais. Os subprojetos são quatro, um para cada entidade aglutinada, compostos por ações para implantação de SAFs em pequenas propriedades de associados das entidades. No total, serão implantados 300 hectares de SAFs, conforme retratado na tabela a seguir.

| [illegible] | Aglutinada | UF | Município | Nº de [illegible] | Nº de famílias atendidas no subprojeto | Quantidade de SAFs no subprojeto (ha) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | ASPROMACRE | AC | Acrelândia | 30 | 11 | 27,0 |
| 2 | ABV | RO | Porto Velho | 35 | 20 | 45,5 |
| 3 | COOPER-RECA | RO | Porto Velho | 92 | 43 | 112,5 |
| 4 | ASSOCIAÇÃO RECA | RO | Porto Velho | 320 | 61 | 115,0 |
| **Total** | | | | **385** | **135** | **300,0** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

O projeto é composto por quatro subprojetos (Subprojeto 1: Associação Baixa Verde (ABV) – Porto Velho/RO; Subprojeto 2: Associação dos Produtores Rurais do Município de Acrelândia (ASPROMACRE) – Acrelândia /AC; Subprojeto 3: Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA (Associação RECA) – Porto Velho/RO; Subprojeto 4: Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA (Cooper-RECA) – Porto Velho/RO) e quatro ações transversais.

As atividades executadas nos subprojetos envolvem: (i) análise do solo, (ii) preparação das áreas onde serão plantadas as mudas (esteira e gradagem), (iii) produção de mudas em viveiros locais existentes nas posses/propriedades atendidas pelo projeto, (iv) plantio das áreas e (v) condução dos tratos culturais (manutenção das áreas plantadas). As principais espécies perenes a serem plantadas são: cupuaçuzeiro, açaizeiro (açaí solteiro), castanheira (castanha-do-brasil), pupunheira, andiroba, copaíba, cumaru-de-cheiro, bacabeira e seringueira.

**O eixo** das ações transversais é estruturado em quatro componentes, que beneficiarão as quatro aglutinadas:

**a)** Ampliação e modernização da capacidade produtiva das unidades de beneficiamento de frutas.

**b)** Fortalecimento institucional.

e) Assistência Técnica e Extensão Rural (A TER)

**d)** Gestão do projeto.

O público-alvo direto do Projeto Concretizar é composto por 385 famílias de agroextrativistas associadas às entidades aglutinadas, o que corresponde a cerca de 1.390 pessoas que se estima beneficiar diretamente por meio das ações previstas. Adicionalmente, estima-se que serão beneficiadas cerca de 435 outras famílias da região, que poderão processar sua produção nas instalações da RECA.

Essas 820 famílias correspondem a cerca de 9,3% do total de famílias assentadas na região onde atua a postulante, cujas pequenas propriedades somam em torno de 1.530 Km2 (quase 25% da área dos projetos de assentamento na região).

A área de abrangência do projeto localiza-se no território fronteiriço entre os estados do Acre e Rondônia, em distritos localizados em Porto Velho/RO ou no município vizinho de Acrelândia/ AC. A área fica a cerca de 350 quilômetros da capital rondoniense e a cerca de 150 quilômetros da capital acreana.

**Contrapartida**

A postulante aportará contrapartida financeira no valor de R$ 376.074,00 (7,3% do valor total do projeto), para complementação do orçamento da construção da nova usina de cupuaçu e dos equipamentos desta usina.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | |
|---|---|
| **Data de contratação** | 19/01/2015 |
| **Prazo de Utilização (30 meses)** | 18/07/2017 |
| **Prazo de Execução (36 meses)** | 18/01/2018 |

| | |
|---|---|
| **Valor total do projeto** | R$ 6.798.822,00 |
| **Valor do apoio - Fundo Amazônia** | Até R$ 6.422.748,00 |

| | |
|---|---|
| **Valor total desembolsado** | **R$ 6.325.247,99** |
| 1ª parcela 11/05/2015 | R$ 1.069.003,00 |
| 2ª parcela 26/10/2015 | R$ 2.148.147,39 |
| 3ª parcela 22/12/2015 | R$ 1.671.228,00 |
| 4ª parcela 29/08/2016 | R$ 1.436.869,60 |

| | |
|---|---|
| **Saldo a liberar** | **R$ 97.500,01** |

Na ocasião da liberação da quarta parcela, optou-se por manter fora do montante solicitado os recursos previstos para o sistema de captação e armazenamento de água (RS 97.500,00), que demandava aprofundamentos de natureza técnica e procedimentos para o licenciamento ambiental e outorga pelo uso dos recursos hídricos.

FRAGILIDADES:

Este projeto apresenta seus relatórios extremamente detalhados (relação de produtores atendidos, fotos de todas as atividades e eventos, áreas reflorestadas, espécies e quantidade de mudas, etc).

No entanto, não foi identificada a relação nominal dos pagamentos realizados paras pessoas físicas e empresas contratadas.

**Lote 02**
**Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON**

Número da Operação: 5.439.336.0001
Valor da Colaboração Financeira: R$ 12.104.865,00
Prazo de execução: 36 meses a contar da assinatura do contrato, que foi assinado em 29/12/2015.
Prazo de Utilização: 30 meses

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| OBJETIVO DO PROJETO/OPERAÇÃO |
|---|
| Apoiar (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia, (ii) estudos para realizar o diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e (iii) o aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação (UC's) Estaduais na Calha Norte do estado do Pará. |

**Quadro de Usos e Fontes:**

| Componentes | R$ Mil | % |
|---|---|---|
| 1. Assistência técnica em relação a aspectos de gestão ambiental para municípios críticos do desmatamento nos estados do AM, MT, PA e RO | 4.236,1 | 35% |
| 2. Capacitação em geotecnologia e monitoramento florestal de servidores de municípios críticos do desmatamento nos estados do AM, MT, PA e RO | 1.682,3 | 14% |
| 3. Estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do AM, MT, PA e RO | 2.399,3 | 20% |
| 4. Fortalecer a gestão de Unidades de Conservação (UC's) Estaduais na Calha Norte do Pará | 1.591,9 | 13% |
| 5. Gestão do projeto | 2.195,3 | 18% |
| **TOTAL USOS** | **12.104,9** | **100%** |
| **FONTES** | **Total** | **%** |
| BNDES / Fundo Amazônia | 12.104,9 | 100% |
| **TOTAL FONTES** | **12.104,9** | **100%** |

Percebe-se que a planilha de custos apresentada pelo IMAZON não é detalhada e apresenta somente os custos globais, por exemplo, Estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do AM, MT, PA e RO. no valor de R$ 2.399.300,00, o que não permite uma análise efetiva dos custos do projeto.

Percebe-se também que as metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, estudos para realizar o diagnóstico dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não.

Consta informação no quadro Região de abrangência e principais entregas do projeto de que 152 técnicos serão capacitados em ferramentas de geotecnologia, levando-se em consideração que os recursos para a capacitação são de R$ 1.682.300,00, nos leva a um custo per capita de R$ 11.067,76 por técnico capacitado.
Verifica-se que a carga horária destes cursos conforme informado nos relatórios de desempenho são de 3 dias, ou seja, 24 horas aulas o que significa que o custo da hora aula por participante é de cerca de R$ 461,00.
É importante destacar que esta atividade fez parte do primeiro projeto do IMAZON com o Fundo Amazônia, tendo como foco apenas os 11 municípios que o compuseram, ou seja, os cursos a serem ministrados já estavam prontos, os recursos serão utilizados para compor o pagamento de salários de pesquisadores do IMAZON responsável por esta atividade.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Acrescenta-se que para auxiliar a equipe do IMAZON haverá a contratação de uma consultoria que será responsável pelo curso de fiscalização e licenciamento ambiental rural e haverá a aquisição de um notebook e um HD externo, além de deslocamentos para as equipes do IMAZON.
Outro ponto a ser destacado é o custo de gestão do projeto que é de R$ 2.195.300,00 o que corresponde a 18% dos recursos liberados muito elevado na nossa opinião.
Vale mencionar que o projeto tem parte expressiva em pagamentos de recursos humanos próprios e de terceiros, cerca de 84% ou seja, R$ 10.168.116,00.
Adicionando os custos administrativos de instalação e outras despesas administrativas encontramos R$ 10.843.025,00, ou seja, 90% dos recursos foram despendidos com pessoal e despesas administrativas.

**Liberações Financeiras**

| **Data da solicitação** | **Valor Solicitado** | **Data da Liberação** | **Valor Liberado** |
|---|---|---|---|
| 20/01/2016 | 3.990.497,00 | 15/02/2016 | 3.990.497,00 |
| 22/08/2016 | 591.212,00 | 21/09/2016 | 591.212,00 |
| 22/02/2017 | 3.374.384,00 | 23/03/2017 | 3.374.384,00 |
| 12/12/2017 | 4.148.772,00 | 19/12/2017 | 4.148.772,00 |
| **Total** | | | 12.104.865,00 |

**Primeira Nota de Acompanhamento –** Nota de cumprimento das condições da 1° liberação de recursos para o IMAZON no valor de R$ 3.990.497,50
Data: 04/02/2016
Conclusão: O GAc considera que o IMAZON está apto a solicitar a 1° parcela de recursos do projeto.

**O quadro abaixo informa os itens de custos do projeto**

| **Componente 1** | Primeira liberação | Segunda Liberação | Terceira liberação | Quarta Liberação | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Humanos Proprios | 711.056,00 | | 657.232,00 | 689.599,00 | 2.057.887,00 |
| Recursos Humanos terceirizados | 546.000,00 | | 585.908,00 | 504.542,00 | 1.636.450,00 |
| Maquinas e equipamentos | 47.100,00 | | | | 47.100,00 |
| Outros | 181.305,00 | | 178.905,00 | 134.478,00 | 494.688,00 |
| Total | **1.485.461,00** | | **1.422.045,00** | **1.328.619,00** | **4.236.125,00** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Componente 2** | | | | | |
| Recursos Humanos Proprios | | 183.420,00 | | 345.053,00 | 528.473,00 |
| Recursos Humanos terceirizados | | 357.000,00 | | 616.084,00 | 973.084,00 |
| Maquinas e equipamentos | | 20.106,00 | | | 20.106,00 |
| Outros | | 30.686,00 | | 124.510,00 | 155.196,00 |
| Total | | **591.212,00** | | **1.085.647,00** | **1.676.859,00** |
| **Componente 3** | | | | | |
| Recursos Humanos Proprios | 289.379,00 | | 241.399,00 | 235.659,00 | 766.437,00 |
| Recursos Humanos terceirizados | 776.938,00 | | 389.961,00 | 244.538,00 | 1.411.437,00 |
| Maquinas e equipamentos | | | 20.800,00 | | 20.800,00 |
| Outros | 31.990,00 | | 79.090,00 | 89.525,00 | 200.605,00 |
| Total | **1.098.307,00** | | **731.250,00** | **569.722,00** | **2.399.279,00** |
| **Componente 4** | | | | | |
| Recursos Humanos Proprios | 325.392,00 | | 349.865,00 | 351.724,00 | 1.026.981,00 |
| Recursos Humanos terceirizados | 142.000,00 | | 68.000,00 | 37.000,00 | 247.000,00 |
| Maquinas e equipamentos | | | 12.000,00 | | 12.000,00 |
| Outros | 98.250,00 | | 88.425,00 | 119.290,00 | 305.965,00 |
| Total | **565.642,00** | | **518.290,00** | **508.014,00** | **1.591.946,00** |
| **Componente 5** | | | | | |
| Recursos Humanos Proprios | 556.945,50 | | 506.354,00 | 470.099,50 | 1.533.399,00 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Instalações | 192.500,00 | | 128.800,00 | 116.100,00 | 437.400,00 |
| Maquinas e equipamentos | | | | | |
| Outros | 91.662,00 | | 67.645,00 | 65.170,00 | 224.477,00 |
| **Total** | **841.107,50** | | **702.799,00** | **651.369,50** | **2.195.276,00** |
| **Total Geral** | **3.990.497,50** | **591.212,00** | **3.374.384,00** | **4.148.772,00** | **12.104.865,50** |

Vale mencionar que o projeto tem parte expressiva em pagamentos a recursos humanos próprios e de terceiros, cerca de 84% ou seja, R$ 10.168.116,00, dos quais R$ 5.913.177,00 refere-se a pessoal próprio e R$ 4.267.971,00 pessoal sem vínculo com o IMAZON.

**O quadro abaixo informa as grandes despesas de serviços humanos contratados.**

| **Itens** | **Valor** |
|---|---|
| Consultoria Programadores SIGAM | 675.000,00 |
| Consultoria Programadores Indicadores | 35.000,00 |
| Consultoria Articulação e Desenvolvimento Geotecnia | 648.000,00 |
| Consultoria Articulação e Desenvolvimento Gestão Ambient. | 756.000,00 |
| Consultoria Coordenação técnica SIGAM | 363.704,00 |
| Consultoria Articulação e Desenvolvimento Ordenamento Fundiário | 521.037,00 |
| Consultoria Articulação e Desenvolvimento Gestão Fundiária | 322.000,00 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | |
|---|---|
| Analista Fundiario | 90.000,00 |
| Consultoria Programadores CARF | 478.400,00 |
| Consultoria Articulação e Desenvolvimento Estratégico | **143.000,00** |
| **Total** | **4.032.141,00** |

Percebe-se do quadro acima que R$ 1.188.400, 00 foi gasto com a contratação de programadores e R$ 2.843.741,00 com a contratação de consultorias.
Solicitar os produtos das supracitadas consultorias.

O quadro abaixo apresenta os empregados do IMAZON alocados no projeto confrontando os salários, os valores faturados e o fator K, que é a divisão do valor faturado pelo salário do empregado,

| **Servidor** | **Custo** | Meses | Salário | Fator K |
|---|---|---|---|---|
| **Componente 1** | **Quarta liberação** | **12/12/2017** | | |
| Andreia Pinto | 39.153,00 | 8,00 | 23.207,07 | 1,69 |
| Heron Davi dos Santos Martins | 23.967,00 | 2,00 | 11.704,90 | 2,05 |
| Izabella Gomes | 15.444,00 | 8,50 | 7.746,63 | 1,99 |
| Sâmia Nunes | 23.413,00 | 3,00 | 11.391,77 | 2,06 |
| **Componente 2** | | | | |
| | 21.788,00 | 4,00 | 11.704,00 | 1,86 |
| Heron Davi dos Santos Martins | 23.967,00 | 4,00 | | |
| | 25.600,00 | 2,50 | 13.837,37 | 1,85 |
| Katia Pereira | 27.200,00 | 2,50 | | |
| **Componente 3** | | | | |
| Dário Rodrigues | 20.977,00 | 7,00 | 7.680,67 | 2,73 |
| **Componente 4** | | | | |
| jakeline Pereia | 21.896,00 | 8,00 | 10.373,13 | 2,11 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Componente 5** | | | | |
| Fabiany Lucidos | 19.925,00 | 6,00 | 9.981,01 | 2,00 |
| Verônica Oki | 34.371,00 | 2,50 | 17.689,30 | 1,94 |
| Wanessa Ferreira | 20.700,00 | 4,00 | 10.596,89 | 1,95 |
| **Componente 1** | **Terceira Liberação** | **22/02/2017** | | |
| Andreia Pinto | 42.516,00 | 7,00 | 22.456,92 | 1,89 |
| Heron Davi dos Santos Martins | 21.788,00 | 2,00 | 11.287,33 | 1,93 |
| Rodney Reis | 30.982,00 | 3,00 | 16.947,24 | 1,83 |
| Izabella Gomes | 12.118,00 | 6,00 | 7.419,75 | 1,63 |
| Sâmia Nunes | 21.285,00 | 3,00 | 10.912,28 | 1,95 |
| **Componente 4** | | | | |
| Jakeline Pereia | 19.145,00 | 1,00 | 9.952,48 | 1,92 |
| **Componente 5** | | | | |
| Fabiany Lucidos | 18.114,00 | 6,00 | 9.414,11 | 1,92 |
| Verônica Oki | 31.247,00 | 2,50 | 17.176,52 | 1,82 |
| Wanessa Ferreira | 18.818,00 | 4,00 | 10.088,53 | 1,87 |
| **Componente 2** | **Segunda Liberação** | **22/08/2016** | | |
| Heron Davi dos Santos Martins | 19.808,00 | 1,00 | 11.214,92 | 1,77 |
| Izabella Gomes | 14.222,00 | 3,00 | 7.419,75 | 1,92 |
| Katia Pereira | 23.042,00 | 4,00 | 12.777,89 | 1,80 |
| **Componente 1** | **Primeira Liberação** | **21/01/2016** | | |
| Amintas Brandão | 28.323,00 | 2,00 | 14.970,00 | 1,89 |
| Andreia Pinto | 38.651,00 | 7,00 | 20.345,00 | 1,90 |
| Heron Davi dos Santos Martins | 19.808,00 | 2,00 | 9.990,75 | 1,98 |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Rodney Reis | 28.166,00 | 3,00 | 14.296,39 | 1,97 |
| Samia Nunes | 19.350,00 | 3,00 | 10.431,83 | 1,85 |
| **Componente 3** | | | | |
| Dario Cardoso | 18.668,00 | 10,00 | 6.935,30 | 2,69 |
| **Componente 4** | | | | |
| Jakeline Pereia | 18.096,00 | 9,00 | 9.518,41 | 1,90 |
| Verônica Oki | 28.406,00 | 5,00 | 15.891,95 | 1,79 |
| Wanessa Ferreira | 17.108,00 | 6,00 | 8.811,85 | 1,94 |

Percebe-se da tabela acima que não existe uniformidade do fator k na relação de custos apresentados pelo IMAZON, o fator que K varia de 1,63 até 2,73. E varia até mesmo em um mesmo empregado conforme verificado com o empregado Heron Davi dos Santos Martins que apresenta fatores K de 1,77, 1,86, 1,93, 1,98 e 2,05.

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data 29/07/2016
Período de acompanhamento - 29/12/2015 a 29/06/2016.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.

**Nota de Acompanhamento**
Data 21/09/2016
Aprovação da liberação da 2° parcela de recursos do projeto no valor de R$ 591.212,00, destinada à realização das ações do primeiro ano do projeto referente ao componente 2 de capacitação.
Observa-se que ocorreu a liberação da segunda parcela de recursos sem a verificação das despesas incorridas e dos produtos apresentados referentes a liberação anterior e também sem realização de visitas de acompanhamento.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data 01/02/2017
Período de acompanhamento - 30/06/2016 a 29/12/2016.
Treinamos total geral de 52 pessoas, curso com duração de 2 dias, montamos uma programação com o objetivo de repassar fundamentos de geotecnologias aplicáveis à gestão ambiental com ênfase em sua utilização de cadastro, licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental. Organizamos 3 eventos de capacitação, um em Marabá, outro em Altamira e uma exclusiva para a SEMA de Porto Velho.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Primeiro Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 23/03/2017
Período de acompanhamento - 29/12/2015 a 31/01/2017
Data da Visita de Acompanhamento – 22 e 23/03/2017
Valor Acompanhado – R$ 3.245.526,05
Para fins de comprovação de gastos informados como realizados no período, o Beneficiário encaminhou relação de pagamentos, da qual constavam 3435 comprovantes, totalizando R$ 3.245.526,05 de um total de R$ 4.581.709,50 liberado. O GAc selecionou 304 comprovantes para verificação (9%), correspondentes a R$ 2.244.271,24 (69%) do valor executado.

Os comprovantes selecionados englobaram: (i) todos aqueles acima de R$ 5mil; (ii) os 200 de maior valor; (iii) ao menos um de cada rubrica do QUF aberto (gerencial); e (iv) comprovantes selecionados de forma aleatória, de modo a tornar a seleção mais heterogênea. O Beneficiário apresentou os comprovantes acompanhados, quando aplicável, dos respectivos processos de cotação, com escolha do orçamento mais barato.
Pelo exposto neste relatório, o GAc propõe considerar a prestação de contas apresentada pelo beneficiário regular e autorizar a liberação solicitada, no valor de R$ R$ 3.374.384,00.

Não foi disponibilizado as notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.

**Terceiro Relatório de Desempenho**
Data 18/12/2017
Período de acompanhamento - 30/12/2016/ a 30/11/2017.
Entre janeiro e novembro de 2017 o Imazon promoveu mais dois treinamentos presenciais em geotecnologia aplicada à gestão ambiental, com duração de dois dias de duração, sendo um em Porto Velho/RO e outro em Belém/PA, contando com a participação de 58 técnicos ambientais. No total foram treinados 114 técnicos.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data – 19/12/2017
Período de acompanhamento – 01/02/2017 a 31/11/2017
Data da visita de acompanhamento – Não houve visita de acompanhamento

Para fins de comprovação dos gastos informados como realizados no período, o Beneficiário encaminhou relação de pagamentos, da qual constavam 3626 comprovantes, totalizando R$ 3.945.869,29 (117% do valor da terceira liberação, sendo que o total executado corresponde a 87% do total liberado). O GAc selecionou 347 comprovantes para verificação (9,6%), correspondentes a R$ 2.825.684,71 (72% do valor executado), de acordo com avaliação de custo-benefício que considerou, dentre outros fatores, a pulverização de gastos e a representatividade da amostra selecionada.
Valor acompanhado: 3.945.869,29

Pelo exposto neste relatório, o GAc propõe considerar a prestação de contas apresentada pelo beneficiário regular e autorizar a liberação solicitada, no valor de R$ 4.148.771,50.

**Nota de Acompanhamento**
Data – 28/06/2018
Entre dezembro/2017 e maio/2018, foram realizados 2 treinamentos presenciais em geotecnologia aplicada à gestão ambiental, sendo 1 em Cuiabá e outro em Porto Velho, com a participação de 26 técnicos ambientais. No acumulado do projeto o total de 130 pessoas já

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

receberam treinamentos. No relatório de Desempenho Resumido do projeto consta que a execução física desta etapa, ou seja, a etapa 2 é 86%.
Levando-se em consideração que foi previsto R$ 1.676.859,00, temos que 86% significa que uma execução de R$ 1.442.098,74. Como foram realizados 7 treinamentos de 3 dias, significa dizer que o custo de cada treinamento de 3 dias foi da ordem de R$ 206.000,00.
Não foi disponibilizado que houve verificação das despesas apresentadas no período.
O Imazon solicitou a prorrogação do prazo de execução física do projeto que iria vencer em 29/12/2018 para 29/06/2019.
Não foi disponibilizado o relatório de acompanhamento que subsidiou a emissão da supracitada Nota de Acompanhamento.

**Fragilidades Identificadas no Projeto IMAZON**

- Percebe-se que a planilha de custos apresentada pelo IMAZON não é detalhada e apresenta somente os custos globais, por exemplo, Estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do AM, MT, PA e RO. no valor de R$ 2.399.300,00, o que não permite uma análise efetiva dos custos do projeto.
- Percebe-se também que as metas e os objetivos dos projetos são apresentados de forma global sem que fosse identificado metas mensuráveis, como por exemplo, estudos para realizar o diagnóstico dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, ou seja, difícil de se mensurar se as metas foram atingidas ou não.
- Não verificação e não disponibilização da totalidade das Notas fiscais pelo BNDES. Considerando que os custos são apresentados de forma global, as metas e os objetivos do projeto não são mensuráveis e também considerando que a totalidade das notas fiscais não são verificadas, difícil de atestar que o projeto esteja 100%.
- Liberação da segunda parcela de recursos sem a verificação das despesas incorridas e dos produtos apresentados referentes a liberação anterior e também sem realização de visitas de acompanhamento
- Não disponibilização da relação dos pagamentos nos Relatórios de desempenho.
- Grande maioria dos custos do projeto referem-se a pagamentos de recursos humanos próprios e de terceiros, cerca de 84% ou seja, R$ 10.168.116,00. Adicionando os custos administrativos de instalação e outras despesas administrativas encontramos R$ 10.843.025,00, ou seja, 90% dos recursos repassados foram despendidos com pessoal e despesas administrativas.
- Inexistência de uniformidade do fator k na relação de custos apresentados pelo IMAZON, o fator K varia de 1,63 até 2,73. E varia até mesmo em um mesmo empregado conforme verificado com o empregado Heron Davi dos Santos Martins que apresenta fatores K de 1,77, 1,86, 1,93, 1,98 e 2,05.
- Não disponibilização do Relatório de Desempenho que subsidiou a emissão da última Nota de Acompanhamento.
- Valores superdimensionados para realização de capacitação. Foi previsto capacitar 152 técnicos por um custo total R$ 1.682.300,00, o que nos leva a um custo per capita de R$ 11.067,76 por técnico capacitado. Levando-se em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

consideração que o curso foi de 24 horas de duração, ou seja, 3 dias e que até a emissão da última nota de acompanhamento constava a informação que a execução física era de 86% significa que a execução financeira correspondente seria de R$ 1.442.098,74. Como foram realizados 7 treinamentos de 3 dias, significa dizer que o custo de cada treinamento de 3 dias foi da ordem de R$ 206.000,00. É importante ressaltar que a maioria dos cursos aplicados já estavam prontos pois haviam sido aplicados no projeto anterior que o Imazon celebrou com o Fundo Amazônia. O custo da hora aula que o IMAZON recebeu pelos cursos foi de cerca de R$ 8.583,00. A título de exemplificação a ENAP paga R$ 170,00 por hora aula para instrutores que tenham doutorado, ou seja, cobrar R$ 8.583,00 por hora aula de um curso que já estava preparado é totalmente inaceitável.

- Não disponibilização de fotos, vídeos, publicações e outras mídias do projeto no relatório de Avaliação de Resultados

**Lote 02**
**Instituto Ouro Verde – IOV**

**CNPJ: 03.203.367/0001-09**
Número da Operação: 4.753.456.0001
Valor da Colaboração Financeira: R$ 16.086.000,00
Data de assinatura 05/12/2013 Previsão de término 05/12/2018 – Prorrogado até 31/08/2019
Prazo de execução: 60 meses

**Objetivos do Projeto**
Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar na região do Portal da Amazônia, no Estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), com plantio e enriquecimento de agroflorestas, estruturação de canais de comercialização de produtos e sementes e realização de pesquisas.

Estão previstas, dentre outras, as seguintes atividades:
- O plantio de 1.550 hectares de sistemas agroflorestais e o enriquecimento de 400 hectares de plantios já realizados no projeto anterior com inserção de espécies de interesse econômico;
- O fortalecimento das atividades relacionadas à coleta de sementes florestais na região, com apoio à comercialização, assistência técnica e melhoria dos espaços de armazenamento de sementes;
- O apoio à comercialização de produtos oriundos das agroflorestas nos mercados local, institucional e extrarregional;
- A realização de pesquisas sobre coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes e monitoramento de agroflorestas;
- A formação de lideranças locais com capacidade técnica e de mobilização social para condução de projetos relacionados à recuperação ambiental e produção agroflorestal;
- A criação de uma rede de comunicadores de maneira a permitir a circulação de informações sobre as atividades do projeto entre os grupos envolvidos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Quadro de Uso e Fontes

| USOS | Total do Projeto (R$) | % |
|---|---|---|
| Recursos Humanos | 6.906.115 | 42,9 |
| Insumos | 5.147.858 | 32,0 |
| Despesas com Alimentação, Hospedagem, Deslocamento, etc. | 1.351.876 | 8,4 |
| Treinamento e capacitação | 844.719 | 5,3 |
| Despesas Administrativas | 616.041 | 3,8 |
| Equipamentos | 573.387 | 3,6 |
| Outros (Aluguel de veículo, feiras, publicações, material para reuniões, etc) | 374.303 | 2,3 |
| Obras Civis | 155.700 | 1,0 |
| Desenvolvimento de Sistemas informáticos e Website | 75.000 | 0,5 |
| Móveis e Utensílios | 41.000 | 0,3 |
| **TOTAL** | **16.086.000** | |
| | | |
| **FONTES** | | |
| BNDES | 16.086.000 | 100% |
| **TOTAL** | **16.086.000** | |

| | Total do Projeto (R$) | % |
|---|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e | 9.256.489 | 57,5 |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | 725.034 | 4,5 |
| Componente 3 – Comercialização de produtos | 1.316.071 | 8,2 |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em | 791.547 | 4,9 |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e | 3.996.858 | 24,8 |
| **TOTAL** | **16.086.000** | |
| | | |
| **FONTES** | | |
| BNDES | 16.086.000 | 100% |
| **TOTAL** | **16.086.000** | |

O projeto em análise é composto por 5 componentes conforme exposto a seguir:

**Componente 1 - Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais**

Prevê o plantio 1.550 ha de novas áreas de SAFs em 8 municípios, envolvendo aproximadamente 1.300 famílias., e o enriquecimento com espécies de interesse comercial de 400 ha de SAFs plantados no primeiro projeto.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Componente 2 - Consolidação da Rede de Sementes**
As atividades referentes ao componente têm por objetivo consolidar a rede de sementes criada no primeiro Projeto, permitindo não só o fornecimento das sementes necessárias aos plantios de SAFs a serem realizados no âmbito do próprio projeto, como criar condições para a comercialização de sementes para outros agentes.

**Componente 3 - Comercialização de produtos agroflorestais**
O presente componente compreende as diferentes estratégias com respeito à criação de mecanismos para comercialização de produtos oriundos dos Sistemas Agroflorestais. O projeto em tela pretende fortalecer três principais canais para a venda de produtos: mercado institucional, o mercado local e o mercado extrarregional.

**Componente 4 - Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas**
O presente componente tem por objetivo apoiar a realização de trabalhos técnicos e científicos relacionados a Sistemas Agroflorestais. As ações serão realizadas no âmbito do Centro de Pesquisas de Agroflorestas, estrutura que compõe a sede do IOV, por ele gerido, construído em 2012 com recursos do Kew Gardens (jardim Botânico Real Britânico), que centraliza as atividades de pesquisa da instituição.

**Componente 5 - Gestão colaborativa, formação e comunicação**
As atividades previstas no componente correspondem à estratégia de gestão colaborativa, formação técnica e política e comunicação do projeto e atuam de forma transversal e complementar aos outros componentes. Estas atividades têm como objetivo central o empoderamento técnico e político dos agricultores para condução de diversas iniciativas de desenvolvimento sustentável.

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Valor Solicitado | Data da Liberação | Valor Liberado |
|---|---|---|---|
| 18/12/2013 | 1.301.853,02 | 08/01/2014 | 1.301.853,02 |
| 07/072014 | 1.704.654,12 | 22/08/2014 | 1.700.654,00 |
| 18/03/2015 | 1.065.248,78 | 24/03//2015 | 1.065.249,00 |
| 20/08/2015 | 2.287.084,86 | 21/08/2015 | 2.287.084,86 |
| 22/03/2016 | 1.799.337,18 | 23/03/2016 | 1.799.337,18 |
| 08/11/2016 | 3.575.268,98 | 23/11/2016 | 3.330.641,71 |
| | | 06/022017 | 231.777,27 |
| 16/112017 | 1.726.006,39 | 21/12/2017 | 1.726.006,39 |
| 08/11/2018 | 2.643.396,46 | 14/12/2018 | 2.643.396,46 |
| **Total** | **16.102.849,79** | | **16.085.999,89** |

**Primeiro Pedido de Liberação Financeira**
Data - 18/12/2013

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Componente | Total |
|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais | 559.364,64 |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | 51.900,00 |
| Componente 3 – Comercialização de produtos agroflorestais | 237.256,37 |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas | 106.560,00 |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e comunicação | 346.772,01 |
| **Total** | **1.301.853,02** |

**Segundo Pedido de Liberação de Crédito**
Data – 07/07/2014

| Componente | Total |
|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais | **1.011.650,00** |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | **121.600,00** |
| Componente 3 – Comercialização de produtos agroflorestais | **115.660,00** |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas | **80.393,48** |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e comunicação | **375.350,64** |
| **Total** | **1.704.654,12** |

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data – 11/07/2014
Valor Liberado – R$ 1.301.853,02
Período de acompanhamento - 01/01/2014 a 07/07/2014.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Primeira Nota de Acompanhamento –**
Data: 22/08/2014
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento da utilização da primeira parcela de recursos e do cumprimento das condições prévias à liberação da segunda parcela do projeto. IOV prestou contas de R$ 1.083.499,28, o que corresponde a 81% do total liberado na primeira parcela. O GAc fez uma seleção dos comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento), tendo verificado cerca de 80% do valor utilizado e 20% do número total de comprovantes. O material comprobatório encontra-se bem organizado, tendo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

sido possível realizar o acompanhamento de maneira eficiente, mesmo sem a visita física. Entretanto, recomenda-se para o próximo acompanhamento a realização de acompanhamento em campo para interação com os beneficiários finais e verificação dos bens adquiridos e seu devido uso no Projeto, em especial os automóveis, motos, computadores e impressoras.
O GAc considera que o IOV está apto a receber a segunda parcela de recursos para dar continuidade à execução do projeto.
Não apresentação da relação dos gastos e notas fiscais verificadas pela equipe do BNDES.
Não realização de visita técnica "in loco" para aprovação dos recursos gastos e liberação da segunda parcela.

**Terceiro Pedido de Liberação de Recursos**
Data – 18/03/2015

| Componente | Total |
|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais | 397.314,64 |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | 66.357,00 |
| Componente 3 – Comercialização de produtos agroflorestais | 115.650,97 |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas | 76.383,60 |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e comunicação | 409.542,57 |
| **Total** | **1.065.248,78** |

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data – 02/01/2015
Valor Liberado – R$ 1.700.654,00
Período de acompanhamento - 08/08/2014 a 31/12/2014.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Primeiro Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 15/05/2015
Período de acompanhamento - - 01/01/2014 a 31/12/2014
Data da Visita de Acompanhamento – 30//03/2015 a 06/03/2015
Valor Acompanhado – R$ 3.002.507,14
O Beneficiário enviou tabela de relação de pagamentos e movimentação financeira cumulativa, compreendendo o período até 31/12/2014. Com tais informações, o IOV prestou contas de R$ 2.256.899,55, o que corresponde a 74% do total liberado (duas parcelas). O GAc fez uma seleção dos comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento) para consulta à distância, tendo verificado cerca de 65% do valor utilizado e de 20% do número total de comprovantes. Ademais, na ocasião da visita, conferiu o arquivamento dos comprovantes originais.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Consta informação na primeira Nota de Acompanhamento que aprovou a prestação de recursos da primeira parcela e aprovou também a liberação da segunda parcela de recursos que o IOV prestou contas de R$ 1.083.499,28, o que corresponde a 81% do total liberado na primeira parcela. O GAc fez uma seleção dos comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento), tendo verificado cerca de 80% do valor utilizado e 20% do número total de comprovante. Agora consta informação de que o IOV prestou contas de R$ 2.256.899,55, o que corresponde a 74% do total liberado (duas parcelas). O GAc fez uma seleção dos comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento) para consulta à distância, tendo verificado cerca de 65% do valor utilizado e de 20% do número total de comprovantes. Percebe-se que as informações são conflitantes, pois se o valor de R$ 1.083.499,28 já tinha sido analisado não teria necessidade de ser analisado novamente.
Não apresentação da relação dos gastos e notas fiscais verificadas pela equipe do BNDES.

**Terceiro Relatório e Desempenho**
Data – 10/06/2015
Período de Acompanhamento – 01/01/2015 a 30/06/2015
Valor Liberado - 1.065.249,00
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Informação Padronizada – IP**
Data 03/08/2015
Alteração da Cláusula Terceira, inciso XL, do Contrato
Em 06/05/2015, o IOV encaminhou o Ofício nº 003/2015 ao Banco, solicitando alteração da Cláusula Terceira, inciso XL, que obriga a inscrição no CAR de todas as propriedades, exceto os assentamentos abrangidos no projeto. A proposta de alteração consiste em garantir, até o final da execução do projeto, que um percentual de, no mínimo, 50% das propriedades/posses objeto de apoio, ressalvados os assentamentos do Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária - INCRA ou do Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT, tenham protocolado a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR.
Ante o exposto, propõe-se autorizar a alteração da Cláusula Terceira.

**Quarto Pedido de Liberação de Recursos**
Data 20/08/2015

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Componente | Total |
|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais | 1.610.564,00 |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | 118.075,00 |
| Componente 3 – Comercialização de produtos agroflorestais | 91.806,60 |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas | 98.073,88 |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e comunicação | 368.565,38 |
| **Total** | **2.287.084,86** |

**Segunda Nota de Acompanhamento –**
Data: 28/08/2015
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento da utilização da terceira parcela de recursos no valor de R$ 1.065.249,000 e do cumprimento das condições prévias à liberação da quarta parcela do projeto no valor de R$ 2.287.084,86.
Valo acompanhado – R$1.065.249,00
Quanto à execução financeira, o IOV encaminhou prestação de contas compreendendo o período até 30/06/2015. Com as novas informações, o IOV prestou contas, de forma consolidada, de R$ 3.005.701,17, o que corresponde a 73% do total liberado nas três parcelas.
O GAc fez uma seleção dos comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento), tendo verificado cerca de 80% do valor utilizado e 30% do número total de comprovantes.
Não houve realização de visita física.
Diante do exposto, o GAc considera que o IOV está apto a receber a quarta, parcela de recursos para dar continuidade à execução do projeto.
Não apresentação da relação dos gastos e notas fiscais verificadas pela equipe do BNDES.
Não realização de visita técnica "in loco" para aprovação dos recursos gastos e liberação da quarta parcela.

**Quarto Relatório e Desempenho**
Data – 12/02/2016
Período de Acompanhamento – 01/07/2015 a 31/12/2015
Valor Liberado - 2.287.084,86
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Quinta solicitação de Liberação de Recursos**
Data – 22/03/2015

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Fase II:

| Componente | Total |
|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais | 990.069,14 |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | 59.456,89 |
| Componente 3 – Comercialização de produtos agroflorestais | 124.922,32 |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas | 195.065,58 |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e comunicação | 429.823,25 |
| **Total** | **1.799.337,18** |

**Terceira Nota de Acompanhamento**
Data – 22/03/2016
Período de Acompanhamento - 01/01/2015 a 30/06/2015
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da quinta parcela do projeto no valor de R$ 1.799.337,18
Foi comprovada pelo GAc a aplicação da 4ª parcela, por meio de verificação de comprovantes digitalizados, por amostragem que abrangeu, até esta data, aproximadamente 32% dos itens financeiros, representativos de aproximadamente 80% do valor liberado). Está sendo elaborado RAc para registro da verificação da prestação de contas apresentada pelo IOV.
Diante do exposto, o GAc considera que o IOV está apto a receber a quinta parcela de recursos para dar continuidade à execução do projeto.
Não apresentação da relação dos gastos e notas fiscais verificadas pela equipe do BNDES.
Não realização de visita técnica "in loco" para aprovação dos recursos gastos e liberação da quinta parcela.

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 20/05/2016
Período de acompanhamento - - 01/01/2015 a 31/12/2015
Data da Visita de Acompanhamento – 10 a 12/05/2016
Valor Acompanhado – R$2.287.084,8607.
O Beneficiário enviou tabela de relação de pagamentos e movimentação financeira cumulativa, compreendendo o período até 31/12/2015. Com tais informações, o IOV prestou contas de R$ 5.191.799,83, o que corresponde a 82% do total liberado (quatro parcelas).
A execução financeira relativa ao período de 01/01/2015 a 30/06/2015 foi objeto da Nota AMA/DEFAM 44/2015, que concluiu que as evidências apresentadas indicam a efetiva aplicação dos recursos por parte do beneficiário. Dessa forma, a análise a seguir se refere ao período de 01/07/2015 a 31/12/2015
O GAc fez uma seleção dos comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento) para consulta à distância. De RS 2.186.098,66 executados no período, correspondentes a 2300 itens financeiros, foram verificados 827 itens (cerca de 36%),

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

correspondendo a 85% do valor executado. Para definir a amostragem, foi escolhido aleatoriamente um mês completo de execução julho de 2015}, que teve todos os itens financeiros relacionados verificados, e na sequência os itens financeiros de maior valor até que se alcançasse índice de 85% de verificação. Ademais, na ocasião da visita, foi conferido o arquivamento por amostragem dos comprovantes originais.

Consta informação na Terceira Nota de Acompanhamento que foi comprovada pelo GAc a aplicação da 4ª parcela, por meio de verificação de comprovantes digitalizados, por amostragem que abrangeu, até esta data, aproximadamente 32% dos itens financeiros, representativos de aproximadamente 80% do valor liberado)

Percebe-se, no entanto, que essa informação contradiz o que está informado no Segundo Relatório de Acompanhamento, porque o relatório afirma que o IOV prestou contas de R$ 5.191.799,83 e que dos R$ 2.186.098,66 executados no período foram verificados 827 itens, correspondendo a 85% executado. Ora, na Segunda Nota de Acompanhamento consta informação de que o IOV tinha prestado conta de R$ 3.005.701,17, ou seja, se adicionarmos os R$ 2.186.098,66 analisados neste relatório de acompanhamento com os R$ 3.005.701,17 analisados na Segunda Nota de Acompanhamento concluímos que ao contrário do que está mencionado na Terceira Nota de Acompanhamento de que foi acompanhado pelo GAc a aplicação da quarta parcela percebemos que não houve acompanhamento.

**Quinto Relatório de Desempenho**

Data – 21/09/2016

Período de Acompanhamento – 01/01/2016 a 31/08/2016

Valor Liberado - 1.799.337,18

Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Sexta solicitação de Liberação de Recursos**

Data – 08/11/2016

| Componente | Total |
|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais | 1.926.908,40 |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | 131.477,58 |
| Componente 3 – Comercialização de produtos agroflorestais | 286.574,22 |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas | 395.330,10 |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e comunicação | 834.978,68 |
| **Total** | **3.575.268,98** |

**Quarta Nota de Acompanhamento**

Data – 23/11/2016

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Período de Acompanhamento - 01/01/2015 a 30/06/2015
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento e o cumprimento das condições prévias à liberação da sexta parcela do projeto no valor de R$ 3.575.268,98.
O Beneficiário enviou Relatório de Desempenho para o período de 01/01/2016 a 31/08/2016. Nele, a execução física, inclusive com a medição dos indicadores do Plano de Monitoramento, foi adequadamente relatada.
Quanto à execução financeira, o IOV encaminhou prestação de contas compreendendo o período até 31/08/2016. Com as novas informações, o IOV prestou contas, de forma consolidada, de R$ 6.595.121,27, o que corresponde a 81% do total liberado nas cinco parcelas.
O GAc fez uma seleção dos comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento), escolhendo aleatoriamente um mês para verificação de todo tipo de despesa ordinária, e depois as despesas de maior valor, tendo verificado cerca de 80% do valor utilizado e 35% do número total de comprovantes.
As evidências apresentadas indicam a efetiva aplicação dos recursos por parte do beneficiário. O material comprobatório ncontra-se bem organizado, tendo sido possível realizar o acompanhamento de maneira eficiente, mesmo sem a visita in loco.
Além disso, considerando que o IOV está apto a receber a sexta parcela de recursos, propõe-se a liberação, no valor de R$ 3.330.641,71, para dar continuidade à execução do projeto
Cabe ressaltar que as parcelas residuais de R$ 12.850,00 (referente ao item Construção de novas casas de sementes) e R$ 231.777,27 (referente ao item Construção de Alojamento) ficam condicionadas à apresentação da documentação especificada nos itens 3.iii e 3.vi, respectivamente.
Não apresentação da relação dos gastos e notas fiscais verificadas pela equipe do BNDES.
Não realização de visita técnica “in loco” para aprovação dos recursos gastos e liberação da sexta parcela

**Sexto Relatório de Desempenho**
Data – 01/08/2017
Período de Acompanhamento – 01/09/2016 a 30/06/2017
Valor Liberado - 3.575.268,98
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Quinta Nota de Acompanhamento**
Data – 03/02/2017
A presente Nota destina-se a registrar o cumprimento das condições prévias à liberação da sétima parcela (parcela residual à sexta liberação) do projeto.
Valor liberado - R$ 231.777,27

**Sétima solicitação de recursos**
Data - 16/112017

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Componente | Total |
|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais | 657.354,74 |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | 105.280,26 |
| Componente 3 – Comercialização de produtos agroflorestais | 179.705,52 |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas | 156.653,14 |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e comunicação | 627.012,73 |
| **Total** | **1.726.006,39** |

**Sexta Nota de Acompanhamento**
Data – 22/11/2017
A presente nota destina-se a registrar a visita de campo realizada nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2017 para acompanhamento do projeto.

A visita contemplou as seguintes atividades:

1) Reunião com a equipe do IOV com relato e apresentação de informes sobre as atividades do projeto.
2) Visita de campo a um imóvel rural de família associada ao projeto que trabalha sistema agrosilvipastoril.
3) Reunião com pesquisadores da rede de pesquisa apoiada pelo projeto.
4) Palestra na UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso).
5) Visita à Feira da Agricultura Familiar em Alta Floresta.
6) Reunião com a equipe do IOV sobre a hipótese de apresentação, ao Fundo Amazônia, de novo pleito de apoio.

**Sétima Nota de Acompanhamento**
Data – 21/12/2017
Valor Acompanhado - RS 2.549.892,34
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento e o cumprimento das condições prévias à liberação da oitava parcela do projeto no valor de R$ 1. 726.006,39
Foi comprovada pelo GAc a aplicação das 6º e 7ª parcelas, por meio de verificação de comprovantes digitalizados (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento), escolhidos em amostragem definida pela escolha aleatória de um mês para verificação de todo tipo de despesa ordinária (setembro/2016), e depois as despesas de maior valor. A verificação abrangeu, até esta data, cerca de 32% (959/3005) dos itens financeiros apresentados, representativos de aproximadamente 84% do valor executado (R$ 2.143.516,77/RS 2.549.892,34) neste período. A prestação de contas foi considerada adequada, verificando a efetiva aplicação dos recursos por parte da Beneficiária nas ações do projeto. Será elaborado RAc para registro detalhado da verificação da prestação de contas apresentada pela Beneficiária.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Considerando que o IOV está apto a receber a oitava parcela de recursos, propõe-se a liberação, no valor de R$ 1.726.006,39, para dar continuidade à execução do projeto.
Não apresentação da relação dos gastos e notas fiscais verificadas pela equipe do BNDES.

**Terceiro Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 24/01/2018
Período de acompanhamento - - 09 a 11/10/2017
Data da Visita de Acompanhamento – 10 a 12/05/2016
Valor Acompanhado – RS 2.549.892,34
Quanto à execução financeira, vale lembrar que no período analisado houve duas liberações de crédito, sendo uma no valor de R$ 3.330.641,71, em 28/11/2016, e a segunda no valor residual de R$ 231.777,27, em 09/02/2017, que dependeu da apresentação de documentação complementar, conforme definido nas Notas AGS/DEFAM 94/2016, de 23/11/2016 e 06/2017, de 03/02/2017.
O IOV encaminhou prestação de contas compreendendo o período de 01/09/2016 até 30/06/2017. Com as novas informações, o IOV prestou contas, de forma consolidada, de R$ 9.154.572,27, o que corresponde a 78% do total liberado nas cinco parcelas.
O GAc fez uma seleção dos comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, guias de recolhimento), escolhendo aleatoriamente um mês para verificação de todo tipo de despesa ordinária {setembro de 2016), e depois as despesas de maior valor. A verificação abrangeu cerca de 32% (959/3005) dos itens financeiros apresentados, representativos de aproximadamente 84% do valor executado (R$ 2.143.516,77/RS 2.549.892,34) neste período. A prestação de contas foi considerada adequada, verificando a efetiva aplicação dos recursos por parte da Beneficiária nas ações do projeto.
Essas comprovações de despesas já tinham sido elencadas na oitava Nota de Acompanhamento.
Não apresentação da relação dos gastos e notas fiscais verificadas pela equipe do BNDES.

**Sétimo Relatório de Desempenho**
Data – 27/06/2018
Período de Acompanhamento – 01/07/2017 a 30/04/2018
Valor Liberado - 1.726.006,39
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Oitava solicitação de recursos**
Data – 08/11/2018

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Componente | Total |
|---|---|
| Componente 1 – Plantio, enriquecimento e monitoramento de Sistemas Agroflorestais | 1.435.607,04 |
| Componente 2 – Consolidação da Rede de Sementes | 44.202,08 |
| Componente 3 – Comercialização de produtos agroflorestais | 173.101,61 |
| Componente 4 – Apoio ao Centro de Pesquisas em Agroflorestas | 183.381,46 |
| Componente 5 – Gestão colaborativa, formação e comunicação | 807.104,27 |
| Total | 2.643.396,46 |

**Sétima Nota de Acompanhamento**
Data – 13/12/2018
A presente nota destina-se a registrar o cumprimento das Condições Prévias à Utilização dos Recursos do projeto, constantes do contrato de colaboração financeira em referência, visando à liberação da nona parcela do projeto no valor de R$ 2.643.396,46.
Considerando que o IOV está apto a receber a nona - e última - parcela de recursos, propõe-se a liberação, no valor de R$ 2.643.396,45, para dar continuidade à execução do projeto.

**Quarto Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 13/12/2018
Período de acompanhamento - - 09 a 11/10/2017
Data da Visita de Acompanhamento – 28 a 30/11/2018
Valor Acompanhado – RS R$ 3.097.766,99
O GAc fez uma seleção e verificou 867 comprovantes de pagamento, que correspondem a 28% dos 3.086 comprovantes apresentados. O valor total verificado foi de R$ 2.581.936,31, ou 83% dos R$ 3.097.766,99 utilizados. Para a seleção da amostra levou-se em conta o valor dos pagamentos, a representatividade de todos os componentes do projeto e das diferentes rubricas de custo.
Pelo exposto neste relatório, o GAc propõe:
i. Considerar a prestação de contas apresentada pela beneficiária regular;
ii. Aprovar a utilização, na finalidade da operação e conforme informado pela Beneficiária, de parte dos rendimentos financeiros de recursos já liberados, no valor de R$ 561.437,27; e
iii. Aprovar a alteração no Quadro de Usos e Fontes do Projeto, conforme exposto neste RAc, já incluídos os rendimentos financeiros acima mencionados.

**Fragilidades Identificadas no Projeto IOV**

Percebe-se que este projeto teve um acompanhamento melhor do que os outros já verificados, uma vez que ocorreram 03 visitas de acompanhamento, no entanto, é importante ressaltar que as metas especificadas pelo beneficiário são atestadas baseadas nas informações fornecidas pelo mesmo porque não identificamos em nenhum momento o BNDES aferindo estas metas. Não identificamos relatos de aferição das metas nas vistas de acompanhamento. Não identificamos também relação dos pagamentos realizados nos relatórios de desempenho,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

não identificamos a relação de notas fiscais verificadas pelo BNDES e identificamos algumas contradições entre informações nas notas de acompanhamento que liberaram os recursos e nos relatórios de acompanhamento.

**Lote 03**
**Instituto de Conservação Ambiental " The Nature Conservancy do Brasil" - TNT BRASIL**

**CNPJ - 00.104.175/0001-49**
Número da Operação: 4.839.312.0001
Valor do Apoio Financeiro: R$15.750.406,00
Prazo de execução – 48 meses
Prazo de utilização – 42 meses
Data assinatura do contrato – 18/11/2014

Objetivo do Projeto
Promover a Gestão Territorial e Ambiental sustentável em seis Terras Indígenas nos estados do Pará e Amapá, contribuindo para a redução do desmatamento, no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Com as ações previstas, espera-se beneficiar aproximadamente 8.800 indígenas, além de cerca de 60 técnicos de instituições públicas relacionadas ao escopo do Projeto.

**Quadro de Usos e Fontes do Projeto**
**Componente 1**: Elaboração/atualização de Planos de Gestão Tensional e Ambiental (PGTAs) e de planos de sustentabilidade financeira para as seis Terras Indígenas
**Valor R$1.717.838,00 - 10,4% do Projeto**
Este componente abarca as ações necessárias para elaboração de três PGTAs - Tis Waiãpi, Trincheira Bacajá e Apyterewa - e para atualização do PGTA conjunto das Tis do Oiapoque. Estão previstas oficinas nas 3 Tis em três momentos consecutivos para: i) elaboração de diagnósticos e etnomapeamento; ii) realização do etnozoneamento; e iii) pactuação de prioridades e definição de projetos locais de acordo com os três eixos temáticos do PGTA.
Nas Tis do Oiapoque, serão três oficinas para consolidar e atualizar o etnozoneamento realizado em 2007. Tal necessidade de revisão do plano é esperada, pois os PGTAs são instrumentos dinâmicos e, para melhor aplicabilidade, devem ser reavaliados e aprimorados periodicamente.
O Projeto custeará, além do pagamento de recursos humanos próprios e de consultorias, os insumos referentes às oficinas, tais como combustível, passagens e frete para transporte de indígenas e facilitadores, alimentação para uma média de 40 participantes indígenas por oficina e material didático.
Também faz parte deste componente a elaboração de Planos de Sustentabilidade Econômica para os PGT As, que visa, em especial, realizar diagnóstico de investimentos mínimos e de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

fontes de recursos existentes e potenciais para o financiamento sustentável dos PGTAs. Para este item, prevê-se a contratação de consultoria que trabalhará sob supervisão do proponente. Serão entregues três Planos, da seguinte forma: i) Tis do Oiapoque, ii) TI Waiãpi, e iii) Tis Trincheira Bacajá e Apyterewa

**Componente 2:** Implementação de PGTAs, por meio de projetos locais de uso sustentável de recursos naturais e de ações de controle territorial nas seis Tis do Projeto
**Valor R$ 8.201.000,00 – 49,7% do Projeto**

**Componente 3:** Fortalecimento institucional e técnico de representações indígenas e de instituições públicas relacionadas
**Valor R$ 3.977.919,00 – 24,1% do Projeto**

**Componente 4:** Comunicação e articulação para disseminação de informações e experiências com o desenvolvimento e a implementação de PGTAs
**Valor R$ 894.249,00 – 5,4% do projeto**

**Componente 5 -** Gestão do Projeto
**Valor R$ 1.701.400,00 – 10,3 %**

**Total Geral – R$ 16.492.406,00**
**BNDES – 15.750.406,00 – 95,5%**
**Recursos Próprios – R$ 742.000,00 – 4,5%**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Componentes | Itens | Valor (R$) | % |
|---|---|---|---|
| **Componente 1**: Elaboração/atualização de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e de planos de sustentabilidade financeira para as seis Terras Indígenas (TIs) do Projeto | Equipe técnica compartilhada | 1.717.838,00 | 10,4% |
| | Insumos para a realização de oficinas participativas para elaboração/atualização de mapeamentos e zoneamentos etnoambientais e construção de PGTAs | | |
| | Contratação de consultoria para elaboração dos Planos de Sustentabilidade Econômica dos PGTAs | | |
| **Componente 2**: Implementação de PGTAs, por meio de projetos locais de uso sustentável de recursos naturais e de ações de controle territorial nas seis TIs do Projeto | Equipe técnica compartilhada | 8.201.000,00 | 49,7% |
| | Insumos, equipamentos de informática e veículos automotores para estruturação de núcleos técnicos de implementação de PGTAs | | |
| | Implantação de onze projetos comunitários locais de manejo e uso sustentável de recursos naturais | | |
| | Capacitação de equipes comunitárias de proteção territorial e pagamento de bolsas para os agentes ambientais indígenas atuantes | | |
| | Insumos, máquinas e equipamentos para realização de expedições de vigilância | | |
| | Insumos e equipamentos para funcionamento de Redes de Monitoramento Ambiental participativas | | |
| | Equipamentos e consultoria de informática para os núcleos regionais de monitoramento ambiental da Funai em Macapá (AP) e Altamira (PA) | | |
| | Consultoria para desenvolvimento de softwares para um sistema de monitoramento ambiental | | |
| | Diagnóstico socioeconômico, ambiental e de ameaças do entorno imediato das TIs | | |
| | Realização de campanhas de sensibilização e de encontros nas comunidades das áreas de entorno das TIs | | |
| **Componente 3**: Fortalecimento institucional e técnico de representações indígenas e de instituições públicas relacionadas | Equipe técnica compartilhada | 3.977.919,00 | 24,1% |
| | Consultoria e insumos para preparação de oficinas de formação continuada para técnicos de instituições públicas – FUNAI, MMA e órgãos estaduais e municipais | | |
| | Consultoria e insumos para preparação de cursos de formação de gestores ambientais indígenas | | |
| | Insumos para realização de reuniões e viagens das lideranças indígenas envolvidas no Projeto | | |
| | Fortalecimento institucional, custeio administrativo e aquisição de equipamentos de informática para as organizações indígenas que assumirão a gestão administrativa-financeira dos PGTAs | | |
| **Componente 4**: Comunicação e articulação para disseminação de informações e experiências com o desenvolvimento e a implementação de PGTAs | Equipe técnica compartilhada | 894.249,00 | 5,4% |
| | Apoio a viagens de intercâmbio de representantes indígenas envolvidos no Projeto para acesso e compartilhamento de conhecimentos e experiências em gestão territorial e ambiental nas TIs | | |
| | Produção de materiais de comunicação e exposições sobre as experiências e resultados das ações desenvolvidas nas TIs | | |
| **Gestão do Projeto** | Custos de escritório e equipe administrativa compartilhada | 1.701.400,00 | 10,3% |
| | Viagens, equipamentos e insumos para coordenação do Projeto | | |
| **TOTAL DE USOS** | | **16.492.406,00** | **100%** |

| FONTES | | |
|---|---|---|
| **BNDES** | 15.760.406,00 | 95,5% |
| **Recursos Próprios** | 742.000,00 | 4,5% |
| **TOTAL DE FONTES** | **16.492.406,00** | **100%** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Valor | Data da Liberação | Valor |
|---|---|---|---|
| 09/12/2014 | 1.280.188,79 | 21/12/2014 | 1.280.188,79 |
| 22/09/2015 | 3.317.146,42 | 23/09/2015 | 3.317.146,42 |
| 17/01/2017 | 5.105.718,55 | 24/01/2017 | 5.105.718,55 |
| 06/02/2017 | 342.337,98 | 17/02/2017 | 342.337,98 |
| 10/04/2018 | 4.367.352,24 | 26/04/2018 | 4.367.352,24 |
| 18/09/2018 | 1.243.827,05 | 25/09/2018 | 1.243.827,05 |
| **Total** | 15.656.571,03 | | 15.656.571,03 |

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data Período de acompanhamento - 18/11/2014 a 31/07/2015
Data do Relatório – Não foi informado a data do relatório

**Primeiro Relatório de Acompanhamento**
Data do Relatório – 25/09/2015
Período de acompanhamento – 18/11/2014 a 31/07/2015. A documentação financeira foi apresentada até a data de 30/06/2015, conforme se relata na seção 3.3,
"Execução financeira".
Valor Verificado – R$ 865.022,68
Visita de Acompanhamento – Não foi realizada visita de acompanhamento
Percebe-se que a liberação da segunda parcela de recursos no valor de R$ 3.317.146,42 ocorreu anteriormente (22/09/2014) da emissão do relatório de acompanhamento (25/09/2014) que aprovou a prestação de contas da primeira parcela no valor de R$ 1.280.188,79.
Não foi apresentado a relação das notas fiscais analisadas como também não foi apresentado o percentual de gastos analisados

**Primeira Nota de Acompanhamento**
**Data –** 23/09/2016
Desta forma, entende o GAc que, tão logo seja concluída a prestação de contas da segunda parcela do projeto, bem como sejam realizadas, nas propostas apresentadas, as sugestões do GAc a contento, será possível a realização da liberação da terceira parcela do projeto, prevista para ocorrer no mês de novembro de 2016.

**Segunda Nota de Acompanhamento**
Data – 29/09/2016
**Assunto**: Nota de acompanhamento da visita de intercâmbio entre os povos indígenas do projeto TNC-IGATI
De 7 a 11/04/2016 foi realizado o "Encontro de intercâmbio dos povos e organizações indígenas", o GAC esteve presente nos dias 9 e 10 de maio de 2017,

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data – 13/10/2016
Período de acompanhamento - 01/08/2015 a 31/07/2016

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Terceira Nota de Desempenho**
Data – 24/01/2017
Visita de Acompanhamento – Foi efetuada visita no escritório da empresa de contabilidade contratada pela TNC nos dias 07 e 08/12/2016
Nota para 3ª liberação dos recursos da operação em referência.
Foi comprovada pelo GAc a aplicação dos recursos anteriormente liberados por meio da análise da documentação da prestação de contas encaminhada ao BNDES em outubro de 2016 e da visita do GAc para verificação da amostra de comprovantes selecionada, em 07 e 08/12/ 2016 ao escritório da empresa de contabilidade contratada pela TNC. Na oportunidade, foram verificados os comprovantes relativos a 1.054 pagamentos (39% do total), que correspondem a mais de 78% do valor total executado no período analisado (01/07/2015 a 31/07/ 2016).
Não foi apresentado o total de recursos verificados e muito menos a relação das notas fiscais auditadas.
Diante do exposto, o GAc considera atendidas as condições para liberação da terceira parcela dos recursos do projeto objeto do Contrato n° 14.2.0836.1, no valor de R$ 5.105.718,55.
Percebe-se também que a data de liberação da terceira parcela coincide com a data da emissão da Nota de Acompanhamento (24/01/2017).

**Terceiro Relatório de Desempenho**
Data – Consta data no Relatório de Desempenho de 13/10/2016, mas deve ser equívoco uma vez que o acompanhamento é de 01/08/2016 a 31/07/2017. A data de 13/10/2016 é a data do segundo relatório de desempenho.
Período de acompanhamento - 01/08/2016 a 31/07/2017

**Quarta Nota de Acompanhamento**
Data - 15/02/2017
**Assunto:** Nota para liberação da 4ª parcela (residual) dos recursos da operação em referência.
Tendo em vista os esclarecimentos prestados pela TNC e que melhorias de forma foram incorporadas nos dois projetos prioritários, o GAc avalia ser adequada a liberação da quarta parcela (parcela residual à terceira liberação) do projeto, no valor de R$ 342.33 7,98.

**Terceiro Relatório de Acompanhamento**
Data 17/04/2018
Período de acompanhamento - 01/05/2012 a 31/08/2017.
Datas das Visitas de Acompanhamento – 06 a 10/11/2017 (visita de campo)
27 e 28/02/2018 (para verificação da documentação)
Na agenda da visita de campo realizada pelo GAc, inclui-se estadia, por três dias, na TI Trincheira Bacajá. Na oportunidade, os representantes do BNDES foram acompanhados por dois profissionais da TNC. Nesse tempo, foi possível colher percepções dos indígenas e observar resultados decorrentes de ações do projeto relacionadas à implementação do PGTA.
Em dezembro de 2017, entre os documentos mIc1aIs de prestação de contas, a TNC-Brasil enviou tabela de relação de pagamentos e movimentação financeira compreendendo o período de 01/12/2014 a 31/07/2017 e abarcando montante de R$ 7.283.159,06 aplicados

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

pelo FA no Projeto (R$ 3.656.113,2615 aprovados no âmbito dos dois ciclos de acompanhamentos anteriores e R$ 3.627.045,80 para verificação no terceiro acompanhamento) o que corresponde a 72,5% do total liberado pelo BNDES até 31/07/2017. Assim, considerando os totais aprovados nos acompanhamentos anteriores, pode-se afirmar que há evidências suficientes de que foram aplicados no Projeto IGATI, desde o início da sua execução, R$ 7.253.585,54 advindos do Fundo Amazônia e R$ 776.054,45 em contrapartida da TNC, totalizando R$ 8.029.639,99.
Em 10/04/2018 a Beneficiária encaminhou ao GAc pedido para prorrogação de prazo, sendo o prazo de utilização de recursos prorrogado de 15/08/2018 para 30/09/2018, e o prazo de execução do projeto prorrogado de 17/11/2018 para 30/04/2019.
O GAc propõe (i) considerar adequada a prestação de contas apresentada pela Beneficiária, com a ressalva das glosas realizadas; (ii) anuir com as mudanças no QUF mencionadas na seção S; (iii) prorrogar prazo de utilização do projeto por mais 90 dias.
Não foi apresentada a relação de notas fiscais verificadas

**Quinta Nota de Acompanhamento**
Data – 17/04/2018
Assunto: Nota de acompanhamento das condições para a 5° liberação de recursos da operação em referência.
Em l0 de abril de 2018 a Beneficiária enviou solicitação da quinta liberação de recursos ao projeto no valor total de R$ 4.367.352,24 (quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos) para uso..
Foi comprovada pelo GAc a aplicação dos recl1rsos anteriormente liberados por meio da análise da documentação da prestação de contas encaminhada ao BNDES em dezembro de 2017, da visita de campo realizada pelo GAc de 06 a 10/ 1 l /2017 e da visita, em 27 e 28/02/2018, ao escritório da empresa de contabilidade contratada pela TNC, para verificação da amostra de comprovantes selecionada. Na oportunidade, foram verificados os comprovantes relativos a 804 pagamentos (25% da quantidade total), que correspondem a mais de 60% do valor total executado no período analisado (01/08/2016 a 31/ 07/2017).
Diante do exposto, o GAc considera atendidas as condições para a quinta liberação de recursos ao projeto objeto do Contrato n° 14.2.0836.1, no valor de R$ 4.367.352,24 .
Não foi apresentada a relação de notas fiscais verificadas

**Sexta Nota de Acompanhamento**
Data – 20/09/2018
**Assunto -** Nota de verificação das condições para liberação da sexta parcela (residual à quinta parcela) dos recursos da operação em referência.
Em 10 de abril de 2018 a Beneficiária enviou ao GAc solicitação para a quinta liberação de recursos ao projeto no valor total de R$4.367.352,24 (quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos) para uso conforme Plano de Aplicação de Recursos enviado, que foi anexado à Nota AGS/DEFAM n° 32/2018, de 17/04/2018. No pedido, estavam incluídos recursos para " Consultorias especializadas para desenvolver/elaborar os projetos prioritários de cada PGTA" {Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas) apoiados, para finalização de propostas a serem apoiadas, conforme previsto no Componente 2 do Projeto IGATI. Não foram incluídos na aludida solicitação recursos para a implantação propriamente dita desses projetos comunitários locais, tendo em vista que os projetos que as comunidades indígenas pretendiam executar à

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

época, conforme informado pela TNC, estavam aguardando manifestação do órgão ambiental competente ou em fase final de elaboração.
Nesse sentido, o GAc combinou com a beneficiária que assim que ela encaminhasse os projetos escolhidos pelas comunidades indígenas e apresentasse as informações necessárias conforme previsto na cláusula terceira, IlI, "a" e "c" do Contrato, seria realizada liberação de parcela residual destinada à implantação das aludidas atividades.
Em 18/09/2018, a TNC encaminhou solicitação de liberação de R$ 1.211.329,24 para quatro projetos prioritários cuja elaboração foi finalizada: dois referentes ao PGT A do Oiapoque, um dos Wajãpi e outro dos Parakanã. Os quatro foram analisados pelo GAc, considerados satisfatórios e, assim, aptos a receberem recursos financeiros no âmbito do Projeto IGATI.
Também constou no pedido, liberação complementar de R$ 32.497,81 ao projeto prioritário do povo Xikrin, objeto da quarta liberação realizada, totalizando assim R$ 1.243.8127,05.
Foi verificada pelo GAc a aplicação dos recursos liberados na terceira liberação e na parcela residual à terceira por meio da análise da documentação da prestação de contas encaminhada ao BNDES em dezembro de 2017, da visita de campo realizada pelo GAc de 06 a 10/11 /2017 e da visita, em 27 e 28/02/2018, ao escritório da empresa de contabilidade contratada pela TNC, para verificação da amostra de comprovantes selecionada. Na oportunidade, foram verificados os comprovantes relativos a 804 pagamentos (25%, da quantidade total), que correspondem a mais de 60% do valor total executado no período analisado (01/08/20!6 a 31/07/2017), conforme detalhado no RAc AGS DEFAM nº 11/2018 TNC GATI, de 17/04/2018.
Percebe-se que a última prestação de contas analisada refere-se ao período de 01/08/2016 a 31/07/201 período que o beneficiário prestou contas por meio do Terceiro Relatório de Desempenho,, ou seja, não houve prestação de contas da parcela de R$ 4.367.352,24.
Conforme indicam os extratos das contas corrente e de investimento, e controles financeiros da TNC, entre 01/08/201 7 a 31/08/2018, R$ 5.048.104,26 foram aplicados em atividades apoiadas no Projeto. Somando-se esse montante aos valores executados já examinados peto GAc nos acompanhamentos efetuados, tem-se que cerca de 86% do total liberado já foi aplicado no Projeto. O aludido montante será objeto do próximo acompanhamento.

**Sétima Nota de Acompanhamento**
**Assunto:** Relato da visita ao evento de apresentação de resultados do Projeto IGATI e de reflexão sobre os desafios da agenda de implementação da PNGATI
Até a presente data, foram realizadas seis liberações de recursos ao projeto, que juntas representam 99,4% do total do apoio. O projeto se encontra em fase final de execução, tendo cumprido grande parte do plano de trabalho acordado com o BNDES, conforme tem sido observado pelo Grupo de Acompanhamento da operação ("GAc") nos acompanhamentos realizados, incluindo visita física a campo (na TI Trincheira Bacajá ; conversas constantes mantidas com a Beneficiária via telefone e mensagens eletrônicas; monitoramento por meio da internet de notícias divulgadas pelas mídias nacional e locais; e participação em eventos de intercâmbio e apresentação de resultados do projeto.

É importante ressaltar que analisando a planilha denominada Detalhamento dos “Usos” (custos/despesas) anexa ao pedido de liberação da terceira parcela no valor de R$ 5.105.718,55 chegamos ao seguinte quadro:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | |
|---|---|
| Consultoria/prestação de serviços | 2.842.114,50 |
| Alocação de Pessoal | 4.348.449,00 |
| Gestão do Projeto | 1.746.400,00 |
| Total | 8.936.963,50 |

Percebe-se que R$ 8.936.936,50, de um total de R$ 15.656.571,03 de recursos que foram repassados para o beneficiário, ou seja, cerca de 57% foram gastos com os três itens constantes da tabela acima.

**Fragilidades Identificadas no Projeto DO TNC BRASIL**

- Alto percentual 10,3 % (R$ 1.701.400,00) para gerenciamento do Projeto;
- Liberação da segunda parcela de recursos anteriormente a aprovação da prestação de contas da primeira parcela.
- Não realização de Visita de Acompanhamento para liberação da segunda parcela;
- Não apresentação da relação das notas fiscais analisadas;
- Comprovação de recibos e notas fiscais realizadas por amostragem.
- Não apresentação de Relatório de Desempenho e consequentemente não apresentação da prestação de contas da quinta parcela nos valore de R$ 4.367.352,24.
- R$ 8.936.936,50, de um total de R$ 15.656.571,03 de recursos que foram repassados para o beneficiário, ou seja, cerca de 57% foram gastos com consultoria/prestação de serviços (R$ 2.842.114,50), alocação de pessoal (4.348.449,00) e gestão do projeto (1.746.400,00).

**Lote 03**

**Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM**

**CNPJ: 00.627.727/0001 -89**

Número da Operação:2.195.002/0001

Valor da Colaboração Financeira: R$ 24.939.200,37

Prazo de execução: – 60 meses. O contrato foi assinado em 14/02/2012

O contrato foi prorrogado até 14/05/2017. Costa informação no Terceiro Relatório de Acompanhamento de que a previsão de conclusão contratual era de 13/07/2018, embora o relatório seja de 21/08/2018. Não consta na documentação enviada nenhum instrumento prorrogando o prazo.

**Objetivo do Projeto**

Apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no Oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

A operação em tela será desenvolvida por meio de dois subprojetos principais:
• Subprojeto 1: Desenvolvimento e implantação de modelo de produção sustentável em pequenas propriedades rurais localizadas em 3 assentamentos em municípios no oeste do Pará, incluindo atividades de sistematização e disseminação da experiência.
• Subprojeto 2: Pagamento pelo desmatamento evitado para 350 famílias do entorno da BR-230 - Rodovia Transamazônica, bem como a realização de etapas preparatórias para a regularização fundiária e ambiental destas propriedades familiares.

**Quadro de Uso e Fontes**

*(valores em R$)*

| PRODUTOS E SERVIÇOS | | USOS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | TI | Obras e Instalações | Serviços Técnicos | Capacitação | Equipamentos e Materiais | Total |
| **1** | **Subprojeto 1** | | **572.439** | **7.807.865** | **1.538.620** | **5.515.802** | **15.434.726** |
| 1.1 | Reestruturação de cadeias de governança compartilhada (cogestão) | | | 34.800 | 320.560 | | 355.360 |
| 1.2 | Melhoria de práticas de produção agropecuária | | | 6.513.839 | 80.000 | 4.864.933 | 11.458.772 |
| 1.3 | Manejo florestal comunitário | | 194.139 | 604.439 | 308.710 | 453.244 | 1.560.532 |
| 1.4 | Melhoria na comercialização dos produtos | | 378.300 | 184.200 | 200.000 | | 762.500 |
| 1.5 | Disseminação de conhecimento por meio de redes de assentamentos | | | 292.468 | 629.350 | 197.625 | 1.119.443 |
| 1.6 | Avaliação de efetividade | | | 178.119 | | | 178.119 |
| **2** | **Subprojeto 2** | **137.000** | | **3.758.162** | | | **3.895.162** |
| 2.1 | Georreferenciamento das propriedades | | | 437.500 | | | 437.500 |
| 2.2 | Atualização dos planos de uso das unidades de produção familiar e elaboração de acordos comunitários | | | 94.500 | | | 94.500 |
| 2.3 | Pagamento e controle das transações financeiras aos agricultores | | | 2.812.522 | | | 2.812.522 |
| 2.4 | Monitoramento do Desmatamento | 137.000 | | 413.640 | | | 550.640 |
| **3** | **Gestão Geral do Projeto** | | **480.000** | **5.438.306** | | **234.000** | **6.152.306** |
| 3.1 | Coordenação do Projeto | | 480.000 | 2.251.493 | | 234.000 | 2.965.493 |
| 3.2 | Administração do Projeto | | | 3.186.813 | | | 3.186.813 |
| **TOTAL GERAL** | | **137.000** | **1.052.439** | **17.004.333** | **1.538.620** | **5.749.802** | **25.482.194** |

| FONTES | TOTAL |
|---|---|
| BNDES | 24.939.200 |
| RECURSOS PRÓPRIOS (IPAM) | 542.994 |
| TOTAL | 25.482.194 |

O GAn propõe a criação de três subcréditos, como forma de minimizar o risco de que o atraso na implementação de alguma das ações previstas impeça o andamento das demais. Em particular, houve a preocupação de evitar a interrupção no pagamento por serviços ambientais. Desta forma, a liberação das parcelas dependerá da comprovação apenas dos gastos relativos ao seu respectivo sobredito, conforme estabelecido na minuta do contrato da operação.
Subcrédito A: destinado ao pagamento das equipes fixas do projeto (técnicas, de campo e de gestão do projeto), às atividades preparatórias à implantação das atividades produtivas, como capacitação das equipes técnicas e assentados e disseminação das experiências adquiridas, à

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

compra de equipamentos de informática para o georreferenciamento e aos demais custos das ações gerais de gestão do projeto, como manutenção dos escritórios base, consultoria jurídica e auditoria contábil. **Valor: até R$ 18.219.995,95.**
Subcrédito B: destinado às compras de equipamentos e materiais e à contratação de serviços destinados à implementação das atividades produtivas. **Valor: até R$ 4.360.682,37.**
Subcrédito C: destinado ao pagamento dos serviços ambientais, descritos na Ação 2.3. Valor: **até R$ 2.358.522,05.**

**Descrição das Ações do Projeto**
**Subprojeto 1: Desenvolvimento e implantação de modelo de produção sustentável em pequenas propriedades rurais localizadas em 3 assentamentos em municípios no oeste do Pará, incluindo atividades de sistematização e disseminação da experiência.**
**Ação 1.1: Reestruturação das cadeias de governança compartilhada (cogestão)**
Esta ação pretende a participação dos representantes dos assentamentos na gestão local dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, que são as instâncias locais de decisões de uso da terra e dos recursos naturais, envolvendo as instituições que regulam seu uso (órgãos dos governos municipais, estaduais e federais) e os interessados no seu uso (entidades da sociedade civil e setor produtivo).
Os custos previstos para as atividades são: R$ 5 mil relativos a diárias para os agentes de mobilização locais que farão a sensibilização junto aos assentados; R$ 328 mil para custos de transporte, hospedagem e alimentação; R$ 22 mil para equipamentos de escritório a serem doados para as associações representativas dos 3 assentamentos.
**Valor total da ação: R$ 355 mil**

**Ação 1.2: Melhoria de práticas de produção agropecuária**
A melhoria das práticas agropecuárias tem como objetivo suprir a necessidade de apoio técnico e conhecimento das comunidades dos assentamentos para a adoção de práticas agropecuárias mais sustentáveis em substituição às práticas de corte e queima e à pecuária extensiva.
Os principais custos previstos para as atividades são: R$ 6,08 milhões relativos ao pagamento de salários para à equipe técnica do projeto; R$ 432 mil para pagamento dos bolsistas; R$ 80 mil para capacitação de técnicos; R$ 1,33 milhão para aluguel de implementos agrícolas; R$ 2,00 milhões para compra de equipamentos e materiais; e de R$ 1,53 milhão para compra e manutenção dos veículos destinados ao deslocamento dos técnicos durante os cinco anos das atividades.
**Valor total da ação: R$ 11 15 milhões**

**Ação 1.3: Manejo Florestal Comunitário**
O objetivo desta ação é desenvolver e implementar estratégias de desenvolvimento sustentável dos recursos florestais por meio do manejo comunitário e de pequena escala, agregando valor aos produtos florestais, servindo como forma de aumento de renda obtida pelas famílias envolvidas e como alternativa à exploração predatória de madeira.
Os principais custos previstos para as atividades são: R$ 194 mil para construção de sete viveiros comunitários; R$ 368 mil para ferramentas e equipamentos; R$ 144 mil para estrutura de secagem e armazenamento; R$ 420 mil para contratação de engenheiro florestal;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

R$ 160 mil de consultoria para capacitação e elaboração do plano; R$ 367 mil para transporte, alimentação e hospedagem de técnicos e assentados.
**Valor total da ação: R$ 1,56 milhão**

**Ação 1.4: Melhoria na comercialização de produtos**
O objetivo principal desta ação é a agregação de valor para a produção familiar. Para tanto, buscar-se-á o aumento da capacidade gerencial e técnica por meio do fortalecimento da organização entre os produtores, respeitando as alianças locais já existentes e motivando o seu envolvimento e participação coletiva nas tomadas de decisão relacionadas à gestão das atividades produtivas.
Os principais custos previstos para as atividades são: R$ 200 mil em curso de capacitação em gestão; R$ 184 mil de serviços técnicos para apoio na elaboração dos planos de negócio; R$ 378 mil de equipamentos destinados aos projetos comunitários.
**Valor total da ação: R$ 762 mil**

**Ação 1.5: Disseminação de conhecimento por meio de redes de assentamentos**
Espera-se com esta ação a disseminação dos conhecimentos, tecnologias e sistemas de produção e manejo entre os assentamentos apoiados pelo projeto. As experiências obtidas a partir destes assentamentos serão utilizadas também corno experiências demonstrativas para outros assentamentos e produtores familiares da Amazônia.
Os principais custos previstos para as atividades são: R$ 292 mil para supervisor de comunicação (dos quais R$ 219 mil via contrapartida do IPAM); R$ 696 mil para os custos de viagens e estadia (dos quais R$ 50 mil via contrapartida do IPAM); R$ 10 mil para palestrantes; R$ 120 mil para edição e impressão de material gráfico e para produção de vídeo.
**Valor total da ação: R$ 1,12 milhão**

**Ação 1.6: Avaliação da efetividade e progresso das ações do projeto**
O IPAM aplicará metodologia da Embrapa (Matriz de Indicadores de Sustentabilidade) para avaliação de efetividade das ações implementadas no projeto. Para tanto, irá contar no primeiro ano com ajuda de consultoria especializada para definição dos indicadores de avaliação socioeconômica das famílias contempladas nos Subprojetos 1 e 2. A partir do segundo ano, a equipe técnica do IPAM irá realizar aplicação anual dos questionários abrangendo 50% das famílias contempladas.
Os principais custos previstos para as atividades são: R$ 16 mil para consultoria de desenvolvimento e aplicação do índice de sustentabilidade; R$ 162 mil para custos de transporte, hospedagem e alimentação.
**Valor total da ação: R$ 178 mil**

**Subprojeto 2: Pagamento pelo Desmatamento Evitado para 350 famílias do Entorno da BR-230 - Rodovia Transamazônica**
**Ação 2.1: Georreferenciamento das propriedades**
O principal foco desta ação é a geração de base de dados para pagamento pelos serviços ambientais. Além disso, servirá também como preparação inicial da documentação para regularização, no nível de propriedade, para cada uma das 350 famílias selecionadas do pólo do Proambiente, da região da BR-230 - Rodovia Transamazônica.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Os principais custos previstos para as atividades são: R$ 437 mil para os serviços de georreferenciamento, marcação de pontos e geração dos documentos das propriedades.
**Valor total da ação: R$ 437 mil**

**Ação 2.2: Atualização dos planos de uso (PU) das unidades de produção familiar e elaboração de acordos comunitários**
Nesta ação, os técnicos contratados para o projeto ajudarão na elaboração de Planos de Uso (PU), identificando os interesses de produção de cada família e usando-os para propor uma solução que atenda à vocação da terra, às práticas sustentáveis apoiadas pelo projeto e o potencial dos grupos comunitários, ou seja, aquelas atividades que permitem atingir um maior impacto em termos de escala e abrangência. Mapas de aptidão de uso do solo que estão sendo gerados pelo IPAM para a região da Transamazônica poderão orientar melhor esta etapa do projeto,
**Valor total da ação: R$ 94 mil**

**Ação 2.3: Pagamento por serviços ambientais aos agricultores**
O conceito de Pagamento por Serviços Ambientais, ou PSA, constitui-se em um mecanismo de remuneração aos esforços de conservação do meio ambiente, que tragam benefícios como segurança alimentar, conservação da biodiversidade, formação dos solos, regulação climática, proteção dos recursos hídricos, etc. Sua estratégia principal é criar um incentivo econômico àqueles que conservam a floresta, de forma que os benefícios gerados compensem os valores pagos.
Os principais custos previstos para as atividades são: até R$ 454 mil de serviços para modelagem do mecanismo participativo, preparação dos contratos e acompanhamento da execução dos pagamentos a serem realizados pelo próprio IPAM ou instituição terceira; e R$ 2,36 milhões de pagamento por serviços ambientais às famílias.
**Valor total da ação: R$ 2,81 milhões**

**Ação 2.4: Monitoramento do desmatamento**
O objetivo deste serviço é acompanhar as áreas de cobertura florestal abrangidas pelo projeto durante os cinco anos de sua execução. Além disso, seus dados servirão para avaliar o cumprimento dos 350 Planos de Uso (PU) das unidades de produção familiar cadastradas no projeto.
**Valor total da ação: R$ 551 mil**

**Ações Gerais de Gestão do Projeto:**
**Ação 3.1: Coordenação geral do projeto**
Os principais custos previstos para as atividades são: R$ 480 mil para a manutenção de escritórios regionais; R$ 2,25 milhões para a equipe de coordenação geral do projeto; R$ 234 mil para despesas de viagem.
Contempla o núcleo de inteligência e integração das diversas ações para alcance dos objetivos propostos pelo projeto.
**Valor total da ação: R$ 2,97 milhões**

**Ação 3.2: Gestão administrativa do projeto**
Esta ação contempla as rotinas administrativas, que darão suporte ao projeto geral no seu dia a dia. Inclui também a auditoria contábil externa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Os principais custos previstos para as atividades são: R$ 2,84 milhões para a equipe financeira e de compras (sendo R$ 17 mil via contrapartida do IPAM); R$ 200 mil para assessoria jurídica; R$ 150 mil para auditoria externa.
**Valor total da ação: R$ 3, 19 milhões**

Percebe-se que o custo da gestão do projeto no valor de R$ 6.152.306,00 corresponde a cerca de 24% do valor do projeto que é de R$ 25.482.194,00 é muito superior (mais que o dobro) ao valor dos recursos que serão repassados por pagamento por serviços ambientais aos agricultores que é de R$ 2.810.00,00.

O quadro abaixo resume o plano de investimentos do Projeto

| **Discriminação** | **Valor** |
|---|---|
| Tecnologia da Informação | 137.000,00 |
| Serviços Técnicos | 14.645.810,74 |
| Obras Civis e Instalações | 1.052.438,70 |
| Capacitação de RH | 1.538.619,99 |
| Equipamentos e Materiais | 5.749.801,55 |
| Repasse aos agricultores | 2.358.522,05 |
| **Total** | **25.482.193,03** |

Percebe-se que o item serviços técnicos representa 57% do valor do projeto.

**Liberações Financeiras**

| **Data da solicitação** | **Valor Solicitado** | **Data da Liberação** | **Valor Liberado** |
|---|---|---|---|
| 30/08/2012 | 4.491.898,55 | 18/09/2012 | 4.491.898,55 |
| 25/10/2013 | 3.963.198,92 | 25/11/2013 | 3.963.198,92 |
| | | 10/01/2014 | 588.000,00 |
| 30/09/2014 | 3.435.246,68 | 09/10/2014 | 3.435.246,68 |
| 14/11/2014 | 5.622.126,35 | 19/06/2015 | 5.622.126,35 |
| 01/07/2015 | 636.039,60 | 23/09/2015 | 635.311,03 |
| 12/05/2016 | 4.854.484,86 | 14/10/2016 | 3.993.612,62 |
| 12/08/2016 | 637.753,20 | 22/12/2016 | 626.677,58 |
| **Total** | **23.640.748,16** | | **23.356.071,73** |

01/10/2014 a 31/08/2015  01/02/2012 a 30/09/2014

**Primeira Informação Padronizada**
Data – 14/08/2012
Após a contratação da operação, o IPAM informou ao BNDES que revisou o Projeto devido a alguns novos fatos, posteriores à assinatura do Contrato com o BNDES, que levaram à necessidade do remanejamento do orçamento originalmente previsto.

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data – 25/09/2013
Valor Liberado – R$ 4.491.898,55

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Período de acompanhamento - 02/2012 a 08/2013.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.

**Primeira Nota de Acompanhamento –**
Data: 06/05/2014
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento da operação "Assentamentos Sustentáveis na Amazônia" do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, que tem como finalidade apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento.
Período de acompanhamento – 01/02/2012 a 31/08/2013.
Valor Liberado – R$ 8.455.097,47
A prestação de contas apresentada pelo IPAM apresenta uma quantidade expressiva de itens de despesa, quase 14.000, especialmente por conta do pagamento da folha da equipe do projeto, que, entre permanentes e temporários, envolve cerca de 74 pessoas.
Como método de amostragem para verificação dos pagamentos, considerou-se como significativo pelo menos 80% do total despendido no período. Considerando-se este percentual, foram selecionadas as despesas de maior valor até que se atingisse 70% do valor total despendido no período e as demais por sorteio utilizando função própria do programa Microsoft Excel.
Dados os pontos apresentados na carta ao IPAM (Anexo li), o Grupo de Acompanhamento do BNDES considerou insuficientes as informações prestadas pelo
IPAM em seu Relatório de Desempenho n° 1.
Após o recebimento do Relatório de Desempenho com os esclarecimentos solicitados pelo GAc, será elaborado Relatório de Acompanhamento conclusivo sobre o período correspondente.
Percebe-se que a segunda parcela de recursos no valor de R$ 3.963.198,92 foi liberada sem a aprovação da primeira parcela de recursos liberada no valor de R$ 4.491.198,92 e sem a ocorrência de visitas de acompanhamento no projeto.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data – 14/11/2014
Período de acompanhamento - 10/2013 a 09/2014
Valor Liberado - 4.551.198,92
Não foram disponibilizados os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Segunda Nota de Acompanhamento**
Data: 18/06/2015
A presente nota destina-se a registrar a averiguação das condições de utilização para liberação da quinta parcela do projeto "Assentamentos Sustentáveis na Amazônia", que tem como finalidade apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento.
Valor Liberado - R$ R$ 12.478.243,47
Diante do exposto, o GAc considera que o IPAM está apto a receber a 05° parcela de recursos (03ª do Subcrédito A), no valor de R$ 5.622.126,35, para a continuidade da execução do projeto.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.
Percebe-se que não foi emitido nenhum documento pelo BNDES aprovando a prestação de contas das parcelas anteriormente liberadas, assim como não foi realizada nenhuma visita de acompanhamento

**Terceira Nota de Acompanhamento**
Data – 21/08/2015
A presente nota destina-se a registrar a averiguação das condições de utilização para liberação da sexta a parcela do projeto "Assentamentos Sustentáveis na Amazônia", no valor de R$ 636.039,60que tem como finalidade apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária {Incra) no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento pelos serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento.
Diante do exposto, o GAc considera que o IPAM está apto a receber a 06ª parcela de recursos (02ª do Subcrédito C), no valor de R$ 636.039,60, para a continuidade da execução das atividades previstas.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.
Percebe-se que não foi emitido nenhum documento pelo BNDES aprovando a prestação de contas das parcelas anteriormente liberadas, assim como não foi realizada nenhuma visita de acompanhamento.
Registre-se que a Terceira Nota de Acompanhamento que aprovou a liberação da sexta parcela foi emitida antes da emissão do Terceiro relatório de Desempenho que tinha como objeto prestar conta da quarta e da quinta parcelas.

**Terceiro Relatório de Desempenho**
Data – 25/10/2015
Período de acompanhamento - 10/2014 a 08/2015
Valor Liberado – R$ 9.057.373,03
Não foram disponibilizados os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Segunda Informação Padronizada**
Data – 27/10/2015
Autorizar a alteração do Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 11.2.1175.1, celebrado em 14.02.2012 entre o BNDES e o IPAM • Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, com vistas a excluir o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, que determina a movimentação bancária a partir de conta corrente aberta no BNDES, bem como para modificar a conta corrente específica do projeto constante do Parágrafo Segundo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

da Cláusula Segunda do Contrato, nos termos das considerações e da minuta de aditivo anexas.

**Primeiro Relatório de Acompanhamento**
Data – 14/12/2015
Período de Acompanhamento – 01/02/2012 a 30/09/2014
Valor verificado - R$ 9.043.097,47
Visita de Acompanhamento - O GAc esteve na região próxima a Altamira/PA, em agosto de 2014, onde estão localizados parte dos assentamentos apoiados pelo projeto. Lá, pode-se tomar contato direto com agricultores e lideranças locais e ver alguns resultados parciais alcançados até então.
A prestação de contas apresentada pelo IPAM contém uma quantidade expressiva de itens de despesa, aproximadamente 13.000 itens nos dois períodos acompanhados. Esse montante é devido especialmente por conta do pagamento da folha da equipe do projeto, que envolve atualmente quase 80 pessoas, entre permanentes e temporários, além de outros 350 beneficiários dos pagamentos pelos serviços ambientais.
Como método de amostragem para verificação dos pagamentos, considerou-se como significativo pelo menos 80% do total despendido no período. Considerando-se este percentual, foram selecionadas as despesas de maior valor até que se atingisse 70% do valor total despendido no período e as demais por sorteio utilizando função própria do programa Microsoft Excel.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.
Não foi explicitado o que foi verificado na visita de acompanhamento e também não explicitado os dias da visita.

**Terceira Informação Padronizada**
Data – 08/09/2016
Face ao exposto, propõe-se a aprovação do Quadro de Usos e Fontes relativo ao Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável 112 11.2.1175.1, conforme proposto no item 3 desta IP, por meio do remanejamento de recursos das rubricas 2.3 e 2.5 para as rubricas 2.10 e 3.2 do Subcrédito A, sem alteração contratual. Além disto, propõe-se que as rubricas 2.3 e 2.5 sejam vedadas a novos remanejamentos que impliquem na redução de seus valores, tendo em vista que contemplam atividades importantes para a transferência de conhecimentos para as populações beneficiadas pelo projeto.

**Quarta Nota de Acompanhamento**
Data – 13/10/2016
A presente nota destina-se a registrar o cumprimento das condições previas para liberação de recursos da 7ª parcela para o projeto "Assentamentos Sustentáveis na
Amazônia", no valor de R$ 4.854.484,86, que tem como finalidade apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e o pagamento por serviços ambientais para famílias compromissadas com a redução do desmatamento.
O GAc solicitou ao IPAM a prestação de contas relativa ao terceiro ano do projeto, condicionando a liberação de recursos à aprovação desta prestação. Em consequência da demora por parte do IPAM na entrega de toda a documentação relativa à prestação de contas,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

não foi possível realizar esta liberação antes que se esgotassem os recursos disponíveis na conta do projeto. Em função disto, o lPAM utilizou o valor de R$ 801.179,00 dos rendimentos acumulados das aplicações financeiras realizadas desde o início do projeto, sem autorização expressa do BNDES, para pagamento das despesas decorrentes das atividades que não podiam ser interrompidas, em especial, o pagamento da equipe dedicada ao projeto.
Conforme RAc AMA/DEFAM 28/2015, até o momento, o GAc somente havia autorizado, em 22.01.2015, o uso de parte dos rendimentos, no valor de R$
122.398,00, para pagamento de reposições salariais. Entretanto, até 31.08.2016, o IPAM já havia utilizado um total de R$ 923.577,00 relativos a rendimentos das aplicações financeiras, restando apenas um saldo disponível de R$ 19.466,50.
Levando-se em conta que, do total de rendimentos utilizados, R$ 801.179,00 foram destinados ao pagamento de atividades incluídas no Plano de Aplicação de Recursos - PAR desta 7ª liberação, o GAc propõe que este valor seja descontado do montante de R$ 4.854.485,00 solicitados pelo beneficiário, reduzindo-se, portanto, o valor a liberar para R$ 4.053.306,00.
O IPAM enviou relatório de desempenho, relação de pagamentos efetuados e extratos bancários relativos ao Ano IlI do projeto (período de julho de 2014 a junho de 2015). O GAc selecionou uma amostra corresponde a 31 % do valor total da prestação de contas e solicitou notas fiscais, recibos, comprovantes de pagamento e outros documentos comprobatórios para verificação. Não foram identificados desvios na utilização dos recursos anteriormente liberados e o RAC referente a este acompanhamento encontra-se em elaboração.
Diante do exposto, o GAc considera que o IPAM está apto a receber a 7ª parcela de recursos para dar continuidade à execução do projeto e propõe a liberação de crédito no valor de R$ R$ 4.053 .306,00 (quatro milhões, cinquenta e três mil, trezentos e seis reais).
Utilização dos rendimentos da aplicação financeira sem a aprovação da equipe do BNDES
Observa-se um percentual baixo na amostra dos pagamentos verificados pela equipe do BNDES, cerca de 31% do total.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES, assim como não foi realizada nenhuma visita de acompanhamento.

**Quarto Relatório de Desempenho**
Data – 11/11/2016
Período de acompanhamento - 09/2015 a 08/2016
Valor Liberado – R$ 635.311,03
Não foram disponibilizados os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos

**Quinta Nota de Acompanhamento**
Data – 22/12/2016
A presente nota destina-se a registrar o cumprimento das condições previas para liberação de recursos da 8° parcela para o projeto "Assentamentos Sustentáveis na
Amazônia", no valor de R$ 637.753,20 sendo a 3ª. para o subcrédito C. O projeto tem como finalidade apoiar, em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e o pagamento por serviços ambientais (PSA) para famílias compromissadas com a redução do desmatamento.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Diante do exposto, o GAc considera que o IPAM está apto a receber a 8ª parcela de recursos para dar continuidade à execução do projeto e propõe a liberação de crédito no valor de R$ 637.753,20 (seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos)
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES, assim como não foi realizada nenhuma visita de acompanhamento.
A parcela de R$ 637.753,20 foi liberada antes da aprovação da parcela de R$ 3.993.612,62.

**Quarta Informação Padronizada**
Data – 06/02/2017
Nos termos das considerações em anexo, propõe-se prorrogar, por três meses, a partir de 14.02.2017, o prazo de utilização dos recursos que consta no item li da Cláusula Quarta do Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 11.2.1175.1, passando a se encerrar em 14.05.2017.

**Quinta Informação Padronizada**
Data – 17/04/2017
Autorizar, nos termos das considerações, anexas, remanejamento entre rubricas do Quadro de Usos e Fontes relativo ao Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável n° 11.2.1175.1, celebrado em 14.02.2012 entre o BNDES e o Instituto de Pesquisa das Amazônia - IPAM

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
Data – 30/05/2018
Período de Referência – 01/10/2014 a 31/08/2015
Valor Verificado – R$ 5.409.480,42
Visita de Acompanhamento - Não houve visita de acompanhamento
O GAc realizou a verificação dos pagamentos por amostragem e selecionou 615 pagamentos, que perfazem um total de R$ 2.259.713 ou 42% do valor total dos pagamentos no período. Nesta amostra, levando-se em conta as rubricas de valores mais significativos, foram verificados 91 % do valor da rubrica compra de insumos agrícolas; 28% da rubrica manutenção, seguro e combustível, 60 % da rubrica gerentes locais do projeto, 30% do pagamento por serviços ambientais e 54% da rubrica técnicos agropecuários.
O processo de prestação de contas do IPAM, embora venha passando por reformulações, ainda é bastante confuso e moroso. O atual diretor financeiro informou que a equipe vem trabalhando para aperfeiçoar este processo.
O Grupo de Acompanhamento avalia que o IPAM vem executando o projeto conforme o previsto. Em relação à prestação de contas, o tempo de resposta continuar maior do que o esperado, mas a instituição vem implantando melhorias no processo, de modo a torna-lo mais célere.
Observa-se que o relatório de acompanhamento que verificou a prestação de contas do período de 01/10/2014 a 31/08/2015só foi editado em 30/05/2028, ou seja, cerca de 36 meses após ter finalizado o período de prestação de contas.
Observa-se um percentual baixo na amostra dos pagamentos verificados pela equipe do BNDES, cerca de 42% do total.

**Terceiro Relatório de Acompanhamento**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Data – 21/08/2018
Período de Referência – 01/09/2015 a 31.08/2016
Consta informação de que a data de previsão de conclusão contratual é 13/07/2018, no entanto não foi disponibilizado nenhum instrumento prorrogando o prazo
Valor Verificado – R$ 6.543.441,90
Visita de Acompanhamento - Não houve visita de acompanhamento
O GAc realizou a verificação dos pagamentos por amostragem e selecionou 289pagamentos, incluindo os valores mais significativos e alguns aleatórios, que perfazem um total de R$ 5.285.124,65 ou 81 % do valor total dos pagamentos no período. Nesta amostra, levando-se em conta as rubricas de valores mais significativos, foram verificados 89% do valor da rubrica compra de insumos agrícolas; 62% da rubrica manutenção, seguro e combustível, 60% da rubrica gerentes locais do projeto, 79% do pagamento por serviços ambientais e 58% da rubrica técnicos agropecuários.
Observa-se que o relatório de acompanhamento que verificou a prestação de contas do período de – 01/09/2015 a 31.08/2016 só foi editado em 21/08/2028, ou seja, cerca de 24 meses após ter finalizado o período de prestação de contas.

**Fragilidades Identificadas no Projeto IPAM**

- Não disponibilização do instrumento que prorrogou a vigência do contrato, após sua vigência ter sido prorrogada para 14/05/2017. Costa informação no Terceiro Relatório de Acompanhamento de que a previsão de conclusão contratual era de 13/07/2018, embora o relatório seja de 21/08/2018.
- Custo da gestão do projeto muito elevado no valor de **R$ 6.152.306,00** corresponde a cerca de 24% do valor total do projeto que é de **R$ 25.482.194,00**. É muito superior (mais que o dobro) ao valor dos recursos que serão repassados por pagamento por serviços ambientais aos agricultores que é de **R$ 2.810.00,00** e também muito superior ao valor destinado às compras de equipamentos e materiais e à contratação de serviços destinados à implementação das atividades produtivas que é de **R$ 4.360.682,37.**
- O item de custo serviços técnicos representa 57% do valor do projeto, ou seja, **R$ 14.645.810,74.**
- Não disponibilização nos relatórios de Desempenho dos anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.
- Não disponibilização da relação de pagamentos e muito menos a relação de notas fiscais analisadas pela equipe do BNDES.
- Liberação da segunda parcela de recursos no valor de R$ 3.963.198,92 sem a aprovação da primeira parcela de recursos liberada no valor de R$ 4.491.198,92 e sem a ocorrência de visitas de acompanhamento no projeto.
- Não disponibilização de nenhum documento emitido pelo pelo BNDES aprovando a liberação da terceira e quarta parcelas de recursos. Deduz-se que não foi realizada nenhuma visita de acompanhamento e também não houve a verificação das prestações de contas da segunda e terceira parcelas para liberação da quarta parcela.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- Emissão da Terceira Nota de Acompanhamento que aprovou a liberação da sexta parcela antes da emissão do Terceiro relatório de Desempenho que tinha como objeto aprovar a prestação de contas da quarta e da quinta parcelas.
- Utilização dos rendimentos da aplicação financeira sem a anuência e aprovação da equipe do BNDES.
- Baixo percentual verificado pela equipe do BNDES na amostra dos pagamentos verificados pela equipe do BNDES (31% do total na Quarta Nota de Acompanhamento **e** de 42% do total no Segundo Relatório de Acompanhamento).
- Não disponibilização de Relatórios de Desempenho emitido pela Beneficiária Ausência de prestação de contas da beneficiária após agosto de 2016, ou seja, não houve apresentação da prestação de contas da penúltima parcela no valor de R$ 3.993.612,62 e da última parcela no valor de R$ 626.677,58.
- Não disponibilização de nenhum documento emitido pelo BNDES referente a análise de prestação de contas após agosto de 2016, e também não identificação de nenhum documento emitido pelo BNDES cobrando a disponibilização das prestações de contas não identificadas.

**Lote 03**
**Governo do Estado do Acre**

Número da Operação: 2.286.072/0001
Valor da Colaboração Financeira: R$ 60.000.000,00
Prazo de execução: 36 meses a contar da assinatura do contrato, que foi assinado em 19/11/2010
Prazo de Utilização: 30 meses

Objetivo do Projeto: Apoiar a política pública de valorização do ativo ambiental e florestal do Estado do Acre por meio de: (i) fortalecimento da gestão territorial integrada; {ii) fomento às cadeias produtivas florestais e agroflorestais; e (iii) incentivo técnico e financeiro aos serviços ambientais.

Exposição do BNDES perante a Postulante: O Estado do Acre possui relacionamento anterior com o BNDES, representado pelas operações ativas em 11/10/ 2010, com saldo devedor total de cerca de R$ 735 milhões. Nesta data havia contratos ativos do BNDES com o estado do ACRE que totalizavam R$ 1.019.394.000,00.

**Quadro de Uso e Fontes**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

(Valores em R$ mil)

| AÇÃO | | USOS | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | TI | Serviço Técnico | Capacitação | Equip., Materiais | Infraestrut. física | Pagamento de bônus | Total |
| 1.1 | Gestão Territorial Integrada | 15.159,32 | 8.315,82 | 565,00 | 5.498,86 | 2.630,00 | 0,00 | 32.169,00 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| 2.1 | Fomento às Cadeias Produtivas Agroflorestais e Florestais | 100,00 | 13.457,00 | 0,00 | 12.040,00 | 530,00 | 0,00 | 26.127,00 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| 2.2 | Incentivo aos Serviços Ambientais | 32,11 | 1.204,61 | 300,00 | 1.816,78 | 1.512,00 | 3.538,50 | 8.404,00 |
| | **Total Geral** | **15.291,43** | **22.977,44** | **865,00** | **19.355,64** | **4.672,00** | **3.538,50** | **66.700,00** |

Uso Exclusivo da CGU
Ofício Nº 2680/2019/CGF

O projeto está estruturado em dois componentes:
i) Gestão Territorial Integrada; e
ii) Fomento e Incentivos às Cadeias Produtivas Agroflorestais e Florestais e Serviços ambientais.

Estes componentes serão implementados através de três subprojetos:
• fortalecimento institucional para a gestão territorial integrada;
• redução do desmatamento através do fomento às cadeias produtivas agroflorestais e florestais; e
• incentivos aos serviços ambientais.

**Componente 1: Gestão Territorial Integrada**
**Subprojeto 1.1: Fortalecimento Institucional para Gestão Territorial Integrada**
**Valor total do Componente 1/ Subprojeto 1.1: R$ 32.169.000,00**

**Ação 1.1.1: Modernização da Unidade Central de Georreferenciamento e Sensoriamento Remoto (UCGEO)**
**Valor total da ação: R$ 15.000.000,00**
Compõem os custos desta ação os seguintes itens: R$ 13.935.000 de Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática; R$ 685.000 de Serviços Técnicos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Especializados; R$ 100.000 de Capacitação de Pessoal; R$ 150.000 de Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio; R$ 130.000 de Infraestrutura física.

**Ação 1.1.2: Fortalecimento do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)**
**Valor total da ação: R$ 5.500.000,00**
Os custos previstos para esta ação são: R$ 500.800 de Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática; R$ 240.000 de Serviços Técnicos Especializados; R$ 200.000 de Capacitação de Pessoal; R$ 2.059.200 de Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio; R$ 2.500.000 de Infraestrutura física.

**Ação 1.1.3: Fortalecer a Secretaria Estadual de Florestas para a Gestão Florestal do estado do Acre**
**Valor total da ação: R$ 2.750.000,00**
Os custos previstos para esta ação são: R$ 281.320 de Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática; R$ 2.400.820 de Serviços Técnicos Especializados; R$ 40.000 de Capacitação de Pessoal; R$ 27.860 de Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio.

**Ação 1.1.4: Elaboração de Planos de Prevenção de Desmatamento e Queimadas Municipais**
**Valor lotai da ação: R$ 8.919.000,00**
Os custos previstos para esta ação são: R$ 442.200 de Tecnologia da lnformação e Equipamentos de Informática; R$ 4.990.000 de Serviços Técnicos Especializados; RS 225.000 de Capacitação de Pessoal; R$ 3.261.800 de Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio.

**2.2.2. Componente 2: Fomento e Incentivos às Cadeias Produtivas Agroflorestais, Florestais e Serviços Ambientais**
**Subprojeto 2.1: Redução do Desmatamento através do Fomento às Cadeias Produtivas Agroflorestais e Florestais**
**Ação 2.1.1: Serviços da Rede de ATER para Fomento das Cadeias Produtivas e Redução do Desmatamento**
**Valor total da ação: R$ 9.017.000,00**
Os custos previstos para esta ação são: R$ 100.000 de Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática; R$ 7.657.000 de Serviços Técnicos Especializados; R$ 730.000 de Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio; R$ 530.000 de Infraestrutura física.

**Ação 2.1.2: Fomento para Implantação de Sistemas Agroflorestais e de Plano de Manejo de Uso Múltiplo de Florestas de Produção Certificada**
**Valor total da ação: R$ 17.110.000,00**
Os custos previstos para esta ação são: R$ 5.800.000 de Serviços Técnicos Especializados; R$ 11.310.000 de Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio.

**Valor total do Subprojeto 2.1: R$ 26.127.000,00**

**Subprojeto 2.2: Incentivos aos Serviços Ambientais**
**Valor total do Subprojeto 2.2: R$ 8.404.000,00**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Ação 2.2.1: Incentivos para Redução de Emissões por Desmatamento ( Florestas Ameaçadas)**
**Valor total da ação: R$ 2.160.000,00**
Os custos previstos para esta ação são: R$ 2.160.000 de Pagamento de Bônus e eventos.

**Ação 2.2.2: Incentivos a Conservação e Uso Sustentável da Floresta**
**Valor total da ação: R$ 3.488.500,00**
Os custos previstos para esta ação são: R$ 10.500 de Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática; R$ 300.000 de Capacitação de Pessoal; R$ 629.500 de Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio; R$ 1.170.000 de Infraestrutura física; R$ 1.378.500 de Pagamento de Bônus.

**Ação 2.2.3: Incentivos para Sequestro de Carbono via Reflorestamento**
**Valor total da ação: R$ 2.755.500,00**
Os custos previstos para esta ação são: R$ 21.610 de Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática; R$ 1.204.61 O de Serviços Técnicos Especializados; R$ 1.187.280 de Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio; R$ 342 .000 de Infraestrutura física.
**Valor total do Subprojeto 2.2: R$ 8.404.000,00**
**Valor total do Componente 2: R$ 34.531 .000,00**
**Valor total do Projeto: R$ 66. 700.000,00**
7.597.935,52

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Valor Solicitado | Data da Liberação | Valor Liberado |
|---|---|---|---|
| 29/09/2011 | 31.557.354,63 | 30/09/2011 | 31.557.354,63 |
| 10/12/2013 | 5.000.000,00 | 13/12/2013 | 5.000.000,00 |
| 07/10/2014 | 8.832.466,19 | 16/10/2014 | 8.832.466,19 |
| 14/10/2016 | 12.795.026,00 | 12/04/2017 | 7.597.935,52 |
| **Total** | **58.184.846,82** | | |

**Primeira Informação Padronizada - IP**
**Data – 27/09/2011**
**Assunto -** Alteração do Quadro de Usos e Fontes do projeto "Valorização do Ativo Ambiental Florestal do Estado do Acre", Operação 2.286.072/0001.
Em resumo, a principal alteração proposta resulta do estabelecimento de novas parcerias para financiamento da referida política pública. A disponibilização de imagens de satélite com alto grau de resolução, por conta de nova tecnologia adquirida e compartilhada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais - INPE, substituiu a necessidade de o Estado do Acre

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

adquirir os dois itens de maior custo do projeto, que se referem à Antena de recepção de imagens de satélites e ao Terminal de processamento dessas imagens e cujos valores previstos eram de R$ 7 milhões e de R$ 4 milhões, respectivamente.
Assim, o governo do Estado propôs realocar estes valores no projeto de forma a ampliar a escala e o alcance dos resultados, pelo· aumento do número de famílias apoiadas pelo Programa de Certificação das Unidades Produtivas do Estado do Acre, que incentiva os serviços ambientais por famílias de agricultores familiares, passando de 1.300 para 2.080 famílias o número total de famílias apoiadas pelo projeto. Este apoio permitirá às famílias o recebimento de assistência técnica, equipamentos e insumos para implantações de sistemas agroflorestais sustentáveis e recebimento pelos serviços ambientais prestados.
Além dessa alteração principal, também serão ampliados outros itens como:
• aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para fortalecimento das secretarias executaras do projeto;
• equipamentos e materiais de apoio às ações de campo.

**Alterações no Quadro de Usos e Fontes:**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

(Valores em R$ mil)

| AÇÃO | | USOS | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | TI | Serviço Técnico | Capacitação | Equip., Materiais | Infraestrut. física | Pagamento de bônus | Total |
| 1.1 | **Gestão Territorial Integrada** | **4.748,18** | **7.861,37** | **1.245,00** | **7.337,53** | **3.012,98** | **0,00** | **24.205,06** |
| 1.1.1 | *Modernização da Unidade Central Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - UCIGEO* | *3.260,00* | *1.010,00* | *300,00* | *300,00* | *130,00* | *0,00* | *5.000,00* |
| 1.1.2 | *Fortalecimento do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC* | *958,38* | *320,00* | *120,00* | *2.059,20* | *2.882,98* | *0,00* | *6.340,56* |
| 1.1.3 | *Fortalecimento da Secretaria Estadual de Florestas para Gestão Florestal do Estado do Acre* | *271,10* | *1.636,37* | *600,00* | *1.442,23* | *0,00* | *0,00* | *3.950,00* |
| 1.1.4 | *Elaboração de Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas Municipais* | *258,40* | *4.895,00* | *225,00* | *3.536,10* | *0,00* | *0,00* | *8.914,50* |
| 2.1 | **Fomento às Cadeias Produtivas Agroflorestais e Florestais** | **100,00** | **16.499,00** | **0,00** | **16.486,00** | **500,00** | **0,00** | **33.585,00** |
| 2.1.1 | *Serviços da Rede de ATER para Fomento das Cadeias Produtivas e Redução do Desmatamento* | *100,00* | *10.231,00* | *0,00* | *1.510,00* | *500,00* | *0,00* | *12.341,00* |
| 2.1.2 | *Fomento para Implantação de Sistemas Agroflorestais e de Plano de Manejo de Uso Múltiplo de Florestas de Produção Certificada* | *0,00* | *6.268,00* | *0,00* | *14.976,00* | *0,00* | *0,00* | *21.244,00* |
| 2.2 | **Incentivo aos Serviços Ambientais** | **45,20** | **802,14** | **400,00** | **1.992,27** | **961,84** | **4.708,50** | **8.909,95** |
| 2.2.1 | *Incentivos para Redução de Emissões por Desmatamento (Florestas Ameaçadas)* | *0,00* | *0,00* | *0,00* | *0,00* | *0,00* | *3.330,00* | *3.330,00* |
| 2.2.2 | *Incentivos a Conservação e Uso Sustentável da Floresta* | *10,50* | *0,00* | *400,00* | *806,01* | *340,00* | *1.378,50* | *2.935,01* |
| 2.2.3 | *Incentivos para Sequestro de Carbono via Reflorestamento* | *34,70* | *802,14* | *0,00* | *1.186,25* | *621,84* | *0,00* | *2.644,93* |
| | **TOTAL GERAL** | **4.893,38** | **25.162,51** | **1.645,00** | **25.815,79** | **4.474,81** | **4.708,50** | **66.700,00** |

| FONTES | TOTAL |
|---|---|
| BNDES | 60.000,00 |
| RECURSOS PRÓPRIOS | 6.700,00 |
| TOTAL | 67.700,00 |

Tendo em vista o exposto, o GAn propõe o acolhimento das alterações propostas, nos termos do novo Quadro de Usos e Fontes em anexo, pelo BNDES.

**Segunda Informação Padronizada - IP**
**Data – 06/03/20121**
**Assunto -** Alteração do Quadro de Usos e Fontes do projeto "Valorização do Ativo Ambiental Florestal do Estado do Acre", Operação 2.286.072/0001.
No final de 2011, foram fechados todos os escritórios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA do interior do Estado, sendo passada ao governo estadual a atribuição de licenciamento de planos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro, tanto das áreas estaduais como federais, a partir de 2012.
A fim de se adequar ao novo cenário e em alinhamento com a Política Pública de Valorização do Ativo Ambiental Florestal do Estado do Acre, de fortalecimento e modernização do

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

licenciamento, aumento da eficiência do monitoramento e fiscalização, por meio de dotação de infraestrutura da sede do IMAC e de todos seus núcleos regionais, solicita-se a ampliação do número de veículos caminhonetes 4x4 a serem adquiridos pelo projeto de cinco para dez, possível pela redução de itens de informática e equipamentos, como scanner, rádios portáteis e mobiliário destinados para o próprio Instituto.

**Alterações no Quadro de Usos e Fontes:**

(Valores em R$ mil)

| AÇÃO | | USOS | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | TI | Serviço Técnico | Capacitação | Equip., Materiais | Infraestrut. física | Pagamento de bônus | Total |
| 1.1 | Gestão Territorial Integrada | 4.748,18 | 7.861,37 | 1.245,00 | 7.337,53 | 3.012,98 | 0,00 | 24.205,06 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| 2.1 | Fomento às Cadeias Produtivas Agroflorestais e Florestais | 100,00 | 16.499,00 | 0,00 | 16.486,00 | 500,00 | 0,00 | 33.585,00 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| 2.2 | Incentivo aos Serviços Ambientais | 45,20 | 802,14 | 400,00 | 1.992,27 | 961,84 | 4.708,50 | 8.909,95 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | 4.893,38 | 25.162,51 | 1.645,00 | 25.815,79 | 4.474,81 | 4.708,50 | 66.700,00 |

| FONTES | TOTAL |
|---|---|
| BNDES | 60.000,00 |
| RECURSOS PRÓPRIOS | 6.700,00 |
| TOTAL | 67.700,00 |

Tendo em vista o exposto, o GAn propõe o acolhimento das alterações propostas, nos termos do novo Quadro de Usos e Fontes em anexo, pelo BNDES.

**Terceira Informação Padronizada – IP**
**Data –** 21/10/2013
**Assunto –** Prorrogação do prazo de utilização de recursos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Diante do exposto, propõe-se prorrogar o prazo de utilização dos recursos que consta no item lI da Cláusula Quarta do Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 10.2.1826.1, até 19/12/2014.

**Quarta Informação Padronizada – IP**
**Data –** 26/01/2015
**Assunto –** Prorrogação do prazo de utilização de recursos
Diante do exposto, propõe-se prorrogar o prazo de utilização dos recursos que consta no item II da Cláusula Quarta do Contrato de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 10.2.1826.1, até 19/12/2015.

**Quinta Informação Padronizada – IP**
**Data – 19/07/2017**
**Assunto –** Remanejamento de recursos da contrapartida
Em ofício encaminhado pelo beneficiário em 02/06/2017, juntamente com a Nota Técnica 112 001 /2017, foi solicitado remanejamento da contrapartida do estado no valor de R$ 167.299,44 conforme quadro abaixo. O objetivo é garantir recursos por mais quatro meses de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as famílias residentes nas ·florestas públicas beneficiárias do projeto, uma vez que os recursos previstos nesta ação pelo Fundo Amazônia (Fonte 200) foram totalmente utilizados.

| Usos | Descrição | Valor a ser remanejado | Valor a ser adicionado |
|---|---|---|---|
| 1.1.3 | Fortalecimento da Secretaria de Estado de Floresta | (R$ 73.304,51) | |
| 1.1.4. | Serviços para elaboração de PPDCQM | (R$ 93.994,93) | |
| 2.1.1 | Serviços de Rede ATER para fomento das cadeias produtivas e redução do desmatamento | | R$ 167.299,44 |
| **Total** | | **(R$ 167.299,44)** | **R$ 167.299,44** |

Diante do exposto e destacando que a solicitação não altera os objetivos das ações previstas no projeto, e ainda reforça o apoio às comunidades extrativistas, o GAc propõe aprovar o remanejamento proposto da contrapartida no valor de R$167.299,44 (cento e sessenta e sete mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos).

**Primeiro Relatório de Desempenho**
Data 31/08/2013
Período de acompanhamento - 19/11/2010 a 31/07/2013.
Não foi disponibilizado os anexos referenciados no relatório, como por exemplo a relação de Pagamentos.

**Cláusula Sexta**
II – Para utilização de cada parcela dos recursos
c) comprovação da aplicação, no projeto mencionado na Cláusula Primeira, dos recursos anteriormente utilizados;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Cláusula Nona**
O BNDES poderá suspender a liberação dos recursos nas seguintes hipóteses:
1 - não ficarem devidamente comprovadas, na forma estabelecida na alínea "c", do item lI da Cláusula Sexta, as despesas feitas com os recursos de cada parcela recebida;

**Primeira Nota de Acompanhamento**
**Data –** 20/09/2013
Esta nota relata o 1° acompanhamento realizado pelo grupo de acompanhamento (GAc) a respeito da operação 2286072.0001, do Governo do Estado do Acre.
A visita de acompanhamento foi realizada nos dias 2 a 6 de setembro de 2013. O Fundo Amazônia liberou até então - e até agora - R$ 31.557.354,63, em uma única parcela efetivada em 05/10/2011. O acompanhamento financeiro foi feito com base nos desembolsos realizados pelo Estado até julho de 2013, última informação então disponível, no total de **R$ 29.405.585, 73**, sendo **R$ 28.972.640,15** de recursos do **BNDES** e **R$ 433.945,58** referentes à **contrapartida do Estado**.

| USOS | REALIZADO (*) | A REALIZAR | TOTAL | % REALIZADO |
|---|---|---|---|---|
| Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática | 1.628.167,39 | 3.265.211,11 | 4.893.378,50 | 33% |
| Serviço Técnico Especializado | 15.147.624,38 | 10.014.890,53 | 25.162.514,91 | 60% |
| Capacitação de Recursos Humanos | 739.590,66 | 905.409,34 | 1.645.000,00 | 45% |
| Equipamentos, Materiais Operacionais e de Apoio | 10.941.383,47 | 14.874.409,45 | 25.815.792,92 | 42% |
| Infra-estrutura física | 753.819,83 | 3.720.993,84 | 4.474.813,67 | 17% |
| Pagamento de bônus | 195.000,00 | 4.513.500,00 | 4.708.500,00 | 4% |
| **TOTAL** | **29.405.585,73** | **37.294.414,27** | **66.700.000,00** | **44%** |

| FONTES | REALIZADO (*) | A REALIZAR | TOTAL | % REALIZADO |
|---|---|---|---|---|
| BNDES | 28.971.640,15 | 31.028.359,85 | 60.000.000,00 | 48% |
| RECURSOS PRÓPRIOS | 433.945,58 | 6.266.054,42 | 6.700.000,00 | 6% |
| **TOTAL** | **29.405.585,73** | **37.294.414,27** | **66.700.000,00** | **44%** |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| USOS | | REALIZADO (*) | A REALIZAR | TOTAL | % REALIZADO |
|---|---|---|---|---|---|
| I.1 | **Gestão Territorial Integrada** | 10.707.754,61 | 13.497.298,28 | 24.205.052,89 | 44% |
| I.1.1 | *Modernização da Unidade Central Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - UCEGEO* | 1.045.669,97 | 3.954.330,03 | 5.000.000,00 | 21% |
| I.1.2 | *Fortalecimento do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC* | 3.283.149,68 | 3.057.403,21 | 6.340.552,89 | 52% |
| I.1.3 | *Fortalecimento da Secretaria Estadual de Florestas para Gestão Florestal do Estado do Acre* | 2.680.043,70 | 1.269.956,30 | 3.950.000,00 | 68% |
| I.1.4 | *Elaboração de Planos de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas Municipais* | 3.698.891,26 | 5.215.608,74 | 8.914.500,00 | 41% |
| II.1 | **Fomento às Cadeias Produtivas Agroflorestais e Florestais** | 16.019.047,31 | 17.565.952,69 | 33.585.000,00 | 48% |
| II.1.1 | *Serviços da Rede de ATER para Fomento das Cadeias Produtivas e Redução do Desmatamento* | 7.171.979,97 | 5.169.020,03 | 12.341.000,00 | 58% |
| II.1.2 | *Fomento para Implantação de Sistemas Agroflorestais e de Plano de Manejo de Uso Múltiplo de Florestas de Produção Certificada* | 8.847.067,34 | 12.396.932,66 | 21.244.000,00 | 42% |
| II.2 | **Incentivo aos Serviços Ambientais** | 2.678.783,81 | 6.231.163,30 | 8.909.947,11 | 30% |
| II.2.1 | *Incentivos para Redução de Emissões por Desmatamento (Florestas Ameaçadas)* | 11.500,00 | 3.318.500,00 | 3.330.000,00 | 0% |
| II.2.2 | *Incentivos a Conservação e Uso Sustentável da Floresta* | 810.691,34 | 2.124.322,41 | 2.935.013,75 | 28% |
| II.2.3 | *Incentivos para Sequestro de Carbono via Reflorestamento/Laboratório para seleção de mudas* | 1.856.592,47 | 788.340,89 | 2.644.933,36 | 70% |
| | **TOTAL** | **29.405.585,73** | **37.294.414,27** | **66.700.000,00** | **44%** |

| FONTES | REALIZADO (*) | A REALIZAR | TOTAL | % REALIZADO |
|---|---|---|---|---|
| **BNDES** | 28.971.640,15 | 31.028.359,85 | 60.000.000,00 | **48,3%** |
| **RECURSOS PRÓPRIOS** | 433.945,58 | 6.266.054,42 | 6.700.000,00 | 6,5% |
| **TOTAL** | **29.405.585,73** | **37.294.414,27** | **66.700.000,00** | **44%** |

O acompanhamento realizado abrangeu o período desde a data da primeira e única liberação (05/10/2011) até 30/07/2013, última informação então disponível (posteriormente o Acre enviou a relação de pagamentos no mês de agosto, comentados adiante). Nesse período, foram procedidos 1.528 pagamentos.

O GAc selecionou 32 pagamentos para análise detalhada, totalizando R$ 10.341.783,28, ou 35,2% do total. Para definir essa amostra, adotou-se o critério de selecionar todos os maiores pagamentos, até que fossem selecionados 33% do valor total, mais cinco pagamentos selecionados aleatoriamente dentre aqueles superiores a R$ 1.000. Esses 32 pagamentos tiveram seus processos licitatórios (inclusive dispensas) e processos de pagamento, inclusive Notas Fiscais, conferidos individualmente por ocasião da visita de acompanhamento.

Todos os processos licitatórios e de pagamentos verificados estavam regulares. Não foi verificada nenhuma irregularidade.

Observa-se que um baixo percentual (33%) de pagamentos verificados pelo GAc, referente a primeira liberação de recursos. Observa-se também que não foi disponibilizado a relação de pagamentos e Notas Fiscais analisadas pelo GAc.

Quando da visita de acompanhamento, verificou-se haver desvios importantes entre os Usos previstos (mais exatamente no detalhamento das Ações), mesmo já readequados em atendimento às solicitações do Estado. Essas diferenças, da ordem de **R$ 7.177.870,00**, foram os principais problemas verificados no acompanhamento do projeto.

Como se verifica, há um total de diferenças de R$ 7,18 milhões, com destaque para:

• Ação 11.1.1: item Serviço Técnico Especializado, despesa com Monitoramento e controle das ações de ATER (custeio das atividades de campo: passagens, combustível, manutenção

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

de veículos), valor total realizado de R$533.557, sendo R$ 293.558 superior ao previsto (122%);
• Ação 11.1.1: item Serviço Técnico Especializado, despesa com Contratação de Serviço de manutenção e conservação de veículos, visando a Assistência Técnica e Extensão Florestal em Manejo Florestal Comunitário e Programa de Certificação, valor total realizado de R$ 732.789, sendo R$ 432.789 superior ao previsto (144%);
• Ação 11.1.1: item Serviço Técnico Especializado, despesa com Contratação de Serviços Técnicos para fortalecer a SEF e atender as famílias de produtores extrativistas envolvidos com Manejo Florestal Comunitário e no Programa de Certificação, valor total realizado de R$ 3.211.426, sendo R$ 1.994.426 superior ao previsto (164%);
• Ação 11.1 .2: item Serviço Técnico Especializado, despesa com Contratação de serviços: 2.600 ha (2 ha/família) X R$ 300/Horas de Máquina. Atividade de destaca e gradagem, valor total realizado de R$3.846.328, sendo R$ 2.598.328 a mais do previsto (208%).
Os eventos acima se constituem num aparente problema de falta de coordenação do Estado no acompanhamento do projeto, mas se tratam de ações previstas no projeto, embora com gastos muito superiores ao previsto.

Há outros casos, porém, de gastos realizados em itens absolutamente estranhos ao projeto. Exemplos são
• Ação 1.1.2 : item Capacitação de Recursos Humanos: despesas anteriores ao início do projeto, total: R$24.456;
• Ação 1.1.2: item Serviço Técnico Especializado, despesas com Serviços de Logística (fretamento de aeronaves), total: R$151.249;
• Ação 1.1.2: item Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática, despesa com aquisição de Relógio de ponto digital, para uso interno da secretaria, total:
R$6.680.

Uma vez verificados os problemas acima, ainda durante a visita de acompanhamento foi elaborado email (Anexo 1) ao Secretário de Planejamento do Acre, Sr. Márcio Veríssimo, interlocutor do Fundo Amazônia no tocante a esse projeto, solicitando ao Estado:
1) Glosa de despesas não previstas (total: R$182.393):
• Ação 1.1 .2 (IMAC), item Capacitação de Recursos Humanos: despesas anteriores ao início do projeto, total: R$24.456;
• Ação 1.1.2 (IMAC), item Serviço Técnico Especializado, despesas com Serviços de Logística (fretamento de aeronaves), total: R$151.249;
• Ação 1.1 .2 (IMAC), item Tecnologia da Informação e Equipamentos de Informática, despesa com aquisição de Relógio de ponto digital, para uso interno da secretaria, total: R$6.680.

Entende-se que esses são itens sobre os quais não há discussão quanto à indicação de sua glosa.

2) Suspensão imediata dos pagamentos às ações destacadas acima, que tiveram valores gastos muito superiores ao previsto:
• Ação 11.1.1 (Seaprof), item Serviço Técnico Especializado, despesa com Monitoramento e controle das ações de ATER (custeio das atividades de campo: passagens, combustível,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

manutenção de veículos), valor total realizado de R$533.557, sendo R$ 293.558 superior ao previsto (122%);
• Ação 11.1.1 (Sedens), item Serviço Técnico Especializado, despesa com Contratação de Serviço de manutenção e conservação de veículos, visando a Assistência Técnica e Extensão Florestal em Manejo Florestal Comunitário e

Programa de Certificação, valor total realizado de R$ 732.789, sendo R$ 432.789 superior ao previsto (144%);
• Ação 11.1 .1 (Sedens), item Serviço Técnico Especializado, despesa com Contratação de Serviços Técnicos para fortalecer a SEF e atender as famílias de produtores extrativistas envolvidos com Manejo Florestal Comunitário e no Programa de Certificação, valor total realizado de R$ 3.21 1.426, sendo R$ 1.994.426 superior ao previsto (164%);
• Ação 11.1.2 (Seaprof/Sedens), item Serviço Técnico Especializado, despesa com Contratação de serviços: 2.600 ha (2 ha/família) X R$ 300/Horas de Máquina.
Atividade de destaca e gradagem, valor total realizado de R$3.846.328, sendo R$ 2.598.328 a mais do previsto (208%).

Não se glosaram imediatamente esses gastos, abrindo a possibilidade de o Estado apresentar proposta, a ser apreciada pelo BNDES, de remanejamento dos Usos do
Projeto de maneira a eventualmente tê-los abrangidos no âmbito do projeto.

3) Apresentação pelo Acre ao BNDES/ Fundo Amazônia de proposta de alteração no Projeto, contemplando os ajustes necessários para a eventual incorporação dos desvios verificados, portanto redefinindo os seus Usos.

Cabe notar que todos os principais excessos de gastos identificados integram o subprojeto 11.1 ("Fomento às Cadeias Produtivas Agroflorestais e Florestais") e que esse subprojeto é o maior do projeto, equivalente a 50,4% do total de Usos. Adicionalmente, observe-se que o subprojeto 11.1 teve 48% de realização sobre o total do Projeto. Ou seja, embora o Estado do Acre tenha despendido muito mais do que o previsto se detalhado a nível de Ação, a execução do projeto não apresenta maiores desvios se analisado a nível de subprojeto. Em outros termos, o Estado tem a possibilidade de propor um redesenho do projeto sem necessariamente alterar sua estrutura em relação aos subprojetos.
Evidentemente, há a possibilidade do redesenho a ser proposto não vir a ser eventualmente aprovado pelo Fundo Amazônia.

4) Encaminhamento de tabela de equipamentos e veículos adquiridos no projeto com despesa / pagamento, descrição do item, lotação, número do patrimônio e quantidade, conforme modelo padrão da SEMA.
Considerando a grande quantidade de equipamentos e veículos adquiridos com os recursos do Fundo Amazônia, verificou-se a conveniência de acompanhamento mais rigoroso desses itens. Na visita de acompanhamento o GAc teve acesso ao modelo de controle utilizado pela SEMA do Acre, que se entendeu como adequado para prestar contas de todos os equipamentos adquiridos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

5) Encaminhamento de cópia de todos os termos de cessão de equipamentos e veículos.
Como mencionado anteriormente, há um número expressivo de equipamentos e veículos adquiridos com recursos do projeto. Ademais há a previsão de cessão desses equipamentos para todos os municípios do Acre. Há, portanto, a necessidade da certificação de que esse objetivo - o fortalecimento das estruturas municipais de manutenção do meio ambiente - foi implementado de acordo com o projeto.

6) Implantação de uma Unidade de Gestão do Projeto (UGP) para acompanhamento do Projeto do Fundo Amazônia.
Os principais problemas verificados no acompanhamento do projeto foram, como visto, decorrentes do deficiente acompanhamento dos gastos de cada Ação prevista. Há, portanto, a clara necessidade no reforço dessa atividade. Cabe mencionar que após a visita de acompanhamento e da solicitação do GAc nesse sentido, o Estado tomou as primeiras providências nesse sentido, como se verifica no email enviado pelo Assessor Especial de Planejamento da SEPLAN/AC em 12 de setembro (Anexo 2).

Situação Atual do Projeto
Após a visita de acompanhamento, o Estado enviou mais uma relação de gastos incorridos no âmbito do projeto, incluindo o mês de agosto (que não estavam disponíveis quando da visita de acompanhamento). Ao longo do mês de agosto o Estado despendeu R$ 2,15 milhão com recursos do Fundo Amazônia e nada com Recursos Próprios (contrapartida). Destaque-se que na Ação 11.1 - Fomento às Cadeias Produtivas Agroflorestais e Florestais, o principal problema no projeto, foram despendidos R$ 1,69 milhão em agosto. Vale ressaltar que, como mencionado, esses são números relativos ao mês de agosto, portanto anteriores à visita de acompanhamento.
Em contato telefônico em 20 de setembro, reafirmado por e-mail, o novo responsável técnico designado pelo Acre como interlocutor do Fundo Amazônia para o projeto em tela, Alexandre Tostes, se comprometeu com o encaminhamento do projeto readequado conforme solicitado até o próximo dia 27 de setembro e com o atendimento das demais solicitações encaminhadas ao Secretário de Planejamento no e-mail de 05 de setembro.

**Segundo Relatório de Desempenho**
Data 24/02/2014
Período de acompanhamento - 01/09/2013 a 31/12/2013.
Foi anexado a relação de pagamentos no período.

**Primeiro Relatório de Acompanhamento**
**Data – 14/10/2014**
**Período de referência -** 05.10.2011 a 31.12.2013
**Visita de Acompanhamento -** O GAc realizou duas visitas oficiais de acompanhamento, sendo que a segunda foi apenas para análise documental, e, em outras duas oportunidades, esteve no Estado para intercâmbio de experiências do projeto com outras instituições. No decorrer da primeira visita de acompanhamento, foram realizadas apresentações por cada uma das instituições envolvidas, onde foram expostos os resultados obtidos no âmbito do projeto. De modo geral, as apresentações foram satisfatórias. De fato, os recursos do Fundo Amazônia foram importantes para o fortalecimento das instituições apoiadas. Nessa visita, o

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

GAc pode verificar bens e equipamentos, devidamente etiquetados com o selo do Fundo Amazônia. Entretanto, dada a grande quantidade de equipamentos adquiridos com os recursos do Fundo Amazônia, aliado ao fato de vários deles estarem localizados em outros municípios, não foi possível verificar a existência de cada um deles.

Note-se, ademais, que o projeto prevê a cessão de caminhonetes 4X4 para todos os municípios do estado, no âmbito do item 1.1.4 (Elaboração de Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas Municipais). Embora a comprovação das aquisições dos veículos tenha sido realizada, não foi possível verificar in loco se efetivamente todos os municípios foram atendidos.

O GAc não constatou desvios na verificação física, porém o Estado realizou algumas mudanças no planejamento da execução do projeto. Essas mudanças são descritas com maior detalhe no item "3.2.2. - Remanejamento do Quadro de Usos e Fontes" deste RAc.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

A seguir são apresentados os valores "Orçado", "Realizado" e "A Realizar" da última versão do Quadro de Usos e Fontes (QUF), vigente na data da prestação de contas:

| Posição em 31/12/2013 | | | |
|---|---|---|---|
| **USOS** | **ORÇADO (NT04)** | **REALIZADO** | **A REALIZAR** |
| PROJETO - VALORIZAÇÃO DO ATIVO AMBIENTAL FLORESTAL | 66.700.000,00 | 38.317.208,10 | 28.382.791,90 |
| MODERNIZAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO - UCEGEO | 5.000.000,00 | 2.609.235,30 | 2.390.764,70 |
| FORTALECIMENTO DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE – IMAC | 6.340.552,89 | 3.150.210,24 | 3.190.342,65 |
| FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FLORESTA PARA A GESTÃO FLORESTAL | 3.950.000,00 | 3.112.932,99 | 837.067,01 |
| ELABORAÇÃO DE PLANOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS MUNICIPAIS | 8.914.500,00 | 4.568.057,14 | 4.346.442,86 |
| SERVIÇOS DA REDE DE ATER PARA FOMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E REDUÇÃO DO DESMATAMENTO | 12.341.000,00 | 8.720.757,76 | 3.620.242,24 |
| FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS E DE PLANO DE MANEJO DE USO MÚLTIPLO DE FLORESTAS DE PRODUÇÃO CERTIFICADA | 21.244.000,00 | 12.931.089,56 | 8.312.910,44 |
| INCENTIVOS PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES POR DESMATAMENTO (FLORESTAS AMEAÇADAS) | 3.330.000,00 | 11.500,00 | 3.318.500,00 |
| INCENTIVOS A CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA | 2.935.013,75 | 1.165.051,68 | 1.769.962,07 |
| INCENTIVOS PARA SEQÜESTRO DE CARBONO VIA REFLORESTAMENTO | 2.644.933,36 | 2.048.373,43 | 596.559,93 |
| **TOTAL USOS** | **Orçamento (NT04)** | **REALIZADO** | **A REALIZAR** |
| PROJETO - VALORIZAÇÃO DO ATIVO AMBIENTAL FLORESTAL | 66.700.000,00 | 38.317.208,10 | 28.382.791,90 |

| FONTES | ORÇADO | LIBERADO | AJUSTES | A LIBERAR |
|---|---|---|---|---|
| BNDES | 60.000.000,00 | 36.557.354,63 | | 23.442.645,37 |
| BNDES - Rendimentos das Aplicações Financeiras | | | 2.300.246,03 | |
| Devoluções para a conta do projeto | | | 139.657,52 | |
| Contrapartida | 6.700.000,00 | 465.835,13 | | 6.234.164,87 |
| **TOTAL FONTES** | **66.700.000,00** | **37.023.189,76** | **2.439.903,56** | **29.676.810,24** |

| | |
|---|---|
| **SALDO TOTAL** (Fontes mais Rendimentos e Devoluções menos Usos) | **R$30.822.695,45** |

Até o fechamento deste RAc, foram realizadas duas visitas de acompanhamento ao Estado, a primeira em setembro de 2013 e a segunda em maio de 2014. O período avaliado nessas duas visitas abrangeu a prestação de contas de outubro de 2011, início da execução do projeto, a dezembro de 2013, última prestação de contas considerada, e totaliza 2.309

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

pagamentos, no total de R$ 38.31 7.208, 10, somando-se as fontes do BNDES/Fundo Amazônia e do Estado do Acre (contrapartida financeira).
Foram utilizados métodos de amostragem similares para seleção dos pagamentos a serem verificados. O método abrangeu os pagamentos de maior valor até um determinado percentual (pelo menos 33% da amostra) e, também, selecionou pagamentos de menor valor aleatoriamente, utilizando função própria do programa Microsoft Excel (" ALEATÓRIO()").
Ao todo, foram verificados 224 pagamentos, seus processos licitatórios e processos de pagamento, inclusive notas fiscais, totalizando R$ 18.192.592,90, ou 47,5% do valor total despendido no período avaliado. Considerando que o GAc já havia analisado 32 pagamentos totalizando R$ 10.341.783,28, percebe-se que neste RAc o GAc analisou o montante de R$ 7.850.809,62.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e Notas fiscais verificados.
Destaca-se que, conforme solicitado, o Estado apresentou toda a documentação comprobatória relativa aos procedimentos licitatórios (aviso de edital; edital; homologação e adjudicação; resultado final no DOE; nota fiscal; pagamento), não tendo o GAc constatado nenhuma irregularidade na documentação apresentada.
Apesar de a documentação apresentada estar regular, foi apontada pelo Estado a necessidade de ajustes no projeto por conta de eventos não previstos ou adequações do plano original. Por conta desse fato, o GAc solicitou ao Estado que apresentasse uma nota técnica justificando os ajustes necessários e seus reflexos no Quadro de Usos e Fontes vigente.
O Estado apresentou uma primeira versão da Nota Técnica (NT nº 11 ), porém não havia informações suficientes para compreensão dos ajustes efetuados. O GAc também relatou ao Estado deficiências na primeira versão do Relatório de Desempenho apresentado. A partir das ocorrências relatadas, o Estado chegou a trocar a equipe de coordenação do projeto por duas vezes, até que, em fevereiro de 2014, foi alocada uma nova equipe com experiência em gestão de contratos de recursos não reembolsáveis.
Essa nova equipe apresentou, ainda em fevereiro, um novo relatório de desempenho incorporando informações de execução de mais dois meses do projeto (novembro e dezembro de 2013).
Na última visita de acompanhamento, em maio de 2014, o GAc pôde reunir-se com a atual equipe de coordenação e orientá-la quanto às práticas de acompanhamento de projeto e prestação de contas exigidas pelo BNDES/Fundo Amazônia.
O GAc também avaliou que apesar dos ajustes em relação ao Quadro de Usos e Fontes original, os pagamentos realizados podem ser enquadrados na finalidade do projeto. No entanto, para que sejam considerados o GAc fez as seguintes recomendações:

- Para continuidade do projeto, o Estado deve elaborar uma nova Nota Técnica, revisando o conteúdo da última versão da Nota Técnica n °11, incorporando a explicação das últimas mudanças realizadas e revisando o orçamento disponível para o término do projeto. Essa nova Nota Técnica foi submetida ao GAc para avaliação.
- Os próximos pedidos de liberação deverão, obrigatoriamente, ser apresentados na forma de Plano de Aplicação de Recursos (PAR), conforme modelo disponibilizado pelo BNDES à equipe do Estado;
- A efetiva utilização dos recursos só poderá ser realizada com anuência da equipe do BNDES, após a verificação da conclusão do processo licitatório e disponibilidade de recursos em orçamento.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

- A paridade de aplicação de recursos, na proporção apresentada no Quadro de Usos e Fontes (Fonte BNDES x Fonte Contrapartida Acre), deverá ser demonstrada pelo Estado nas próximas prestações de contas.

O GAc avalia que todos os pagamentos realizados cumpriram com a finalidade contratada, porém, destaca que o Estado apresentou algumas dificuldades de prestação de informações durante a execução do projeto. Entretanto, reconhece os esforços que a SEPLAN/ AC empenhou na melhor alocação de sua equipe de coordenação para o projeto e no aprimoramento das informações apresentadas na prestação de contas.

**Terceiro Relatório de Desempenho**
Data 05/02/2015
Período de acompanhamento - 01/01/2014 a 31/12/2014.
Foi anexado a relação de pagamentos no período.

**Quarto Relatório de Desempenho**
Data 28/06/2015
Período de acompanhamento - 01/01/2015 a 31/12/2015.
Não foi anexado a relação de pagamentos no período.

**Segundo Relatório de Acompanhamento**
**Data –** 13/07/2016
**Período de referência –** 01/01/2014 a 31/12/2015

**3.2. Execução física**

| Realização Física | Data de contratação | Data de conclusão | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Previsão original | Previsão atual | Concluído em |
| 79% | 19.11.2010 | 18.11.2013 | 19.12.2016 | NA |

**1.4. Crédito liberado e a liberar**

| Valor Contratado (alterado no RAc nº 01) | Valor Liberado | Valor a Liberar | Prazo de Utilização (a prorrogar)[1] |
|---|---|---|---|
| R$ 57.057.461,00 | R$ 45.389.820,82 | R$ 11.667.640,18 | 19.12.2015 |

**Visita de Acompanhamento**
O Grupo de Acompanhamento realizou sua última visita oficial de acompanhamento nos dias 31/05/2016 e 01/06/2016 e teve como foco a análise documental da prestação de contas. Desde o início do projeto, o GAc esteve no Estado também em outras cinco oportunidades, para análise documental do período anterior, para visita às instituições que receberam recursos do projeto e, também, para intercâmbio de experiências do projeto com outras instituições.

No último período, a equipe do Estado relatou uma série de acontecimentos que impactou a execução do projeto, destacando-se a dificuldade na realização de licitações, problema

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

comum a diversas das ações apoiadas, e especificamente, no caso do apoio às atividades produtivas, a dificuldade de acesso aos beneficiários do projeto, o que impossibilitou a conclusão de alguns dos serviços contratados e necessitou a realização de novas licitações.

Pelo lado positivo, mas com impacto ao planejamento do projeto, foi reportada que algumas das atividades, previstas originalmente no Quadro de Usos e Fontes, foram executadas com recursos de outras fontes, graças a novas parcerias obtidas pelo Estado.

Por conta dos fatos relatados acima, uma nota técnica foi entregue ao GAc com propostas de ajustes entre as rubricas e pedido de prorrogação do prazo de execução da operação. Essas mudanças são descritas com maior detalhe no item "3.3.2. - Remanejamento do Quadro de Usos e Fontes" deste RAc.

A seguir são apresentados os valores "Orçado", "Realizado" e "A Realizar" da última versão do Quadro de Usos e Fontes (QUF), vigente na data da prestação de contas:

| Posição em 31/12/2015 (em R$) | | | | |
|---|---|---|---|---|
| USOS | Orçado (proposta) | Realizado (até 2013) | Realizado (2014 e 2015) | Saldo a realizar |
| I.1.1 - Modernização da unidade central geoprocessamento e sensoriamento remoto - UCEGEO | 3.195.600,23 | 2.609.235,30 | 370.500,23 | 215.864,70 |
| I.1.2 - Fortalecimento do instituto de meio ambiente do acre – IMAC | 3.267.068,00 | 3.150.210,24 | 33.698,00 | 83.159,76 |
| I.1.3 - Fortalecimento da secretaria de estado de floresta para a gestão florestal | 3.901.939,56 | 3.112.932,99 | 715.793,05 | 73.213,52 |
| I.1.4 - Elaboração de planos de prevenção e controle de desmatamento e queimadas municipais | 8.258.372,92 | 4.568.057,14 | 2.063.869,17 | 1.626.446,61 |
| II.1.1 - Serviços da rede de ater para fomento das cadeias produtivas e redução do desmatamento | 15.530.852,21 | 8.720.757,76 | 4.223.047,83 | 2.587.046,62 |
| II.1.2 - Fomento para implantação de sistemas agroflorestais e de plano de manejo de uso múltiplo de florestas de produção certificada | 20.205.419,91 | 12.931.089,56 | 2.150.354,55 | 5.123.975,80 |
| II.2.1 - Incentivos para redução de emissões por desmatamento (florestas ameaçadas) | 2.919.939,71 | 11.500,00 | 182.250,00 | 2.726.189,71 |
| II.2.2 - Incentivos a conservação e uso sustentável da floresta | 3.333.560,00 | 1.165.051,68 | 771.741,62 | 1.396.766,70 |
| II.2.3 - Incentivos para sequestro de carbono via reflorestamento | 3.144.708,46 | 2.048.373,43 | 508.235,40 | 588.099,63 |
| TOTAL USOS | 63.757.461,00 | 38.317.208,10 | 11.019.489,85 | 14.420.763,05 |

| FONTES | Orçado | Liberado | A liberar |
|---|---|---|---|
| BNDES | 57.057.461 | 45.389.821 | 11.667.640 |
| Acre | 6.700.000 | 5.111.919 | 1.588.081 |
| TOTAL FONTES | 63.757.461 | 50.501.740 | 13.255.721 |

Uso Exclusivo da CGU conforme Ofício nº 2680/2019/CGFIN/DAI

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| SALDO EM CONTA CORRENTE (BNDES - Fonte 200) | Liberado (BNDES) | Despesas (BNDES) | Saldo total (BNDES) |
|---|---|---|---|
| Saldo das liberações | 45.389.821 | 44.262.435 | 1.127.386 |
| Rendimento líquido das aplicações financeiras – Tarifas bancárias (até 31/05/2015) | | | 2.960.683 |
| Devoluções para a conta do projeto | | | 1.012 |
| TOTAL SALDO | | | 4.089.081 |

Comprovação dos itens financeiros e metodologia para amostragem dos documentos comprobatórios:
De forma aleatória, foram selecionados 200 pagamentos, do universo de 1.494 pagamentos, representando 13,3% desse montante e 86% do valor financeiro realizado no período.

Para cada um dos pagamentos selecionados, foram conferidos os dados informados na relação recebida e sua compatibilidade com os seguintes documentos: i) Rubricas previstas no Quadro de Usos e Fontes; ii) Procedimento licitatório (aviso de edital, edital, homologação e adjudicação e resultado final no DOE); e iii) Dados do comprovante de pagamento (nota fiscal, ordem de pagamento; extratos).

Adicionalmente, no mês de janeiro de 2014, foi identificada a devolução de R$1.024,00, devida da última prestação de contas.

O GAc avalia que todos os pagamentos realizados no período de 01.01.2014 a 31.12.2015 cumpriram com a finalidade contratada, porém, destaca a dificuldade de o
Estado cumprir com o orçamento previsto e a necessidade de se realizar alguns ajustes ao longo de sua execução. Entretanto, reconhece os esforços da SEPLAN/AC para melhor alocação de sua equipe de coordenação para o projeto e no aprimoramento das informações apresentadas na prestação de contas.
Não foi disponibilizado a relação de pagamentos e Notas fiscais verificados.

**Segunda Nota de Acompanhamento**
**Data –** 11/04/2017
**Assunto -** Nota de cumprimento das condições da 4ª liberação de recursos para o Estado do Acre

A presente nota destina-se a registrar a averiguação das condições de utilização para liberação da quarta e última parcela do projeto "Valorização do Ativo Ambiental
Florestal", que tem corno finalidade fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal no Estado. Conforme combinado com o beneficiário, o valor a liberar corresponde ao saldo descontando o valor dos rendimentos financeiros e pendências/desistências licitatórias, conforme quadro abaixo:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | |
|---|---|
| Valor Contratado (pós revisão) | R$ 57.057.461,00 |
| (-)Valor Liberado | R$ 45.389.820,82 |
| =Saldo | R$ 11.667.640,18 |
| (-) Rendimentos das aplicações financeiras até 30/06/2016[1] | R$ 3.177.961,68 |
| (-) Pendências ou retificações nas licitações do PAR[2] | R$ 724.918,30 |
| =Valor a liberar | R$ 7.764.760,02 |

A aplicação dos recursos, enviada através do Plano de Aplicação de Recursos-PAR, em Outubro de 2016, destina-se a finalizar as atividades do projeto, que envolvem uma pequena parcela do Componente 1, de Fortalecimento Institucional, no valor de R$ 235.365,50 e o restante no valor de R$ 7.529.394,70, destinado ao Componente II, de Fomento e Incentivo às Cadeias Produtivas Agroflorestais, Florestais e Serviços Ambientais.

Diante do exposto, o GAc propõe a prorrogação do prazo de utilização do projeto de 31/12/2016 para 30/06/2017, e a liberação da 4ª e última parcela de recursos, no valor de R$ 7.764.760,02 para finalizar a execução do projeto.

**Quinto Relatório de Desempenho**
Data 25/06/2018
Período de acompanhamento - 01/01/2016 a 31/12/2016.
Percebe-se que o Quinto Relatório de Desempenho foi emitido (25/06/2018) 18 meses após o final do período de acompanhamento (31/12/2016).
Não foi anexado a relação de pagamentos no período.

**Sexto Relatório de Desempenho**
Data 04/12/2018
Período de acompanhamento - 01/01/2017 a 31/12/2017.
Percebe-se que o Sexto Relatório de Desempenho foi emitido (04/12/2018) 12 meses após o final do período de acompanhamento (31/12/2017).
Não foi anexado a relação de pagamentos no período.

**Sétimo Relatório de Desempenho**
Data 07/12/2018
Período de acompanhamento - 01/01/2018 a 30/11/2018.
Não foi anexado a relação de pagamentos no período.

Percebe-se que não houve emissão de nenhum documento pelo BNDES aprovando a última liberação de recursos, percebe-se também que a última prorrogação de prazo encaminhado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

nos autos certifica que o contrato teria como prazo final dia 30/06/2017. Não há tamém nenhum documento aprovando a prestação de contas final.
Percebe-se também que não foi cumprida o item XXXVII da Cláusula quarta do contrato que previa que o beneficiário ficava obrigado a remeter ao BNDES, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término estabelecido no item II desta Cláusula (30/06/2017), relatório de avaliação final de implantação do projeto mencionado na Cláusula Primeira.

**Fragilidades Identificadas no Projeto do Governo do Acre**

- Baixo percentual de pagamentos verificados pelo GAc, referente a análise das prestações de contas e não disponibilização da relação de pagamentos e Notas Fiscais analisadas.
- Não verificação da existência dos equipamentos adquiridos com recursos do Fundo Amazônia.
- Não disponibilização da relação de pagamentos no primeiro, quarto, quinto, sexto e sétimo Relatório de Desempenho.
- Lapso temporal entre o período de acompanhamento e emissão do Relatório de Desempenho, 18 meses na emissão do quinto relatório de desempenho e 12 meses ne emissão do sexto relatório de desempenho.
- Não disponibilização de nenhum documento aprovando a última liberação de recursos no valor de R$ 7.764.760,02.
- Não disponibilização do instrumento que prorrogou a vigência do contrato após 30/06/2017.
- Não cumprimento do item XXXVII da Cláusula quarta do contrato que previa que o beneficiário ficava obrigado a remeter ao BNDES, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término estabelecido no item II desta Cláusula (30/06/2017), relatório de avaliação final de implantação do projeto mencionado na Cláusula Primeira
- Não disponibilização de nenhum documento emitido pelo BNDES cobrando do Beneficiário o cumprimento da Cláusula quarta do contrato item XXXVII.

## Lote 03
## PREVFOGO - IBAMA

**Número da Operação: 3.465.328/0001**
Valor da Colaboração Financeira: **Até R$ 14.717.270,00**
Prazo de execução: 12 meses a contar da assinatura do contrato, que foi assinado em 05/06/2014
Prazo de Utilização: 12 meses.

Objetivo do Projeto: Apoiar a estruturação física e operacional do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos incêndios Florestais (PREVFOGO) e educação ambiental para

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

sensibilizar e capacitar atores locais com a finalidade de monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no biorna Amazônia.

Resumo do Quadro de Usos e Fontes

| USOS | | R$ | % |
|---|---|---|---|
| Componente 1: Infraestrutura para atividades de campo e monitoramento | - Rodofogos e caminhonetes<br>- Moto-bombas, reservatórios de água, mangueiras para combate e ferramentas para manutenção<br>- Equipamentos de comunicação<br>- Equipamentos para coordenações estaduais e brigadas do PREVFOGO<br>- Estrutura para acampamento<br>- Equipamentos individuais diversos<br>- Elaboração de catálogo de ferramentas | 8.989 | 61,1% |
| Componente 2: Construção da Central de logistica e Sala de situação em Brasília | - Consultoria para elaboração de projeto básico e executivo<br>- Construção civil<br>- Mobiliário<br>- Tecnologia da informação | 5.016 | 34,1% |
| Componente 3: Educação ambiental e sensibilização | - Livretos e apostilas<br>- Desenho animado | 602 | 4,1% |
| Componente 4: Capacitação e treinamento | - Treinamento para gerir as brigadas<br>- Treinamento em sistemas de comunicação | 110 | 0,7% |
| TOTAL | | 14.717 | 100% |
| FONTES | | R$ | % |
| BNDES | | 14.717 | 100% |

Componentes:
Visando a fortalecer o Programa Brigadas Federais, lançado em 2013, o projeto em tela contempla quatro componentes, agrupados da seguinte forma:

1) Infraestrutura para atividades de campo e monitoramento;
2) Construção da Central de logística em Brasília;
3) Educação ambiental e sensibilização;
4) Capacitação e treinamento

**Componente 1: Infraestrutura para monitoramento e combate a incêndios e queimadas não autorizadas. Valor: R$ 8.989.450,00**
**1.1.** Meios de transporte específicos (codofogos4 e caminhonetes): o IBAMA possui atualmente apenas 4 rodofogos, e foram solicitados ao projeto mais 3, além de 25 caminhonetes adaptadas, o que corresponde a uma média de pouco mais de duas brigadas

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

por caminhonete. Os serviços de manutenção e de seguro dos veículos serão arcados pelo IBAMA, com recursos próprios, com inclusão de obrigação especial no contrato.
1.2. Equipamentos individuais diversos: equipamentos de proteção individual e de combate a incêndios e queimadas, que reforçarão a estrutura das Brigadas em campo, aumentando sua eficiência
1.3. Equipamentos para combate a queimadas e incêndios: moto-bombas, reservatórios de água, mangueiras para combate aos incêndios e ferramentas para manutenção.
1.4. Equipamentos de comunicação: rádios móveis para veículos, rádios fixos, etc. A aquisição desses equipamentos de comunicação representa um salto tecnológico para o PREVFOGO, com rádios e telefones novos, modernos e com possibilidade de comunicação por satélite, o que facilita sobremaneira as ações da Brigadas em campo.
1.5. Equipamentos para as coordenações estaduais, regionais e brigadas do PREVFOGO.
1.6. Estrutura para acampamento: aquisição de estrutura para acampamento de combate ampliado (barracas, *kit cozinha*, bebedouros, etc).
1.7. Elaboração de catálogo de ferramentas: contratação de consultoria para confecção de um catálogo com as ferramentas e os equipamentos mais adequados ao controle de incêndios florestais e queimadas, objetivando aprimorar as práticas de combate e também para auxílio dos diferentes órgãos que atuam com a problemática do fogo. Esse catálogo será utilizado pelo PREVFOGO para futuras licitações e será disponibilizado no seu sítio eletrônico, onde poderá ser utilizado por outras instituições, tais como Corpos de Bombeiros Militar e Defesas Civis. As especificações do catálogo serão definidas no Plano de Aplicação de Recursos.

**Componente 2: Construção da Central de Logística do PREVFOGO em Brasília. Valor: R$ 5.015.820,00**

2.1. Construção da Central de Logística: construção de uma central de logística e apoio ao PREVFOGO, com área de 1.400 m² no local em que fica a sede do IBAMA, em Brasília. Será um prédio de dois andares, sendo que no 1º andar ficará (i) a oficina do PREVFOGO, onde é realizada a manutenção de equipamentos e construção de alguns equipamentos específicos, como abafadores, entre outros; e (ii) o almoxarifado, onde ficarão armazenados os estoques de materiais e equipamentos. No 2º andar ficará a área administrativa e a sala de situação. Durante a visita de análise, o GAn verificou que as atuais instalações do PREVFOGO estão divididas em 3 locais diferentes improvisados em Brasília, sendo um em área residencial e outro em área comercial, em condições insatisfatórias de logística e manutenção, dificultando a guarda e o transporte de materiais e a própria administração do órgão. A Central de Logística será construída na sede do IBAMA. Para tal intervenção, foi obtida a Dispensa de Licenciamento Ambiental de 15/3/2013, conforme Ofício 100.000.601 / 2013- PRESI/IBRAM, emitido pelo Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, órgão ambiental estadual competente sobre a matéria. Estão incluídos no custo dessa ação a elaboração do projeto, construção civil, aquisição de mobiliário, computadores e demais itens de tecnologia da informação.
Conforme já mencionado, apesar da construção da Central de Logística ser realizada em Brasília, tendo em vista a sua importância para o funcionamento operacional do PREVFOGO no combate aos incêndios florestais e queimadas não autorizadas no biorna Amazônia, o GAn considera-a meritória, resultando ainda em externalidades positivas para os demais biornas.
2.2. Estruturação da Sala de situação: trata-se de uma sala no mesmo prédio que será construído para a Central de Logística, para a realização das reuniões do Centro Integrado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Multiagências (CIMAN). Neste item, está prevista a aquisição de equipamentos e materiais (mobiliário, informática e áudio e vídeo) para equipar a sala.

**Componente 3: Educação ambiental e comunicação. Valor: R$ 602.000,00**

Esse componente visa a produzir materiais que serão utilizados na sensibilização e educação de diversos públicos, alertando para as questões de uso correto do fogo.
3.1. Produção de livretos e apostilas, que serão disponibilizados em escolas rurais, assentamentos e aldeias indígenas: o material esclarecerá sobre as causas e as consequências das queimadas e incêndios florestais no Brasil, além de fornecer orientações sobre possíveis soluções e alternativas de prevenção. Incluirá a experiência do PREVFOGO na questão do uso do fogo no meio rural e atualizações em função do novo código florestal. A distribuição dos equipamentos na região amazônica encontra-se no anexo lI.
3.2. Desenho animado: será produzido um desenho animado com esse mesmo objetivo, baseado no caderno infantil do PREVFOGO já existente denominado "Fogo, desafios e sonhos". O desenho animado possui o mérito de focar especificamente no público infantil, passando questões de educação ambiental e deverá ser distribuído em escolas rurais, assentamentos e aldeias indígenas.

**Componente 4: Capacitação e treinamento. Valor: R$ 110.000,00**

4.1. Treinamento para gerir as brigadas: será realizado um treinamento com o objetivo de aumentar a capacidade de servidores do IBAMA em administrar e avaliar as Brigadas contratadas pelo PREVFOGO. O treinamento consiste em um curso de Gestão de Pessoas para os coordenadores estaduais e regionais do PREVFOGO, que servirão de multiplicadores em suas respectivas unidades.
4.2. Treinamento em sistema de comunicação: será contratada consultoria para capacitar as equipes do PREVFOGO nos sistemas de comunicação que serão adquiridos pelo projeto.

**Liberações Financeiras**

| Data da solicitação | Valor Solicitado | Data da Liberação | Valor Liberado |
|---|---|---|---|
| 01/07/2014 | 4.152,29 | 03/07/2014 | 4.152,29 |
| 24/06/2015 | 31.200,00 | 16/07/2015 | 31.200,00 |
| 31/08/2015 | 691.556,22 | 17/09/2015 | 691.556,22 |
| 24/04/2016 | 140.990,00 | 24/05/2016 | 140.990,00 |
| 08/08/2016 | 1.118.622,00 | 26/08/2016 | 1.118.622,00 |
| 23/03/2017 | 2.729.128,00 | 19/04/2017 | 2.729.128,00 |
| 10/04/2018 | 7.005.657,00 | 24/05/2018 | 7.005.990,00 |
| TOTAL | | | 11.721.638,51 |
| SALDO | | | 2.995.991,19 |

**Componentes:**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**1 - Infraestrutura para monitoramento e combate a incêndios e queimadas não autorizadas. Valor: R$ 8.989.450,00**
Esse componente tem como objetivo adquirir veículos, equipamentos, moto-bombas, rádios, além da elaboração de um catálogo de ferramentas.
Os itens solicitados serão distribuídos para os escritórios estaduais, regionais e brigadas de incêndio do PREVFOGO.
**2 - Construção da Central de Logística do PREVFOGO em Brasília.**
**Valor: R$ 5.015.320,00**
Esse componente tem como objetivo a construção da Central de Logística do PREVFOGO em Brasília, incluindo projetos básico e executivo, compras de equipamentos e estruturação da sala de situação, onde serão realizadas as reuniões do Centro Integrado Multiagências Nacional - CIMA Nacional.
**3 - Educação ambiental e comunicação. Valor: R$ 602.000,00**
Esse componente visa a produzir materiais que serão utilizados na sensibilização e educação de diversos públicos, alertando para as questões de uso correto do fogo. Serão produzidos livretos, apostilas e um desenho animado voltado à educação do público infantil.

**4 - Capacitação e treinamento. Valor: R$ 110.000,00**
Esse componente tem como objetivo fornecer treinamento aos servidores do IBAMA referente a (i) gestão de Brigadas e (ii) utilização do sistema de comunicação a ser adquirido pelo projeto.

**- Relatório de Acompanhamento nº 01**

Período de Acompanhamento: 05/06/2014 a 30/09/2014
Visita de acompanhamento**:** 08 e 09/09/2014

Durante o período de 05/06/ 2014 a 30/09/2014 foram realizadas as seguintes atividades:
**Componente 1 - Infraestrutura para monitoramento e combate a incêndios e queimadas não autorizadas.**
Aquisição de sete fogões e sete botijões de gás. Há a previsão de finalização de algumas licitações no segundo semestre de 2015.

**Não foi realizada visita de acompanhamento do andamento do projeto.** No entanto, a convite do Beneficiário, o GAc viajou para o município de Novo Progresso, no estado do Pará, entre os dias 9 e 10 de setembro de 2014 com o intuito de conhecer o dia a dia das brigadas e alguns materiais que serão adquiridos ao longo do projeto.

O GAc propõe aceitar a solicitação de prorrogação do prazo de utilização de recursos por mais 24 meses, até 06/ 06/2017, conforme solicitado pelo beneficiário por meio do já mencionado Ofício 02001.004907/201.5-58 DIPRO/ IBAMA, de 11 / 05/ 2015.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Valor Contratado (R$) | Valor Liberado (R$) | Valor a Liberar (R$) | Prazo de Utilização |
|---|---|---|---|
| 14.717.270,00 | 4.125,59 | 14.713.144,41 | Junho/2015[1] |

**Obs**:

Também foi elaborada uma **Nota de Acompanhamento nº 01**
Nota AMA/OEFAM nº 31/2014 em: 02/07/2014
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da primeira parcela do projeto "IBAMA/ Prevfogo
Valor solicitado para a 1ª liberação**:** R$ 4.125,59 (quatro mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
**Relatório de Desempenho nº 01**

Data 30/09/2014
Período de acompanhamento - 05/06/2014 a 30/09/2014.

Dentre as atividades realizadas no período, destaca-se:
1- Aquisição de fogões e botijões de gás: Os produtos foram adquiridos por dispensa de licitação e entregue dentro do prazo legal, considerando-se duas prorrogações uma vez que, segundo a empresa contratada, a indústria fornecedora do produto encontrava-se em atraso com a empresa solicitante devido a problemas em seu departamento de distribuição;
2- Contratação de empresa especializada na elaboração de catálogo de ferramentas:
O processo está em fase de elaboração de edital, sendo que todos os trâmites anteriores, como especificações técnicas, elaboração de análise de risco e cotação de preços já foram realizados;
3- Aquisição de 25 veículos adaptados à prevenção e combate aos incêndios florestais:
Os documentos iniciais, incluindo as especificações técnicas da adaptação, já estão prontos, dependendo, no momento da confecção desse relatório, da entrega dos orçamentos pelas empresas interessadas, para que possa ser iniciada a elaboração do edital de aquisição;
4- Construção da central de logística e sala de situação:
O Prevfogo está em contato com o Exército Brasileiro para a elaboração de uma parceria para a elaboração dos termos de referência para a contratação de empresa de arquitetura para a elaboração do projeto executivo. É prevista a realização da reunião de formalização da parceria para a semana de 29/09 a 03/10/2014;
5- Aquisição de equipamentos e ferramentas apropriadas:
Fase final de elaboração das especificações técnicas das motobombas nacionais. As motobombas importadas já estão especificadas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO

| Valores em R$ - Posição em 30/09/2014 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| USOS/FONTES | ÚLTIMO ORÇAMENTO APROVADO (MÊS/ANO) | REALIZADO NO PERÍODO DE 03/07/14 a 30/09/14 | REALIZADO NO PERÍODO DE --/--/-- a --/--/-- | ... | TOTAL REALIZADO | A REALIZAR |
| **Usos** | | | | | | |
| **Produto/Serviço 1 - Produção de recursos formacionais a serem aplicados no processo de Educação Ambiental** | | | | | | |
| *Item 1.1 – Livros, filipetas, jogos e etc.* | 300.000,00 | | | | | |
| *Item 1.2 – Diagramador gráfico* | 42.000,00 | | | | | |
| *Item 1.3 – Reprodução de material audiovisual* | 50.000,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 1 -** | 392.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Produto/Serviço 2 - Produção de desenho animado** | | | | | | |
| *Item 2.1 - Desenho animado* | 210.000,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 2 -** | 210.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Produto/Serviço 3 - Consultoria em gestão de recursos humanos** | | | | | | |
| *Item 3.1 – Consultoria RH* | 50.000 | | | | | |
| *Item 3.2 – Aluguel de sala para o evento* | 10.000 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 3 -** | 60.000 | - | - | - | - | - |
| **Produto/Serviço 4 - Confecção de catálogos de equipamentos e ferramentas** | | | | | | |
| *Item 4.1 – Catálogo de equipamentos de combate* | 50.000,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 4 -** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Produto/Serviço 5 – Aquisição de meios de transporte específicos** | | | | | | |
| *Item 5.1 – Camionetes adaptadas* | 4.250.000,00 | | | | | |
| *Item 5.2 – Rodofogo* | 1.500.000,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 5 -** | 5.750.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Produto/Serviço 6 – Aquisição de equipamentos e ferramentas apropriados** | | | | | | |
| *Item 6.1 – Motobombas nacionais completas* | 84.000,00 | | | | | |
| *Item 6.2 – Reservatório 11.000 litros* | 109.200,00 | | | | | |
| *Item 6.3 – Motobombas flutuantes completa e mochila* | 139.300,00 | | | | | |
| *Item 6.4 – Motobombas Ministriker completa com mochila* | 179.900,00 | | | | | |
| *Item 6.5 – Motobombas Marck III completa com mochila* | 85.500,00 | | | | | |
| *Item 6.6 – Mangueiras motobomba 30 metros* | 84.000,00 | | | | | |
| *Item 6.7 – Mochila transporte de 5 mangueiras* | 50.400,00 | | | | | |
| *Item 6.8 – GPS* | 28.000,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 6 -** | 760.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Produto/Serviço 7 – Aquisição de equipamentos de comunicação** | | | | | | |
| *Item 7.1 – Rádio móvel veículos* | 134.400,00 | | | | | |
| *Item 7.2 – Estação repetidora móvel* | 222.000,00 | | | | | |
| *Item 7.3 – Rádio fixo* | 70.000,00 | | | | | |
| *Item 7.4 – Rádio HT digital* | 300.000,00 | | | | | |
| *Item 7.5 – Rádio terra-ar* | 15.000,00 | | | | | |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| *Item 7.6 – Treinamento comunicação* | 50.000,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 7 -** | 791.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Produto/Serviço 8 – Aquisição de estrutura de acampamento de combate ampliado no bioma Amazônia** | | | | | | |
| *Item 8.1 – Fogão* | 5.600,00 | 3.075,59 | 0,00 | 0,00 | 3.075,59 | 2.524,41 |
| *Item 8.2 – Botijão 13kg* | 560,00 | 1.050,00 | 0,00 | 0,00 | 1.050,00 | -490,00 |
| *Item 8.3 – Grupo gerador* | 98.000,00 | | | | | |
| *Item 8.4 – Material de cozinha* | 17.500,00 | | | | | |
| *Item 8.5 – Instalação elétrica* | 2.800,00 | | | | | |
| *Item 8.6 – Bebedouro* | 1.890,00 | | | | | |
| *Item 8.7 – Caixa térmica* | 4.200,00 | | | | | |
| *Item 8.8 – Freezer 200 litros vertical* | 10.500,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 8 -** | 141.050,00 | 4.125,59 | 0,00 | 0,00 | 4.125,59 | 2.034,41 |
| **Produto/Serviço 9 – Equipar coordenações estaduais, regionais e brigadas do Prevfogo** | | | | | | |
| *Item 9.1 – Notebook* | 108.500,00 | | | | | |
| *Item 9.2 – Datashow* | 58.500,00 | | | | | |
| *Item 9.3 – Computador* | 108.500,00 | | | | | |
| *Item 9.4 – GPS* | 70.000,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 9 -** | 345.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Produto/Serviço 10 – Sala de situação** | | | | | | |
| *Item 10.1 – Televisão 46"* | 36.000,00 | | | | | |
| *Item 10.2 – Lousa interativa* | 14.000,00 | | | | | |
| *Item 10.3 – Suporte para TV* | 2.100,00 | | | | | |
| *Item 10.4 – Aparelho de videoconferência* | 13.000,00 | | | | | |
| *Item 10.5 – Computador* | 10.000,00 | | | | | |
| *Item 10.6 – Datashow* | 6.000,00 | | | | | |
| *Item 10.7 – Mobiliário mesa* | 3.500,00 | | | | | |
| *Item 10.8 – Mobiliário cadeira* | 14.400,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 10 -** | 99.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Produto/Serviço 11 – Central logística e apoio Prevfogo** | | | | | | |
| *Item 11.1 – Kit EPI* | 700.000,00 | | | | | |
| *Item 11.2 – EPI motosserrista* | 100.000,00 | | | | | |
| *Item 11.3 – Equipamentos de combate* | 400.000,00 | | | | | |
| *Item 11.4 – Kit de ferramentas 141 peças* | 910,00 | | | | | |
| *Item 11.5 – Kit de ferramentas 177 peças* | 1.200,00 | | | | | |
| *Item 11.6 – Máquinas para manutenção de equipamentos e ferramentas – itens diversos – kit completo* | 20.300,00 | | | | | |
| *Item 11.6 – Computadores* | 157.500,00 | | | | | |
| *Item 11.7 – Notebook* | 24.500,00 | | | | | |
| *Item 11.8 – Impressora A3 Laser colorida* | 27.000,00 | | | | | |
| *Item 11.9 – Datashow* | 22.500,00 | | | | | |
| *Item 11.10 – Mobiliário coordenador* | 27.300,00 | | | | | |
| *Item 11.11 – Arquivo 4 gaveta suspensas* | 7.500,00 | | | | | |
| *Item 11.12 – Armário escritório* | 15.000,00 | | | | | |
| *Item 11.13 – Gaveteiro 2 gavetas e 1 gavetão* | 2.900,00 | | | | | |
| *Item 11.14 – Estação de trabalho para 4 pessoas* | 40.000,00 | | | | | |
| *Item 11.15 – Cadeiras* | 18.000,00 | | | | | |
| *Item 11.16 – Cadeiras auditório* | 39.200,00 | | | | | |
| *Item 11.17 – Mobiliário recepção* | 1.600,00 | | | | | |
| *Item 11.18 – Refeitório* | 12.520,00 | | | | | |
| *Item 11.19 – Construção Sede 1400m* | 4.200.000,00 | | | | | |
| **Total Produto/Serviço 11-** | 5.817.930,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL USOS** | 14.417.180,00 | 4.125,59 | 0,00 | 0,00 | 4.125,59 | 2.034,41 |

USO EXCLUSIVO da CGU e MMA
Ofício Nº 2680/2019/CGFIN-DAF/SFC

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| FONTES | ORÇAMENTO APROVADO | 1ª LIBERAÇÃO | 2ª LIBERAÇÃO | ... | TOTAL LIBERADO | TOTAL A LIBERAR |
|---|---|---|---|---|---|---|
| BNDES | 14.417.180,00 | 4.125,59 | | | 4.125,59 | 14.413.054,41 |
| BNDES - Rendimentos das Aplicações Financeiras | | | | | | |
| Outras Fontes | | | | | | |
| TOTAL FONTES | | | | | | |
| Saldo (Fontes menos Usos): | | -4.125,59 | 0,00 | | -4.125,59 | |

**E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS**

| NÚMERO | DESCRIÇÃO DA DESPESA | PRODUTO OU SERVIÇO | CATEGORIA (USOS) | ITEM DE CUSTO | TIPO DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO | Nº DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO | VALOR DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO | DATA DE EMISSÃO DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO | FORMA DE PAGAMENTO | Nº DO PAGAMENTO | VALOR PAGAMENTO | DATA PAGAMENTO | NOME DO FORNECEDOR | CNPJ/CPF DO FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Aquisição de fogão e botijão | Aquisição de estrutura para acampamento de combate ampliado no bioma Amazônia | Estrutura de acampamento | Fogão e botijão 13kg | Nota fiscal | 653 – série 1 | 4125,59 | 40417 | Ordem bancária | 2014OB805586 | 4125,59 | 40417 | Ativa Comércio e serviços LTDA – ME | 12401357/0001-60 |
| 2 | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | | | | |
| ... | | | | | | | | | | | | | | |
| n | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

**F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS**

| Máquina / Equipamento | Fabricante | Quantidade | Valor Unitário (R$) | Valor Total (R$) | Nº na Relação de Pagamentos |
|---|---|---|---|---|---|
| Fogão | Tron | 7 | 439,37 | 3.075,59 | 1 |
| Botijão | Ultragás | 7 | 150,00 | 1.050,00 | 1 |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

- **Relatório de Acompanhamento nº 02**

Período de Acompanhamento**: 01/10/2014 a 31/12/2015**

Este é o segundo Relatório de Acompanhamento. O primeiro (RAc AMA/DEFAM 15/2015, de 17 í06/ 2015) abarcou o período de 05/ 06/ 2014 a 30/09/2014 e prorrogou o prazo de utilização de recursos, que era de um ano, por mais 24 meses (até 05/06/2017). Foram produzidas as Notas AMA/ DEFAM 31/ 2014, de 02/07/ 2014, AMA/DEFAM 34/2015, de 13/07/2015, e AMA/ DEFAM 50/2015, de 14/ 09/ 2015, referentes ao cumprimento das condições prévias aos três desembolsos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Valor contratado | Valor liberado | Valor a liberar | Prazo de utilização |
|---|---|---|---|
| 14.717.270,00 | 726.881,81[2] | 13.990.388,19 | junho/2017[3] |

**Componente 1 - Infraestrutura para monitoramento e combate a incêndios e queimadas não autorizadas.**
Foram adquiridos os seguintes equipamentos, já entregues e incorporados ao patrimônio do IBAMA:
• Geradores de energia;
• Motobombas e seus acessórios; e
• Mangueiras e reservatórios.
Além disso, foram realizados pagamentos para a consultoria "R2" relativos à elaboração do catálogo de ferramentas. O trabalho foi iniciado ern maio/2015, com entrega do produto final em dezembro/2015. O objetivo de tal catálogo é servir de guia para escolha das ferramentas e equipamentos mais adequados para cada tipo de biorna, gerando celeridade na elaboração de termos de referência para procedimentos licitatórios. Constará como recomendação de acompanhamento o envio ao BNDES de um exemplar eletrônico do referido catálogo pelo BNDES.

**Construção da Central de Logística do PREVFOGO em Brasília**
Foi homologado pregão eletrônico em favor da empresa SITUARE ARQUITETURA E ENGENHARIA para elaboração do projeto, no valor de R$ 140.990,00. Estima-se a assinatura do contrato e início da execução em maio.

**Relato Visita de Acompanhamento**
Em 10/09/2015 o Gerente Fabio P!otkowski, acompanhando o Superintendente Gabriel Visconti, esteve na sede do lbama conversando sobre os avanços do Prevfogo e sobre a possibilidade do apoio do Fundo Amazônia a um segundo projeto do lbama.

**- Nota de acompanhamento nº 02**

AMA/DEFAM nº 34/2015 em: 13/07/2015
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da segunda parcela do projeto "IBAMA/Prevfogo",
Valor solicitado para a 2ª liberação**:** R$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

**Relatório de Desempenho nº 02**

Data 26/08/2015
Período de acompanhamento - **01/10/2014 a 26/08/2015**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Dentre as atividades realizadas no período, destaca-se:
1- Contratação de empresa especializada na elaboração de catálogo de ferramentas:
A empresa foi contratada pelo processo lbama nº 02001.005214/2014-00, sendo a empresa R2 declarada vencedora em abril de 2015 e iniciando os trabalhos no mês seguinte. Já foi realizada a descentralização do BNDES ao lbama de
R$ 31.200,00, valor total da contratação, mas foi repassado apenas 10% do valor para a empresa, referente a entrega do primeiro produtor
2- Aquisição de 25 veículos adaptados à prevenção e combate aos incêndios florestais:
O Prevfogo realizou a licitação de 6 viaturas adaptadas pelo Projeto Cerrado Jalapão, com as especificações técnicas esperadas para a aquisição para o Biorna Amazônia. Para que não haja problemas de especificação técnica ou
incompatibilidade dos veículos, visando o melhor emprego do recurso público, o Prevfogo aguarda a entrega do protótipo da aquisição para o Cerrado, para encaminhar a licitação do Fundo Amazônia;
3- Construção da central de logística e sala de situação:
Foi elaborado o Termo de Referência com o Caderno de Especificações para a contratação de empresa para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo do
prédio. A minuta de edital está em análise pela Procuradoria Federal Especializada do lbama.
4- Aquisição de equipamentos e ferramentas apropriados: Foram realizadas duas licitações, uma para a aquisição de motobombas e geradores de energia, no valor de R$ 298.092,73, e outra para a aquisição de acessórios para as motobombas, mangueiras e reservatórios, no valor de R$ 393.463,49.
5- Aquisição de equipamentos de radiocomunicação: Foi encaminhado à Diretoria de Planejamento do lbama em 23/07/2015 o Termo de Referência para a aquisição de rádios portáteis, fixos e móveis, além de repetidoras e atualmente encontra-se em fase de levantamento de propostas orçamentárias para na
sequência, ser elaborada a minuta de edital.
6- Atualmente encontra-se em elaboração os Termos de Referência para a aquisição de Caminhão Rodofogo, Consultoria para o desenvolvimento de metodologia para os cursos do Prevfogo e Contratação de estúdio para a elaboração de filme sobre uso do fogo e cultura indígena.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

## D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO

| Valores em R$ - Posição em 26/08/2015 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Usos** | **ÚLTIMO ORÇAMENTO APROVADO (12/2013)** | **REALIZADO NO PERÍODO DE 03/07/14 a 30/09/14** | **REALIZADO NO PERÍODO DE 01/10/14 a 26/08/15** | **TOTAL REALIZADO** | **A REALIZAR** |
| **Componente 1: Infraestrutura para atividades de campo e monitoramento** | | | | | |
| *Rodofogo* | 1.500.000,00 | | | | 1.500.000,00 |
| *Caminhonetes Adaptadas* | 4.250.000,00 | | | | 4.250.000,00 |
| *Equipamentos de Proteção Individual* | 1.000.000,00 | | | | 1.000.000,00 |
| *Equipamentos de combate* | 400.000,00 | 3.075,59 | | 3.075,59 | 396.924,41 |
| *Equipamentos de proteção individual para motosserista* | 100.000,00 | | | | 100.000,00 |
| *Motobombas flutuantes completa e mochila* | 149.100,00 | | | | 149.100,00 |
| *Motobombas Ministriker completa com mochila* | 205.800,00 | | | | 205.800,00 |
| *Motobombas Marck III completa com mochila* | 85.500,00 | | | | 85.500,00 |
| *Mangueiras para combate a incêndios florestais (30 metros)* | 84.000,00 | | | | 84.000,00 |
| *Mochila transporte de 5 mangueiras* | 50.400,00 | | | | 50.400,00 |
| *Ferramentas e insumos para manutenção de equipamentos - Kit de 141 peças* | 9.100,00 | | | | 9.100,00 |
| *Kit de ferramentas de oficina - 177 peças* | 1.200,00 | | | | 1.200,00 |
| *Rádio móvel veículos* | 134.400,00 | | | | 134.400,00 |
| *Estação repetidora móvel* | 230.000,00 | | | | 230.000,00 |
| *Rádio fixo* | 70.000,00 | | | | 70.000,00 |
| *Rádio HT digital* | 300.000,00 | | | | 300.000,00 |
| *Rádio terra-ar* | 15.000,00 | | | | 15.000,00 |
| *Notebook* | 108.500,00 | | | | 108.500,00 |
| *Datashow* | 58.500,00 | | | | 58.500,00 |
| *Computador* | 108.500,00 | | | | 108.500,00 |

BNDES - Exclusivo da CGU e do MMA
Uso Exclusivo
Ofício Nº 2680/2019/CGFIN/DAE/SFC-CG

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| *GPS* | 70.000,00 | | | | 70.000,00 |
| *Botijão 13kg* | 560,00 | 1.050,00 | | 1.050,00 | 490,00 |
| *Instalação* | 2.800,00 | | | | 2.800,00 |
| *Bebedouro* | 1.890,00 | | | | 1.890,00 |
| *Caixa térmica* | 4.200,00 | | | | 4.200,00 |
| *Catálogo de Equipamentos* | 50.000,00 | | 3.120,00 | | 46.880,00 |
| **Total Produto/Serviço 1 -** | 8.989.450,00 | 4.125,59 | 3.120,00 | 4.125,59 | 8.982.204,41 |
| **Componente 2: Construção da Central Operacional e Logística** | | | | | |
| *Elaboração do projeto* | 300.000,00 | | | | 300.000 |
| *Construção* | 4.200.000,00 | | | | 4.200.000 |
| *Desktop* | 157.500,00 | | | | 157.500 |
| *Notebook* | 24.500,00 | | | | 24.500 |
| *Impressora* | 27.000,00 | | | | 27.000 |
| *Datashow* | 22.500,00 | | | | 22.500 |
| *Mobiliário* | 27.300,00 | | | | 27.300 |
| *Arquivo* | 7.500,00 | | | | 7.500 |
| *Arquivo alto* | 15.000,00 | | | | 15.000 |
| *Gaveteiro* | 2.900,00 | | | | 2.900 |
| *Mobiliário para servidores* | 40.000,00 | | | | 40.000 |
| *Cadeiras para servidores* | 18.000,00 | | | | 18.000 |
| *Máquinas para manutenção* | 20.300,00 | | | | 20.300 |
| *Refeitório* | 12.520,00 | | | | 12.520 |
| *Cadeiraspara auditório* | 39.200,00 | | | | 39.200 |
| *Mobiliário para recepção* | 1.600,00 | | | | 1.600 |
| *Mobiliário mesa* | 3.500,00 | | | | 3.500 |
| *Mobiliário cadeiras* | 14.400,00 | | | | 14.400 |
| *Televisão 46* | 36.000,00 | | | | 36.000 |
| *Lousa interativa* | 15.000,00 | | | | 15.000 |
| *Suporte para TV* | 2.100,00 | | | | 2.100 |
| *Aparelho de videoconferência* | 13.000,00 | | | | 13.000 |
| *Computador* | 10.000,00 | | | | 10.000 |
| *Datashow* | 6.000,00 | | | | 6.000 |
| **Total Produto/Serviço 2 -** | 5.015.820,00 | 0,00 | | 0,00 | 5.015.820,00 |

BNDES
Uso exclusivo da CGU e do MMA
Ofício Nº 2680/2019/CGFIN/DAE/SFC

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Componente 3: Educação ambiental e sensibilização** | | | | | |
| *Desenvolvimento de metodologia para os Cursos do Prevfogo* | 392.000,00 | | | | 392.000 |
| *Filme sobre o fogo e a cultura indígena* | 210.000,00 | | | | 210.000 |
| **Total Produto/Serviço 3 -** | 602.000,00 | - | | - | 602.000 |
| **Componente 4: Capacitação e treinamento** | | | | | |
| *Treinamento para gerir as Brigadas* | 60.000,00 | | | | 60.000,00 |
| *Treinamento em sistemas de comunicação* | 50.000,00 | | | | 50.000,00 |
| **Total Produto/Serviço 4 -** | 110.000,00 | 0,00 | | 0,00 | 110.000,00 |
| **TOTAL USOS** | **14.717.270,00** | **4.125,59** | **3.120,00** | **4.125,59** | **14.710.024,41** |

| FONTES | ORÇAMENTO APROVADO | 1ª LIBERAÇÃO | 2ª LIBERAÇÃO | TOTAL LIBERADO | TOTAL A LIBERAR |
|---|---|---|---|---|---|
| **BNDES** | **14.717.270,00** | **4.125,59** | **31.200,00** | **35.325,59** | **14.713.144,41** |
| **Outras Fontes** | | | | | |
| **TOTAL FONTES** | **14.717.270,00** | **4.125,59** | **31.200,00** | **35.325,59** | **14.713.144,41** |
| **Saldo (Fontes menos Usos):** | | **0,00** | **28.080,00** | | |

## E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

| NÚMERO | DESCRIÇÃO DA DESPESA | PRODUTO OU SERVIÇO | CATEGORIA (USOS) | ITEM DE CUSTO | TIPO DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO | Nº DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO | VALOR DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO | DATA DE EMISSÃO DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO | FORMA DE PAGAMENTO | Nº DO PAGAMENTO | VALOR PAGAMENTO | DATA PAGAMENTO | NOME DO FORNECEDOR | CNPJ/CPF DO FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Elaboração de catálogo de ferramentas | Contratação de empresa para elaboração de catálogo de ferramentas de prevenção e combate a incêndios florestais | Elaboração de catálogo de ferramentas | Catálogo de ferramentas para combate | Nota fiscal | 252 – série 1 | 3120 | 23/07/15 | Ordem bancária | 2015OB804235 | 3120,00 | 23/07/15 | RZ Agenciamento de espaços para publicidade LTDA | 15114823/0001-02 |
| 2 | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| n | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**- Nota de acompanhamento nº 03**

Nota AMA/DEFAM nº 50/2015 Em: 14/ 09/ 2015
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da terceira parcela de recursos do projeto "IBAMA/Prevfogo"
- **Liberações anteriores:** 1ª liberação: R$ 4.125,59, em 03/ 07/2014 e 2ª liberação: R$ 31.200,00, em 16/07/2015.
Valor solicitado para a 3ª liberação: R$ 691.556.22 (seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e dois centavos).

**Relatório de Desempenho nº 03**

Data 31/01/2016
Período de acompanhamento - 27/08/2015 a 31/12/2015

Dentre as atividades realizadas no período, destaca-se:
1- Contratação de empresa especializada na elaboração de catálogo de ferramentas:
A empresa foi contratada pelo processo lbama nº 02001.005214/2014-00, sendo a empresa R2 declarada vencedora em abril e 2015 e iniciando os trabalhos no mês seguinte e encerrados em dezembro de 2015.
2- Aquisição de 25 veículos adaptados à prevenção e combate aos incêndios florestais:
O Prevfogo realizou a licitação de 6 viaturas adaptadas pelo Projeto Cerrado Jalapão, com as especificações técnicas e peradas para a aquisição para o Biorna Amazônia. Para que não haja problemas de especificação técnica ou
incompatibilidade dos veículos, visando o melhor emprego do recurso público, o Prevfogo aguarda entrega dos veículos adquiridos para o Cerrado, para encaminhar a licitação do Fundo Amazônia. A data de entrega desse s veículos é na primeira quinzena de fevereiro;
3- Construção da central de logística e sala de situação:
Já foi feita a licitação e segue a análise dos documentos da empresa vencedora, para início do contrato
4• Aquisição de equipamentos e ferramentas apropriados:
Foram realizadas duas licitações, um para a aquisição de motobombas e geradores de energia, no valor de R$298.092,73, e outra para a aquisição de acessórios para as motobombas, mangueiras e reservatórios, no valor de R$393.463,49.
5- Aquisição de equipamentos de radiocomunicação:
Foi encaminhado à Diretoria de Planejamento o lbama em 23/07/2015 o Termo de Referência para a aquisição de rádios portáteis, fixos e móveis, além de repetidoras e espera-se o pregão eletrônico para a primeira quinzena de fevereiro.
6- Atualmente encontra-se em análise pela Diretoria de Planejamento do lbama os Termos de Referência para a aquisição de Caminhão Rodofogo, Consultoria para o desenvolvimento de metodologia para os cursos do Prevfogo e aquisição de EPI
**Observações**:
Não consta do processo apresentado relação dos materiais adquiridos, relação de pagamentos, quadro de usos e fontes atualizado e listagem do material adquirido.
Apenas faz referência a tais documentos, anexos não constam do processo enviado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**- Nota de acompanhamento nº 04**

Nota AMA/DEFAM nº 36/2016 em: 18/05/2016
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da quarta parcela de recursos do projeto "IBAMA/Prevfogo"

- **Liberações anteriores:** 1ª liberação: R$ 4.125,59, em 03/ 07/ 2014; 2ª liberação:R$ 31.200,00, em 16/07/2015; *3ª* liberação: R$ 691.556,22, em 17/ 09/2015.
Total das três liberações: R$ 726.881,81.

- **Valor solicitado para 4ª liberação:** R$ 140.990,00

- **Existência de instrumentos de acompanhamento:** Notas AMAí DEFAM 31 / 201 4, de 02/07/2014; 34/2015, de 13/07/2015; 50/ 2015, de 14/ 09/ 2015, relativas à averiguação das condições de utilização dos recursos das 3 primeiras parcelas; e os Relatórios de Acompanhamento nº 15/201 5, de 17/ 06/201 5, relativo ao período de 05/06/2014 a 30/09/2014; e nº 17/42016, de 10/ 05/2016, relativo ao período de 01/10/2015 a 31/12/2015.

**Relatório de Desempenho nº 04**

Data 05/08/2016
Período de acompanhamento - 01/01/2016 a 31/07/2016

Dentre as atividades realizadas no período, destaca-se:

***Atividade 1.1.1***- Aquisição de caminhões Rodofogo:
A aquisição de caminhões para transporte de pessoas e equipamentos foi analisada pela Procuradoria Federal Especializada junto ao lbama e autorizada pela presidência. Por tratar-se de uma compra conjunta entre os projetos do Cerrado-Jalapão e do Fundo Amazônia, foi necessário também autorização dos doadores. O pregão se realizará dia 24/08/2016.

***Atividade 1.1.2*** - Aquisição de 25 caminhonetes adaptadas:
Foram entregues 6 viaturas adaptadas, financiadas pelo Projeto Cerrado Jalapão. Estes veículos foram patrimoniados e atualmente estão sendo testados para verificar se existe a necessidade de mudanças nas especificações dos demais veículos que serão adquiridos pelo Fundo Amazônia.

***Atividade 1.2.1***- Aquisição de Kit de Equipamentos de Proteção Individual: Está em análise na Procuradoria Federal Especializada junto ao lbama. Posteriormente, será iniciada a fase de licitação.

***Atividade 1.2.2*** - Aquisição de Equipamentos de Combate:
O termo de referência está em fase de especificação dos itens e finalização para posterior envio à Diretoria de Planejamento para os trâmites licitatórios.

***Atividade 1.4*** - Aquisição de equipamentos de radiocomunicação: Homologada Ata de Registro de Preços nº 3/2016 em favor da empresa Agora Soluções em Telecomunicações. Aguardando entrega do material solicitado.

***Atividade 2.1.1***- Elaboração do projeto executivo da sede:
O Pregão Eletrônico foi homologado e o contrato assinado com a empresa SITUARE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP, no valor global de R$ 140.990,00 (cento e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

quarenta mil, novecentos e noventa reais). A empresa apresentou uma primeira proposta de planta para equipe do Prevfogo que sugeriu algumas alterações.

***Atividade 3.1.1*** - Consultoria Metodológica para os cursos ministrados pelo Prevfogo**:**

O Pregão Eletrônico nº 5/2016 foi homologado e o contrato assinado com a empresa STAFF CONSULTORA E SERVIÇOS E/RELI ME. Uma equipe enviada pela empresa acompanhará o andamento de um curso ministrado pelo Prevfogo.

**Observações:**

Não consta do processo apresentado relação dos materiais adquiridos, relação de pagamentos, quadro de usos e fontes atualizado e listagem do material adquirido.

Apenas faz referência a tais documentos, anexos não constam do processo enviado

**- Nota de acompanhamento nº 05**

Nota AGS/DEFAM nº 65/2016 em: 23/08/2016

A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da quinta parcela de recursos do projeto "IBAMA/ Prevfogo"

- **Liberações anteriores:** 1ª liberação: R$ 4.125,59, em 03/ 07/2014; 2ª liberação:R$ 31.200,00, em 16/07/2015; 3ª liberação: R$ 691.556,22, em 17/09/2015; 4ª liberação: R$ 140.990,00, em 24/05/2016.

Total das quatro liberações: R$ 867.871,81.

- **Valor solicitado para a 5ª liberação:** R$ 1.118.622,00

- **Existência de instrumentos de acompanhamento:** Notas AMA/ DEFAM 31/2014, de 02/07/2014; 34/2015, de 13/07/2015; 50/2015, de 14/09/2015; e 36/2016, de 18/05/201 6, relativas à averiguação das condições de utilização dos recursos das 4 primeiras parcelas; e os Relatórios de Acompanhamento ·nº 15/2015, de 17/06/ 2015, relativo ao período de 05/06/2014 a 30/09/2014; e nº 17/2016, de 10/ 05/2016, relativo ao período de 01/10/2015 a 31/12/2015.

**Relatório de Desempenho nº 05**

Data 05/08/2016

Período de acompanhamento - 01/01/2016 a 31/07/2016

**(mesmas datas do relatório de desempenho nº 04) falta de atenção??**

Dentre as atividades realizadas no período, destaca-se:

**Atividade 1.1.1- Aquisição de caminhões Rodofogo:**

O pregão eletrônico nº 09/2016 teve como vencedora a empresa Truckvan Indústria e Comércio ltda. Estão previstos a aquisição de três veículos com recursos do Fundo Amazônia, no valor unitário de R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais). O protótipo foi entregue e aprovado em 20/03/2017. Entrega dos demais veículos prevista para 20/04/2017.

**Atividade 1.1.2 - Aquisição de 25 caminhonetes adaptadas:**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

O processo licitatório foi iniciado. Após análise da Procuradoria Federal Especializada no lbama, o processo seguiu para autorização do Ministro do Meio Ambiente, tendo em vista que o valor estimado para esta licitação é de R$ 4.250.000,00 (Quatro milhões, duzentos e cinquenta mil).

**Atividade 1.2.1 - Aquisição de Kit de Equipamentos de Proteção Individual:**

A Ata de Registro de Preço foi homologado dia 12/01 /2017. Entrega dos materiais prevista para 27/04/2017.

**Atividade 1.2.2 - Aquisição de Equipamentos de Combate:**

O termo de referência está em fase de especificação de itens. Posteriormente, será enviado à Diretoria de Planejamento para os trâmites licitatórios. Valor estimado para esta licitação 100.000,00 mil

**Atividade 1.4- Aquisição de equipamentos de radiocomunicação:**

Ata de Registro de Preços nº 3/2016 em favor da empresa Agora Soluções em Telecomunicações, no valor de R$ 798.624,00 (setecentos e noventa e oito mil seiscentos *e* vinte *e* quatro reais). Materiais entregues dia 06/03/2017 *e* treinamento com a equipe do Prevfogo Sede realizado.

**Atividade 2.1.1 - Elaboração do projeto executivo da sede:**

O pregão eletrônico nº 24/2015 teve como vencedora a empresa Situare Arquitetura e Engenharia ltda. O valor global do contrato é de R$ 140.990,00 (cento *e* quarenta mil, novecentos *e* noventa reais). A empresa entregou (com atraso) o projeto básico que está sendo avaliado por técnicos do lbama. Após esta análise, a empresa iniciará a fase final do projeto.

**Atividade 3.1.1- Consultoria Metodológica para os cursos ministrados pelo Prevfogo:**

O pregão eletrônico nº 5/2016 teve como vencedora a empresa Staff Consultora e Serviços Eireli. O valor global do contrato é de R$ 319.998,00 (trezentos e dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais). A empresa entregou o material didático referente à consultoria do curso de formação de brigadas. Os treinamentos para os instrutores do Prevfogo estão marcados de 04/04 a 06/04 e de 11/04 a 13/04. Posteriormente, a empresa iniciará a consultoria para o curso de educação ambiental.

**Observações:**

Não consta do processo apresentado relação dos materiais adquiridos, relação de pagamentos, quadro de usos e fontes atualizado e listagem do material adquirido.
Apenas faz referência a tais documentos, anexos não constam do processo enviado

**- Nota de acompanhamento nº 06**

Nota AGS/ DEFAM nº 34/2017 em: 13/ 04/2017

A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da sexta parcela de recursos do projeto "IBAMA/ Prevfogo"

- **Liberações anteriores:** 1ª liberação: R$ 4.125,59, em 03/07/ 2014; 2ª liberação: R$ 31.200,00, em 16/07/2015; 3ª liberação: R$ 691.556,22, em 17/ 09/2015; 4ª liberação: R$ 140.990,00, em 24/05/2016; 5ª liberação: R$ 1.118.622,0O, em 26/ 08/2016.

Total das cinco liberações: R$ 1.986.493,81.

- **Valor solicitado para a 6ª liberação:** R$ 2.729.128,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**- Existência de instrumentos de acompanhamento:** Notas AMA/ DEFAM 31 / 2014, de 02/07/2014; 34/2015, de 13/07/2015; 50/2015, de 14/09/ 2015; 36/2016, de 18/ 05/ 2016; e .Nota AGS/ DEFAM 65/ 2016, de 23/08/2016, relativas à averiguação das condições de utilização dos recursos das 5 ·primeiras parcelas; e os Relatórios de Acompanhamento nº 15/ 2015, de 17/06/2015, relativo ao período de 05/06/2014 a 30/09/ 2014; e nº 17/ 2016, de 10/05/2016, relativo ao período de 01/10/2014 a 31/12/2015.

**Relatório de Desempenho nº 06**

Data 01/09/2017
Período de acompanhamento - 01/03/2017 a 31/08/2017

Dentre as atividades realizadas no período, destaca-se:
**Atividade 1.1.1 - Aquisição de caminhões Rodofogo:**
O pregão eletrônico nº 09/2016 teve como vencedora a empresa Truckvan Indústria e Comércio ltda. O valor unitário de cada veículo foi de R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais). Os 3 caminhões previstos na aquisição foram entregues e aprovados. Processo concluído.
**Atividade 1.1.2 - Aquisição de 25 caminhonetes adaptadas:**
Devido a problemas na documentação entregue pela empresa vencedora, a licitação está sub judice.
**Atividade 1.2.1 -Aquisição de kit de Equipamentos de Proteção Individual:**
A Ata de Registro de Preço foi homologada em 12/01/2017. Materiais entregues e processo concluído.

**Atividade 2.1 .1 - Elaboração do projeto executivo da sede:**
O pregão eletrônico nº 24/2015 teve como vencedora a empresa Situare Arquitetura e Engenharia ltda. O valor global do contrato é de A$ 140.990,00 (cento e quarenta mil, novecentos e noventa reais). Devido a problemas para conseguir certificações junto aos órgãos responsáveis, a empresa entregou o projeto básico com atraso. O projeto foi aprovado pela equipe do PrevFogo e agora está na fase final, com entrega final prevista para a 1ª semana de setembro.
**Atividade 3.1.1 – Consultoria Metodológica para os cursos ministrados pelo PrevFogo:**
O pregão eletrônico nº 5/2016 teve como vencedora a empresa Staff Consultora e Serviços Eireli. O valor global do contrato era de R$ 319.998,00 (trezentos e dezenove mil novecentos e noventa e oito reais). O contrato estava dividido em duas etapas, consultoria para o curso de formação de brigadas e consultoria para o curso de educação ambiental. A empresa cumpriu apenas a 1ª etapa. Devido aos diversos atrasos e problemas na execução do serviço, optou-se por rescindir o contrato com a empresa sem realizar a 2ª etapa. O IBAMA procederá as sanções administrativas.

**Observações:**
Não consta do processo apresentado relação dos materiais adquiridos, relação de pagamentos, quadro de usos e fontes atualizado e listagem do material adquirido.
Apenas faz referência a tais documentos, anexos não constam do processo enviado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**- Nota de acompanhamento nº 07**

Nota AGS/DEFAM nº 48/2018 em: 21/05/2018
A presente nota destina-se a registrar o acompanhamento do cumprimento das condições prévias à liberação da sétima parcela de recursos do projeto "IBAMA/ Prevfogo",

- **Liberações anteriores:**
Total das seis liberações: R$ 4.715.621, 81.
-1ª' liberação: R$ 4.125,59, em 03/07/2014;
-2ª liberação: R$ 31.200,00, em 16/07/2015;
-3ª liberação: R$ 691.556,22, em 17/09/2015;
-4ª liberação: R$ 140.990,00, em 24/05/2016;
-5ª liberação: R$ 1.118.622,00, em 26/08/2016;
- 6ª liberação: R$ 2.729.128,00, em 19/04/2017.

- **Valor solicitado para a 7ª liberação:** R$ 7.005.65 7,00

- **Existência de instrumentos de acompanhamento:**
Foram formalizadas *seis* notas de acompanhamento, relativas à averiguação das condições de utilização dos recursos das seis primeiras parcelas:
-Nota AMA/DEFAM 31/2014, de 02/07/2014;
-Nota AMA/DEFAM 34/2015, de 13/ 07/2(')15;
-Nota AMA/DEFAM 50/2015, de 14/01/2015;
-Nota AMA/DEFAM 36/2016, de 18/05/2016;
-Notas AGS/DEFAM 65/2016, de 23/08/ 2016;
-Nota AGS/DEFAM 34/2017, de 13/04/2017,
Foram formalizados ainda dois relatórios de acompanhamento, quais sejam:
-RAc AMA/DEFAM nº 15/2015, de 17/06/2015, relativo ao período de 05/06/2014 a 30/09/2014; e
-RAc AMA/DEFAM nº 17/2016, de 10/05/2016, relativo ao período de 01/10/2014 a 31/12/2015;
Por fim, foi elaborada a IP AGS/DEFAM nº 47 /2017, de 01/11/2017, relativa à concessão de prazo adicional de 36 meses a contar de 05/06/2017.

O Beneficiário comprovou a realização de procedimento licitatório referente aos itens solicitados no Plano de Aplicação de Recursos (PAR), conforme descrito abaixo:
• **Aquisição de doze veículos adaptados tipo caminhonete 4X4 para transporte e patrulhamento de brigadas do Prevfogo (ação 1.1.2):**
(i) aviso de licitação do Pregão nº 22/2017 publicado no Diário Oficial da União (DOU) de06/12/2017; (ii) edital do certame; (iii) Parecer nº 32/2017 condicionando a regularidade do processo ao atendimento das recomendações do parecer;
(iv) termo de adjudicação do Pregão Eletrônico 22/2017; e (v) publicação do resultado final no DOU de 21/12/2017 (vencedora: Emporium Construtora Comércio e Serviços Ltda-ME).
• **Aquisição de dois veículos adaptados tipo caminhão leve 4x4 cabine dupla com carroceria de madeira para transporte e patrulhamento de brigadas do**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Prevfogo (ação 1.1.2):**
(i) aviso de licitação do Pregão nº 22/ 2017 publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06/12/2017; (ii) edital do certame; (iii) Parecer nº 32/2017 condicionando a regularidade do processo ao atendimento das recomendawes do parecer; (iv) termo de adjudicação do Pregão Eletrônico 22/2017; e (v) publicação do resultado final no DOU de 21/12/2017 {vencedora: Max Comércio e Serviços de Caminhões Ltda).

• **Aquisição de 250 bombas costais rígidas (ação 1.2.2):**
(i) aviso de licitação do Pregão 08/2017 publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 25/ 09/2017; (ii) edital do certame; (iii) Parecer n2 57/ 2017 condicionando a regularidade do processo ao atendimento das recomendações do parecer; (iv) termo de adjudicação do Pregão Eletrônico 08/2017; e (v) publicação do resultado final no DOU de 05/12/2017 (vencedora: Vectra Work Indústria e Comércio de Uniformes e Equipamentos).

• **Aquisição de 250 bombas costais flexíveis (ação 1.2.2):**
(i) aviso de licitação do Pregão 08/2017 publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 25/09/2017; (ii) edital do certame; (iii) Parecer nº 57/2017 condicionando a regularidade do processo ao atendimento das recomendações do parecer; (iv) termo de adjudicação do Pregão Eletrônico 08/2017; e (v) publicação do resultado final no DOU de 05/12/2017 (vencedora: DF Equipamentos de Proteção Pessoal
Eireli-ME).

• **Construção por m2 da Central Operacional e de Logística do Prevfogo (ação 2.1.2):**
(i) aviso de licitação da Concorrência 112 01/2017 publicado no Diário Oficia! da União (DOU) de 17/10/201 7; (ií) edital do certame; (iii) Parecer Nº 170/2017 condicionando a regularidade do processo ao atendimento das recomendações do parecer; (iv) termo de adjudicação da Concorrência Pública nº 01/2017, publicado no DOU de 19/04/2018; e (v) publicação do resultado final da Concorrência nº 01/2017 no DOU de 26/02/2018 (vencedora: MTD Engenharia Ltda).

**Relatório de Desempenho nº 07**

Data 29/03/2017
Período de acompanhamento - 01/09/2017 a 31/03/2018

Dentre as atividades realizadas no período, destaca-se:
**Atividade 1.1.1 - Aquisição de caminhões Rodofogo:**
O pregão eletrônico nº 09/2016 teve como vencedora a empresa Truckvan Indústria e Comércio ltda. O valor unitário de cada veículo foi de R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais). Os 3 caminhões previstos na aquisição foram entregues e aprovados. Processo concluído.
**Atividade 1.1.2 - Aquisição de 25 caminhonetes adaptadas:**
Após problemas no processo licitatório, o IBAMA optou por cancelar o processo de aquisição e realizar um novo procedimento. Conforme o Ofício nº 22/2017/ DIPRO/IBAMA, de 12/05/2017, foi solicitado ao BNDES a autorização para alteração dos tipos de veículos contratados, mudando de camionetes para 07 pessoas, de transporte rápido, para as mesmas camionetes (em menos quantidade), veículos para transporte de 07 pessoas e equipamentos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

para longa distância e caminhões para posto de comando nos combates a incêndios florestais. A licitação dos dois veículos para transporte de pessoal foi adjudicada em 20/12/2017 e a licitação do posto de comando foi homologada em 18/10/2017. Os três modelos de veículos estão em confecção.

**Atividade 1.2.2 -Aquisição de Equipamentos de combate:**

Foi publicado no dia 26/02/2018 o Extrato de contrato entre IBAMA e DF Equipamentos para a aquisição de abafadores e bombas costais. A empresa está em fase de entrega desses materiais.

**Atividade 2.1 .1 - Elaboração do projeto executivo da sede:**

O pregão eletrônico nº 24/2015 teve como vencedora a empresa Situare Arquitetura e Engenharia Ltda. O valor global do contrato é de R$ 140.990,00 (cento e quarenta mil, novecentos e noventa reais). O Projeto Executivo foi aprovado em setembro de 2017. Esse projeto serviu como norteador para a contratação de construtora para a Central de Logística

**Atividade 2.1.2 - Construção da Central Operacional e de Logística:**

Foi publicado no dia 26/02/2018 o resultado da concorrência, que sagrou a empresa MTD Engenharia Ltda vencedora para a construção da Central. O valor final da Obra está orçado em R$ 7.887.913,55 e a previsão de início da obra é em 02/04/2018.

**Observações:**

Não consta do processo apresentado relação dos materiais adquiridos, relação de pagamentos, quadro de usos e fontes atualizado e listagem do material adquirido.
Apenas faz referência a tais documentos, anexos não constam do processo enviado
Número do relatório está repetido e com datas desconexas dificultando acompanhamento.

A atual documentação fornecida pelo BNDES também não possui informações da situação da **Construção da Central Operacional e de Logística** orçada em R$ 7.887.913,55, após mais de ano da publicação do resultado da concorrência.

**INFORMAÇÃO PADRONIZADA – IP**

IP AGS/DEFAM N° 47/2017
DATA DE EMISSAO 01/11//2017

ASSUNTO:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Concessão de prazo adicional de utilização de recursos do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.1429.1, firmado em 05/06/2014 entre o BNDES *e* Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, OPE nº 3.465.328, no âmbito do Fundo Amazônia.

O Beneficiário solicitou, por meio do Ofício nº 07/2017/DIPRO-IBAMA, de 23/05/2017, concessão de prazo adicional de 36 meses, a contar de 05/06/2017, para utilização de recursos do projeto.
Adicionalmente, o Beneficiário informou que os atrasos na execução do projeto se deveram, principalmente, aos prazos necessários para realização dos trâmites licitatórios. Foi informado ainda que, dos 17 processos licitatórios totais no projeto, nove já foram finalizados e dois estão em andamento, restando, portanto, somente seis processos a iniciar (dos quais três, por serem relativos aos equipamentos para a nova Central de Logística, serão realizados somente quando estiver próximo da conclusão da obra).

De acordo com e-mail do Beneficiário de 31/10/2017, os dois procedimentos licitatórios em andamento referem-se a:
1- construção da sede (Central de Logística - itens 2.1 e 2.2 do projeto); e
2- aquisição de veículos adaptados (item 1.1).

De acordo com o mesmo e-mail, os procedimentos licitatórios ainda não iniciados são:
1- equipamentos de combate (item 1.2);
2- equipamentos de TI para Central e coordenações estaduais (itens 1.5 e parte do 2.1)
3- mobiliário para a Central (parte do item 2.1);
4- filme sobre cultura indígena (item 3.2);
5- treinamento para gerir brigadas (item 4.1); e
6- ferramentas para sede e acampamento (parte do item 1.3 e do 1.6)

Como anexo ao e-mail supramencionado, foi encaminhado cronograma de liberação de recursos considerando a prorrogação de prazo pleiteada, conforme segue:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| USOS | Orçamento aprovado | Total liberado | | Cronograma de liberação previsto | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Realizado até 31/08/2017 | A realizar (saldo em conta) | 1º sem. 2018 | 2º sem. 2018 | 1º sem. 2019 | 2º sem. 2019 | 1º sem. 2020 |
| **1. Infraestrutura para atividades de campo e monitoramento** | | | | | | | | |
| 1.1. Meios de transporte (rodofogos e caminhonetes adaptadas) | 5.750.000 | 1.740.000 | | 4.250.000 | - | - | - | - |
| 1.2. Equipamentos individuais diversos | 1.500.000 | 1.036.447 | | 400.000 | - | - | - | - |
| 1.3. Equipamentos para combate | 585.100 | 647.313 | | - | - | - | 10.300 | - |
| 1.4. Equipamentos de comunicação | 749.400 | 786.424 | | - | - | - | - | - |
| 1.5. Equipamentos para as coordenações estaduais | 345.500 | - | | - | - | - | 345.500 | - |
| 1.6. Estrutura para acampamento | 9.450 | 1.050 | | 8.890 | - | - | - | - |
| 1.7. Elaboração de catálogo de ferramentas | 50.000 | 31.200 | | - | - | - | - | - |
| **Total do Componente 1** | **8.989.450** | **4.242.434** | **-** | **4.658.890** | **-** | **-** | **355.800** | **-** |
| **2. Construção da Central de Logística do PREVFOGO em Brasília** | | | | | | | | |
| 2.1 Construção da Central Operacional e de Logística | 4.915.820 | 42.297 | 98.693 | 4.200.000 | - | - | 261.820 | - |
| 2.2. Construção da Sala de Situação | 100.000 | - | | - | - | - | 96.500 | - |
| **Total do Componente 2** | **5.015.820** | **42.297** | **98.693** | **4.200.000** | **-** | **-** | **358.320** | **-** |
| **3. Educação ambiental e comunicação** | | | | | | | | |
| 3.1. Desenvolvimento de metodologia para os cursos do Prevfogo | 392.000 | 239.999 | 80.000 | - | - | - | - | - |
| 3.2. Filme sobre fogo e cultura indígena | 210.000 | - | | - | - | 210.000 | - | - |
| **Total do Componente 3** | **602.000** | **239.999** | **80.000** | **-** | **-** | **210.000** | **-** | **-** |
| **4. Capacitação e treinamento** | | | | | | | | |
| 4.1. Treinamento para gerir as brigadas | 60.000 | - | | - | - | 60.000 | - | - |
| 4.2. Treinamento em sistema de comunicação | 50.000 | 12.200 | | - | - | - | - | - |
| **Total do Componente 4** | **110.000** | **12.200** | **-** | **-** | **-** | **60.000** | **-** | **-** |
| **TOTAL** | **14.717.270** | **4.536.929** | **178.693** | **8.858.890** | **-** | **270.000** | **714.120** | **-** |

FRAGILIDADES;

Não consta do processo apresentado relação dos materiais adquiridos, relação de pagamentos efetuados, quadro de usos e fontes atualizado e listagem do material adquirido.
Apenas faz referência a tais documentos nos anexos, porém não constam do processo enviado Número de dois relatórios está repetido e com datas desconexas dificultando acompanhamento.
A atual documentação fornecida pelo BNDES também não possui informações da situação da **Construção da Central Operacional e de Logística** orçada em R$ 7.887.913,55, após mais de 01 (um) ano da publicação do resultado da concorrência.
Não foram identificadas visitas de acompanhamento do projeto. Houve apenas uma no início e nas demais fases não houve registro.

**Lote 04**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

**Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON**

**CNPJ 34.891.085/0001-67**
Número da Operação; 5.991.281.0001
Valor da Colaboração Financeira: R$ 14.293.105,00
Prazo de execução: 48 meses a contar da assinatura do contrato, que foi assinado em 15/03/2018
Prazo de Utilização: 42 meses

**Finalidade do Projeto** - Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i) implantação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal.

## 4. RESUMO DO QUADRO DE USOS E FONTES DO PROJETO

| USOS/FONTES | R$ | % |
|---|---|---|
| **USOS** | | |
| 1. Restauração Florestal | 5.205.821 | 36% |
| 2. Formar Restauração | 1.796.316 | 13% |
| 3. Acompanhamento da restauração florestal | 3.780.509 | 26% |
| 4. Plano de fomento à restauração florestal | 1.402.495 | 10% |
| 5. Gestão | 2.107.964 | 15% |
| **TOTAL** | **14.293.105** | |
| **FONTES** | | |
| BNDES/Fundo Amazônia | 14.293.105 | |
| Recursos próprios | - | |
| **TOTAL** | **14.293.105** | |

A tabela abaixo apresenta o valor do apoio em categorias de uso, com a exposição dos principais itens de cada categoria:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

| Categorias de uso | Itens de custo | Valor (R$) | % |
|---|---|---|---|
| Recursos humanos próprios | Despesas com salários brutos, encargos patronais e benefícios dos empregados envolvidos diretamente na execução do projeto. | 7.138.367 | 49,9% |
| Consultorias e prestação de serviços especializados | Contratação de consultorias e de serviços técnicos especializados necessários à realização de atividades finalísticas do projeto (consultorias "Restauração Florestal", "Barragens", "Curso Formar Florestal", "Geotecnologia", "Análise Custo Benefício" e plataforma de monitoramento da regeneração). | 3.403.485 | 23,8% |
| Serviços de Apoio | Contratação de auditoria, assessoria contábil, manutenção da página web e materiais de comunicação do projeto. | 389.737 | 2,7% |
| Máquinas, equipamentos e outros bens | Veículo (incluindo despesas relacionadas à entrega, licenciamento, seguro e manutenção) e equipamentos de informática. | 432.144 | 3,0% |
| Insumos | Insumos para restauração (mudas, sementes etc.) e material de divulgação das atividades do projeto. | 1.360.000 | 9,5% |
| Logística | Despesas com viagens e outros deslocamentos (ex. diárias, hospedagens, alimentação, transporte, combustíveis etc.). | 960.000 | 6,7% |
| Apoios Especiais | Cursos, congressos e intercâmbios. | 60.000 | 0,4% |
| Despesas Administrativas | Manutenção do escritório em % apropriado pelo projeto (ex. aluguel, condomínio, internet, correio, tarifas bancárias, luz, água, telefonia etc.). | 549.372 | 3,8% |
| **Total Geral** | | **14.293.105** | **100** |

Percebe-se que 87% dos recursos alocados para o projeto, ou seja, R$ R$ 12.440.964,00 serão destinados a: **Pagamento de funcionários do IMAZON ( R$ 7.138.367.000 49,9%), Consultorias, prestação de serviços especializados e serviços de apoio (R$ 3.793.222,00 26,5%) e Logística e despesas administrativas (R$ 1.509.372,00) 10,5%**).

**Lote 04**

**Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu AMIQCB**

**CNPJ sob o nº 04.862.254/0001-70**

Número da Operação: 5697421.0001

Finalidade - Apoiar a operação do Fundo babaçu, para seleção e apoio a projetos socioambientais de organizações agroextrativistas dos estados do Maranhão, Tocantins e para, associado a ações de desenvolvimento de competências, suporte técnico e fortalecimento do associativismo

Data da Assinatura - 05/04/2018

Prazo de Execução – 42 meses

Valor – R$ 9.222.739,00

**Relatório de Análise**

Durante a análise jurídica da postulante, realizada no início do segundo semestre de 2016 foi identificada uma questão crítica, responsável por grande parte da demora no processamento da operação em tela: o registro da AMIQCB no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim), banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que relaciona entidades impedidas de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a administração pública federal, nos termos do Decreto n.º 7.592/11. O registro decorreu de diferenças de entendimento entre Incra e AMIQCB quanto a gastos específicos efetuados no âmbito do Convênio CRT 19.000/5, registrado no Sistema Integrado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) sob o número **543.285**, firmado entre a associação e o Incra em 2005. Ao tomar ciência do registro no Cepim, representantes da postulante passaram a manter intensa negociação com a superintendência Regional do Incra no estado do Maranhão para sanar a situação, o que durou vários meses.
Diante de tal quadro, o GAn passou a aguardar o desfecho da questão para prosseguir com a tramitação da operação no BNDES. No entanto tendo em vista a demora do Incra em oficializar uma decisão, decidiu o Superintendente da AGS pela suspensão temporária do prazo de processamento da operação, a partir de 07/02/2017. A decisão foi fundada na Nota AGS/DEFAM 08/2017 e amparada no artigo 11 -A da Resolução Dir. n° 2.439/2013-BNDES.
Em junho de 2017, imediatamente depois de prestada informação pela postulante quanto a sua retirada do aludido cadastro, o GAn realizou consulta ao Portal da Transparência do governo Federal, confirmando que a AMIQCB não se encontrava mais registrada no Cepim. Assim, a análise da operação foi retomada, conforme autorizado em decisão firmada na Nota – AGS/DEFAM n° 45/2017.

**Componentes do Projeto**
**Componente 1: Ampliação do apoio financeiro e técnico a projetos socioambientais pelo -Fundo Babaçu**
É o componente central do projeto, por meio do qual se prevê o fortalecimento do funcionamento do Fundo Babaçu.
No âmbito do projeto ora em análise, propõe-se a destinação de R$ 2.000.000,00 para o Fundo Babaçu, de forma que sejam lançados dois editais para chamamento e apoio de projetos socioambientais de comunidades agroextrativistas.
Com isso, espera-se apoiar um total de até 44 projetos, que deverão ser executados em até 12 meses, com possibilidade de prorrogação única por mais seis meses. No cronograma previsto, o primeiro edital será lançado no primeiro trimestre do projeto e o segundo dois anos após.

Componente 2: Fortalecimento institucional da AMIQCB e das comunidades agroextrativistas de quebradeiras de coco babaçu.
Este segundo componente tem como proposta promover, de forma complementar aos projetos técnicos a serem apoiados pelo Fundo Babaçu, processos de organização comunitária na área de abrangência do projeto. Serão realizados encontros, reuniões e intercâmbios visando o diálogo, reflexão e construção coletiva de soluções para as problemáticas vividas. Com tais ações, espera-se garantir transparência e larga participação do público-alvo no projeto e levantar demandas que possam gerar iniciativas comunitárias com apoio do Fundo Babaçu.

**Componente 3: Capacitação em projetos socioambientais relacionados ao agroextrativismo em babaçuais**
Neste componente, propõe-se, a concepção de um centro de Formação em Projetos Socioambientais e a realização de seis turmas para capacitação de um total de 150 mulheres e jovens dentre o público-alvo da AMIQCB. Os formandos serão, em geral, pessoas das comunidades envolvidas nos projetos apoiados pelo Fundo Babaçu, escolhidos de forma participativa por elas dentre aqueles que mostrarem perfil de liderança. Eles serão

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

estimulados e capacitados a contribuir com o monitoramento e avaliação do desempenho dos projetos.

**Componente 4: Gestão do Projeto**

Para a gestão do projeto, será constituída uma equipe administrativa com dois profissionais baseados na sede da AMIQCB, em São Luís. A AMIQCB utilizará a infraestrutura de que dispõe tanto na sede quanto nas Regionais, sendo necessários recursos do projeto para custeio da locação do escritório de São Luís e, no caso dos escritórios das regionais apoiadas pelo projeto (cinco, no total), para cobrir parte das despesas administrativas.

| QUADRO DE USOS E FONTES DO PROJETO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Componente | USOS | Valor (R$) | % Uso | % Comp |
| 1. Ampliação do apoio financeiro e técnico a projetos socioambientais pelo Fundo Babaçu | Apoio financeiro a cerca de 44 projetos socioambientais de comunidades agroextrativistas de quebradeiras de coco babaçu localizadas nas cinco regiões apoiadas no projeto, por meio de dois editais. | 2.000.000 | 21,7% | 53,2% |
| | Governança e gestão do Fundo Babaçu | 815.778 | 8,8% | |
| | Serviços técnicos especializado e assessoria multidisciplinar aos 44 projetos socioambientais | 2.093.132 | 22,7% | |
| 2. Fortalecimento institucional da AMIQCB e das comunidades agroextrativistas de quebradeiras de coco babaçu | Auditoria externa independente | 100.000 | 1,1% | 20,3% |
| | Comunicação e transparência | 145.000 | 1,6% | |
| | Estruturação física | 980.135 | 10,6% | |
| | Fortalecimento do associativismo e do controle social do projeto | 584.900 | 6,3% | |
| | Intercâmbios para troca de experiências | 60.000 | 0,7% | |
| 3. Capacitação em projetos socioambientais relacionados ao agroextrativismo em babaçuais | Estruturação física e pedagógica de um centro de formação | 608.656 | 6,6% | 12,7% |
| | Realização de seis cursos modulares | 466.380 | 5,1% | |
| | Realização de viagens de Intercâmbio | 94.500 | 1,0% | |
| 4. Gestão do Projeto | Serviços de contabilidade para o projeto | 252.000 | 2,7% | 13,8% |
| | Despesas com escritórios | 810.259 | 8,8% | |
| | Atividades de acompanhamento e avaliação | 212.000 | 2,3% | |
| | **Fontes** | **A realizar - R$** | **%** | **%** |
| | **BNDES/Fundo Amazônia** | **9.222.739** | **100%** | **100%** |

A tabela abaixo apresenta o valor do apoio em categorias de uso:

| Categorias de uso | Valor | % |
|---|---|---|
| Recursos humanos próprios | 3.589.219 | 38,9 |
| Consultorias e prestação de serviços especializados | 545.600 | 5,9 |
| Serviços de Apoio | 508.900 | 5,5 |
| Máquinas, equipamentos e outros bens | 631.000 | 6,8 |
| Insumos | 240.700 | 2,6 |
| Logística | 1.213.320 | 13,2 |
| Apoios Especiais | 2.000.000 | 21,7 |
| Despesas Administrativas | 494.000 | 5,4 |
| **Total Geral:** | **9.222.739** | **100%** |

**Conclusão**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Considerando-se os elementos acima apontados, bem como ser esta uma colaboração financeira não reembolsável, o GAn considera a instituição apta para executar o projeto.

| Data Pedido Liberação Credito | Valor Solicitado | Data da Liberação do Crédito | Valor Liberado |
|---|---|---|---|
| 20/08/2018 | 1.497.760,00 | 29/08/2018 | 1.497.760,00 |
| | | | |
| | | | |

**Primeira Nota de Acompanhamento**
A presente nota destina-se a registrar a averiguação das condições para liberação da primeira parcela de recursos do projeto "Floresta de Babaçu em Pé", que tem como finalidade apoiar a operação do Fundo Babaçu, para seleção e apoio a projetos socioambientais de organizações agroextrativistas dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, associado a ações de desenvolvimento de competências, suporte técnico e fortalecimento do associativismo, mediante Editais de Seleção aprovados pelo BNDES.

Para liberação de cada parcela dos recursos:
a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da BENEFICIÁRIA ou que possa comprometer a execução do projeto, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
**Comentário:** não foi constatado nenhum fato.

**Conclusão:**
Diante do exposto, o GAc considera que a beneficiária está apta a receber a 1° parcela de recursos para iniciar a execução do projeto.

Ocorre que a ONG supracitada foi teve sua inadimplência retirada no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM em 08/2017, a inadimplência foi apenas suspensa e a ONG voltou a constar como inadimplente no CEPIM, em 05/04/2018, dia da assinatura do contrato com o BNDES, situação que permanece até a presente data, inadimplência de R$ 2038.706,25, como atesta o registro do SIAFI abaixo, portanto não estava apta para receber recursos públicos em 29/08/2018.

SIAFI2018-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
05/04/18 09:24 M06990ST USUARIO : CLAUDIO
PAGINA : 1
UG EMITENTE : 373040 - SUPERINTEND.ESTADUAL DO MARANHAO-INCRA/SR-12
GESTAO EMITENTE : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF.AGRARIA
CONTA CONTABIL : 812210106 - CONVENIO E INSTR CONGENER EM INADIMP EFETIVA

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

CONTA CORRENTE : N CV **543285**
SALDO ANTERIOR A 01ABR 0,00
DATA UG GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO SALDO
05Abr 373040 37201 NS000195 541428 2038.706,25C 2.038.706,25C
PF1=AJUDA

SALDO ANTERIOR A 01ABR 0,00
DATA UG GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO SALDO
05Abr 373040 37201 NS000195 541428 2038.706,25C 2.038.706,25C
PF1=AJUDA

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74856931.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74877362.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

# TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 000.907/2023-GABPRES

Processo: 032.399/2023-5

Órgão/entidade: SF - Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e de Inquérito - Coceti

Destinatário: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES ESPECIAIS, TEMPORÁRIAS E DE INQUÉRITO - SF

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao COORDENAÇÃO DE COMISSÕES ESPECIAIS, TEMPORÁRIAS E DE INQUÉRITO - SF pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 07/11/2023

*(Assinado eletronicamente)*

LEANDRO AUGUSTO DE ARAUJO CUNHA TEIXEIRA BUENO

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.